

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE

VANDERLEI SEBASTIÃO DE SOUZA

**EM BUSCA DO BRASIL:
EDGARD ROQUETTE-PINTO E O RETRATO
ANTROPOLÓGICO BRASILEIRO (1905-1935)**

RIO DE JANEIRO
2011

VANDERLEI SEBASTIÃO DE SOUZA

**EM BUSCA DO BRASIL:
EDGARD ROQUETTE-PINTO E O RETRATO
ANTROPOLÓGICO BRASILEIRO (1905-1935)**

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Dr. ROBERT WEGNER

**RIO DE JANEIRO
2011**

Ficha Catalográfica

S729 Souza, Vanderlei Sebastião de.

Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935) / Vanderlei Sebastião de Souza. – Rio de Janeiro : s.n., 2011.

382 f.

Bibliografia: 367-382

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2011.

1. Antropologia física - História. 2. Etnologia – História. 3. Identidade Nacional. 4. Identidade nacional. 5. Roquette-Pinto, Edgard, 1884-1954. 5. Brasil

CDD 981

VANDERLEI SEBASTIÃO DE SOUZA

**EM BUSCA DO BRASIL:
EDGARD ROQUETTE-PINTO E O RETRATO
ANTROPOLÓGICO BRASILEIRO (1905-1935)**

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovada em 15/09/2011

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Robert Wegner (Orientador)
Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz

Profa. Dra. Lilia Moritz Schwarcz
Universidade de São Paulo (USP)

Profa. Dra. Regina Horta Duarte
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Prof. Dr. Ricardo Ventura Santos
Museu Nacional (UFRJ)

Profa. Dra. Nísia Trindade Lima
Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz

Prof. Dr. André Botelho (suplente)
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS-UFRJ)

Prof. Dr. Flavio Coelho Edler (suplente)
Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz

**RIO DE JANEIRO
2011**

Agradecimentos

O trabalho de escrita de uma tese é sempre uma atividade solitária, que envolve isolamento, disciplina, temosia e muita introspecção. Ao mesmo tempo, a realização do doutorado envolve também o prazer do conhecimento e do diálogo com diferentes pessoas, lugares e situações fundamentais para o amadurecimento intelectual e pessoal, sem os quais um trabalho como este seria de realização impossível. Foram muitas as pessoas que colaboraram nessa difícil aventura. A elas, gostaria não apenas de agradecer pelas conversas e pelo conhecimento compartilhado, mas também pela amizade, carinho e apoio. Vocês estão em cada uma das páginas que compõe esse trabalho.

Ao Professor Dr. Robert Wegner, gostaria de agradecer pela orientação segura, inteligente e cuidadosa. Desde de 2004, quando ingressei no Programa de Mestrado em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, Robert tem sido um orientador atento às minhas dificuldades intelectuais e pessoais, transformando-se muitas vezes num amigo atencioso e preocupado. Com ele, aprendi que o trabalho intelectual requer sempre um olhar distante e próximo ao mesmo tempo, um mergulho no mundo e em si mesmo permanentemente. Aprendi também a desenvolver o gosto pelo conhecimento da história e das interpretações que fundaram o Brasil e a sociedade brasileira. Sempre entusiasmado com minhas pesquisas, jamais deixou de me estimular e de acreditar que esse trabalho chegaria ao fim. Espero que o resultado final dessa tese corresponda às suas expectativas e aos anos de orientação.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Casa de Oswaldo Cruz (PPGHCS-COC) por minha formação como

historiador, pelas discussões prazerosas que tivemos em sala de aula e nos corredores da instituição. Boa parte de minha formação acadêmica e dos projetos de pesquisa que desenvolvi carregam a marca da Casa de Oswaldo Cruz, instituição que aprendi a admirar desde o primeiro momento. Agradeço especialmente à Nisia Trindade Lima, pelas aulas, pelo incentivo intelectual e pelo interesse de pesquisa que compartilhamos; à Dominichi Miranda de Sá, pelo entusiasmo, apoio e pelas discussões sempre intensas; a Flavio Coelho Edler, exemplo de intelectual e de pessoa humana, pelas conversas, pelo apoio e pelos trabalhos que realizamos juntos; a Gilberto Hochman, sempre solícito, pela seriedade intelectual, estímulo e interesse em minhas pesquisas; a Luiz Otávio Ferreira e Nara Azevedo, pelas aulas instigantes e sempre animadoras; a Luiz Antônio Teixeira, Marcos Chor Maio e Ricardo Waizbord, pelo conhecimento compartilhado em sala de aula e pelas conversas de corredores. Às professoras Magali Romero Sá e Simone Kropf, pelo incentivo, torcida e respeito intelectual. Agradeço, ainda, à Ana Teresa Venâncio, Cristiana Fachinetti, Maria Rachel Fróes da Fonseca, Lorelai Brilhante Cury, Kaori Kodama, Jaime Benchimol e Tania Fernandez, pelo apoio e conhecimento compartilhado.

Às professoras Lilia Moritz Schwarcz e Nísia Trindade Lima, integrantes da banca de qualificação, sou imensamente grato pela leitura atenta, pela discussão animada e respeitosa, pelo estímulo, sugestões e críticas propostas naquele momento. Gostaria de registrar meus agradecimentos especiais à professora Nísia, que desde o primeiro momento em que iniciei essa pesquisa de doutorado tem sido uma interlocutora fundamental, seja pelas conversas informais e em sala de aula, seja pelos trabalhos que tem publicado sobre Roquette-Pinto e a história do pensamento social brasileiro.

Neste mesmo sentido, agradeço imensamente a interlocução dos professores Ricardo Ventura Santos e Dominichi Miranda de Sá, dois grandes conhecedores da trajetória e da obra de Roquette-Pinto. Ambos foram não apenas interlocutores como incentivadores dessa pesquisa. As conversas com Ricardo, sempre agradáveis e estimulantes, somado à leitura de seus trabalhos, foram muito importantes na construção dessa tese. Devo à Dominichi, além do diálogo intelectual e do incentivo permanente, o primeiro e decisivo contato com o Arquivo Pessoal de Edgard Roquette-Pinto.

Gostaria de agradecer também à professora Giralda Seyferth, pelas discussões e indicações de leituras durante o curso de “Antropologia do pensamento social no Brasil”,

realizado em 2007 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS-UFRJ). Do mesmo modo, sou grato à professora Maria Aparecida Mota (Cida Mota), com quem realizei o curso “Interpretações do Brasil: em busca da identidade nacional”, ministrada no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS-UFRJ). Ambos os cursos foram importantes na escolha de autores, abordagens e problematizações desenvolvidas ao longo da tese.

Agradeço também aos funcionários do Programa de Pós-Graduação da Casa de Oswaldo Cruz, que sempre foram atenciosos com minhas solicitações. Aos funcionários do Departamento de Arquivo e Documentação (DAD-COC), especialmente ao colega e historiador Ricardo Augusto do Santos, que desde minha pesquisa de mestrado facilitou o acesso ao acervo pessoal de Renato Kehl. Aos funcionários que atuam na Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz, em especial à bibliotecária e colega Wanda Weltman, pelo atendimento cuidadoso e profissional.

Aos funcionários e estagiários do Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras, por facilitarem minhas pesquisas por mais de dois anos no Arquivo Pessoal do acadêmico Edgard Roquette-Pinto. Como o acervo ainda não havia sido tratado e organizado, o profissionalismo e a compreensão desses funcionários foi essencial para o levantamento e análise da documentação. Agradeço também à Ozana Hannesch e, em especial, à Mônica Costa Coelho, pelo auxílio durante as pesquisas no Arquivo de Antropologia Biológica do Museu Nacional, sob a guarda do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast). Aos funcionários da Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (Semear-MN); da Casa de Heloísa Alberto Torres, em Ítaboraí, no interior do Rio de Janeiro; da Biblioteca Histórica do Museu Nacional; da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, especialmente do setor de periódicos; e da Biblioteca Rodolfo Garcia, pertencente à Academia Brasileira de Letras.

Não poderia deixar de agradecer à Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo financiamento da bolsa de pesquisa durante quatro anos, sem o qual esse trabalho de doutoramento dificilmente teria ocorrido.

Aos colegas e amigos da turma de doutorado (André Felipe, Carmem, Jackeline, Julio Adiala, Julio Cesar Medeiros, Maria Letícia, Márcio Magalhães, Richard e Simone), agradeço pelo ambiente agradável, pelas discussões em sala de aula e pelos momentos de

descontração que passamos juntos. Outros amigos do programa de Pós-Graduação da Casa de Oswaldo Cruz que fizeram meus anos de estudante mais agradáveis, e dos quais sempre guardarei boas lembranças, foram Claiton, Lia, Daiana, Mariana, Arthur, Juliana, Vanessa, Paula, Rômulo e Julio (meu grande camarada peruano). Em especial, agradeço à Miriam Junghans, pelas boas conversas e pelo suporte dado até o último momento; a Alexander Jabert, Maria Regina Cotrim Guimarães, Rodrigo Cesar da Silva Magalhães, Julio Paixão, Érico Muniz e Letícia Pumar, pela amizade, apoio e constante troca de idéias; e à querida Jackie, cheia de sonhos, pelo carinho e proximidade.

A Allan, Bruno e Mauricio, amigos que encontrei fora do contexto acadêmico, agradeço especialmente pelos momentos de descontração, pela companhia e pelo bate-papo sempre agradável e descomprometido. Ao querido Wellington, amigo-filósofo, pelo sorriso fácil, presença animada e pelas boas conversas. Ao Rafael Lima, amigo boêmio, pela parceria, amizade e compreensão.

Agradeço imensamente aos amigos “estrangeiros” que foram minhas companhias diárias e formaram minha família no Rio de Janeiro, motivo de convivência afetuosa e solidária. Ao paulista André Felipe Candido da Silva, amigo-irmão com quem tive o prazer de conviver por mais de cinco anos como colega de apartamento, sou grato pela amizade, discussões e troca de idéias (profundas e superficiais) e pela companhia em épocas de turbulências, tanto da vida pessoal quanto acadêmica. À catarinense Josiane Roza de Oliveira, exemplo de amizade incondicional, agradeço pela presença carinhosa, leve e desinteressada, pelas boas conversas, pela preocupação e apoio mútuo e, acima de tudo, por ser uma amiga para todas as horas. À gaúcha Fernanda Delvalhas Piccolo, amiga guerreira, agradeço pela companhia cotidiana e familiar, pelas confidências mútuas, pelas conversas animadas, pela presença, carinho e atenção. Amigos fraternos, André, Josi e Fernanda tornaram minha vida no Rio de Janeiro mais interessante e divertida, especialmente nos momentos em que o banzo e a solidão davam notícias. Qualquer palavra de agradecimento será pouco para dizer o quanto foram, e continuam sendo, importantes para mim!

À Eucléia e Susana, amigas de longa data, agradeço pelo carinho fraterno, pelas boas e descontraídas conversas, pela troca de idéias e pelas viagens maravilhosas que realizamos juntos. Espero que nossos caminhos sigam sempre os mesmos rumos, mesmo quando os ventos da vida soprarem em direção oposta.

Gostaria de agradecer à minha família, de forma especial à minha mãe Wally Maria de Souza, que nos últimos meses de escrita da tese me acolheu com todo carinho e atenção em sua casa, propiciando toda a tranquilidade para concluir esse trabalho. À minha irmã Adelina de Souza Moroskoski e suas filhas Patricia e Márcia, minhas sobrinhas queridas, agradeço de todo coração pela companhia sempre carinhosa e pelo apoio incondicional. Vocês são maravilhosas!

À Margarete Milani, meu doce encanto, agradeço pela presença intensa, pelo amor compartilhado, pelos sonhos e ilusões vividos juntos, pelo carinho e proximidade em momentos difíceis. Ninguém mais do que você acompanhou os dilemas e as alegrias pelos quais passei para completar esse longo percurso. Seu apoio, sua campanha, seu entusiasmo e sua torcida foram decisivos! Obrigado por introduzir-me no convívio da família Milani, especialmente pela proximidade com a pequena Natalia, sempre curiosa, inteligente e amável.

Sumário

Introdução	15
Capítulo 1 - Os Anos de Formação	27
1.1. Da fazenda “Bela Fama” ao Rio de Janeiro	29
1.2. O ingresso na vida pública carioca e no mundo da ciência	34
1.3. Entre a medicina e a antropologia física	46
1.4. O polêmico concurso de antropologia no Museu Nacional	53
1.5. Os estudos antropológicos no final do século XIX	59
1.6. Os primeiros trabalhos do jovem antropólogo	67
1.7. Viagem à Europa - o Congresso Universal de Raças de 1911	79
Capítulo 2 - Viagem ao Sertão do Brasil	93
2.1. Da Europa ao Sertão do Brasil	94
2.2. A experiência etnográfica	102
2.3. A proteção dos indígenas do Brasil	110
2.4. A descoberta do homem sertanejo	118
2.5. Roquette-Pinto, <i>Os Sertões</i> e os sertanejos	129
2.6. O discurso de uma geração	137
Capítulo 3 - O Retrato Antropológico do Brasil	151
3.1. A construção de um projeto intelectual	152
3.2. A “nossa gente” precisa ser conhecida	162
3.3. O diálogo com a “nova” antropologia física	168
3.4. Os “tipos antropológicos” do Brasil	181
3.5. O caráter psicológico dos brasileiros	191
3.6. A antropologia como instrumento político	201

Capítulo 4 - Diálogos e Controvérsias Acerca da Miscigenação	207
4.1. A genética mendeliana e a miscigenação como ‘combinação’	210
4.2. Os mestiços de Rehoboth e o diálogo com Eugen Fischer	218
4.3. Charles Davenport, os mestiços e as ‘desarmonias antropológicas’	227
4.4. Diálogos com a antropologia norte-americana	237
4.5. Brazil: laboratory of civilization – Diálogo com Rüdiger Bilden	249
4.6. Diálogos brasileiros	261
4.7. O paradoxo de uma tese	272
Capítulo 5 - Das ‘Leis da Eugenia’ aos Problemas da População	279
5.1. “As leis da Eugenia”	282
5.2. A eugenia no Brasil: confrontos e controvérsias	293
5.3. Os estudos dos problemas de populações	314
5.4. A imigração e o povoamento do Brasil	322
5.5. O projeto de “seleção eugênica” dos imigrantes	337
Considerações Finais	346
Fontes de Pesquisa	354
Referências Bibliográficas	367

Lista de Abreviações

AAA (American Anthropological Association)

AAFMN (Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional)

APERP–ABL (Arquivo Pessoal Edgard Roquette-Pinto – Academia Brasileira de Letras)

ERO (Eugenics Record Office)

FPRK-DAD/COC (Fundo Pessoal Renato Kehl - Departamento de Arquivo e Documentação/ Casa de Oswaldo Cruz)

IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro)

INCE (Instituto Nacional de Cinema Educativo)

ABE (Associação Brasileira de Educação)

MAIC (Ministério da Agricultura Indústria e Comércio)

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins)

SEMEAR–MN (Seção de Memória e Arquivo – Museu Nacional)

SPI (Serviço de Proteção aos Índios)

SPILTN (Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais)

Resumo

Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)

Esta tese trata da história da antropologia física e das discussões sobre raça e nação no início do século XX, tendo como foco os estudos antropológicos desenvolvidos pelo médico e antropólogo Edgard Roquette-Pinto. Como cientista ligado ao Museu Nacional entre 1905 e 1935, esse personagem dedicou sua trajetória às pesquisas em antropologia e etnografia do Brasil, por meio das quais procurou não apenas descrever as características raciais formadoras do país, como também avaliar a viabilidade biológica, o caráter psicológico e as condições sociais de sua população. Assim, articulando a militância nacionalista de Roquette-Pinto, sua atuação pública e seu diálogo com o pensamento antropológico da época, o objetivo da tese é analisar as relações entre antropologia, nação e política, ressaltando as fronteiras nacionais e internacionais que envolviam esse debate. Conforme procura-se demonstrar, a antropologia de Roquette-Pinto estava alicerçada tanto ao contexto nacional e às preocupações científicas e intelectuais brasileiras, quanto ao debate internacional sobre raça e populações. De um lado, a tese analisa a interlocução e as controvérsias do antropólogo com escritores brasileiros, como Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, Oliveira Vianna, Renato Kehl e Gilberto Freyre, procurando compreender como as polêmicas sobre miscigenação racial, imigração e povoamento do Brasil foram centrais na construção de interpretações, diagnósticos e projetos de reforma nacional. Por outro lado, esse trabalho destaca que sua escrita antropológica foi construída em diálogo com antropólogos físicos, historiadores e eugenistas estrangeiros, sobretudo alemães e norte-americanos, entre os quais se destacavam Charles Davenport, Madison Grant, Eugen Fischer, Rüdiger Bilden e Franz Boas. Um dos argumentos defendidos neste trabalho consiste justamente em destacar que a antropologia de Roquette-Pinto se torna mais inteligível quando analisado o debate internacional envolvendo os estudos antropológicos e as redes intelectuais. Deste modo, a tese é uma contribuição tanto para a história da antropologia no Brasil quanto para a história da circulação de idéias sobre raça, identidade nacional e população em contexto internacional.

Palavras-chave: Edgard Roquette-Pinto, História da Antropologia Física, Raça, Nação

Abstract

In search of Brazil: Edgard Roquette-Pinto and the Brazilian anthropological portrait (1905-1935)

This dissertation deals with the history of physical anthropology and discussions about race and nation at the beginning of the twentieth century, focusing on the anthropological studies carried out by the doctor and anthropologist Edgard Roquette-Pinto. As a scientist linked to the National Museum between 1905 and 1935, he dedicated his trajectory to researching the anthropology and ethnography of Brazil, through which he sought not only to describe the formative racial characteristics of the country, but also to evaluate the biological feasibility, psychological character and social conditions of the population. By linking Roquette-Pinto's nationalist activism, his public actions and his dialogue with the anthropological thought of the time, the aim of the dissertation is to analyze the relations between anthropology, nation and politics, emphasizing the national and international frontiers involved in the debate. As it will be demonstrated, Roquette-Pinto's anthropology was based both on a national context and Brazilian intellectual and scientific concerns, and the international debate on race and populations. On the one hand, the dissertation analyzes the interlocution and the controversies between the anthropologist and Brazilian writers, such as Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, Oliveira Vianna, Renato Kehl and Gilberto Freyre, seeking to understand how controversies about racial miscegenation, immigration and the settlement of Brazil were central to the construction of interpretations, diagnostics and projects of national reform. On the other, it is also shown how his anthropological writing was constructed in dialogue with physical anthropologists, historians and foreign eugenicists, mostly German and American, including Charles Davenport, Madison Grant, Eugen Fischer, Rüdiger Bilden and Franz Boas. One of the arguments defended in this dissertation is that the anthropology of Roquette-Pinto becomes more intelligible when analyzing the international debate involving anthropological studies and intellectual networks. The dissertation is a contribution both for the history of anthropology in Brazil and for the history of the circulation of ideas about race, national identity and population in an international context.

Keywords: Edgard Roquette-Pinto, History of Physical Anthropology, Race, Nation

Introdução

Venho das últimas gerações da monarquia. Assisti aos cinco anos às primeiras festas da República. Penso que o país deve um grande serviço à minha geração: foi a primeira a descrever das ‘fabulosas riquezas’ do Brasil, para começar a crer nas ‘decisivas possibilidades do trabalho’. Recebemos a noção de que um moço bem nascido e bem criado não devia precisar trabalhar... Ouvimos ainda o eco dos eitos. Diziam-nos que nosso céu tem mais estrelas que os outros... Minha geração começou a contar as estrelas. E foi ver se era verdade que nos nossos bosques havia mais vida. E começou a falar claro aos concidadãos. Com minha geração, o Brasil deixou de ser um tema de lirismo.¹

A epígrafe acima foi retirada de uma entrevista concedida por Roquette-Pinto no final da década de 1930, quando já era um antropólogo e escritor amadurecido e prestigiado entre seus pares. Embora suas palavras possam ser lidas como uma estratégia para distinguir e legitimar a atuação intelectual de sua geração, elas acabam sintetizando o modo como os homens de ciência de início do século XX encararam a necessidade de “descobrir” o Brasil em termos mais realistas. Não à toa, a construção de “retratos”, “instantâneos” e “imagens” sobre a realidade do país tornou-se, nesta época, bastante comum entre os brasileiros, especialmente em relação à sua história, à sua geografia, à sua economia, à sua política e o seu povo. Para Roquette-Pinto, essa busca pelo Brasil implicava, antes de tudo, na elaboração de um retrato antropológico capaz de revelar, de

¹ “A inquietação artística de Roquette-Pinto” (entrevista concedida para o jornalista Joel de Silveira). *Revista Vamos Ler*. Rio de Janeiro, 23/03/1939, p.45. Arquivo Pessoal Edgard Roquette-Pinto - Academia Brasileira de Letras (APERP-ABL).

forma empírica e objetiva, as características raciais da população brasileira. Essa tentativa de decifrar o enigma antropológico chamado Brasil se transformaria, inclusive, em seu principal estímulo intelectual nas primeiras décadas do século XX.

Formado em medicina, com treinamento especializado no campo da antropologia física, o retrato do Brasil delineado por Roquette-Pinto se basearia profundamente nos métodos e nas concepções científicas oriundas das ciências naturais. Ao contrário de boa parte dos chamados “intérpretes” do Brasil, que elaboravam seus trabalhos em forma de ensaios ou mesmo por meio da literatura, Roquette-Pinto foi um cientista preocupado com o estudo empírico, com o trabalho etnográfico, a coleta de dados e a observação “objetiva” da realidade, chegando mesmo a lançar mão de experimentos realizados em laboratórios. Orientado por uma concepção fortemente cientificista, de cunho positivista, seus estudos se caracterizariam pelo uso exaustivo de tabelas, dados estatísticos, equações, medidas antropométricas e outras informações coletadas por meio de suas pesquisas antropológicas com populações de diferentes regiões do país. Para este autor, a realidade sobre a formação do Brasil só seria conhecida de fato quando a ciência levantasse os “dados objetivos” sobre as condições de vida e as características gerais de sua população, fossem eles negros, mulatos ou brancos, pobres ou abastados, sertanejos ou litorâneos.²

De maneira geral, o projeto intelectual lançado por Roquette-Pinto acerca dos estudos antropológicos visavam também denunciar as deficiências e a falta de rigor científico na descrição da “realidade”, ou mesmo em relação à ausência de comprometimento com os interesses nacionais (Roquette-Pinto, 1929). Essa conversão à ação política e a busca por esse “realismo científico” sobre o país estava ligado, pode-se dizer, à percepção de que ainda sobreviviam entre os brasileiros uma fissura que dividia o chamado “Brasil real” do “Brasil legal”, o que impossibilitava uma descrição mais “objetiva” da realidade nacional e a formulação de projetos capazes de intervir nos problemas vividos pelos brasileiros.

Embora seja um personagem ainda pouco conhecido pela historiografia, Roquette-Pinto foi considerado por seus contemporâneos como um importante protagonista no debate sobre as idéias raciais. Para o sociólogo e ensaísta Gilberto Freyre, por exemplo,

² Roquette-Pinto, Edgard. *Nossa Gente*. Conferencia realizada na Biblioteca Nacional (Curso Jacobina), em 26 de agosto de 1921, 20p. Texto datilografado – Arquivo Pessoal Edgard Roquette-Pinto – Academia Brasileira de Letras (APERP-ABL).

Roquette-Pinto foi o “mestre ilustre” dos estudos antropológicos no Brasil,³ sendo um dos autores que teria contribuído para a sua maneira de conceber a miscigenação racial em termos positivos (Freyre, 1946 [1933], 17-18). Sua notoriedade no campo da antropologia física era atribuída tanto ao seu interesse pelo conhecimento da etnografia indígena, da vida sertaneja e da classificação do “tipos antropológicos” brasileiros, quanto da miscigenação racial, da eugenia e da imigração. Posteriormente, seu nome tornou-se mais conhecido por sua atuação na área da comunicação, da divulgação científica e da educação, devido principalmente às suas realizações como fundador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, e sua atuação como diretor do Instituto Nacional de Cinema Educativo, cargo que ocuparia entre 1936 e 1946. Contudo, durante as primeiras décadas do século XX, boa parte de sua produção intelectual e científica foi mesmo dedicada ao estudo da formação antropológica brasileira.

Analisar a trajetória e a obra de Roquette-Pinto enquanto antropólogo físico é justamente o objetivo desta tese. Meu interesse principal é compreender como seus estudos acerca das características físicas e psicológicas da população brasileira foram articulados para pensar a construção de um “retrato realista” sobre a formação racial do Brasil. Ao mesmo tempo, procurei analisar como a compreensão de Roquette-Pinto sobre a função do intelectual e da ciência na organização do país teve um papel importante no desenvolvimento de seus estudos antropológicos, motivando-o a participar de um amplo debate sobre a construção de diagnósticos e alternativas para a superação dos problemas nacionais. Deste modo, articulando a militância nacionalista de Roquette-Pinto, sua atuação pública e seu diálogo com o pensamento antropológico da época, o objetivo da tese é analisar as relações entre antropologia, nação e política.

Um dos argumentos defendido nesta tese consiste em afirmar que os resultados dos estudos antropológicos elaborados por Roquette-Pinto devem ser vistos como parte de seus esforços para salvar a população mestiça da condenação imposta pelas teorias raciais e biológicas, especialmente àquelas formuladas a partir do século XIX. A sua adesão ao positivismo e ao “nacionalismo militante” encampava a idéia segundo a qual a atividade intelectual e a prática científica deveriam estar ancoradas à uma forte missão política e social, que consistia tanto na busca pelo conhecimento da “realidade nacional” e na

³ Freyre, Gilberto. “África”. *Correio de Manhã*. Rio de Janeiro, 19/02/1941. Recorte avulso - Arquivo Pessoal Edgard Roquette-Pinto – Academia Brasileira de Letras (APERP-ABL).

apresentação de diagnósticos para os seus problemas, quanto na valorização das características antropológicas de sua população. Aliás, esse trabalho procura afirmar que os estudos raciais de Roquette-Pinto foram deliberadamente acionados como ferramenta política que visava contestar a tese da suposta inferioridade racial brasileira. Armado com os instrumentos científicos oferecidos pela antropologia física, ou mesmo pela eugenia e pela medicina, o interesse de Roquette-Pinto era destacar a perfectibilidade biológica do “povo brasileiro”, atribuindo os “problemas” do país às questões de ordem política e social, e não às suas características raciais.

Seguindo a indissociável trajetória do Roquette-Pinto cientista e do político, meu intuito é compreender também como se formou o antropólogo físico, o intelectual, o cientista e o homem público que, por mais de trinta anos, dedicou suas atividades ao estudo dos problemas brasileiros. Ao mesmo tempo, esta tese trata dos diálogos e das relações intelectuais e científicas estabelecidas por esse antropólogo nas primeiras décadas do século XX, tanto em relação aos intelectuais e autoridades brasileiras, quanto os eugenistas, historiadores e antropólogos estrangeiros envolvidos com o tema da raça e dos problemas da população. Neste aspecto, meu argumento consiste justamente em destacar que a antropologia de Roquette-Pinto se torna mais inteligível quando analisado o debate internacional envolvendo os estudos antropológicos, as redes intelectuais e a circulação de idéias sobre raça, identidades nacionais e populações.

Com o objetivo de ressaltar a importância dessas relações para a construção de sua antropologia, mas também de sua própria identidade intelectual, esse trabalho procurara compreender os estudos de Roquette-Pinto como resultado tanto da ação política quanto do diálogo e do encontro com outros autores, textos e contextos. No que diz respeito à sua interlocução com autores europeus e norte-americanos, não se pode aceitar a afirmação do historiador brasilianista Thomas Skidmore, segundo a qual os brasileiros liam os escritores estrangeiros “sem nenhum espírito crítico” (Skidmore, 1976, 13). Ao invés de falar em “cópia mal-feita”, ou mesmo em influências intelectuais, como se os autores brasileiros fossem leitores passivos das idéias e teorias “vindas de fora”, procurarei ressaltar o aspecto criativo das apropriações políticas que as leituras e os diálogos de Roquette-Pinto com outros intelectuais e cientistas produziram. É preciso pensar as apropriações e o uso das idéias de acordo com os projetos, anseios, problemas e preocupações que mobilizavam a

sua geração de intelectuais, bem como a agenda política e científica desse período, as ideologias sociais vigentes e a própria realidade nacional.

Esta tese tem como recorte temporal os anos em que Roquette-Pinto atuou como cientista ligado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, entre 1905 e 1935. Nesse período, além da publicação de uma série de estudos raciais e etnográficos, o antropólogo também teve uma atuação destacada como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), da Academia Brasileira de Ciências e da própria Academia Brasileira de Letras, instituições nas quais manteve um expressivo círculo de relações pessoais e intelectuais. O antropólogo também adquiriu prestígio nessa época como diretor e fundador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, criada em 1923 com o objetivo de estimular a divulgação científica e a educação popular. Neste período, seu nome também estaria associado à outras sociedades, ligas nacionalistas e associações voltadas para uma ampla agenda de reformas e organização da sociedade (Lima & Sá, 2008).

Embora essa tese não pretenda explorar em profundidade as atividades desenvolvidas por Roquette-Pinto nestas instituições, acompanhar a sua atuação nestes diferentes espaços é fundamental para compreender a sua identidade intelectual e o próprio papel que atribuía aos estudos antropológicos, uma vez que suas práticas nessas instituições complementavam o seu projeto intelectual e político. De outro lado, seguir a sua trajetória ao longo das três primeiras décadas do século XX ajuda a compreender fatos importantes ocorridos na história do Brasil, especialmente na esfera da ciência e da política. Como pretendemos destacar, a maneira como Roquette-Pinto elaborou seus retratos e diagnósticos sobre o Brasil expressavam os diferentes momentos vividos pela sociedade brasileira, ou mesmo pelos acontecimentos que mobilizavam a vida política e intelectual ao redor do mundo, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. Do ponto de vista da produção científica e intelectual, esse período se caracterizou pela importância que o tema da raça e das populações alcançaram no cenário internacional, o que possibilitou um crescente interesse pelos estudos da antropologia física (Stocking, 1968; Stepan, 1982; Lindee & Santos, 2012).

Aspectos importantes da trajetória de Roquette-Pinto foram analisados recentemente no livro *Ensaio de antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*, organizado por Nísia Trindade Lima e Dominichi Miranda de Sá

(2008). Escrito por diferentes autores, o livro lançou uma análise instigante sobre a obra e a trajetória deste personagem, ressaltando o caráter multifacetado de sua biografia e suas diferentes atuações como escritor, cientista e homem público, desde o seu interesse pelo positivismo, a comunicação, a antropologia até a educação e a divulgação científica. A abordagem apresentada nesta obra no que tange à questão racial e o modo como Roquette-Pinto lidou com os problemas nacionais trouxeram elementos importantes para a construção dessa tese, especialmente o artigo de Lima e Sá (idem, 57-86) sobre a geração de Roquette-Pinto na República das letras; o estudo de Lima, Santos e Coimbra (idem, 99-122) acerca da publicação de *Rondônia: anthropologia-ethnographia*; a análise de Regina Horta Duarte (idem, 271-294) sobre o gosto do antropólogo pelas viagens e seu otimismo nacionalista; e os artigos de Giralda Seyferth (idem, 147-178) e Jair de Souza Ramos (idem, 179-212), ambos interessados em compreender a participação de Roquette-Pinto nas discussões sobre imigração e nacionalidade.

Outros trabalhos com os quais essa tese dialoga mais diretamente são os estudos de Ricardo Ventura Santos (1996; 1998; 2002), Olívia Maria Gomes da Cunha (2002) e Adriana Keuller (2007), que foram importantes para compreender o processo de institucionalização, as idéias e os problemas com os quais se envolveu a antropologia física no Museu Nacional. Enquanto escrevia essa tese, Regina Horta Duarte (2010) lançou uma interessante obra sobre a centralidade da biologia nos estudos desenvolvidos no Museu Nacional, na qual analisa o modo como essa disciplina foi empregada na formação do conhecimento sobre a realidade do país. Suas análises ajudam a perceber que a biologia, incluindo aí a própria antropologia física, exerceu um forte papel político no início do século XX, servindo como ferramenta para a formulação de projetos voltados à superação dos problemas nacionais e à organização da sociedade. O recente artigo publicado por Nísia Trindade Lima (2010) apresenta indicações importantes sobre a inserção da antropologia roquetiana num debate internacional, conforme destaca a autora ao comparar as idéias e a trajetória do antropólogo brasileiro com a de Franz Boas, uma das principais autoridades da antropologia norte-americana. A dissertação de João Baptista Ribas (1990) e a tese de Ana Maria Barbosa (1996), embora tivessem seguido caminhos diversos daqueles aqui traçados, também contribuíram para pensar a trajetória e o lugar de Roquette-Pinto na tradição intelectual brasileira. Neste mesmo sentido, pode-se destacar também o trabalho de Maria Lucia Pallares-Burke (2007), que, apesar de tratar da obra e

da trajetória de Gilberto Freyre até a escrita de *Casa-grande e Senzala*, ajudou a alargar a compreensão sobre a importância que a antropologia de Roquette-Pinto teve para a sua geração, como é possível perceber no uso que o próprio sociólogo pernambucano fez de suas idéias.

Em diálogo com essa historiografia, portanto, a presente tese procurará contribuir trazendo novos elementos e aprofundando outros ainda pouco conhecidos para a compreensão desse personagem multifacetado que foi Roquette-Pinto. A análise de suas atividades como antropólogo físico, suas relações intelectuais, sua atuação na arena pública, bem como seu diálogo com a antropologia alemã e norte-americana, pretendem ser as principais contribuições desse trabalho para o debate historiográfico. Em diálogo com a historiografia internacional das ciências, essa tese também pretende expandir a compreensão sobre a circulação de idéias e o debate internacional sobre raça e populações, especialmente no campo da antropologia física e da eugenia.

Outra contribuição que essa tese pretende apresentar diz respeito à própria pesquisa documental utilizada em sua escrita, uma vez que boa parte das fontes é ainda inédita ou pouco explorada pela historiografia. Entre os arquivos pesquisados, destaca-se o *Arquivo Pessoal de Edgard Roquette-Pinto*, pertencente ao *Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras*. O estímulo para a elaboração desta tese é, aliás, muito tributário ao encontro com esse acervo. Ainda em processo de organização e tratamento,⁴ o arquivo disponibiliza mais de oito mil documentos, com destaque para as correspondências pessoais e institucionais de Roquette-Pinto,⁵ recortes de jornais e revistas científicas e literárias, textos não publicados, cadernos de anotações, rascunhos diversos e documentos

⁴ Como o Arquivo Pessoal de Roquette-Pinto não foi devidamente tratado e organizado, não será possível fazer a indicação precisa da localização ou da classificação da documentação utilizada ao longo da tese. Por esse motivo, o leitor encontrará apenas a indicação de que a documentação pertence ao Arquivo Pessoal de Edgard Roquette-Pinto – Academia Brasileira de Letras (APERP-ABL).

⁵ Em relação às suas correspondências, vale destacar o contato de Roquette-Pinto com Affonso Taunay, Mário de Andrade, Marechal Cândido Rondon, Afrânio Peixoto, Henrique Morize e Francisco Venâncio Filho. Além disso, é possível encontrar também, embora com menor frequência, a correspondência de Roquette-Pinto com figuras como Alberto Torres, Gilberto Freyre, Gustavo Capanema, Oliveira Vianna, Renato Kehl, Octávio Domingues, Franz Boas, Rüdiger Bilden, Charles Davenport, Melville Herskovits, Raymond Pearl, Corrado Gini, e outros escritores envolvidos nas discussões em torno da questão racial, da antropologia física e da eugenia.

oficiais relacionados às suas atividades como antropólogo, escritor, educador, comunicador e homem público.⁶

O *Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional*, localizado no Museu de Astronomia do Rio de Janeiro (Mast), também foi fundamental ao longo dessa pesquisa, já que disponibilizou uma série de documentos sobre a atuação de Roquette-Pinto no Museu Nacional, em especial seus estudos acerca da classificação dos tipos antropológicos do Brasil.⁷ Na *Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (Semear-MN)*, sob a guarda do próprio Museu, foi possível localizar um grande acervo retratando o cotidiano da instituição, com destaque para a documentação referente às expedições científicas, como a que Roquette-Pinto realizou ao interior do país em 1912. Também foram importantes as pesquisas realizadas em outras instituições, como a Casa de Heloísa Alberto Torres, a Biblioteca Histórica do Museu Nacional, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a Biblioteca da Academia Brasileira de Letras, a Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz.

Pode-se dizer que essa tese é resultado de um trabalho de pesquisa que se iniciou ainda em 2005, quando escrevia minha dissertação de mestrado sobre as idéias e a atuação do médico e eugenista Renato Kehl na organização do movimento eugênico brasileiro, entre os anos 1910 e 1930 (Souza, 2006). Desde aquele momento, intrigava-me sobremaneira o envolvimento de Roquette-Pinto nas discussões sobre a questão dos “cruzamentos raciais”, a antropologia física, a eugenia, a imigração e a construção nacional. A análise sobre sua atuação durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, e o próprio conhecimento sobre seus estudos em antropologia física, lançavam a seguinte questão: como esse intelectual construiu a defesa da miscigenação

⁶ Boa parte da documentação disponível, especialmente recortes de jornais e revistas, textos manuscritos, rascunhos e anotações de leituras tratam de sua produção intelectual acerca da antropologia física, da eugenia, da etnografia, do debate sobre imigração e de uma série de temas relacionados ao “problema da raça”. De outro lado, o arquivo também apresenta uma diversidade de documentos relacionados à outras atividades intelectuais e públicas exercidas por Roquette-Pinto, incluindo seus trabalhos sobre divulgação científica, seus estudos literários e sua participação na Academia Brasileira de Letras, sua atuação na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, no Instituto Nacional de Cinema Educativo (Ince) e na Revista Nacional de Educação, suas atividades na Associação Brasileira de Educação (ABE), sua presença em outras instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Academia Brasileira de Ciência, o Museu Nacional, a Comissão de Cooperação Intelectual, a Sociedade Brasileira Amigos de Alberto Torres e a Comissão de Estudos de Populações, entre outras atividades e funções que exerceu ao longo da carreira.

⁷ Ver Santos, R. V.; Mello e Silva, M. C. S. *Inventário Analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2006.

racial e dos mestiços do Brasil empregando as ferramentas científicas que, até então, eram utilizadas justamente para estigmatizar a população brasileira como “inferior” e “degenerada”, sobretudo por sua origem mestiça? As idéias defendidas por Roquette-Pinto apresentavam-me questões bastante contraditórias em relação àquelas que haviam marcado a trajetória e a obra do eugenista Renato Kehl. Se o conhecimento das idéias desse último me faziam refletir sobre o peso que o racismo científico havia exercido no pensamento intelectual e na ciência brasileira, o contato com a obra de Roquette-Pinto revelava-me a diversidade de interpretações e usos que as teorias raciais oriundas da antropologia física e da eugenia poderiam ter entre os brasileiros das primeiras décadas do século XX. Finalmente, em 2007, depois de ter escrito um artigo sobre as “leis da eugenia” na antropologia de Roquette-Pinto (Souza, 2008), além do próprio contato com a documentação disponível em seu arquivo pessoal, iniciei a pesquisa que resultaria neste trabalho de doutoramento.

Esta tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro, meu interesse é analisar os anos de formação de Roquette-Pinto, procurando compreender os caminhos e motivações que o conduziram aos estudos da antropologia física e da questão racial. Apresento neste capítulo o ambiente social, cultural e intelectual com o qual o jovem Roquette-Pinto se relacionou na passagem do século XIX para o XX, sobretudo a partir de seu ingresso na vida pública carioca, quando iniciou, em 1902, o curso médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Destaco em seguida a entrada deste personagem como cientista no Museu Nacional, seu aprendizado em antropologia física e seus primeiros estudos nesta instituição. Neste ínterim, analiso também como se constituiu o campo da antropologia física na passagem do século XIX para o XX, especialmente da tradição que atuava no Museu Nacional, atentando sempre para o diálogo com a antropologia européia e o contexto nacional. Por último, enfatizo a importância da viagem que Roquette-Pinto realizou para a Europa em 1911, quando assistiu cursos de antropologia física e etnografia em Paris, Londres e Berlin, além de ter participado, como auxiliar de João Baptista de Lacerda, do Primeiro Congresso Universal de Raças, ocorrido em Londres. Argumento, aliás, que sua presença neste congresso, que reunira antropólogos, etnógrafos e naturalistas de várias partes do mundo, foi decisivo em sua formação como antropólogo físico.

No segundo capítulo, analiso a experiência etnográfica vivida por Roquette-Pinto durante a expedição científica que empreendeu ao interior do Brasil, ainda em 1912,

quando realizou um amplo trabalho de coleta de dados e observação da vida indígena e sertaneja da região norte do Mato Grosso. O objetivo é compreender o significado dessa expedição em seu modo de conceber a identidade nacional, uma vez que o contato com essa população lhe teria revelado um país desconhecido da grande maioria dos brasileiros. A partir da análise dos escritos publicados após essa viagem antropológica, especialmente do seu *Rondônia*, que se originou do próprio relatório de campo, procuro acompanhar o diálogo que o viajante-antropólogo travou com as interpretações sobre o Brasil sertanejo em voga no início do século XX, sobretudo àquelas que remetiam à Euclides da Cunha e à redescoberta do sertão. O argumento que procurarei defender neste capítulo consiste em destacar que ao mesmo tempo em que descobria no sertanejo as características principais da nacionalidade, Roquette-Pinto encontrava no nacionalismo um sentido político para a produção intelectual e a defesa do homem do interior. Não à toa, o antropólogo entendia que para se transformar em uma nação “consciente do seu destino”, o Brasil precisaria ser conhecido e nacionalizado, a começar pelo interior do país, onde o sertanejo fazia o trabalho lento de integração nacional.

O terceiro capítulo trata das pesquisas que Roquette-Pinto realizou ao longo dos anos 1920 sobre classificação dos “tipos” antropológicos brasileiros. Esse capítulo é fundamental para compreender o modo como o antropólogo lidou com o retrato racial do Brasil, por meio do qual procurou descrever a constituição do caráter anatômico, fisiológico e psicológico dos diferentes “tipos” raciais formadores do país. Procuo demonstrar que esse retrato do Brasil foi construído num estreito diálogo com os métodos e as técnicas da antropologia física alemã, sobretudo com a geração formada na passagem do século XIX para o XX. O argumento principal defendido nesse capítulo consiste em afirmar que, mesmo sem sair do campo das ciências naturais e sem abandonar o conceito de raça, Roquette-Pinto negou que os problemas do país estivessem relacionados à sua formação biológica. Utilizando-se da antropologia física enquanto um “documento científico” posto a serviço dos “responsáveis pelo destino do país”, como afirmava durante o congresso brasileiro de eugenia (Roquette-Pinto, 1929), o antropólogo procurou chamar atenção para os que seriam os principais dilemas nacionais, como o abandono em que vivia o homem do interior, a presença disseminada de doenças, a desnutrição e o analfabetismo que atingia a grande maioria população.

Por outro lado, embora esse capítulo demonstre que Roquette-Pinto foi um dos autores brasileiros que melhor formulou, a partir dos estudos biológicos, as críticas ao racismo científico, também destaca que suas idéias não escaparam de ambigüidades e dilemas. Em primeiro lugar, está presente em sua obra a idéia segundo a qual a miscigenação entre os tipos nacionais e o imigrante branco tenderia a um acentuado predomínio das características do segundo, o que reafirmava a tese do branqueamento. Em relação à formação do que se denominou chamar de “caráter brasileiro”, Roquette-Pinto também não deixou de acreditar na existência de hierarquias em relação aos atributos psicológicos que constituíam os “tipos raciais” do Brasil, classificando-os em diferentes escalas ou padrões de comportamento.

O quarto capítulo procura compreender o modo como Roquette-Pinto lidou com a miscigenação racial, um dos assuntos de maior centralidade no debate antropológico da época. Meu objetivo é analisar o diálogo desse personagem com autores brasileiros e estrangeiros diretamente envolvidos com o tema da então chamada “mistura de raças”. Num primeiro momento, analiso as leituras e o debate de Roquette-Pinto com antropólogos, médicos e naturalistas alemães e norte-americanos, com destaque para Eugen Fischer, Charles Davenport e Rudiger Bilden. Neste mesmo sentido, destaco seu diálogo com a antropologia física norte-americana, procurando analisar como o antropólogo brasileiro se posicionou diante do crescimento do racismo científico nos estudos antropológicos daquele país. Ressalto especialmente as idéias envolvendo autores como Madison Grant e Lothrop Stoddard - considerados os dois grandes arianistas dos Estados Unidos -, e, por outro lado, as concepções anti-racista de Franz Boas. Em seguida, destaco o diálogo de Roquette-Pinto com antropólogos, historiadores e sociólogos brasileiros, em especial Alfredo Ellis Junior, Afonso Taunay, Manoel Bomfim e Gilberto Freyre. A exemplo de Roquette-Pinto, esses pensadores lidaram com os “cruzamentos raciais” como elementos centrais para a compreensão da sociedade brasileira e a projeção do futuro Brasil. Por fim, volto-me novamente para a discussão sobre a tese do branqueamento racial, por meio da qual analiso as interpretações de Roquette-Pinto no que tange a este tema.

No último capítulo, destaco o envolvimento do antropólogo com as idéias eugênicas e os chamados “problemas das populações”, como a questão da demografia, da imigração e do povoamento do Brasil. Meu interesse é compreender o sentido da

apropriação que o antropólogo fez das idéias eugênicas, uma vez que sua trajetória foi marcada por uma insistente campanha contra as ideologias raciais que se renovavam e ganhavam força justamente por intermédio da eugenia. Neste sentido, destaco especialmente a leitura que o antropólogo fez da obra do cientista britânico Francis Galton, considerado o fundador da “doutrina” eugênica. Argumento que, embora Roquette-Pinto compartilhasse com seus contemporâneos dos ideais de aperfeiçoamento constante das raças humanas, não deixou de se opor aos eugenistas que sustentavam medidas mais radicais, como a esterilização eugênica e o impedimento aos matrimônios inter-raciais. Em seguida, analiso a participação do antropólogo brasileiro no debate sobre os problemas das populações, sobretudo a partir do final dos anos 1920, quando integrou a *International Union for the Scientific Study of Population Problems*, além de ter sido um dos cofundadores da *Comissão Nacional de Estudo dos Problemas de Populações*. Aqui, procuro compreender a inserção do antropólogo brasileiro no debate internacional sobre populações, especialmente envolvendo antropólogos e eugenistas como Raymond Pearl, uma das principais autoridades nos estudos da biologia e da demografia de populações.

Conforme demonstro na última parte deste capítulo, suas preocupações com o tema das populações, da raça e da formação antropológica brasileira o conduziram, como era comum a época, ao debate sobre imigração. Analiso principalmente a sua atuação durante o governo de Getúlio Vargas, quando participou de uma comissão de especialistas responsável por elaborar um anteprojeto de regulamentação dos dispositivos constitucionais sobre imigração, de acordo com o que havia sido votado durante a Assembléia Constituinte de 1933/1934. Neste aspecto, enfatizo as posições de Roquette-Pinto acerca da imigração japonesa, a restrição à entrada de estrangeiros no país, a defesa dos trabalhadores nacionais e suas divergências em relação ao projeto de “seleção eugênica dos imigrantes”, conforme o texto preparado pelo eugenista Renato Kehl, um dos integrantes da subcomissão da qual participava o próprio antropólogo.

Capítulo 1

Os Anos de Formação

Logo no início do século XX, Edgard Roquette-Pinto desenvolveria seus primeiros estudos sobre a composição racial do Brasil, seguindo o caminho de muitos dos intelectuais brasileiros deste período. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1905, com apenas 22 anos de idade, o jovem Roquette-Pinto iniciaria, neste mesmo ano, sua carreira profissional no Museu Nacional, como antropólogo físico e etnógrafo, especializações científicas ainda pouco prestigiadas no país de médicos, bacharéis, engenheiros e literatos. Sua inserção no mundo da ciência, no entanto, se daria por intermédio de uma instituição conceituada e de reconhecimento científico internacional, sobretudo no campo das ciências naturais. Desde sua fundação no início do século XIX, ainda antes da independência do Brasil, o Museu Nacional fora responsável por boa parte das pesquisas científicas realizadas no país, dentre elas estudos sobre a origem racial, as características e a formação da população brasileira (Schwarcz, 1993; Lopes, 1994, Santos & Mello e Silva, 2006).

Os primeiros anos de Roquette-Pinto como antropólogo desta instituição foram marcados pela aprendizagem de um conhecimento especializado que iniciou ainda na faculdade de medicina, especialmente nos laboratórios de anatomia e fisiologia. Sua dedicação aos estudos antropológicos se deve tanto ao interesse que a questão racial

suscitava na passagem do século XIX para o XX, quanto à sua própria formação intelectual, marcada por uma tradição humanista, nacionalista e cientificista ao mesmo tempo, que sustentava o engajamento público e o desejo de compreender a realidade brasileira e de propor soluções para seus problemas.

O objetivo deste capítulo é analisar os anos de formação de Roquette-Pinto, procurando compreender os caminhos e as motivações que o conduziram aos estudos da antropologia física e da etnografia. Apresento inicialmente o ambiente cultural e intelectual com o qual este personagem conviveu em seus primeiros anos de aprendizagem, desde a educação que recebera de seu avô materno, passando pela sua experiência na Fazenda “Bela Fama”, até a sua entrada para o curso de medicina, em 1901. Em seguida, meu interesse é analisar tanto a formação médica que Roquette-Pinto tivera na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, quanto à própria atuação pública e os debates intelectuais com os quais a elite médica carioca esteve envolvida no início do século XX. Num segundo momento, meu objetivo é analisar a entrada de Roquette-Pinto no Museu Nacional, seu aprendizado em antropologia física e seus primeiros trabalhos científicos. Neste contexto, será importante analisar como se constituiu o campo da antropologia física na passagem do século XIX para o XX, especialmente da tradição que atuava no Museu Nacional, atentando para o diálogo com a antropologia física européia e o contexto nacional, que juntos cimentariam as discussões antropológicas entre os brasileiros.

Por último, meu interesse é analisar a participação de Roquette-Pinto e de João Baptista de Lacerda, então Diretor do Museu Nacional, no Primeiro Congresso Universal de Raças, realizado em Londres em 1911. Além de discutir o significado da viagem à Europa e do próprio congresso na formação intelectual do jovem antropólogo, uma vez que nele se encontravam algumas das principais autoridades internacionais no campo da antropologia física, destacarei também o trabalho apresentado por Lacerda sobre os “Mestiços do Brasil”, do qual Roquette-Pinto contribuiu fornecendo dados estatísticos acerca dos grupos raciais brasileiros. Em texto publicado neste mesmo período, como pretendo demonstrar, Roquette-Pinto reafirmaria boa parte dos argumentos expostos por Lacerda, sobretudo no que dizia respeito à crença na tese do branqueamento.

1.1. Da fazenda “Bela Fama” ao Rio de Janeiro

Nascido em 1884, no Rio de Janeiro, então Capital do Império, Edgard Roquette-Pinto presenciou, ainda na infância, mudanças significativas no cenário nacional, como a abolição da escravatura, a queda da Monarquia e a instauração da República em novembro de 1889. Em artigo de memória, Roquette-Pinto recorda não apenas de ter visto o Imperador e toda a sua comitiva passar em frente ao seu portão, na Rua Voluntários da Pátria, no bairro de Botafogo, como também do dia em que a Marinha saltou em terra para proclamar a República.⁸ Naquele mesmo ano, devido principalmente a separação de seus pais, o pequeno Edgard, juntamente com o seu irmão Mauro e sua mãe Ana Josefina, seriam forçados a deixar a Capital Federal para viver junto ao seu avô materno, na Fazenda Bela Fama, no interior das Minas Gerais.

Edgard Roquette-Pinto iria conviver muito pouco ao lado do pai Manoel Menélio Pinto Vieira de Melo (1854-1911), um virtuoso e rico bacharel pernambucano formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1875. Embora seu pai seja mencionado com alguma frequência em seus escritos de memórias ou em textos autobiográficos, Manuel Menélio parece ter sido uma figura ausente para o filho que dele fora obrigado a se distanciar com apenas cinco anos de idade. Filho de uma tradicional família do Recife, o pai de Roquette-Pinto iria fazer carreira tanto na magistratura, como juiz de direito em Minas Gerais e desembargador na Capital Federal, quanto na política, onde fora eleito deputado pela província mineira ainda durante o Império, entre 1882-1885.⁹ Mais tarde, devido à sua participação na política nacional, Manuel Menélio fora obrigado a deixar a Capital Federal durante a Revolução Federalista de 1893, quando exilou-se por alguns anos no Estado do Amazonas. No norte, manteve amizade com Eduardo Ribeiro, importante liderança política da região, e com Plácido de Castro, que juntos participaram da “questão do Acre”, disputa territorial que envolveu o governo boliviano e brasileiro. De “espírito vigoroso e inquieto”, conforme relembra Roquette-Pinto, seu pai não se abateria com a

⁸ Roquette-Pinto, Edgard. “Notas e Opiniões”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10/08/1954 (Recorte avulso - FPERP-ABL).

⁹ Lista de Deputados e Senadores do Estado de Minas Gerais. In: <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html> (consultado em 04/04/2010).

derrocada política que sofrera naquele período de crise republicana, voltando novamente ao Rio de Janeiro para atuar como advogado e desembargador.¹⁰

Na verdade, a figura paterna com a qual o jovem Edgard de fato se afeiçoara, e que serviu como referência para a sua vida familiar, foi a do avô materno, João Roquette Carneiro de Mendonça (1842-1921).¹¹ Desde a separação dos pais no final dos anos 1880, foi ao seu lado que Edgard cresceu, tendo dele recebido uma “esmerada” educação familiar, cultural e intelectual. Em suas memórias, ou mesmo nas correspondências privadas, o avô sempre fora carinhosamente tratado como “paizinho”, descrito como um “velho fidalgo”. Era um homem “alto, robusto, de olhos verdes excepcionalmente dominadores”, cuja voz “redonda, cheia, muito grave e forte” encantava e causava admiração de todos que dele se aproximassem. Nas palavras de Roquette-Pinto, “a natureza tinha feito dele um ser de bondade. Dera-lhe o corpo olímpico e o caráter de um herói. Para nós todos, era o Paizinho” (Roquette-Pinto, 1934, 170).

Na fazenda Bela Fama, onde seu avô mantinha o cultivo do café, e onde Roquette-Pinto viveu parte de sua infância, o prestígio e a serenidade de João Roquette Carneiro de Mendonça sempre foi visto como uma de suas principais virtudes. Em suas lembranças da infância, Roquette-Pinto recorda do respeito que o avô conquistara entre os “negros” que trabalhavam na fazenda, ainda na época da escravidão. “Quando os negros brigavam, nas excitações do álcool ou do ciúme - rememorava Roquette-Pinto -, ele interrompia na ‘sala do bilhar’ o vultrete ou o xadrez e chegava até a varanda com o seu nobre passo natural e firme. Mal o velho se levantava, irritado pela algazarra, havia um corre-corre de molecotes, espalhando a notícia da intervenção do ‘Senhor’... E tudo serenava, pelo prestígio daquela presença magnânima” (idem, 170).

Formado Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo nos anos 1860, João Roquette retornaria ao Estado de Minas Gerais para administrar a fazenda que herdara da família. Logo depois da proclamação da República, envolveria-se com a política mineira,

¹⁰ Roquette-Pinto, E. “Notas e Opiniões”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 07/11/1953. Recorte avulso (APERP-ABL).

¹¹ Mais tarde, quando se formaria pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Roquette-Pinto dedicaria sua tese à mãe Ana Josefina Carneiro de Mendonça e aos avós maternos, Ana e João Roquette Carneiro de Mendonça, que, segundo ele, foram aqueles “que me não deixaram fenecer o coração e a alma, que tem procurado alegrar a minha mocidade e dirigir o meu espírito” (Roquette-Pinto, 1906, II).

sendo eleito por três mandatos consecutivos ao Senado Estadual, entre 1891 e 1898.¹² Assim como muitos da aristocracia rural oitocentista, especialmente àqueles formados bacharéis, o contato com a política local era uma questão de manutenção de seu prestígio e dos interesses econômicos, políticos e sociais. Segundo Edgard Roquette-Pinto, seu avô fora um republicano de primeira hora. Ainda quando estudante, em São Paulo, teria participado, ao lado de um grupo de jovens alunos e professores da Faculdade de Direito, dos primeiros movimentos em defesa das idéias republicanas. Junto de Rangel Pestana, Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes, Henrique de Abreu, Antonio Vaz Pinto Coelho, entre outros, o avô de Roquette-Pinto teria colaborado na criação e redação do jornal *O Tymbira*, um periódico de propaganda republicana.¹³

De acordo com os textos de memórias de Roquette-Pinto, enquanto sua família paterna, de origem pernambucana, era ligada à política monarquista, a família materna, toda ela mineira, teria aderido aos ideais republicanos logo cedo. Com orgulho, lembra de ter encontrado o nome de seu bisavô, Eduardo Carneiro de Mendonça, cunhado do Visconde de Abaeté, entre os que assinaram o Manifesto Republicano de 1870.¹⁴

Das memórias que escreveu sobre suas experiências na fazenda de seu avô, Roquette-Pinto lembra com certa nostalgia de sua convivência entre os “negros”, “moleques” e as “mucamas”, especialmente nas noites de São João, onde todos se reuniam em volta da fogueira para confraternizar um dos dias mais importantes do ano. Além dos vizinhos, comparecia também o Padre Megale, amigo da família que vinha de muito longe, montado no lombo de uma burra, para celebrar a festa de São João. Segundo Roquette-Pinto, enquanto os “negros” e os “moleques” se divertiam ao redor da fogueira com seus batuques, violas e sanfonas, embalados por suas cantigas populares, do “salão do piano” vinham, até a fogueira, os sons das cantigas italianas e francesas que algumas raparigas da vizinhança entoavam ao lado de “Seu Tavares”, o mestre de música e o professor de abc de todos os moleques da fazenda (Roquette-Pinto, 1934, 170).

¹² “Lista de Deputados e Senadores do Estado de Minas Gerais”. Op. cit.

¹³ Roquette-Pinto, E. “Notas e opiniões”. *Jornal do Brasil. Rio de Janeiro*, 16/02/1954 (Recorte avulso, APERP-ABL).

¹⁴ Roquette-Pinto, E. “Notas e opiniões”. *Jornal do Brasil. Rio de Janeiro*, 07/11/1953 (Recorte avulso, APERP-ABL).

A vida social na fazenda mineira, conforme as memórias de Roquette-Pinto permitem imaginar, foi marcada pela presença da escravidão e, mesmo depois da abolição, pela permanência dos trabalhadores negros, então alforriados, sob os domínios de seu senhor. A proximidade entre a casa-grande e a senzala, entre o “senhor”, sua família e seus escravos aparece também como mais uma das características que marcaram a paisagem rural brasileira em boa parte do século XIX (Freyre, 1933; 1959). Além disso, a presença dos modos de vida aristocráticos, como as cantigas italianas e francesas entoadas ao som do piano, ao lado do mestre de música, é ilustrativo do modelo de sociedade que a elite brasileira aprendera a cultivar. É possível imaginar que a experiência do menino Edgard ao se relacionar com esse Brasil rural, aristocrático e recém saído do regime escravocrata, fortemente marcado pela cultura africana e europeia ao mesmo tempo, tenha imprimido cores fortes em seu imaginário social.

Vale lembrar que para além da convivência com esse Brasil que unia e distanciava as diferenças sociais e de cor, a própria família de Roquette-Pinto trazia em sua história genealógica uma forte marca do encontro entre a origem europeia e africana. Em seu *Diário Secreto*, o escritor Humberto de Campos (1886-1934) destacou que seu amigo Roquette-Pinto confessaria certa vez, não sem o constrangimento que a família dizia carregar, “possuir nas veias sangue negro”, herança de uma de suas bisavós, “um tipo clássico de mulata brasileira” (apud Lins, 1956, 95). O próprio avô João Roquette era um homem com fortes traços mestiços, embora o neto Edgard preferisse ressaltar em suas memórias os “olhos verdes excepcionalmente dominadores” de seu avô (Roquette-Pinto, 1934, 170).

A educação que Roquette-Pinto recebera em sua infância foi marcadamente aristocrática, principalmente pela cultura erudita que receberá logo em seus primeiros anos de vida. Além de aulas de piano, Roquette-Pinto teve lições de francês, italiano e latim antes mesmo de completar 10 anos de idade. Como era tradição entre os filhos da elite brasileira, o neto de João Roquette fora educado na casa-grande por mais de um preceptor. Logo aos quatro anos, aprendera as primeiras letras, ainda quando morava com os pais na Capital Federal. Sua primeira professora, “Vovó Gabriella”, como ele a chamava, era filha do poeta mineiro João Salomé Queiroga (1810-1878), e uma antiga amiga da família de João Roquette. Apaixonada pela poesia, pela literatura e pela língua francesa, Roquette-Pinto recorda que sua preceptora era uma mulher “de feições extremamente delicadas,

espírito vivo, bem humorada, muito inteligente e culta”. Segundo ele, Vovó Gabriella o ensinara a ler por meio das páginas do “Jornal do Comércio”, que fora a sua primeira e única cartilha.¹⁵ Com ela, teria aprendido o francês ainda menino, de modo que aos nove anos de idade já lia em francês o romance “Atala”, do escritor François-Rene de Chateaubriand.¹⁶

Outro preceptor responsável pela educação de Roquette-Pinto, e também de seu irmão Mauro, foi o professor e filósofo Levindo Castro de Lafayette, que morou na fazenda Bella Fama durante três anos. Nas palavras de Roquette-Pinto, conforme rememorava em entrevista concedida nos anos 1930 a uma revista carioca, Lafayette fora um mestre incomparável, “um dos mais lúcidos e cultos professores deste país, um dos mais nobres caracteres” que encontrara em sua vida. Com este mestre, o jovem Roquette-Pinto teria lições de latim e italiano, bem como de língua portuguesa, história, geografia, filosofia e teologia. Além de professor, Lafayette foi também escritor e tradutor, tendo sido responsável pela organização do famoso dicionário “Novo Vocabulário Universal da Língua Portuguesa”, publicado em 1889, em Paris, pela Editora Garnier.¹⁷

Em 1896, aos 12 anos de idade, Roquette-Pinto retornaria ao Rio de Janeiro juntamente com seu avô, que devido à crise que se abatera sobre a economia cafeeira, decidira vender a fazenda Bela Fama para tentar a vida profissional na Capital Federal. Assim como vinha ocorrendo com outros fazendeiros a partir do final dos anos 1890, especialmente em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, João Roquette foi fortemente afetado pela crise de superprodução do café e pela recessão econômica na Europa e nos Estados Unidos, que juntas derrubaram os preços externos do café quase pela metade. A crise não apenas levaria à falência de um bom número de cafeicultores, como também colocaria a economia brasileira à beira de um colapso financeiro, marcado pela falta de crédito no mercado interno e pelo crescimento exorbitante da dívida externa, especialmente durante

¹⁵ Roquette-Pinto, E. “Notas e Opiniões”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10/08/1954 (Recorte avulso – FPERP-ABL). Em outro artigo de memória publicado durante os anos 1950, Roquette-Pinto comentava que ninguém poderia “pretender conhecer a nossa vida de nação (...) sem percorrer aquelas páginas”. O jornal que lera diariamente junto à sua preceptora era, no seu dizer, um verdadeiro “livro de nacionalidade” (Roquette-Pinto, E. Notas e Opiniões. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04/10/1952. Recorte avulso, FPERP-ABL).

¹⁶ Roquette-Pinto, E. “Notas e opiniões”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31/05/1952 (Recorte avulso, APERP-ABL).

¹⁷ “A inquietação artística de Roquette-Pinto”. *Revista Vamos Ler*. Op. Cit., 1938, p.43.

os governos Prudente de Moraes e Campos Sales, na passagem do século XIX para o XX (Fausto, 2006a, 221-225; Carone, 1983, 34-41).

Ao chegar à Capital Federal, onde fixou residência na Rua São Clemente, em Botafogo, João Roquette Carneiro de Mendonça foi, de pronto, auxiliado pelo Senador Federal e amigo Alfredo Ellis (1850-1925),¹⁸ que lhe conseguiu o direito de propriedade vitalícia de um Cartório de Registros Civil e Comercial, o Décimo Tabelionato de Notas da Capital Federal. À época, os cartórios de registros haviam se transformado num comércio rentável e bastante prestigiado, concedido à famílias tradicionais ligadas à elite política nacional e à grupos oligárquicos. A propriedade do Tabelionato concedida à João Roquette por Alfredo Ellis ocorrera, possivelmente, não apenas pela amizade pessoal ou por sua formação como bacharel, mas também pela função que o senador exercia como representante de uma das principais lideranças políticas da aristocracia cafeeira. Vale lembrar que, juntamente com o também Senador Quintino Bocaiúva, Alfredo Ellis teve um papel destacado durante a crise do café, empenhando-se em garantir junto ao Governo Federal maior proteção e ajuda aos cafeicultores que se encontravam em dificuldades financeiras na passagem de século (Carone, *idem*, 38-39).

Além da crise na economia do café, outro motivo que deve ter contribuído para a vinda da família ao Rio de Janeiro foi a necessidade de encontrar boas escolas para o já adolescente Edgard e seu irmão Mauro, uma vez que a esmerada educação intelectual dos netos sempre fora uma preocupação de João Roquette. No mesmo ano em que chegara à Capital Federal, em 1896, Roquette-Pinto inicia o curso de humanidades no Externato Aquino, tido como um dos mais tradicionais colégios do país no ensino secundário privado. Dirigido desde meados do século XIX pelo educador João Pedro de Aquino, bacharel em ciências físicas e matemáticas, o Colégio se caracterizou pelo ensino de ciências, com forte ênfase positivista (Venâncio Filho, 2008, 42-43). Ao mesmo tempo, o colégio não deixou de ter um grande número de aulas voltadas para a formação humanista, como era tradicional entre os brasileiros na virada do século XIX para o XX. De acordo com a grade curricular estabelecida para o curso de humanidades, Roquette-Pinto frequentou, além das aulas de ciências físicas, biológicas e matemáticas, as cadeiras de

¹⁸ Em sua tese de doutorado, defendida em 1906, Roquette-Pinto fez um agradecimento especial à Alfredo Ellis e sua esposa, demonstrando a proximidade familiar que os unia: “eu traduzo o sentir de toda a minha família traçando esses nomes os dos meus parentes amigos que me são mais caros” (Roquette-Pinto. 1906).

línguas (latim, grego, inglês, francês e alemão), gramática portuguesa, geografia, história do Brasil, história universal, geografia, filosofia, retórica e poética.¹⁹ Além de Carlos de Laet e Fortunato Duarte, que Roquette-Pinto relembra como seus principais mestres, também foram professores do colégio nomes ilustres como Francisco Freyre Alemão, André Rebouças, Alfredo d'Escracnolle Taunay e Benjamim Constant. Como alunos, formaram-se naquela instituição, entre outros, figuras como Euclides da Cunha, José do Patrocínio, Olegário Maciel, Leitão da Cunha, Augusto Brant Paes Leme.²⁰

1.2. O ingresso na vida pública carioca e no mundo da ciência

Os primeiros anos no Rio de Janeiro foram, para o jovem estudante secundarista, de descoberta de uma sociedade em rápida transformação. A quietude na qual vivera na fazenda Bela Fama seria substituída pela excitação da vida urbana, pelo vai e vem dos bondes, pelo burburinho dos cafés e pelo intenso movimento de transeuntes pelas estreitas ruas da Capital Federal. Naquele final de século, a população do Rio de Janeiro já ultrapassara o número de 550 mil habitantes, formada por um grande contingente de imigrantes recém chegados, negros, mulatos, cafuzos e uma pequena elite branca local (Pamplona, 1996, 55-57; Fausto, 2006b, 319). Embora a economia atravessasse um período de crise financeira, a Capital Federal vivia um clima de relativa estabilidade política, especialmente depois da eleição de Prudente de Moraes em 1894, o primeiro presidente civil a tomar posse no país.

No cenário cultural, o Rio de Janeiro que Roquette-Pinto passara a se relacionar fora marcado por certa efervescência intelectual, com a circulação de revistas literárias, jornais diários e um bom número de romances, consumidos por uma minoria alfabetizada. Vale lembrar que em 1897, um grupo de escritores liderados por Machado de Assis, Lúcio de Mendonça, José Veríssimo, Joaquim Nabuco e Medeiros de Albuquerque fundariam a Academia Brasileira de Letras, em torno da qual se reuniria parte da elite letrada carioca. A passagem de século seria marcada entre os homens de letras, especialmente no Rio de

¹⁹ Sobre o Externato Aquino, consultar Barata, Carlos de Almeida. “Colégio Brasileiro de Genealogia: Externato Aquino”, em www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_e_01.html (consultado em 05/04/2010).

²⁰ Idem.

Janeiro, pela afirmação da literatura ao estilo da *Belle Époque*, na qual a imitação à arte, à ciência e aos hábitos de vida franceses dava o tom e as cores da vida literária nacional (Sevcenko, 1999; Needel, 1993).

A imersão do jovem Roquette-Pinto nas principais questões literárias, intelectuais e políticas deste período se daria, inclusive, a partir do próprio ambiente familiar. Além da educação apurada que receberá de seus preceptores, ou mesmo dos mestres no Colégio Aquino, foi na residência de seu avô João Roquette que aprendera muita “filosofia cabeluda”, conforme rememorava anos mais tarde. Todas as semanas, seu avô recebia em sua residência um círculo de amigos de projeção nacional, como o Senador Alfredo Ellis e os escritores Eduardo Ramos, Cesário Alvim (companheiro antigo de João Roquette que viria a ser prefeito do Rio de Janeiro entre 1898-1899), Silva Ramos e Levindo Castro de Lafayette, que continuava a ser o principal mestre de Roquette-Pinto, como ele próprio recordava. Além de discussões filosóficas, “tertúlias íntimas”, “conversas espiritualistas” e discussões sobre os destinos do país, Roquette-Pinto comenta que muitas vezes até mesmo poemas eram recitados, sobretudo por Eduardo Ramos, poeta de expressão que mais tarde viria a ser eleito para a Academia Brasileira de Letras.²¹

Em 1900, aos 16 anos, Roquette-Pinto concluiria o curso de humanidades do Externato Aquino e começava a se preparar para realizar o exame de vestibular. Embora fosse tradição na família, Roquette-Pinto não desejava seguir o caminho profissional trilhado pelo pai e pelo avô materno, ambos bacharéis, como era a forte tradição entre os filhos da elite brasileira. Na verdade, sua intenção inicial, como confessara seguidas vezes, sempre fora a de formar-se Oficial da Marinha, tamanho desejo e curiosidade de viajar e conhecer o mundo.²² Sua escolha, no entanto, fora pela medicina. Ao invés do domínio das leis, ou do prazer das viagens, preferiu o estudo das ciências naturais, iniciando naquele mesmo ano o curso preparatório para o vestibular em medicina.

Sua opção pelo curso médico, conforme lembraria anos mais tarde, teria sido uma sugestão de Francisco de Castro (1857-1901), então Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e uma das principais autoridades no campo médico brasileiro. Além de suas

²¹ Roquette-Pinto, E. “Notas e Opiniões. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11/04/1954 (Recorte avulso, APERP-ABL).

²² “Em palestra com os Imortais” (entrevista com Roquette-Pinto). *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, 13/09/1935 (recorte avulso – APERP-ABL).

atividades como professor e médico em uma clínica particular, Castro se destacara também como escritor, cujas obras lhe renderiam à entrada para a Academia Brasileira de Letras em 1899, na cadeira ocupada pelo escritor Alfredo d'Escagnolle Taunay (1843-1899).²³ Roquette-Pinto recorda que a sugestão de Francisco de Castro ocorrera durante uma viagem de trem que fizeram juntos até o subúrbio do Rio, quando acompanhara o médico em visita à uma paciente de sua família. Durante o caminho de ida, contava Roquette-Pinto, “ele me perguntara que carreira iria eu seguir, uma vez que tinha concluído os meus estudos secundários. Na volta, facilmente me convenceu de que um espírito curioso, como era o meu, precisava de uma carreira científica. Aceitasse o seu conselho. Entrasse para a Faculdade... Fosse qual fosse o meu destino, só me poderia ser útil um bom curso de ciências biológicas”.²⁴ Meses depois, em 1901, ingressaria na tradicional Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Fundada em 1808 por Dom João VI, sob o nome de Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina da Capital Federal, juntamente com a Faculdade de Medicina da Bahia, fora responsável pela grande maioria da produção médico-científica e pela formação da elite médica brasileira. Enquanto a segunda se especializara no estudo da medicina legal, campo no qual Nina Rodrigues (1862-1906) se destacou como a principal liderança, a primeira buscava a sua originalidade na descoberta de doenças tropicais e nos estudos sobre higiene, especialmente a partir da década de 1900 (Schwarcz, 1993, 189-190). Pela escola de medicina do Rio de Janeiro passaram, como alunos ou professores, nomes como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Miguel Couto, João Baptista de Lacerda, Afrânio Peixoto, Francisco de Castro, Rocha Lima e toda uma geração de médicos que nos anos seguintes se destacariam tanto no campo científico e das letras quanto no cenário político.

No mesmo ano em que iniciara o curso médico, em 1901, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro começava implantar a nova Reforma do Ensino Superior, conforme estabelecia o decreto nº 3.890, de 01/01/1901, assinado pelo Ministro Epiácio Pessoa, durante o governo de Campos Salles. Além de restringir a liberdade de frequência,

²³ Francisco de Castro. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz – <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/castfran.htm> (consultado em 06/04/2010).

²⁴ “A inquietação artística de Roquette-Pinto”. *Revista Vamos Ler*. Op. Cit., 1938, p.45.

a nova reforma no ensino médico suprimiu algumas cadeiras e criou outras novas, como a de bacteriologia, que seria ocupada inicialmente pelo médico e higienista Rodolpho Galvão. De maneira geral, a reforma foi implantada distintamente do que havia previsto a comissão de professores que dela havia se encarregado, provocando inúmeros problemas até mesmo à vida acadêmica, como a demissão de Francisco de Castro da direção da Faculdade. Como ainda não havia sido nomeado um vice-diretor, a instituição seguiu um período de crise, de desorganização acadêmica e administrativa, de orçamentos escassos e laboratórios decadentes.²⁵ Nos anos seguintes, durante a gestão de Luiz da Cunha Feijó Filho (1872-1911), a Faculdade passaria por um período tanto de reforma administrativa quanto em sua estrutura física, inclusive com a construção de novos prédios, laboratórios e a aquisição de equipamentos laboratoriais modernos, procurando se adequar ao “Código de 1901”.²⁶

Durante os anos em que Roquette-Pinto frequentou os bancos da Faculdade de Medicina, o ensino médico passava por um período de transição, procurando adaptar o tradicional ensino teórico, que predominava fortemente no Brasil, ao ensino prático e científico, com a ampliação das aulas em laboratórios e nos hospitais de residência. É importante lembrar que a reforma de 1901 teve uma marca positivista forte, que privilegiou o ensino de cunho mais científico em detrimento do enciclopédico.²⁷ De outro lado, apesar da ampliação das aulas em laboratórios e da ênfase à prática científica por parte de alguns professores, o ensino na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ainda continuou, em grande medida, formando profissionais para a clínica médica. Poucos eram os alunos, nesse período, que seguiriam a carreira científica depois de formados, como ocorrera, por exemplo, com Oswaldo Cruz, Carlos Chagas e Henrique da Rocha Lima.

No início do século XX, conforme pode ser observado pelo “Código de 1901”, o curso de medicina oferecia 26 cadeiras, com forte ênfase para o ensino de clínica propedêutica, clínica médica e cirúrgica, anatomia, fisiologia e patologia em geral, química

²⁵ “Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro”. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz. <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/escancimerj.htm> (extraído em 21/03/2010).

²⁶ Relatório do Ministro da Justiça e negócios interiores (1905-1906). Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1906. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1893/000289.html> (Acessado em 30/02/2010).

²⁷ BRASIL. Decreto nº 3.890, de 01 de janeiro de 1901. In: *Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brazil de 1901, v.1*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

médica e história natural médica. Nos últimos anos de formação, os alunos passavam por cadeiras especializadas, das quais se destacavam as de higiene, medicina legal, clínica psiquiátrica e de moléstias nervosas, clínica dermatológica e sifilografia, obstetrícia e ginecologia, oftalmologia e clínica pediátrica.²⁸

Entre os professores com os quais Roquette-Pinto se relacionou, e que exerceram maior influência sobre sua formação, alguns merecem destaque. Em seus textos de memória, o professor mencionado com maior frequência é Augusto Brant Paes Leme (1863-1943), professor de anatomia médico-cirúrgica, tido como um dos mestres mais prestigiados pelos alunos da faculdade e até mesmo por colegas, principalmente por suas aulas vibrantes (Lacaz, 1963, 13). O médico e naturalista Antonio Teixeira do Nascimento Bittencourt (1842-1906), da cadeira de história natural médica, teve um papel destacado em sua formação, especialmente pelo gosto que aprendera a desenvolver pela história natural. O professor e político Cândido Barata Ribeiro (1843-1910), que fora prefeito da Capital Federal e senador por dois mandatos consecutivos, também é lembrado por Roquette-Pinto com um “professor vibrante e rigoroso”, cujas aulas eram bastante disputadas.²⁹ Na cadeira de medicina legal, que passara a ter grande prestígio no início do século XX, Roquette-Pinto teve como professor Ernesto do Nascimento Silva, um dos nomes de referência no curto período em que viria a atuar como médico-legista em 1908, logo depois de sua formatura. Frequentemente também recordava com admiração do nome de Henrique Roxo, seu professor de clínica psiquiátrica durante o ano de 1905, a quem chamava de “ilustre mestre”.³⁰

²⁸ Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz. <http://www.dichistoriasaude.co.fiocruz.br/iah/P/verbetes/escancimerj.htm> (extraído em 21/03/2010).

²⁹ Roquette-Pinto, E. “Notas e opiniões”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1952 (Recorte avulso, APERP-ABL).

³⁰ Roquette-Pinto, E. “Notas e opiniões”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11/09/1954 (Recorte avulso, APERP-ABL). Foram também professores de Roquette-Pinto, entre outros: Benjamin Antonio da Rocha Faria, professor de higiene; João Carlos Teixeira Brandão, lente da cadeira de clínica psiquiátrica e de moléstias nervosas; Rodolfo Galvão, professor de bacteriologia; Eduardo Chapot Prévost, das cadeiras de histologia e fisiologia; Ernesto de Freitas Crissiúma, professor de Anatomia descritiva; José Benício de Abreu, lente de clínica médica; Azevedo Sodré, professor de patologia médica; Luiz da Costa Chaves Faria, da cadeira de clínica dermatológica e sifilografia; Manuel de Oliveira Couto, professor de Clínica propedêutica; Abreu Fialho, professor de oftalmologia; Henrique Ladislau de Souza Lopes, da cadeira de Terapêutica; Cipriano de Souza Freitas, lente de anatomia e fisiologia patológicas; Tiburcio Valeriano Pecegueiro do Amaral, professor de Química Médica (ver lista completa em: Roquette-Pinto, 1906, II).

Roquette-Pinto realizou o período de residência médica como interno da 2ª clínica cirúrgica, sob a responsabilidade do professor Lima e Castro, na Santa Casa de Misericórdia, hospital onde boa parte dos alunos da faculdade fazia suas aulas práticas. Ainda antes de terminar o curso de medicina, passou a trabalhar como auxiliar na clínica privada de Henrique Rodolpho Baptista (1861-1936), médico que iria exercer forte influência em sua formação pessoal e intelectual. Com ele, teria aprofundado seu interesse pelo positivismo de Augusto Comte, cujos pressupostos acompanhariam sua vida intelectual e científica (Castro, 1996, 2-14; Venâncio Filho, 2005, 12). Especializado em obstetrícia e membro da Academia Brasileira de Medicina desde 1893, Henrique Baptista atuava numa rendosa clínica privada e também como professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em artigo de memória publicado nos anos 1950, Roquette-Pinto recorda que aprendera muitas lições de generosidade e humanidade com seu “mestre”, especialmente acompanhando-o pelas regiões “mais tristes” das redondezas da Capital Federal, nas quais se dirigia com frequência para atender a população carente. Segundo suas lembranças laudatórias, Henrique Rodolpho Baptista socorria as mães pobres e seus filhos “com o mesmo carinho que dispensava as grandes damas que vinham das fazendas de São Paulo e Minas, das estâncias do Rio Grande do Sul ou dos Engenhos de Pernambuco, para ter o seu parto assistido pelo Dr. Baptista”.³¹

Outra experiência importante que Roquette-Pinto tivera em sua formação, ainda como estudante, foi a participação no círculo de intelectuais que freqüentava o “salão” do médico e matemático Licínio Cardoso (1852-1926).³² Embora Roquette-Pinto não forneça maiores informações sobre essas reuniões, é possível imaginar que o grupo que se reunia em torno de Licínio fosse formado especialmente pelos adeptos e admiradores do positivismo comteano, que foi a sua principal inspiração intelectual desde sua passagem como estudante da Escola Militar e, posteriormente, como professor da Escola Politécnica

³¹ Roquette-Pinto, E. “Notas e opiniões”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12/12/1953 (Recorte avulso, APERP-ABL)

³² Roquette-Pinto, E. “Notas e opiniões”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27/10/1953 (Recorte avulso, APERP-ABL)

do Rio de Janeiro³³. Entre os nomes que freqüentavam esse círculo estariam provavelmente, entre outros, o matemático e militar Roberto Trompowski Leitão de Almeida (1853-1926), o médico Henrique Rodolpho Baptista e o geógrafo e engenheiro Henrique Morize (1860-1930), cuja amizade e interesse pelo positivismo os ligavam fortemente (Silva, 2006, 894-96). Entre os jovens estavam, além de Roquette-Pinto e seu amigo Vicente Licínio Cardoso (1889-1931) - filho de Licínio Cardoso -, os estudantes Manuel Amoroso Costa (1885-1928) e Ignácio Manoel Azevedo do Amaral (1889-1950), ambos formados em matemática e, a partir dos anos 1910, professores da Escola Politécnica. Esse grupo de jovens estudantes positivistas manteria uma amizade estreita com Licínio Cardoso, e juntos fariam parte de uma nova geração de cientistas e intelectuais que marcariam fortemente sua passagem pela Primeira República. Durante os anos 1910 e 1920, muitos destes nomes estariam reunidos, inclusive, como membros fundadores da Academia Brasileira de Ciências e de outras instituições voltadas à divulgação científica, à educação e à política.

Em 1904, quando cursava o quarto ano do curso médico, Roquette-Pinto viveria outra experiência que marcaria sua vida de estudante, conforme ele própria destacaria. Convidado pelo médico Luiz Pedro Barbosa (1870-1949), delegado de saúde do Rio de Janeiro, Roquette-Pinto fizera parte de um grupo de “auxiliares acadêmicos” que realizava visitas domiciliares nos bairros da Capital Federal, tendo por objetivo fazer inspeções sanitárias e repassar “conselhos higiênicos” a população. Conforme ele próprio destacaria, a equipe fora organizada pelo médico e sanitarista Oswaldo Cruz, que exercia a função de Diretor Geral de Saúde Pública, nomeado pelo presidente Rodrigues Alves para coordenar as campanhas de erradicação da febre amarela e da varíola. Em suas palavras, o objetivo de Oswaldo Cruz era “saber ao certo como vivia a gente cujo estado sanitário era, agora, uma das suas absorventes preocupações”. Para que as informações fossem detalhadamente

³³ Nascido em Lavras, interior do Rio Grande do Sul, Licínio Cardoso mudaria-se para o Rio de Janeiro ainda jovem, com o objetivo de cuidar de seus estudos. Formado em matemática pela Escola Militar do Rio de Janeiro em 1879, Licínio Cardoso foi aluno e um dos principais discípulos de Benjamin Constant, sócio-fundador da Sociedade Positivista do Brasil, criada em 1876, e da qual Licínio faria parte. Na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, de forte tendência positivista, atuou como professor de mecânica racional a partir de 1887. Mais tarde, em 1900, formaria-se também pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo fundado, inclusive, um Hospital Hahnemanniano (Cardoso, 1952; Silva, 2006).

coletadas, os auxiliares preenchiam um “boletim minucioso” em cada uma das residências visitadas.³⁴

De acordo com Roquette-Pinto, o chefe que coordenou diretamente o trabalho da equipe de auxiliares foi Hugo Werneck de Almeida (1878-1935), médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No entanto, quem de fato o teria ajudado “a entrar nesse mundo”, conforme ele próprio destacou, fora o pai de Hugo Werneck, o médico e político Francisco Furquin Werneck de Almeida (1846-1908). Pertencente a uma tradicional família de Barões do café e da política, Werneck de Almeida foi um dos deputados que integrou a Assembléia Constituinte de 1891 e, mais tarde, nomeado prefeito do Rio de Janeiro, sob a indicação do presidente Prudente de Moraes. Roquette-Pinto não deixaria de lembrar que o “ilustre” prefeito era um “amigo de sua gente”,³⁵ possivelmente devido às relações que mantinha com João Roquette Carneiro de Mendonça.

É interessante observar que tanto a experiência que adquiriu como residente do Hospital da Santa Casa e como auxiliar do médico Henrique Rodolpho Baptista, quanto à função que exerceu pela Diretoria Geral de Saúde Pública, possibilitaram que o jovem estudante de medicina entrasse em contato com a realidade cotidiana da população pobre do Rio de Janeiro. Em sua grande maioria, essa camada social era formada por negros e mestiços recém saídos do sistema escravista, ou mesmo imigrantes vindos de diferentes países da Europa. Abandonados à sua própria sorte, esta população amontoava-se nos cortiços da cidade ou em casebres nos morros e no subúrbio carioca, onde era obrigada a conviver com problemas sociais de todas as ordens, especialmente àqueles relacionados à saúde pública (Chalhoub, 1996). Vale lembrar que um dos principais problemas do país, na passagem do século XIX para o XX, foi marcado pela falta de serviços sanitários e pela presença de um sem número de doenças que dizimavam milhares de pessoas, sobretudo nos momentos de surtos epidêmicos da peste bubônica, febre amarela, varíola e tuberculose (Castro Santos, 1987; Benchimol, 1998).

Devido à emergência que os problemas de saúde pública alçaram neste período, Roquette-Pinto presenciara, ainda como estudante, a expansão da autoridade médica junto ao Estado e à setores da elite nacional. Organizada em torno de instituições como a

³⁴ Roquette-Pinto, E. “Notas e opiniões”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1954 (Recorte avulso, APERP-ABL)

³⁵ Idem.

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o Instituto de Manguinhos e a Academia Nacional de Medicina, a elite médica carioca entendia que a reforma social necessária ao país não poderia ser levada a cabo sem a intervenção do conhecimento científico. Neste sentido, a partir do início do século XX os médicos passaram a ocupar um espaço público maior, inserindo-se nos aparatos do Estado, ocupando as tribunas do Congresso Nacional e as páginas dos principais jornais do país. O objetivo era legitimar a medicina preventiva, fazendo a defesa do saneamento, da eugenia, do cuidado materno-infantil e da educação higiênica em geral. Os argumentos para essa intervenção eram sempre os mesmos: a reforma social, a defesa do progresso material e a garantia da expansão civilizacional do Brasil.

Com o advento da bacteriologia, que encontrou adeptos no Brasil desde o final do século XIX, a medicina passou a conquistar uma relativa legitimidade científica, imprimindo e modificando uma série de conceitos no interior das ciências naturais. Além de especificar a natureza microbiana das doenças e indicar terapêuticas baseadas nesses novos princípios, a medicina almejava também reformar os hábitos de higiene da sociedade, o que possibilitaria uma redução significativa na propagação das doenças e nos índices de mortalidade. Baseada nos princípios modernos da microbiologia, a medicina preventiva se apresentava, deste modo, como a chave fundamental para a resolução de todas as questões ligadas ao conhecimento de doenças e de suas formas de transmissão. Com seus métodos experimentais e suas técnicas laboratoriais, aliada a profunda crença no poder da ciência, a medicina prometia eliminar doenças, preveni-las por meio de uma série de vacinas imunizantes e instruções de higiene e saneamento, fornecendo soluções profiláticas eficazes contra os micro-organismos que ameaçavam a vida humana (Lowie, 2006, Benchimol, 1998).

Vale lembrar que desde as últimas décadas do século XIX, a medicina brasileira abandonara gradativamente a função que ocupava enquanto um saber exclusivamente voltado para a cura. Além do espaço político que conquistara com a reforma sanitária, o discurso médico também começava a redefinir o seu papel no processo de mudança dos hábitos sociais e na moralização da vida pública e privada, seja por meio dos conselhos de higiene e do cuidado materno-infantil, seja pela educação sexual, ampliando significativamente a sua capacidade de intervenção (Costa, 1999; Carrara, 1996; Antunes, 1998). De outro lado, já há algum tempo os profissionais da medicina vinham se

destacando também no campo da medicina legal e da psiquiatria, criando instituições e se legitimando a partir de concepções científicas que prometiam contribuir com a ordem pública e a regeneração de grupos sociais considerados “desajustados”, como menores infratores, criminosos e doentes mentais. Assim como a medicina preventiva, a medicina legal e a psiquiatria também se aliavam ao Estado na cruzada em prol da reforma social, da modernização e civilização do país (Costa, 2007; Cunha, 2002).

Neste sentido, pode-se dizer que se o século XIX foi o século dos bacharéis, as primeiras décadas do século XX seria dos médicos, visto a importância que estes assumiram na arena pública. A ascensão de médicos e sanitaristas à condição de homens prestigiados, e da medicina à posição de um saber “regenerador” e crucial para o país, foi coincidente com o período de surgimento da República (Herschmann, 1994, 8; Castro Santos, 1987, cap. 3). Segundo Castro Santos (1987, 71-72), os precursores do movimento reformista foram os governos de Prudente de Morais (1894-1898) e Campos Sales (1898-1902), uma vez que os ministros do interior de ambos os presidentes já há algum tempo vinham proclamando a necessidade da ação do Estado no campo da saúde pública. Em 1897 viria a ser criada a Diretoria Geral de Saúde Pública, que teria como objetivo organizar e unificar as instituições de saúde, possibilitando as primeiras ações do governo federal no controle de surtos epidêmicos. O arranjo institucional e o apoio mais explícito à intervenção sanitária ocorreriam, no entanto, somente a partir do governo Rodrigues Alves (1902-1906), que nomearia o médico Oswaldo Cruz para assumir a chefia da Diretoria Geral de Saúde Pública em março de 1903 (Castro Santos, 1987, 72). Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e especializado em microbiologia pelo Instituto Pasteur de Paris, Oswaldo Cruz recebeu todo o apoio do governo federal para desencadear uma vasta campanha sanitária no Rio de Janeiro.

O esforço do governo brasileiro pela implantação da reforma sanitária e da debelação das epidemias, sobretudo na Capital Federal, fazia parte de um amplo projeto de modernização do país. Vale lembrar que desde o final do século XIX as autoridades políticas fizeram um grande esforço para mudar a imagem do Brasil no exterior. De maneira geral, o Brasil era representado por viajantes estrangeiros como uma nação de mestiços, cujo clima tropical, aliado ao grande número de doenças e a desordem urbana e social, era tudo o que mais significava em termos de atraso civilizacional. Devido à expansão econômica e ao rápido crescimento populacional deste período, desde cedo ficou

evidente que a estrutura urbana da Capital Federal necessitava passar por reformas amplas e estruturais. Além da falta de estrutura portuária e de ferrovias que ligassem o porto aos armazéns e estabelecimentos comerciais, a cidade não poderia mais conviver com ruelas estreitas e pouco arejadas, péssimas condições de moradia, regiões pantanosas e sem saneamento, disseminação de doenças, turbulência política e desordem social (Sevcenko, 1999, 28).

Caso o país almejasse entrar para o seleto grupo das nações civilizadas, atraindo investimento estrangeiro para a indústria e o comércio nacional e, acima de tudo, promovendo a entrada de imigrantes europeus, caberia às autoridades públicas investirem na modernização urbana e em reformas sanitárias e sociais. Foi isso que o governo Rodrigues Alves e seus sucessores começaram a fazer a partir da Capital Federal, procurando transformar o Rio de Janeiro na Paris dos trópicos, tamanho o desejo de europeização que mobilizava setores influentes da elite brasileira. Nos anos seguintes, o investimento em saneamento, educação higiênica e combate às doenças seria levado também para o interior do país, fazendo da reforma sanitária uma ideologia de construção nacional (Castro Santos, 1985; Hochman, 1998).

Foi nesse processo de modernização do país que os médicos ganharam visibilidade e legitimidade social para intervir, por meio da ciência e da técnica, na tão almejada reforma social. Juntamente com engenheiros, responsáveis pela abertura de ruas, construção de monumentos, praças e edifícios públicos, aterros sanitários, ferrovias e estrutura portuária, os médicos foram incorporados ao Estado e transformados em agentes do progresso e da civilidade. Embora encontrassem resistência de boa parte da elite oligárquica, os intelectuais ligados ao campo médico procuraram legitimar seu poder de ação por intermédio da imprensa escrita, que no início do século XX expressava a ideologia dos “homens de ciência” e da emergente classe média urbana (Sevcenko, 1999, 78-93).

Para a elite médica deste período, contribuir para a transformação da sociedade e a construção do Brasil em nação civilizada não era apenas uma questão de patriotismo e cidadania. Era, antes, o significado principal de sua missão intelectual e do papel da ciência no mundo, como um pacto entre os intelectuais, o Estado e o povo (Pécaut, 1990; Sevcenko, 1999). De acordo com o modo de pensar da elite médica, a própria formação

intelectual e científica dos novos médicos exigia que o profissional fosse um “cidadão integrado na vanguarda da vida intelectual, social e política do meio nacional”, como se referia Miguel Couto no início do século XX. Para ele, o médico não deveria ser apenas um homem do seu tempo, mas alguém capaz de antecipar o futuro, “influindo, reagindo e rasgando novas perspectivas e novas vias de penetração espiritual” (Miguel Couto apud Herschmann, 1994, 75). Caberia aos homens de ciência conhecer o Brasil e intervir na vida pública a fim de prever o seu futuro, de elevar o nível cultural e material da população, de modernizar as estruturas da nação e de integrá-la à grande unidade internacional (Sevcenko, 1999, 78).

Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a preocupação com a formação de um profissional voltado à vida pública nacional surgiria especialmente após a implantação da República. De maneira geral, os governos civis que tomaram posse a partir dos anos 1890 aderiram, mesmo que relativamente, a modernização do país a partir da intervenção da ciência e da técnica. Esse contexto permitiu, por um lado, que um grupo de cientistas e intelectuais exercesse o seu desejo de tutela sobre a vida pública e, por outro, que empregassem suas ferramentas científicas no conhecimento da realidade nacional. Vale lembrar também que boa parte dos médicos ligados à Faculdade de Medicina eram adeptos de um positivismo de estilo heterodoxo, o que os levava a assumir a atividade intelectual como uma missão política voltada para o conhecimento e a transformação da realidade social (Ferreira, 2008, 91). Além disso, o viés humanista presente na formação médica possibilitava que estes homens vislumbrassem a ciência como o elemento primordial na construção de uma sociedade civilizada e progressista, justificando, em última instância, todo e qualquer tipo de ação e intervenção pública.

1.3. Entre a medicina e a antropologia física

Foi neste contexto que Roquette-Pinto adquirira boa parte de sua formação intelectual e política. Esse rápido processo de modernização que o Brasil atravessava no início do século XX, somado ao novo papel que a elite médica passara a desempenhar, sem dúvida iria exercer forte influência no imaginário intelectual de toda a geração a qual Roquette-Pinto pertencia. Nos bancos da Faculdade de Medicina, nas ruas da Capital

Federal e nos círculos de intelectuais nos quais se inseriu ainda jovem, Roquette-Pinto aprendera a cultivar o conhecimento científico como uma ferramenta decisiva para colocar o país nos trilhos da civilização. Compreendera que o significado da vida intelectual e científica residia numa profunda missão social, da qual o conhecimento da realidade e a sua transformação deveria ser o projeto que nortearia a sua vida pública. O papel a ser desempenhado pelos homens de ciência, especialmente num país caracterizado pelo atraso social e civilizacional, deveria ser tutelar, reformador e civilizador.

Em 1905, ainda antes de encerrar o curso de medicina, parecia-lhe relativamente claro que os rumos de sua vida profissional não poderiam ser outros senão aquele que conciliasse a atividade científica com uma forte atuação pública. Contudo, o caminho a seguir não se daria estritamente por meio do exercício da medicina, fosse ele na clínica, na medicina preventiva ou no laboratório. Neste sentido, ao contrário da grande maioria dos integrantes de sua geração, Roquette-Pinto escolheria como especialidade científica um campo de investigação ainda pouco prestigiado entre os brasileiros: o estudo da antropologia física. Em setembro de 1905, enquanto preparava sua tese de doutorado em medicina, seria aprovado em concurso público para o cargo de assistente de antropologia física e etnografia do Museu Nacional, especialidade na qual iria dedicar pelo menos 30 anos de sua trajetória profissional.

Nas palavras do próprio Roquette-Pinto, o estudo da antropologia física conquistara o seu interesse ainda cedo. Logo que entrara em contato com o professor Augusto Brant Paes Leme, durante as aulas de anatomia, interessara-se muito mais pela “ciência do homem” do que pela anatomia médica propriamente dita. Neste período, lembrava Roquette anos mais tarde, “assombravam-me problemas interessantes, e procurava descobrir os defeitos sociais”, associados na época a “mistura das raças”.³⁶ Com Augusto Brant Paes Leme - o mestre que o fez estudar antropologia -, percebera o quanto poderia ser “interessante a ciência das raças humanas”.³⁷

Embora Roquette-Pinto não mencione este fato, é importante lembrar que o próprio curso médico de início do século XX tinha uma forte ênfase no estudo comparativo das raças humanas. Além das aulas de anatomia, as cadeiras de fisiologia, medicina legal,

³⁶ “Em palestra com os Imortais”. *Revista da Semana*. Op.cit, 1935.

³⁷ “A inquietação artística de Roquette-Pinto”. *Revista Vamos Ler*. Op.cit, 1938, p.45.

psiquiatria, patologia médica, zoologia e botânica médica (história natural) tinham como objeto de estudo temas centrais da antropologia, especialmente aqueles ligados à origem, às diferenças, à evolução e à formação das raças humanas. Na verdade, a própria antropologia física nada mais era do que uma especialidade que se constituiu ao longo do século XIX junto a outros ramos das ciências naturais, da qual a medicina poderia ser considerada a ciência matriz. Não à toa, tanto no Brasil quanto no exterior, a grande maioria dos antropólogos físicos saiu das escolas médicas e de outras instituições voltadas para a biomedicina.

O interesse de Roquette-Pinto por uma determinada especialidade científica, num meio onde a generalidade e o enciclopedismo ainda predominavam fortemente, deve ser analisada no contexto de formação de uma nova geração de intelectuais que passara a se contrapor ao tradicional modelo de produção científica. Como bem demonstrou a historiadora Dominichi Miranda de Sá, Roquette-Pinto fez parte de uma geração que passou a valorizar a ciência como profissão, defendendo um padrão mais especializado de formação e produção do conhecimento científico (Sá, 2006, 14-16). Para este grupo, entre os quais se devem incluir nomes como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Henrique Morize, Arthur Neiva, Henrique da Rocha Lima e os irmãos Álvaro e Miguel Ozório de Almeida, a atividade científica deveria voltar-se para o trabalho de experimentação e observação rigorosa da realidade, atentando sempre para a investigação minuciosa nos laboratório e para a descrição empírica dos fatos.

Avessa à cultura bacharelesca, a geração a qual Roquette-Pinto pertencia procurou construir a sua identidade profissional em oposição à imagem do tradicional homem de letras brasileiro, cuja ocupação principal era a forma estética da escrita, a retórica, o enciclopedismo e o agrado aos mais variados gostos. Em sua crítica aos intelectuais enciclopédicos, “os cientistas repreendiam indistintamente a pretensa inutilidade social dos ‘homens de letras’ e dos ‘eruditos’, dos ‘autores de ficção’ e dos ‘retóricos’; afinal, no seu dizer, todos não faziam mais do que ‘literatura’, ou seja, não faziam mais do que ‘cultivar a instrução’, ou ocupavam-se tão somente em ‘burilar ilusões com a expressão oral e escrita’” (Sá, 2006, 16).

De acordo com o modo de pensar dessa geração, a preocupação com o enciclopedismo, a poesia, o lirismo e a retórica era tão grande entre os brasileiros que até

mesmo nas principais sociedades científicas, como na Academia Nacional de Medicina, a oratória sempre fora largamente empregada (Souza, 2009, 252). Na verdade, esse estilo retórico acabava se constituindo como uma característica que denotava, entre os brasileiros, um signo de distinção intelectual, de erudição e de conhecimento da língua escrita. O historiador José Murilo de Carvalho explica que, no Brasil, o uso da retórica era de tal modo importante que este acabava se transformando num elemento de autoridade empregado pelos intelectuais para se legitimarem perante seus pares (Carvalho, 2002, 142). Em grande medida, essa sedução pela retórica e pelo parnasianismo, como apontam alguns autores, derivava principalmente da tradição clássica portuguesa, sobretudo de uma larga formação escolástica que dominava o ensino nas Escolas Jesuíticas e na Universidade de Coimbra, local onde se formou boa parte da elite intelectual brasileira a partir do final do século XVIII (Holanda, 1984 [1936]; Azevedo, 1963; Carvalho, 2002). Devido à esta tradição, o historiador Sérgio Buarque de Holanda chegou mesmo a mencionar, em seu *Raízes do Brasil*, que o brasileiro sempre fora menos afeito à especulação intelectual do que “o amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara” (Holanda, 1984 [1936], p. 50-51). O próprio Roquette-Pinto afirmaria, no final dos anos 1930, que “Portugal não podia dar o que não tinha”. Embora vicejasse em Coimbra, já há muitos séculos, a cultura clássica gramatical, literária e canônica, a ciência teria demorado a fazer parte do interesse português.³⁸

De outro lado, o gosto de Roquette-Pinto pelo estudo das “ciências das raças”, como ele próprio definiu a antropologia física, também deve ser compreendida em estreita consonância com o lugar que as discussões raciais ocupavam no pensamento brasileiro de início do século XX. Neste período, especialmente após as várias crises políticas e econômicas enfrentadas durante a afirmação do regime republicano, os primeiros anos do

³⁸ Roquette-Pinto. *Ciência e Cientistas no Brasil*. texto manuscrito, 1939, p.2 (FPERP-ABL). A respeito da tradição científica portuguesa, sobretudo na passagem do século XVIII para o XIX, o historiador português Diogo Ramada Curto explica que a historiografia das ciências interpretou esse período a partir de diversas valorações. Enquanto historiadores mais conservadores enfatizaram o caráter institucional e à difusão das luzes e do fermento revolucionário durante o Reinado de D. Maria, a historiografia “liberal e republicana” aponta para a regressão cultural e religiosa aos tempos pré-pombalinos (Curto, 1999, 39). Para Diogo Ramada Curto, embora Portugal tenha vivido, especialmente a partir do final do século XVIII, um período de perseguição e censura contra a produção intelectual e científica, o aparecimento de um conjunto de instituições “revela o impacto que tiveram em Portugal os ideais de promoção das ciências, das artes e da literatura”. Como exemplo, podem ser apontadas a Academia Real de Marinha, a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, a Real Biblioteca Pública da Corte, A Casa Literária do Arco do Cego, a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, entre outras instituições que foram financiadas por iniciativas tanto da coroa portuguesa quanto por particulares (idem, 38-40).

século XX inauguravam um período de maior otimismo em relação à estabilidade política, bem como uma grande efervescência nas discussões sobre a organização do país enquanto nação (Oliveira, 1990; Carvalho, 1999). Devido à esta relativa estabilidade, os intelectuais voltavam suas atenções para os dilemas que acompanhavam o debate em torno da formação racial e da construção da identidade nacional. Para boa parte da comunidade intelectual, o Brasil ainda não poderia ser visto enquanto nação, uma vez que além da ausência do sentimento de nacionalidade, a população brasileira estaria longe de possuir a tão almejada homogeneidade racial (Skidmore, 1976; Schwarcz, 1993).

Na obra dos principais ensaístas e literatos deste período, a discussão acerca do futuro racial do país ganhava páginas volumosas, por meio das quais os intelectuais brasileiros procuravam acomodar teorias científicas diversas e até mesmo excludentes, transformando modelos interpretativos de difícil aceitação local em teorias de sucesso³⁹ (Schwarcz, 1993, 18). Talvez a obra mais emblemática deste período tenha sido, de fato, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, publicada em 1902. Ao mesmo tempo em que o autor busca no sertanejo o “cerne da nacionalidade”, apresentando-o como um tipo forte e resistente, o mestiço do litoral é descrito como um elemento degenerado, incapaz de responder aos desígnios do progresso e da civilização. Na obra de Euclides da Cunha ficam impressos também outros dilemas que apareceriam com frequência na literatura brasileira desde o final do século XIX, como a denúncia contra o abandono em que vivia a população do interior; a ausência do sentimento de nacionalidade; a falta de homogeneidade racial; a crítica ao regime republicano; a necessidade da importação de novos imigrantes europeus como um meio eficiente para civilizar e aprimorar a população nacional; o embate entre tradição e modernidade; a autenticidade do homem sertanejo versus a artificialidade da civilização do litoral (Wegner, 2000).

De acordo com o brasilianista Thomas Skidmore, Roquette-Pinto teria lido *Os sertões* ainda como estudante da faculdade de medicina, o que teria despertado

³⁹ Ao contrário do que afirmava o brasilianista Thomas Skidmore (1976, 31), para quem as teorias raciais foram empregadas no Brasil “sem nenhum espírito crítico”, Lilia Schwarcz procura demonstrar que os intelectuais brasileiros fizeram uso bastante singular e criativo das mais diversas teorias que chegavam do continente europeu. Para essa autora, “o desafio de entender a vigência e a absorção das teorias raciais no Brasil não está, portanto, em procurar o uso ingênuo do modelo de fora e enquanto tal desconsiderá-lo. Mais interessante é refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial do país” (Schwarcz, 1993, 18).

profundamente a sua curiosidade sobre as condições de vida do homem do interior e de sua formação antropológica (Skidmore, 1976, 205). De fato, como procuraremos demonstrar em capítulos seguintes, Euclides da Cunha seria decisivo nas interpretações que Roquette-Pinto produziria mais tarde acerca do “caráter racial” brasileiro. Outros autores apontam também a importância que a leitura de *Canaã*, romance de Graça Aranha publicado também em 1902, teria exercido sobre o imaginário do jovem Roquette-Pinto (Lins, 1956, 53). Como se sabe, o enredo central de *Canaã*, assim como de *Os Sertões*, estava relacionado aos dilemas de pensar o Brasil enquanto um país fundado a partir da miscigenação racial. Enquanto Euclides da Cunha voltava-se para o interior do país, procurando identificar o sertanejo como o “cerne da nacionalidade”, ao mesmo tempo em que condenava a miscigenação, Graça Aranha lida com o tema da formação nacional a partir da presença do imigrante europeu nos trópicos, ora alimentando uma visão otimista sobre a futura “fusão racial” brasileira, ora deixando-se dominar pelas teses racistas que condenavam o elemento mestiço (Skidmore, 1976, 127-130).

Aos olhos atônitos do estudante de 18 anos, como lembra o escritor e biógrafo Álvaro Lins, estas obras “apareciam como duas descobertas do Brasil, revelações de mundos ignoradas e até insuspeitas pelos homens do litoral” (Lins, 1956, 53-54). De fato, os temas insistentemente tratados por Euclides da Cunha e Graça Aranha acompanhariam a obra de Roquette-Pinto, como é possível perceber, anos mais tarde, em seu interesse pelo estudo do homem sertanejo, da miscigenação racial e da imigração na formação do Brasil. Embora o pensamento de ambos assumisse concepções ambivalentes acerca da formação antropológica brasileira, sobretudo no que dizia respeito aos efeitos da miscigenação, pode-se dizer que a obra destes autores se apresentava à leitura do jovem Roquette-Pinto como alternativas otimistas para se pensar os problemas nacionais.

Além do sucesso que Euclides da Cunha e Graça Aranha alcançariam entre os leitores brasileiros, os primeiros anos do século XX foram marcados pelo aparecimento de um grande número de obras que procuravam redefinir novas interpretações sobre a realidade do país. Neste contexto, Roquette-Pinto presenciara o surgimento de um revigorado nacionalismo entre um grupo de intelectuais bastante influente, que impôs uma visão menos determinista sobre as causas do atraso brasileiro, conforme era possível constatar na obra de autores como Silvio Romero, Araripe Júnior, Afonso Celso, Olavo Bilac, Manoel Bomfim, Capistrano de Abreu, Coelho Neto e Oliveira Lima, para citar

apenas alguns. A leitura do Brasil que emergia dos ensaios desses autores apresentava, via de regra, uma visão bastante otimista sobre o futuro da nação, ora apoiando-se em argumentos “realistas”, ora entusiasmando-se em sentimentos marcadamente ufanistas e laudatórios. Provavelmente a obra *Porque me ufano do meu país*⁴⁰, do conde de Afonso Celso, seja o melhor sintoma de como se manifestava entre os intelectuais brasileiros um forte envolvimento nacionalista, levando-os a crer que, em poucos anos, o Brasil passaria a integrar o tão sonhado “concerto das nações civilizadas” (Skidmore, 1976, 117-118).

É importante mencionar também que em 1905, no mesmo ano que Roquette-Pinto estrearia como antropólogo do Museu Nacional, o médico e escritor Manoel Bomfim lançava o livro *América Latina: Males de Origem*, obra que marcaria o pensamento brasileiro naquele início de século, abrindo uma série de polêmicas e controvérsias com autores como Silvio Romero, Nestor Vitor e Araripe Junior (Aguiar, 2000, 317-320). Além de apresentar uma crítica contundente ao racismo científico e ao darwinismo social, defendendo a miscigenação racial como um legado histórico importante na formação brasileira, Manoel Bomfim atribuía o atraso do país, assim como da América Latina em geral, ao regime de exploração colonial e ao “parasitismo” das elites dirigentes (Bomfim, 1905). Ao contrário do ufanismo típico de Afonso Celso e Olavo Bilac, o nacionalismo de Manoel Bomfim ganhou contornos fortemente “realistas”, uma vez que não poupou críticas até mesmo ao regime republicano e seu domínio pelas oligarquias regionais. Embora Roquette-Pinto só tenha feito menções a Bomfim anos mais tarde, quando chegaram a manter uma relação bastante estreita, é provável que o livro do escritor sergipano tenha, assim como *Os sertões* e *Canaã*, contribuído para os estudos do jovem que iniciava suas descobertas acerca da realidade antropológica brasileira.

⁴⁰ Publicada em 1900, no calor das comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil, o livro de Afonso Celso é um verdadeiro libelo nacionalista no qual o autor conclama os brasileiros para amar e admirar a pátria com “convincente razão”, pois o Brasil era uma “gigante nação” formada pelas mais diversas riquezas naturais e por uma “gente” que em nada era inferior. Ao longo do livro, o autor apresenta 11 motivos que justificam a “superioridade do Brasil”, entre os quais se pode destacar a grandeza territorial, as suas riquezas naturais, “a excelência dos elementos que entraram na formação nacional”, os “nobres predicados do caráter nacional”, a variedade e amenidade do clima, o comportamento digno perante outros povos e a grandeza de sua história. Na conclusão, o autor destaca que “no Brasil não há antagonismos entre as partes que o compõem. Cimenta-as, ao contrário, forte solidariedade. O Brasil é perfeitamente homogêneo, material e moralmente, pelo lado social e pelo lado étnico, pois nele se cruzam e se fundem todas as raças” (Afonso Celso, 1901, 194). Por tudo isso, o autor argumenta que, no futuro, o Brasil será a segunda ou a terceira potência mundial, “quando a hegemonia se deslocar da Europa para a América (idem, 198).

1.4. O polêmico concurso de antropologia no Museu Nacional

A entrada de Roquette-Pinto como antropólogo assistente do Museu Nacional se daria por meio de um concurso público bastante polêmico, que mobilizaria tanto a direção e a congregação da instituição quanto o próprio Ministro da Justiça e Negócios Interiores, ministério ao qual o Museu Nacional estava subordinado. Em dezembro de 1904, então sob a direção de João Baptista de Lacerda, o Museu lançaria o edital de convocação para o concurso de Assistente da *Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia*. Como exigência para inscrição, solicitava-se apenas que o candidato fosse cidadão brasileiro e que tivesse sua “moralidade provada”.⁴¹ Ainda sem ter concluído o curso médico, Roquette-Pinto é o primeiro a inscrever-se à vaga, num total de quatro candidatos. Os outros concorrentes inscritos foram o médico paulista Franklin do Nascimento, o artista Santos Lahera Y Castilho, que atuava como “preparador” no Museu Nacional desde 1891, e Álvaro de Lacerda, médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e irmão de João Baptista de Lacerda.

Devido à uma série de problemas institucionais, o concurso só iria ocorrer quase um ano depois da publicação do edital, em setembro de 1905. O atraso se justificou, em primeiro lugar, pela indefinição quanto à formação da banca examinadora. A presença do irmão do diretor como um dos candidatos ao cargo de antropólogo, causou polêmica e constrangimentos entre os integrantes da congregação do Museu Nacional, a direção e o próprio Ministro da Justiça e Negócios Interiores J. J. Seabra. Inicialmente, conforme regulava o regimento institucional, o diretor deveria participar como presidente da comissão que iria julgar o concurso. Entretanto, após uma primeira consulta, Lacerda é aconselhado pelos colegas da congregação⁴² a ausentar-se da comissão, evitando que tal atitude pusesse em questão “o juízo da congregação”, conforme lembrava Hildebrando

⁴¹ Diário Oficial, 24 Dez. 1904, recorte avulso (Arquivo Semear – MN, D. 95, P. 47, folha 01).

⁴² Nesse período, a Congregação do Museu Nacional era formada por João Baptista de Lacerda (que na função Diretor do Museu exercia o cargo de Presidente da congregação) e pelos membros Hermillo Bourguy Macedo de Mendonça, Amaro Ferreira das Neves Armond, Hildebrando Teixeira Mendes, Domingos Sérgio de Carvalho, Eduardo Teixeira de Siqueira, Alberto José de Sampaio, Cesar Publio de Mello (Informação extraída das Atas da Congregação. 1905 (Arquivo Semear – MN, D. 95, P. 47, folha 32-33).

Teixeira Mendes⁴³. O objetivo de Lacerda era, de fato, eximir-se da comissão e nomear uma banca externa, “estranha à administração deste estabelecimento à cujo cargo fique a exibição de provas dos candidatos”, conforme sugeriu em ofício encaminhado ao Ministro J. J. Seabra. Lacerda chegara mesmo a indicar ao ministro que nomeasse para essa comissão o historiador Capistrano de Abreu, o médico Barão de Ramiz Galvão e o naturalista João Joaquim Pizzaro, que segundo ele eram nomes de “alto saber e elevados méritos”.⁴⁴

A intenção do diretor do Museu Nacional, porém, acabou frustrada. A congregação conseguiu junto ao ministro Seabra a autorização para que os próprios professores do Museu participassem como examinadores do concurso. O ministro também acatou o afastamento de Lacerda e sugeriu que, em seu lugar, fosse indicado o membro mais antigo da congregação, o naturalista Amaro Armond, conforme previa o regulamento institucional. Do mesmo modo, os outros dois nomes indicados pela congregação, o de Domingo Sérgio de Carvalho e de Hermillo Bourguoy Macedo de Mendonça, foram aceitos de imediato pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores.⁴⁵

Após as primeiras reuniões, a comissão elaborou o regimento e o programa do concurso, definindo que os candidatos deveriam realizar tanto a prova escrita quanto a prática. O conhecimento exigido aos inscritos, de acordo com os temas estabelecidos, estava relacionado às três especialidades que integravam a *Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia*, que na época era chefiada pelo naturalista e etnógrafo Domingo Sérgio de Carvalho, um dos integrantes da comissão. De maneira geral, os pontos

⁴³ Atas da Congregação, 06/06/1905 (Arquivo Semear – MN, D. 95, P. 47, folha 32-33).

⁴⁴ Ofício do Diretor João Baptista de Lacerda ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores J. J. Seabra, 24/04/1905 (Arquivo Semear – MN, D. 95, P. 47, folha 28).

⁴⁵ Ofício do Ministro da Justiça e Negócios Interiores J. J. Seabra ao Diretor João Baptista de Lacerda, 18/07/1905 (Arquivo Semear – MN, D. 95, P. 47, folha 35).

indicados para as provas⁴⁶ sintetizavam os interesses científicos que a própria antropologia brasileira privilegiava em seus estudos, como a origem do homem americano, sua civilização, classificação e distribuição geográfica; as tribos da América e do Brasil; os métodos antropológicos (biometria, craniometria); os sistemas de classificação das raças humanas; os estudos dos sambaquis e dos processos de deformação dos crânios.⁴⁷

Ainda antes da realização das provas, novos acontecimentos mobilizariam as pessoas envolvidas no concurso. Em ofício enviado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores ao Diretor do Museu Nacional, o Ministro Seabra comunicava que Santos Lahera Y Castilho, um dos inscritos ao concurso, fora demitido do cargo de preparador de etnografia da instituição, e que o mesmo deveria “ser excluído da lista de candidato inscrito para o concurso”⁴⁸. Segundo o Ministro, sua exclusão se justificava pela “falta de capacidade moral”, sem especificar o que de fato o teria desqualificado⁴⁹. Outro acontecimento foi a desistência do candidato Franklin do Nascimento, que em correspondência a Miranda Pinheiro, secretário do Museu Nacional, informou apenas que

⁴⁶ De maneira mais específica, os pontos da *prova escrita e prática* foram: conhecimento arqueológico das cavernas e a sua fauna; a origem da arte cerâmica e sua evolução (principais centros produtores na antiguidade); demonstração arqueológica, antropológica e etnográfica da alta antiguidade da América; indústria, arte e civilização do homem quaternário na Europa, na América e no Brasil; idade do bronze e idade do ferro na Europa – período neolítico no Brasil; restos humanos pré-históricos na Europa, na América e no Brasil; coexistência do homem e dos mamíferos quaternário; o homem terciário e o homem quaternário na América – migrações pré-colombianas; o estudo dos sambaquis e do processo de deformação dos crânios; análise dos diversos sistemas de classificação das raças humanas – classificação das tribos indígenas da América e do Brasil. Para a *prova oral*, os pontos estabelecidos consistiam no conhecimento da idade pré-histórica na Europa, América e Brasil; estudos críticos comparativos dos métodos antropológicos – biometria americana e suas deduções; principais centros de civilização da América pré-colombiana – estudo das tribos mais importantes da bacia do Amazonas; história geral da cerâmica, sua origem pré-histórica, cerâmica americana e do Brasil; o valor antropológico da craniometria; antiguidade do homem americano – sua civilização, classificação e distribuição geográfica das tribos da América e do Brasil; a idade da pedra na Europa – classificação dos diferentes períodos; deformações patológicas e étnicas do crânio – sua influência sobre o cérebro; as cavernas de ossos na Europa e na América – os sambaquis e paradeiros (Atas da Congregação, 4º e 5º Sessões (Arquivo Semear – MN, D. 95, P. 47).

⁴⁷ Atas da Congregação, 4º e 5º Sessões (Arquivo Semear – MN, D. 95, P. 47).

⁴⁸ Em 1906 Santos Lahera y Castilho retornaria a instituição na mesma função que exerceu entre 1891 a 1905, a de preparador de etnografia contratado. Curiosamente, viria trabalhar ao lado de Roquette-Pinto, na *Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia* (Keuller, 2007, 87).

⁴⁹ Ofício do Ministro da Justiça e Negócios Interiores J. J. Seabra ao Diretor João Baptista de Lacerda, 31/05/1905 (Arquivo Semear – MN, D. 95, P. 47, folha 22).

devido ao atraso para a realização do concurso e às “dificuldades de ordem econômica”, não poderia mais esperar pela realização das provas.⁵⁰

Finalmente, no dia 05 de setembro daquele ano seria realizada a primeira avaliação do concurso. De acordo com o sorteio do ponto, a prova oral a que seriam submetidos Edgard Roquette-Pinto e Álvaro de Lacerda deveria versar sobre a idade pré-histórica na Europa, América e Brasil, com o tempo máximo de 2 horas para a sua apresentação. Devido às polêmicas criadas em torno do concurso, um bom número de autoridades e curiosos se fizeram presentes para assistir ao desempenho dos candidatos, uma vez que a prova fora aberta ao público. Como era comum à época, os concursos públicos realizados em instituições como o Museu Nacional, o Instituto de Manguinhos e as Faculdades de Medicina sempre foram prestigiados pelos homens de letras e pelas autoridades públicas, aguardados com expectativa e caracterizados como grandes eventos sociais. Era o momento não apenas da aprovação para um cargo público, mas também para se apresentar perante seus pares, conquistar prestígio e por eles ser julgado. Entre os presentes, encontravam-se o Ministro J. J. Seabra, o seu oficial de gabinete Carlos Coelho, o Diretor do Museu Nacional João Baptista de Lacerda, os integrantes da congregação, professores e funcionários do Museu, amigos e familiares dos candidatos, além de outras autoridades públicas.⁵¹

No segundo dia de prova, realizado uma semana depois, outro fato marcaria ainda mais o tão polêmico concurso. O candidato Álvaro de Lacerda não comparecera para a realização da prova escrita, não justificando à comissão examinadora o motivo de sua desistência. Em correspondência ao Museu Nacional, anunciou que as causas que motivaram o seu abandono do concurso haviam sido expostas particularmente ao Ministro J. J. Seabra. Em mensagem transmitida minutos antes da prova, Seabra apenas solicitara que a comissão desse continuidade ao concurso, conforme a programação determinava.⁵²

Para a prova escrita e prática, a comissão estabeleceu que Roquette-Pinto deveria fazer a descrição de um objeto etnográfico, um antropológico e quatro arqueológicos, todos pertencentes à coleção do próprio Museu Nacional. Entre os espécimes encontrava-se um

⁵⁰ Correspondência de Franklin do Nascimento a Miranda Pinheiro (secretário do Museu Nacional), 27/08/1905 (Arquivo Semear – MN, D. 95, P. 47).

⁵¹ Ata da congregação - 5º Sessão, 05/09/1905 1905 (Arquivo Semear – MN, D. 95, P. 47, folha 51).

⁵² Ata da congregação – Sessão Extraordinária, 11/09/1905 1905 (Arquivo Semear – MN, D. 95, P. 47).

crânio, ao qual o candidato dedicara uma análise mais extensa e minuciosa. Descreveu as formas cranianas a partir dos estudos anatômicos e craniométricos, classificando as deformações da parte frontal da face como sendo de ordem étnica, produzidas de acordo com as tradições tribais. Segundo o autor, tratava-se de um crânio feminino e sub-dolicocéfalo, típico do homem americano, sobretudo aquele encontrado no golfo do México, conforme seria possível observar pelas deformações artificiais do crânio.⁵³

Ao longo da descrição craniana, Roquette-Pinto não apenas fez uso da antropometria, como também se apoiou no método classificatório criado pelo naturalista alemão Johann F. Blumenbach (1752-1840), um dos primeiros antropólogos físicos a lançar mão dos estudos craniométricos com o objetivo de classificar a humanidade a partir de suas diferenças raciais. Autor de *On the Natural Varieties of Mankind*, publicado no final século XVIII, Blumenbach foi responsável pela elaboração de uma das mais influentes formas de classificação racial da história da antropologia física, tendo influenciado toda uma geração de antropólogos que se formou ao longo do século XIX e início do XX (Gould, 1994, 65-69).

Roquette-Pinto também fez menções aos trabalhos do antropólogo físico e arqueólogo francês Gabriel Mortillet (1821-1898), especialmente para classificar os objetos etnográficos de acordo com os respectivos períodos históricos.⁵⁴ Vale lembrar que Mortillet ficou conhecido na antropologia francesa por ter criado um sistema de classificação cronológica sobre o desenvolvimento antropológico humano. Sua idéia central se baseava numa visão evolutiva linear, segundo a qual quanto mais antigos fossem os espécimes humanos mais próximos ao estado primitivo se encontrariam (Regal, 2004, 45-47). Membro da *Société d'Anthropologie de Paris*, Gabriel Mortillet também ficou conhecido por fazer parte, juntamente com Paul Broca e Alphonse Bertillon, da “trindade científica” da antropologia francesa (Hecht, 2003, 304).

No dia seguinte à realização da última prova, a congregação do Museu Nacional se reuniu para o julgamento do concurso. Como Álvaro de Lacerda havia desistido, a prova oral que realizara nem mesmo entrou em discussão. Quanto à prova prática realizada por

⁵³ Prova prática do concurso para o cargo de Assistente da 4º Seção. 11/09/1905. (Arquivo Semear – MN, D. 95, P. 47, folhas 61-66).

⁵⁴ Prova prática do concurso para o cargo de Assistente da 4º Seção. 11/09/1905. (Arquivo Semear – MN, D. 95, P. 47, folha 65).

Roquette-Pinto, o principal responsável pela avaliação foi o chefe da *Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia*, o naturalista e etnógrafo Domingo Sérgio de Carvalho. De acordo com a comissão examinadora, o candidato cumpriu o que lhe foi determinado, indicando por meio da “cranioscopia” as características do crânio analisado. Os dois espécimes arqueológicos do Egito, dois da idade paleolítica da Europa e um artefato etnológico brasileiro foram “devidamente estudados e classificados, conseguindo o candidato determiná-los com precisão”. Em relação à análise do objeto antropológico, Domingos Sérgio de Carvalho comentou:

(...) o candidato fez o estudo exato do crânio pelo método descritivo, como lhe fora exigido, incorrendo porém em engano quando classificou a deformação de étnica, sendo o caso de uma deformação patológica – a plagiocefalia, devendo o espécime ser incluído entre os crânios reniformes a que se refere Topinard. Diz ainda que todos os autores são acordes em atestar as dificuldades na caracterização exata desses e de outros casos patológicos, o que se torna mais acentuado quando se pretende indicar a origem da deformação.⁵⁵

Em sua avaliação, a prova prática a que foi submetido o candidato deveria “ser considerada boa”, assim como a sua prova oral. Seguindo a indicação de Domingo Sérgio de Carvalho, os membros da congregação acabaram aprovando por unanimidade o candidato Edgard Roquette-Pinto.⁵⁶

Logo no mês seguinte, com apenas 21 anos de idade, o jovem antropólogo se apresentaria ao Diretor do Museu Nacional para assumir suas funções de assistente da *Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia*, onde iria auxiliar mais diretamente o professor Domingo Sérgio de Carvalho, chefe da seção desde 1899. Além da proximidade com Carvalho, Roquette-Pinto passaria a conviver com toda uma geração de cientistas que marcaria sua trajetória, especialmente àqueles que atuavam no campo da antropologia

⁵⁵ Ata da Congregação do Museu Nacional – Sexta Sessão, 12/09/1905 1905 (Arquivo Semear – MN, D. 95, P. 47, folhas 67-68).

⁵⁶ Ata da Congregação do Museu Nacional – Sexta Sessão, 12/09/1905 1905 (Arquivo Semear – MN, D. 95, P. 47, folha 68).

física, que sob a liderança de João Baptista de Lacerda, Rodrigues Peixoto, Barbosa Rodrigues e Ladislau Netto formariam a primeira geração de antropólogos brasileiros.⁵⁷

É importante dizer que se a passagem pela Faculdade de Medicina e toda a convivência com a vida intelectual carioca tenham marcado o seu interesse pela antropologia física, essa primeira geração de antropólogos ligada ao Museu Nacional também seria decisiva em sua trajetória intelectual. Conforme é possível perceber tanto em sua tese de medicina sobre etnografia americana, defendida em 1906, quanto nos trabalhos científicos que publicaria nos anos seguintes, Roquette-Pinto seguiria a tradição de estudos antropológicos inaugurada nas últimas décadas do século XIX. Neste sentido, para melhor compreendermos a formação e as pesquisas desenvolvidas por Roquette-Pinto no Museu Nacional, é necessário analisar a própria emergência da antropologia física nessa instituição, procurando compreender as questões, os temas e as interpretações que institucionalizaram a antropologia no Brasil.

1.5. Os estudos antropológicos do Museu Nacional no final do século XIX

Colher esses restos humanos repassados muitas vezes da mais alta antiguidade, estudar os seus traços característicos e as suas formas particulares, marcar as suas analogias e dessemelhanças, compará-los entre si, e dessa confrontação de caracteres destacar as formas típicas que devem representar raças diferentes, não é empresa fácil de realizar em pouco tempo. Tão custosas e difíceis são ainda as explorações antropológicas neste país... (João Baptista de Lacerda, 1881, 35).

Como mencionamos anteriormente, as temáticas propostas para o concurso do Museu Nacional sintetizavam, em grande medida, o debate científico a que estava

⁵⁷ Vale destacar que a designação destes homens de ciências como “antropólogos”, como bem lembrou Ricardo Ventura Santos (2002, 115), é uma simplificação da carreira, da produção científica e das atividades que esses intelectuais exerceram ao longo de suas trajetórias. A maioria deles era formada em medicina, como o próprio Roquette-Pinto, mas desenvolviam trabalhos em diferentes campos das ciências naturais, como na antropologia e na arqueologia, na fisiologia e na anatomia, na botânica e na zoologia, na patologia médica e na profilaxia, entre outras. Além disso, não faziam distinções claras entre as áreas da etnologia, etnografia, arqueologia, craniometria e antropologia. Essas diferentes áreas do conhecimento estavam integradas no mesmo ramo do que eles próprios chamavam de “investigações antropológicas”.

submetido o campo da antropologia física no Brasil desde as últimas décadas do século XIX. Ao lançar mão de estudos que integrassem a antropologia, a etnologia/etnografia, a arqueologia e a craniometria, os antropólogos físicos tinham como projeto científico compreender a origem do homem americano e as características dos grupos indígenas da América. Nos anos 1870, João Baptista de Lacerda e Rodrigues Peixoto, ambos do Museu Nacional, destacavam que “os estudos das raças indígenas da América (...) ligavam-se aos problemas mais importantes e transcendentais da antropologia” (Lacerda & Peixoto, 1876, 74). No entanto, segundo estes autores, pouco se sabia sobre as origens, os cruzamentos raciais, os caracteres étnicos, lingüísticos e arqueológicos das “raças indígenas” (idem, 47).

As pesquisas em antropologia física só passariam, portanto, a conquistar adeptos entre os brasileiros a partir de meados dos anos 1870, especialmente por cientistas ligados ao Museu Nacional (Keuller, 2007; Santos, 2002; Castro Faria; 1998). Fundado por D. João VI para estimular os estudos científicos no Reino do Brasil, o Museu Nacional se consolidou ao longo do século XIX como um dos principais centros de investigação e ensino das ciências físicas e naturais, com destaque para a geologia, a zoologia e a botânica. No campo da antropologia, o Museu Nacional só passou a exercer um papel significativo a partir de 1876, quando apareceram de forma mais sistematizadas as primeiras pesquisas científicas. Até então, toda produção e exploração antropológica fora executada por naturalistas e viajantes estrangeiros, sobretudo alemães, franceses, americanos e ingleses, que adentraram o interior do país em busca de conhecimentos sobre a população indígena, a fauna, a flora e a coleta de espécimes para suas coleções (Schwarcz, 1993, 69-72).

No último quartel do século XIX, especialmente durante a administração de Ladislau Netto (1874-1893), os estudos em antropologia física cresceriam significativamente. Em 1876, a antropologia ganharia um lugar institucional ao ser incluída na mesma seção em que funcionava os estudos de zoologia geral, anatomia comparada e paleontologia, que ficava sob a direção do médico e naturalista João Joaquim Pizarro e a sub-direção de João Baptista de Lacerda. É importante ressaltar que a inserção da antropologia como parte das ciências naturais não é casual, visto a estreita ligação entre as investigações antropológicas e a história natural (Santos, 2002, 115). Na verdade, a antropologia era assumida neste período como a própria história natural do homem, tal qual o conhecimento da evolução das espécies no mundo animal. Neste aspecto, a

antropologia produzida no Museu Nacional mostrava-se finamente sintonizada com as concepções promovidas pela antropologia européia, uma vez que o pressuposto naturalista fundamentava, por exemplo, os trabalhos de antropólogos ligados à *Sociedade de Antropologia de Paris* (Keuller, 2007, 66).

A emergência da antropologia física no Brasil foi motivada, aliás, pela entrada de “um bando de idéias novas” que, vindo do continente europeu, contagiou a geração de 1870, conforme caracterizou Silvio Romero ainda no final do século XIX (Romero, 1979, 163). Em artigo publicado no primeiro número dos *Archivos do Museu Nacional*, Lacerda e Rodrigues Peixoto lembravam que apesar da antropologia ser “a mais nova de todas as ciências”, ela teria surgido a partir do acúmulo de “laboriosas investigações” de mais de um século. Introduzida por Blumenbach, que estabeleceu a distinção das raças humanas, e por Buffon, que “lançou as bases da história natural do homem”, Lacerda e Rodrigues Peixoto explicam que toda uma geração seguiu os caminhos destes “sábios”, concorrendo para aumentar os domínios da antropologia. Desta geração, os autores brasileiros ressaltam os nomes de naturalistas e antropólogos como Retzius, Morton, Prichard, Broca, Quatrefages, Mortillet, Virchow e Topinard, “cujas vistas mais largas tendem hoje a dar uma nova face à ciência antropológica” (Lacerda & Peixoto, 1876, 47).

Diante da expansão da antropologia física na Europa e nos Estados Unidos, Lacerda lamentava o pouco interesse dos brasileiros por esta ciência. Para ele, era um “ato de criminosa indiferença” fechar os ouvidos para as idéias que do outro lado do atlântico avançavam profundamente sobre “difíceis problemas relativos à origem e a descendência do homem” (Lacerda, 1876, 78). E como numa conclamação coletiva aos “amantes da ciência” no Brasil, movido pelo progresso científico europeu, Lacerda afirmava:

Mais tarde ou mais cedo, porém, o movimento imprimido aos espíritos lá na outra banda do Atlântico há de chegar até nós, inspirando-nos o dever de contribuir por nosso próprio esforço para o esclarecimento de todas quantas questões interessem à ciência do homem na América. (...) O Brasil não pode ter ali representação condigna dos seus foros de nação culta e adiantada, parecendo que na carreira das indagações científicas a América do Sul segue mui distanciada a sua companheira do Norte. É tempo, pois, de abrir caminho a esses cometimentos, explorando as nossas riquezas nos domínios

antropológicos e juntando-as aos tesouros já acumulados pela ciência do velho mundo (Lacerda, 1876, 78).

Empregando os métodos e todo instrumental teórico fornecidos pela antropologia européia, antropólogos e naturalistas-viajantes do Museu Nacional publicariam, a partir das últimas décadas do século XIX, uma série de estudos sobre a origem do “homem americano” e as características das “raças indígenas do Brasil”. Liderados especialmente por João Baptista de Lacerda, Rodrigues Peixoto, Ladislau Netto, João Barbosa Rodrigues e Domingos Soares Ferreira Penna, os cientistas do Museu Nacional almejavam colocar a ciência antropológica brasileira em pé de igualdade com a congênere do velho continente. Não à toa, os brasileiros fizeram uso quase irrestrito dos referenciais teórico-metodológicos da craniometria, sobretudo da escola francesa constituída em torno de Paul Broca, um dos fundadores da moderna antropologia física (Stocking, 1968, 56). Além disso, se apropriaram também das discussões evolucionistas sobre a origem e a evolução do homem (poligenismo, monogenismo, darwinismo) e das teses sobre a existência de diferenças e hierarquias entre as raças humanas (Lacerda & Peixoto, 1876; Pizarro, 1876; Penna; 1877; Netto, 1885).

De outro lado, embora os interesses dos antropólogos brasileiros se confundissem com a produção dos colegas europeus, dos franceses em especial, a agenda científica do Museu Nacional estava sintonizada com um tema caro ao Império do Brasil. Desde meados do século XIX, uma das preocupações que mobilizou a vida intelectual e a política imperial foi o processo de consolidação do Estado Nacional e a construção de um projeto de nacionalidade (Guimarães, 1988, 6-7). Um dos principais desafios colocados, por exemplo, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que fora criado por D. Pedro II justamente para fundar uma história nacional, consistia na localização, recuperação e divulgação dos relatos que davam conta dos aspectos históricos e etnográficos dos diferentes grupos indígenas (Kodama, 2009). Na busca pelas origens da identidade nacional, tanto o IHGB quanto as revistas e obras literárias colocavam os indígenas como a matriz da nacionalidade, uma vez que em contato com os colonizadores europeus miscigenaram e formaram as primeiras famílias brasileiras (Monteiro, 1996, 16).

Neste sentido, o Museu Nacional incorporou esse projeto e se lançou na busca pelas origens raciais e pelas características das populações indígenas do Brasil e da América, satisfazendo os interesses científicos e “os brios da nossa nacionalidade”, conforme destacava o naturalista Domingos Soares Ferreira Pena (1877, 75-76). Nos anos 1880, Ladislau Netto explicava que desde seus estudos na França, duas décadas antes, percebera o quão importante era investir nas pesquisas sobre a origem do homem americano. Segundo ele, “estava no interesse intelectual do Brasil” empreender as investigações sobre as gerações pré-colombianas (Netto, 1885, I). Em artigo publicado em 1885, João Baptista de Lacerda também destacava que “a questão das origens é um implacável ponto de interrogação” para a antropologia brasileira. Em sua opinião, as principais questões poderiam assim ser resumidas: “de que bandas vieram esses primitivos possuidores do solo americano; que direção levaram essas correntes humanas, espraiando-se em toda a imensa vastidão do novo continente, que fusão de caracteres étnicos se efetuou, através das idades, nas raças sucessivas invasoras, e que foram pouco e pouco adquirindo o domínio do solo?” (Lacerda, 1885, 176). Para seu colega Ladislau Netto, além dos estudos sobre a origem antropológica das raças indígenas, seria fundamental conhecer também suas “evoluções físicas e morais”.⁵⁸

Buscando responder questões como estas, o Museu Nacional realizou entre 1876 e 1889 uma série de expedições científicas pelas províncias do Pará, Amazonas, Alagoas, Pernambuco, Paraná e Santa Catarina. Nessas viagens, naturalistas e antropólogos visitaram sambaquis e sítios arqueológicos, de onde coletaram uma variedade de materiais, como crânios, ossos e urnas funerárias, artefatos de cerâmica, armas, adornos e outros objetos que pudessem trazer vestígios de habitantes primitivos. Entre estas expedições, merecem destaque as que foram empreendidas por Ladislau Netto, José Joaquim Pizarro, Domingos Ferreira Penna e Gustavo Rumbelsperger, uma vez que chefiaram diretamente suas expedições (Keuller, 2007, 93-94). Antes de serem incorporados às coleções do Museu Nacional, os objetos coletados serviram à investigação e à publicação de uma série de trabalhos científicos, especialmente nos *Archivos do Museu Nacional*.

Dentre estas publicações, as que chamam mais a atenção, e que aparecem com maior frequência, são os estudos craniométricos dos primitivos indígenas do Brasil.

⁵⁸ Ofício do Diretor do Museu Nacional Ladislau Netto a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 10/09/1881 (Arquivo Semear – DAE 10/09/1881).

Seguindo os passos da antropologia física francesa e norte-americana, os brasileiros especializaram-se em recolher, medir, comparar e analisar crânios, esqueletos e todos os tipos de ossos humanos, fazendo atentas descrições morfológicas e anatômicas. Nas páginas dos *Archivos do Museu Nacional*, mais de uma centena de crânios eram exibidos como a prova científica dos pressupostos antropológicos sobre a evolução e as diferenças entre as “raças indígenas”. Além de buscar as origens e a antiguidade dos fósseis analisados, o objetivo dos antropólogos físicos consistia em classificar os diferentes grupos indígenas, analisar sua distribuição geográfica, sua evolução, suas características anatômicas e, inclusive, determinar, a partir das características cranianas, seus atributos intelectuais e morais.

Em relação a este último aspecto, a maioria dos antropólogos do Museu Nacional não vacilava em apontar determinados grupos indígenas, em especial os Botocudos, como pertencentes às escalas mais baixas da hierarquia racial, cujo “grau de inferioridade intelectual [estaria] muito próximo ao dos macacos antropomorfos” (Lacerda & Peixoto, 1876, 68). De acordo com as análises realizadas por Lacerda e Rodrigues Peixoto em crânios de botocudos, recolhidos as margens do Rio Doce, entre a Província de Minas Gerais e Espírito Santo, “a pequena capacidade craniana” desse grupo indígena os colocava “a par dos Neo-Caledonios e dos Australianos, isto é, entre as raças mais notáveis pelo seu grau de inferioridade intelectual”. Suas aptidões mentais seriam tão limitadas que se tornaria muito difícil “fazê-los entrar no caminho da civilização” (idem, 71-72), como almejavam não apenas os antropólogos civilizadores como o próprio governo brasileiro.⁵⁹

Nessas análises, as diferentes teses evolucionistas possibilitavam que os antropólogos do Museu Nacional classificassem os grupos indígenas em variados graus de evolução: uns mais antigos, outros mais recentes; alguns tidos como autóctones, outros originários da Ásia; uns mais bárbaros e selvagens, outros mais dóceis e acessíveis; uns

⁵⁹ Anos mais tarde, já no início do século XX, Lacerda afirmaria, não sem um tom de comemoração, que “a civilização vai entrando pelos sertões do Brasil; em menos de um século as tribos indígenas terão desaparecido, e difícil será encontrar nos resíduos delas os traços da raça primitiva. Entre nós o cruzamento do índio com o branco efetuou-se em pequena escala comparado aos cruzamentos do branco com o negro. Compreende-se que assim deverá ser, porque foram estas as duas raças que se tocaram, que estiveram em íntimas e prolongadas relações nos centros povoados; enquanto as tribos indígenas conservaram-se relegadas dos lugares civilizados, ocupados pela raça branca” (Lacerda, 1905, 101). Talvez a conclusão de Lacerda sobre o “desaparecimento” dos grupos indígenas fosse, de fato, a solução mais adequada à nação brasileira, uma vez que, em seu modo de pensar, os dados existentes induziam-no “a não admitir a eugénia nessa raça” (idem, 102).

indolentes e intelectualmente inferiores, outros mais intrépidos e com aptidões mentais mais evoluídas. Em 1885, após analisar uma série crânios e objetos pertencentes à coleção do Museu Nacional - cujo material fora recolhido por Charles F. Hart, durante a expedição da Comissão Geológica do Brasil (1875-1877), e por Charles Wiener, em expedição realizada junto ao naturalista Carlos Schreiner -, Lacerda destaca que “o homem dos sambaquis” do Brasil não possuía certamente, como os astecas e os incas, um cérebro afeiçoado às produções artísticas. Segundo seu modo de pensar, “a inferioridade cerebral” desses primitivos indígenas “estava mesmo colocada a um nível tão baixo que não lhe permitia pensar em erguer monumentos, cuja existência pressupõe um grau de civilização adiantada” (Lacerda, 1885, 180).

No debate travado acerca da evolução, da antiguidade e das origens do homem primitivo, os antropólogos brasileiros também seguiram as controvérsias científicas que desde o início do século XIX predominavam em países como a França e os Estados Unidos (Stocking, 1968, Gould, 2003). As discussões sobre o evolucionismo monogenista versus o poligenista era tema freqüente e de grande divergências entre os brasileiros, mesmo no avançado do século XIX, quando o darwinismo começava a se impor nos principais fóruns de ciência internacional. João Baptista de Lacerda e Rodrigues Peixoto, por exemplo, questionavam em 1876 os pressupostos monogenistas defendidos pelos darwinistas, e entendiam que se houvesse hipótese mais aceita, essa deveria ser a poligenista⁶⁰, tal qual propusera Louis Agassiz (Lacerda & Peixoto, 1876, 75). Ladislau Netto, por sua vez, colocava em dúvida a sua própria posição poligenista, afirmando que suas pesquisas mais recentes levavam-no a acreditar que as origens e a evolução dos “primitivos indígenas brasileiros” não poderim ser compreendidas pela tese “autóctone-poligenista” (Netto, 1885, 259).

⁶⁰ Nas palavras destes antropólogos, era “possível que a América fosse um dos centros da criação e que mais tarde povos emigrados da Ásia ou de outros pontos do globo, mais próximos, viessem fundir-se com a raça primitiva, produzindo a raça atual. Tal é um dos grandes propósitos à ciência do presente e que talvez a ciência do futuro chegue a demonstrar” (Lacerda & Peixoto, 1876, 75). No entanto, trinta anos mais tarde, João Baptista de Lacerda iria rever profundamente seus pressupostos, afirmando agora sua posição como darwinista. Em seu modo de pensar, “aqueles que repugnam comungar nas idéias polygenistas, que não podem compreender a criação do homem e dos animais em centros separados, destruindo-se assim a continuidade da cadeia animal, que a doutrina de Darwin estabeleceu como uma seqüência lógica da observação aplicada aos fatos no presente e no passado, pensam que o homem americano é uma filiação e uma transformação do homem asiático. E para mim esses tem razão” (Lacerda, 1905, 97).

Devido às polêmicas suscitadas e o interesse que a antropologia despertara, logo no início dos anos 1880 ela viria a se consolidar, ao lado dos estudos geológicos, como um dos mais profícuos ramos das ciências no Museu Nacional (Lopes, 1997, 179). Além da realização de expedições científicas, organização de coleções, participações em congressos internacionais e a publicação de um grande número de trabalhos, o Museu criaria também o Laboratório Experimental de Fisiologia, voltado tanto para a investigação médica quanto antropológica, que ficaria sob a direção do médico e fisiologista francês Louis Couty (1854-1884) e, posteriormente, de João Baptista de Lacerda. Este último, inclusive, também passaria a oferecer um curso de antropologia com a duração de dois anos, onde se estudaria, entre outros assuntos, a formação das raças no Brasil e na América e a questão do monogenismo, poligenismo e transformismo (Lopes, 1997, 185; Castro Faria, 1998, 134; Seyferth, 1983, 82; Santos e Mello e Silva, 2006, 11).

Em 1882, o Museu Nacional promoveria também a *Exposição Antropológica Brasileira*, considerada um dos eventos científicos mais prestigiados durante o Império, tanto pelo público letrado e pelas autoridades políticas quanto pela sociedade carioca em geral. Logo na abertura da Exposição, o monarca D. Pedro II, sua esposa, a Imperatriz Teresa Cristina, e os principais integrantes da corte se fizeram presentes para visitar os oito salões onde foram exibidas as coleções antropológicas, etnográficas e arqueológicas. Além da exibição de objetos pertencentes ao próprio Museu Nacional, de várias províncias do país chegaram diferentes coleções, enviadas por museus, governos provinciais e particulares. O objetivo do evento era celebrar, por meio da exposição de artefatos, objetos fósseis e símbolos, as riquezas e a diversidade dos grupos indígenas do Brasil. Na afirmação de Lacerda, a exposição se destinava à “celebração popular da ciência”, uma demonstração “objetiva” que a antropologia oferecia sobre a moderna nação brasileira (Andermann, 2004, 129-130).

Respondendo a essa crescente demanda, em 1888 a antropologia sairia dos domínios da zoologia e passaria a funcionar numa seção independente, conforme definia o regulamento que reorganizou as especialidades no Museu Nacional. Devido à sua ligação com os estudos etnológicos e arqueológicos, a nova seção se constituiria na *Quarta Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia*, sendo João Baptista de Lacerda nomeado para sua direção, e Emilio Goeldi como sub-diretor (Keuller, 2007, 78). A organização da seção nestes moldes, como bem destacou Maria Margaret Lopes (1997, 174), foi um movimento

que acompanhou as mudanças da própria antropologia européia, que desde alguns anos procurava maior aproximação com a história e a etnologia, sem sair, entretanto, do próprio campo das ciências naturais.

Com estas mudanças, reforçaram-se ainda mais os interesses da antropologia física pelos estudos dos grupos indígenas do Brasil. Até o final dos anos 1910, este continuaria sendo, inclusive, o foco central da antropologia física no Museu Nacional (Castro Farias, 1998, 22). Embora autores como Silvio Romero e Nina Rodrigues, desde o final do século XIX, já tivessem voltado seus estudos para os “africanos do Brasil”, estes só passariam a ser objeto de investigação científica mais sistematizada, no Museu Nacional, a partir dos anos 1910 e 1920. Até então, a *Quarta Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia* permaneceria, quase que exclusivamente, realizando excursões científicas aos sambaquis e outros sítios arqueológicos em busca de objetos materiais para as suas coleções e para suas publicações científicas (Keuller, 2007, 90-97).

1.6. Os primeiros trabalhos do jovem antropólogo

Em 1905, enquanto se preparava para o concurso do Museu Nacional, Roquette-Pinto começaria escrever a sua tese de doutorado em medicina. Parte dela fora preparada, inclusive, já como funcionário do Museu Nacional, uma vez que só concluiria sua redação em 1906. Seu interesse pela antropologia vinha já manifestado no próprio tema que escolhera para pesquisa: a etnografia indígena. Sob o título *Ethnographia Americana: o exercício da medicina entre os indígenas da América*, Roquette-Pinto procurava conciliar o conhecimento médico com os estudos que vinha realizando no campo da antropologia. Sua tese não apenas acompanhava a tradição antropológica francesa e norte-americana do final do século XIX, como também apresentava uma proximidade com as preocupações que mobilizavam a antropologia no Museu Nacional, conforme é possível perceber em seu interesse pelo conhecimento da vida indígena na América.

Como era freqüente à época, as informações que Roquette-Pinto fez uso foram extraídas dos relatos de viagens publicados por viajantes e naturalistas estrangeiros que percorreram o continente americano, ou simplesmente por historiadores e etnógrafos que

compilaram informações sobre os grupos indígenas da região. Não se tratava, portanto, de um trabalho de campo ou da transcrição de sua própria experiência de viagem, mas de um trabalho de gabinete, de uma revisão bibliográfica. Entre os viajantes e escritores que aparecem com maior frequência estão o historiador e etnólogo norte-americano Hubert H. Bancroft (1832-1918), autor dos cinco volumes de *Native Races of the Pacific Coast*, e o geógrafo norte-americano Henry Schoolcraft (1793-1864), que publicou *Indian Tribes of the United States* em seis volumes. Outros nomes citados por Roquette-Pinto são os viajantes von Martius, von de Steinen, Ferdinand Denis, Hans Staden, Jean de Lery, Alexander von Humboldt e os antropólogos franceses Mortillet, Topinard e Paul Broca, estes últimos mencionados nos momentos em que discute as deformações cranianas presente em determinados grupos indígenas da América Central.

Entre os antropólogos e ensaístas brasileiros, há referências aos trabalhos de Ladislau Netto, Barbosa Rodrigues, Domingo Sérgio de Carvalho, João Baptista de Lacerda, Silvio Romero e Julio Moura, especialmente quando retoma o debate sobre a origem do homem americano e a questão do poligenismo e do monogenismo. Opondo-se à certas idéias que mobilizaram por muitos anos a antropologia brasileira,⁶¹ Roquette-Pinto argumenta não ver “que imenso valor pode haver no conhecimento das origens do homem americano”. Segundo ele, essa determinação não passava de uma “espécie de quebra-cabeças – meio científico”, uma vez que discutir “origens” ou “fins” não fazia parte das investigações atentas que seguiam os etnólogos preocupados com o trabalho de observação (Roquette-Pinto, 1906, 27). Além do mais, na opinião de Roquette-Pinto, autores como o antropólogo francês Jean Louis Quatrefages, ou mesmo os brasileiros Ladislau Netto e Barbosa Rodrigues, já teriam demonstrado que o evolucionismo transformista de Lamarck, Darwin e Haeckel apontavam para o monogenismo, o que encerrava a discussão em torno dessa polêmica. Também para estes autores, a América havia sido povoada inicialmente por “diversas raças” que imigraram de diferentes pontos da terra, especialmente da Ásia, colocando por terra as teses sobre o autoctonismo do homem americano, como por muitos

⁶¹ Além dos trabalhos publicados nos *Archivos do Museu Nacional* entre 1876 a 1900, uma interessante polêmica sobre a origem do homem americano e as idéias evolucionistas na antropologia brasileira pode ser encontrada na obra que Silvio Romero publicou nos anos 1880. Intitulado *Ethnographia Brasileira*, o livro apresenta um “estudo crítico” dos trabalhos de Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Theophilo Braga, Ladislau Netto, João Baptista de Lacerda, Rodrigues Peixoto, e outros (Romero, 1888).

anos defenderam, entre outros, João Baptista de Lacerda e Rodrigues Peixoto (idem, 27-28).

Embora a tese de Roquette-Pinto seja permeada por uma série de discussões tradicionais da antropologia e da etnografia, o objetivo principal era, de fato, compreender como se desenvolveu o *exercício da medicina* entre os diferentes grupos indígenas da América. Procurando analisar a incidência de doenças e os processos terapêuticos, Roquette-Pinto parece bastante atento às questões ainda pouco exploradas pela etnografia daquele período, como os rituais de cura, as representações e o imaginário que os indígenas desenvolveram acerca das doenças, dos processos mágicos e de outras práticas de cura. Os feiticeiros, curandeiros, bruxos ou “shamans” são tratados pelo autor como médicos-secerdotes, a quem caberia a responsabilidade pela cura ou pelo tratamento das diferentes enfermidades, seja pelo uso de ervas medicinais, seja pelo emprego de rituais mágicos ou religiosos. Apesar de comparar os processos como sendo mais ou menos evoluídos, Roquette-Pinto parece sensível à dimensão social ou cultural presentes nos rituais indígenas, como é possível perceber na passagem em que descreve o imaginário e as práticas de cura no sul do México:

Quando uma epidemia os visita, os bruxos se reúnem em conferência; consultam mutuamente os sonhos que lhes trouxe o sono da última noite e concertam as medidas de precaução e expurgo; um verdadeiro congresso de higiene.

Espalham-se pela aldeia invocando dragões e monstros, que venham destruir o mal; e depois de envolver a povoação com uma cerca de paus pintados, portadores de figuras hediondas, para afugentar a moléstia, declaram solenemente a expulsão dela.

Muitas vezes essa prática, mesmo feita com os cuidados todos de uma misteriosa liturgia, não traz ao povo o suspirado alívio; é que o espírito malsão não teme o exorcismo.

Práticos, mui práticos, são nessa emergência; pois que o mal não quis sair da vila, saem os habitantes; e deixam-no morrer queimado nas chamas que acendem nas casas deixadas (Roquette-Pinto, 1906, 42).

Em outro momento, o autor chama a atenção dos especialistas da “clínica dos civilizados”, na qual ele próprio fora educado, para a eficácia de determinadas práticas empregadas pelos indígenas brasileiros, conforme lhe havia destacado o naturalista Barbosa Rodrigues à respeito dos cuidados e das técnicas para a realização do parto, ou mesmo para o tratamento do tétano. Em sua opinião, “se um meio tão simples tem, realmente, como eu estou perto de acreditar pela afirmativa do sábio brasileiro, vantagem tão alta, digam os clínicos; aí fica a menção” (idem, 71).

A despeito disso, o autor não deixava de ver o exercício da medicina entre os indígenas como estágios evolutivos diferentes, de acordo com a sua própria compreensão sobre a evolução intelectual humana. Inspirado na “doutrina positiva” de Augusto Comte, o jovem médico e antropólogo entendia que os homens, “nos primeiros marcos de sua evolução mental”, haviam apanhado empiricamente o valor das “reações cerebrais”, empregando-as, desde então, “no mister sublime de aliviar quem sofre”. Para ele, as práticas de cura entre os indígenas evoluíram do período “fetichista” (teológico), onde qualquer indivíduo poderia exercer a medicina, ao estágio “politeísta” (metafísico), quando “a função médica se separa do sacerdote e vai constituir uma classe de cor científica cuja atividade, contudo, se subordina às decisões dos chefes espirituais” (idem, 81-82).

Esse último estágio de evolução poderia ser encontrado, por exemplo, entre os indígenas do Peru e do México à época da invasão européia ao Novo Mundo. Além de um apurado conhecimento médico, havia se constituído entre eles um “surto científico” que teria possibilitado o aparecimento também da matemática e da astronomia (idem, 77-78). Na interpretação de Roquette-Pinto, porém, o último grau de evolução “que a admirável hierarquia positiva estabelece” não teria sido alcançado pelos indígenas da América. Para chegar a “noção físico-química preparatória” - o estágio positivo -, faltou aos “cérebros indígenas a justa apreciação dos fatos vitais”, aquele que caracterizaria o conhecimento e domínio da natureza (idem, 78).

O emprego dessa sociologia positivista pode ser vista, aliás, como o elemento principal da tese de Edgard Roquette-Pinto. Em sua “síntese filosófica”, o autor contesta a sociologia realizada pelos filósofos materialistas, segundo a qual bastaria apenas “agrupar os fatos, num rol bem feito, e lançar essa moeda falsa científica à circulação dos estudiosos”. Tudo muito simples, acessível, “mas inteiramente inútil”, completava o autor

de *Ethnographia Americana*. Em sua compreensão, não bastaria contar as minúcias dos fatos apreendidos, o essencial seria “ver as leis que os une; como eles se sucedem; que relação os liga”. Só assim se poderia apreciar o modo como uma determinada sociedade evoluiria de um estágio para outro (Roquette-Pinto, *idem*, 75).

Essa mesma sociologia permitia que Roquette-Pinto contestasse àqueles que, ao modo de Spencer, desejavam colocar o homem no mesmo quadro zoológico dos animais, desconsiderando que a sua “organização cerebral” e o surgimento dos “fatos morais” separavam a humanidade da animalidade. De acordo com Roquette-Pinto, foi analisando as leis da evolução moral do homem que Augusto Comte criara as “ciências da humanidade, a sociologia”, cujos princípios agora guiavam suas interpretações, como ele próprio fazia questão de destacar (*idem*, 76).

Era o contato com a sociologia positivista, aliado ao conhecimento médico e a antropologia física, que fizeram Roquette-Pinto se interessar tanto pelos aspectos fisiológicos quanto morais, ou “espirituais”, que orientavam os rituais e as práticas da medicina indígena. Para ele, a medicina moderna deveria ser responsável tanto pelo corpo quanto pela moral, ou pelo aspecto filosófico da vida humana. Deveria ser ciência, arte e filosofia ao mesmo tempo. No entanto, ao invés da unidade entre corpo e moral, o autor entendia que a civilização ocidental dividiu entre o médico e o padre, ou entre o médico e o filósofo, os cuidados com os aspectos fisiológicos e humanos, respectivamente. “Os doutores indígenas” que viviam no estágio politeísta, ao contrário, teriam realizado - não por meio da ciência, mas pelo coração - a perfeita unidade desses elementos (*idem*, 77).

Na compreensão de Roquette-Pinto, portanto, faltava a “medicina dos civilizados” o conhecimento da sociologia positivista e, ao mesmo tempo, o exemplo da medicina indígena, capaz de apreender o homem como uma unidade física e espiritual. Esses pressupostos, aliás, iriam fundamentar a sua antropologia de tal maneira que a conciliação entre o naturalismo e o humanismo acompanhariam toda a sua trajetória como cientista e homem público. Pode-se dizer que esse pensamento era tributário, em grande medida, ao positivismo que aprendera com os professores da Faculdade de Medicina, com o médico Henrique Baptista, no tempo em que fora seu assistente, com Licínio Cardoso e o círculo de positivistas que se reuniam em torno dele. Além do mais, Roquette-Pinto estudou filosofia positivista com Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927), um dos principais

divulgadores do positivismo ortodoxo no Brasil. O jovem antropólogo não apenas teria seguido “com grande interesse e proveito” os seus cursos de filosofia positiva, como também manteria um estreito contato intelectual.⁶² De acordo com Alberto Venâncio Filho (2008, 41), Roquette-Pinto teria, inclusive, assistido as próprias lições que Teixeira Mendes concedia no apostolado positivista do Brasil.⁶³

A ligação inicial de Roquette-Pinto com o pensamento de Augusto Comte, aliás, se deu por intermédio de intelectuais positivistas marcadamente ortodoxos, que assumiam a doutrina comteana como uma verdadeira religião da humanidade. Apesar disso, desde cedo é possível perceber o distanciamento que Roquette-Pinto passaria a adotar em relação a esse modelo ortodoxo de filosofia positivista. Em correspondência ao seu amigo Teixeira Mendes, que naquele momento já havia assumido a direção da Igreja Positivista do Brasil, substituindo Miguel Lemos, Roquette-Pinto chamava a sua atenção - a propósito da publicação de um folheto de divulgação do positivismo entre os brasileiros - quanto à necessidade de distinguir entre o pensamento de Augusto Comte e outras “divagações metafísicas” pronunciadas em seu nome.⁶⁴ Roquette-Pinto referia-se, possivelmente, ao próprio uso que a Igreja Positivista fazia em relação à obra de Augusto Comte, que transformava o positivismo numa doutrina religiosa.⁶⁵ Para ele, o positivismo era válido quando aplicado aos interesses científicos, ao conhecimento das leis que regiam a vida da sociedade e da natureza, tal qual a sociologia positiva fundada por Comte, conforme já aparecia em sua tese de doutorado (Roquette-Pinto, 1906, 74-76).

Nos primeiros trabalhos que viria desenvolver no Museu Nacional, as investigações sobre os “primitivos homens da América” continuariam sendo o foco de suas atenções. Menos de um ano depois de assumir suas funções de assistente da *Seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia*, Roquette-Pinto fora indicado para realizar uma

⁶² Roquette-Pinto, E. “Notas e Opiniões”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03/04/1954 (recorte avulso, APERP-ABL).

⁶³ Vale lembrar que Teixeira Mendes, juntamente com Miguel Lemos, se destacaram como os representantes de uma interpretação positivista marcadamente ortodoxa, tendo sido eles responsáveis pela criação da Igreja Positivista do Brasil no final do século XIX (Barros, 1986; Alonso, 2002).

⁶⁴ Correspondência de Teixeira Mendes a Roquette-Pinto. Rio de Janeiro. (sem data, possivelmente de 1912 - APERP-ABL).

⁶⁵ Beatriz Roquette-Pinto Bojunga, filha de Roquette-Pinto, lembra que seu pai sempre fora um admirador do positivismo de Augusto Comte, muito em função da influência de seu sogro Henrique Baptista. No entanto, diferentemente de deste último, assim como de Teixeira Mendes, explica ela, Roquette-Pinto não seguia o positivismo como uma doutrina religiosa, mas como uma filosofia científica (Barbosa, 1996, 422).

excursão científica ao interior do Brasil, que viria a ser o seu primeiro trabalho de campo. Tratava de uma viagem para explorar os sambaquis do litoral do Rio Grande do Sul, entre Cidreira, Tramandaí e Torres, na região nordeste do estado. Em períodos anteriores, viajantes e antropólogos do Museu Nacional já haviam empreendido expedições aos sambaquis do litoral do Paraná e de Santa Catarina, mas nada se sabia ainda sobre o litoral gaúcho. De acordo com Roquette-Pinto, o escritor alemão Karl von Koseritz (1830-1890), autor de *Imagens do Brasil*, já havia questionado o Museu Nacional, em 1884, se não “valeria a pena explorar os sambaquis de Cidreira?” (Roquette-Pinto, 1912, 3).⁶⁶

Partindo do Rio de Janeiro em 12 de setembro de 1906, em companhia de Amaro, seu ajudante de viagem, a expedição científica seria realizada em menos de quatro meses. Montado sobre o lombo de cavalos, ou mesmo em canoas e barcos emprestados de pescadores da região, Roquette-Pinto explorou 23 sambaquis, a maioria deles localizados na estreita faixa de terra entre o mar e as lagoas que cobrem a costa gaúcha. Em seu relatório, o viajante não deixaria esconder sua frustração com a diminuta quantidade de objetos etnográficos ou arqueológicos que encontrara. “Devo confessar que os resultados da minha viagem não foram tão grandes quanto eu esperava”, lamentava ele logo nas primeiras páginas do relatório (idem, 3). Em muitos dos sambaquis visitados, nada encontrou a não ser núcleos de pedras que denunciavam a presença humana pré-histórica. Poucos foram aqueles onde localizou ossos, cerâmicas, conchas, pedras talhadas, seixos e artefatos, como machado de pedra e ponta de lança. O objeto mais cobiçado pelos antropólogos, o crânio de homens primitivos, não foram encontrados nem mesmo fragmentos (idem, 36). Talvez por esse motivo, Roquette-Pinto tenha evitado fazer descrições sobre quais grupos indígenas teriam habitado àquela região. Apenas mencionara que alguns dos objetos encontrados seriam similares àqueles fabricados pelos povos indígenas do Peru e do México, ou mesmo por certas tribos da América do Norte (idem, 32-33).

Devido às dificuldades que os pesquisadores do Museu Nacional vinham enfrentando nos últimos anos para coletar novos objetos etnográficos, João Baptista de Lacerda decidira sugerir ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores que regulamentasse a retirada de coleções do território nacional. Em suas palavras, o grande problema para a

⁶⁶ Embora Roquette-Pinto tivesse encaminhado o relatório de viagem ao Ministro da Justiça e Negócio Interiores em 1907, este só seria publicado em 1912.

localização de novos objetos era devido principalmente ao comércio que os viajantes estrangeiros criaram em torno das coleções, retirando do Brasil tudo quanto podiam para figurar entre as coleções dos museus de outros países, sobretudo da Europa e dos Estados Unidos. Ao Ministro J. J. Seabra, Lacerda solicitava que o governo estabelecesse uma medida, à semelhança do que já fazia a vizinha República da Argentina, proibindo que viajantes estrangeiros levassem coleções etnográficas ao exterior, a menos que fossem doadas as respectivas duplicatas ao Museu Nacional.⁶⁷

Para compensar o insucesso da expedição empreendida ao sul do Brasil, e “ser útil ao país”, Roquette-Pinto procurou descrever não apenas a fauna, a flora e as riquezas locais, mas também a esparsa população que habitava a região. Em sua descrição, as pequenas vilas eram formadas especialmente por imigrantes alemães e italianos, que viviam do comércio, da pesca e da agricultura. Alguns desses lugarejos, dizia ele, viviam isolados da civilização ou em estado de abandono, muito em função da Revolução Federalista de 1893, que ao passar por aquela região deixaram marcas profundas de violência e destruição. Em vilas mais desenvolvidas, como a de Santa Cruz, o antropólogo destacava que poucos eram os que falavam português. Uma anomalia que, segundo os moradores, era responsabilidade do governo brasileiro, uma vez que não existiam escolas para os filhos dos colonos (idem, 6).

O contato com essa realidade foi, possivelmente, um dos elementos que estimulava Roquette-Pinto a comentar, logo nas primeiras páginas de seu relatório, sobre a importância da “instrução do povo” para a formação e o progresso do país. Em sua opinião, esta deveria ser a “grande causa nacional”, uma vez que o Brasil já havia conquistado sua independência política, abolido a escravidão, proclamado a república e promulgado a liberdade espiritual. Antes de mais nada, o Brasil precisaria saber ler, pois um país sem instrução “não pode ter consciência política, a opinião pública não pode existir”. O autor lamentava que tanto as riquezas materiais quanto culturais do Brasil, ou mesmo os deveres e os direitos dos cidadãos, eram ainda desconhecidos da imensa maioria dos brasileiros. Do mesmo modo, as instituições básicas, como a família, a língua e o governo, “sofrem pelo Brasil a fora (...) a influência negativa dessa falta de cultura, agravada pela herança de práticas e costumes que se implantaram durante os longos anos

⁶⁷ Relatório do Ministro da Justiça e negócios interiores (1906-1907). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, p. 165-166. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1903/000280.html> (capturado em 10/03/2010).

em que existiu a escravidão aqui” (idem, 5). Em sua compreensão, instituições de ensino e pesquisa como o Museu Nacional, que concorreria como nenhuma outra para o “desenvolvimento intelectual, moral e prático do povo”, cumpria o seu papel ao instruir os brasileiros e preservar as coleções e outros documentos que destacavam a grandeza do Brasil (idem, 4-6).

Poucos meses depois de seu retorno ao Rio de Janeiro, Roquette-Pinto iria dividir o seu tempo entre as atividades no Museu Nacional e a função que passaria a exercer no Serviço de Identificação Policial do Distrito Federal. Por intermédio de Afrânio Peixoto, chefe daquela repartição, Roquette-Pinto seria convidado para atuar como médico-legista por alguns meses, em substituição ao interino daquela função.⁶⁸ Além de sua relação com Afrânio Peixoto, seu ingresso no Serviço de Identificação Policial foi facilitado, possivelmente, também por sua proximidade com o primo Alfredo Pinto Viera de Mello, que na ocasião ocupava a função de Chefe da Polícia do Distrito Federal.

Durante o período em que trabalhara ao lado de Afrânio Peixoto, com quem viria a manter uma amizade bastante estreita, Roquette-Pinto publicaria seus primeiros trabalhos científicos no campo da medicina legal, sempre conciliado aos interesses pela antropologia física.⁶⁹ Entre estes trabalhos, estava a sua *Nota sobre a fauna cadavérica do Rio de Janeiro* (1908), publicado no *Jornal do Comércio* por indicação de seu amigo Felix Pacheco, então diretor do referido jornal. De acordo com o próprio autor, a sua nota teria sido “apreciada e citada nas obras dos mestres do tempo”, como Souza Lima, Afrânio Peixoto e Oscar Freyre. Roquette-Pinto tencionava, aliás, seguir carreira também no campo da medicina legal. Em 1908, chegou mesmo a participar do concurso público realizado pelo Serviço de Identificação Policial do Distrito Federal, para a função de médico-legista.⁷⁰ Porém, seu fracasso durante o processo de seleção o teria desestimulado, e sua passagem pelo campo da medicina legal não duraria mais do que alguns meses. Coincidência ou não, o jovem antropólogo deixaria o serviço de Medicina Legal no mesmo

⁶⁸ Telegrama de Afrânio Peixoto a Edgard Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 16/04/1908 (APERP-ABL).

⁶⁹ Neste mesmo período, Roquette-Pinto escrevera também *Nota sobre um caso de simulação sexual*, que só viria a ser publicado em 1939 nos “Arquivos de Medicina Legal”; e *Fava Tonga – Dinaponera Grandis*, publicada em 1908 no *Jornal do Comércio*; *Sobre um caso de prenhez quádrupla e Ectopia congênita do rim esquerdo*, ambas publicadas em 1909 pelo “Boletim da Sociedade Médica dos Hospitais” (Lins, 1956, 62).

⁷⁰ Roquette-Pinto, Edgard. “Notas e Opiniões”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04/10/1952 (recorte avulso, FPERP-ABL).

período em que seu primo Alfredo Pinto Vieira de Melo também se afastaria de sua função de Chefe da Polícia do Rio de Janeiro.

Ainda em 1908, antes mesmo de completar 24 anos, se casaria com a jovem Riza Baptista, filha do médico Henrique Rodolpho Baptista, com quem trabalhara durante o período em que cursava a Faculdade de Medicina. Roquette-Pinto a teria conhecido, inclusive, por intermédio do próprio Henrique Baptista, que estimulara a aproximação entre os dois. Logo após o nascimento do primeiro filho, a quem deram o nome de Paulo, o casal se mudaria para um apartamento na Rua Gomes Freyre, próximo ao centro da cidade, de onde Roquette-Pinto seguia diariamente para o Museu Nacional, no bairro de São Cristovão. De acordo com o poeta Carlos Drummond de Andrade, que conhecera o antropólogo de perto, Roquette-Pinto sempre fizera a pé o caminho entre sua casa e a Quinta da Boa Vista, onde se localizava o Museu Nacional (Barbosa, 1996, 142).

Poucos meses depois do nascimento de seu primeiro filho, Roquette-Pinto receberia o convite do educador João Pedro de Aquino para lecionar história natural no Externado Aquino, onde concluíra o curso secundário nove anos antes. Roquette-Pinto assumiria, inclusive, a cadeira que fora de seu ex-professor, o médico e educador Antonio Pacheco Leão (Venâncio filho, 2005, 12). Entre seus alunos, dois nomes em especial marcariam sua memória, Francisco Venâncio Filho e Fernando Raja Gabaglia.⁷¹ Ambos não apenas viriam a ser amigos muito próximos de Roquette-Pinto, como ao seu lado atuariam, anos mais tarde, na formulação de projetos políticos voltados para a área da educação popular, da rádio difusão e da divulgação científica, principalmente nos anos 1920 e 1930.

Embora assumisse outras funções profissionais, Roquette-Pinto gradativamente ampliaria suas atividades de pesquisa no Museu Nacional, consolidando sua formação no campo da antropologia física e da etnografia. Em 1909, apresentaria seu primeiro trabalho em congresso científico. Tratava-se de uma síntese, e ao mesmo tempo de uma revisão, do estado atual do conhecimento acerca da *Etnografia Indígena do Brasil*, conforme havia intitulado o relatório que apresentara aos participantes do *Quarto Congresso Médico Latino Americano*, realizado no Rio de Janeiro. Seu trabalho não apenas poderia ser visto

⁷¹ Roquette-Pinto, Edgard. “Notas e Opiniões”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22/07/1954 (recorte avulso, FPERP-ABL).

como uma continuidade das pesquisas que realizara em sua tese de medicina, como também expressava os interesses antropológicos que passara a desenvolver no Museu Nacional, especialmente pela influência de Domingo Sérgio de Carvalho, que também dedicava sua atenção ao estudo da etnografia e da proteção aos indígenas (Loureiro, 1925, 393). Suas investigações cada vez mais se voltavam para o conhecimento dos principais grupos indígenas do Brasil, e não mais para os povos pré-colombianos da América, como fora tradição no Museu Nacional até a passagem do século XIX para o XX.

Ao longo de sua apresentação, Roquette-Pinto procurava resumir os principais argumentos construídos por etnógrafos, naturalistas e viajantes estrangeiros, como Karl von Martius (1794-1868), Alcide d'Orbigny (1802-1857), Henry Coudreau (1859-1899), Karl von den Steinen (1855-1929), Paul Ehrenreich (1855-1914) e Charles Frederick Hartt (1840-1878), ou mesmo do antropólogo e folclorista brasileiro Couto de Magalhães (1837-1898). Seu objetivo era demonstrar que a divisão lingüística empregada por esses etnógrafos para classificar os diferentes grupos indígenas incorreria numa série de falhas, uma vez que as línguas indígenas eram ainda pouco conhecidas. Para ele, a classificação geográfica seria o modo mais adequado para compreender a formação dos “povos brasileiros”, como primeiro havia sugerido o etnógrafo alemão Paul Ehrenreich. Em sua defesa do método geográfico de classificação, lembrava que embora as características dos povos indígenas não se reduzissem à “meros acidentes geográficos”, estas se vinculariam de tal modo ao seu habitat que acabariam por ele marcados ou modificados (Roquette-Pinto, 1909, 14). De outro lado, a partir do exame somático e antropométrico, Roquette-Pinto também defenderia a tese de que não haveria, do ponto de vista da constituição física, mais do que um “tipo antropológico” entre os indígenas do Brasil, não servindo também este critério para a sua classificação (idem, 14-15).

Edgard Roquette-Pinto lamentava, neste sentido, não haver obras de referências sobre a etnografia do “povo brasileiro”. Apesar de destacar o fato de um bom número de viajantes e naturalistas terem se aventurado em viagens etnográficas pelo interior do país, toda a produção era esparsa e cheia de equívocos. Em sua compreensão, os mais “devotados etnólogos, investigadores da gente brasileira”, desejaram resolver o “problema insolúvel das origens e das migrações, mesmo à custa de elementos falhos e restritos, ou quiseram satisfazer somente uma curiosidade pressurosa, e se limitaram a descrever com mais ou menos acerto”. Faltaria no Brasil estudiosos capazes de narrar a vida dos nossos

indígenas com a mesma “minúcia, clareza e ciência” que o historiador George Bancroft e o geógrafo Henry Schoolcraft descreveram a dos norte-americanos. Apesar de tudo, acreditava que “um esforçado naturalista” poderia um dia produzir, ao modo dos estudiosos da América do Norte, um guia etnográfico sobre os grupos indígenas do Brasil (idem, 1-2). Aqui, Roquette-Pinto possivelmente fazia menção ao seu próprio desejo de, no futuro, ser autor desse guia etnográfico. Sua própria posição como revisionista dizia, talvez, muito sobre o lugar que o jovem antropólogo almejava ocupar como estudioso da antropologia do Brasil.

Neste mesmo período, seu interesse pela etnografia o estimulava a estudar com mais afinco a língua alemã, uma vez que boa parte das obras de etnógrafos e viajantes ainda não havia recebido tradução nem mesmo para o inglês. Além do mais, os alemães já há muito vinham se transformando em referência no campo da etnografia e da antropologia física. Como veremos nos capítulos seguintes, paulatinamente a antropologia francesa perderia espaço para a alemã na produção científica produzida pelo antropólogo brasileiro. Devido à sua esmerada formação intelectual, Roquette-Pinto não apenas tinha fluência na língua francesa, italiana e inglesa desde a infância, como aprendera posteriormente a dominar também a língua alemã e espanhola. De acordo com o jornalista Ruy Castro, um de seus biógrafos, Roquette-Pinto tinha grande prazer no aprendizado de outros idiomas, tendo inclusive estudado a língua tupi, o latim e o grego (Castro, 1996, 10).

A partir de 1909, até pelo menos meados dos anos 1910, Roquette-Pinto assumiria a função de chefe interino da *Quarta Seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia*, uma vez que Domingos Sérgio de Carvalho afastara-se do Museu Nacional para atuar como consultor técnico do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Carvalho iria contribuir, inclusive, com o processo de transferência do Museu Nacional da jurisdição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o Ministério da Agricultura, ocorrido em 1910 (Keuller, 2007, 86). Com a anexação do Museu a um novo ministério, a instituição passaria por uma significativa reforma, tanto em sua estrutura funcional e científica quanto nas instalações dos edifícios.⁷² A seção de antropologia, que sofrera nos anos anteriores com o reduzido número de funcionários e de recursos financeiros, ganharia

⁷² Relatório do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (1910-1911). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: 1911, p. 23. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2001/000003.html> (acessado em 10/03/2010).

pelo menos mais dois profissionais, entre eles Alberto Childe, conservador de arqueologia contratado a pedido do próprio Roquette-Pinto.

Neste período, ao mesmo tempo em que se empenhava no estudo da etnografia indígena, Roquette-Pinto começaria suas primeiras pesquisas sobre a formação antropológica do país, atentando também para os grupos africanos e a presença dos imigrantes europeus no território brasileiro. Seu objetivo, como veremos em seguida, era compreender, por meio de dados estatísticos e da obra de historiadores e viajantes, o desenvolvimento e a composição da população no Brasil, suas características raciais predominantes, seus cruzamentos e a perspectiva futura de sua formação antropológica. Com a ausência de Domingos Sérgio de Carvalho, Roquette-Pinto passaria a auxiliar mais de perto os trabalhos que João Baptista de Lacerda vinha realizando sobre o processo de miscigenação racial no Brasil. Os resultados deste trabalho seriam, inclusive, apresentados em 1911 no polêmico Congresso Universal de Raças realizado em Londres, no qual Roquette-Pinto também participaria como delegado auxiliar do Brasil.

1.7. Viagem à Europa: o Congresso Universal de Raças de 1911

No início dos anos 1910, Roquette-Pinto entendia que aquele era o momento adequado para ampliar sua formação como antropólogo físico, uma vez que suas recentes pesquisas careciam de um conhecimento mais especializado, como ele próprio ressaltaria semanas antes de embarcar rumo ao continente europeu. Assim, em fevereiro de 1911 solicitaria ao Ministro da Agricultura Pedro de Toledo, por intermédio de João Baptista de Lacerda, “a permissão para aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos na Europa”. Sua intenção era não somente participar do Primeiro Congresso Universal de Raças, que viria a ser realizado em julho daquele mesmo ano, mas também inscrever-se em cursos sobre antropologia física, fisiologia e etnografia em outros países da Europa.⁷³ Como muitos de sua geração, Roquette-Pinto também via o continente europeu como o grande centro civilizador e formador do conhecimento científico, o destino desejado por todos aqueles

⁷³ Ofício de João Baptista de Lacerda ao ministro da Agricultura Pedro de Toledo. Rio de Janeiro, 17/02/1911. Livro de Ofícios referente ao ano de 1911 (Arquivo Semear - MN RA16 D16).

que quisessem acompanhar a “evolução” intelectual do ocidente. Além do mais, as principais autoridades científicas no campo da antropologia física e da etnografia eram, para os brasileiros, franceses e alemães.

No dia 10 de maio de 1911, Roquette-Pinto partia do Rio de Janeiro rumo à Paris, onde ficaria hospedado com sua esposa Rizi e os filhos Paulo e a pequena Beatriz, que nascera naquele mesmo ano. Junto com eles viajariam também o antropólogo João Baptista de Lacerda e o naturalista Alípio de Miranda Ribeiro, que à exemplo de Roquette-Pinto também seguiria à Europa com a intenção de aperfeiçoar seus conhecimentos, especialmente nos laboratórios de zoologia, sua área de atuação no Museu Nacional.⁷⁴ Logo que chegara a Paris, em 25 de maio, Roquette-Pinto se inscreveria no curso de antropologia no Museu de História Natural de Paris, realizado pelo antropólogo René Verneau (1852-1938), especialista no estudo das raças européias. Ainda antes do congresso de raças, passaria alguns dias em Berlin com o objetivo de conhecer os museus e as principais instituições científicas da cidade. Em seu caderno de anotações destacara o entusiasmo pela Alemanha, argumentando que somente “quando se entra no território é que se vê como a França esta atrasada”. Tudo no país, seja no campo ou na cidade, apresentava um ar claro e limpo. Segundo ele, havia muito que se fazer em Berlin, especialmente em relação aos estudos científicos, “muito melhor do que em Paris”. Mas a falta de dinheiro e a preocupação com a família, que ficara no hotel parisiense, não permitiu que sua estada em Berlin fosse mais prolongada.⁷⁵

O próximo destino de Roquette-Pinto e João Baptista de Lacerda seria a capital inglesa, onde participariam do Primeiro Congresso Universal de Raças, entre 26 a 29 de julho, na Universidade de Londres. O evento havia sido amplamente divulgado no meio científico internacional, tanto nos países do ocidente quanto do oriente, de modo que representantes de 20 nações se fizeram presentes, vindos da América do Sul e do Norte, Ásia, África e Europa. Mais de 2000 participantes compareceram ao evento, a grande maioria formada por antropólogos, etnógrafos e pensadores e ativistas ligados aos movimentos negro, judaico, ético e humanitário. Também estavam presentes autoridades

⁷⁴ Ofício de João Baptista de Lacerda ao ministro da Agricultura Pedro de Toledo. Rio de Janeiro, 05/04/1911. Livro de Ofícios referente ao ano de 1911 (Arquivo Semear - MN RA16 D16).

⁷⁵ Caderno de anotações (APERP-ABL). O caderno possui apenas duas páginas preenchidas com informações sobre a viagem de 1911. Não se sabe se Roquette-Pinto continuou as anotações em outra agenda ou se as páginas foram arrancadas.

públicas de diferentes nacionalidades, inclusive políticos influentes como os ingleses Charles Brice e Harry Johnston, que foram administradores coloniais, e Lord Philip Weardale, político e ativista da paz mundial. Durante os quatro dias de congresso, as sessões atraíram uma audiência de milhares de pessoas, marcando o evento como “um rico episódio da história moderna”, conforme destacou recentemente o historiador Ian Christopher Fletcher (2005, 99).

A indicação para a realização do congresso tinha saído da Segunda Conferência de Haia, realizada em 1907, e fazia parte de um esforço internacional em prol do direito e da pacificação entre as diversas nações do mundo. De acordo com a circular encaminhada pelos organizadores do congresso, o objetivo da reunião científica era “discutir, a luz da ciência e da consciência moderna, as relações gerais existentes entre os povos do ocidente e do oriente, entre os assim chamados brancos e os povos de cor, com a intenção de encorajá-los a um amplo entendimento, com os mais amigáveis sentimentos e a mais saudável cooperação”⁷⁶ (Spiller, 1911a, xiii). Aos participantes era solicitado, inclusive, que mantivessem em seus “espíritos” este objetivo, lembrando que o congresso tinha, ao mesmo tempo, propósitos científicos e humanitários (Spiller, *idem*, v).

Nesta mesma circular, os organizadores lembravam que a origem do congresso estava ligada aos sentimentos raciais e sociais que aproximavam e afastavam os diferentes povos, sobretudo nos últimos anos, quando aumentara significativamente o comércio de “materiais e outras riquezas” entre as diferentes “raças humanas” (Spiller, *idem*, xiii-xiv). O que estava em questão, portanto, era tanto o controle sobre os conflitos raciais no mundo quanto à própria sobrevivência do sistema colonialista, que naquele início de século XX chegara ao seu auge, especialmente entre os países da Europa e as colônias do continente africano e asiático. É neste contexto que a realização do congresso deve ser compreendida, uma vez que o contato e o conhecimento dos povos do oriente era de grande interesse da ciência e da política colonial européia (Penny & Bunzl, 2003; Zimmerman, 2001).

Em relação aos estudos antropológicos coloniais, deve-se destacar que houve nesse período tendências que variavam entre o humanismo liberal e o nacionalismo racista e abertamente colonialista. Enquanto os antropólogos e etnógrafos humanistas moviam-se

⁷⁶ Todos os textos em língua estrangeiras citados ao longo da tese foram livremente traduzidos para o português, tanto as fontes documentais quanto a bibliografia.

em direção ao conhecimento da diversidade social e cultural humana, refutando o racismo científico, outros estavam fortemente comprometidos com as teorias biológicas que separavam os grupos raciais a partir de uma rígida hierarquia evolutiva, na qual os europeus eram vistos como portadores de caracteres físicos e intelectuais superiores (Penny & Bunzl, 2003, 1-2). Entre os participantes do congresso, como veremos, predominou as concepções humanistas e liberais, uma vez que as próprias diretrizes do evento apontavam para essa direção.⁷⁷

Apesar da variedade de temas, os debates mais polêmicos do congresso foram travados mesmo em torno da miscigenação racial e do papel que o meio exercia na composição das diferentes populações. Para boa parte dos congressistas, não se poderia pensar as diferenças humanas sem levar em consideração a importância da educação, da economia, da política e da geografia na constituição dos grupos antropológicos. Posições como estas foram fortemente defendidas pelos antropólogos Gustav Spiller e DuBois, que defendiam o pressuposto da igualdade moral e intelectual entre as diversas civilizações. Por esse motivo, entendiam também que não se poderia argumentar que as diferenças de características físicas correspondessem às diferenças de características mentais. O inglês Gustav Spiller chegara mesmo a destacar, em sua conferência *The problem of race equality*, que a educação popular, o sentimento público, a higiene e as condições econômicas favoráveis poderiam transformar profundamente as características mentais em uma ou duas gerações, independentes da raça ou do tipo físico a que pertencesse (Spiller, 1911b, 38). Em seu modo de ver, o estabelecimento de hierarquias entre os povos, e todas as formas de “preconceito” racial, social e religioso, era devido à falta de conhecimento, à rivalidade política e econômica e, acima de tudo, à ausência de simpatia com aquilo que se apresentava como diferente ou distante de seus próprios costumes (idem, 35).

⁷⁷ Entre as principais autoridades científicas presentes ao Congresso estavam Gustav Spiller, antropólogo e psicólogo inglês responsável pela organização do congresso, o antropólogo alemão Félix von Luschan, que realizou uma das conferências de abertura, o antropólogo e ativista do movimento negro nos Estados Unidos W. E. B. DuBois, o historiador alemão e ativista do humanismo judaico Felix Adler, o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, o psicólogo e antropólogo inglês Charles S. Myers, o antropólogo italiano Giuseppe Sergi e o filósofo francês Alfred Fouillee. Dos trabalhos apresentados, as discussões mais recorrentes giraram em torno do próprio significado das classificações raciais na antropologia, o contato entre as civilizações e o resultado da miscigenação, as migrações mundiais, as políticas coloniais e anti-coloniais, a promoção da paz mundial entre as raças, a “consciência moderna” acerca das diferenças raciais e a influência do meio na formação das raças (Spiller, 1911a).

Embora o antropólogo Franz Boas não estivesse presente em Londres, o texto que enviara para leitura e publicação nos anais do congresso foi, sem dúvida, um dos que mais chamaram a atenção neste aspecto. Numa época onde os estudos sobre genética humana ganhavam força e consolidavam o pressuposto acerca da estabilidade absoluta dos tipos físicos e sua imutável transmissão hereditária, Boas apresentava uma tese bastante polêmica que colocava em suspenso argumentos considerados irrefutáveis. Para ele, a estabilidade dos tipos físicos era uma falácia, uma vez que suas pesquisas com imigrantes europeus residentes nos Estados Unidos demonstravam um variado grau de plasticidade nas formas corporais, inclusive no formato do crânio, tido como paradigma na antropologia física. Sem necessariamente se apoiar nas teses lamarckistas, Boas esforçava-se para demonstrar que ao se deslocar de um meio geográfico para outro os indivíduos sofriam mudanças físicas, e até mesmo mentais, que posteriormente seriam herdadas também por gerações futuras (Boas, 1911, 101-102). Em sua compreensão, uma criança nascida na América, mesmo que há poucos meses após a chegada da família imigrada da Europa, teria a forma da cabeça igual a de uma criança americana nascida nos Estados Unidos. Como corolário, concluía que “a antiga crença acerca da estabilidade absoluta dos tipos humanos deveria, portanto, evidentemente ser abandonada, e com ela a convicção da superioridade de certos tipos sobre outros” (idem, 103).

Argumento muito semelhante foi desenvolvido pelo antropólogo inglês Charles Myers, que tinha grande interesse em compreender a constituição das diferenças mentais entre europeus e outros povos, na medida em que a psicologia experimental ganhava terreno entre os ingleses naquele início de século XX. Após realizar expedições científicas ao oriente, especialmente ao Egito e Sudão, Charles Myers admitia que as ditas “comunidades primitivas”, consideradas por muitos como intelectualmente inferiores, tinham a mesma evolução mental que a maioria dos camponeses europeus. A diferença entre elas era resultado da variação individual ou do meio em que viviam, e não da identidade racial. Assim como Boas, entendia que a relação entre o organismo e o ambiente, considerado em seu mais amplo sentido, seria a causa final da variação mental ou corporal (Myers, 1911, 73).

Felix von Luschan, por sua vez, apesar de ser adepto das teses mendelianas - segundo as quais as variações raciais eram devidas aos cruzamentos genéticos -, entendia que circunstâncias favoráveis, como um meio adequado, uma boa posição geográfica e

condições econômicas bem estabelecidas, motivaram alguns grupos a avançar mais do que outros. Não se poderia falar, porém, em tipos superiores ou inferiores, e nem mesmo em raças puras, uma vez que todas as civilizações se diferenciavam umas das outras pela força da miscigenação. O autor lembraria, aliás, em sua conferência *Anthropological view of race*, “que uma certa mistura de sangue sempre foi de grande vantagem para uma nação” (Luschan, 1911, 21-22).

No entanto, a despeito dessas afirmações, o antropólogo da Universidade de Berlin via com pouca simpatia a abertura da Europa para a entrada de determinadas “raças estrangeiras”, como as africanas e asiáticas. Como em sua compreensão a antropologia pouco sabia sobre “a complicada psicologia de muitas das raças de cor”, defendia que fossem preservadas as “barreiras raciais” em todo o continente europeu. Segundo ele, “a irmandade entre os homens é uma coisa boa, mas a luta pela vida é ainda melhor”, destacando que Atenas nunca teria se tornado o que foi sem Esparta, sem a inveja e as diferenças nacionais. E opondo-se a própria agenda pacifista proposta pelo congresso, von Luschan não deixaria de concluir que sem a ambição nacional e racial não haveria progresso industrial, científico e militar (idem, 23).

O trabalho de João Baptista de Lacerda *The Metis, or half-breeds, of Brazil* fora apresentado na Sexta Sessão do congresso, organizada para discutir “a consciência moderna em relação à questão racial” envolvendo brancos, negros e índios americanos.⁷⁸ Lacerda iniciava sua apresentação destacando que, tanto do ponto de vista social quanto antropológico, a questão dos mestiços teria “uma importância excepcional no Brasil”, uma vez que a miscigenação entre brancos e negros era livremente aceita no país.⁷⁹ Capturados no mercado africano e brutalmente escravizados no Brasil, Lacerda argumentava que os negros não foram segregados pelos portugueses colonizadores, ao contrário do que teria

⁷⁸ Ao lado de Lacerda encontrava-se uma das figuras mais destacadas do congresso, o antropólogo norte-americano W. E. B. Dubois (1868-1963), o proeminente escritor e ativista do Movimento Pan-African e fundador da *National Association for the Advancement of Colored People* (Zuckerman, 2004, 2-3), que apresentara um minucioso estudo sobre as condições de vida dos negros nos Estados Unidos. Também fizeram parte da Sessão o naturalista britânico e administrador colonial Harry Johnston; o ativista político e escritor sul-africano John Tengo Jabavu (1859-1921); o nigeriano Mojola Agbebi (1860-1917), que apresentara um trabalho sobre “o problema do negro no ocidente”; o médico e escritor indígena norte-americano Charles Eastman (1858-1939), que fora um ativo participante da política de ajuda aos nativos de seu país. Outra presença destacada nessa sessão foi a da britânica Frances Elizabeth Hoggan (1843-1927), a primeira mulher inglesa a receber o título de doutora em medicina, que apresentara o trabalho *The negro problem in relation to white women* (Spiller, 1911).

⁷⁹ Sobre o trabalho de Lacerda apresentado em Londres, ver também Seyferth (1983) e Schwarcz (2011).

ocorrido nos domínios coloniais anglo-saxões. Desde cedo, os portugueses teriam feito de suas escravas as suas concubinas, permitindo que o “intercurso sexual” entre brancos e negros se tornasse natural no Brasil e, em consequência, que a população mestiça crescesse rapidamente (Lacerda, 1911, 377-378). De acordo com Lacerda, o cruzamento entre negros e brancos, ao contrário da opinião de muitos escritores, não teria gerado um mestiço de qualidade inferior. Embora fossem descritos como moralmente voluptuosos e pouco afeitos ao trabalho braçal, entendia que os mestiços do Brasil eram “intensamente inteligentes” e teriam “uma disposição para as letras, para a ciência e para a política”. Muitos deles teriam, inclusive, possibilitado o nascimento de proeminentes políticos, poetas, pintores, escultores, músicos, advogados, médicos e engenheiros, com reconhecido domínio técnico e habilidade profissional (idem, 380-381).

No final de sua apresentação, João Baptista de Lacerda enunciaria sua principal tese acerca do resultado da miscigenação no Brasil. Segundo ele, o cruzamento racial tenderia a fazer com que negros e mestiços desaparecessem do território brasileiro em menos de um século, possibilitando um progressivo branqueamento da população. Em sua compreensão, esse processo deveria ocorrer por três motivos principais. Em primeiro lugar, devido à “seleção sexual” os mulatos procurariam sempre encontrar parceiros que pudessem “trazer de volta seus descendentes para o tipo branco puro”, removendo todos os aspectos característicos da “raça negra”, inclusive o seu atavismo. Além disso, a crescente entrada de imigrantes europeus no país, somado aos problemas sociais e o abandono que os negros foram obrigados a enfrentar desde a abolição, traziam a perspectiva futura de uma nação inteiramente branca. E num tom comemorativo, concluía que o Brasil caminhava para ser “um dos principais centros da civilização do mundo”. Em poucas décadas, continuava ele, o país seria “o grande mercado de riquezas da América, explorando todas as indústrias, empregando todas as facilidades de transportes para o comércio estrangeiro e intra-continental, com uma ampla e ativa população empreendedora, que ocupará as grandes cidades da costa e se estenderá pelo interior e pelos longos rios da América do Sul” (idem, 382).

Como se pode perceber, os argumentos defendidos por João Baptista de Lacerda corroboravam com as estratégias do governo brasileiro de promover o país na Europa. Como se sabe, o esforço da política internacional brasileira no início do século XX consistia em vender uma imagem positiva sobre o Brasil no exterior, visando atrair

imigrantes e investimentos estrangeiros para modernizar o comércio e expandir a economia nacional. Não por coincidência, o jornal francês *Le Brésil* publicou em suas colunas a íntegra do trabalho apresentado pelo diretor do Museu Nacional (Lacerda, 1912, 86). Na verdade, a viagem de Lacerda e Roquette-Pinto fora financiada pelo governo de Hermes da Fonseca justamente com o intuito de ampliar a propaganda cultural e científica do Brasil na Europa. Em telegrama enviado do Brasil pelo Ministro da Agricultura Pedro de Toledo a Roquette-Pinto, que já se encontrava hospedado na capital inglesa, informava que a “delegacia de Londres” estaria autorizada a pagar “um conto de ouro” aos dois representantes brasileiros, “a fim de fazerdes pelo meio que julgar mais acertado a propaganda do nosso país”⁸⁰.

Apesar de a tese de Lacerda ter o propósito de imprimir uma imagem otimista sobre o futuro do Brasil, haveria entre os seus compatriotas, de acordo com o próprio autor, quem visse como demasiadamente longo o prazo que estabelecera para a concretização do branqueamento racial da nação. Além do mais, teriam visto como uma atitude antipatriótica a apresentação de dados estatísticos que supostamente apontavam a população brasileira atual como sendo formada, em sua maioria, por negros e mestiços, fato que “rebaixava perante o estrangeiro os créditos do país” (Lacerda, 1912, 93). Meses depois de seu retorno da Europa, Lacerda ver-se-ia na obrigação de responder as críticas a ele direcionadas. Sem mencionar os nomes de seus críticos, fizera questão de destacar a injustiça e a falta de imparcialidade dos argüidores, uma vez que as opiniões que apresentara em Londres foram “fundamentadas na observação e na ciência sem cuidar absolutamente se elas podiam ou não agradar aos que ouviam” a exposição de suas idéias (idem, 87).

Para rebater seus algozes, Lacerda fizera questão de lembrar que seu trabalho teria sido exaltado tanto pelos participantes do congresso quanto pela imprensa européia. Segundo ele, o *Morning Post*, jornal londrino, teria salientado que a memória apresentada pelo antropólogo brasileiro fora uma das “mais práticas e mais úteis contribuições prestadas ao congresso” (Lacerda, idem, 86). De fato, o trabalho de Lacerda teve uma audiência importante entre os congressistas, especialmente por reafirmar a idéia de que a miscigenação entre negros e brancos não gerava tipos inferiores, sendo o mestiço brasileiro

⁸⁰ Correspondência do Ministro Pedro de Toledo a Edgard Roquette Pinto, Rio de Janeiro, 17/07/1911. Arquivo Pessoal Roquette-Pinto – ABL).

o melhor exemplo eugênico desse cruzamento. O antropólogo DuBois, representante da delegação norte-americana, destacaria em texto publicado após o congresso a importância dos argumentos de Lacerda sobre a participação dos mestiços na vida política e literária do país, contribuindo para reafirmar o benefício que a “mistura de raças” poderia ter na formação dos povos (DuBois, 2004 [1911], 28). O próprio sociólogo Gilberto Freyre (1966, 30), um dos principais críticos do racismo científico, lembraria anos mais tarde que o ensaio apresentado por Lacerda teve uma considerável influência internacional, especialmente no período imediatamente posterior à realização do congresso de Londres.

No outono de 1912, o prestigiado historiador e embaixador Manoel de Oliveira Lima citaria para o público norte-americano, durante uma série de conferências que realizara na Universidade de Stanford, os argumentos defendidos por Lacerda sobre a evolução racial da população no Brasil. Ao comentar o trabalho que seu compatriota apresentara em Londres, Oliveira Lima reafirmava a idéia segundo a qual a livre miscigenação entre brancos e negros, sustentada pela seleção sexual e pelo incremento da imigração européia, possibilitaria que o Brasil se transformasse numa nação branca em menos de um século. Repetindo as previsões de Lacerda, destacava que o país seria, num futuro não muito distante, “a sementeira da raça branca e o centro da Civilização Latina” (Oliveira Lima, 1914, 28-29).

Apesar da polêmica que a tese do branqueamento suscitaria por conta do trabalho de Lacerda, o argumento já era conhecido e aceito há algum tempo pela maior parte da elite intelectual brasileira. Ainda em 1888, Silvio Romero, por exemplo, um dos críticos literários mais influentes da geração de 1870, destacava em sua *História da Literatura Brasileira* a tendência para o aumento da população “branca ariana” no país, enquanto “índios tupi-guaranis” e toda a população negra tenderiam ao “desaparecimento num futuro não muito remoto, consumidos na luta que lhes movem os outros ou desfigurados pelo cruzamento” (1980 [1888]: 101). Ao contrário de Lacerda, no entanto, Silvio Romero previa entre três a quatro séculos para que o branqueamento da população se completasse. Antevisão semelhante poderia ser encontrada também no romance *A Esfinge*, publicado em 1911 pelo médico e escritor Afrânio Peixoto, cujos argumentos previam que “em trezentos anos mais, seremos todos brancos” (Afrânio Peixoto, 1962, 210).

De maneira geral, embora a teoria do branqueamento fosse sustentada a partir de argumentos racistas, uma vez que reafirmava a superioridade do “homem europeu”, ela pode ser vista também como uma resposta dos brasileiros contra o pessimismo das teorias raciais. Ao longo de todo o século XIX, um sem número de cientistas e viajantes estrangeiros de renome internacional, como Arthur de Gobineau, Louis Couty, Thomas Buckle, Louis Agassiz, pronunciaram veredictos extremamente desfavoráveis ao futuro do Brasil, na medida em que a larga miscigenação geraria uma massa de mestiços indolentes e degenerados (Ventura, 1991, 55-58; Schwarcz, 1993, 12-13). Para os intelectuais deste período, como Silvio Romero, Oliveira Lima, João Baptista de Lacerda e Afrânio Peixoto, a miscigenação não produziria inevitavelmente um “homem degenerado”, mas sim uma população mestiça que tendia a tornar-se sempre mais branca e civilizada⁸¹ (Skidmore, 1976, 81).

É importante destacar que Roquette-Pinto havia auxiliado João Baptista de Lacerda durante o trabalho de preparação do ensaio que apresentara em Londres. Neste período, como já mencionamos, Roquette-Pinto também vinha realizando pesquisa sobre a composição antropológica da população brasileira, coletando informações variadas sobre a sua evolução. No artigo que preparara como resposta à seus opositores, Lacerda destacaria que os dados que lhe serviram de base para a elaboração de seus argumentos haviam sido organizados por Edgard Roquette-Pinto. A pesquisa estatística realizada por seu auxiliar apontava que a população brasileira branca crescera progressivamente, e num ritmo acelerado, entre 1870 e 1910, enquanto os dados referentes à população negra e mestiça seguiam no sentido diametralmente oposto. Baseado, então, na seqüência progressiva dessa lógica estatística, não fora difícil para Lacerda concluir que, em 2012, a “raça branca”

⁸¹ Embora a tese do branqueamento tenha se transformado numa ideologia hegemônica na literatura e na ciência nacional, não faltou entre os brasileiros quem contestasse seus pressupostos. A crítica mais forte a esta teoria racial surgiu especialmente dos escritos de Nina Rodrigues, médico e antropólogo baiano que se destacou pelos estudos sobre as populações africanas no Brasil e pelos trabalhos no campo da medicina legal, no qual formou uma importante geração de médicos e antropólogos, como Afrânio Peixoto, Arthur Ramos e Oscar Freire (Corrêa, 2001). Na opinião de Nina Rodrigues, o Brasil jamais seria uma nação racialmente homogênea, uma vez que o território brasileiro era formado por “tipos antropológicos” diferentes, originados de complexa mestiçagem. Em texto publicado no final do século XIX, contestava as previsões de Silvio Romero: “Não acredito na unidade étnica presente ou futura, da população brasileira, admitida pelo Dr. Silvio Romero; não acredito na futura extensão do mestiço luso-africano a todo o território do país; considero pouco provável que a raça branca consiga fazer predominar o seu tipo em toda a população brasileira” (Nina Rodrigues, 1938 [1895], 126). Além do mais, ao contrário da visão otimista dos que pregavam o branqueamento, o pensamento de Nina Rodrigues se caracterizou pela descrença no processo de mestiçagem entre os brasileiros, na medida em que o elemento mestiço daria origem a um “tipo mental sem valor”, “degenerado” e considerado inferior na escala racial humana (idem, 173).

representaria 80% da população brasileira, os indígenas 17% e os mestiços 3%, tendo a “raça negra” desaparecido de vez do território nacional (Lacerda, 1912, 101).

O próprio Roquette-Pinto compartilhava, naquele momento, de muitas das teses defendidas por João Baptista de Lacerda, especialmente aquela que apontava para o branqueamento da nação brasileira. Em texto produzido ainda antes do congresso de raças, Roquette-Pinto apresentava um estudo sobre o desenvolvimento antropológico e etnográfico da população brasileira, desde o período da colonização até o início do século XX, no qual destacava o progressivo aumento da população branca⁸². Seu estudo viria a ser publicado anos depois e faria parte de um luxuoso volume de mais de mil páginas, que seria editado em português e inglês e distribuído em alguns países do exterior. A obra, que recebera o título *Impressões do Brasil no século XX*, tinha por intenção fazer a propaganda sobre o povo e as riquezas do território brasileiro, procurando atrair a atenção de investidores financeiros e de imigrantes europeus interessados em dirigir-se ao continente americano.⁸³

Apoiando-se nas informações de viajantes estrangeiros, etnógrafos, historiadores e nos dados oficiais da Diretoria Geral de Estatísticas, sua intenção era analisar as características dos principais grupos raciais e, ao mesmo tempo, compreender como vinha se processando a composição racial brasileira a partir da miscigenação, especialmente entre as “três raças formadoras”. O autor se preocupava em apresentar uma série de dados e tabelas estatísticas que pudessem dar um panorama sobre a evolução numérica da população indígena, dos colonizadores portugueses, dos africanos e da massa de imigrantes europeus que passara a aportar no país a partir do século XIX. De acordo com seus números, até 1850 “a massa branca que chegava ao Brasil era praticamente anulada pela onda negra que os portugueses vinham movendo da África havia mais de 300 anos” (Roquette-Pinto, 1913, 53). Em relação à população indígena, embora tenha sido fundamental para constituir com o português “o mestiço original da nova terra”, seria ela progressivamente anulada com a chegada maciça de negros e brancos, sendo obrigada a espalhar-se pelo interior do Brasil. De todo modo, a união dessas três “raças” teria, em sua

⁸² Roquette-Pinto. *Antropologia, Etnografia e Arqueologia do Brasil*. Texto manuscrito, 20p. 1910? (Arquivo Pessoal Edgard Roquette-Pinto – Arquivo da Academia Brasileira de Letras)

⁸³ LLOYD, Reginald. *Impressões do Brasil no século XX : sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos*. Lloyd's Greater Britain Publ. Co., 1913.

opinião, formado uma variada população mestiça (mulato, caboclo, cafuz) que tenderia sempre a reversão ao tipo branco, impulsionada pela seleção natural e pelo aumento constante de novos imigrantes vindos do continente europeu (idem, 53-54).

Neste sentido, de posse dos dados fornecidos pelas estatísticas oficiais de 1872 e 1890, e de seus próprios estudos antropológicos, Roquette-Pinto chamava a atenção para o branqueamento constante que a nação vinha produzindo. Na tabela estatística construída pelo próprio autor - na qual Lacerda se apoiara para reafirmar suas teses -, a evolução do branqueamento estava assim representada:

	1872	1890	1910?
Branços	31,1%	44%	50%
Negros	16,5	12	9
Índios	7,0	12	13
Mestiços	38,4	32	28
	100	100	100

Embora a última coluna não apresentasse o ano de referência, tudo leva a crer que se tratasse do período entre 1908 e 1910, quando preparara o manuscrito do texto que viria a ser publicado em 1913, no qual não seria incluída, porém, a referida tabela estatística.⁸⁴ Do mesmo modo que apontara Lacerda, Roquette-Pinto também frisava que a população branca crescia num ritmo proporcional a diminuição da população negra e mestiça. Os indígenas, por outro lado, tendiam a aumentar lentamente, favorecidos pelo seu relativo isolamento territorial. Como conclusão, Roquette-Pinto destacaria “que o Brasil vai, aos poucos e com a maior facilidade, resolvendo as graves questões de raça (...), de modo que o negro, em vez de se fortalecer pela seleção e pelo segregamento, se dissolve na massa branca, cuja onda cresce de ano para ano” (idem, 57). A “reversão” do indivíduo negro e do mestiço ao tipo branco era “tão perfeita que, ao cabo de duas gerações, ninguém pode, em certos casos, por melhor que o examine, deixar de incluir tal indivíduo entre os de tipo moreno europeu. Há até traços mais afinados que em puríssimos caucásicos” (idem, 56).

⁸⁴ A tabela vinha reproduzida em anexo ao texto manuscrito *Antropologia, Etnografia e Arqueologia do Brasil*. 20p. 1910? (APERP-ABL).

Devido à proximidade com João Baptista de Lacerda, é possível que muitos dos argumentos desenvolvidos por Roquette-Pinto tenham, de fato, sofrido a influência direta de seu mestre. Embora o nome de Lacerda não apareça citado em seus trabalhos, não se pode negar a ascendência que este exercera em sua formação intelectual, uma vez que fora ele um dos primeiros antropólogos da geração de 1870 e um dos mais respeitados cientistas do Museu Nacional. De todo modo, é importante dizer que Roquette-Pinto seguia toda uma tradição do pensamento racial brasileiro formada na passagem do século XIX para o XX, da qual Lacerda certamente foi uma figura destacada. Quando da elaboração de suas pesquisas acerca da composição antropológica do país, Roquette-Pinto vinha acompanhando de perto a obra de autores que se dedicavam aos estudos dos “problemas da raça” no Brasil, como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, José Veríssimo, Capistrano de Abreu, Rocha Pombo, Perdigão Malheiro e Viveiro de Castro. O nome destes e outros pensadores brasileiros apareciam numa lista de obras que o autor destacara como importante para suas “Notas antropológicas sobre as populações do Brasil”, conforme denominara as pesquisas que vinha realizando naquele período.⁸⁵

Em relação ao trabalho que Roquette-Pinto apresentara durante o congresso de Londres, pouco tinha a ver com as pesquisas que vinha realizando acerca da composição racial brasileira. Tratava-se de um pequeno e discreto opúsculo intitulado *Note sur la situation sociale des indiens du Brésil*, no qual narrava os conhecimentos mais recentes sobre as condições de vida das populações indígenas. O autor não deixou de mencionar o esforço que alguns brasileiros vinham fazendo, desde o século XIX, na proteção e assistência aos povos indígenas, destacando o papel exercido por José Bonifácio, Couto de Magalhães, Teixeira Mendes, Inglês de Souza, Rodolfo Miranda e o tenente-coronel Cândido Rondon. Em relação à dedicação de Rondon aos indígenas do Brasil, Roquette-Pinto não deixou de lembrar da importância do contato que este vinha realizando junto a população do interior, possibilitando a coleta de materiais etnográficos e o conhecimento de diferentes grupos indígenas. O restante do texto apenas repetia argumentos já defendidos em trabalhos anteriores, como em sua tese de medicina e no relatório que

⁸⁵ “Notas antropológicas sobre as populações do Brasil”. Cadernos de Anotações, manuscrito, 1910?. (APERP – ABL).

apresentara durante o Quarto Congresso Médico Latino Americano, em 1909. Sua comunicação em Londres nem mesmo apareceu nos anais do congresso.⁸⁶

Como um jovem antropólogo, o propósito de Roquette-Pinto ao participar do Congresso Universal de Raças era, em primeiro lugar, aprimorar o seu “conhecimento técnico e científico”, uma vez que o evento reunira várias autoridades científicas no campo da antropologia física. Durante o evento, tivera possibilidade de manter contato com antropólogos como o alemão Félix von Luschan, com quem iria realizar, semanas depois, um curso de antropologia física e de etnologia em Berlin. A importância e a atualidade das idéias e das discussões travadas durante o congresso marcariam de forma destacada sua formação intelectual, conforme seria possível perceber em seus trabalhos posteriores. Além do mais, nos três meses que se seguiram ao encerramento do congresso, Roquette-Pinto permaneceria na Europa com o objetivo de continuar seus estudos antropológicos e de visitar museus e outras instituições científicas, acompanhado em vários momentos de João Baptista de Lacerda. Além dos cursos que participara com René Verneau e Félix von Luschan, Roquette-Pinto também assistiria aulas com o parasitologista Alexander Emile Brumpt, o renomado fisiologista Charles Richet e o naturalista Henry Perrier, todos ligados a Faculdade de Medicina de Paris.⁸⁷

⁸⁶ O texto seria publicado muito posteriormente, durante os anos 1950, pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Roquette-Pinto. *Note sur la situation sociale des indiens du Brésil*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1955.

⁸⁷ “Palavras do Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), v. 208, jul-set. 1950, p. 254-259.

Capítulo 2

Viagem ao Sertão do Brasil

A participação de Roquette-Pinto no Primeiro Congresso Universal de Raças e nos cursos que realizara em Londres, Berlim e Paris parece tê-lo estimulado ainda mais à ventura científica e ao conhecimento antropológico do homem brasileiro. Logo depois de seu retorno da Europa, começara a planejar junto ao Museu Nacional uma nova viagem de estudos científicos. Com o interesse de conhecer a população indígena e sertaneja do interior do país, empreenderia uma longa expedição científica ao norte do Mato Grosso, na entrada para a região amazônica. Assim como Euclides da Cunha, Roquette-Pinto adentraria o sertão oeste em busca de um Brasil praticamente desconhecido, de uma população numerosa e dispersa que vivia isolada da civilização litorânea, lutando contra o abandono e as forças da natureza tropical. Apoiado às teorias e técnicas científicas oferecidas pela antropologia física, mas também a um forte nacionalismo político, Roquette-Pinto acabaria encontrando no homem sertanejo a síntese antropológica do brasileiro, a melhor expressão da identidade nacional.

Este capítulo pretende analisar a experiência vivida por Edgard Roquette-Pinto durante a expedição científica que realizou ao interior do Brasil, quando coletou uma série de dados sobre as características antropológicas, os hábitos culturais, as tradições, a

linguagem e as condições de vida da população indígena e sertaneja. Procurarei compreender o significado dessa expedição em seu modo de conceber a realidade brasileira e a maneira como os estudos do homem sertanejo aparecem nos trabalhos que publicaria ao longo dos anos 1910. Além disso, buscarei apreender também o diálogo travado entre o seu pensamento antropológico e as interpretações sobre o Brasil sertanejo desenvolvidas pela tradição intelectual brasileira deste período, sobretudo aquela que remetia a Euclides da Cunha e a redescoberta do sertão.

2.1. Da Europa ao Sertão do Brasil

Em julho de 1912, oito meses após seu retorno da Europa, Roquette-Pinto seguiria viagem ao norte do Mato Grosso, onde realizaria uma expedição antropológica com repercussões decisivas em sua trajetória intelectual. A viagem seria financiada sob os auspícios do Museu Nacional, que desde o século XIX vinha promovendo expedições exploratórias e científicas às diferentes regiões do país, sobretudo para realizar estudos mineralógicos, botânicos e antropológicos (Lopes, 1994; Schwarcz, 1993). O objetivo principal da expedição consistia no conhecimento dos povos indígenas e sertanejos daquela região, cuja investigação científica, como comunicara João Baptista de Lacerda ao Ministro da Agricultura Pedro de Toledo, seria de “grande utilidade para o progresso da antropologia brasileira”.⁸⁸

Partindo da Capital Federal em 22 de julho daquele ano, pelo navio da Companhia Lloyd Brasileiro, Roquette-Pinto viajara acompanhado por dois ajudantes que o auxiliariam com o transporte de mantimentos e materiais necessários ao longo da expedição. Seguindo pelo Rio Paraguai, e após a estadia de alguns dias em Montevideu e, depois, em Assunção, Roquette-Pinto e seus acompanhantes dirigiam-se sempre rumo à fronteira entre o Brasil e Paraguai, adentrando no Estado do Mato Grosso no início do mês de agosto (Roquette-Pinto, 1917, 44).

⁸⁸ Ofício de João Baptista de Lacerda, Diretor do Museu Nacional, ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio Pedro de Toledo. Rio de Janeiro, 08/05/1912 (Livro de Ofícios, Arquivo Semear – MN – RA17, N17, Folha 150).

Em São Luiz de Cáceres, próximo a fronteira com a Bolívia, seriam recepcionados por integrantes da Comissão Rondon, que acompanhariam a expedição até a região da Serra do Norte. A partir de então, a comitiva de Roquette-Pinto seria formada por seis homens, entre eles um índio da tribo Pareci, que ajudariam no transporte de materiais, na localização geográfica e na abertura de caminhos pelo longo trecho que enfrentariam até o final da excursão. A comitiva seria guiada pelo tenente Antonio Pyrineus de Souza, um experiente oficial do exército que conhecia a região devido a sua participação em expedições anteriores (Roquette-Pinto, *idem*, 66-67). Roquette-Pinto não deixaria de lembrar, aliás, que sem as facilidades proporcionadas pelo tenente-coronel Candido Rondon, sem a dedicação do tenente Pyrineus e a “boa vontade de todos os funcionários daquela empresa”, não poderia realizar a viagem no tempo hábil, em cinco meses, e com o mesmo sucesso (Roquette-Pinto, *idem*, 200).

É importante destacar que um acordo realizado entre o Museu Nacional e a “Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas”, que desde 1907 vinha sendo chefiada por Rondon, possibilitara que a expedição antropológica fosse auxiliada por integrantes da Comissão. Na verdade, a viagem de Roquette-Pinto ao interior do Brasil vinha sendo idealizada desde 1910,⁸⁹ quando o Museu Nacional passou a receber e organizar os materiais etnográficos que a Comissão Rondon encaminhava ao Rio de Janeiro.⁹⁰ Desde aquele momento, conforme o próprio Roquette-Pinto destacaria, as informações e a “poesia daquelas terras remotas”, que chegavam até ele por meio do

⁸⁹ A expedição de Roquette-Pinto ao interior do Brasil havia sido marcada inicialmente para ocorrer em 1911, mas devido a sua viagem à Europa, fora adiada para o ano seguinte, conforme acordo firmado entre o Museu Nacional e a Comissão Rondon (Ofício de João Baptista de Lacerda, diretor do Museu Nacional, ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio Pedro de Toledo. Rio de Janeiro, 17/02/1911 (Livro de Ofícios, Arquivo Semear – MN – RA16, N16, Folha 59).

⁹⁰ O trabalho “Nota sobre os índios Nhambiquaras do Brasil-Central”, que Roquette-Pinto enviou ao XVIII Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Londres, em 1912, alguns meses antes de sua partida para a região norte do Mato Grosso, foi preparado a partir das informações fornecidas pelos integrantes da Comissão de Linhas Telegráficas, especialmente pelo próprio Tenente-coronel Rondon. Na verdade, Rondon teria colaborado com a versão final do texto, conforme é possível perceber em telegrama enviado a Roquette-Pinto, no qual informava que as “modificações que forem necessárias” em “nossas notas etnográficas” deverão ficar para depois do seu retorno ao Rio de Janeiro, uma vez que ele ainda se encontrava em expedição pelo Mato Grosso (Telegrama de Candido Rondon a Roquette-Pinto. Mato Grosso, 11/03/1911, APERP – ABL). O trabalho seria enviado à Londres apenas para ser lido aos participantes do evento, uma vez que durante a realização do congresso Roquette-Pinto já se encontrava em expedição pelo interior do Brasil. O texto dava notícias sobre os primeiros contatos que a Comissão Rondon havia feitos com os índios Nambikuáras. Também descrevia informações sobre a cultura material e alguns aspectos de sua antropologia física (Roquette-Pinto, E. *Nota sobre os índios Nhambiquaras do Brasil-Central*. Rio de Janeiro, 1912. Recorte avulso, APERP – ABL).

tentente-coronel Rondon, infiltrou o seu pensamento. “Ouvir o mestre - dizia ele - era escutar a voz chamadora do Sertão; sentir o rumorejo das florestas distantes” (idem, 32). Conforme Roquette-Pinto comunicara à congregação do Museu Nacional, em fevereiro de 1911, o “convite para se fazer representar junto” à Comissão de Linhas Telegráficas, “a fim de estudar os índios do Estado de Mato Grosso, especialmente os Nhambiquaras”, teria partido do próprio Rondon.⁹¹

Não à toa, assim que chegara ao estado do Mato-Grosso, Rondon se apressara em enviar telegrama desejando as boas vindas a Roquette-Pinto e sua comitiva. Esperava que durante “a caminhada pela fidalga hospedagem”, dizia ele, “seus filhos possam penetrar nestes inóspitos sertões onde uma população inteira de legítimos brasileiros os espera para receber o fidalgo amigo e ardoroso defensor da sua terra e da dignidade da sua raça”. Informava também que em poucos dias partiria da região norte, indo em direção sul pela linha telegráfica, para recepcionar a sua chegada em solo mato-grossense⁹². Rondon chegou mesmo a acompanhar a comitiva de Roquette-Pinto por alguns dias até a vila de Tapirapuan, no centro sul do estado, quando seguiu caminho rumo ao Rio de Janeiro para tratar de assuntos da linha telegráfica (Roquette-Pinto, idem, 67).

A influência do tentente-coronel Cândido Rondon sobre Roquette-Pinto seria, sem dúvida, decisiva tanto no seu modo de conceber a realidade do interior do Brasil, quanto no tratamento dispensado aos grupos indígenas e a população sertaneja. Mato-grossense de origem indígena, por descendência materna, a trajetória de Candido Mariano da Silva Rondon fora marcada por sua incansável atuação na proteção da população indígena e sertaneja, tendo sido ele o principal idealizador do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910, e no qual Roquette-Pinto também se vincularia como uma figura central (Lima, 1999, 77; Diacon, 2006, 127). Formado pela Escola Militar da Praia Vermelha, Rondon recebeu do governo de Afonso Penna a incumbência de chefiar a Comissão responsável pela construção de linhas telegráficas que deveria ligar a Capital da República ao território do Amazonas, do Acre, do Alto Purus e do Alto Juruá, por intermédio de Cuiabá, que neste período já se encontrava em comunicação com o Rio de Janeiro (Lima, 1999, 73).

⁹¹ Livro de Registro das Atas da Congregação do Museu Nacional, 1904-1911, 413^o Sessão, f. 155 (Arquivo Semear - Museu Nacional).

⁹² Telegrama de Candido Rondon a Roquette-Pinto, Mato Grosso, 12/08/1912 (APERP – ABL).

Além da construção das linhas telegráficas, a Comissão Rondon também tinha como objetivo realizar, por meio de expedições científicas, o reconhecimento hidrográfico e topográfico da região, o estudo das riquezas minerais, a observação da fauna e da flora, a descrição das condições de vida e o conhecimento das línguas e dos costumes das populações indígenas e sertanejas (Lima, 1999; Sá, Sá, Lima, 2008). O próprio Roquette-Pinto destacava que a construção da linha telegráfica havia sido um pretexto, enquanto a “obra de pesquisa e levantamento foi tudo”. A conquista geográfica e todo o empreendimento levado a cabo pela Comissão Rondon só seria comparável a “ciclópica” realização do Canal do Panamá, dizia Roquette anos mais tarde ao lembrar as palavras ditas pelo político e naturalista Theodore Roosevelt (Roquette-Pinto, 2005 [1938], 41). A justificativa para dimensão das atividades desenvolvidas pela Comissão, sobretudo em relação à exploração científica, pode ser encontrada nos objetivos delineados pelo próprio governo federal, uma vez que estas guardavam estreita afinidade com os propósitos republicanos de exploração e povoamento do território (Lima, 1999, 73; Sá, Sá, Lima, 2008, 784).

A expedição encetada por Roquette-Pinto fazia parte, portanto, de um amplo empreendimento científico que a Comissão Rondon assumiu naquele momento. O objetivo do antropólogo era realizar o trabalho etnográfico e antropológico especialmente dos índios Nambikuáras,⁹³ dos quais se tinha apenas ligeiras informações, obtidas exatamente por intermédio de integrantes da Comissão de Linhas Telegráficas. Roquette-Pinto também tencionava travar conhecimento com a própria população sertaneja que já há muitos anos habitava aquela região, colhendo informações sobre suas condições de vida, seus hábitos, sua cultura material, bem como dados antropométricos, que deveriam auxiliar na classificação racial da população daquela região.

Se até aquele momento o antropólogo vinha estudando os povos indígenas apenas como um intelectual de gabinete, analisando as informações e organizando os materiais que lhe chegavam por intermédio de Rondon, a viagem ao sertão lhe possibilitaria a experiência radical do contato etnográfico com o campo, com a população do interior e com a sua realidade. Ao deixar as salas do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Roquette-

⁹³ Mantive a grafia do nome “Nambikuára” de acordo com o emprego que fez Roquette-Pinto ao longo das páginas de Rondônia. Outros autores, conforme explica o próprio Roquette-Pinto, descreviam o nome dos índios da Serra do Norte como “Nambikwáras”, “Nhambiquaras”, “Nambicoaras ou Manbiuára (Roquette-Pinto, 1917, 20).

Pinto partia, deste modo, em busca do “Brasil real” que parte de sua geração começara a descobrir com grande interesse, como é possível perceber a partir das expedições científicas que passaram a ser empreendidas neste período aos longínquos lugares do oeste brasileiro, conforme veremos ainda neste capítulo.

A experiência dessa viagem seria registrada em diário de campo e, cinco anos depois, publicada sob o título *Rondonia: Anthropologia-Ethnografia*.⁹⁴ De acordo com a própria explicação de Roquette-Pinto, a publicação do livro tinha como interesse deixar registrada as suas notas antropológicas, as informações etnográficas e tudo o mais que observou e experimentou durante a viagem. Na introdução à *Rondonia*, destacava que seu objetivo era “arquivar esses fenômenos que se vão sumindo vertiginosamente”. Por esse motivo, argumentava ele:

Tentei tirar um instantâneo da situação social, antropológica e etnográfica, dos índios da Serra do Norte, antes que principiasse o trabalho de decomposição que nossa cultura vai neles processando. Esta prova fotográfica, quero deixá-la sem retoques; ela aí está. É um *clichê cru*. Às vezes, parece um pouco melhor porque me foi possível emoldurá-lo num quadro mais agradável. Mas os traços do contorno, as minúcias, as sombras, aqui estão tal qual os apanhei (Roquette-Pinto, 1917, XIV).

Formado no interior da tradição positivista, a intenção de Roquette-Pinto consistiu, de fato, em criar um grande arquivo que pudesse divulgar a experiência de sua longa expedição científica. “Escrevo para documentar e divulgar. Escrevo para arquivar e servir”, dizia ele (idem, 63). Deste modo, *Rondônia* deveria ser lido como um diário de campo, como um livro de ciência preocupado com a descrição objetiva da realidade em que vivia a população do interior do Brasil. Conforme explicava no prefácio à segunda edição, o livro não teria sido escrito para “satisfazer as preocupações literárias”, uma vez

⁹⁴ A primeira edição de *Rondonia* foi publicada em 1917 nos *Archivos do Museu Nacional*, sob a edição da Imprensa Nacional, que faria uma reimpressão da obra em 1919. Em 1935 seria publicada, também pela Imprensa Nacional, a segunda edição, inclusive com um novo prefácio e com revisões pontuais feitas pelo próprio autor. Em 1938, a Editora Nacional lançaria a terceira edição, incluindo *Rondonia* na Coleção Brasileira. Mais recentemente, em 2005, seria lançada a sétima edição, uma luxuosa versão fac-similar da primeira edição, publicada pela Editora Fiocruz e Academia Brasileira de Letras.

que seu traçado não se deu no “aconchego de confortável gabinete, entre outros livros, à luz carinhosa duma lâmpada, amortecida à feição das necessidades do trabalho... Foi nascendo pelas quebradas úmidas das serras, pelos caminhos marulhentos dos rios, nos areais desolados” (Roquette-Pinto, 2005 [1935], 43).

Critico da tradição intelectual bacharelesca, que se caracterizara pela preocupação excessiva com a forma da escrita, com a retórica e com o enciclopedismo (Sá, 2006, 16), Roquette-Pinto procurava empregar uma linguagem científica comprometida com a observação empírica, cuja descrição fosse capaz de emoldurar a realidade tal qual experimentara durante suas andanças pelo sertão. Neste sentido, a viagem que empreendera em 1912, como o próprio antropólogo fizera questão de ressaltar, foi a realização de “um sonho de estudiosos; não me propus a executar nenhuma exploração” (Roquette-Pinto, 1917, 32). Com essa afirmação, Roquette-Pinto possivelmente desejava reafirmar o caráter científico de sua viagem, negando interesses administrativos e econômicos ligados ao governo da República, ou simplesmente interesses de ordem literária ou da realização de uma aventura pessoal.

Partindo de Tapirapuan no início do mês de setembro, a comitiva de Roquette-Pinto seguiria a sua excursão sempre em direção ao norte do Mato Grosso, movendo-se a pé, no lombo dos animais de carga ou por embarcações que seguiam pelos rios da região. Depois de mais de 30 dias de viagem pelos caminhos íngremes do sertão, já na região da Serra do Norte, na entrada para a selva amazônica, encontraram sinais dos primeiros integrantes da tribo Nambikuára. Assim que os avistaram, do alto de uma colina, já no cair da noite, a comitiva do antropólogo teria começado “a gritar”, para “os prevenir” de sua chegada, entoando a expressão “*O! O! Nem-nem! Nem-nem!*”, anunciando que os visitantes eram “amigos”. Quando os nativos perceberam sua presença, conforme a descrição de Roquette-Pinto:

Vieram logo, correndo e gritando; uns gesticulando de mãos livres, outros de cacete em punho, mas não agressivos, outros ainda de arco e flexas enfeitadas na mão esquerda, enquanto com a direita coçavam a cabeça, sorrindo, desconfiados. Ao luar, muito leitoso, era fantástico o aspecto daqueles homens, altos, lépidos, irrequietos, animados, falando sempre, desengonçados, inteiramente nus. Rodeados por grande grupo loquaz, que parecia discutir

questão importante, fomos chegando mais perto da fogueira; crianças puseram-se a chorar enquanto as mães, sem saber que barulho era aquele, trepavam, ágeis, pelas jabuticabeiras do campo existente no lugar. Logo distribuímos, largamente, cigarros e caixas de fósforos, que trazíamos sempre num bernal, ao lado dos arreios, por seguro... E, animados por esse gesto, começaram a pedir tudo quanto levamos, e a perguntar o nome de tudo (Roquette-Pinto, idem, 106-107).

De acordo com o antropólogo, o encontro com aquela “gente”, que em tudo se parecia tão diferente, não permitiu que ele dormisse durante aquela noite, “excitado por aquele quadro de mágica” com o qual se deparava. “A sorte – dizia ele - me tinha feito surpreender, vivo e ativo, o ‘homem da idade da pedra’ recluso no coração do Brasil, *a mim, que acabava de chegar da Europa, e estava ainda com o cérebro cheio do que a terra possui de mais requintado, na diferenciação evolutiva da humanidade!*” [sem grifo no original] (Roquette-Pinto, idem, 108). E completamente arrebatado pela distância que, em sua opinião, separava o “homem civilizado” daqueles “primitivos homens do interior”, perguntava-se:

Que gente é essa, que fala idioma tão diferente das línguas conhecidas, tão diferente da língua dos seus mais próximos vizinhos; que tem costumes tão estranhos aos que vivem perto; que não conhece os mais essenciais objetos da vida dos seus companheiros de sertão? De onde veio? Por onde passou, que não deixou rastros? Quando chegou aquelas matas, onde vive há tanto tempo? Que ligações têm com os outros filhos do Brasil? (idem, 108).

Na compreensão de Roquette-Pinto, os Nambikuáras encontravam-se em “plena idade lítica”, representando “a mais interessante população selvagem do mundo” (idem, XI-XII). Completamente envolvido pelos referenciais civilizatórios oriundos da cultura européia, o antropólogo não deixaria de ver os indígenas recém “descobertos” como o “outro” do homem ocidental civilizado, um “povo primitivo” vivendo “em estado de acentuada inferioridade”, apartado até mesmo das tribos vizinhas que os rodeava (idem: XII). Para Roquette-Pinto, a inferioridade de sua civilização poderia ser facilmente

percebida em seu flagrante “atraso cultural”, especialmente do ponto de vista tecnológico: seus machados são ainda de “pedra mal polidas”, suas facas são de madeiras, suas casas são construídas de modo “rudimentares”, sua “arte plumária é pobre”, ignoram a navegação, a fabricação de cerâmica e o uso da rede de dormir (idem, 205-207).

Entretanto, o “atraso” desses indígenas, quando comparados especialmente ao “homem civilizado”, não estaria relacionado às suas características raciais ou biológicas, mas sim ao seu diferenciado estágio de evolução. Roquette-Pinto, inclusive, destacava que não havia encontrado entre os índios da Serra do Norte “nenhum caso de degeneração física ou psíquica”, ou mesmo qualquer indício da presença de “doenças nervosas” (idem: 76). A sua “inferioridade cultural” estaria relacionada, portanto, a própria condição de “homem primitivo”, de uma civilização fortemente ligada a natureza e que ainda não teria passado por todas as etapas da evolução humana, tal qual havia ocorrido com as sociedades ocidentais civilizadas. Seu evolucionismo positivista possibilitava mesmo considerar que os grupos indígenas que habitavam a região da Serra do Norte “não se achavam no mesmo grau de cultura”. Enquanto aqueles que habitavam o vale do Juruena eram classificados como “os mais atrasados”, “menos sociáveis” e “mais agressivos”, os que viviam no extremo da Serra do Norte já teriam atingido um estágio de “civilização acentuadamente mais elevada”, conforme revelava a “sua arte” e os “seus costumes sociais” (idem, 206).

Esse modo de conceber o desenvolvimento das diferentes civilizações, como bem destacaram Lima, Santos e Coimbra (2005, 33), estava profundamente ligado ao positivismo do qual Roquette-Pinto era um fervoroso adepto. Como se sabe, o positivismo compartilhava do pressuposto segundo o qual não haveria hierarquias entre os grupos humanos, mas sim diferentes estágios de “evolução social”. Este princípio possibilitava aos seus adeptos pensar que os diferentes grupos raciais passariam sempre por etapas cada vez mais avançadas da condição humana civilizatória, dependendo apenas da disposição de instrumentos adequados ao seu aperfeiçoamento cultural. Tal princípio possibilitaria, por exemplo, que positivistas como Roquette-Pinto encontrassem na ciência e na educação, como veremos nos capítulos seguintes, os caminhos do progresso e do aperfeiçoamento humano. Além do mais, o positivismo pintava com tons fortes o sentido otimista que o nacionalismo de Roquette-Pinto assumia a partir dos anos 1910, uma vez que um de seus principais postulados apostava na igualdade racial e no progresso social como um caminho incontornável no processo de evolução humana.

2.2. A experiência etnográfica

Nos dias que precederam a sua chegada à Serra do Norte, Roquette-Pinto procurou conquistar a confiança dos indígenas aproximando-se deles sempre que alguma ocasião o permitisse. Segundo ele, a maneira mais eficiente de estreitar relações com os nativos era por meio do oferecimento e troca de presentes, que eles recebiam com “uma explosão de alegria” (idem, 108). Além de “apreciarem imensamente” os fósforos, eram “absolutamente vorazes para os machados de ferro”, por intermédio dos quais era possível “obter a boa vontade do índio mais retraído e seco” (idem, 111). Embora Roquette-Pinto dormisse nas estações telegráficas, montadas próximas as aldeias Parecis e Nambikuáras, passava boa parte do tempo observando os nativos e colhendo informações junto àqueles que já haviam se “afeiçoado aos homens” que trabalhavam na construção das linhas telegráficas. Conforme ele próprio destacara: “Era preciso aproveitar todos os momentos, não perder uma só oportunidade de realizar qualquer observação, de dia ou de noite” (idem, 114).

Essa experiência entre os indígenas motivou-o, em primeiro lugar, a pensar na própria condição humana nas “sociedades civilizadas”, da qual ele próprio pertencia. Logo nos primeiros parágrafos do seu *Rondonia*, lembrava que embora a ciência estivesse transformando o mundo com “vertiginosa rapidez”, de modo nunca antes sonhado, o homem moderno se esquecia de “transformar-se a si mesmo”. Em suas palavras, “o homem culto chegou a voar melhor do que as aves; nadar melhor do que os peixes; libertou-se do jugo da distância e do tempo; (...) imortaliza-se, arquivando a palavra articulada, com todas as suas características, e as suas formas e seus movimentos com todas as minúcias”; contudo, teria permanecido “quase o mesmo primitivo, sentindo, pensando e agindo, muitas vezes, como seus antepassados das idades líticas” (idem, xi). O avanço que as sociedades civilizadas conquistaram por meio da ciência e da técnica não teria sido aproveitado, na opinião de Roquette-Pinto, para aperfeiçoar o próprio homem.

Este descompasso percebido pelo antropólogo entre o desenvolvimento científico e humano estava presente também no pensamento sociológico do início do século XX, transformando-se em tema de importantes reflexões sobre a modernidade (Wegner, 2008, 8). O que estava em discussão para alguns intelectuais contemporâneos a Roquette-Pinto,

conforme é possível perceber na obra do sociólogo George Simmel, por exemplo, era a constatação de que na vida moderna haveria uma crescente discrepância entre a cultura objetiva (que compreendia a vida material, a ciência, a arte e a técnica) e a cultura subjetiva (que estava relacionada ao cultivo da interioridade humana). Na compreensão de Simmel, mas também de Roquette-Pinto, como bem destacou Robert Wegner (idem, 8-9) em sua análise comparativa entre estes autores, o universo da cultura objetiva tendia a crescer mais rapidamente do que a cultura interior de cada indivíduo isoladamente.

A alteridade entre Roquette-Pinto e os “primitivos” da Serra do Norte possibilitou também que o antropólogo, que acabara de viajar pela “civilizada” Europa, percebesse que: “os homens cultos do planeta mostram-se índios de pele branca, cobertos por uma crosta, mais ou menos espessa, de verniz brilhante” (Roquette-Pinto, idem). Para ele, embora os “primitivos” e os “modernos” estivessem separados evolutivamente por dezenas de séculos, a interioridade humana pouco os distinguia. E citando um verso de Alexander Pope, poeta britânico do século XVIII, lembrava: “*The proper study of man is mankind*” (idem, xii). A despeito dessas semelhanças, Roquette-Pinto não deixaria de destacar que “os pobres índios”, que nem mesmo palavras criaram para definir “altruísmo”, conservavam a “solidariedade humana”, enquanto “nós outros sabemos bem como se escreve e como se não pratica”. Com certa dose de otimismo humanista e, ao mesmo tempo, de uma leve ironia, Roquette-Pinto concluía: “um dia, quando nada mais houver a melhorar, o homem culto acabará, eu o creio, aperfeiçoando-se a si mesmo” (idem, xi-xii).

Embora sua etnografia incorporasse uma posição de distanciamento entre o etnógrafo e o etnografado – “nós e eles”, “civilizado e primitivo”, “brasileiro e indígena” -, sua reflexão não deixou de produzir um considerável conhecimento sobre os primitivos do interior do Brasil. Sua convivência entre os nambikuáras e os parecis permitiu que Roquette-Pinto atentasse, ainda que de modo relativo, para a dimensão humana experimentada por essas sociedades. A própria experiência ocidental moderna, como vimos anteriormente, ganhou significados novos quando comparada à interioridade dos primitivos habitantes da Serra do Norte. Neste sentido, pode-se dizer que a etnografia realizada pelo jovem antropólogo se afastava, em alguns aspectos, da tradição etnográfica fundada por viajantes, naturalistas e administradores enviados em missões oficiais, ou mesmo aquela que se constituiu no IHGB e no próprio Museu Nacional, a partir de meados do século XIX. Para estes, a grande preocupação teria consistido na descrição das

diferenças raciais e lingüísticas dos povos indígenas, na catalogação de sua cultura material, no conhecimento de suas origens históricas e geográficas e de suas migrações (Monteiro, 1996; Keuller, 2007; Kodama, 2009). Embora houvesse a preocupação com a escrita de suas histórias e de suas distinções antropológicas, as pesquisas de campo, a alteridade e a dimensão humana de sua existência eram praticamente ignoradas pela antropologia brasileira oitocentista.

A etnografia realizada por Roquette-Pinto, entretanto, também não pode ser completamente identificada com aquela que no início do século XX começava a ganhar terreno entre os etnógrafos britânicos, cuja preocupação consistia, antes de tudo, no treinamento acadêmico dos modernos métodos de trabalho de campo e no estabelecimento da observação participante intensiva como uma norma profissional (Stocking, 1992, 277-278; Clifford, 2002, 24). Na verdade, a etnografia de Roquette-Pinto pode ser incluída mais facilmente em uma “geração intermediária”, conforme definiu George Stocking, na qual se destacaram nomes como Franz Boas, Edward Tylor, Alfred Cort Haddon e Baldwin Spencer (Stocking, 1986, 72). Esta geração, de acordo com Stocking, se distinguia dos administradores coloniais, missionários e viajantes do século XIX por elaborar de modo mais articulado os componentes empíricos e teóricos da pesquisa antropológica, embora ainda estivesse fortemente ligada aos estudos das ciências naturais (idem, 72-73). Para o historiador James Clifford, essa “geração intermediária” ainda não realizava um completo trabalho de campo, na medida em que não vivia na aldeia por longos períodos e nem falava como se fizesse parte da cultura observada, mas mantinha, a despeito disso, uma atitude documentária e observadora que se esforçava em descrever os costumes dos nativos (Clifford, idem, 24-25).

Essa preocupação descritiva e arquivística da realidade, tal qual um cientista natural, somado a uma análise articulada entre componentes empíricos e teóricos, estão presentes no relato de viagem publicado por Roquette-Pinto. De outro lado, é preciso destacar que sua permanência entre os indígenas, e o próprio esforço que fizera por aprender a linguagem nativa e com eles se comunicar, também colocava sua etnografia num caminho de transição para aquela que Malinowski inauguraria na década de 1920. Para James Clifford, a imagem que melhor definia o “novo etnógrafo” era aquela criada pelo próprio Malinowski em *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, na qual o observador aparece acorado junto à fogueira, entre os nativos, olhando, ouvindo, perguntando,

registrando e interpretando a sua cultura (Clifford, *idem*, 25). Em alguma medida, Roquette-Pinto também empregou esse fazer etnográfico, embora seu olhar e suas impressões fossem predominantemente de um cientista natural, e não de um etnógrafo profissional, treinado de acordo com rigorosos princípios metodológicos da pesquisa de campo. Na introdução à *Rondonia*, entretanto, lembrava que a etnografia teria sérios limites se não mantivesse uma relação mais próxima com os nativos observados:

Enquanto os índios se não afeiçoarem a nós, como *Nuléke* ao tenente Pyrineus de Souza; enquanto sua boa vontade se não transformar em confiança absoluta; e eles permanecerem pouco dóceis às nossas pesquisas; não conhecermos a língua deles, e eles a nossa, suficientemente, será impossível obter mais do que consigam os documentos aqui registrados. Seria rematada prova de incapacidade imaginar que se pode colher, de uma vez, todos os segredos etnográficos de um tal povo (Roquette-Pinto, *idem*, XIII).

Roquette-Pinto foi, seguramente, o primeiro antropólogo brasileiro a passar semanas entre os indígenas realizando trabalho de observação de sua cultura, colhendo cantigas, lendas e expressões lingüísticas. A dificuldade com a língua nativa foi facilitada, em alguma medida, por informantes nativos que mantinham contato de alguns anos com integrantes da Comissão Rondon, como os índios parecis *Kêtêrôkô* e *Iamalurê*, que também prestavam serviços na construção da linha telegráfica (*idem*, 82). Foi em seu contato com os parecis, inclusive, que Roquette-Pinto teria adquirido o hábito de dormir em rede, gosto que o antropólogo carregaria consigo por quase trinta anos.⁹⁵ Em suas notas de viagem, são freqüentes as descrições das observações que realizara entre os nativos da Serra do Norte, seja no momento de seus rituais de dança, na hora da caça, no preparo da alimentação, ou mesmo na intimidade das famílias. Aliás, a narrativa sobre o afeto e a vida

⁹⁵ Roquette-Pinto, Edgard. “Notas e Opiniões”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16/08/1952 (APERP-ABL).

íntima entre os indígenas não deixa de chamar a atenção do leitor, uma vez que sua etnografia incorporava uma forte empatia pelos “primitivos” homens do sertão brasileiro.⁹⁶

Assim como Malinowski, Roquette-Pinto também era consciente de que o sucesso do empreendimento etnográfico dependia da observação, da convivência e do contato mais próximo com o nativo observado. Contudo, apesar dessas preocupações comuns, é preciso dizer que a etnografia realizada por Roquette-Pinto não estava ligada à tradição britânica criada em torno de Edward Tylor e James Frazer, a qual Malinowski se filiava. A abordagem etnográfica empregada pelo antropólogo brasileiro remetia especialmente à tradição alemã inaugurada ainda no início do século XIX por viajantes como von Martius e Spix. Ao longo das páginas de *Rondônia*, é bastante freqüente a referência aos trabalhos antropológicos e etnográficos de Felix von Luschan, Karl von den Steinen, Koch Grünberg, Paul Ehrenreich, além dos próprios estudos de von Martius e Spix. Dentre as obras destes autores, talvez a que mereceu mais atenção de Roquette-Pinto tenha sido mesmo os *Estudos antropológicos sobre os primitivos habitantes do Brasil*, de Paul Ehrenreich, publicada em 1897⁹⁷. Para Roquette-Pinto, o livro do etnógrafo alemão era um “verdadeiro tratado clássico”, tanto de etnografia quanto de estudos anatômicos, fisiológicos e patológicos sobre os índios do Brasil (Roquette-Pinto, idem: 132-133).

Boa parte desses antropólogos alemães, especialmente aqueles do final do século XIX e início do XX, poderia ser incluída também na “geração intermediária” a que o historiador George Stocking faz referência. Do mesmo modo que Roquette-Pinto, esses escritores eram formados no interior das ciências naturais, eram evolucionistas e ainda não possuíam uma profissional metodologia de trabalho de campo. Entretanto, eram sensíveis à

⁹⁶ Roquette-Pinto chegara observar até mesmo o repouso de uma família em sua cabana, já a altas horas da noite, quando foi visitá-la “sub-repticiamente”: “A luz das fogueiras, subindo por entre as redes, trançadas de linhas vermelhas ou amarelas, iluminava os corpos nus, estendidos transversalmente. Numa rede, uma família inteira resonava: pai, mãe e dois filhos, todos muito abraçados. Mais além, uma criança choramingava, ao lado de uma índia moça que a balouçava nos braços, cantando: *Ená-môkôcê cê-maká. Ená-môkôcê cê-maká* (menino dorme na rede..)” (Roquette-Pinto, 1917, 82). Segundo ele, os índios da Serra do Norte “tratam com imenso carinho seus filhos, aos quais nada recusam. Raras vezes os castigam”. Os filhos, por suas vezes, mesmo depois da puberdade, quando começam a constituir suas famílias, continuam “a venerar seus progenitores” (idem, 174).

⁹⁷ É importante mencionar que ao longo de todo o século XIX uma série de expedições foram empreendidas ao interior do Brasil por antropólogos, etnógrafos e naturalistas alemães que almejavam conhecer os povos indígenas, a fauna e a flora brasileira. Embora boa parte dos relatórios ou das obras produzidas por estes viajantes tenha sido traduzida para o português muito tardiamente, estes autores influenciariam sobremaneira toda uma geração de intelectuais brasileiros, sobretudo aqueles diretamente envolvidos com o estudo da etnografia indígena e sertaneja.

alteridade e possuíam uma concepção humanista liberal, o que os permitia perceber a existência de uma unidade entre os homens e, em consequência, na igualdade de atributos raciais, refutando o discurso da desumanização do “selvagem” (Massin, 1996, 86-90). Além de um sentimento anti-racista e de um nacionalismo mais liberal, essa geração se caracterizava ainda por uma forte confiança no progresso e nos valores emancipatórios e reformadores da ciência, o que possibilitava pensar que a melhoria nas condições de vida (saúde, educação, alimentação) levaria ao aprimoramento progressivo dos diferentes grupos raciais. Muitos destes antropólogos, como Rudolf Virchow, Adolf Bastian e Felix von Luschan, eram adeptos do evolucionismo positivista, o que os permitia conceber os “grupos primitivos” como sociedades “atrasadas”, e não biologicamente inferiores (idem, 96).

Na contramão do evolucionismo darwinista em voga na passagem do século XIX para o XX, que definia a condição das “raças primitivas” como a mais baixa na hierarquia racial, o evolucionismo positivista adotado por essa tradição antropológica não apenas negava o princípio da superioridade e da inferioridade biológica, como esforçava-se também por demonstrar que o estudo das “culturas primitivas” poderiam enriquecer a compreensão sobre a história e a evolução da humanidade (idem, 96-97). Embora fossem descritos genericamente como “povos selvagens”, os antropólogos alemães deste período tendiam a caracterizar as sociedades ditas primitivas como culturas complexas e distintas umas das outras, lembrando que o estudo destes grupos contribuiriam para documentar a pluralidade cultural e racial da humanidade. Um exemplo disso poderia ser visto no esforço que os antropólogos, naturalistas e viajantes alemães fizeram para reunir coleções etnográficas e antropológicas sobre as diversas populações primitivas do mundo, seja em suas colônias no continente africano, seja na América do Sul e na Ásia (Bunzl & Penny, 2003, 9-15).

Muito dos pressupostos antropológicos e dos princípios etnográficos empregados por Roquette-Pinto poderiam, portanto, ser atribuídos também a essa tradição alemã. O antropólogo compreendia, inclusive, que os estudos acerca dos “aborígenes” do Brasil eram ainda bastante escassos entre os brasileiros muito em função da falta de tradução das obras produzidas pelos naturalistas e etnógrafos alemães. Em conferência pronunciada na

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1913⁹⁸, um ano depois de seu retorno da Serra do Norte, o antropólogo afirmava que “a maioria das pessoas que lêem, aqui no Brasil, está mesmo privada de saber o que escreveram da nossa terra alguns dos mais notáveis naturalistas que a tem visitado: Martius, Von den Steinen, Ehrenreich, Kock-Grünberg, Schmidt, etc., porque até hoje os seus trabalhos não foram traduzidos do alemão” (Roquette-Pinto, 1927 [1913]: 143-144).

O interesse de Roquette-Pinto pela obra dos etnógrafos e naturalistas alemães era tão evidente que ele próprio tinha a ambição de iniciar, ainda em 1912, a tradução de algumas das principais obras desses autores, tendo enviado a Câmara Federal um projeto sugerindo que o governo brasileiro financiasse a sua tradução.⁹⁹ Três anos depois, em correspondência para o historiador e amigo Max Fleiuss (1868-1943), Roquette-Pinto comentava do seu interesse em traduzir para o português uma das obras de Spix e Martius, aproveitando a ocasião para comemorar o centenário da “excursão memorável” desses naturalistas por terras do Brasil.¹⁰⁰ Para tal empreendimento, o antropólogo do Museu Nacional chegara mesmo a recorrer ao Ministro da Agricultura João Pandiá Calógeras, que também era historiador e integrante do IHGB, solicitando a “autorização” para a “tradução e publicação” da obra “Reisen in Brasilien” (Viagem ao Brasil), de Spix e Martius. Em sua justificativa, argumentava sobre a importância dessa obra não apenas para o conhecimento da etnografia do Brasil, como da zoologia, da botânica, da geografia e da história. Além disso, afirmava ao ministro o seu próprio interesse em traduzir, caso o governo o financiasse, algumas das obras etnográficas de Johann Emanuel Pohl, Karl von den Steinen, Kock-Grünberg e Max Schmidt, lembrando que a idéia fora “unanimente apoiada” pelos participantes do Primeiro Congresso de História Nacional de 1914.¹⁰¹

⁹⁸ A conferência pronunciada por Roquette-Pinto, intitulada *Aborígenes e Etnógrafos*, fazia parte de uma série de conferências que a Biblioteca Nacional havia organizado com o objetivo de promover o “espírito nacionalista”. Além de Roquette-Pinto, intelectuais como José Veríssimo, Juliano Moreira, João Pandiá Calógeras, Oliveira Lima e Alberto Rangel, seriam alguns dos nomes que também teriam realizado conferência neste mesmo período (Ribas, 1990, 156; Aguiar, 2000, 368-369).

⁹⁹ Documento enviado por Roquette-Pinto a Presidência da Câmara Federal. Rio de Janeiro, 12/05/1912, APERP – ABL.

¹⁰⁰ Correspondência de Roquette-Pinto a Max Fleiuss, Rio de Janeiro, 02/07/1915, APERP – ABL.

¹⁰¹ Correspondência de Roquette-Pinto ao Ministro da Agricultura Pandiá Calógeras, Rio de Janeiro, 1915, APERP – ABL.

A despeito do empenho de Roquette-Pinto, os projetos de tradução desses autores acabariam não se concretizando. Mais tarde, no início dos anos 1930, o antropólogo publicaria em diferentes números da *Revista Nacional de Educação*, que ele próprio dirigia no Museu Nacional, alguns capítulos da *Viagem ao Brasil*, de Spix e Martius. Sua intenção era divulgar a obra completa por meio das páginas dessa revista. Contudo, devido ao encerramento prematuro da publicação desse periódico em 1934, seu objetivo fora novamente frustrado.¹⁰²

Apesar de Roquette-Pinto afirmar que a etnografia no Brasil ainda se constituía como um empreendimento bastante incipiente, especialmente pelo conhecimento que se tinha da etnografia alemã, o autor não deixava de mencionar a importância que tiveram os naturalistas e etnógrafos brasileiros no conhecimento das populações do interior. Para ele, Alexandre Rodrigues Ferreira, teria escrito, ainda no século XVIII, “páginas admiráveis sobre a sociedade indígena, dispondo como nenhum outro de elementos científicos para bem apreciar os tipos antropológicos que encontrou” durante suas expedições pelo interior do Brasil (Roquette-Pinto, *idem*, 128). Em *Aborígenes e Etnógrafos*, conferência que realizou poucos meses depois do seu retorno ao Rio de Janeiro, Roquette-Pinto se ocupou demoradamente com a trajetória e a obra etnográfica de Rodrigues Ferreira, concluindo que, mais de um século depois de suas primeiras expedições a região norte do Brasil, seu programa etnográfico continua sendo o mais completo entre os brasileiros (Roquette-Pinto, 1927 [1913], 132). Outros etnógrafos do Brasil freqüentemente citados por Roquette-Pinto são os nomes de Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Ferreira Penna, Gonçalves Dias, Theodoro Sampaio e Capistrano de Abreu, que juntos constituiriam as principais fontes de informações da etnografia brasileira sobre os indígenas do Brasil (Roquette-Pinto, 1913b; 1917; 1927).

Talvez a figura central para Roquette-Pinto, entre os etnógrafos brasileiros, tenha sido mesmo o historiador cearense Capistrano de Abreu. De acordo com as próprias palavras do autor de *Rondonia*, conforme lembrava no final dos anos 1920, Capistrano fora o “querido mestre de meus estudos etnográficos”, tendo sido ele, inclusive, “quem me fez aprender o alemão para poder penetrar num terreno em que domina a escola” etnográfica

¹⁰² A primeira tradução completa de *Reise in Brasilien* (Viagem ao Brasil) é de Lúcia Furquim Lahmeyer, com revisão de Ramiz Galvão e anotações de Basílio de Magalhães, promovida pelo IHGB e publicada pela Imprensa Nacional em 1938, em três volumes (Lisboa, 1995, 90).

(Roquette-Pinto, 1928b, 3). Amigos pessoais e parceiros intelectuais no IHGB,¹⁰³ Roquette-Pinto teria aprendido com o historiador cearense, a partir de seus “estudos etnográficos rigorosamente científicos dos índios do Brasil”, “que a etnografia é mais do que um acervo de coisas curiosas” (idem, 2). Segundo Aloysio de Castro, que convivera tanto com Capistrano de Abreu quanto com Roquette-Pinto, Capistrano de Abreu sempre fora o “mestre dileto” do jovem antropólogo, influenciando-o especialmente em seus estudos sobre as populações indígenas e sertanejas (Castro, 1928, 969-970). A própria viagem científica que o antropólogo empreendera ao sertão do Brasil, em 1912, teria sido uma sugestão de seu “mestre”, que o incentivara a “grande aventura das selvas” e ao conhecimento do homem sertanejo.¹⁰⁴

2.3. A proteção dos indígenas do Brasil

Em relação aos estudos de antropologia física dos indígenas e sertanejos da região norte do Mato Grosso, Roquette-Pinto produziu durante a expedição um extenso levantamento de dados antropométricos que lhe serviram de base para refutar as teses que condenavam essa população como “raças inferiores”. A partir dos modernos métodos antropológicos,¹⁰⁵ coletou observações sobre as dimensões corporais, as medidas cranianas, o índice cefálico e nasal, a estatura e peso, a cor da pele, o tipo de cabelo, entre

¹⁰³ Roquette-Pinto teve uma atuação assídua no IHGB, especialmente nos anos 1910 e 1920, quando chegou a ocupar por alguns anos o cargo de Segundo Secretário. Neste período, conforme é possível observar pelas Atas das Sessões do Instituto, teve uma relação bastante próxima com Max Fleiuss, Afrânio Peixoto, Oliveira Lima, Afonso Taunay, Conde de Afonso Celso, Ramiz Galvão, além do próprio Capistrano. Como membro do IHGB, integrou a comissão responsável pela organização do *Dicionário Geográfico e Etnográfico do Brasil*, publicado em 1922 em comemoração ao centenário da independência. Ainda no IHGB, participou ao lado de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, entre 1919 e 1920, da organização do “*Atlas do Brasil*”, que continha mapa etnográficos, desenhos e 15 mapas históricos (APERP-ABL). Em 1916, Roquette-Pinto também foi professor da Escola de Altos Estudos do IHGB, que fora criada por sugestão de Oliveira Lima para promover as preocupações nacionalistas (“Atas das sessões realizadas em 1916”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 80, p. 844-845).

¹⁰⁴ Almeida Filho, Augusto. “Rondonia ou o homem dos sete instrumentos”. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, 22/10/1954 (recorte avulso, APERP-ABL).

¹⁰⁵ Em relação aos procedimentos metodológicos, é possível perceber que Roquette-Pinto empregou especialmente as técnicas antropométricas desenvolvidas pela tradição antropológica francesa durante a segunda metade do século XIX. Entre os autores citados mais freqüentemente encontram-se Paul Broca (1824-1890), uma das principais autoridades no campo da antropologia física, Adolphe Bertillon (1821/1883), Alcide D’Orbigny (0802-1857) e Léonce-Pierre Manouvrier (1850-1927).

outras características físicas analisadas a partir do conceito de raça, empregado como modelo explicativo da variabilidade biológica dos grupos humanos (Lima, Santos, Coimbra, 2005, 30). Vale lembrar que, assim como seus contemporâneos, Roquette-Pinto também empregava o conceito de raça como uma categoria biológica, visto como um elemento essencial para as pesquisas antropológicas. Em suas palavras:

A raça não é uma expressão verbal, sem valia nem função; marca sempre relações, entre um grupo de organismo e o meio em que eles vivem. É por isso, indispensável ir levando em conta os fenômenos, do mesmo modo como se apreciam os seres. Perante a moderna orientação da antropologia a observação dinâmica das *raças*, dos *tipos*, e dos próprios *indivíduos*, vai-se, aos poucos, caracterizando como a única saída para os que estudam com desejo de encontrar o caminho do progresso (Roquette-Pinto, 1917, 126).

Neste sentido, a antropologia física deveria estar atenta para as mudanças que ocorriam na formação fisiológica das raças, especialmente devido à sua relação com o meio e aos “cruzamentos raciais”. Para ele, o estudo morfológico dos organismos, como a antropologia anatômica sempre procurou desenvolver, não mais satisfazia “o espírito científico”, uma vez que as “recentes verificações e descobertas que a fisiologia conseguiu, mostram que a morfologia, por si só, é fraco contingente para o conhecimento dos organismos”. Em outras palavras, as estatísticas morfológicas que procuravam enquadrar os indivíduos em determinadas classificações, não mais fariam sentido para a antropologia, pois a anatomia dos indivíduos seria “condicionada de modo interativo pela maneira de funcionar própria à cada qual” (Roquette-Pinto, *idem*, 126-127). A resposta da moderna antropologia estaria centrada no estudo da “antropologia psicofisiológica”, capaz de responder pela variedade física dos “tipos raciais” e pelo desenvolvimento do comportamento social de cada grupo racial. No próximo capítulo, inclusive, trataremos justamente dessas formas de classificação antropológica.

Estes estudos classificatórios teriam contribuído para que o autor de *Rondonia* não considerasse os “primitivos” homens do interior do país como “inferiores” do ponto de vista dos atributos raciais. Ao contrário da tradição antropológica brasileira que se formou na segunda metade do século XIX, a leitura antropológica de Roquette-Pinto procurava se

afastar das concepções deterministas que tendiam a ver nas características dos indígenas evidências de animalidade e inferioridade constitucional. Conforme analisamos no capítulo anterior, a antropologia física desenvolvida no Museu Nacional, especialmente por João Baptista de Lacerda e Rodrigues Peixoto, tendia a situar os índios do Brasil nos níveis mais baixos da hierarquia das raças (Lacerda & Peixoto, 1876). Muitos deles, inclusive, não deixavam de evocar em suas análises teses que sustentavam o determinismo racial, conforme idéias propaladas na época por intelectuais influentes como Henry Buckle, Arthur de Gobineau e Louis Agassiz (Santos, 2002, 116-117).

Além de condenar a atitude dos próprios antropólogos do Museu Nacional, Roquette-Pinto não economizaria críticas nem mesmo ao historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, que mais de uma vez teria aconselhado o governo do Império a declarar guerra aos “índios bravos”. Falando aos integrantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual Varnhagen havia sido um de seus primeiros sócios, o antropólogo afirmava que “felizmente, nesse particular, Varnhagen não fez escola; e atualmente os restos das nações indígenas vão chegando à fala conosco de um modo surpreendente. Em vez de organizarmos a sua destruição, como ele queria, promovemos a sua proteção; e assim foi melhor...” (Roquette-Pinto, 1914, 595). Suas considerações sobre a proteção dos indígenas remetiam à política indigenista criada a partir da fundação do *Serviço de Proteção aos Índios* (SPI), instituição que ele próprio ajudara promover.

A criação do SPI ocorrera, aliás, justamente no momento que figuras como Roquette-Pinto, Candido Rondon, Domingos Sergio de Carvalho e o próprio Museu Nacional estavam envolvidos em uma forte polêmica contra Hermann von Ihering, antropólogo e diretor do Museu Paulista, que havia defendido o “extermínio” dos indígenas que habitavam o interior paulista. Em texto publicado em 1908 pela *Revista do Museu Paulista*, e republicado na imprensa paulista e carioca, Ihering afirmaria que “os atuais índios do Estado de São Paulo”, referindo-se especialmente aos Kaingangs, eram refratários à civilização e “não representavam um elemento de trabalho e progresso”. Além disso, ressaltaria que a miscigenação de indígenas com imigrantes portugueses “exerceram uma má influência sobre as populações rurais”, não sendo possível contar “com os serviços dessa população indígena, para os trabalhos que a lavoura exige” (Ihering, 1908, 16). E como sua presença estaria “obstruindo a colonização das regiões florestais por eles

habitadas, *parece que nenhum outro meio há, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio*” [sem grifo no original] (Ihering, idem, 15).¹⁰⁶

O discurso de Hermann von Ihering se transformaria rapidamente em controvérsia nacional, envolvendo especialmente o Ministério da Agricultura, a congregação do Museu Nacional, da qual Roquette-Pinto fazia parte, e o próprio naturalista e antropólogo paulista. Em reunião realizada poucos dias depois da publicação do artigo do diretor do Museu Paulista, a congregação do Museu Nacional, por sugestão de Domingo Sérgio de Carvalho, que na ocasião ocupava o cargo de chefe da Sessão de Antropologia, Etnografia e Arqueologia, decidiu publicar um “Protesto contra a idéia de extermínio dos indígenas brasileiros”.¹⁰⁷ De acordo com este documento:

A Congregação do Museu Nacional sente-se obrigada a levantar protesto formal contra os conceitos expendidos pelo diretor do Museu de S. Paulo, a propósito dos indígenas do Brasil, em artigo inserto no 7º volume da revista daquele estabelecimento, *e o faz com a repulsa que lhe desperta a idéia que nele se sugere de votar-se ao extermínio milhares de seres humanos, filhos genuínos deste país*. Não se detém a Congregação em formular objeções, opor controvérsia a princípios de doutrina que lhe não carecem acordes com a verdade científica, porque a quaisquer lacunas que lhe coubesse apontar sobreleva o dever humanitário de exprimir sua condenação ao desvario com que se procura sancionar a crueldade que, de há muito, se exerce contra os indígenas brasileiros, e levá-la ao extremo de um morticínio impiedoso, praticado em nome da Lei e dos interesses nacionais [grifo meu].¹⁰⁸

¹⁰⁶ De acordo com Lilia Schwarcz, as posições de von Ihering em favor do extermínio dos Kaingang foram motivadas por suas interpretações deterministas de cunho social darwinistas, uma vez que o modelo de antropologia física empregada pelo cientista do Museu Paulista partia do princípio que o estudo do “homem primitivo” não seria muito diferente do estudo da fauna e da flora. A autora destaca que era do próprio von Ihering a definição e a certeza de que a “evolução humana encontrada na natureza era exatamente igual àquela esperada para os homens”, conforme havia destacado em trabalho publicado em 1897 na Revista do Museu Paulista (Schwarcz, 1993, 83).

¹⁰⁷ Livro de Registro das Atas da Congregação do Museu Nacional, 1904-1911, f. 75 (Arquivo Semear - Museu Nacional).

¹⁰⁸ “Protesto contra a idéia de extermínio dos indígenas brasileiros”. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v. 15, 1909, p. 257).

Após a divulgação desse “protesto” pelos *Archivos do Museu Nacional*, a polêmica ganharia ainda mais força com a publicação de uma série de artigos na imprensa paulista e carioca, com acusações e respostas de ambos os lados.¹⁰⁹ O próprio diretor do Museu Nacional, o antropólogo João Baptista de Lacerda, que poucos anos antes havia descritos os indígenas como seres “ferozes”, “inferiores” e “sem pendor para o progresso e para a civilização” (Lacerda, 1905, 100), teria publicado palavras de condenação ao discurso de Hermann von Ihering. Além disso, Lacerda teria publicado na imprensa carioca uma carta que Rondon enviara ao Museu Nacional em apoio pelo documento de “protesto” que a congregação elaborara (Ihering, 1911, 116). Como repúdio a atitude do Diretor do Museu Paulista, o próprio Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo chegara mesmo a retirar o nome de Ihering de sua lista de sócios, mesmo sendo este um dos fundadores da instituição. Embora Ihering entendesse que teria havido “polêmica excessiva” em torno de suas idéias, continuaria no anos seguintes defendendo a necessidade do governo proteger os colonizadores “contra os ataques dos índios bravos” (Ihering, *idem*, 118).

O debate público que a polêmica lançou teria contribuído, inclusive, para a criação do Serviço de Proteção aos Índios e a Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), fundado em 1910 junto ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Maic). Embora “a idéia de se criar um serviço de catequese e civilização dos índios” já fosse debatida desde 1906, quando da proposta inicial de implementação do Maic (Souza Lima, 1997, 114), o projeto só ganharia efetividade a partir da celeuma criada em torno do discurso de Hermann von Ihering. Duas figuras centrais neste processo foram Domingo Sérgio de Carvalho, que desde 1909 havia se licenciado do Museu Nacional para atuar no Maic, e o tenente-coronel Candido Rondon, personagem já fortemente identificado com a defesa da população indígena e sertaneja, especialmente por sua atuação à frente da Comissão de Construção das Linhas Telegráficas. Com o apoio do Ministro Rodolfo Miranda, bem como do Museu Nacional e de um grupo de positivistas liderados por Teixeira Mendes, Domingo Sérgio de Carvalho seria responsável por fazer o convite a Candido Rondon para implementar o SPIILTN (Souza Lima, 1997, 114-115).

Devido ao interesse que a questão indígena vinha suscitando nos estudos de Roquette-Pinto, o antropólogo aplaudiria com entusiasmo a implantação do SPIILTN pelo

¹⁰⁹ Sobre este debate na imprensa paulista e carioca, ver Souza Lima, 1985, especialmente o cap. 5.

novo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Vale lembrar que além da proximidade que mantinha com o tenente-coronel Rondon e com Domingo Sérgio de Carvalho, Roquette-Pinto ocupava naquele momento a função de professor responsável pela Seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia do Museu Nacional, o que lhe dava credenciais suficientes para intervir nesse debate. Não à toa, assim que o Ministro Rodolfo Miranda anunciara oficialmente a criação do SPILT e a nomeação de Candido Rondon para a sua direção, Roquette-Pinto se apressara em propor a Congregação do Museu Nacional, em reunião realizada em 23 de fevereiro de 1910, o envio de uma moção de apoio à iniciativa do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio.¹¹⁰ No documento, felicitava o governo por ter “iniciado o movimento prático em favor dos povos indígenas do Brasil”, ressaltando que esse “ideal político” era uma “obra de ciência” e do “mais puro altruísmo”, ao qual Museu Nacional “mais de uma vez se tem debatido”. E reafirmando as diretrizes assumidas pelo governo federal, concluía:

Para compensar o esbulho de que tem sido vítimas, certo não é demais garantir a essas populações a posse das terras em que hoje vivem e o pleno direito e exercício de sua liberdade espiritual e prática. Para sistematizar a civilização desses brasileiros, o processo rigorosamente científico é mesmo esse, permitindo que a evolução natural de cada um se faça livremente. Nem se deve esperar que ao benefício indireto, assim proporcionado a essa gente, caiba uma compensação material qualquer.¹¹¹

Como se pode perceber, o documento carregava o viés fortemente positivista que marcaria as funções do SPILT, especialmente pela presença de Rondon, cuja filosofia positivista “moldou a sua visão de mundo” (Diacon, 2006, 96). Na compreensão dos positivistas brasileiros, como se pode perceber tanto na moção encaminhada ao Ministro Rodolfo Miranda quanto nos discursos de Rondon, a proteção dos indígenas não era apenas um ato humanitário, era também a garantia de que esses povos poderiam realizar a

¹¹⁰ Livro de Atas da Congregação do Museu Nacional. 23/02/1910, fl. 105 (Arquivo Semear – Museu Nacional do Rio de Janeiro).

¹¹¹ Moção enviada pela Congregação do Museu Nacional ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio Rodolfo Miranda. In: Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1909-1910, p. 7 (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2000/000362.html> - consultado em 05/07/2010).

“evolução natural” a que estavam destinados, possibilitando a sua futura incorporação à civilização e à sociedade brasileira.

De outro lado, é preciso lembrar que além da proteção e integração progressiva dos indígenas, o SPILTN também tinha por objetivo a criação de colônias agrícolas, aproveitando a mão-de-obra dos sertanejos que viessem a ser localizados pelas expedições oficiais, responsáveis pela integração do país.¹¹² O projeto do Maic ao criar o SPILTN encampava, deste modo, a própria ideologia que movia o governo republicano no início do século XX, segundo o qual era preciso expandir as fronteiras nacionais, tanto as geográficas quanto as econômicas, garantindo a integração do país, civilizando a população do interior, estabelecendo limites territoriais e criando condições para o progresso material da nação (Souza Lima, 1985).

Como um órgão ligado ao Maic, o Museu Nacional tornou-se parte integrante desse grande projeto nacional, sobretudo no trabalho científico de exploração das riquezas naturais, no mapeamento cartográfico do território e no conhecimento da população indígena e sertaneja (Lopes, 1997). A própria expedição científica que Roquette-Pinto realizara ao norte do Mato Grosso estava inserida neste contexto. Vale lembrar que o convite para esse empreendimento partira do próprio Rondon, que naquele momento já ocupava a direção do SPILTN. Embora no relatório enviado ao Maic o diretor do Museu Nacional, João Baptista de Lacerda, argumentara que a expedição antropológica “foi de real interesse para a ciência”, sua missão também incorporava os interesses políticos delineados pelo governo da república, especialmente aqueles ligados ao conhecimento, proteção e integração da população indígena e sertaneja.

Neste sentido, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo SPILTN e pelo próprio Museu Nacional, Roquette-Pinto tornar-se-ia ao longo dos anos 1910, ao lado do tenente-coronel Rondon, um dos principais defensores da causa indígena, reivindicando que o Estado agisse no sentido de criar condições para a sua proteção. Nas páginas que encerram o livro no qual transcreveu o seu “diário de viagem” à Serra do Norte, o antropólogo afirmava:

¹¹² Decreto nº. 8.072, de 20 de junho de 1910 (<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacao-58095-pe.html> - consultado em 06/07/2010).

O nosso papel social deve ser simplesmente proteger, sem procurar dirigir, nem aproveitar essa gente. Não há dois caminhos a seguir. Não devemos ter a preocupação de os fazer cidadãos do Brasil. Todos entendem que *índio é índio; brasileiro é brasileiro*. A nação deve protegê-los, e mesmo sustentá-los, assim como aceita, sem relutância, o ônus da manutenção dos menores abandonados ou indigentes, dos enfermos e dos loucos (...). Além disso, temos, para com os índios, a grande dívida, contraída desde os tempos dos nossos maiores, que foram invadindo seu território, devastando sua caça, furtando o mel das suas matas, como ainda agora nós mesmos o fazemos. O direito é um só. Quem, a pretexto de civilizar, esmaga tribus e nações, que sempre viveram independentes, pratica política perigosa para si mesmo; porque a moral dos conquistadores nunca teve outra razão. E o dominador de hoje poderá ser abatido amanhã por um terceiro que invoque os mesmo princípios (Roquette-Pinto, 1917, 200-201).

Orientado por sua formação positivista, Roquette-Pinto lidava com a “causa” indígena a partir da atribuição da “incapacidade relativa” presente nos “primitivos” homens do Brasil, o que justificava a idéia segundo a qual o Estado deveria manter esses indivíduos sob a sua tutela, assim como fazia com outros grupos sociais considerados “marginalizados” ou “relativamente incapazes”.¹¹³ Em sua compreensão, a “economia nacional” não deveria proteger os indígenas esperando uma compensação material. Do ponto de vista republicano, “a questão indígena deve ser escriturada, unicamente, nos livros da ‘Despesa’... E assim, dará lucro”, concluía ele (Roquette-Pinto, idem, 201).

De outro lado, como o indígena não poderia ser considerado um cidadão brasileiro, este não deveria ser integrado à nação por meio da política civilizatória. Ao contrário, era preciso “protegê-los e deixá-los viver como quiserem” (idem, 200). Na verdade, Roquette-Pinto entendia que o “programa” ideal deveria ser: “*proteger sem dirigir*, para não perturbar a sua evolução espontânea” [grifo no original]. Quem pretendesse “governá-los” cairia em “erro funesto e secular”, na medida em que deturparia a sua cultura, a sua organização social e o seu desenvolvimento “natural” (idem, 200-201).

¹¹³ Este mesmo ponto de vista, aliás, acompanharia a formulação da política indigenista que o Estado brasileiro adotaria ao longo do século XX (Lima, Santos, Coimbra, idem, 33).

Contudo, Roquette-Pinto lidava com a “questão indígena” de forma ambígua, pois ao mesmo tempo em que apontava a proteção dos nativos do Brasil como a solução mais adequada, entendia que a integração e a assimilação destes à civilização seriam inevitáveis. Em seu ponto de vista, o contato do “homem primitivo” com a civilização, que avançava pelo interior do país adentro, faria com que os “fenômenos primitivos de sua etnografia, usos, costumes, hábitos, práticas, indústrias, características artísticas, religiosas, sociais”, fossem vertiginosamente “deturpados pela intromissão de elementos estranhos” (idem, xiv). Como um positivista, Roquette-Pinto acreditava, mas também desejava, que o progresso que seguia as linhas telegráficas e as estradas abertas pela Comissão Rondon levassem a civilização até as regiões mais longínquas do sertão brasileiro. Pode-se dizer, talvez, que do mesmo modo que Euclides da Cunha - mas sem o sentido que o seu darwinismo social carregava - Roquette-Pinto também acreditasse que o homem do interior estava “condenado à civilização”.

Neste sentido, prevendo o desaparecimento dos hábitos, costumes e práticas indígenas, Roquette-Pinto chegava mesmo a justificar a necessidade de “arquivar” todas as informações antropológicas e etnográficas sobre os índios que ele encontrou na Serra do Norte, preservando esses registros como uma “*prova fotográfica*”, “antes que principiasse o trabalho de decomposição que nossa cultura vai neles processando” (Roquette-Pinto, idem, XIV). Além do seu “diário de viagem”, nos cinco meses em que passou pelo sertão Roquette-Pinto reuniu uma grande coleção etnográfica contendo objetos da cultura material, “algumas dezenas de clichês etnográficos”, filmes cinematográficos, fonogramas com músicas indígenas e canções sertanejas e uma série de fichas antropológicas com informações sobre as características raciais de índios e sertanejos com os quais entrou em contato ao longo de sua expedição (idem, 200).

2.4. A descoberta do homem sertanejo

Como é possível perceber ao longo das páginas de *Rondônia*, o interesse de Roquette-Pinto pelo estudo da etnografia indígena, especialmente dos Nambikuáras e dos Parecis, ocupou boa parte da atenção do antropólogo durante os cinco meses em que viajou

pelo sertão do Mato Grosso. Contudo, a observação e o levantamento de informações acerca da população sertaneja daquela região, bem como o resultado de sua “obra fecunda” na ocupação do interior do Brasil, também foram alguns dos objetivos da expedição antropológica. Em sua narrativa de viagem, o sertanejo é descrito como um homem bem adaptado às condições naturais do sertão, capaz de realizar “edificações titânicas” mesmo em um meio repleto de adversidades. De acordo com as próprias palavras do antropólogo:

O sertanejo encontra, nos documentos de que procurei recheiar este trabalho, simples e sincero, a sua melhor defesa. A conquista da Rondônia foi obra de sua abnegação, do seu talento, e de sua resistência. Os milhares de quilômetros de estrada que lá se estendem, hão de figurar, nos mapas do Brasil, em traço largo, afirmando ao mundo o valor dos seus filhos (Roquette-Pinto, *idem*, 201).

Neste sentido, Roquette-Pinto encontrava no sertanejo um agente fundamental no processo de ocupação, desenvolvimento e integração do interior do Brasil. Enquanto os indígenas são descritos como pertencentes aos seus grupos tribais, como os Nambikuáras, Karajás, Bororos, Parecis, entre outros, não possuindo uma nacionalidade ou cidadania específica, o sertanejo é descrito como “o mais típico dos nossos elementos étnicos” (Roquette-Pinto, 1916, 331). Eles seriam responsáveis, inclusive, pela adaptação e integração de índios e brancos à cultura e ao modo de vida do sertão. Como bem apontaram Lima, Santos e Coimbra (2005, 35), a importância que Roquette-Pinto atribuiu ao sertanejo “supera, desse modo, a discussão sobre o caráter positivo da miscigenação de brancos e indígenas”, uma vez que o sertanejo também servia como elemento sociocultural de integração da população do interior do Brasil ao projeto de nacionalidade, conforme foi fortemente defendido nas primeiras décadas do século XX por intelectuais e autoridades políticas do país.

Como um leitor de Euclides da Cunha, Roquette-Pinto cultivava um forte interesse científico, e mesmo pessoal, por conhecer a vida do homem sertanejo e as características de sua antropologia. Sua viagem ao interior representaria, neste sentido, um reencontro com um Brasil que ele conhecia e aprendera a admirar por meio das descrições impressas em *Os Sertões*, ou mesmo pelas informações que o Marechal Rondon trazia de

suas andanças pelo sertão brasileiro, nas expedições da Comissão de Linhas Telegráficas. O contato de Roquette-Pinto com os sertanejos mato-grossenses teria despertado de tal modo a sua admiração por aqueles “titãs franzinos”, que estes acabariam sendo caracterizados como uma “raça forte” (idem, 99), tal qual havia pronunciado Euclides da Cunha ao adentrar no sertão de Canudos.

Aliás, pode-se dizer que foi nos confins do sertão brasileiro que o antropólogo do Museu Nacional, do mesmo modo que o autor de *Os Sertões*, encontraria a base antropológica da identidade nacional. Embora os sertanejos fossem descritos como “pequenos e magros, enfermos e inestésicos”, e até efetivamente “feios” do ponto de vista físico, eram eles caracterizados como homens bem adaptados ao seu meio, “trabalhadores operosos”, “fortes” e “resistentes”. Nas páginas de seu “caderno de viagem” é possível perceber, inclusive, para além do interesse científico e objetivo do antropólogo, uma forte empatia pessoal em relação ao caboclo sertanejo. Essa sedução pelo homem do interior pode ser percebida, por exemplo, na passagem em que autor comenta sobre as histórias que “documentou” ao ouvir os sertanejos palestrarem durante “à noite, no pouso, ao redor do fogo, pitando socegradamente, para queimar o tédio” (idem, 96). Ouvir “o saber dessa gente matuta”, dizia o antropólogo, tinha um “sabor especial”, pois “quando nos contam cousas e fatos, não se prendem a teorias e liames de que se acham embaraçados os letrados. Na sua voz, é ainda a própria Natureza quem fala; ganhamos escutando-a” (idem, 63).

Boa parte das informações etnográficas que compõem as páginas de *Rondônia* foi coletada, inclusive, a partir dos relatos que Roquette-Pinto ouviu dos sertanejos com quais entrou em contato ao longo do caminho até a Serra do Norte. Além de descrever os mitos, as cantigas, as prosas, os versos, as histórias e a linguagem empregada pelos sertanejos, sua etnografia incorporava também a experiência cotidiana, a vida social e as dificuldades enfrentadas pelo caboclo mato-grossense em sua luta pela sobrevivência. O relato de vida que Roquette-Pinto ouviu de Benedicto, caboclo de “complexa mestiçagem” que trabalhava como seringueiro já há muitos anos, é sintomático do modo como a sua etnografia incorporou a experiência sertaneja e a crítica social. Ao ouvir as histórias de exploração em que os sertanejos eram submetidos nos seringais da Amazônia, o antropólogo denuncia o abandono em que estes viviam, lutando sempre contra a fome e as doenças, além das péssimas condições de trabalhos que eram obrigados a enfrentar durante o período de extração da borracha. De acordo com Roquette-Pinto, “o sistema de

exploração” nos seringais seria feito de um modo tão perverso que o preço do trabalho do seringueiro nunca era suficiente para pagar as dívidas que ele havia contraído com a compra de alimentos, roupas e outros suprimentos fornecidos por seus patrões (Roquette-Pinto, *idem*, 98-100). O preço daqueles gêneros trocados por seu trabalho, comenta o antropólogo, o sertanejo nunca poderia saber, pois o patrão não o dizia. Depois da safra já realizada, esses mantimentos entravam em contas, e o seringueiro saía sempre em débito com o seu patrão. Além disso, “quando o caboclo tira pouca seringa, o valor desta não atinge o preço da alimentação que recebeu; fica devendo. E se tira muita, o valor dos gêneros é tal, que o preço da seringa não basta para cobrir o débito; depois da primeira safra em que toma parte, o caboclo nunca mais acaba de dever...” (*idem*, 99-100).

De acordo com a descrição de Roquette-Pinto, o seringueiro Benedicto era apenas mais um dos bravos sertanejos que fugiam dos seringais em busca de liberdade e de alimentos indispensáveis à subsistência, muitas vezes arrancados das florestas por onde vagavam. Maltratados pelo trabalho escravo, pela fome e pelas doenças, os seringueiros não podiam nem mesmo empunhar o machado, enquanto o terçado oscilava em suas mãos “como a espada de um dragão entre os dedos de uma criança”, denunciava Roquette-Pinto (*idem*, 98). O próprio Benedicto fora encontrado pela comitiva antropológica arrastando-se pelo sertão, consumido pela fome, com as “roupas esfarrapadas”, “faces encovadas”, “corpo fatigado” e com uma “artrite traumática” que comprometia o joelho direito do bravo sertanejo. Apesar disso, Benedicto fizera naquele dia, “pelo arreião à fora, sete léguas bem contadas”. A história deste seringueiro, anotara Roquette-Pinto em seu relato de viagem, precisava ser documentada, pois “aquele homem encarnava uma raça forte” (*idem*, 98-99).

Como num lamento, Roquette-Pinto constatava que “lá, naquele país de sonho, em que a natureza recompõe um paraíso em cada canto da mata”, o trabalhador sertanejo tinha que enfrentar todos os suplícios em sua própria terra, onde o homem branco do litoral “engordava” a custa da exploração do próprio sertanejo. Como “estrangeiro em sua própria terra” - argumentava o antropólogo numa inspiração euclidiana -, “continuam os trabalhadores rurais do interior do Brasil a viver as condições desgraçadas de uma disfarçada servidão” (*idem*, 31). Em seu ponto de vista, a situação precária dos seringueiros sertanejos era melhor definida como um típico “caso de patologia social”, uma vez que diante dela o sertanejo “decaía”, perdendo a coragem de lutar contra o próprio

homem. Esse triste retrato levava o antropólogo a constatar a grande diferença que haveria entre os “brasileiros da cidade” e as populações do interior, de tal modo que até pareciam “habitantes de dois países diversos” (idem, 99).

As críticas de Roquette-Pinto se dirigiam não apenas aos homens civilizados que vinham explorando a região norte e escravizando os brasileiros do interior, mas também ao próprio Estado, que abandonara a população sertaneja à sua própria sorte. Em sua compreensão, a tarefa de localização dos trabalhadores sertanejos, de sua proteção e incorporação à nação deveriam ser algumas das prioridades do projeto de nacionalização do país. Somente deste modo se faria justiça ao “bravo sertanejo”, que, isolado em regiões distantes do litoral, vinha povoando e nacionalizando o território brasileiro com o seu próprio esforço. Além do mais, como o sertanejo era representado por Roquette-Pinto como o “elemento étnico” tipicamente nacional, o antropólogo entendia que era função do Estado retirar o homem sertanejo de sua condição de “estrangeiro em sua própria terra”, incorporando-o a civilização e ao processo produtivo do país (Roquette-Pinto, 1913).

Embora o jovem viajante fizesse questão de destacar o significado científico de sua expedição, pode-se dizer que a viagem pelo sertão foi muito mais do que um simples trabalho objetivo de observação científica, coleta de informações etnográficas, antropológicas e geográficas. Suas andanças pelo interior do país, como sua própria narrativa deixa entrever, foi uma viagem de experiência pessoal, de descoberta do “Brasil real” e do homem essencialmente nacional. Seu encontro com o sertanejo parece ter sido, antes de qualquer coisa, a descoberta da própria identidade brasileira, pois entre aqueles homens franzinhos e abandonados o viajante-antropólogo encontrara os “titãs” autenticamente brasileiros, os heróis que faziam a integração do litoral e da civilização com o interior do Brasil.

Apesar de sua expedição fazer parte dos empreendimentos civilizadores do governo brasileiro, e dos próprios referenciais de Roquette-Pinto estarem carregados dos valores civilizatórios europeus, o resultado de sua expedição pode ser vista como uma anti-conquista, na medida em que o sertanejo torna-se em sua narrativa o protagonista da identidade brasileira. Neste sentido, se o contato etnográfico com sociedades distantes é, como acredita Lévi-Strauss (1996), a experiência de si mesmo, a viagem antropológica de Roquette-Pinto parece ter sido o encontro com o seu mais forte nacionalismo nativo. Visto

por muitos como um ser retrógrado, incivilizado e debilitado, o jovem antropólogo vê nesse “outro” do homem civilizado a imagem de si mesmo, o reflexo da nacionalidade, a condição de ser do homem brasileiro.

Não é fortuito dizer, portanto, que a viagem de Roquette-Pinto pelos caminhos íngremes do sertão tenha propiciado uma reflexão profunda no seu modo de conceber a realidade brasileira. Seu encontro com o “Brasil real” teria despertado de tal maneira a sua convicção nos destinos da nação, conforme ele próprio destacava no prefácio à segunda edição de *Rondônia*, que retornaria do sertão “com a alma refeita, confiante na sua gente, que alguns acreditavam fraca e incapaz (...). É preciso ir lá para retemperar a confiança nos destinos da raça, e voltar desmentindo os pregoeiros da sua decadência”. Deste modo, continuava ele, “não é, e nem poderia ser, nação involuída” o país que tem homens capazes de “heroísmos” como a conquista das “terras ásperas por onde hoje se desdobra o caminho enorme que une o norte ao sul do Brasil, como um laço apocalíptico, amarrando os extremos da pátria” (Roquette-Pinto, 2005 [1938], 44).

Assim que retornou ao Rio de Janeiro, em novembro de 1912, carregando consigo um grande volume de informações escritas, desenhos, filmes cinematográficos, fotografias e objetos etnográficos diversos sobre as populações indígenas e sertanejas, Roquette-Pinto passou a realizar conferências e publicar trabalhos divulgando o resultado de sua expedição científica¹¹⁴. Das páginas que emergem desses trabalhos é possível perceber três características principais que vão marcar profundamente a sua atuação intelectual ao longo de toda a década de 1910: a valorização do sertanejo como a base da nacionalidade; a necessidade de conhecer objetivamente o interior do Brasil; e a construção de um forte discurso nacionalista.

Em sua conferência de posse como sócio do IHGB, em 1913, o antropólogo destacava que “a medida que os anos vão chegando e que o entusiasmo contemplativo das primeiras idades se vai transformando, sinto cada vez mais, que o Brasil precisa ser conhecido e nacionalizado”. Em sua opinião, o problema do país não estaria mais

¹¹⁴ No período imediatamente posterior ao seu retorno do interior do país, Roquette-Pinto relatou suas experiências em conferências realizadas na Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Sociedade Brasileira de Dermatologia, no Conservatório Dramático em São Paulo, na Associação Médica e Cirúrgica do Rio de Janeiro, no Grêmio Euclides da Cunha de São Paulo, na Colméia - Sociedade Nacionalista de São Paulo, além de uma série de conferências e cursos realizados no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

relacionado a sua descoberta e conquista, especialmente depois que a Comissão Rondon “varou a grande zona do extremo noroeste de Mato Grosso, entre o Juruena e o Madeira”. O que faltaria ao Brasil, em sua opinião, “é conhecer o que se tem descoberto e conquistado” (Roquette-Pinto, 1913, 588). De outro lado, Roquette-Pinto ressaltava também a importância do sertanejo na ocupação do interior do Brasil. Embora a grande maioria dos brasileiros ignorasse a sua existência, o autor lembrava aos integrantes do IHGB que o “matuto sertanejo” seria o grande responsável pelo processo de nacionalização que vinha ocorrendo nas regiões mais longínquas do país. Em suas andanças pelo sertão, dizia Roquette-Pinto,

O seringueiro cuiabano rasga a floresta; perde-se no meio dos índios, sulcando com o seu trilho novas regiões. Surge no meio da mata a ‘feitoria’, que é só um rancho mal aprumado a beira de um arroio. No ano seguinte, pela nova safra, volta e leva a mulher e às vezes mais um casal amigo; surge a povoação, que será batizada ao capricho de um incidente qualquer daquelas vidas. Foi o que eu vi; é o que se dá e foi o que se deu por toda parte (...). Mas nesse desbravar de terras vai o matuto descobrindo rios, encontrando cachoeiras e muitas vezes povoando definitivamente (idem, 588).

No entanto, o antropólogo entedia que a despeito dessas conquistas que o sertanejo vinha realizando em prol do país, nacionalizando os longínquos territórios da fronteira oeste, o Estado ainda não cumpria o seu papel de conhecimento, proteção, auxílio e nacionalização deste homem tipicamente brasileiro. As conquistas do sertanejo, assim como a sua própria existência, continuavam sendo sumariamente ignoradas pela grande maioria das autoridades públicas do país, uma vez os documentos oficiais responsáveis pelo conhecimento do território nacional continuavam repetindo apenas o que já se sabia em séculos passados.

Em conferência realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1913, o antropólogo afirmava que embora “toda ciência” tivesse “cultores” espalhados pelo Brasil, “tudo quanto diz respeito à nossa terra e à nossa gente não tem o mesmo tratamento (...). Se não procurarmos desde já reagir, mediante o estudo solícito da nossa terra e do que nela se contém (...), daremos aos nossos filhos um triste exemplo de desinteresse culposos;

legaremos aos vindouros um país de adventícios” (Roquette-Pinto, 1913, 106). Em sua opinião, sem o conhecimento e a valorização do “povo brasileiro”, de suas tradições, de sua terra e de suas conquistas, o “sentimento nacional” ficaria sem raízes profundas, vivendo apenas “à flor da nossa cultura”. Neste sentido, Roquette-Pinto compreendia que o conhecimento acerca do Brasil que deveria, de fato, interessar aos brasileiros seria aquele que “cogitasse da ‘formação da nossa nacionalidade’, tal qual o entendeu o Sr. Oliveira Lima, e expôs nas suas encantadoras conferências da Sorbonne”¹¹⁵ (idem, 108).

Como já mencionamos, o contato de Roquette-Pinto com o interior do Brasil não apenas lhe permitiu encontrar no homem sertanejo o “elemento étnico” brasileiro por excelência, como também contribuiu para desenvolver um profundo sentimento nacionalista, no qual o desejo de conhecer objetivamente a realidade do país emergiu como característica principal. Para servir à nação, dizia ele em artigo publicado na *Revista do Brasil*, era preciso conhecê-la “com seus encantos e suas tristezas, para amá-la conscientemente”, estudando “a terra, as plantas, os animais, a gente do Brasil” (Roquette-Pinto, 1916, 323). Em sua concepção, o Brasil necessitaria de homens que assumissem um patriotismo de amor pelas “coisas nacionais”, impondo-se contra “um punhado de maus brasileiros” que andavam espalhando na “alma deste povo ingênuo, a crença desalentadora, a religião do pessimismo” que tão mal fazia ao futuro de sua gente. Num tom fortemente nacionalista, o antropólogo argumentava:

O Brasil não é um terreno baldio, campo sem dono aguardando energias estranhas. Habita-o um povo que, para vencer suas dificuldades históricas, apenas precisa que lhe digam palavras tônicas, capazes de lhe infundir a convicção do valor próprio. Patriotismo gera-se pelo exemplo e a palavra propaga o exemplo. Fazem obra de maldade os que apregoam a falência dos nossos destinos, desalentando as massas; espalhando, sistematicamente, o

¹¹⁵ As conferências de Oliveira Lima a que Roquette-Pinto fazia referências são aquelas que o historiador e diplomata brasileiro realizou, em 1911, como professor da Sorbonne, na França. As conferências seriam publicadas em português somente em 1944, compondo o livro *Formação histórica da nacionalidade brasileira* (1944). De maneira geral, conforme destacava Gilberto Freyre no prefácio que preparou à edição brasileira, o livro apresentava um conteúdo fortemente nacionalista, no qual o autor descrevia uma filosofia da história baseada num otimismo profundo sobre a formação do Brasil (Freyre, 1944, XI). Pode-se dizer, aliás, que foi essa perspectiva “otimista” que chamou a atenção de Roquette-Pinto, uma vez que seu interesse era destacar a necessidade de produzir um conhecimento da história do Brasil a partir de um profundo envolvimento patriótico.

desanimo; sugestionando, diariamente, a ruína da nacionalidade, como se este povo pudesse morrer assim, depois de ter vivido a história que possui (idem, 322).

Ao contrário do pessimismo impresso por alguns dos intelectuais brasileiros desse período, que atribuíam a causa dos males da nação ao caráter psicológico de seu povo, Roquette-Pinto acreditava que se havia “um traço psíquico coletivo no povo brasileiro”, esse seria a sua “extraordinária sugestibilidade”, o que possibilitava pensar que a sua educação e o estímulo do seu ânimo fariam do Brasil uma nação progressista e forte. O antropólogo acreditava que as conquistas do sertanejo, que havia desbravado e povoado o extenso território do interior do Brasil, constituía a melhor prova de que o “povo brasileiro” era formado por uma “raça forte” (Roquette-Pinto, 1913; 1916).

Em seu ponto de vista, o esforço do caboclo para povoar, desenvolver e nacionalizar definitivamente o interior do país precisaria, no entanto, do empenho de todos os brasileiros, especialmente das classes dirigentes responsáveis por administrar o país. Só assim o Brasil poderia se transformar em uma nação forte e desenvolvida, “capaz de garantir a todos a justiça e de assegurar todas as liberdades”. Entretanto, preocupado com a difusão das “doutrinas imperialistas”, que nos anos anteriores a Primeira Guerra Mundial grassavam em várias partes do mundo, o antropólogo lembrava que o Brasil deveria construir “uma pátria forte pela união perfeita das suas partes autônomas e pelo desenvolvimento particular de cada uma, qual uma grande família cujos filhos prosperam nos seus lares trabalhando pelo bem comum e ligados pelo mesmo intento” (Roquette-Pinto, 1913, 589). Ao invés da conquista por meio das armas, da destruição de outras “raças” e da imposição de seus valores, o Brasil poderia ser grande preservando os diversos elementos antropológicos e etnográficos que constituíam a nação brasileira. Em artigo publicado em 1918, ainda antes do término da Primeira Guerra, Roquette-Pinto lembrava:

Forte, é o povo altruísta, que deseja prosperar à sua própria custa; forte, é o povo honesto, que não entesoura violências para esmagar vizinhos, e roubá-los pelas mãos dos seus guerreiros; forte, é o povo calmo, que agasalha o estrangeiro e lhe descobre, lealmente, os meandros da sua vida de família (...);

forte, é o povo que desbrava um continente inteiro, lutando com selvagens, feras e doenças, recorta a vastidão da sua terra de trilhos e caminhos, realizando uma obra anônima, impessoal, que há de ser a eterna glória das gerações: é o povo resignado, teimoso, abstêmio, frugal, resistente, modesto... (1918a, 33).

O antropólogo do Museu Nacional acreditava, aliás, que o imperialismo era “uma doutrina má” que não trazia benefício algum às nações que dele fizessem uso, na medida em que a doutrina imperialista nada mais faria do que transformar as “grandes nações” em “organismos instáveis, desequilibrados, de vida precária”. Ao invés de buscar uma homogeneidade nacional forçada, aniquilando as diferenças de raça e de costumes, tal qual propunham os países imperialistas, Roquette-Pinto entendia que “os Estados Unidos do Brasil” não seriam inseparáveis se houvesse línguas diferentes e “gente muito diversa em cada um” dos estados brasileiros. A diversidade presente nas mais variadas regiões do país haveria de ficar sempre ligada se a sua união fosse “cimentada pelas mesmas tradições, agasalhadas na alma coletiva” (idem, 590). Em outras palavras, o antropólogo acreditava que uma política eficiente de nacionalização deveria permitir a “mistura profunda, definitiva e perfeita” dos “grupos heterogêneos”, possibilitando que as diferenças étnicas e lingüísticas fossem incorporadas a partir do sentimento de nacionalidade.

Em relação à heterogeneidade racial existente entre os brasileiros, especialmente devido a presença de um grande contingente de imigrantes que seguidamente adentravam o interior do país, Roquette-Pinto citava o antropólogo alemão Felix von Luschan, com quem realizara curso durante a viagem de 1911 a Europa, segundo o qual haveria “todo lucro para uma nação em receber sangue novo” (idem, 590). Porém, na opinião do antropólogo brasileiro, para que a miscigenação se realizasse de forma “perfeita”, “sem inspirar preocupações”, seria preciso que esse “sangue” entrasse no “organismo como numa transfusão”, misturando-se ao que já existia na base da formação nacional. Esse processo deveria ocorrer por intermédio do elemento étnico mais característico do Brasil, o sertanejo, que seria chamado para ligar os diferentes grupos raciais, “promovendo o equilíbrio” e a “mediação salutar”. Roquette-Pinto acreditava que mesmo que o sertanejo viesse a ser “absorvido” por outro elemento racial, este “levaria as características melhores

do seu tipo”, de tal modo que “por meio dele far-se-ia a conservação do espírito nacional por toda parte” (idem, 591).

De acordo com Roquette-Pinto, apesar do homem sertanejo ser “o tipo étnico mais representativo do Brasil”, ele apresentava características antropológicas diversas. Tal fato poderia ser facilmente percebido nos caracteres somáticos que diferenciariam, por exemplo, o jagunço do nordeste e o gaúcho do extremo sul, ou mesmo o sertanejo cuiabano do cearense. Essa conformação física heterogênea, sobretudo no que dizia respeito “a forma geral do crânio, os tons da pele, o tipo de cabelo, as proporções do corpo”, estaria relacionada tanto à miscigenação racial quanto à influência do meio, os dois principais aspectos formadores da população brasileira (Roquette-Pinto, 1916). Esse contraste antropológico, dizia ele, ao invés de ser um mal “para a nossa força de nação é uma das nossas melhores garantias”, uma vez que a miscigenação acabaria conciliando as virtudes dos diferentes “tipos antropológicos” que habitavam o território nacional. Ligados pela mesma língua, o jagunço e o gaúcho teriam qualidades que se complementariam: “o gaúcho tem a iniciativa pronta, o ímpeto feroso, o ardor vibrante; o jagunço tem a firmeza e a resistência, calcula friamente, é tenaz” (1918a, 37). Neste sentido, Roquette-Pinto compreendia que se existiam diferentes “tipos antropológicos” espalhados pelo sertão brasileiro, havia um só “tipo etnográfico, admiravelmente individualizado”, que manifestava uma psicologia profundamente nacional (1916, 330). Sua “alma coletiva” seria de tal modo semelhante que o episódio ocorrido em Canudos, no sertão bahiano, se repetiria anos depois entre os caboclos sertanejos do Contestado, no sul do Brasil (1918a, 37).

Como é possível perceber, a miscigenação era vista por Roquette-Pinto como um elemento positivo que teria a importante função de nacionalizar os grupos estrangeiros, tanto do ponto de vista social quanto biológico. Embora destacasse que o Brasil jamais teria homogeneidade racial, o antropólogo acreditava que o sertanejo representava o elemento mestiço de melhor conformação ao meio brasileiro (Roquette-Pinto, 1913; 1916). Segundo ele, “andam longe da verdade” os que pensam que o sertanejo valeria menos porque teria na pele “a marca do sol do Brasil”, ou porque representaria um elemento de “complexa mestiçagem”. Na verdade, enfatizava de modo veemente, a antropologia já há muito tempo vinha demonstrando que todas as populações do mundo são amplamente miscigenadas, de tal modo que “hoje a doutrina da igualdade vai ganhando terreno;

‘superiores e inferiores’ são agora ‘adiantados’ e ‘atrasados’” (Roquette-Pinto, 1913, 591-592). E concluía: dai ao sertanejo o que lhe falta de instrução; “daí-lhe o que se prodigaliza aos outros; que ele tenha a sua terra e forme o seu lar (...). E haveis de vê-lo lutar e vencer no combate da produção, como outrora pelejou na luta do descobrimento” (idem, 592).

2.5. Roquette-Pinto, *Os Sertões* e os sertanejos

Embora o homem sertanejo representasse o elemento antropológico essencialmente nacional, Roquette-Pinto argumentava que ele não teria sido, “mesmo entre os melhores analistas, senão assuntos episódicos, regionais, embora bem cuidados, tal qual aconteceu na meiga novela de Taunay e no formidável livro de Euclides” (idem, 593).¹¹⁶ Em sua opinião, a antropologia física e a etnografia não poderiam mais se ater somente ao estudo dos “aborígenes” e da “questão da raça negra”, mas também do caboclo sertanejo, que interessaria ainda mais ao Brasil (idem, 596). Era sobre ele que a antropologia do Brasil deveria se debruçar com mais atenção, na medida em que nele se encontrava os “documentos de nossa nacionalidade” (idem, 597). As poucas informações disponíveis acerca do homem do interior, dizia ele em sua conferência no IHGB, seriam ainda de características mais literárias do que científicas, carecendo de observações mais rigorosas sobre os diferentes “tipos antropológicos”, tanto em relação aos seus caracteres somáticos quanto aos seus aspectos psicológicos. A sistematização científica e objetiva dessas informações, concluía ele, “seria interessante porque viria mostrar o ponto a que atingiu a formação das ‘raças brasileiras’ que vemos esboçadas no sertão” (idem, 593).

De acordo com o antropólogo do Museu Nacional, o livro de Euclides da Cunha sobre a batalha travada em Canudos constituía a principal referência acerca do conhecimento do homem sertanejo. Em sua opinião, conforme descreveu em artigo

¹¹⁶ Além da referência ao livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, Roquette-Pinto mencionava também o romance *A retirada da Laguna*, de Alfredo Taunay, publicada em 1868. No romance, o autor narra a retirada do exército brasileiro da Região de Laguna, no sul do Mato Grosso, durante a Guerra do Paraguai, da qual o próprio Taunay participara como um dos líderes das tropas militares do Brasil. Ao longo da narrativa, o romancista desenvolve uma visão positiva do sertanejo e do sertão, enaltecendo o papel do exército como um agente civilizador do homem do interior. Tendo recrutado os próprios sertanejos para compor o exército ao lado dos soldados e oficiais educados nas cidades litorâneas, Taunay destacava também a importante função que o Exército exerceu na integração do sertão ao litoral, tema que Euclides da Cunha, Candido Rondon e o próprio Roquette-Pinto retomariam em seus trabalhos (Lima, 1999, 64).

publicado na *Revista do Brasil*, *Os Sertões* não deveria ser visto como um volume de literatura, mas sim como um “livro de ciência e fé” (1918a, 38), um verdadeiro “tratado de etnografia sertaneja” no qual “se coordenaram, pela primeira vez, com programa assente e claro, estudos das populações realmente brasileiras” (idem, 28-29). De acordo com Roquette-Pinto,

No sertanejo do nordeste, cristalizado no prisma irregular que é o jagunço, forma em que a hemiedria de uma raça, denunciadora de múltiplos cruzamentos se desenha, achamos o mais interessante dos personagens com que Euclides da Cunha praticou. ‘Intentamos esboçar os traços mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil’, disse ele nas primeiras páginas dos ‘Sertões’; e a sua contribuição científica foi, destarte, culminada em um livro de genuína etnografia (idem, 29).

Ressaltando, portanto, o caráter etnográfico e científico de *Os Sertões*, Roquette-Pinto destacava a preocupação de seu autor com a descrição atenta da realidade com a qual se defrontara ao adentrar o interior do país. Em sua compreensão, embora *Os Sertões* fosse também um trabalho de arte, “Euclides pouco se embalou na rede mentirosa, por exagero, que se tece no bastidor da nossa rutila fantasia”. A lenda que os românticos contavam sobre a natureza paradisíaca do Brasil - que animou a imaginação dos brasileiros, que “lhes provocou descuido no agir” e que lhes “entorpeceu o caminhar consciente – não teria encontrado espaço na obra de Euclides de Cunha (idem, 22). Assim, ao contrário dos espectadores que se deixavam dominar por uma visão idílica da terra brasileira, embevecidos por suas cores e formas, Roquette-Pinto entendia que foi o “elemento natural” e a realidade objetiva que absorveu a atenção do autor de *Os Sertões* (idem, 24-25). Tudo quanto havia narrado acerca do homem e da natureza nada mais seria do que o resultado de sua observação rigorosa.

De formação positivista, Roquette-Pinto não poderia, portanto, deixar de admirar a objetividade científica com que Euclides da Cunha descrevia o quadro social e natural que se formava no sertão bahiano. Sua preocupação científica se manifestaria tanto nas descrições etnográficas acerca da vida sertaneja quanto nas naturalistas sobre a paisagem da região. Para Roquette-Pinto, aliás, não haveria no Brasil, desde Varnhagen, “ninguém

que mostrasse objetivamente, como Euclides, as ligações das ciências naturais com as que se chamam sociais” (idem, 28). Da mesma maneira que o autor de *Os Sertões*, o antropólogo também procurou conciliar os estudos etnográficos com as ciências da natureza, seja em relação à própria antropologia física, ou biológica, seja no que tange aos estudos naturalistas. A própria etnografia sertaneja desenvolvida ao longo das páginas de *Rondônia* foi marcada por essa inspiração euclidiana, na qual o homem e a natureza são retratados dentro de um mesmo quadro interpretativo.¹¹⁷ Neste sentido, pode-se dizer que ao escrever o artigo *Euclides da Cunha Naturalista*, publicado na *Revista do Brasil*, em 1918, no qual ressaltava a preocupação de Euclides com a descrição objetiva da realidade sertaneja, Roquette-Pinto parecia descrever o seu próprio programa de estudos.

Também é possível dizer que a expedição antropológica realizada por Roquette-Pinto ao interior do Brasil, em 1912, foi motivada tanto pela sedução que as viagens científicas lhe causavam, quanto pelo entusiasmo que a obra de Euclides da Cunha havia lhe inspirado ainda como um jovem estudante que iniciara seus estudos acerca da realidade brasileira. A ascendência de Euclides sobre o jovem antropólogo fora de tal forma intensa que, de acordo com o escritor Antonio Carlos Villaça, Roquette-Pinto teria mesmo levado *Os Sertões* consigo para a viagem que empreendera ao interior do Brasil, servindo como um tratado de Etnografia Sertaneja.¹¹⁸

Além das semelhanças já mencionadas, é importante lembrar que tal como *Os Sertões*, o livro sobre o diário de viagem de Roquette-Pinto também foi resultado de uma expedição militar. Enquanto Euclides da Cunha, na função de militar e jornalista, acompanhou o exército com o objetivo de narrar a batalha contra os sertanejos de Canudos, o antropólogo Roquette-Pinto seguiu também a trilha aberta pelos militares, tendo como intuito conhecer a população do interior com a qual a Comissão liderada pelo Marechal

¹¹⁷ Além de se inspirar nas concepções naturalista de Euclides da Cunha, Roquette-Pinto foi um admirador do naturalismo empregado pelo escritor alemão Johann Wolfgang Goethe (1749-1832), ou mesmo por naturalistas como Alexander Von Humboldt (1769-1859), Fritz Muller (1824-1897), Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), Charles Frederick Hartt (1840-1878) e Karl von Martius (1794-1868). Roquette-Pinto chegou mesmo a escrever artigos biográficos comentando a trajetória, as viagens e as obras destes homens de ciência. A leitura destes naturalistas também ajudam a compreender o fascínio de Roquette-Pinto pelas viagens científicas, pela etnografia e pela história natural. Vale lembrar também que o próprio autor se reconhecia como um naturalista, tendo atuado, inclusive, como professor da história natural e de fisiologia durante um longo período de sua trajetória.

¹¹⁸ Villaça, Antonio Carlos. “Roquette-Pinto”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26/10/1974 (Recorte avulso, APERP-ABL)

Rondon havia entrado em contato a partir de 1907, quando iniciou-se os trabalhos de construção das linhas telegráficas na região do Mato Grosso. Nas palavras de Ricardo Ventura Santos (2008, 130), “ambas as obras registram a vivência de seus autores em contextos de interação entre os agentes enviados pela civilização com populações tradicionais, fossem sertanejos ou índios. Foram frutos, portanto, de expedições civilizatórias que visaram, de diferentes formas, aproximar distintas realidades sociais de um país percebido como cindido”. No argumento de ambos, o interior do Brasil era uma realidade totalmente desconhecida dos brasileiros do litoral, lembrando que os sertanejos viviam num tal estado de abandono que chegavam a ser “estrangeiro em sua própria terra”, conforme expressão empregada tanto em *Os Sertões* quanto em *Rondônia*.

Apesar dos dois autores apontarem o sertanejo como “o cerne da nacionalidade”, e de compreenderem que o homem do sertão teria a função mediadora de incorporar os estrangeiros ao meio brasileiro, seus pressupostos positivistas os levavam a acreditar que o progresso e a civilização que acompanhavam os imigrantes europeus, seja no “sangue” ou na “cultura”, transformariam o interior do Brasil, retirando-o do seu profundo atraso civilizacional. Diante das exigências crescentes da civilização e da concorrência material imposta pela imigração, Euclides da Cunha previa que “o jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo e o caipira simplório, *serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes*” [grifo meu] (1952 [1902], XI). De outro lado, Roquette-Pinto argumentava, onze anos depois da publicação de *Os Sertões*, que “daqui a poucos anos o caboclo, o sertanejo, o jagunço, estarão diluídos na massa branca que se vem deslocando da Europa para o bem do nosso progresso”, de tal modo que seria necessário “*documentar desde já a existência desse tipo transitório, profundamente nacional*” [sem grifo no original] (1927 [1913], 162).

Aqui, entretanto, cabe uma ressalva importante. Do meu ponto de vista, enquanto para Roquette-Pinto o sertanejo seria “absorvido” pelo contingente europeu que para o interior imigraria para formar outros “tipos raciais” mestiços, para o autor de *Os Sertões* ele seria “esmagado pela civilização”, porque representaria um tipo mestiço incapaz de se transformar evolutivamente na velocidade que o progresso e a civilização exigiam. Embora o sertanejo fosse visto como uma “raça forte”, Euclides compreendia que sua formação mestiça não permitiria sua adaptação a um meio mais “evoluído”, diferentemente do que ocorreu no sertão, onde o isolamento de mais de três séculos teria impedido que a civilização viesse desestruturar sua “evolução natural”. O autor chega a afirmar, numa

convicta interpretação social darwinista, que a luta entre as raças e o extermínio da “raça inferior” pela “superior” não necessitaria da guerra, como muitos pensavam; “é que neste caso a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização” (Cunha, idem, 99).

Na hierarquização das raças pensada por Euclides da Cunha, o mestiço representaria o elemento mais baixo dessa escala (Souza, 2010). Para ele, “ante as conclusões do evolucionismo”, a miscigenação muito diversa significava um retrocesso, visto que os caracteres das “raças inferiores” despontavam sempre vivos no elemento mestiço, tornando-o, “quase sempre, um desequilibrado” (idem, 96). Fruto da união entre forças opostas, o “mestiço” é descrito ao longo das páginas de *Os Sertões* não como um intermediário, mas como um “decaído”, não possuindo “a energia física dos ascendentes selvagens”, nem a “altitude dos ancestrais superiores”. Seu caráter híbrido destacaria “as fatalidades das leis biológicas”, como a infecundidade, a incapacidade intelectual e a fragilidade física típica das “raças inferiores” (idem, 96-97). Na lógica social-darwinista de Euclides da Cunha, tal qual Herbert Spencer ou Ludwig Gumplowicz, o mestiço não participou da “concorrência admirável dos povos”, nessa “luta sem tréguas” pela sobrevivência, na qual a seleção capitaliza atributos conservados pela hereditariedade. O mestiço, concluiu Euclides, “não lutou; não é uma integração de esforços; é alguma coisa de dispersivo e dissolvente” (idem, 97). Sua sentença era dirigida especialmente para o mestiço do litoral. Enquanto o mameluco do sertão, fruto da miscigenação entre o índio e o branco, foi protegido por uma boa adaptação ao meio rude, primitivo e agreste, o mestiço que se desenvolveu na costa brasileira sofreu os “efeitos deletérios” de um “meio cosmopolita” e mais “evoluído”, ao qual não teria se ajustado devido à sua “instabilidade” moral e intelectual.

Embora considerasse *Os Sertões* o “grande livro do Brasil”, a obra que revelou o sertão aos brasileiros, Roquette-Pinto não deixava de formular um conjunto de críticas contra as “falhas doutrinárias” presentes no pensamento de seu autor, sobretudo em relação à condenação da miscigenação e o argumento favorável à existência de hierarquias entre as raças (Roquette-Pinto, 1918a, 29). Para ele, as “heresias antropológicas” e o “pessimismo injustificável” manifestados por Euclides da Cunha estavam relacionadas tanto as suas concepções “neo-darwinistas” quanto a “repetição dos conceitos errados de Agassiz”,

naturalista suíço que havia condenado o clima tropical e o mestiço brasileiro como os elementos responsáveis pelos males do Brasil (idem, 32).

As palavras do antropólogo do Museu Nacional voltavam-se, acima de tudo, contra uma idéia central defendida em *Os Sertões*, segundo a qual as “raças fracas” seriam fatalmente esmagadas pelas “raças fortes”. Ao contrário de Euclides de Cunha, Roquette-Pinto entendia que o episódio de Canudos não foi o começo do esmagamento dos sertanejos, mas sim “o desdobrar solene das energias adormidas naqueles atrasados sul-americanos” (idem, 34). Esta teria sido, inclusive, a “grande ilusão de Euclides (...), considerar inferior, gente que só era atrasada; incapazes, homens que só eram ignorantes” (idem, 35). Aliás, Roquette-Pinto não deixaria de lembrar que em torno dessa idéia de “hierarquia de raças”, que Euclides empregou exaustivamente ao longo de sua narrativa, haveria uma “fábula incluída, uma moralidade implícita”:

Enquanto se tratava de deprimir apenas os povos negros e amarelos, procurando provar, de todo modo, sua inaptidão para o progresso, sua incapacidade anatômica e psico-fisiológica para a civilização, pouca gente protestava, entre os cientistas europeus. A doutrina da antropologia da desigualdade, servia até, muito bem, ao ideal dos ingleses, que desejavam dominar o Transwal; dos franceses, que se empenhavam em conquistar Madagascar e a Algeria; dos italianos, que cobiçavam a Eritrêia. Porém, um belo dia, um diplomata francês, de Gobineau, (...) começou a escrever, com calor, em prol de uma tese ainda mais apurada: mesmo na raça branca há tipos destinados à servidão, e outros predestinados ao domínio (...). Os dominadores seriam os celeberrimos arianos, gente escolhida (...). Porém, em França mesmo, completou-se a falha da doutrina; e, desde 1896, Lapouge proclamava que o tipo dominador tem caracteres anatômicos definidos: - é alto, tem crânio longo, cabelos louros e olhos claros. Mas, a teoria começou a infiltrar a política externa da Prússia, e foi citada pra justificar o esmagamento impiedoso da França, em 1870, e para justificar ameaças, e para preparar a trituração da Bélgica em 1914...; então, aterrorizados com a construção que tinham ajudado a erguer, os cientistas entusiastas caíram em si... E hoje... O pobre negro, inferior, o imprestável... é talvez o mais forte baluarte da linha,

atrás da qual se asilam os verdadeiros monumentos da civilização (...).
Estamos de acordo (idem, 34).

Neste sentido, no ponto de vista de Roquette-Pinto, Euclides teria se embalado na “fábula” que os cientistas europeus haviam elaborado para justificar a conquista de novos territórios e a exploração de outros povos pelos países imperialistas. Além do mais, “como aqueles grandes descobridores, que mal imaginam as aplicações futuras dos seus achados”, o autor de *Os Sertões* teria dispensado muita atenção ao que “alguns cientistas segredavam” sobre as teorias raciais e as diferenças entre os tipos antropológicos que mal conheciam. Euclides teria se preocupado “demais com os quadros horridos que teve que pintar, e mal percebeu que uma nação que possui filhos daquele molde, que ele chamou de ‘titãs’ à falta de melhor, não pode deixar de conquistar o seu lugar no mundo, caminhando para o domínio integral de sua Terra” (idem, 37).

Os argumentos críticos de Roquette-Pinto contra a “fábula” racial imperialista, tal qual formularam determinados cientistas europeus, podem ser vistos como “estratégias anticoloniais”, conforme empregou Sérgio Carrara para analisar a reação dos intelectuais brasileiros contra as teorias científicas que estigmatizavam ou inferiorizavam a população do país durante o período entre-guerras (Carrara, 2004). Diante da condenação que os europeus faziam contra a origem mestiça, o clima tropical e a suposta imoralidade dos brasileiros, Carrara demonstra que a *intelligentsia* nacional mobilizou uma série de argumentos que refutavam estes estigmas, criando estratégias que pudessem construir uma “identidade nova e positiva para si mesma e para a nação”. O resultado foi a formulação de algumas das mais bem estabelecidas idéias sobre o Brasil, os trópicos e as diferenças entre as raças humanas (idem, 430).

Apesar do envolvimento de Roquette-Pinto com a ciência e o mundo civilizado europeu, a exemplo do que ocorria com outros intelectuais brasileiros deste período, suas críticas contra o imperialismo e suas teorias raciais ajudam a entender como se constituíram resistências nativas às idéias que impossibilitavam pensar alternativas viáveis para a construção do país. No fundo, suas restrições ao modo como Euclides da Cunha teria aderido à “doutrina da desigualdade” reside justamente na impossibilidade de pensar a construção do Brasil enquanto um país mestiço, na medida em que a miscigenação entre

européus e africanos era, na leitura euclidiana, um “parêntesis intrigante” na formação do país.

Outro ponto de divergência de Roquette-Pinto contra Euclides da Cunha residia no próprio debate sobre o processo de mestiçagem que teria gerado o sertanejo. Para o segundo, o jagunço sertanejo nada mais seria do que o mameluco, originado do encontro dos exploradores europeus com o nativo brasileiro. O isolamento no sertão teria impedido o cruzamento com outras “raças”, especialmente com o elemento africano, que em sua concepção não teria ido para além do litoral. “A grande tarja negra debruava a costa da Bahia ao maranhão – dizia Euclides – mas pouco penetrava o interior (...). O elemento africano de algum modo estacou nos vastos canaviais da costa, agrilhado à terra e determinando cruzamento de todo diverso do que se fazia no recesso das capitâneas” (Cunha, *idem*, 82). No ponto de vista de Roquette-Pinto, no entanto, Euclides havia se equivocado, pois o jagunço não seria o mameluco, filho de índio e branco. Ele teria, na verdade, “fartas gotas de sangue negro”, como o próprio Euclides teria deixado entrever em várias passagens do seu livro. O antropólogo citava, inclusive, algumas das linhas em que o autor de *Os Sertões* descrevia os seguidores de Antonio Conselheiro como um povo de ampla miscigenação, onde era possível perceber gente de “todos os tipos, de todas as cores... Grenhas maltratadas de crioulas retintas; cabelos corredios e duros, de caboclas; trunfas escandalosas, de africanos; madeixas castanhas e loiras, de brancas legítimas” (apud Roquette-Pinto, 1918a, 36).

O sertanejo seria, neste sentido, fruto de uma miscigenação diversa que envolveria diferentes tipos antropológicos. As próprias personagens de Euclides, “aqueles indomáveis espartanos”, comentava Roquette-Pinto, carregavam as marcas dessa miscigenação: Antonio Beatinho, um dos principais discípulos de Antonio Conselheiro, era mulato; Pedrão, um dos líderes da guarda de Canudos, era cafuso; Estevam, outro guarda de confiança do Conselheiro, era negro. No argumento do antropólogo, o próprio Euclides da Cunha acabava por atenuar a condenação que havia lançado contra os mestiços, na medida em que o sertanejo, essa “raça forte” e bem adaptada às condições do meio, resultou de complexa mestiçagem, representando “um verdadeiro tipo de raça brasileira”. Para Roquette-Pinto, essa conclusão justificava, por si só, a “glorificação científica” atribuída a Euclides da Cunha (*idem*, 36-37).

2.6. O discurso de uma geração

Como bem demonstrou Regina de Abreu (1998), *Os Sertões* exerceu um tal impacto entre os intelectuais do período que o livro alcançaria sucesso quase imediato, sendo recebido com louvores pelos principais críticos da época, como Araripe Júnior, José Veríssimo e Silvio Romero. Os atributos para a consagração de *Os Sertões*, no ponto de vista destes críticos, encontravam-se tanto no compromisso nacionalista de Euclides com a descrição da realidade sertaneja, quanto no domínio dos modernos métodos científicos e na conjugação exemplar da ciência com a literatura (Abreu, 1998, 101-102). Assim como tinha ocorrido a Roquette-Pinto, a leitura de Euclides da Cunha despertou o interesse de um bom número de intelectuais e cientistas pelo conhecimento do interior do Brasil e a valorização do homem sertanejo.

Para Nísia Trindade Lima o impacto causado pelas descrições de Euclides da Cunha pode ser percebido, durante os primeiros anos da República, no expressivo movimento de valorização do sertão, “seja enquanto espaço a ser incorporado ao esforço civilizatório das elites políticas do país, seja como referência da autenticidade nacional” (Lima, 1999, 65). Esse interesse pelo sertão poderia ser mais claramente observado através das expedições científicas que começaram a ser realizadas à diferentes regiões do interior do país, como aquelas que acompanharam a Comissão Rondon e as que foram empreendidas pelos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz.¹¹⁹ Estas viagens estavam associadas aos projetos modernizadores e civilizatórios lançados pelo Estado com o intuito de explorar o interior a partir da construção de ferrovias, linhas telegráficas, delimitação de fronteiras, utilização de recursos naturais, obras de saneamento, povoamento e integração do interior ao litoral. Apesar de ações diferenciadas, os termos mais recorrentes encontrados nos relatórios dessas expedições eram os mesmos: sertão, povoamento, civilização e integração do sertanejo à nacionalidade (Lima, idem, 67).

O interesse de Roquette-Pinto pelo conhecimento acerca da realidade em que vivia o homem sertanejo foi, portanto, fortemente influenciado por este contexto. A sua expedição antropológica ao norte do Mato Grosso foi realizada, inclusive, como parte destes empreendimentos modernizadores que o Estado vinha desenvolvendo. Das páginas

¹¹⁹ Sobre as expedições científicas realizadas ao interior do Brasil no início do século XX, ver Lima (1999).

dos relatórios de viagens, do mesmo modo que Roquette-Pinto narrava em *Rondônia*, emergia a interpretação de um país dividido entre o litoral e o sertão. Tal qual Euclides da Cunha, estes agentes civilizadores que adentravam os caminhos distantes do oeste brasileiro também enfatizavam o desconhecimento sobre o interior do país e o abandono do sertanejo pelas autoridades públicas (Lima, 1999; Lima e Hochman, 1996). As imagens do sertão e das condições de vida da população sertaneja, reproduzidas por estes cientistas, chegaram mesmo a alcançar ampla legitimidade, “à medida que, como afirmavam, baseavam-se no conhecimento do ‘Brasil Real’, através das viagens científicas, em contraste com a idealização do país característica das análises originárias de informações de gabinete” (Lima e Hochman, *idem*, 27).

Além disso, as descrições realistas sobre o sertão ganhavam também um significado político ainda mais importante quando analisadas à luz do contexto político e social em que atravessava o Brasil durante a Primeira República. De acordo com a historiografia, o sistema republicano brasileiro era dominado neste período por amplas oligarquias regionais, que administravam o país a partir de relações políticas excludentes, autoritárias e corruptas, como o coronelismo, cujo modelo de relação política e econômica reforçou a descentralização do poder e a falta de atuação do Estado junto à população do interior do país (Carvalho, 1998b, 119-120). De maneira geral, a administração do Estado ficou nas mãos das grandes oligarquias regionais, que relegaram o atendimento às populações do interior a sua própria sorte. Segundo José Murilo de Carvalho, pelo menos até o final da Primeira Guerra Mundial, o sistema republicano brasileiro não fez nenhum esforço para incorporar a grande maioria da população, principalmente os negros, mestiços e sertanejos. Na verdade, a própria idéia de povo era puramente abstrata para as nossas elites. De outro lado, devido à falta de direitos que garantissem a cidadania, o povo também era, em sua grande maioria, hostil ou totalmente indiferente ao sistema republicano (Carvalho, *idem*, 120).

Uma crítica contundente contra essa realidade política e social aparecia de forma cristalizada na obra *À Margem da História da República*, organizada em 1924 por Vicente Licínio Cardoso, com contribuição de um grupo de jovens intelectuais nascido com a República, entre eles Ronald de Carvalho, Oliveira Vianna, Gilberto Amado, Pontes de Miranda e Alceu Amoroso Lima. De acordo com esta geração, as explicações para os problemas nacionais que caracterizavam a Primeira República encontravam-se na própria

instauração do regime republicano, cujo processo teria ocorrido sem uma reflexão mais profunda sobre a organização política, institucional, social e econômica do país (Cardoso, 1981 [1924], 103-104). A própria constituição republicana, “uma importação” do federalismo e da democracia norte-americana, não teria produzido um “ideal congênito”, uma coesão e uma densidade social capaz de esboçar “o verdadeiro idealismo orgânico e construtor nacional” (idem, 109). Nas palavras de Oliveira Vianna, o fracasso da República Federativa era devido ao “desacordo entre o idealismo da constituição e a realidade nacional”, uma vez que a “beleza doutrinária” da carta republicana não era conveniente ou adaptada às necessidades do país, às suas idiossincrasias, às suas insuficiências e às condições de povo em formação (Vianna, 1981 [1924], 118). Por não ter desenvolvido um ideal público e coletivo, o Estado republicano vinha sendo governado, conforme denunciava esses intelectuais, de acordo com os interesses particulares de seus grupos partidários e de seus clãs eleitorais (Vianna, idem, 116).

De maneira geral, as denúncias contra a estrutura desse sistema político - que impedia a maior intervenção do Estado nas longínquas regiões do interior, onde os coronéis e as oligarquias agrárias dominavam a vida política e econômica, submetendo os homens do interior as mais precárias condições de existência - apareciam também nos relatórios das expedições científicas publicados nas primeiras décadas do século XX. Uma das expedições de maior repercussão, e que trazia esse tom de denúncia contra o regime político da Primeira República, ocorreu no mesmo ano em que Roquette-Pinto realizara a sua viagem antropológica ao interior do Mato Grosso, em 1912. Trata-se da expedição que os sanitaristas Arthur Neiva e Belisário Penna empreenderam pelos estados da Bahia, Goiás, Piauí e Pernambuco. Organizada pelo Instituto Oswaldo Cruz, sob o financiamento da Inspeção de Obras Contra as Secas, os viajantes e sua comitiva atravessaram essa região ao longo de nove meses, coletando informações sobre a geografia, o clima, a fauna e a flora da região, bem como dados sobre o quadro de doenças e informações acerca das condições sociais, econômicas e étnicas daquela população. Publicado em 1916 pelas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* - um ano antes da publicação do diário de viagem de Roquette-Pinto - o relatório se transformou num documento fundamental que revelava o estado de miséria e abandono em que vivia a população daquela região (Neiva e Penna, 1984 [1916]).

O conteúdo do relatório não apenas mobilizou parte da imprensa brasileira acerca de um Brasil praticamente desconhecido, como também se transformou num documento crítico contra a ineficiência do Estado em atender as necessidades mais elementares da população sertaneja, sobretudo no que dizia respeito à saúde, educação, habitação e transporte.¹²⁰ Neste relatório - que pode ser definido também como um verdadeiro “retrato do Brasil” (Lima e Hochman, 1996; Lima, 1999; 2007) - Neiva e Penna denunciavam uma falsa imagem criada ao longo do tempo sobre o interior do país. Ao invés da riqueza exuberante, da existência de uma infinidade de minérios e de um solo fértil, como os românticos poetas brasileiros imaginavam, a visão do sertão se apresentava aos olhos de Neiva e Penna como uma realidade inteiramente diferente. Se fôssemos poetas, diziam eles ao longo das páginas do relatório de viagem,

(...) escreveríamos um poema trágico, como a descrição da miséria, das desgraças dos nossos infelizes sertanejos abandonados, nossos patrícios. Os nossos filhos, que aprendem nas escolas que a vida simples de nossos sertões é cheia de poesia e de encantos, pela saúde de seus habitantes, pela fartura do solo, e generosidade da natureza, ficariam sabendo que nessas regiões se desdobra mais um quadro infernal, que só poderia ser magistralmente descrito pelo Dante imortal (Neiva e Penna, 1984 [1916], 222).

A franqueza com que era descrita a vida do sertão, como os próprios autores ressaltavam, certamente não agradava boa parte dos brasileiros do litoral, sobretudo das elites políticas e das oligarquias, que ignoravam as condições em que vivia a população sertaneja. Para Arthur Neiva e Belisário Penna, era “um dever de consciência e de patriotismo” para com a nação denunciar o estado de miséria e abandono do homem do interior. Atitudes como esta, afirmavam os autores, evitaria que os jovens de hoje sofressem “a triste decepção por que nós passamos quando, através dos livros e romances, havíamos imaginado o Brasil Central um país privilegiado” (idem, 222). Do mesmo modo

¹²⁰ Conforme a historiografia tem apontado, todo o movimento em prol do “saneamento do Brasil” - campanha que mobilizou um grande número de médicos, cientistas e intelectuais a partir do final dos anos 1910 e que culminou com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública em 1920 - tem suas origens no efeito que o relatório causou no meio intelectual e político, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo (Castro Santos, 1985; Lima e Hochman, 1996; Hochman, 1998; Lima, 1999; Sa, 2009).

que Roquette-Pinto havia destacado em alguns de seus trabalhos, os cientistas claramente construía uma denúncia contra a descrição pouco realista que a literatura romântica do século XIX fazia do sertão e do sertanejo, especialmente escritores como José de Alencar, Bernardo Guimarães e Franklin Távora. Na obra destes autores românticos, ou mesmo em parte do pensamento médico oitocentista, predominava uma visão profundamente idílica do interior, por meio da qual a natureza era descrita como exuberante, o sertão como um espaço saudável e os sertanejos vistos como homens vigorosos e inatamente bondosos (Lima e Hochman, *idem*, 28).

O retrato do sertão esboçado por Neiva e Penna transformou-se também num importante documento contra o determinismo racial e climático, corroborando com o pensamento de Roquette-Pinto. De acordo com estes autores, o problema que afligia a população do sertão não dizia respeito ao clima ou à raça, mas sim à doença e às péssimas condições de vida a que estavam submetidas, sendo um equívoco habitual dizer que o sertão era um lugar inaproveitável para viver e que o “povo sertanejo” era indolente. Em suas palavras, “a ausência de esforço e iniciativa dessa pobre gente, é proveniente do abandono em que vive, e da incapacidade física e intelectual, resultante de moléstias deprimentes e aniquiladoras” (Neiva e Penna, *idem*, 221). Quando saudáveis e bem alimentados, argumentam Neiva e Penna em uma das passagens marcantes do relatório, os vaqueiros se apresentavam como “tipos dignos de toda a simpatia e admiração”. Somente quem os viu vaquejar “poderá avaliar a extraordinária energia física e inigualável coragem que possuem; eles demonstram que aquela gente tem energias capazes dos maiores feitos e até hoje, nada vimos em arrojo, sangue frio, resistência e agilidade, comparáveis às façanhas daqueles homens”¹²¹ (Neiva e Penna, 1984, 167).

Como é possível perceber, a linguagem empregada por Neiva e Penna se aproxima bastante daquela que Roquette-Pinto desenvolveu em *Rondônia*, ou mesmo em

¹²¹ Embora não haja no relatório referências diretas a obra *Os Sertões*, Neiva e Penna parecem querer repetir o argumento de Euclides da Cunha (1952: 101): “*O sertanejo é antes de tudo um forte*”. Ao descrever um grupo de sertanejos que os acompanharam durante um longo trecho da expedição, realizada desde Juazeiro, na Bahia, até o sertão de Goiás, Neiva e Penna argumentavam: “apesar de rústicos e analfabetos quase todos serviram-nos com dedicação, concorrendo eficazmente para a marcha excepcional que realizamos. Eram eles os primeiros que se levantavam, geralmente as quatro e meia da madrugada, às vezes mais cedo e os últimos que se acomodavam quando chegávamos aos pousos. Realizaram todo o percurso a pé, utilizando-se algumas vezes de animais adestros. Em resistência, *duvidamos que haja raça igual à do sertanejo do nordeste*. Dê-se-lhe carne de sol, farinha e rapadura e ele caminhará, à pé, sem desfalecimento, meses a fio, por quaisquer regiões [sem grifo no original] (Neiva e Penna, 1984, p. 220).

outros artigos publicados após sua viagem ao interior do Mato Grosso. Seguindo os argumentos de Euclides da Cunha, os relatórios das duas expedições apresentavam o sertanejo como uma “raça forte”, apesar das péssimas condições do meio e do abandono em que vivia. Curiosamente, como já apontamos, além das duas expedições terem sido realizadas em 1912, a publicação de seus relatórios ocorreu com diferença de apenas um ano, ambos publicados em periódicos científicos das instituições as quais se encontravam. Tais fatos demonstram quão sintonizados estavam estes intelectuais e as instituições científicas brasileiras em relação à redescoberta do sertão e do sertanejo no início do século XX. Para estes “homens de ciência”, como vimos, a razão do “atraso” em que se encontrava o sertanejo não deveria ser atribuída a sua formação racial, mas às condições sociais, especialmente ao grande número de doenças, o analfabetismo e a desnutrição, fruto do abandono em que o Estado o havia relegado ao longo da história.

Assim como Neiva e Penna, Roquette-Pinto também citava em várias passagens de *Rondônia* a presença e os efeitos das doenças na população indígena e sertaneja. O antropólogo chegava mesmo a afirmar que o aspecto físico “efetivamente feio” dos sertanejos era devido ao modo como a saúde e o corpo daqueles homens eram “trabalhados pela doença” (Roquette-Pinto, *idem*, 44). Entre as enfermidades mais frequentes, Roquette-Pinto destacava as várias dermatoses, como a “ferida brava”, que causava enormes úlceras na pele dos sertanejos, “como pequenas crateras de vulcão”, atormentando-os durante meses a fio (*idem*, 57-58); a presença muito comum do “paludismo crônico”, ancilostomíase, bronquites, “inflamações das vias aéreas”, lepra e doenças venéreas, embora estas duas últimas não fossem localizadas entre a população indígena (*idem*, 66-67, 76-77). Em texto publicado na *Revista do Brasil*, em 1916, Roquette-Pinto lembrava também do mal que doenças como o beribéri, a febre amarela e a leishmaniose causavam aos sertanejos do norte do Brasil, especialmente entre os seringueiros da região amazônica. Segundo ele, a fome e a doença já teriam matado mais de 500 mil pessoas naquela região, devendo ser caracterizadas como as verdadeiras causas da mortalidade precoce entre os sertanejos (Roquette-Pinto, 1916, 329).

Formado em medicina e também atuando como médico, o antropólogo sempre esteve atento para o modo como as doenças afetavam a população do interior do país. Sua tese de doutorado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, como vimos no capítulo anterior, já versava sobre o “exercício da medicina entre os indígenas americanos”, na qual

procurou descrever, a partir de pesquisa bibliográfica de viajantes, etnógrafos, antropólogos, historiadores e naturalistas, as principais enfermidades que acometiam essas populações, bem como o conhecimento de seus sintomas, sua incidência, e as formas de tratamento pelos indígenas (Roquette-Pinto, 1906).

Para Roquette-Pinto, assim como um grupo de médicos e sanitaristas deste período, a doença era tida como um grande obstáculo para a construção da nação brasileira, na medida em que a maioria da população do interior sofria as conseqüências de um sem número de enfermidades que fragilizava a sua compleição física. Em discurso pronunciado em 1916, o médico Miguel Pereira, uma das principais lideranças da comunidade médica carioca, chegou mesmo a anunciar que “o Brasil era um vasto hospital”, repercutindo as denúncias que sanitaristas como Oswaldo Cruz, Arthur Neiva, Belisário Penna, Carlos Chagas, entre outros, faziam em relação à disseminação de doenças entre os brasileiros. A presença de endemias rurais seria resultado, na compreensão desses médicos e sanitaristas, da falta de consciência nacional de nossas elites e da inoperância do Estado brasileiro, que mantinha um sistema de saúde descentralizado e totalmente ineficiente, incapaz de desenvolver um projeto nacional de saneamento e combate às doenças que afetavam as diferentes regiões do país (Lima e Hochman, 1996; Hochman, 1998; Kropf, 2009).

A campanha pelo saneamento do Brasil deflagrada por estes sanitaristas passou a ganhar as páginas dos principais jornais da Capital Federal e de São Paulo, especialmente após a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, em 1918 (Hochman, 1998; Sá, 2009). Entre os associados da Liga, o nome de Roquette-Pinto aparecia como membro do “Conselho Supremo de Assistência”, ao lado de figuras como Carlos Chagas, Aloysio de Castro, Miguel Pereira, Bruno Lobo, Juliano Moreira e Afrânio Peixoto, conforme aparecia no comunicado enviado por Plínio Cavalcanti a Roquette-Pinto.¹²² A adesão do antropólogo do Museu Nacional a Liga Pró-Saneamento encontrava justificativa no próprio sentido de existência dessa sociedade, uma vez que corroborava com o ideal de valorização do homem sertanejo assumido por ele desde sua viagem científica ao interior do Mato Grosso. Além da denúncia contra o abandono em que vivia a população sertaneja, o movimento sanitarista concentrou esforços na rejeição do determinismo racial e climático, procurando demonstrar que os “males” do Brasil estavam relacionados à doença, não à

¹²² Correspondência de Plínio Cavalcanti a Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 24/04/1918. FPERP-ABL.

raça e ao clima. Como bem apontaram Lima & Hochman (idem, 23), a interpretação do Brasil como país doente, lançada pelo movimento sanitarista, foi de tal modo importante que acabou exercendo “um papel central e prolongado na reconstrução da identidade nacional a partir da identificação da doença como um elemento distintivo da condição de ser brasileiro”.

Talvez o exemplo mais emblemático da força que esse discurso teve entre os brasileiros tenha sido a mudança de representação do caboclo sertanejo por Monteiro Lobato. Em artigos publicados no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1914, Lobato havia descrito o caboclo, denominado por ele de “Jeca Tatu”, como uma “praga nacional”, um indolente, um parasita, “espécie de homem baldio, semi-nomade, inadaptável à civilização” (Lobato, 1962, 271). No entanto, em 1918, quando o movimento sanitarista, por meio da ciência e do laboratório, o permitia respirar com mais desafogo, Monteiro Lobato ressuscitaria o seu personagem ao afirmar que “o Jeca não é assim; está assim”. Informado pelo movimento sanitarista, que agora proclamava a doença e a falta de higiene como os grandes inimigos do sertanejo, Lobato concluía que o homem do interior possuía “ótimas qualidades de resistência e adaptação”. O “pobre caipira” teria as mesmas virtudes encontradas no italiano, no português e no espanhol. Mas sua riqueza de energia existia apenas em “estado de possibilidade”, na medida em que o caboclo estava “amarrado pela ignorância e falta de assistência às terríveis endemias que lhe depauperam o sangue, caquetizam o corpo e atrofiam o espírito. O caipira não é assim. Está assim. Curado, recuperará o lugar a que faz jus no concerto etnológico” (Lobato, 1956a, 285).

A partir do final dos anos 1910, Monteiro Lobato se transformaria, inclusive, num importante aliado do movimento sanitarista, atuando ao lado de Belisário Penna, Arthur Neiva, Roquette-Pinto, Afrânio Peixoto, entre outros, na campanha para absolver o homem sertanejo contra o determinismo racial e climático. No mesmo ano em que *Rondônia* era exibido ao público, em 1917, Monteiro Lobato publicava um artigo na *Revista do Brasil* bastante elogioso ao “livro magnífico” de Roquette-Pinto, no qual o antropólogo teria estampado o cenário que encontrou entre os indígenas e sertanejos do interior do Brasil, “alternando impressões pessoais com sólidas observações científicas” (Lobato, 1956b, 144). Lobato ressaltava também a importância de *Rondônia* para a divulgação dos caminhos abertos pela Comissão de Linhas Telegráficas ao longo do sertão norte do Mato Grosso, por meio do qual há mais de dez anos o Marechal Rondon levava “de par com a

construção de uma linha telegráfica o levantamento da etnologia, geologia e geografia do âmago do Brasil”. De acordo com o escritor paulista, Rondon e Roquette-Pinto incorporavam o espírito conquistador dos bandeirantes, devassando o interior do país, estudando o sertão e a população sertaneja e levando o progresso àquela região distante (idem, 145-147).

Pode-se dizer que a aproximação destes homens de letras em torno do projeto de redescoberta do interior e de redenção do homem sertanejo esteve ligado ao forte sentimento nacionalista que mobilizou os intelectuais brasileiros no final dos anos 1910. O conturbado contexto internacional desencadeado pela Primeira Guerra Mundial serviu como uma espécie de catalisador de um nacionalismo militante, por meio do qual se manifestou a disposição de encarar os problemas brasileiros e propor soluções compatíveis com as especificidades do país. Para boa parte dos intelectuais, era preciso abandonar as idéias de empréstimo, sem raízes na intimidade da nação, e investir no conhecimento do “Brasil real”, capaz de revelar aos brasileiros a verdadeira imagem do país (Sevcenko, 1989; Oliveira, 1990; Luca, 1999). Foi com esse espírito que os intelectuais passaram a voltar-se para o interior do Brasil, onde deveriam encontrar, tal qual Euclides da Cunha, o “cerne da nacionalidade brasileira”.

Essa bandeira nacionalista era desfraldada por uma série de instituições, ligas nacionalistas e associações, das quais a Academia Brasileira de Ciências (1916), a Liga Pró-Saneamento do Brasil (1918), a Sociedade Eugênica de São Paulo (1918), a Liga de Defesa Nacional do Rio de Janeiro (1916), a Liga de Defesa Nacional de São Paulo (1916) e a Liga Nacionalista (1917) eram apenas algumas dessas agremiações. Talvez a principal expressão desse movimento nacionalista tenha ganhado maior força em torno da *Revista do Brasil*, um periódico mensal que começou a circular entre a intelectualidade paulista a partir de 1916. Dirigida inicialmente por Julio de Mesquita, proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, e por Monteiro Lobato a partir de 1918, a revista tinha como projeto principal, conforme anunciava o editorial do primeiro número, “o desejo, a deliberação, a vontade firme de construir um núcleo de propaganda nacionalista”, divulgado a partir da pena dos principais intelectuais brasileiros (apud Luca, idem, 46-47). De acordo com Tânia Regina de Luca, a publicação da revista fora concebida enquanto um meio de ação por um grupo de intelectuais que se considerava capaz de encontrar as soluções necessárias para remover o país do seu estado de letargia, incutindo no povo brasileiro a consciência

nacional, o espírito patriótico e o desejo de conhecer a nação em seus próprios termos (idem: 47). Entre os colaboradores da revista encontravam-se nomes como o de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Rocha Pombo, Olavo Bilac, Alceu Amoroso Lima, Roquette-Pinto, Afrânio Peixoto, Belisário Penna, Arthur Neiva, Godofredo Rangel, Julio Ribeiro, Graça Aranha, Oliveira Lima, Mario e Oswald de Andrade, entre outros intelectuais de atuação bastante destacada ao longo dos anos 1910 e 1920 (Luca, idem).

Como um nacionalista de primeira hora, Roquette-Pinto foi um dos intelectuais que encampou de imediato os ideais propostos pela *Revista do Brasil*, apresentando-se como um de seus principais colaboradores (Luca, idem, 54). Além da publicação de mais de uma dezena de trabalhos, o antropólogo do Museu Nacional atuou também como um dos divulgadores desse periódico, conforme é possível perceber em correspondência na qual Monteiro Lobato pedia ao seu colega que anunciasse a revista entre os intelectuais cariocas, e que colaborasse para encontrar entre eles interessados em publicar trabalhos ou simplesmente em assiná-la, contribuindo para manter a sua circulação periódica.¹²³ Ao lado de Arthur Neiva, outro colaborador entusiasta da revista e amigo pessoal de Monteiro Lobato, Roquette-Pinto chegou também a dirigir, no início dos anos 1920, uma das seções destinada à divulgação científica, por meio da qual eram apresentadas as “Notas de Ciência”.

O primeiro trabalho de Roquette-Pinto na *Revista do Brasil* foi publicado logo no volume três, ainda em 1916. O artigo, intitulado “O Brasil e a Anthropogeografia”, se caracterizava por um forte discurso nacionalista e a preocupação com a descrição da realidade brasileira, destacando a necessidade de se estudar o Brasil objetivamente (Roquette-Pinto, 1916: 323). Seguindo o projeto idealizado pela revista, Roquette-Pinto atacava “os pessimistas” que viam o Brasil como um “terreno baldio” e que apregoavam a “falência dos nossos destinos, desalentando as massas, espalhando, sistematicamente, o desanimo, sugestionando, diariamente, a ruína da nacionalidade”. Em suas palavras, o Brasil era uma nação formada por um “povo laborioso e manso” que, “para vencer as dificuldades históricas”, apenas precisariam que se lhe dissessem “palavras tônicas, capazes de lhe infundir a sugestão do valor próprio” (idem, 322-323). Ainda neste artigo, Roquette-Pinto afirmava que os “males” do Brasil não deveriam ser atribuídos ao povo ou

¹²³ Correspondência de Monteiro Lobato a Edgard Roquette-Pinto. São Paulo, 23/09/1918. FPERP-ABL.

à antropogeografia brasileira, mas sim à falta de educação, à disseminação de doenças, à ausência de meios de transportes para ligar as diferentes regiões do país, à precariedade do sistema de imigração e ocupação do território nacional, além de outros problemas relacionados à organização política e social brasileira.

Deste modo, tal qual anunciava Alberto Torres no início dos anos 1910, Roquette-Pinto entendia que o grande problema brasileiro consistia na falta de organização nacional, sentença que antropólogo repetiria com bastante frequência em seus livros, conferências ou em artigos publicados na imprensa. O seu contato com as principais obras de Alberto Torres se daria, aliás, por intermédio do seu próprio autor, que em janeiro de 1915 escrevia-lhe anunciando a publicação e o envio dos seus “dois novos trabalhos”: *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional*, ambos publicados em 1914. O sociólogo fluminense ressaltava que o objetivo traçado nestes livros era dar “um ideal de organização e um programa pátrio a este país explorado e a este povo desiludido”. Ao longo da correspondência endereçada ao jovem antropólogo, Alberto Torres solicitava que Roquette-Pinto apreciasse os dois trabalhos e contribuísse com seu esforço patriótico divulgando as idéias neles defendidas.¹²⁴ Como um ferrenho nacionalista e um homem de ação, Alberto Torres havia se caracterizado, inclusive, por seu empenho insistente em convocar os intelectuais e as principais autoridades públicas a participarem da organização da sociedade (Lima Sobrinho, 1968; Marson, 1979). “Não sei se tenho companheiros nessa caminhada de organização nacional que iniciarei” - dizia ele em outra correspondência a Roquette-Pinto - mas aspirava, ao menos, “o apoio das boas expressões e dos bons espíritos”.¹²⁵

Na verdade, a obra de Alberto Torres havia influenciado boa parte da geração de intelectuais a qual Roquette-Pinto estava ligado, como é possível perceber tanto nos integrantes do movimento sanitarista quanto no grupo de intelectuais que se reunia em torno da *Revista do Brasil*. Em linhas gerais, as idéias de Alberto Torres apontavam alternativas bastante otimistas para essa geração, na medida em que negava o determinismo racial e climático e caracterizava os problemas brasileiros como sendo fundamentalmente de ordem política (Torres, 1978; 1982). Sua interpretação do Brasil

¹²⁴ Correspondência de Alberto Torres a Edgard Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 21/01/1915. FPERP-ABL.

¹²⁵ Correspondência de Alberto Torres a Edgard Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 25/01/1915. FPERP-ABL.

como um país desorganizado, que carecia de uma elite capaz de desenvolver uma verdadeira consciência sobre a realidade brasileira, possibilitava que a geração de Roquette-Pinto se visse como os missionários da reorganização nacional que o país precisaria enfrentar. As campanhas em prol do saneamento do Brasil, do combate ao analfabetismo e a desnutrição, o povoamento do interior, a valorização do homem brasileiro, a reforma constitucional e as próprias campanhas nacionalistas seriam apenas algumas das reivindicações que essa geração vislumbrava como urgentes no processo de organização e reforma do país.

Profundamente inserido nesse contexto, Roquette-Pinto cada vez mais assumia um discurso otimista sobre o futuro do Brasil, participando efetivamente do debate sobre a o conhecimento da realidade brasileira e as funções que o Estado e as instituições públicas deveriam assumir para reformar a sociedade brasileira. A descoberta do interior e o encontro com o homem sertanejo teriam possibilitado que o antropólogo vislumbrasse a realidade do país de uma outra perspectiva, opondo-se ao fatalismo apregoado por aqueles que viam a substituição dos brasileiros como a única alternativa para o desenvolvimento nacional.

A exemplo do que vinha ocorrendo com alguns integrantes da sua geração, o contato de Roquette-Pinto com o “Brasil real” - que antes era conhecido somente pela pena dos intelectuais de gabinete e pelo olhar do estrangeiro - permitia perceber que os problemas nacionais não deveriam ser vistos como irremovíveis, na medida em que a causa do atraso do país não era determinada pela formação antropológica de sua população. Faltava ao país, em sua compreensão, maior capacidade do Estado em atender as necessidades da população, adequando as instituições, as leis e os serviços públicos em geral a este “novo Brasil” que começava a ser debatido por cientistas, ativistas políticos e intelectuais. Para Roquette-Pinto e sua geração, o poder de intervenção da autoridade pública no processo de reforma da sociedade só se concretizaria com a centralização do Estado e o fortalecimento das instituições políticas. Como vimos nas críticas formuladas em *À margem da História da República*, obra organizada em 1924 por Vicente Licínio Cardoso, essa geração entendia que o regime de descentralização afirmado com a constituição de 1891 havia enfraquecido o Estado Republicano, que passou a relegar a administração pública às forças políticas locais e aos interesses oligárquicos.

De formação positivista, tal qual Euclides da Cunha, Rondon, Alberto Torres e Vicente Licínio Cardoso, Roquette-Pinto foi sensível ao constatar que a letargia na qual se encontravam os brasileiros do interior era devido ao abandono e à falta de assistência do Estado e das instituições públicas. Isolados no interior do país, os sertanejos vinham sendo aniquilados pela falta de instrução, pela fome e pela doença. O emprego que fazia da antropologia física, da etnografia sertaneja e da própria literatura procurava exatamente dar conta dessa interpretação, enfatizando que os males do Brasil não eram de ordem constitucional, ou biológica, mas de ordem social e política. Quando bem alimentados, instruídos e livres de doenças, acreditava o antropólogo, os sertanejos poderiam transformar-se em homens saudáveis, produtivos e profundamente adaptados ao meio antropológico e social brasileiro.

Mobilizado pelo discurso nacionalista, Roquette-Pinto compreendia que o Brasil precisava ser conhecido, educado e nacionalizado. Caberia aos “homens de ciência” não apenas desvendar objetivamente a realidade do país como valorizar as suas especificidades, sobretudo às de ordem antropológica e etnográfica, divulgando-as entre os brasileiros. Conforme anunciou em evento comemoração ao centenário do Museu Nacional, em 1918, no qual se encontravam o presidente Wenceslau Brás, senadores e deputados da República, já não era mais concebível que se “reputassem os cientistas seres privilegiados na sociedade, que os devia manter em pesquisas ociosas, para satisfação de vaidades...”. A ciência e os cientistas também deveriam ter fins mais elevados do que “arrancar da natureza os tesouros que se melhoram sempre as condições de vida humana”. Para ele, a verdadeira “ciência utilitária” teria que atuar pela causa nacional, dedicando-se ao estudo de seu país e a educação do seu povo.¹²⁶ “Sem educação, haurida principalmente do conhecimento da natureza que o rodeia – dizia ele -, o povo do Brasil nunca poderá aceitar, conscientemente, os termos em que são propostos os grandes problemas que, todos sentem, precisam ser resolvidos aqui” (Roquette-Pinto, 1918b, 29-30).

¹²⁶ Tal trabalho, segundo o próprio Roquette-Pinto, estava sendo realizado no Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde a instituição procurava estudar, conservar e divulgar, “como suprema miniatura do país, tudo que nele é capaz de fornecer originariamente”, possibilitando que o povo conhecesse as origens de sua nação. O antropólogo dava como exemplo a criação da sala de etnografia sertaneja, nomeada “Sala Euclides da Cunha”, onde seria possível encontrar todas as informações sobre o mais característico “tipo étnico” do Brasil (Roquette-Pinto, 1918b, 29-30).

Como um “homem de ciência” profundamente imbuído da política nacional, Roquette-Pinto acreditava no poder transformador das idéias e na força da ação pública como forma de realizar a transformação do país, defendendo que o papel dos intelectuais deveria ser investido no sentido de contribuir para a organização nacional e a valorização do “povo brasileiro”. Por meio dos estudos antropológicos, o autor procurou realizar esse ideal político ao descrever as imagens do sertão e dos sertanejos com cores otimistas, negando a acusação segundo a qual o principal problema brasileiro residia na formação racial de sua população. Em sua opinião, a falta de conhecimento objetivo sobre a realidade do país impediria que os brasileiros desenvolvessem um sentimento patriótico de defesa dos interesses nacionais, especialmente do valor e do “caráter” de seu povo.

Esse projeto intelectual de conhecimento do Brasil e de defesa do homem brasileiro se tornaria, inclusive, o combustível que alimentaria a sua atuação científica ao longo dos anos 1920 e 1930, conforme veremos nos capítulos seguintes. Seu interesse em conhecer o “Brasil real”, especialmente a sua formação antropológica, ganharia a partir desse período um impulso ainda mais forte com as novas pesquisas que o antropólogo passaria a desenvolver acerca dos “tipos raciais”, trabalho que ocuparia boa parte de suas atividades como antropólogo do Museu Nacional. O próximo capítulo se ocupará justamente das pesquisas que Roquette-Pinto realizou acerca das classificações raciais da população brasileira. Meu interesse é demonstrar que o seu projeto intelectual de conhecer as características antropológicas que constituía o “povo do Brasil” começava a se delinear com mais clareza, sobretudo a partir dos novos rumos assumidos por seus estudos em antropologia física. Se durante os anos 1910 a antropologia sertaneja ocuparia boa parte de sua produção científica, na década seguinte o seu interesse se voltaria mais para o conhecimento dos diferentes “tipos” antropológicos existentes no país, desde suas características físicas e psicológicas até as suas condições sociais.

Capítulo 3

O Retrato Antropológico do Brasil

O objetivo deste capítulo é analisar as pesquisas desenvolvidas por Roquette-Pinto acerca das classificações dos “tipos antropológicos” do Brasil. Meu interesse é demonstrar que, ao longo dos anos 1920, o seu objetivo de traçar um retrato racial da população brasileira começava a se delinear com mais clareza, sobretudo a partir dos novos rumos assumidos por seus estudos em antropologia física. As pesquisas realizadas no Museu Nacional por mais de uma década destacam o esforço de Roquette-Pinto por conhecer empiricamente os aspectos anatômicos, fisiológicos e o caráter psicológico dos “tipos raciais” brasileiros, bem como os fatores determinantes de constituição antropológica. Ao lembrar que o Brasil e as características de sua população ainda eram temas desconhecidos mesmo entre os brasileiros, o antropólogo entendia que somente a partir do “conhecimento objetivo” da realidade, pautado pelo rigor científico da moderna antropologia física, é que os problemas relativos à formação nacional e o melhoramento da população poderiam ser enfrentados.

O argumento principal defendido neste capítulo consiste em afirmar que o objetivo das pesquisas levadas a cabo por Roquette-Pinto, especialmente durante a década de 1920, consistia em exibir um retrato antropológico “realista” sobre a população

brasileira. Emoldurado por um forte comprometimento nacionalista e, ao mesmo tempo, por um cientificismo de tradição positivista, esse retrato da nação deveria servir como “um documento científico seguro”, por meio do qual as autoridades responsáveis por traçar os destinos do país poderiam intervir de maneira eficiente na organização nacional. Roquette-Pinto entendia que qualquer discussão sobre o futuro do Brasil não poderia ignorar os resultados que os estudos antropológicos ofereciam às políticas responsáveis pelos destinos da população brasileira, especialmente no que tange ao debate sobre os efeitos da miscigenação, as políticas de povoamento e imigração, ou mesmo em relação às políticas de educação, saúde e eugenia. Conforme pretendo demonstrar, o objetivo principal de Roquette-Pinto era transformar a antropologia física em uma ferramenta de ação política, empregada acima de tudo para refutar a idéia de que a formação racial brasileira seria responsável pelos problemas do país.

3.1. A construção de um projeto intelectual

Na passagem do século XIX para o XX o debate acerca da constituição racial brasileira foi tema recorrente entre os nossos intelectuais, como se poderia perceber nos discursos dos sócios do IHGB, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, no Museu Paulista, nas principais Faculdades de Medicina e de Direito do país ou mesmo por meio das páginas de jornais e em revistas literárias e científicas. Intelectuais como Silvio Romero, Nina Rodrigues, José Veríssimo, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, João Baptista de Lacerda são apenas alguns dos autores que formularam análises e interpretações sobre as características antropológicas da população brasileira (Schwarcz, 1993, 17-22; Corrêa, 2001, 35-62). Devido à relativa estabilidade política que o país construiu após a implantação da República de 1889, os intelectuais voltaram suas atenções para o tema da identidade nacional, colocando as discussões raciais como elementos centrais para pensar a formação do país e de sua nacionalidade. Neste processo, a questão da imigração, da miscigenação, do clima e do meio na constituição das raças, da presença européia, indígena e africana e suas características foram alguns dos assuntos que mais atraíram a atenção dos pensadores brasileiros. Deste debate, uma série de classificações e terminologias raciais foi produzida com o objetivo de nomear as diferenças antropológicas, distinguindo e

aproximando os diversos grupos étnicos do país, sobretudo a partir de suas conformações físicas e psicológicas (Skidmore, 1976; Schwarcz, 1993; Corrêa, 2001).

Como leitor e herdeiro desta geração, Roquette-Pinto não ficou ao largo dos debates que procuravam descrever as características antropológicas do país. Contudo, apesar de seguir esta tradição intelectual em variados aspectos, Roquette-Pinto iria empregar um método de estudo classificatório ainda pouco conhecido entre os brasileiros, que conciliava a antropologia física e a moderna biometria aos estudos de caráter psicofisiológicos, tal qual vinham sendo desenvolvidos por antropólogos norte-americanos e alemães. Além disso, Roquette-Pinto também seria o primeiro cientista brasileiro a desenvolver um amplo e sistemático projeto de pesquisa sobre as características dos diferentes “tipos raciais” aqui desenvolvidos. Baseando-se na coleta de dados antropométricos e sociológicos de diferentes regiões do país, mas também na observação empírica e nos estudos de laboratórios, o antropólogo do Museu Nacional dedicaria mais de vinte anos de sua trajetória à elaboração de um extenso arquivo descritivo acerca da antropologia da população brasileira.

Poucos anos depois de assumir a função de assistente de antropologia e etnografia no Museu Nacional, Roquette-Pinto começaria a reunir informações sobre o desenvolvimento dos grupos raciais brasileiros, desde o período colonial até o início do século XX. No final dos anos 1910, como já foi destacado no primeiro capítulo, auxiliara João Baptista de Lacerda no estudo de dados estatísticos acerca da constituição racial do país, cujo trabalho fora apresentado no Primeiro Congresso Universal de Raças. As informações coletadas por Roquette-Pinto seriam de fundamental importância para Lacerda demonstrar, através de “diagramas estatísticos”, a evolução racial, os efeitos da miscigenação e o progressivo branqueamento da população brasileira, conforme a tese que o autor defendera para justificar a identificação do Brasil como “um dos principais centros da civilização do mundo” (Lacerda, 1911, 383).

Em suas “Notas antropológicas sobre as populações do Brasil”, como Roquette-Pinto denominara as pesquisas que vinha realizando no início dos anos 1910,¹²⁷ era possível encontrar indicações de autores e viajantes estrangeiros que produziram

¹²⁷ Cadernos de Anotações (texto manuscrito). “Notas antropológicas sobre as populações do Brasil”. 1910? APERP – ABL.

informações sobre a população das diferentes regiões do país, assim como de escritores nacionais que vinham lidando com os estudos da evolução racial brasileira, como Nina Rodrigues, José Veríssimo, Silvio Romero, Perdigão Malheiros, Capistrano de Abreu, entre outros.¹²⁸ Também havia indicações e anotações extraídas dos recenseamentos gerais de 1872 e 1890 e do “Boletim comemorativo da Exposição Nacional de 1908”, publicado pela Diretoria Geral de Estatísticas. Seria a partir destas referências, inclusive, que Roquette-Pinto iria publicar *Antropologia, Etnografia e Arqueologia do Brasil*, um de seus mais importantes trabalhos antropológicos realizados até então. Tratava-se de uma pesquisa que o autor vinha desenvolvendo desde 1908 sobre a formação da população brasileira entre os séculos XVI e início do XX. O texto seria publicado em 1913 no luxuoso e extenso volume *Impressões do Brasil no século XX*, que pretendia, a partir de trabalhos de diferentes autores brasileiros, elaborar um panorama amplo sobre a natureza, as riquezas econômicas e as condições sociais do país naquele início de século (Lloyd, 1913).

Já neste trabalho é possível perceber a preocupação de Roquette-Pinto em organizar a classificação da população brasileira a partir do conhecimento antropológico, tendo em vista a enorme diversidade racial que vinha se processando no país desde o período colonial. Sustentado pela idéia de que o Brasil era um grande “laboratório de raças”, o antropólogo lembrava que possivelmente não haveria outra região no mundo onde o “cruzamento das três raças humanas tão largamente fosse efetuada”, de onde teria saído “tipos intermediários muito característicos”, como o caboclo, o cariboca, o mulato e o cafuz (Roquette-Pinto, 1913, 56). Esse motivo, por si só, acreditava ele, era suficiente para justificar “o interesse que apresenta[va] o estudo antropológico das populações do

¹²⁸ Das obras indicadas em seu caderno de anotações vale a pena destacar:: Nina Rodrigues - “As raças humanas e a responsabilidade penal”, 1894; “Métissage, dégénérescence et crime”, 1899; “Antropologia patológica: os mestiços brasileiros”, 1890; “O Animismo fetichista dos negros bahiano”, 1896-1987; “Contribuição ao estudo dos índices osteométricos dos membros na identificação da raça negra”, 1904. De Silvio Romero - “História da Literatura Brasileira”, 1888; “A História do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis”, 1890. De José Veríssimo - “As populações indígenas e mestiças da Amazônia” 1897; “A educação nacional, 1890. De Capistrano de Abreu - “Capítulos de história colonial”, 1907; “Cabral - informações e documentos...”, 1886. De Perdigão Malheiro - “A escravidão no Brasil” (três volumes), 1866-1867. De Sá e Oliveira - “Cranimetria comparada das espécies humanas na Bahia sob o ponto de vista evolucionista e médico legal”, 1895. De Viveiro de Castro - “Ensaio sobre a estatística criminal da República”, 1894. De Oliveira Martins - “O Brasil e as colônias portuguesas”, 1880; “História de Portugal”, 1882. De J. E. Wappaeus - “A geografia física do Brasil”, 1884. de Pierre Dennis - “Le Brésil au XXe Siècle”, 1810 (ver, *Cadernos de Anotações* de Edgard Roquette-Pinto, manuscrito, APERP - Arquivo da Academia Brasileira de Letras, 1910?).

Brasil”. Contudo, não deixava de destacar que o Brasil ainda não possuía “um seguro estudo antropológico” dos elementos formadores da população. Além dos dados estatísticos oficiais e dos trabalhos apresentados por alguns viajantes, cronistas e historiadores brasileiros, “nos achamos na contingência de caracterizar todos os elementos raciais por apreciações puramente baseadas em caracteres descritivos”.¹²⁹ Em sua opinião, faltava ao conhecimento da antropologia racial do Brasil critérios científicos mais objetivos, sobretudo no levantamento de dados anatômicos, psicofisiológicos e sociais dos diferentes grupos étnicos.

Em sua viagem científica ao norte do país, realizada em 1912, um dos objetivos do antropólogo fora justamente o de reunir, a partir do emprego das mais novas técnicas científicas, uma série de dados antropológicos sobre os grupos indígenas e sertanejos daquela região. Este seria, aliás, o seu primeiro trabalho sistematizado sobre as populações do interior do Brasil, uma vez que procurava conciliar a observação empírica da realidade com a coleta de informações científicas, tanto do ponto de vista etnográfico quanto das características anatômicas, fisiológicas e psicológicas. Em *Rondônia: anthropologia-ethnographia*, onde publicou o resultado de sua expedição científica, como vimos no capítulo anterior, Roquette-Pinto classificou os “tipos antropológicos” da Serra do Norte a partir da cor da pele, tipo de cabelo, impressões digitais, medidas corporais (como o índice facial, cefálico e nasal), entre outras características físicas que considerava fundamentais para elaborar o retrato antropológico daquela população (Roquette-Pinto, 1917, p. 73-80; 144-149).

Deste modo, embora ao longo dos anos 1910 sua atenção estivesse voltada para o conhecimento das populações indígenas e sertanejas, Roquette-Pinto também vinha ocupando-se no Museu Nacional com o estudo do “caráter diferencial das raças humanas”. Em 1915 publicaria *Anthropologia: guia das colleções*, cuja obra trazia uma extensa discussão sobre a constituição das “três raças ou variedades principais” da espécie humana: “a raça branca ou caucásica, a raça amarela ou mongólica e a raça negra ou etiópica”, de onde teria derivado todos os outros “tipos antropológicos” do mundo (Roquette-Pinto, 1915, 23). De acordo com o antropólogo, a população brasileira teria se processado a partir do cruzamento destas três raças principais, “a raça branca representada pelos colonizadores

¹²⁹ *Antropologia, Etnografia e Arqueologia do Brasil*. Texto manuscrito, sem data, possivelmente de 1910, p.2 (APERP – ABL).

portugueses e, mais tarde, por espanhóis, italianos, alemães, etc; a raça amarela, representada pelos índios; a raça negra, representada pelos indivíduos importados da África, como escravos”. Repetindo os conceitos empregados pelos autores brasileiros, como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, Roquette-Pinto procurava classificar a população do Brasil a partir da nomenclatura tradicional (brancos, índios, negros, mameluco, mulatos e cafusos) (idem, 51). De outro lado, seu *Guia de Coleções* pretendia ser também um manual didático para os interessados em conhecer as coleções antropológicas pertencentes ao Museu Nacional, trazendo informações variadas sobre os elementos formadores dos diferentes grupos raciais.

O interesse de Roquette-Pinto pelos estudos classificatórios o motivou, inclusive, a preparar um curso sobre a “Antropologia das novas nações da Europa”. Realizado no próprio Museu Nacional, em 1919, o curso tratava tanto das origens, do processo de evolução e das características antropológicas quanto da distribuição geográfica e social dos grupos raciais europeus, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, quando o novo mapa do continente passou a ser discutido. Apoiando-se em autores europeus, como Renan, Ripley, Auerbach, Navicow, e o norte-americano Madison Grant, entre outros, Roquette-Pinto alertava que o conceito de “raça” deveria ser encarado como essencial para classificar as populações de uma determinada região, mas não como referência para caracterizar as nações e suas identidades nacionais, uma vez que estas seriam determinadas pela linguagem, costumes, valores sociais, históricos e políticos. Em sua opinião, o conceito de “raça” deveria ser estabelecido por “critérios mais elementares, mais objetivos, mais simples, puramente biológicos, anatômicos, fisiológicos e psicológicos, nunca sociológicos”.¹³⁰ Como veremos ao longo deste capítulo, concepções antropológicas como estas balizariam, inclusive, as pesquisas que Roquette-Pinto viria a desenvolver sobre os “tipos antropológicos” do Brasil.

Ainda no final dos anos 1910, Roquette-Pinto iniciaria a organização de uma equipe de pesquisadores do Museu Nacional, entre eles Irineu Malagueta de Pontes, Otávio da Silva Jorge, Raul Baptista, Mario Raja Gabaglia, José Lopes Ferreira Pinto e Fábio Barros, com o objetivo de realizar na *Seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia* “os trabalhos preliminares sobre a determinação das características antropológicas do

¹³⁰ Roquette-Pinto, Edgard. Antropologia das novas nações da Europa. Texto manuscrito, 1919, 45p. (APERP-Arquivo da Academia Brasileira de Letras).

Brasil”.¹³¹ De acordo com o relatório das atividades de 1919, encaminhado pelo Diretor do Museu Nacional ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, esta equipe de cientistas daria início a um amplo projeto de “mensurações antropométricas, que deverão servir de base à determinação ulterior dos nossos principais tipos antropológicos”. Nas palavras de Bruno Lobo, então Diretor do Museu Nacional, o projeto de conhecimento da população brasileira assumiria “uma função de grande importância” para o país, uma vez que iria auxiliar nas estatísticas demográficas que o censo geral da República vinha realizando naquele mesmo período. Além do mais, esta seria “uma das mais interessantes contribuições do Museu Nacional às comemorações do Centenário da Independência” do país, programadas para ocorrer a partir de setembro de 1922.¹³²

As primeiras atividades da equipe dirigida por Roquette-Pinto foi a de organizar as informações contidas nas fichas antropológicas que o Museu Nacional já possuía em seus arquivos, como aquelas que o próprio antropólogo havia reunido durante sua expedição de 1912 ao interior do país. Em seguida, conforme é possível perceber no ofício que Roquette-Pinto recebera do Diretor do Museu Nacional, iniciou-se o trabalho de mensuração de soldados do exército, tanto de recrutas recém alistados e de soldados do corpo de bombeiros, quanto de praças da cavalaria especial.¹³³ Roquette-Pinto chegou a entrar em contato com o Ministro de Estado da Guerra, Prudêncio L. Milanez, pedindo autorização para “entender-se com os médicos do corpo do exército para a realização dos estudos”.¹³⁴ Ao que tudo indica, os próprios médicos que atuavam nos quartéis militares contribuíram com o fornecimento de informações sobre as características físicas e psicológicas, o estado de saúde, as condições sociais e o desempenho dos soldados. Embora a equipe de Roquette-Pinto também deveria coletar dados antropométricos de alunos das escolas públicas e de operários rurais e urbanos, entendia-se que as mensurações dos soldados do exército dariam uma amostragem adequada da população brasileira. Boa parte dos jovens alistados, especialmente os integrantes do Exército da

¹³¹ Relatório do Diretor do Museu Nacional (Bruno Lobo) ao Ministro da Agricultura Indústria e Comércio (Idelfonso Simões Lopes) referente ao ano de 1919. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, p.38 (<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2016/000077.html> - acessado em 10/05/2010).

¹³² Idem.

¹³³ Ofício do Diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo, a Edgard Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 30/01/1920 (AAFMN – Série 2 – Antropologia Física - AF.T.2.1.005).

¹³⁴ Ofício do Ministro de Estado da Guerra, Prudêncio L. Milanez a Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 25/02/1920 (AAFMN – Série 2 – Antropologia Física - AF.T.2.1.005).

Capital Federal, era recrutada em diferentes regiões do país, cujas origens raciais e sociais apresentavam variações.¹³⁵

Vale destacar que a passagem dos anos 1910 para os anos 1920 foi de intensas atividades na vida profissional de Roquette-Pinto, de modo que as pesquisas sobre a caracterização antropológica do Brasil seriam desenvolvidas num período de efetivo amadurecimento de sua trajetória intelectual. Além das funções que desenvolvia no Museu Nacional, Roquette-Pinto também atuava como professor de História Natural da *Escola Normal* e da *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Neste mesmo período, vinha participando efetivamente das atividades organizadas pela *Academia Brasileira de Ciências*, na qual atuava como um dos integrantes de sua direção,¹³⁶ e das atividades do *IHGB*, onde exercia a função de 2º secretário e de membro da comissão responsável pela publicação do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, que viria a ser publicado em 1922. Roquette-Pinto também participaria das discussões levadas a cabo pela *Liga Pró-Saneamento do Brasil*, pela *Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal* e pela *Liga de Defesa Nacional*, instituições que assumiram um papel destacado na formulação de projetos sobre a organização política e social do país ao longo da Primeira República.

Em março de 1920, o convite recebido do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para atuar como professor de fisiologia da Universidade Nacional de Assunção,

¹³⁵ Roquette-Pinto, E. Nossa gente. Op.cit., 1921, p.4.

¹³⁶ Roquette-Pinto foi, ao lado de Henrique Morize, um dos principais fundadores e entusiastas da Academia Brasileira de Ciências, cuja principal característica foi um intenso trabalho de vulgarização da ciência e da educação no Brasil. Criada em 1916 junto a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a instituição recebera inicialmente o nome de Sociedade Brasileira de Ciência, mudando em 1921 para Academia Brasileira de Ciências, conforme fora sugerido por Afrânio Peixoto. Entre seus fundadores encontravam-se nomes como Oswaldo Cruz, Alberto Betim Paes Leme, Antonio Ennes de Souza, Alberto Childe, João Alberto Constantino Löffgreen, Everardo Adolpho Backheuser, Arthur Moses, Juliano Moreira, Bruno Lobo, Euzébio de Oliveira, Licínio Cardoso e Amoroso Costa (Lima e Sá, 2008, 62).

no Paraguai, forçaria Roquette-Pinto a se afastar do Rio de Janeiro por quase um ano.¹³⁷ Ao longo deste período, as pesquisas sobre os tipos antropológicos do Brasil, especialmente as mensurações de soldados do exército e em alunos das escolas públicas, continuariam sendo realizadas pela equipe que Roquette-Pinto deixara organizada. De acordo com a correspondência enviada por Malagueta de Pontes, a ausência de Roquette-Pinto fizera com que a seção de antropologia perdesse boa parte do entusiasmo com as pesquisas antropométricas. Não fosse pela iniciativa de Bruno Lobo, diretor do Museu Nacional e figura bastante próxima à Roquette-Pinto, “o prosseguimento de seus estudos sobre o tipo de homem brasileiro” teriam ficado no esquecimento, informava Malagueta de Pontes ao antropólogo. Com o apoio de Bruno Lobo, estava sendo possível ao menos fazer a mensuração dos soldados da Capital Federal, que nas quartas-feiras e nos sábados eram encaminhados ao Museu Nacional para a coleta de dados biométricos e outras informações de caráter antropológico e social. Contudo, devido ao ritmo lento dos trabalhos, Malagueta de Pontes acreditava que seria difícil atingir o número de mensurações que Roquette-Pinto esperava atingir até o final daquele ano.¹³⁸

Durante o verão de 1921, Roquette-Pinto passou por um período de indefinições em sua vida pessoal e profissional. Embora tivesse assumido a responsabilidade de retornar a Universidade de Assunção para continuar o curso de fisiologia, vinha adiando esse momento, seja por seu abalado estado de saúde, comprometido pela evolução de uma doença que o acompanhava desde sua expedição ao interior do país, seja por outros

¹³⁷ A indicação de Roquette-Pinto como professor na Universidade de Assunção fizera parte da política diplomática do governo brasileiro e paraguaio para estreitar suas relações políticas e culturais, ainda abaladas pelo trauma que a Guerra do Paraguai havia deixado. O nome de Roquette-Pinto fora sugerido tanto por Aluísio de Castro, que na época encontrava-se na direção da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, quanto pelo próprio Ministro da Justiça e Negócios Interiores, o bacharel Alfredo Pinto Vieira de Melo, primo de Roquette-Pinto (Barbosa, 1996, 329-330). Além das relações pessoais que mantinha com estas duas figuras, a indicação de Roquette-Pinto para a referida função se justificava também pela defesa que sempre fizera do país vizinho nos acontecimentos que levaram à Guerra do Paraguai. Roquette-Pinto entendia que a grande vítima do “conflito de 1864” teria sido o próprio Paraguai, que havia sacrificado milhões de civis numa “luta sangrenta” em que sempre estivera em situação de desvantagem política e militar em relação ao Brasil, Argentina e Uruguai. Durante os anos 1920, Roquette-Pinto chegara a defender, por meio da imprensa ou mesmo em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, que o governo brasileiro reconhecesse os erros do Império em relação à guerra e, “em nome do interesse da fraternidade sul-americana”, cancelasse a dívida do Paraguai com o Brasil e restituísse os troféus de guerra ao país vizinho (Roquette-Pinto, 1928, 951-953). Esse posicionamento teria lhe rendido, inclusive, uma série de protestos e controvérsias, especialmente na imprensa carioca, onde mais de uma vez fora duramente atacado por aquilo que os críticos consideravam uma “atitude antipatriótica” (ver Roquette-Pinto. “Guerra do Paraguai”. *Jornal do Comércio*, 22/04/1929).

¹³⁸ Correspondência de Malagueta Pontes a Edgard Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 25/11/1920 (APERP – ABL).

problemas pessoais, como a separação conjugal com Riza Baptista e seu envolvimento amoroso com Noemi Sales, com quem viria a ter uma filha neste mesmo período (Barbosa, 1996, 314). Entre março e abril daquele ano, o diretor da Universidade de Assunção mais de uma vez escreveu a Roquette-Pinto pedindo-lhe informações sobre seu retorno ao Paraguai. Em uma dessas correspondências, reclamava “do absoluto e inexplicável silêncio do professor Roquette-Pinto”, lembrando que o ano letivo já havia iniciado sem que o governo paraguaio tivesse uma posição sobre o curso que professor do Museu Nacional deveria realizar, conforme fora acordado com o governo brasileiro.¹³⁹

No início do mês de abril, Roquette-Pinto tomara a decisão de permanecer no Brasil, recusando o convite para voltar a Universidade da capital paraguaia¹⁴⁰. A morte recente de João Roquette Carneiro de Mendonça, seu avô materno, parece ter abalado ainda mais os ânimos do antropólogo, uma vez que o avô sempre fora uma referência em sua trajetória pessoal e profissional, além de ser uma figura central para toda a família Roquette Carneiro de Mendonça.

Os acontecimentos pessoais com os quais conviveu ao longo desse período parece ter colocado em questão a própria carreira profissional de Roquette-Pinto. Embora tivesse retornado ao Museu Nacional para dar continuidade as suas pesquisas antropológicas, demonstrava-se insatisfeito com a instituição a qual estava inserido há mais de 16 anos. Além das reclamações frequentes quanto aos baixos salários e aos poucos recursos para financiar seus estudos, Roquette-Pinto parecia descontente com a elevada carga horária que era obrigado a cumprir na instituição, conforme é possível perceber na correspondência que mantinha com seu irmão Mauro.¹⁴¹ Este fato, ao que parece, estaria dificultando a manutenção de suas outras funções profissionais, como as aulas que lecionava na Escola Normal e na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Além disso, também reclamava frequentemente da falta de tempo para atender o pequeno laboratório de análises clínicas que mantinha na Rua 13 de Maio, no centro da Capital Federal.

¹³⁹ Correspondência do Diretor da Universidade Central de Assunção a Edgard Roquette-Pinto. Assunção, 07/04/1921 (APERP-ABL).

¹⁴⁰ Correspondência de Azevedo Marquede a Edgard Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 19/04/1921 (APERP-ABL).

¹⁴¹ Correspondência de Mauro Roquette a Edgard Roquette-Pinto. Fazenda da Abatinga. 08/10/1921 (APERP-ABL).

Neste mesmo período, Roquette-Pinto chegou a receber uma proposta para dirigir o Instituto Butantã de São Paulo, conforme convite que o governo paulista o teria feito.¹⁴² Nas palavras de seu irmão Mauro, Roquette deveria aceitar a proposta, lembrando que “em São Paulo sabem dar valor a quem merece”, referindo-se a ampliação que poderia ter em seus rendimentos financeiros e na motivação de sua vida profissional. Mauro acreditava que como diretor daquele Instituto de Ciências o irmão “teria novos horizontes abertos a sua carreira”¹⁴³, uma vez que o Butantã vinha se consolidando como um dos principais centros de pesquisas biomédicas do Brasil, especialmente após a ampliação que recebeu em 1914. Roquette-Pinto chegou mesmo a cogitar a possibilidade de mudar-se para São Paulo, onde mantinha relações bastante próximas com intelectuais como Monteiro Lobato, Afonso de Taunay, Artur Neiva e Amadeu Amaral, todos ligados à atividade científica e intelectual, além do próprio Washington Luiz, que na época governava o Estado paulista. É provável, inclusive, que o convite para dirigir o Instituto Butantã fora facilitado pelas relações que o intelectual carioca mantinha com estes homens de letras e da política paulista.

Apesar disso tudo, Roquette-Pinto decidira permanecer no Museu Nacional. Pesara em sua decisão, é possível imaginar, a ligação de sua família com o Rio de Janeiro e o seu interesse em dar continuidade ao projeto de pesquisa sobre os tipos antropológicos do Brasil. Mesmo durante este processo de indefinições e insatisfações em sua vida pessoal e profissional, Roquette-Pinto e seus auxiliares continuaram realizando as pesquisas antropométricas que iniciaram dois anos antes. Outro fato que possivelmente tenha motivado o antropólogo a permanecer no Museu Nacional foi o aumento de recursos que o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio passou a destinar ao seu projeto de pesquisa.¹⁴⁴ Vale lembrar que as discussões sobre a caracterização das populações do país ganhavam cada vez mais importância junto ao Governo Federal, especialmente a partir do início dos anos 1920, quando os problemas da população tornavam-se mais evidentes no país. Já neste período começava-se a desenvolver a compreensão de que as reformas

¹⁴² O convite teria sido intermediado por Venâncio Filho, amigo de Roquette-Pinto que mantinha relações com o governo de São Paulo, conforme consta na Correspondência de Escobar a Venâncio Filho. São Paulo, 30/10/1921 (APERP-ABL).

¹⁴³ Correspondência de Mauro Roquette a Edgard Roquette-Pinto. Fazenda da Abatinga, 08/10/1921 (APERP-ABL).

¹⁴⁴ Relatório da Seção de Antropologia e Etnografia, referente ao ano de 1922, encaminhado por Roquette-Pinto ao Diretor do Museu Nacional. Rio de Janeiro (Arquivo Semear – MN Relatórios Gerais, Caixa 1).

sociais propostas para retirar o país do “atraso” econômico e civilizacional careciam de maior conhecimento sobre a própria formação da população brasileira, tanto para a formulação de políticas de imigração e colonização do território nacional quanto para as políticas de saúde pública, educação e reforma urbana.

3.2. A “nossa gente” precisa ser conhecida

Após definir que permaneceria no Rio de Janeiro, Roquette-Pinto retomou as pesquisas sobre os tipos antropológicos com mais entusiasmo e intensidade. Ainda naquele ano de 1921 iria pronunciar uma conferência na Biblioteca Nacional sobre as características de “Nossa Gente”, conforme intitulara o texto que apresentara aos ouvintes, formado em sua grande maioria por mulheres que freqüentavam o “Curso Jacobina”, oferecido no próprio espaço da Biblioteca. Logo de início, o antropólogo anunciava que falar de “nossa gente” era uma tarefa difícil, já que poucos brasileiros pareciam se preocupar em conhecer como se formou a população brasileira, quantos são e quais as suas características sociais e antropológicas. “De modo que essa conferência”, dizia ele, “devia ser adiada até que se conseguisse reunir alguns dados essenciais acerca (...) da nossa gente, porque a verdade, a triste verdade, (...) é que a maior parte de nós todos não se preocupa destas coisas; é que ainda não conhecemos objetivamente a nossa gente”.¹⁴⁵

O antropólogo fazia questão de lembrar que “a palavra gente, todos sabem, significa nação”. E logo em seguida perguntava-se: “No Brasil de hoje há uma verdadeira nação ou mais que isso?”.¹⁴⁶ De modo bastante irônico, colocava em questão a própria existência da nação brasileira, uma vez que esta ainda não era conhecida nem pelos homens de ciências, nem pelas autoridades públicas. Referindo-se a uma passagem de *Sur la pierre blanche*, livro de Anatole France publicado em 1915, Roquette-Pinto afirmava que havia encontrado um exemplo “profundamente adequado a nossa própria situação”. Em suas palavras, um dos trechos escrito pelo autor francês “dizia que a China não existe porque ela não pode contar o que produz, é como se o chinês não existisse. A China só

¹⁴⁵ Roquette-Pinto, E. Nossa gente. Op.cit., p.1 (APERP-ABL).

¹⁴⁶ idem, p.3.

começará a existir quando os chineses puderem definir a sua situação. Efetivamente estamos bastante próximos dessa quase desgraça, pois não sabemos nada de nós mesmos”.¹⁴⁷

A despeito disso, o antropólogo tranqüilizava a platéia presente ao Salão da Biblioteca Nacional afirmando que o Brasil não apenas existia de fato como também nele vinha “se esboçando várias nações”, conforme seus primeiros estudos no Museu Nacional estavam demonstrando. Em seu ponto de vista, diferentes “tipos antropológicos” vinham se formando no país a partir de características antropológicas diversas, fruto das condições do meio e do amplo cruzamento racial que aqui se processava há pelo menos quatro séculos. Contudo, destacava o conferencista, “dizer que no Brasil há um viveiro de nações não quer dizer que elas sejam antagônicas; no Brasil há um viveiro de nações que se completam”, embora os aspectos físicos e até mesmo a psicologia sejam diferenciadas.¹⁴⁸

De acordo com o Roquette-Pinto, eram justamente estes aspectos antropológicos que ele procurava conhecer nas pesquisas que há alguns anos teria iniciado. Além de saber quais eram as características físicas, psicológicas e sociais dos diferentes “tipos antropológicos” do Brasil, explicava ele, era preciso saber como se formaram tais características, quais os efeitos da miscigenação racial, dos elementos geográficos e do meio em geral em suas conformações. Embora em outros países, como nos Estados Unidos, já houvesse pesquisas demonstrando a influência destes fatores na formação dos diversos grupos raciais, Roquette-Pinto lembrava que entre os brasileiros ainda não se havia determinado estas questões, mas que era isto que estavam “tratando de apurar” nos laboratórios do Museu Nacional. Para chegar a estes resultados, uma equipe de cientistas estava coletando informações antropológicas entre homens e mulheres, tanto “da alta sociedade” quanto “em meio ao povo”, penetrando em “todas as camadas sociais”. Somente com estes dados se poderia também dizer quem são e como se caracterizam os brasileiros mestiços, os brancos, os negros, os caboclos, os cafuzos e os indígenas.¹⁴⁹

A partir do segundo semestre de 1921, Roquette-Pinto iria intensificar, portanto, suas pesquisas sobre os “tipos antropológicos”, buscando responder estas interrogações.

¹⁴⁷ Idem, p.2.

¹⁴⁸ Idem, p.3.

¹⁴⁹ Idem, p.20-21.

Ainda neste ano, o diretor do Museu Nacional aceitou o pedido de Roquette-Pinto para a contratação de outros pesquisadores que deveriam auxiliá-lo na coleta de dados antropométricos.¹⁵⁰ Com o objetivo de efetuar pesquisas em escolas públicas, associações femininas, fábricas têxteis, ateliers e outras fábricas que mantinham funcionários do sexo feminino, Roquette-Pinto contratou um grupo de ex-alunas da Escola Normal do Rio de Janeiro, entre elas Laura Fonseca e Silva, Emile Saldanha da Gama, Noemi Sales e Heloísa Alberto Torres.¹⁵¹ Assim que chegaram ao Museu Nacional, as quatro normalistas receberiam da *Seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia* um treinamento especial, ministrado pelo próprio Roquette-Pinto, para aprenderem as principais técnicas científicas empregadas pela antropologia física, especialmente aquelas ligadas a antropometria.¹⁵²

Neste mesmo período, Roquette-Pinto também iria encaminhar alguns pesquisadores auxiliares para coletarem informações em outros estados do país. Além disso, por intermédio da direção do Museu Nacional, se constituiria ainda uma rede de colaboração com cientistas do próprio Museu que se encontravam em expedições científicas pelo interior do Brasil, ou mesmo com cientistas de outras instituições, para coletarem dados antropológicos sobre as diferentes populações do país. O naturalista Fábio Barros, por exemplo, seria enviado em novembro de 1921 ao Rio Grande do Sul e a Santa Catarina, de onde enviaria periodicamente dezenas de fichas antropométricas com dados “referentes à determinação das características antropológicas dos habitantes daquela região”.¹⁵³ Ainda no sul do Brasil, no estado do Paraná, a coleta de informações teria sido realizada por intermédio do médico Heraclites de Souza Araújo, que se encontrava em viagem de trabalho, e que remeteria fichas antropométricas e “algumas notas em forma de quadros” com dados antropológicos e sociais daquele estado. Mais tarde, Souza Araújo também enviaria informações coletadas no Estado do Pará, onde atuava como chefe de

¹⁵⁰ Ofício do Diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo, a Edgard Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 18/07/1921. (APERP – ABL).

¹⁵¹ Heloísa Alberto Torres, filha do escritor Alberto Torres, se tornaria em poucos anos uma figura central no desenvolvimento do projeto antropológico que Roquette-Pinto dirigia. Aprovada em concurso em 1924, Heloísa passaria a ser não apenas a assistente de Roquette-Pinto como o seu braço direito no Museu Nacional.

¹⁵² Relatório da Seção de Antropologia e Etnografia, referente ao ano de 1922, encaminhado por Roquette-Pinto ao Diretor do Museu Nacional. Rio de Janeiro (Arquivo Semear – MN Relatórios Gerais, Caixa 1).

¹⁵³ Ofício do Diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo, a Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 29/10/1921; ver também Ofício de Bruno Lobo a Roquette-Pinto, Rio de Janeiro, 11/12/1921 (AAFMN – Série 2 – Antropologia Física - AFT.2.1.005).

profilaxia do estado.¹⁵⁴ Informações antropológicas sobre a população da região amazônica seriam coletadas, por exemplo, pelo naturalista Alfredo de Moraes Coutinho, que empreendera neste período uma expedição científica àquela região.¹⁵⁵

Roquette-Pinto chegara encaminhar também ao estado de São Paulo uma das normalistas auxiliares recém contratadas, Noemi Álvares Salles,¹⁵⁶ para “organizar naquela capital um posto de antropometria feminina”. O seu trabalho contaria com o auxílio do historiador Afonso Taunay, Diretor do Museu Paulista, que iria orientar os estudos da jovem pesquisadora e facilitar suas visitas em fábricas, institutos de ensino e assistência e estabelecimentos comerciais onde seriam realizadas as mensurações antropométricas¹⁵⁷. Poucos anos depois, Roquette-Pinto também receberia do interior de São Paulo informações antropológicas colhidas por um de seus colaboradores, que vinha realizando esse tipo de levantamento entre crianças em idade escolar de algumas cidades daquele estado¹⁵⁸. O historiador e antropólogo Alfredo Ellis Junior, que desde alguns anos vinha levantando dados científicos sobre a formação das populações paulistas, também teria contribuído com algumas informações antropométricas, conforme aparecia num dos relatórios da *Seção de Antropologia* do Museu Nacional.¹⁵⁹

Seria encaminhado, ainda, fichas antropológicas às diretoras e professoras de escolas públicas e institutos de proteção e assistência à infância do Rio de Janeiro e de outros estados, para serem preenchidas com informações sobre os aspectos físicos dos alunos, como a cor da pele, dos olhos, o tipo de cabelo, a estatura, o peso, a idade, entre outras informações consideradas relevantes para conhecer suas características

¹⁵⁴ Ofício do Diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo, a Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 27/12/1921 (AAFMN – Série 2 – Antropologia Física - AF.T.2.1.005).

¹⁵⁵ De acordo com os gráficos esboçados por Roquette-Pinto neste período, ou mesmo pelas fichas antropométricas disponíveis no Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional, é possível perceber que a *Seção de Antropologia* já tinha disponível dados de praticamente todos os estados do país, embora não seja possível identificar quem fez a coleta destes dados e como elas chegaram até o Museu Nacional (ver Fichas Antropométricas, AAFMN – Série 2 – Antropologia Física - AF.T.2.1.007).

¹⁵⁶ Roquette-Pinto teve uma relação amorosa de vários anos com Noemi Alvarez Salles, com quem viria a ter uma filha, Carmen Lúcia.

¹⁵⁷ Ofício de Edgard Roquette-Pinto ao Diretor do Museu Nacional, Bruno Lobo. Rio de Janeiro, 04/02/1922 (AAFMN – Série 2 – Antropologia Física - AF.T.2.1.007).

¹⁵⁸ Correspondência enviada a Roquette-Pinto por remetente não identificado. São Paulo, 06/09/1928 (AAFMN – Série 2 – Antropologia Física - AF.T.2.1.006).

¹⁵⁹ Relatório de Seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia, referente ao ano de 1926, enviado ao Diretor do Museu Nacional (Semear – MN DR P.101 D.31-A).

antropológicas.¹⁶⁰ Algumas instituições, como foi o caso da Escola Municipal Vieira Souto, por intermédio da sua diretora Celina Padilha, chegou inclusive a solicitar que o Museu Nacional emprestasse instrumentos antropométricos, por pelo menos trinta dias, para que a própria escola realizasse a mensuração biométrica de seus alunos.¹⁶¹

Devido às comemorações do Primeiro Centenário da Independência, como já destacamos, a *Seção de Antropologia* passara a receber recursos extras para levar adiante o projeto de estudos das populações do Brasil, uma vez que o Museu Nacional deveria apresentar os primeiros resultados deste trabalho durante as cerimônias de 1922. Com estes recursos, conforme o próprio Roquette-Pinto destacara em seu relatório de atividades, fora possível “não só colher farto material para a determinação das características antropométricas da população do Brasil como também iniciar alguns estudos de antropologia fisiológica”.¹⁶² Para este fim, o Museu teria organizado, ainda em 1922, um laboratório de fisiologia racial, onde se fariam estudos de dissecação humana e análise da conformação anatômica e fisiológica dos diferentes “tipos antropológicos”, especialmente para estudos de crânios coletados pelos cientistas da *Seção de Antropologia*. As pesquisas neste laboratório teriam contribuído, por exemplo, para a publicação de dois trabalhos de Roquette-Pinto sobre a antropologia fisiológica: *Contribution a l’anatomie comparée des races humaines*,¹⁶³ estudo que realizara em conjunto com Benjamim Baptista, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e Alberto Childe, integrante da Seção de Antropologia; e *Notas anthropometricas sobre os índios Urupás*,¹⁶⁴ no qual investigou, com o auxílio de Alberto Childe, os aspectos craniológicos e anatômicos deste grupo indígena.

¹⁶⁰ Estas informações constam nos ofícios que a direção do Museu Nacional, ou mesmo Roquette-Pinto, encaminharam a cientistas e instituições de diferentes regiões do país. Estes ofícios podem ser localizados no Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional (AAFMN – Série 2 – Antropologia Física - AF.T.2.1.005 e AFT.2.1.006).

¹⁶¹ Ofício de Celina Padilha ao Diretor do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 08/05/1923 (Semear – MN DR P.92 D.316-A).

¹⁶² Relatório da Seção de Antropologia e Etnografia, referente ao ano de 1922, encaminhado por Roquette-Pinto ao Diretor do Museu Nacional. Rio de Janeiro, p. 1 (Arquivo Semear – MN Relatórios Gerais, Caixa 1).

¹⁶³ Ver *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 1926, vol. xxvi.

¹⁶⁴ Ver *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 1925, vol. xxv.

Os resultados preliminares das pesquisas sobre os “tipos antropológicos” do Brasil seriam apresentados por Roquette-Pinto ainda em 1922, em função das comemorações do Centenário da Independência, e publicados, em fevereiro de 1923, na *Revista Folha Médica*. No relatório de atividades apresentado ao Diretor do Museu Nacional e encaminhado ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, destacava que, sob a sua direção, a equipe já havia realizado mensurações antropométricas em mais de 1700 indivíduos de todo o país e de diferentes tipos raciais, sendo 600 do sexo feminino e 1127 do sexo masculino. Segundo ele, embora os números ainda estivessem aquém do desejado, já era possível tirar algumas conclusões, uma vez que “os fenômenos biológicos estão sujeitos a leis que governam suas manifestações cíclicas”, de modo “que um maior número apenas viria elevar o vértice da curva de frequência”, sem alterar a média estatística.¹⁶⁵ Os números apresentados traziam dados sobre a estatura, o índice cefálico e o índice nasal dos diferentes tipos antropológicos do Brasil, que foram classificados por Roquette-Pinto em “brancos”, “mulatos claros”, “mulatos escuros”, “caboclos” e “negros”.¹⁶⁶ De acordo com estas informações antropométricas levantadas até aquele momento, já era possível ao antropólogo afirmar que a população “branca” do país representava 51,72% do contingente total, os “mulatos claros” 9,42%, os “mulatos escuros” 13,10%, os “caboclos” 11,37% e os “negros” 14,36%.¹⁶⁷

Os números referentes à estatura e aos índices cefálico e nasal seriam comparados também aos “tipos raciais” de outros países, especialmente os europeus, como os portugueses, espanhóis, italianos e alemães, e também aos guaranis, aos mongóis e aos negros de certas regiões da África. Apesar de não fazer comentários a este respeito, é possível dizer que a apresentação destas informações antropométricas, seguida da comparação com os “tipos antropológicos” estrangeiros, tinha por objetivo analisar a relação da população brasileira com aquelas que o antropólogo considerava as três raças matrizes da “espécie humanas”, a “raça branca”, a “negra” e a “amarela”, de onde teria se

¹⁶⁵ Relatório da Seção de Antropologia e Etnografia, referente ao ano de 1922.... idem, p. 3.

¹⁶⁶ Curiosamente, embora o próprio Roquette-Pinto tivesse realizado uma série de mensurações das populações indígenas, esse grupo não seria incluído nesses primeiros dados. A resposta para essa ausência, pode ser encontrada, talvez, como já aparecia em seu *Rondonia: Antropologia-ethnografia*, na afirmação de que os índios não deveriam ser incluídos como brasileiros, na medida em que mantinham hábitos e linguagem diferentes daquelas populações já assimiladas ao processo produtivo, a civilização e a cultura do país.

¹⁶⁷ Relatório da Seção de Antropologia e Etnografia, referente ao ano de 1922.... idem, p. 3-5.

originado os diferentes “tipos antropológicos”. Contudo, a despeito da apresentação destes dados, Roquette-Pinto preferia não apressar suas conclusões, uma vez que, em sua compreensão, ainda faltava analisar uma série de dados que sua equipe continuava pesquisando, sobretudo aqueles referentes aos aspectos anatômicos, fisiológicos e psicométricos, conforme a moderna antropologia física vinha determinando.¹⁶⁸

3.3. O diálogo com a “nova” antropologia física

Nos anos seguintes, Roquette-Pinto e sua equipe seguiriam este trabalho de elaboração do retrato antropológico do Brasil, não apenas levantando dados empíricos como também selecionando e analisando um farto material bibliográfico com estudos de antropologia física realizados em outros países. Ainda em 1924, Roquette-Pinto assumiria a chefia da *Quarta Seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia*, que vinha sendo ocupada de forma interina por ele próprio desde a licença solicitada por Domingos Sérgio de Carvalho, que passara a atuar como consultor do Ministério Agricultura, Indústria e Comércio. Neste mesmo período, além da aprovação de Heloísa Alberto Torres para o cargo de assistente de Roquette-Pinto, a Seção incorporaria cientistas importantes ao seu quadro de pesquisadores, como os antropólogos Alvaro Fróes da Fonseca e Raimundo Lopes da Cunha e o naturalista alemão Padberg-Drenkpol. Estes nomes teriam um papel decisivo no prosseguimento dos estudos de classificação dos tipos brasileiros, especialmente Heloísa Alberto Torres e Fróes da Fonseca, que atuariam mais diretamente ao lado de Roquette-Pinto.

O resultado completo da pesquisa seria finalmente publicado por Roquette-Pinto em 1928, nos *Archivos do Museu Nacional*, com o título *Nota sobre os typos antropológicos do Brasil*. No ano seguinte, o texto seria apresentado também como uma das conferências do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, compondo o volume I dos anais do evento.¹⁶⁹ Desde que fora anunciada a sua publicação, o trabalho vinha sendo aguardado com bastante entusiasmo por setores importantes da comunidade intelectual

¹⁶⁸ Relatório da Seção de Antropologia e Etnografia, referente ao ano de 1922.... idem, p. 5.

¹⁶⁹ Em 1933, o texto seria publicado também em seu livro *Ensaio de antropologia brasileira* (p.75-107).

brasileira, uma vez que Roquette-Pinto já havia se transformado numa figura bastante conhecida e respeitada no cenário nacional. Além da publicação de *Rondônia* em 1917, o autor acabara de editar *Seixos Rolados - estudos brasileiros*, livro no qual reunia alguns de seus principais ensaios antropológicos e etnográficos publicados em anos anteriores em jornais e revistas científicas. A publicação destas obras o credenciaria, inclusive, a fazer parte do seletivo grupo de intelectuais da Academia Brasileira de Letras a partir de 1928, ocupando a cadeira que fora de Silvio Romero e de Osório Duque Estrada, a quem viria substituir.¹⁷⁰

De outro lado, Roquette-Pinto também adquirira prestígio público e intelectual ao participar como o fundador e diretor da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a primeira instituição rádiodifusora do Brasil. Fundada em 1923 com o apoio da Academia Brasileira de Ciências, a Rádio Sociedade se notabilizou por sua exclusiva preocupação com a educação popular, a promoção da cultura e da divulgação científica (Duarte, 2010, 78-85). O nome de Roquette-Pinto também se tornaria respeitado no interior da comunidade científica brasileira pelo cargo que assumira como diretor do Museu Nacional, em 1926, função que viria ocupar tanto por indicação de Arthur Neiva, que dirigira a instituição entre 1923 e 1926, quanto do presidente Washington Luis, com quem mantinha relações pessoais já há alguns anos.

Neste período, como é possível perceber, o nome de Roquette-Pinto estava associado tanto à antropologia física quanto à educação, à radiodifusão e ao mundo das letras, atividades que se tornariam complementares em seu projeto intelectual. Como um positivista de primeira hora, ciência e educação cada vez mais apareciam como elementos importantes para a reforma e a organização nacional. Contudo, apesar destas diferentes atividades públicas, os estudos antropológicos não apenas continuariam sendo a sua principal preocupação intelectual, como também seria por meio deles que o antropólogo encontraria o caminho para expressar sua militância intelectual e o seu nacionalismo político. No texto em que publicara os resultados de suas pesquisas sobre os “tipos raciais” do Brasil, a antropologia física emergia, por um lado, como um guia para o conhecimento objetivo da realidade brasileira e, por outro, como um instrumento de poder, uma estratégia

¹⁷⁰ Em 1924 Roquette-Pinto já havia concorrido a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, na vaga deixada pelo poeta Vicente de Carvalho, por quem mantinha uma relação bastante próxima. Contudo, é derrotado pelo médico e escritor paulista Cláudio de Sousa (1876-1954), que havia se destacado no mundo das letras especialmente por suas peças de teatro, como *Flores de Sombra* (1913) e *O Turbilhão* (1921).

política, capaz de refutar os prognósticos negativos sobre o país e sobre o caráter antropológico dos brasileiros.

Deste modo, os estudos que Roquette-Pinto realizara por mais de 15 anos tinha como objetivo elaborar um retrato antropológico que pudesse demonstrar não somente quais eram as características raciais do Brasil, mas também compreender qual era a viabilidade biológica da população nacional. Para chegar a estas respostas, o antropólogo teria analisado centenas de fichas antropométricas com informações de “rapazes de todos os Estados, filhos e netos de brasileiros, de 20 a 22 anos, todos sádios e sujeitos às mesmas condições de vida” (Roquette-Pinto, 1929, 124). A grande maioria dos dados que analisara para a publicação de seu estudo, pode-se supor, fora coletada de soldados que integravam o quartel militar do Rio de Janeiro. Embora a equipe que trabalhava com Roquette-Pinto tivesse coletado informações antropométricas de crianças, mulheres e homens de diferentes idades e regiões do país, o antropólogo parece ter preferido selecionar um grupo de indivíduos para poder estabelecer critérios estatísticos de classificação e caracterização dos tipos antropológicos. Conforme ele próprio explicaria:

Em vez de me servir das fichas obtidas (cerca de 2000) e determinar as diferentes médias aritméticas, preferi fazer a análise dos tipos, realizando a seriação dos caracteres, de acordo com a sua frequência, conforme hoje se pratica em toda a biologia. (...) Foi mesmo por isso que, depois de estudar todas as fichas, procedeu-se à seleção mais rigorosa do material, abandonando grande número e só aproveitando as que se apresentavam isentas de quaisquer senões em relação com a técnica antropométrica adotada (idem, 124).

Sintonizados com os modernos estudos de antropologia física da época, Roquette-Pinto fizera a classificação dos tipos antropológicos a partir da análise das diferentes características físicas e constitucionais dos grupos raciais. Vale lembrar que, em sua concepção, o conceito de raça não deveria ser encarado como “uma expressão verbal, sem valia nem função”. Ao contrário, era por meio da idéia anatômica e fisiológica das raças que as pesquisas antropológicas visualizavam a única saída para aqueles que estudavam “com desejo de encontrar o caminho do progresso” (Roquette-Pinto, 1917, 126). Para se chegar ao conhecimento objetivo dos caracteres raciais, a antropologia deveria lançar mão

de um minucioso estudo da constituição física e orgânica dos indivíduos, desde a cor dos olhos e o tipo de cabelo, até a estatura, o perímetro do tórax, a força muscular, o índice cefálico e nasal e os efeitos do meio e da miscigenação. Tudo deveria ser analisado a partir dos mais recônditos detalhes do corpo humano, como “a estreiteza e a obliquidade da fenda ocular”, “a presença de uma pequena dobra cutânea junto ao canto interno” do olho, o “intumescimento da pálpebra superior, que encobre o rebordo ciliar e torna as pestanas pouco aparentes”, ou tão simplesmente o formato do “pavilhão da orelha”, que apresentava “especial interesse para a antropologia” (Roquette-Pinto, 1915, 27-28).

Como era freqüente desde o final do século XVIII, a medida e o formato corporal que os antropólogos mais dedicavam atenção nas primeiras décadas do século XX continuava sendo o índice cefálico, a relação entre a largura da cabeça e seu comprimento. A prática da análise craniana, aliás, era uma das principais práticas antropológicas empregadas nos estudos de Roquette-Pinto e de seus colegas do Museu Nacional. Como o próprio Roquette-Pinto explicava em seu *Guia das coleções*, “o estudo do crânio oferece particular interesse à antropologia”, uma vez que “as funções do cérebro são as mais características da espécie humana”. O antropólogo chegara mesmo a lembrar que a antropologia física tinha criado técnicas para medir a capacidade craniana, como a aferição da quantidade de “grãos de chumbo, de água, de areia, ou de outras substâncias que o crânio pode conter” (Roquette-Pinto, 1915, 32).

Apesar dessa afirmação, Roquette-Pinto teria evitado o emprego dos estudos craniométricos com o objetivo de aferir as diferenças mentais ou intelectuais entre os tipos antropológicos de constituição craniana diversa. Na verdade, o antropólogo entendia que era inútil procurar nas medidas do crânio, seja por sua forma ou por seu peso, calcular a capacidade física e intelectual dos indivíduos. Em sua concepção, conforme publicara num de seus ensaios de *Seixos Rolados – estudos brasileiros*:

A antropologia não se limita mais a medir crânios e a calcular ‘índices’ discutíveis, na esperança de poder separar as ‘raças superiores das ‘raças inferiores. Hoje a doutrina da igualdade vai ganhando terreno; ‘superiores’ e ‘inferiores’ são agora ‘adiantadas’ e ‘atrasadas’. As últimas lucraram com a mudança pois que ficou, assim, reconhecido o seus direito à existência que a ciência bastarda andou procurando contestar. E a antropologia, desanimando

de encontrar a verdade naquele mau caminho enveredou noutros atalhos mais felizes e agora, de maneira muito mais promissora, procura, entre outras coisas, verificar como as raças se transformam pela migração, pelo cruzamento e por outras influências (Roquette-Pinto, 1927, 90).

Neste sentido, como destacamos ainda no primeiro capítulo, Roquette-Pinto procurava se distanciar da antropologia física e da craniologia que se praticava no próprio Museu Nacional no último quartel do século XIX, conforme é possível perceber nos trabalhos de João Baptista de Lacerda e Rodrigues Peixoto. Para estes antropólogos, a análise craniana poderia servir tanto para identificar a origem racial de um determinado indivíduo, quanto para medir a sua capacidade intelectual ou seu grau de inferioridade, sua capacidade de acessar os valores da civilização ou sua proximidade com as formas mais selvagens de existência (Lacerda & Peixoto, 1876). Embora Roquette-Pinto continuasse colecionando medidas cranianas em suas análises antropológicas, o que lhe interessava de fato era poder identificar a que tipo antropológico pertencia esse ou aquele indivíduo. Desta maneira, o formato e as medidas da cabeça e da face continuariam sendo, portanto, o paradigma antropométrico empregado por Roquette-Pinto na classificação dos tipos antropológicos do Brasil, tendo em vista a importância que os índices cefálico e nasal tinham nesse processo de identificação racial.

Para fazer a coleta dos dados antropométricos, Roquette-Pinto e sua equipe de pesquisadores seguiam uma série de “normas e técnicas” que já vinha sendo adotadas pela moderna antropologia física. Em 1927, o antropólogo Álvaro Fróes da Fonseca publicou no *Boletim do Museu Nacional*, “consoante às instruções do professor Roquette-Pinto”, um trabalho que deveria servir como um manual sobre os métodos e as técnicas científicas empregadas nos serviços de mensuração antropométrica e de classificação racial realizadas no Museu Nacional. Em suas palavras, era de fundamental importância seguir as “normas vigentes em nosso meio” afim de que se evitasse “equivocos sobre resultados discordante, oriundos do emprego de técnicas diversas” (Fróes da Fonseca, 1927, 13). Neste trabalho, Fróes da Fonseca não apenas descrevia as principais técnicas e quais deveriam ser os dados anatômicos e fisiológicos privilegiados pelo antropólogo físico, como também indicava como proceder no momento da mensuração, quais eram os melhores equipamentos antropométricos e como utilizá-los durante a coleta de informações. Vale lembrar que o

próprio Roquette-Pinto assinalaria em suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil* que as técnicas empregadas em suas pesquisas estavam de acordo com normas publicadas por Fróes da Fonseca (Roquette-Pinto, 1929, p. 124).

Embora os antropólogos brasileiros seguissem, desde o final do século XIX, os métodos e as técnicas antropométricas da escola francesa de Paul Broca e seus discípulos, como Topinard, Bertillon e Manouvrier, a partir dos anos 1920 é a antropologia alemã que passaria a predominar nas pesquisas de Roquette-Pinto e de outros antropólogos ligados ao Museu Nacional, como Alvaro Fróes da Fonseca, Bastos de Ávila e Heloísa Alberto Torres. Em seu artigo sobre os tipos antropológicos do Brasil, Roquette-Pinto indicava que seus trabalhos se apoiavam especialmente nos estudos de Félix von Luschan, Rudolf Martin e Eugen Fischer, três nomes centrais na tradição antropológica daquele país.

Do primeiro, utilizara a escala cromática que fora criada para padronizar as classificações da cor da pele, em cuja escala Luschan definia seis tonalidades diferentes (muito claro, claro, intermediário, mediterrâneo, escuro ou marrom, muito escuro ou negro). Em relação às modernas técnicas antropométricas, Roquette-Pinto citava como referência importante para suas pesquisas a obra *Lehrbuch der Anthropologie*, publicada por Rudolf Martin em 1914 (Roquette-Pinto, 1929, 124). Do mesmo modo, no texto metodológico publicado em 1927, Fróes da Fonseca não apenas fazia referência a este livro, como também destacava a monografia publicada por Rudolf Martin em 1925 com o título de *Anthropometrie*, argumentando que as duas obras formavam as principais contribuições para as pesquisas que vinham sendo desenvolvidas no Museu Nacional (Fróes da Fonseca, 1927). Para ambos, embora Rudolf Martin tenha se ocupado da antropologia física num sentido mais restrito, o da classificação anatomo-fisiológica, suas contribuições teriam superado a clássica antropologia de Paul Broca, possibilitando o surgimento da antropologia moderna.¹⁷¹

É importante mencionar que Rudolf Martin se destacou por mais de duas décadas, entre 1910 e 1920, como uma das principais figuras da antropologia física alemã. Em 1916, em pleno período de guerra, assumira a prestigiada cadeira de antropologia da Universidade de Munich, em substituição a Johannes Ranke, outra figura dominante na

¹⁷¹ Roquette-Pinto, Edgard & Fróes da Fonseca, Alvaro. *Elementos da Antropologia*. Texto datilografado, 19 p., sem data (possivelmente de 1927), p. 3-4 (APERP – ABL).

tradição alemã (Proctor, 1988, 154). Como um integrante da geração liberal e humanista formada por Virchow, Bastian e o próprio Ranke, Rudolf Martin não apenas refutara o arianismo e o racismo científico então em voga, como também defendera a idéia segundo a qual as diferenças entre as raças humanas não deveriam ser vistas para além das diferenças físicas. Seu livro *Lehrbuch der Anthropologie* foi, aliás, uma das primeiras tentativas de sistematizar um modelo metodológico para a antropologia física alemã, tendo adquirido prestígio científico até pelo menos meados do século XX (Evans, 2010, 90-94).

A autoridade de Rudolf Martin era de tal modo reconhecida no campo da antropologia física, seja no Brasil quanto no exterior, que Roquette-Pinto não deixaria de citar em suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil* uma passagem de *Lehrbuch der Anthropologie*. Pode-se dizer que a referência valia tanto para justificar o modo como procedera durante a análise dos dados antropométricos, quanto para angariar maior legitimidade científica entre seus pares. Isso fica ainda mais evidente quando se destaca o fato de que a citação fora feita na própria língua alemã, sem o acompanhamento da tradução para a língua portuguesa, o que denunciava propositadamente a familiaridade que o antropólogo brasileiro mantinha com a tradição antropológica daquele país (Roquette-Pinto, 1929, 124).

O diálogo de Roquette-Pinto com a obra de Eugen Fischer, como veremos de forma mais detida no próximo capítulo, manifestava ainda mais claramente a centralidade dos alemães em seus estudos antropológicos. A pesquisa que Fischer realizara em 1908 entre os moradores de uma comunidade do Sudoeste da África, em região sob o domínio colonial alemão, aparece citado em quase todos os trabalhos desenvolvidos por Roquette-Pinto a partir dos anos 1920. Publicado em 1913 sob o título *Die Rehobother Bastards*, o livro formava uma volumosa obra sobre as características antropológicas dos diferentes grupos raciais daquela região, atentando especialmente para os efeitos da miscigenação entre os Boers (colonizadores alemães) e os nativos africanos. Sua pesquisa transformara-se rapidamente numa das obras mais reverenciadas entre seus pares, especialmente por ter sido um dos primeiros trabalhos a defender a aplicação dos estudos de hereditariedade humana como uma ferramenta essencial para a antropologia física, principalmente para as pesquisas de identificação dos tipos raciais (Proctor, 1988, 145; Massim, 1996, 122).

Vale lembrar que o estudo das classificações antropológicas foi central para os propósitos da antropologia física alemã, de modo que a taxonomia das raças humanas foi exaustivamente debatido ao longo do entre guerras. Além dos interesses que os estudos antropológicos apresentavam à política imperialista alemã para conhecer o caráter e os hábitos dos povos colonizados, não se pode perder de vista que a questão da classificação racial alimentava antigos debates políticos e científicos, como o arianismo e a supremacia nórdica, os efeitos da miscigenação, o tema das identidades nacionais ou mesmo as discussões sobre a unidade e a diversidade da espécie humana (Proctor, 1988, 149-152). Embora a obra de Eugen Fischer tenha ganhado notoriedade internacional, é preciso dizer que estudos semelhantes a *Die Rehobother Bastards* tornaram-se comuns na antropologia alemã de início do século XX. Muitos foram os antropólogos que viajaram para as colônias africanas com o objetivo de buscar informações sobre os cruzamentos raciais, para coletar dados antropométricos e identificar as variações ou padrões anatômicos e fisiológicos dos diferentes tipos raciais, especialmente aqueles de formação mestiça (Proctor, 1998; Massin, 1996).

Para o antropólogo brasileiro, o que mais atraía a sua atenção na leitura *Die Rehobother Bastards* fora, provavelmente, o fato de Eugen Fischer ter desenvolvido seus estudos com populações mestiças de europeus com nativos da África, o que se aproximava em muitos aspectos do caso brasileiro. Fischer demonstrara, aliás, que a miscigenação entre Boers e Hottentotes teria gerado uma população mestiça saudável, embora ele próprio não recomendasse o cruzamento racial de grupos distintos (Massin, 1996, 122-123). Outro aspecto que possivelmente chamou a atenção de Roquette-Pinto foi o exaustivo trabalho classificatório realizado pelo antropólogo alemão. Além do exame minucioso das medidas corporais (forma da cabeça, estatura, cor dos olhos, pigmentação da pele, etc.), Fischer reconstruiu genealogias familiares, reuniu uma série de fotografias, elaborou gráficos com dados sobre os fenômenos fisiológicos, como o tempo de crescimento, maturidade sexual e fecundidade (Massin, idem, 123; Teo, 2004, 89).

Pode-se dizer que o antropólogo brasileiro seguiu Eugen Fischer em muitos aspectos, inclusive no uso que fizera das leis da hereditariedade de Mendel para compreender o processo de miscigenação e de herança dos caracteres biológicos. Assim como procedera Fischer, Roquette-Pinto também elaborara em suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil* uma série de gráficos e tabelas com dados explicativos sobre as

características antropológicas das populações analisadas. Ainda a exemplo do que o antropólogo alemão fizera em *Die Rehobother Bastards*, Roquette-pinto também reproduziria ao final de seu trabalho uma série de fotografias com os perfis dos tipos raciais brasileiros, disposta como um verdadeiro retrato antropológico do país (Roquette-Pinto, 1928; 1929). Além disso, o antropólogo do Museu Nacional também iria conciliar os estudos de antropologia física com a genética, a eugenia, a psicofisiologia e a biometria, tal qual propusera Fischer ao definir suas pesquisas como a “nova antropologia biológica” (Massin, idem, 123-124).

Entre as ciências auxiliares dessa nova antropologia, a biometria aparecia como um recurso fundamental para lidar com uma série de dados, números e medidas antropológicas coletadas nas pesquisas de campo e nos laboratórios. Seguindo novamente o exemplo de Fischer, Roquette-Pinto destacava a importância dos estudos estatísticos desenvolvidos pelo britânico Francis Galton para o aperfeiçoamento do método biométrico e sua aplicação à moderna biologia. Embora chamasse a atenção para o fato de que os primeiros trabalhos biométricos tivessem surgido com o naturalista belga Adolphe Quetelet em 1835 e, mais tarde, divulgados por Adolphe Bertillon junto à Sociedade de Antropologia de Paris, teria sido o eugenista Francis Galton o principal responsável por transformar a biometria numa ciência importante para o exame do material antropológico e para os estudos eugênicos (Roquette-Pinto, 1929, 132).

Em seu trabalho sobre os tipos raciais do Brasil, a biometria é referenciada por Roquette-Pinto não apenas como um método capaz de organizar uma série de dados variáveis, mas também como um instrumento que aumentaria a cientificidade do empreendimento antropológico. De acordo com suas palavras, para poder calcular as estatísticas antropométricas, determinar a média aritmética e o coeficiente de variação das características de cada um dos tipos raciais analisados, “os processos biométricos são realmente preciosos”, uma vez que o emprego da matemática permitiria verificar, na desordem das medidas e das informações, a ordenação de determinados fenômenos. Isso seria possível, explicava ele citando Galton, devido à *lei da frequência* estatística, que possibilitava trabalhar com a noção de média matemática e de seriação (idem, 132-133). Para Roquette-Pinto, isso seria fundamental, pois permitiria, por exemplo, reunir e aproximar índices antropométricos dentro de determinados escalas ou padrões, cujos valores médios definiriam características raciais em comum. Foi isso que o antropólogo fez

ao diferenciar os tipos antropológicos brasileiros em quatro grupos principais, cujas características foram definidas pela frequência média das medidas e dos índices antropométricos levantados. Em relação a grande variação do índice nasal entre os mestiços, por exemplo, que variavam entre os índices 72, 78 e 84 (de acordo com a escala elaborada por Rudolf Martin), só era possível ligar os extremos da curva estatística a partir da frequência média determinada pela análise biométrica (idem, 128).

O uso que Roquette-Pinto fazia da biometria também seria compartilhada por outros antropólogos do Museu Nacional. Especialista em anatomia humana, Fróes da Fonseca entendia que a “cultura antropológica moderna”, que privilegiava o estudo fisiológico e o interesse pela morfologia constitucional das raças, era sustentada em grande medida pela aplicação da técnica biométrica (Fróes da Fonseca, 1927, 15). Além de fazer uso da biometria nos trabalhos antropológicos que desenvolvera no Museu Nacional, Fróes da Fonseca também teria lidado com esta metodologia em seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, como era possível perceber em sua tese para a cadeira de Anatomia Humana, apresentada em 1926 (Keuller, 2007, 209). O principal adepto da biometria no Brasil, no entanto, parece ter sido mesmo o antropólogo José Bastos de Ávila, que inclusive viria a substituir Fróes da Fonseca no Museu Nacional. O emprego da biometria aparecia tanto em sua tese de livre docência em anatomia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, defendida em 1925, quanto em *Questões da Antropologia Brasileira* (1935) e em *Antropometria e desenvolvimento físico: métodos e pesquisas de antropologia física* (1940), que seria prefaciada por Roquette-Pinto. Um dos capítulos do livro de 1935 trataria, aliás, especificamente das “Noções de estatística aplicada a biometria”, tema que tinha sido objeto de um de seus cursos de antropologia no Museu Nacional, ministrado em 1932 (Keuller, 2007, 219-220).

Para se adequar à “nova antropologia” de que falava Eugen Fischer, Roquette-Pinto entendia que a biometria era apenas mais uma das ciências que deveriam auxiliar no conhecimento racial do homem. Em seu ponto de vista, os diferentes estudos da moderna biologia, sobretudo aqueles desenvolvidos em laboratórios, eram fundamentais para o sucesso do antropólogo, uma vez que a antropologia física deveria ser vista como “a biologia comparada dos grupos humanos”, encarados do ponto de vista do sexo, da idade,

da constituição e da raça.¹⁷² Ao contrário da “velha antropologia”, que “perdia um tempo enorme discutindo a origem do homem e outras coisas remotas, problemas quase insolúveis”, lembrava Roquette-Pinto em artigo publicado no *Diário Nacional*, a “moderna antropologia é muito mais interessante e tem os seus problemas atuais, esse que é positivamente dominador: quais são os fatores da raça?”.¹⁷³ Na compreensão do antropólogo, a busca para esta resposta não podia se restringir tão somente ao estudo das formas e das características físicas. Era preciso entrar no laboratório e analisar a antropologia fisiológica das raças humanas, procurando compreender o modo como o organismo de cada grupo racial se constituía.

Não à toa, no início dos anos 1920, como já mencionamos, Roquette-Pinto dedicaria parte de sua atenção à reformulação do laboratório de fisiologia do Museu Nacional. Em seu relatório de atividades referente ao ano de 1921, é possível perceber o quanto estava sintonizado com as novas tendências dos estudos antro-po-biológicos:

Ao meu ver todo o Museu Nacional precisaria reorganizar os seus serviços de modo que além da taxonomia e da sistemática das espécies pudéssemos realizar aqui estudos realmente biológicos, dos mais interessantes. No que diz respeito à antropologia devo dizer a V. Exma. que a tendência moderna é para torná-la cada vez mais fisiológica, e nós aqui já começamos a realizar algo em tal direção.

Ainda em 1917, Roquette-Pinto destacava que embora a antropologia física não tivesse “atingido o grau supremo em que lhe foi marcado na hierarquia positiva”, esse ramo das ciências naturais era o que mais rapidamente se transformava, deixando de ser uma ciência especulativa ou uma “inútil pesquisadora de soluções impossíveis”. Segundo ele, a preocupação dos antropólogos com “a observação dinâmica das raças, dos tipos e dos próprios indivíduos” colocava a antropologia no caminho do progresso científico e da aplicação da moderna biologia. Distanciando-se da antropologia descritiva inaugurada em meados do século XIX, que por muito tempo se preocupou apenas com a caracterização

¹⁷² Roquette-Pinto, Edgard & Fróes da Fonseca, Álvaro. *Elementos da Antropologia*. Op.cit., p.1.

¹⁷³ Roquette-Pinto, Edgard. “Os fatores da raça”. *Diário Nacional*. São Paulo, 12/04/1929.

anatômica ou morfológica das raças e a busca de suas origens, Roquette-Pinto explicava que a antropologia fisiológica e psicofisiológica cada vez mais se impunham àqueles que se interessavam pelas “leis que governam a especial biologia das variedades” (Roquette-Pinto, 1917, 126).

Na verdade, o interesse de Roquette-Pinto pela fisiologia não era recente. Ainda nos 1910, sua proximidade com o fisiologista Alvaro Ozório de Almeida, com quem cursara a Faculdade de Medicina,¹⁷⁴ possibilitara desenvolver seus primeiros estudos fisiológicos no laboratório que seu amigo mantinha no Rio de Janeiro (Cruls, 1954, 10). O conhecimento que havia adquirido neste período permitiu, inclusive, que Roquette-Pinto atuasse como professor de fisiologia na Universidade de Assunción, onde fundara a referida cadeira e um laboratório para estudos fisiológicos. Ainda neste período, além de publicar um livro sobre fisiologia, intitulado *O conceito atual da vida* (1922), o antropólogo também seria nomeado, em 1921, como livre docente de fisiologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

No laboratório que organizara no Museu Nacional, além de contar com a assistência permanente de Fróes da Fonseca, Roquette-Pinto também teria recebido o auxílio de seu colega Alvaro Ozório de Almeida, que a partir de 1927 iria assumir a direção do laboratório a convite do próprio antropólogo, que neste período já atuava como diretor do Museu Nacional (Keuller, 2007, 175). Os trabalhos de antropologia fisiológica que realizara neste período teriam sido, aliás, centrais em suas pesquisas sobre os tipos antropológicos, na medida em que permitiram empregar técnicas e concepções científicas bastante modernas. Em sua compreensão, embora a descrição anatômica do corpo humano, como do crânio e da face, continuasse tendo um papel destacado na antropologia física, o estudo da constituição, da classificação e das diferenças entre as raças só alcançariam o

¹⁷⁴ Alvaro Ozório de Almeida foi uma das figuras mais próximas de Roquette-Pinto. Além da amizade pessoal que mantinham desde que ingressaram na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1901, ambos mantinham projetos e interesses comuns, sobretudo no campo da divulgação científica e da educação, como é possível perceber nos trabalhos que desenvolveram na Academia Brasileira de Ciências e na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Ao longo dos anos 1930, ambos atuaram juntos também na Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, ligada ao Ministério da Relações Exteriores do governo Vargas. Vale destacar que *Seixos Rolados (estudos brasileiros)*, livro de ensaios publicado por Roquette-Pinto em 1927, foi dedicado a Alvaro Ozório de Almeida.

progresso desejado se lançassem mão da fisiologia, responsável pelo conhecimento das funções mecânicas, físicas e bioquímicas do organismo.¹⁷⁵

Nesse processo de reformulação e modernização da antropologia, o estudo sobre genética, eugenia e psicofisiologia passaram a exercer uma função determinante nas concepções antropológicas de Roquette-Pinto. Não à toa, os estudos sobre os cruzamentos raciais, a imigração, a influência do meio, a hereditariedade e o temperamento psicológico das raças se transformariam em tema de alta relevância para a elaboração de suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*. Somente desta maneira, acreditava ele, a antropologia poderia compreender quais eram os elementos que de fato influenciavam a constituição dos grupos raciais. Neste aspecto, como já apontamos, Roquette-Pinto procurava incorporar as tendências científicas que mobilizavam os antropólogos mundo afora, especialmente na antropologia alemã e norte-americana, cujas tradições cada vez mais tornavam comum a associação entre a antropologia física e a moderna biologia. Vale destacar que além de nomes como Eugen Fischer, Felix von Luschan e Rudolf Martin, sua pesquisa antropológica também dialogava com Francis Galton, Karl Pearson, Charles Davenport, Franz Boas, Stanley Porteus, entre outros de renome internacional (Roquette-Pinto, 1928; 1929).

O retrato antropológico que Roquette-Pinto elaborou durante os anos 1920 sobre os “tipos brasileiros” estaria, portanto, em estreita consonância com as teorias científicas, os métodos e as técnicas que essa “nova antropologia” procura impor aos estudos raciais. Ao contrário da “velha antropologia”, que “perdia um tempo enorme discutindo a origem do homem e outras coisas remotas, problemas quase insolúveis”, lembrava Roquette-Pinto em artigo publicado no *Diário Nacional* de São Paulo, a “moderna antropologia é muito mais interessante e tem os seus problemas atuais, esse que é positivamente dominador: quais são os fatores da raça?” Conforme veremos a seguir, suas pesquisas sobre os tipos antropológicos do Brasil procuravam encarnar essa “nova antropologia” tanto como uma atividade científica objetiva, voltada para o conhecimento da moderna “antropobiologia humana”, quanto uma ferramenta política eficiente para reafirmar a viabilidade antropológica da população “brasileira”.

¹⁷⁵ Roquette-Pinto, Edgard & Fróes da Fonseca, Alvaro. *Elementos da Antropologia*. idem.

3.4. Os ‘tipos antropológicos’ do Brasil

Profundamente envolvido com as discussões sobre imigração e colonização do território nacional, Roquette-Pinto iniciava suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil* questionando o argumento de “respeitáveis capitalistas, agricultores e industriais”, que incansavelmente anunciavam a “falta de milhões de braços” para suprir as necessidades da produção e do progresso do país. Para estes, o Brasil carecia de mais imigrantes (Roquette-Pinto, 1929, 119-120). Para Roquette-Pinto, no entanto, “faltariam braços – se todas as existentes já estivessem com a sua capacidade normal esgotada, se todos os braços já estivessem utilizados com rendimento aceitável”. Fato que, em seu modo de ver, estaria longe de ser verdade, pois o que ocorria no Brasil seria antes a falta de aproveitamento da população nacional para o trabalho das fazendas e das fábricas. De acordo com os dados oficiais levantados em suas pesquisas, a produção individual, no Brasil, ficava muito aquém daquelas vistas em países vizinhos (Idem, 121-122).

A partir desta constatação, Roquette-Pinto questionava: qual era, afinal, o motivo da baixa produtividade dos brasileiros, ou de onde provinha a sua “insuficiência”? Seria uma “deficiência” de raça, ou faltava ao Brasil capacidade de organização política e social? Por ventura, seriam os “tipos raciais” do Brasil formados por “gente degenerada”, ou os problemas de seu “povo” deveriam ser atribuídos aos “maus expedientes” utilizados pela política de povoamento, como a violência contra os índios, a importação de escravos, a falta de “fiscalização” na escolha dos imigrantes e o abandono dos elementos nacionais? E apontando o objetivo principal que suas pesquisas antropométricas perseguiram, dizia: “visto que o seu modo de agir, na luta pela conquista da terra, não permite que se considere os mestiços do Brasil como gente moralmente degenerada, vejamos se as suas características antropológicas mostram sinais de decadência anatômica ou fisiológica; vejamos se é gente fisicamente degenerada” (idem, 123-124).

Com o objetivo, portanto, de compreender empiricamente a formação racial brasileira, Roquette-Pinto classificaria os tipos antropológicos em quatro grupos principais, cuja nomenclatura ele próprio iria inaugurar entre os brasileiros. Para o tipo branco, daria o nome de *Leucodermos*; para os mestiços originados do “cruzamento” entre brancos e negros, de *Phaiodermos*; para os mestiços de brancos e índios, de *Xanthodermos*; para tipo

negro, de *Melanodermos*. Segundo ele, outros tipos raciais existentes no Brasil, como os *Cafusos*, *Xibáros* e *Caborés*, não seriam incluídos em sua classificação por serem “numericamente insignificantes” (Roquette-Pinto, idem, 125). Além disso, conforme ressaltaria em artigo publicado na imprensa paulista, embora esses grupos formassem “tipos muito interessantes” e tivessem estabelecido, ao menos até o século XIX, grupos numerosos “em todas as regiões onde se deram encontros de índios e africanos”, hoje são tipos “que se pode considerar extinto”.¹⁷⁶

Em relação ao percentual de cada um dos grupos, Roquette-Pinto repetia os números que havia estabelecido em 1922, nos quais os *Leucodermos* (brancos) representariam mais da metade da população, 51%; os *Phaiodermos* (mulatos), 22%; os *Xanthodermos*, que ainda em 1922 eram por ele nomeados como caboclos, 11%; os *Melanodermos* (negros), 14%; e os indígenas, que em sua nova classificação não apareciam caracterizados, representavam 2% do contingente total. Aliás, a exclusão dos indígenas em sua classificação, apesar do antropólogo não justificar em suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*, deve-se, possivelmente, ao fato de os indígenas não serem considerados brasileiros, como ele próprio destacara em seu *Rondonia: anthropologia-ethnographia*. Em sua concepção, os indígenas deveriam ser protegidos e não transformados em cidadão brasileiros. Como todos sabem, dizia ele em 1917, “índio é índio, brasileiro é brasileiro”, uma vez que não se reconheciam como pertencentes ao Brasil, falavam línguas diferentes e tinham hábitos sociais e culturais diversos da população já assimilada, como os sertanejos, por exemplo (Roquette-Pinto, 1917, 201).

A despeito do emprego dessa nova nomenclatura racial, Roquette-Pinto não chegou a justificar o motivo pelo qual teria adotado nomes gregos para definir a classificação dos tipos raciais do Brasil. Destacaria apenas que a emprestara do antropólogo alemão Carl Heinrich Stratz, que em 1904 a teria utilizado pela primeira vez. De outro lado, apesar de a nomenclatura referir-se a cores da pele,¹⁷⁷ é importante destacar que esta característica física era uma preocupação secundária em seus estudos (Cunha, 2002, 281; 363). Importava em suas análises classificatórias considerar, antes de tudo, os índices cefálico e nasal, a estatura e o perímetro torácico dos indivíduos, cujos caracteres

¹⁷⁶ Roquette-Pinto, Edgard. “Os fatores da raça”. *Diário Nacional*. São Paulo, 12/04/1929.

¹⁷⁷ Os radicais gregos empregados por Roquette-Pinto, e que antecedem o substantivo *dermos* (pele), significam: *leukós* (branco), *melano* (mais escuro), *xanthós* (amarelo, amarelado); *phaio* (negro).

seriam herdados hereditariamente, independentes dos fatores geográficos ou climáticos. Quanto ao uso do conceito de “tipo antropológico”, Roquette-Pinto a empregava por compreender que o termo “raça” era mais abrangente e dizia respeito às três principais “variedades” da espécie humana (branca, negra e amarela). A noção de “tipo” possibilitava classificar as variantes antropológicas que estas três “raças” teriam dado origem a partir dos diferentes “cruzamentos raciais” (Roquette-Pinto, 1915, 23).

Roquette-Pinto analisou as características anatômicas e fisiológicas de cada um dos grupos brasileiros procurando compará-los com “tipos raciais” semelhantes existentes em outros países, cujos dados eram extraídos de antropólogos que desenvolveram estudos em diferentes lugares do mundo. Em relação aos *Leucodermos*, lembra que seus caracteres antropológicos não apenas “não denunciam degeneração” como “colocam esses tipos entre os mais bem dotados da raça branca”. Sua estatura média (1m65), por exemplo, estaria acima dos povos ibéricos e mediterrâneos, sendo que os *leucodermos* do sul do país, que apresentavam a pele mais clara e altura mais elevada (1m69), podiam ser comparados aos tipos brancos do norte da Europa (Roquette-Pinto, 1929, 125). Seu índice cefálico, relação centesimal entre o comprimento e a largura do crânio, de acordo com a escala criada pelo antropólogo alemão Rudolf Martin, colocavam esse tipo antropológico entre aqueles de moderada brachicefalia (crânio largo), muito próximo aos normandos e russos brancos. O índice nasal dos “brasileiros brancos”, por outro lado, “ocupa lugar de destaque entre os representantes das raças de nariz mais afilados (leptorrinos)”, próximo ao que é possível encontrar entre os ingleses, franceses e italianos.

Contudo, se a influência européia era acentuada nestes característicos como fator dominante, de acordo com as leis mendelianas da hereditariedade com as quais Roquette-Pinto lidava, a largura da face bastante saliente entre alguns dos *leucodermos* denunciaria, em suas palavras, a “influência do sangue índio” como fator dominante nos cruzamentos com os tipos amarelos. Do mesmo modo, a cor da pele “branca trigueira”, os cabelos “negros e ondulados” e os olhos “em geral escuros (pardos ou negros)”, também podem ser vistos como fatores que associariam os caracteres raciais dos *leucodermos* aos “cruzamentos” com indígenas e africanos (idem, 126-127).

O segundo maior contingente entre os tipos antropológicos do Brasil eram os *Phaiodermos*, “mestiços” originados dos “cruzamentos entre brancos e negros”. De

maneira geral, este tipo antropológico apresentava como características, segundo Roquette-Pinto, “pele parda mais ou menos escura”, conforme a escala do antropólogo alemão Félix von Luschan, “olhos escuros (negros ou pardos)”, “cabelos ulótricos”, estatura mediana e face estreita. A estatura média desse grupo, que Roquette-Pinto também se referia como “mestiços” ou “mulatos brasileiros”, se aproximava dos *leucodermos*, embora também apresentassem alguns tipos com altura elevada, perto de 1m73. Isso se devia, segundo ele, tanto a herança dos “negros Mandingo” e dos “Sudanezes”, quanto do cruzamento com “sangue branco dos leucodermos mais altos”. Mas a maior influência africana exercida sobre os *phaidermos* brasileiros se dava mesmo por conta dos negros vindos da costa ocidental da África, de onde teria saído o maior contingente de africanos, dentre os quais se destacavam aqueles da “região de Lagos, Abeokuta, Loanda, Mossamedes e Serra Leoa” (idem, 128).

Devido à ascendência de diferentes grupos, sejam de negros africanos ou de brancos brasileiros, os mulatos do Brasil formavam um tipo antropológico “pouco homogêneo”, cujas características se definiam como instáveis, “oscilando entre os extremos em que se firmam os progenitores”. Contudo, esses aspectos não deveriam ser vistos como elementos que pudessem denunciá-los como inferiores do ponto de vista constitucional. De acordo com Roquette-Pinto, aliás, “nenhum dos caracteres analisados (estatura, índice cefálico, índice nasal, perímetro torácico, comprimento da face, largura bizigomática, espirometria) permite considerá-los como tipos involuídos” (idem, 129)

Entre os *Phaiodermos*, o que mais chamava a atenção de Roquette-Pinto era a proximidade de características que existiam em relação aos *Leucodermos*, como podia ser percebido, por exemplo, por meio do índice nasal, considerado “o mais importante caracter antropológico”. Em suas palavras, “o confronto das curvas dos índices nasais de *Leucodermos* e *Phaiodermos* permite verificar que existem numerosos mulatos que, pelo esqueleto do nariz, se acham na vizinhança dos brancos ou, possivelmente, com eles confundido” (idem, 128). Neste sentido, Roquette-Pinto acabava por concluir que haveria entre os mulatos uma “acentuada tendência para a raça branca de que muitos se aproximam por diferentes caracteres”, muito mais do que aqueles “tendem à raça negra” (idem, 128-129). Como veremos no próximo capítulo, essa constatação sustentava o argumento segundo o qual os “mestiços do Brasil” tendiam ao branqueamento. Neste caso, o pressuposto do antropólogo seria justificado pela análise mendeliana dos “cruzamentos

raciais”, que apontavam boa parte das características antropológicas dos “brancos brasileiros” como fatores hereditários dominantes.

A mesma tendência teria ocorrido em relação aos *Xanthodermos*, os caboclos ou sertanejos que formavam, de acordo com seus próprios dados, 11% da população nacional. Em suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*, esse grupo era caracterizado como “tipos mestiços” muito próximos dos *Leucodermos*, os “brasilianos brancos”, como poderia ser visto em seus diversos caracteres raciais. Em relação a sua estatura, que oscilava entre 1m63 e 1m69, Roquette-Pinto argumentava que os índios mais altos do Brasil (Bororo, Karaja e Nahuquá) “pouco influíram no cruzamento” que teriam originado os xanthodermos (caboclos). Os que teriam dado maior número de “cruzamento” seriam aqueles de “pequena estatura (1,58 a 1,64)”, como “os Tupis, Aruak e Caraíba do extremo norte, alguns Gê do Sul da Bahia e de Minas”. Em sua conclusão, a estatura mais elevada dos *Xanthodermos* teria ocorrido, “francamente, por conta do sangue dos brancos” (idem, 129). Mas a característica que mais aproximaria esse tipo antropológico dos “brancos brasileiros” (*Leucodermos*) era mesmo o seu índice nasal, cuja “influência da raça branca é aliás notável”, concluía o antropólogo. Em suas palavras, embora o índice nasal denunciava a existência de dois tipos, o *leptorrino* (semelhante a dos brancos) e o *mesorrino* (próximo dos mulatos), “o movimento da curva faz-se no sentido da *leptorrinia*, como era de se esperar, visto que o nariz estreito e saliente é caráter mendeliano dominante sobre o nariz chato”, conforme a definição que Roquette extraíra do antropólogo alemão Eugen Fischer (idem, 130).

Como vimos no capítulo anterior, os sertanejos foram alçados por Roquette-Pinto, especialmente nos trabalhos publicados nos anos 1910, ao lugar de representantes principais da nacionalidade brasileira. Seguindo Euclides da Cunha e toda uma geração de intelectuais que se formou na virada do século, o antropólogo definira os sertanejos como uma “raça forte”, o “cerne da nacionalidade”, o elemento responsável por fazer a integração do litoral com o sertão (Roquette-Pinto, 1913; 1917; 1918). Em suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*, contudo, os *Xanthodermos* não receberam um tratamento diferenciado e nem mesmo foram caracterizados com os adjetivos que empregara na década de 1910. Isso ocorrera, provavelmente, porque a atenção de Roquette-Pinto deslocava-se ao longo dos anos 1920 e 1930 para o movimento geral dos tipos antropológicos do país, e não mais para um grupo em específico. Além disso,

conforme veremos nos próximos capítulos, seu interesse pelo tema da miscigenação, da imigração, da eugenia e das discussões em torno do racismo científico, movia sua antropologia mais para análise dos “cruzamentos raciais” envolvendo brancos e negros, assim como a contribuição desses mestiços na formação da nacionalidade, do que da presença indígena e sertaneja. Neste aspecto, Roquette seguiria uma tendência que iria se consolidar entre os intelectuais brasileiros a partir do final dos anos 1920, como era possível perceber em autores como Oliveira Vianna, Paulo Prado, Manoel Bomfim, Gilberto Freyre e Arthur Ramos, cujos trabalhos se dedicavam a compreender o processo de miscigenação e interação social entre negros e brancos no Brasil.

O último grupo racial caracterizado por Roquette-Pinto foram os *Melanodermos*, população negra que compunha 14% do contingente nacional. Apesar de sua estatura média ser igual a dos brasileiros brancos (leucodermos), em torno de 1m64, o antropólogo explicava que haveria um grupo de *melanodermos* cuja estatura (1m73) se destacava como a mais elevada entre os tipos antropológicos do Brasil, sobretudo aqueles que descendiam dos Mandingos africanos. Contudo, esse grupo representaria um contingente pequeno, uma vez que a grande maioria da população negra teria sido “importada” de regiões da África em que predominava os tipos de estatura pouco elevada, como os Yorubas, Minas e Angola (idem, 130-131).

De acordo com Roquette-Pinto, os caracteres antropológicos dos melanodermos são pouco homogêneos, como se pode perceber especialmente pelas características dos índices cefálico e nasal. Isso deveria ocorrer, acreditava ele, devido a uma “diferenciação local, muito possivelmente oriunda de velhos cruzamentos”, embora alguns atribuíssem à influência do meio. Não à toa, a forma da face encontrada em alguns dos *melanodermos*, ou mesmo o perímetro do tórax da grande maioria, eram atribuídos à “influência do cruzamento xanthodérmico” (caboclos) que ocorria especialmente no interior do país, conforme o antropólogo já havia ressaltado em seus trabalhos anteriores (Roquette-Pinto, 1917; 1918). De outro lado, a espirometria entre os negros do Brasil, que avaliava a função pulmonar e respiratória, os aproximava dos *Phaiodermos* (mulatos), o que ressaltava ainda mais a falta de homogeneidade antropológica. A própria braquicefalia dos negros brasileiros, que identificava o alargamento na forma do crânio, deveria ocorrer possivelmente por conta da influência dos caboclos, uma vez que os africanos em geral se caracterizavam pela dolicocefalia (crânios alongados) (1929, 131). Em relação a este

aspecto, aliás, Roquette-Pinto destacaria, anos depois, ser a braquicefalia entre os negros brasileiros uma “surpresa” que ainda “está exigindo, conforme o melhor critério científico, novas e mais amplas pesquisas. A minha descoberta precisa ser confirmada, corrigida ou contestada” (Roquette-Pinto, 1935, iii).

Em suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*, Roquette-Pinto não deixaria de destacar que era “quase certo que não existam hoje negros puros no Brasil, a não ser os centenários, vindos diretamente [da África]” (idem, 131). Além disso, conforme explicava em correspondência enviada em 1927 a Jarbas de Barros, médico e antropólogo paulista, as próprias “tribos” da África Ocidental, cuja região fornecera o maior contingente de negros para o Brasil, eram classificadas como tipos antropológicos pouco homogêneos. Não bastasse a presença de tribos diversas, haveria entre os africanos da costa ocidental, como Roquette-Pinto dizia ter lido nos estudos de Eugen Fischer, “profundas misturas na raça negra”, o que diferenciava “as tribos de parte a parte, causando grande variação”.¹⁷⁸ Vale lembrar que o próprio Roquette-Pinto mais de uma vez havia chamado a atenção para o fato de que a existência de “raças puras” não passava de uma falácia, uma vez que todos os “tipos raciais” apresentavam algum grau de miscigenação (Roquette-Pinto, 1913; 1918; 1927).

Como é possível perceber, o retrato antropológico desenhado por Roquette-Pinto procurava estabelecer aproximações entre os “tipos brasileiros” mais do que diferenciá-los. Embora destacasse a existência de determinadas variações entre os quatro grupos principais, tanto de ordem fenotípica quanto genotípica, o esforço do antropólogo era demonstrar uma tendência que vinha se processando no sentido da homogeneização dos elementos nacionais, estimulados acima de tudo pela miscigenação racial. Ao mesmo tempo em que os faiodermos (mulatos) e os xanthodermos (caboclos) tendiam a se aproximar dos leucodermos (brancos), os melanodermos (negros) sofriam a influência dos caracteres dominantes dos dois primeiros, o que parecia conduzi-los, na leitura mendeliana de Roquette-Pinto, cada vez mais aos tipos mestiços.

Contudo, assim como Euclides da Cunha, o antropólogo do Museu Nacional acreditava que país algum pudesse apresentar “unidade de raça”. Na verdade, dizia ele em artigo publicado em 1935, o Brasil não precisava de unidade racial para se tornar uma

¹⁷⁸ Correspondência de Roquette-Pinto a Jarbas de Vasconcelos. Rio de Janeiro, 12/02/1927 (APERP, ABL).

nação forte e civilizada.¹⁷⁹ Em sua opinião, “é preocupação ociosa e anticientífica pretender que o Brasil seja um dia habitado por um único tipo antropológico. Só os que, erradamente, confundem *raça* e *povo* desejam para este país aquela utópica unidade”. Essa afirmação contundente, porém, não eliminava a sua ambígua crença no futuro branqueamento da nacionalidade, ou na estabilização dos tipos antropológicos do Brasil cada vez mais próximos aos *leucodermos*, como veremos com mais detalhes no próximo capítulo. Seja como for, Roquette-Pinto não acreditava que os “tipos da raça branca poderão um dia por si só crescer e dominar o país” sem a presença das “gotas de sangue amarelo e negro”, fundamentais para a “aclimatação ao nosso meio” (Roquette-Pinto, 1929, 147).

Uma das grandes questões que mobilizavam seus estudos classificatórios consistia, aliás, justamente em caracterizar os tipos antropológicos a partir de uma tipologia que desse conta desse paradoxo presente no pensamento brasileiro: a idéia de que os tipos tendiam a estabilidade, sempre em direção ao branqueamento, ao mesmo tempo em que se constatava a presença de uma grande diversidade de tipos. Para a grande maioria dos pensadores brasileiros, conforme Roquette-Pinto explicaria em 1935, o “povo brasileiro” teria resultado de “um vasto cruzamento e em múltiplas direções”, de tal modo que seria difícil falar da formação futura de “nossa gente”. Mas seria isso verdadeiro do ponto de vista dos modernos estudos antropológicos? indagava ele. Além disso, teriam se formado, “nessa contingência, tipos definidos que possam indicar algum trabalho útil de seleção em marcha para melhores condições, ou nada se poderá esperar, cientificamente, da mescla tumultuária secularmente processada? Se já existiu alguns tipos em elaboração, serão precários e deficientes os seus característicos?”.¹⁸⁰

Embora Roquette-Pinto não ignorasse o fato da população do Brasil ser constituída por mais do que quatro tipos antropológicos, entendia que era preciso estabelecer gradações e fronteiras entre os diferentes grupos a partir da frequência aproximada de certos traços ou características. Como veremos no próximo capítulo, o antropólogo entendia que os cruzamentos raciais deveriam ser vistos como ‘combinação de caracteres’, e não como ‘caldeamento’, ‘mistura’ ou ‘fusão’. Isso significava dizer que os

¹⁷⁹ Roquette-Pinto, E. “As raças e a unidade nacional”. *Boletim de Ariel*. Rio de Janeiro, out. 1935, s/p (recorte avulso, FPERP-ABL)

¹⁸⁰ Idem.

tipos antropológicos apresentavam características passíveis de serem agrupadas a partir de referenciais físicos e hereditários comuns. Os cruzamentos não formariam indiscriminadamente novos tipos raciais, mas sim tipos que tendiam sempre para a estabilidade de traços, o que o permitia projetar, a partir dos modernos estudos científicos, uma classificação mais homogênea.

A nomenclatura classificatória empregada por Roquette-Pinto para identificar os tipos antropológicos do Brasil seria saudada por seus contemporâneos como prova de uma renovação científica importante para a ciência brasileira, pois se tratava da primeira tentativa de imprimir critérios ‘científicos’ específicos de aferição de dados morfológicos e ‘raciais’ entre a população nacional (Cunha, 2002, 281). Além disso, seu esforço por criar uma terminologia científica, supostamente mais objetiva, padronizada e universal, possibilitava que os antropólogos pudessem lidar com a caracterização racial brasileira de forma a não ficarem submetidos às generalizações classificatórias “não-científicas”, utilizadas no Brasil de forma irrestrita, conforme o uso que autores como Silvio Romero, Nina Rodrigues, João Baptista de Lacerda até Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha teriam feito.

Apesar disso, seu método classificatório também despertaria a contestação por parte de seus pares, como Oliveira Vianna, por exemplo, que a considerou como similar “a velha classificação popular e puramente empírica dos nossos tipos étnicos (branco, caboclo, negro e mulato), a que as denominações gregas revestem de um colorido científico”. Embora reconhecesse a autoridade de Roquette-Pinto como o “grande mestre em antropologia”, Oliveira Vianna entendia que sua classificação “parece pouco suscetível de ser aproveitada utilmente, para os estudos das raças aqui fixadas”, pois ignorava a existência de uma enorme variabilidade entre os tipos antropológicos do Brasil (Vianna, 1959 [1932], 183-184). Na compreensão de Oliveira Vianna, seria impossível classificar a população branca do Brasil, que Roquette-Pinto chamara de *leucodermos*, a partir da definição de um único tipo antropológico. O mesmo valeria também para os negros, cuja origem africana diversa definia a sua constituição racial como amplamente heterogênea. Deste modo, concluía o escritor fluminense, “não havendo um tipo único negro, nem também um único de branco, não é possível, em face das leis da herodologia étnica, a constituição de um tipo único para os produtos do cruzamento destes tipos tão diferentes e tão heterogêneos” (idem, 187-188). Ou seja, a população mestiça também formaria um

contingente bastante heterogêneo, não cabendo na classificação características dos *phaiodermos*, como queria o antropólogo do Museu Nacional.

Em 1934, a propósito do prefácio que prepara ao primeiro volume dos *Estudos Afro-Brasileiros*, que fora organizado por Gilberto Freyre, Roquette-Pinto respondia a crítica de Oliveira Vianna explicando que “ao estudar as características antropológicas dos brasileiros, para delimitar, tanto quanto possível, objetivamente, os tipos que vem emergindo da grande massa dos mestiços, considereirei que os nomes vulgares preto, caboclo, mulato, etc., estavam secularmente consagrados a todo indivíduo pertencente aos contingentes raciais, sem qualquer definida caracterização antropológica sistemática”. Segundo ele, “no grande grupo dos mulatos”, sua análise antropológica havia revelado a existência de três tipos mais bem caracterizados, cujos traços antropológicos poderiam ser aproximados. Para estes mestiços já diferenciados, acreditava Roquette-Pinto, era possível agrupá-los em torno de uma única classificação, a que chamara de *phaiodermos*. O mesmo também poderia ser dito dos “tipos brancos, em que distingui pelo menos 2 leucodermos e para os tipos negros, nos quais aparecem 3 melanodermos”, cujas características apontariam para tipos cada vez mais estáveis. Neste sentido, concluía o antropólogo do Museu Nacional:

Os que leram apressadamente os meus trabalhos, concluiram, ingenuamente, que eu apenas batizei de nomes gregos os nossos velhos conhecidos. (...) Que, por extensão, alguns chamem leucodermos aos brancos do Brasil, *phaiodermos* aos mulatos, *xanthodermos* os caboclos e *melanodermos* aos negros, não vejo em verdade grande mal; mas o que ressalta luminosamente de tudo quanto deixei dito há muito tempo é que se todo *phaiodermos* são mulatos, nem todos os mulatos são *phaiodermos* ... O mesmo se dirá dos outros (Roquette-Pinto, 1934, II-III).

O argumento de Roquette-Pinto consistira, como é possível perceber, não apenas em destacar uma relativa homogeneidade antropológica existente entre os tipos brasileiros, como também defender a própria cientificidade de sua classificação. Embora o uso da nomenclatura grega substituísse em grande medida os referenciais tipológicos já popularizados entre os brasileiros (brancos, negros, mulatos e pardos), Roquette-Pinto

entendia que essa classificação não tinha um caráter científico, uma vez que se baseava tão somente na cor da pele. Apesar de sua terminologia grega derivar exatamente das diferentes tonalidades de pele, o antropólogo entendia que esse era um critério insuficiente, passível de sofrer alterações quando em contato com climas ou meios diferenciados. O que estava em jogo nesse debate, portanto, era a tentativa de impor uma classificação racial que pudesse substituir a terminologia popular, vista como pouco objetiva, por uma estritamente científica, na qual a análise minuciosa dos dados antropológicos pudesse aferir maior veracidade às descrições anatômicas, fisiológicas ou mesmo psicológicas.

3.5. O caráter psicológico dos brasileiros

Acompanhando o interesse da moderna antropologia física pelo estudo dos temperamentos psicológicos das raças, Roquette-Pinto também se preocupava em classificar os brasileiros de acordo com o seu caráter psicofisiológico. Vale lembrar que nas primeiras décadas do século XX, sobretudo no período entre-guerras, a antropologia física procurou na psicologia das raças a explicação para relação entre a biologia constitucional dos indivíduos e seu temperamento. Como lembrou Maria Stela Bresciani, se para a antropologia física deste período raça era definida enquanto um fato biológico, para a psicologia era uma questão de psico-fisiologia humana (Bresciani, 2007, 275). Para muitos antropólogos, aliás, a “conduta” e a “disposição mental” era parte da natureza de cada um dos grupos raciais, de modo que não se poderia pensar na diferenciação dos tipos antropológicos sem levar em consideração a classificação de seu “caráter psicológico”. O antropólogo alemão Eugen Fischer, de quem Roquette-Pinto fora um leitor entusiasmado, teria sido um dos primeiros a associar os estudos de antropologia física às questões da diferenciação dos temperamentos raciais, conforme aparecia no trabalho que publicara em 1913 sobre os mestiços de uma pequena comunidade do Sudeste da África (Proctor, 1996, 156). Anos depois, estudos como estes se tornariam freqüentes no campo da antropologia, seja para auxiliar na classificação das raças e dos tipos nacionais, seja para distinguir comportamentos morais e capacidades intelectuais (Richards, 1997, 69-70).

A ligação de Roquette-Pinto com essa tradição antropológica ficava evidente já em seus primeiros trabalhos de caracterização dos tipos brasileiros. Ainda nos anos 1910, explicava que a “classificação das raças humanas” em diferentes grupos teria a “vantagem de levar em conta, não somente as características anatômicas dominantes nas variedades principais da humanidade, mas também os traços da psicologia de cada uma”. E referindo-se a diferenciação proposta por Augusto Comte, lembrava que “a raça branca foi denominada raça especulativa ou intelectual; a raça amarela, raça ativa; a raça negra, raça afetiva” (Roquette-Pinto, 1915, 24). Em suas classificações sobre os tipos sertanejos, realizadas ainda nos anos 1910, chamava a atenção para a importância de se estudar as “manifestações psíquicas” das populações do interior do país, contribuindo para fortalecer a identidade dos tipos antropológicos profundamente nacionais. Assim, o gaúcho é descrito como um tipo de “iniciativa pronta, o ímpeto feroso, o ardor vibrante”, enquanto o jagunço nordestino era caracterizado pela “firmeza e resistência” de sua psicologia, sua ação calculada e fria e por sua tenacidade (Roquette-Pinto, 1918a, 37).

Assim como seus contemporâneos, Roquette-Pinto também associava o temperamento das raças a suas características fisiológicas. Embora se opusesse a idéia da “doutrina antropológica da desigualdade”, uma vez que em sua compreensão não haveria raças superiores e inferiores, a classificação psicológica que fazia dos diferentes tipos antropológicos apontavam para certas desigualdades de atributos constitucionais. Em suas palavras, conforme argumentava em artigo publicado na *Revista do Brasil*, o “conceito de hierarquia das raças, um dos temas prediletos do diletantismo científico”, não passaria de uma fábula que os países imperialistas haviam criado para justificar o domínio sobre os “povos negros e amarelos” (Roquette-Pinto, *idem*, 34). Contudo, não se poderia negar que “as raças humanas diversificam-se efetivamente”, de modo que tanto os “atributos do corpo”, quanto “o tipo cerebral de cada qual, não permitem que se as considerem no mesmo grau de semelhança”. De acordo com seus pressupostos, as raças se diferenciariam uma das outras do mesmo modo que “as radiações do espectro” eletromagnético: sempre no mesmo nível, uma vez que “do vermelho ao violeta, todos os raios ocupam o mesmo plano”. Neste sentido, continuava ele em sua comparação entre os atributos raciais e os efeitos das radiações do espectro:

É inegável que há raças mais inteligentes; outras mais sentimentais e terceiras mais pertinazes. Também no espectro há raios caloríficos, raios luminosos e raios actínicos. Ireis pedir calor dos raios ultra-violetas, e se o vos não derem chamá-lo-eis de *inferiores*? Buscareis luz nos raios infra-vermelhos, e como eles só vos podem fornecer calor, diríeis: *raios inferiores*? E se pedísseis luz a estes e àqueles, e nenhum vo-la desse, porque só tem calor e força actínica, gritareis: *inferiores*? Não. As raças não se podem colocar em planos de altura diferentes, como as zonas do espectro não se podem adiantar ou atrasar, senão em intensidade. Se a vossa fantasia vos levar a exigir do *negro* a inteligência que não é o grande apanágio de sua feição psíquica; do branco, a *paciência* do amarelo, e deste a *sentimentalidade* étnica de todos, será brilhantemente documentada, cada qual de sua vez... E tereis assim realizado, porventura, a observação científica das raças? [grifo no original] (idem, 32-33).

Para Roquette-Pinto, portanto, haveria em cada tipo racial um temperamento psicológico diferenciado, fruto de sua própria constituição *antropofisiológica*, como uma característica permanente e involuntária. Sua crítica à “doutrina da desigualdade” racial encontraria o seu limite naquilo que ela própria procurava se opor: a preservação de uma crença biologicamente determinista, conforme a metáfora do espectro eletromagnético deixa entrever. Neste sentido, como já destacou Ricardo Ventura Santos, é possível perceber na antropologia de Roquette-Pinto “a convivência de uma lógica, a que enfatiza as desigualdades, com outra, a que nega a possibilidade de se estabelecerem hierarquizações”, como podemos perceber na ambígua expressão “desigualdade no mesmo nível” (Santos, 2002, 126).

Essa ambigüidade também estava presente em suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*, especialmente no estudo da caracterização psicológica da população brasileira. Além da diferenciação dos caracteres físicos, Roquette-Pinto também se preocupava em elaborar um retrato de como eram constituídos os tipos brasileiros do ponto de vista de seu “temperamento racial”. Para desenvolver esse trabalho, o antropólogo brasileiro inspirara-se acima de tudo no extenso estudo que o antropólogo e psicólogo Stanley Porteus, com o auxílio do seu assistente Morjorie Babcock, realizaram junto à população do Havaí, território anexado pelos Estados Unidos em 1900. O resultado dessa pesquisa seria publicado em 1926, com o título *Temperament and Race*, sendo reconhecido

no mundo todo, e de forma imediata, como um dos principais clássicos neste campo (Stannard, 1999, 90). De acordo com a avaliação do próprio Roquette-Pinto, o livro era “a mais notável tentativa até hoje realizada para a caracterização psicológica das raças” (Roquette-Pinto, 1929, 140).

Como diretor do Laboratório de Psicologia da Universidade do Havaí, e um especialista no estudo da psicologia das raças, o australiano Stanley Porteus e seu assistente, também professor daquela universidade, encontrara na ilha do Pacífico, habitada por imigrantes de diferentes nacionalidades, o lugar perfeito para suas pesquisas (Stannard, idem, 96). Após analisar o temperamento racial e o índice de eficiência dos seis maiores grupos raciais daquela ilha (japoneses, chineses, havaianos, portugueses, porto-riquenhos e filipinos), os autores concluíam que a psicologia das raças não poderia ser dissociada de sua natureza fisiológica. Deste modo, explicavam eles, a identificação racial de um homem deveria ser visto como “um dos fatos mais significantes e importantes sobre si mesmo; importante no significado de sua composição física, de sua personalidade e de sua perspectiva espiritual e mental” (Porteus & Babcock, 1926, v). De outro lado, o resultado de suas pesquisas apontava a existência de diferenças mentais bastante acentuadas entre um grupo e outro, o que definia também a existência de uma clara hierarquia racial. Os tipos híbridos originários de amplos cruzamentos, como os porto-riquenhos, ou mesmo os filipinos, eram situados na escala mais inferior dessa hierarquia, apresentando reduzidos coeficientes de eficiência racial. Para Porteus e Babcock, conforme destacavam de forma sarcástica, o dinheiro gasto pelo estado com a educação desses “tipos inferiores”, considerando seus “baixos níveis de inteligência”, era semelhante ao dinheiro investido na recuperação de “idiotas” e “imbecis”, era recurso jogado fora (idem, 307).

Apesar de considerar o estudo destes autores como uma obra “interessantíssima, cheia de notas curiosas e inegavelmente escrita com acentuado espírito crítico”, Roquette-Pinto não deixaria de se opor ao resultado de suas pesquisas, como a condenação feita aos tipos mestiços. O que mais chamara a atenção do antropólogo brasileiro fora o capítulo em que Porteus e Babcock comparam a psicologia dos grupos raciais do Havaí, cujas conclusões seriam “os pontos fracos das pesquisas empreendidas”. A metodologia utilizada pelos autores para medir os diferentes “índices de eficiência racial” apresentaria tantas “falhas” que eles próprios não teriam conseguido escondê-las de seus leitores (Roquette-Pinto, 1929, 140). Conforme Roquette-Pinto comenta em suas *Notas sobre os tipos*

antropológicos do Brasil, Porteus e Babcock diferenciaram as habilidades dos seis principais grupos raciais do Havaí a partir de “depoimentos” obtidos de 25 “pessoas conhecedoras da terra e da gente”, entre os quais havia administradores de fazendas, chefes industriais, médicos e educadores (idem, 141). Nesta pesquisa, ainda de acordo com os comentários de Roquette-Pinto, os autores teriam enviado um questionário aos 25 “juízes” solicitando que eles atribuísem notas, de 0 a 5, considerando as seguintes características psicológicas dos diferentes grupos raciais: previdência, resolução, estabilidade, auto-controle, prudência, auto-determinação, fidelidade (dependability) e conciliação. A população selecionada para a avaliação dos 25 “juízes” fazia parte de um grupo de trabalhadores, quase todos dedicados à indústria açucareira, tanto da parte agrária quanto do setor de mecânica da produção (idem, 141-142).

O resultado obtido pelos autores seria reproduzido por Roquette-Pinto de acordo com cada uma das características psicológicas, destacando-se as avaliações dos grupos raciais que interessavam ao antropólogo brasileiro: japoneses, chineses, portugueses e porto-riquenhos (idem, 142). De maneira geral, os japoneses receberam avaliações positivas para todas as características, com exceção da capacidade de conciliação (nota 1,88); em seguida foram avaliados positivamente os chineses, que receberam as notas mais altas por sua auto-determinação (4,28), fidelidade (4,72) e conciliação (3,96); os portugueses, por sua vez, foram classificados numa posição intermediária, identificados de forma negativa especialmente quanto à capacidade de resolução (2,64), auto-controle (2,44), prudência (2,64) e conciliação (2,28); por último, de acordo com os quatro grupos que interessavam o antropólogo brasileiro, os porto-riquenhos foram classificados na escala mais baixa da “eficiência racial”, ficando a frente dos portugueses e japoneses somente no que diz respeito à capacidade de conciliação (idem, 142-143).

De acordo com Roquette-Pinto, os autores teriam justificado a inferioridade dos porto-riquenhos por sua ampla miscigenação, conforme transcrevera do livro *Temperament and Race*: “Racially the Porto Rican is a hybrid of widely different blood stains, a mixture of spanish, negro, and aboriginal Indian – (como os brasileiros) – so that in his racial affinities he may be said to out-Mexican the Mexican. He shows the worst qualities of the Portuguese and the Philipino...” (Roquette-Pinto, idem, 143). Contudo, os autores teriam ignorado que “a posição ocupada pelos japoneses, nesse inquérito antro-opsicológico, é mais uma prova brilhante contrária aos que maldizem os cruzamentos”, afirmava Roquette-

Pinto em tom de ironia. Segundo ele, não se poderia esquecer que os japoneses são amplamente híbridos, “derivados de velhos cruzamentos entre os tipos humanos que também concorrem no Brasil: ainos (brancos), mongóis (amarelos) e indonésios (negróides) (idem, 144). Tanto os porto-riquenhos quanto os japoneses, portanto, eram híbridos semelhantes aos tipos antropológicos brasileiros, que, segundo as pesquisas desenvolvidas por Roquette-Pinto no Museu Nacional, não apresentavam qualquer estigma de degeneração. Além disso, Roquette-Pinto também questionava a avaliação psicológica feita sobre os portugueses, que o antropólogo considerava o principal elemento racial na formação dos tipos brasileiros.

Algo na pesquisa de Porteus e Babcock estaria, por estes motivos, plenamente equivocado. Suas “falhas” estariam “luminosamente” presente no “simples enunciado do método e dos resultados apresentados”, concluía Roquette-Pinto (idem, 144). Primeiro, os autores teriam determinado o “Racial Efficiency Index” sem levar em consideração as próprias conclusões colhidas em relatórios de oficiais do “*Bureau of Immigration*”, que para Roquette-Pinto deveria servir como uma referência importante no julgamento dos psicólogos (idem, 140). Em segundo lugar, a avaliação das 25 autoridades sobre as características mentais dos portugueses, por exemplo, deveria ser guiada somente “pela suas próprias experiências passadas”, e não “pela consideração da ‘presente condition of affairs in plantation work’”. Como “os portugueses freqüentemente ocupavam os postos de responsabilidade”, muitas vezes “empregos qualificados ou semi-qualificados”, estes poderiam estar acima dos coeficientes médios de seu grupo racial, não sendo possível incluí-los na avaliação dos “juizes” (Idem, 141). Por último, e o mais importante talvez para Roquette-Pinto, os autores “se *esquecem* de dizer se não eram norte-americanos os tais 25 juizes”, uma vez que era conhecida a oposição das autoridades daquele país em relação aos mestiços latinos. Na opinião do antropólogo brasileiro, “é quase certo que os 25 juizes eram norte-americanos” (idem, 143).

A contrariedade de Roquette-Pinto em relação aos resultados da pesquisa de Porteus e Babcock, conforme aparece em suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*, o estimulava de tal modo que o antropólogo resolvera fazer uma pesquisa semelhante entre os brasileiros. Utilizando-se do mesmo questionário que Porteus e Babcock encaminharam aos 25 juizes norte-americanos, o antropólogo do Museu Nacional solicitou que 15 autoridades brasileiras opinassem sobre as características psicológicas dos

diferentes tipos brasileiros. O grupo de avaliadores, formado por naturalistas, médicos, professores, engenheiros, militares e fazendeiros, eram pessoas “conhecedoras profundas da terra e da gente, dotadas de alto censo crítico, representante das diversas raças”, explicava Roquette-Pinto procurando se distinguir do método “equivocado” empregado pelos autores de *Temperament and Race* (idem, 145). O resultado do inquérito, considerando a atribuição de notas de 0 a 5 para os quatro principais tipos antropológicos classificados por Roquette-Pinto, assim aparecia:

Previdência		Sugestibilidade		Impulsividade		Decisão	
Leucodermos	4,50	Phaiodermos	4,10	Phaiodermos	4,00	Xanthodermos	4,20
Phaiodermos	3,00	Melanodermos	3,80	Xanthodermos	3,60	Leucodermos	4,00
Xanthodermos	2,40	Xanthodermos	2,60	Leucodermos	3,10	Melanodermos	3,50
Melanodermos	1,70	Leucodermos	2,30	Melanodermos	2,80	Phaiodermos	3,40
Self-Control		Pertinácia		Conciliação		Fidelidade	
Xanthodermos	4,20	Leucodermos	4,50	Phaiodermos	3,80	Xanthodermos	3,80
Leucodermos	4,00	Xanthodermos	4,00	Leucodermos	3,50	Melanodermos	3,70
Melanodermos	3,10	Phaiodermos	2,70	Melanodermos	2,80	Leucodermos	3,60
Phaiodermos	2,20	Melanodermos	2,50	Xanthodermos	2,50	Phaiodermos	1,50

Como se pode perceber, a pesquisa realizada por Roquette-Pinto não negava a existência de desigualdades na formação da psicologia das raças. Para ele, como vimos anteriormente, essa era uma lei da natureza humana inquestionável. Contudo, os resultados do inquérito rebatiam àqueles apresentados por Porteus e Babcock, na medida em os negros (melanodermos), os mestiços (Phaiodermos) e os caboclos (xanthodermos) não eram situados entre os “tipos inferiores” da escala racial. Na compreensão de Roquette-Pinto, portanto, haveria desigualdade entre os tipos brasileiros, mas não hierarquias. Em muitos casos, as características mentais dos tipos antropológicos do Brasil, que muitos consideravam “inferiores”, eram classificadas como altamente positivas, como é possível

observar, por exemplo, na capacidade de decisão e no autocontrole. De maneira geral, características como estas eram normalmente atribuídas aos povos caucasianos, considerados pela grande maioria dos antropólogos físicos como “povos superiores”, seja por suas capacidades mentais inatas, seja pelo desenvolvimento da civilização européia, caracterizada como sociedades mais racionais.

De outro lado, porém, a pesquisa não deixava de reproduzir idéias comuns à época, segundo as quais as características temperamentais ligadas às emoções ou à afetividade, àquelas que independiam das capacidades intelectuais ou do *ethos* civilizatório, como a impulsividade, a conciliação, a sugestibilidade e a fidelidade, eram predominantes entre os mestiços (phaiodermos) ou mesmo entre os caboclos (xanthodermos). Explicações como estas poderiam ser encontradas tanto entre os escritores brasileiros da passagem do século XIX para o XX, dos quais se destacam Silvio Romero, Aluísio de Azevedo, Nina Rodrigues e João Baptista de Lacerda, quanto nos anos 1920 e 1930, como em Oliveira Vianna, Paulo Prado, Afrânio Peixoto e mesmo em Gilberto Freyre, autor dos mais lidos entre os “intérpretes” do Brasil. Na leitura destes autores, cada um a seu modo, negros, brancos, mestiços e indígenas se caracterizavam por capacidades mentais, comportamentos e temperamentos claramente diferenciados. Enquanto a população branca era identificada por seus valores civilizados, como a previdência, a austeridade, o comedimento e a racionalidade, a população de origem africana, indígena e mestiça era associada, como vimos na própria leitura de Roquette-Pinto, aos sentimentos e emoções ligadas à natureza, como a impulsividade e a sensualidade. Para alguns desses escritores, os mestiços apresentavam comportamentos ou temperamentos profundamente imorais, especialmente em relação à sexualidade, ocasionados tanto por sua formação racial mestiça quanto pela ausência de valores civilizatórios.

Seria a partir dos anos 1920, inclusive, que os escritores nacionais mais se voltariam para a definição do caráter psicológico dos brasileiros. O tema era tão recorrente que o escritor paulista Mário de Andrade, um dos nomes da semana de arte moderna de 1922, chegou mesmo a criar um personagem nacional, o mestiço *Macunaíma*, cuja principal característica era ser um “herói sem nenhum caráter” (Andrade, 1937 [1928]). A ironia de Mário, no entanto, não deixava de ser ambígua, na medida em que a própria celebração das características psicológicas de seu *Macunaíma*, esse “herói mestiço”, “malandro”, “preguiçoso”, “mentiroso”, não passava de uma “sátira feroz aos defeitos

brasileiros”, como ele próprio teria confessado em correspondência enviada a Roquette-Pinto em 1928.¹⁸¹ Neste sentido, a obra de Mário de Andrade não deve ser vista como uma contestação aos estudos sobre o “caráter nacional brasileiro”, mas contra a construção ufanista da identidade nacional, como aparecia na narrativa dos literatos românticos e no nacionalismo ufanista de início do século XX. A mesma crítica poderia ser encontrada também em *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado, obra na qual o caráter psicológico brasileiro é descrito com cores negativas, seja pelo viés da explicação racial, seja pelo ponto de vista social ou cultural. Opondo-se ao lirismo da geração dos românticos e ao ufanismo de autores como Affonso Celso e Olavo Bilac, o escritor Paulo Prado atribuía os problemas do país aos “vincos fundos de nossa psique racial”, como a tristeza, a luxúria e a cobiça.

Para os pensadores sociais, literatos e outros intelectuais deste período, portanto, importava definir o “caráter nacional brasileiro” com cores mais realistas. O objetivo era não apenas descrever a evolução psicológica dos tipos brasileiros e as origens dos nossos problemas, como também justificar as diferenças entre as nações e compreender a formação das identidades nacionais. Assim como Roquette-Pinto, muitos dos intelectuais dessa geração também se nutriram da moderna antropologia física, sobretudo a norte-americana e a alemã, procurando associar os estudos antropológicos aos da “psicologia racial”. Talvez um dos primeiros escritores brasileiros a voltar suas atenções de forma mais sistemática ao estudo da psicologia racial do Brasil, tenha sido o sociólogo e historiador Oliveira Vianna. Autor de mais de uma dezena de obras, entre elas *Populações Meridionais do Brasil* (1920), *Evolução do povo brasileiro* (1922) e *Raça e Assimilação* (1932), Oliveira Vianna dedicara boa parte de seus estudos à descrição dos tipos antropológicos do Brasil e suas características psicológicas, sempre associando o caráter mental à sua condição racial.

¹⁸¹ Correspondência de Mário de Andrade a Edgard Roquette-Pinto. São Paulo, 15/07/1928 (FPERP- ABL). Vale destacar que o próprio Mário de Andrade encaminhara um volume de seu *Macunaíma* para a apreciação de Roquette-Pinto, explicando: “é possível que consiga interessar você por causa do emprego longo e da deformação satírica do populário brasileiro. Não é livro de arte não. É uma sátira feroz aos defeitos brasileiros. Principiando pelo nome do livro: ‘Macunaíma, o herói sem nenhum caráter’”. Em outra missiva, Mário de Andrade agradecia o envio que Roquette-Pinto lhe fizera de “um dilúvio de volumes do Museu Nacional” e de trabalhos do próprio antropólogo, explicando que o seu *Macunaíma* teria “se aproveitado” de alguns dos trabalhos de seu amigo, especialmente de *Rondônia: anthropologia-ethnographia* (Mário de Andrade a Edgard Roquette-Pinto. São Paulo, 22/08/1928 (APERP- ABL).

Na compreensão de Oliveira Vianna, conforme escrevera em artigo publicado em 1922, a mestiçagem tão diversa existente no país teria produzido uma “multiplicidade de tipos antropológicos”, cada qual com características psicológicas bastante diversas. Como a “psique” das três raças formadoras do Brasil - brancos, negros e indígenas - apresentavam “mentalidades inconfundíveis, extremamente diferentes na sua estrutura íntima”, Oliveira Vianna entendia que “o problema da fixação do nosso tipo psicológico é ainda mais árduo do que o da fixação do nosso tipo antropológico” (Vianna, 1922, 277). Essa compreensão, inclusive, como vimos anteriormente, justificava algumas das críticas que o autor fluminense fazia anos depois às classificações de Roquette-Pinto, tidas por ele como uma tentativa de homogeneizar diferenças raciais inconciliáveis.

Na caracterização de Oliveira Vianna, o indígena, o negro e os diferentes mestiços seriam “tipos inferiores” que se caracterizavam por apresentarem comportamentos psicológicos típicos dos povos “bárbaros” e “selvagens”. Enquanto o negro era descrito por ser um tipo obediente, servil, imitativo, laborioso, dócil e paciente, o índio é caracterizado como o seu oposto, um ser “absolutamente invencível à ação educadora dos agentes civilizadores” (idem, 285). Entre eles haveria em comum, além da “mediocridade ingênita”, uma mentalidade que se definia pela “indiferença” em relação ao futuro, “a extrema limitação das ambições” e o “descaso pela melhoria do seu triste viver”. O mestiço, por sua vez, apresentaria um caráter “explosivo, rebelde, desordenado e agressivo, caracterizando-se como o “fator principal da desordem e da anarquia em nossa história” (idem, 287).

Em contrapartida às descrições negativas desses grupos raciais, Oliveira Vianna classificava a psicologia do “tipo branco”, representado pelo homem português, como bastante positiva para a formação do “caráter nacional”, sobretudo àqueles ligados aos valores dos povos civilizados. Suas características de “instinto e de raça”, dizia o escritor fluminense, identificavam os portugueses como um tipo psicológico que cultivava, de um lado, o “hábito da frugalidade, o espírito de poupança, a laboriosidade tenaz, a aptidão da *endurance* e da paciência” e, por outro, “os hábitos domésticos e sedentários, o instinto patriarcal de família, (...) a moralidade dos costumes e a integridade do caráter”. Estas características, acreditava Oliveira Vianna, formariam inclusive as “modalidades essenciais do caráter nacional”, especialmente entre os homens de “classes altas” (idem, 287). Além disso, com o crescimento da “arianização do Brasil”, conforme o autor chamava o processo

de branqueamento da população, o “temperamento” desse tipo branco tenderia, no futuro, a predominar na formação da psicologia nacional.

Esse modo hierarquizado de conceber as características dos tipos psicológicos do Brasil, faria com que Oliveira Vianna defendesse uma política de seleção dos “tipos antropológicos”, sobretudo por intermédio do controle de imigrantes que aportavam no país. Em sua compreensão, conforme enunciara em *Raça e Assimilação*, publicado em 1932, “uma nação não pode ser indiferente nem à qualidade, nem à quantidade dos elementos raciais que entram na sua composição”, uma vez que estes determinariam “os tipos de temperamento e de inteligência que devem preponderar na massa social” (Vianna, 1932, 51). Uma população com um “temperamento instável”, defendia ele, não poderia dar a mesma forma de civilização e progresso, nem revelar “as mesmas expressões de cultura, nas artes, nas ciências, na política, nas atividades econômicas que um outro povo, cujas matrizes étnicas produzem, em quantidade mais numerosa, temperamentos práticos ativos ou resolutos” (idem, 52). Para Oliveira Vianna, portanto, o progresso e a civilização do país era uma questão de raça, do aumento do sangue luso nas veias nacionais e da eliminação do sangue mestiço, africano e indígena, dada a instabilidade somatológica e temperamental desses tipos antropológicos.

3.6. A antropologia como instrumento político

Ao contrário de Oliveira Vianna, Roquette-Pinto não apenas negava a existência de hierarquias raciais como também se opunha à idéia de que os mestiços eram “tipos degenerados” ou “inferiores”. Embora compreendesse que do ponto de vista estético os negros e mestiços fossem, em alguns aspectos, menos dotados de beleza física que os tipos caucásicos, negava o princípio da inferioridade ou da superioridade de atributos biológicos ou psicológico entre os diferentes tipos raciais. Opondo-se as teorias degeneracionistas e ao racismo científico, como aquelas que alimentavam as idéias defendidas por Oliveira Vianna, Roquette-Pinto recusava o argumento de que os problemas nacionais fossem devidos às características antropológicas de sua população. Em suas palavras, “o número de indivíduos somaticamente deficientes em algumas regiões do país”, conforme suas

pesquisas haviam percebido, eram realmente consideráveis. No entanto, isso não ocorria “por conta de qualquer fator de ordem racial; deriva de causas patológicas cuja remoção na maioria dos casos independe da antropologia” (Roquette-Pinto, 1929, 147).

De acordo com os “documentos” reunidos ao longo de suas pesquisas, a antropologia demonstrava que a existência de “indivíduos disgênicos” no país era “questão de política sanitária e educativa”, e não da formação de sua raça. O grande número de doenças, a falta de assistência médica, os problemas de nutrição, a mortalidade infantil, somado à falta de instrução e modernização do país, eram responsáveis pelos dilemas em que viviam milhares de brasileiros em todo o território nacional, especialmente no interior, onde “tipos fortes e resistentes” se encontravam em estado quase absoluto de abandono. Deste modo, Roquette-Pinto entendia que a “insuficiência dos brasileiros” era “única e exclusivamente de um elemento decisivo: *falta de organização nacional*”, o que queria dizer principalmente falta de “educação do povo, nacionalização da economia e circulação das idéias e da riqueza”. Para vencer os seus problemas, o Brasil precisava, acima de tudo, “ser obra de arte política”, conforme teria destacado Alberto Torres, a quem o antropólogo chamava de “homem de gênio” (idem, 123).

Do ponto de vista de sua formação racial, Roquette-Pinto entendia que o Brasil “vai resolvendo os seus casos práticos, vencendo galhardamente a conquista das suas riquezas territoriais, com uma valentia e com uma tenacidade únicas nos fatos universais”. O movimento de expansão territorial dos bandeirantes, a ocupação da Amazônia e a conquista da Rondonia, seriam apenas alguns dos “episódios” que os brasileiros deveriam lembrar em “hora de desânimo”, pois esses acontecimentos provariam de forma “objetiva, certa e indiscutível”, que os tipos antropológicos do Brasil são os melhores que antropologia poderia desejar (idem, 122). Em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, Roquette-Pinto destacava:

Tenho experimentado, perto e longe daqui, algumas misérias da minha terra e muitas das suas grandezas. A beleza maior do Brasil não é, porém, na hora que passa, para ser procurada nos rendilhados sedutores do ambiente (...). O que o Brasil tem de mais interessante neste momento histórico é o esforço da sua gente para constituir-se de vez, plasmando-se no sangue e no meio, na derradeira arrancada para alcançar, ao mesmo tempo, a sua própria formação e

a conquista final do seu território. Esse espetáculo, de um povo que vai cheio de bravura ou de resignação, carregando os dois pesos formidáveis que são o problema da raça e o problema da terra, levando-os ao desenlace glorioso, há de ser no futuro, quando for bem divulgado, a surpresa e a maravilha do mundo” (1928, 962-963).

Roquette-Pinto entendia que a própria miscigenação racial que vinha ocorrendo largamente no Brasil não apenas teria contribuído para “o processo geral de adaptação das raças aos diferentes meios brasileiros” (1929, 148), como também teria possibilitado a formação de tipos antropológicos “eugenicamente saudáveis”, homens “desbravadores e fortes”. Tanto do ponto de vista fisiológico quanto psicológico, dizia ele em suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*, as pesquisas científicas provaram que os cruzamentos entre os grupos existentes no país “dão sempre tipos normais” (idem, 137). Por esse motivo, ressaltava que “a vista de todos os dados condensados nesta monografia, pode-se concluir que nenhum dos tipos da população brasileira apresenta qualquer estigma de degeneração antropológica” (idem, 146).

Esse otimismo nacionalista, somado ao emprego da ciência como uma ferramenta política, pode ser resumido na frase que o antropólogo pronunciou na Academia Brasileira de Letras: “trago no coração uma confiança definitiva nas realizações da raça, porque a ciência me tem ensinado que a terra é áspera, mas o homem é teimoso e forte” (Roquette-Pinto, 1928, 961-62). Inspirado por esse *nacionalismo científico*, seus estudos antropológicos assumiam, portanto, uma função claramente política: a defesa do homem brasileiro e a crítica à desorganização política e social do país. Como vimos no capítulo anterior, desde os anos 1910 Roquette-Pinto foi um intelectual com considerável envolvimento no projeto de redenção nacional, chegando mesmo a ver a antropologia como a ciência capaz de pensar os rumos da nação e de propor soluções para os problemas do país (Santos, 2002, 118). Como bem apontou Olívia Gomes da Cunha, deve-se destacar que Roquette-Pinto filiava-se a uma vertente nacionalista “que procurava revestir o discurso científico com o manto apaixonado de defesa da nação” (Cunha, 2002, 276).

O retrato do Brasil pintado por este autor foi, portanto, fortemente contornado pelas cores desse nacionalismo militante, pela legitimidade da ciência e pela força da ação política. Enquanto intelectual mobilizado por uma missão pública, Roquette-Pinto

acreditava que a sua atividade científica deveria ser investida no sentido de revelar uma visão otimista sobre o país, defendendo a viabilidade da formação nacional e projetando os caminhos futuros que o país deveria trilhar. Conforme ressaltou Regina Horta Duarte, à essa visão positiva que Roquette-Pinto tinha sobre o povo brasileiro “acrescentou a euforia pela ciência e pelo que ela poderia trazer, certamente através dos conhecimentos produzidos, mas também dos aprimoramentos técnicos que divulgariam, com velocidade, as possibilidades de um novo Brasil” (Duarte, 2008, 277). Neste sentido, a antropologia poderia servir como um instrumento importante para as autoridades responsáveis pela organização do país, sobretudo no que dizia respeito à ocupação do território nacional e à formação e melhoramento de sua população. Como o próprio Roquette-Pinto enunciava ao final de suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*, a antropologia prestava um enorme serviço “aos responsáveis pelos destinos deste país”, na medida em que apresentava-lhes os “documentos que não devem ser desprezados em benefício de fantasias retóricas desanimadoras” (Roquette-Pinto, 1929, 148).

Sua persistente campanha para salvar os brasileiros da armadilha determinista possibilitara, inclusive, que o nome de Roquette-Pinto fosse reconhecido no final dos anos 1920 como a principal autoridade no campo da antropologia física (Skidmore, 1976, 208). Contudo, o que de fato lhe emprestaria respeitáveis credenciais científicas seria, antes de tudo, o seu próprio modo de praticar a investigação antropológica. Vale lembrar que desde os anos 1910 Roquette-Pinto integrava um pequeno círculo de cientistas brasileiros que valorizavam o trabalho de campo, a coleta de dados, a observação em laboratório e a atividade científica especializada, recusando o estilo bacharelesco e retórico que predominava entre os intelectuais e as instituições científicas do país. De maneira geral, a produção de conhecimento no Brasil, até pelo menos o final dos anos 1930, fora fortemente marcado pelo ensaísmo e pelo enciclopedismo, cujas principais características eram a descrição impressionista da realidade, o uso da retórica, do ornamento verbal e da erudição como elementos legitimadores do discurso científico (Sá, 2006).

Além de sua inserção no Museu Nacional, instituição que desde o final do século XIX primava pela prática científica, a própria antropologia física européia e norte-americana teria contribuído para que Roquette-Pinto incorporasse a atividade antropológica como um trabalho especializado, baseado no uso de instrumentos, técnicas e métodos experimentais projetados para a coleta de informações e para a observação da

realidade. Do mesmo modo que os naturalistas, sobretudo aqueles de formação positivista, os antropólogos físicos procuravam observar e descrever a realidade a partir do contato direto com o seu objeto de investigação, reunindo dados empíricos sobre as características raciais das populações analisadas, informações sobre as suas condições sociais e sobre o meio geográfico em que viviam, além da coleta dos mais variados materiais antropológicos. Muitos desses objetos, como crânios, ossos humanos e outros de caráter etnográfico ou arqueológico, eram inclusive levados para análise em laboratórios especializados, atividade ainda pouco prestigiada entre os brasileiros de início do século XX.

A extensa pesquisa que Roquette-Pinto havia realizado para definir os tipos antropológicos do Brasil, como vimos, fizera uso de uma farta documentação empírica, como os dados antropométricos, informações colhidas em laboratórios de fisiologia humana, números e estatísticas sobre a evolução populacional do país. Além disso, suas expedições científicas ao interior do Brasil, quando realizou trabalho de observação etnográfica e antropológica, foram experiências científicas e sociais importantes no seu modo de conceber os problemas brasileiros, o papel da ciência e dos intelectuais na organização e reforma do país. Esse trabalho de observação e análise empírica da realidade serviria, inclusive, para que Roquette-Pinto pudesse apresentar informações consistentes para contestar a validade científica das tradicionais teorias e interpretações acerca da formação racial brasileira, como aquelas que descreviam os mestiços como tipos inferiores, portadores de ‘atavismos’ e ‘taras hereditárias’.

A legitimidade que os argumentos de Roquette-Pinto conquistaram no campo da antropologia física derivava, inclusive, da própria compreensão de que seus estudos eram baseados em rigorosos e objetivos estudos científicos. Júlio Mascenes, por exemplo, que era jornalista e amigo pessoal de Roquette-Pinto, afirmava que o texto em que o antropólogo havia publicado seus estudos sobre os “tipos brasileiros” era um “estupendo” estudo de ciência. Sua memória apresentada ao Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, “convenceu-me cientificamente de que o brasileiro não é o que eu, através de apreciações estrangeiras, pensava”, dizia Mascenes referindo-se a leitura e a influência que ele próprio sofrera de autores como o britânico James Bryce e José Ingenieros.¹⁸² Esse mesmo tipo de

¹⁸² Correspondência de Julio Mascenes a Edgard Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 22/11/1930 (APERP-ABL).

apreciação poderia ser encontrada tanto em autores estrangeiros, como o historiador alemão Rüdiger Bilden, quanto em escritores nacionais, como Arthur Lobo, Fróes da Fonseca, Arthur Ramos, Bastos de Ávila e mesmo em Gilberto Freyre, que tanto em *Casa-Grande & Senzala* quanto em *Sobrados e Mucambos* fizera questão de destacar a importância das “evidências científicas” apresentadas por Roquette-Pinto sobre a viabilidade da população mestiça brasileira (Freyre, 1933; 1936).

Conforme veremos no próximo capítulo, toda a discussão desenvolvida por Roquette-Pinto acerca da miscigenação racial no Brasil também estaria pautada por esse esforço em demonstrar, por meio de modernos estudos científicos do campo da biologia, que o resultado dos cruzamentos raciais não deveria ser visto como negativos para a formação nacional. O caso brasileiro ajudava a perceber que os mestiços em nada poderiam ser considerados inferiores, a não ser quando as condições sociais e do meio os colocassem diante da miséria, da doença, do abandono e da falta de instrução. Neste aspecto, seu diálogo com autores nacionais e estrangeiros novamente marcaria sua produção intelectual e científica, como é possível perceber tanto em relação a sua adesão a genética mendeliana quanto na crença sobre o processo de branqueamento da população mestiça. Deste modo, ciência, política e nação, como veremos, continuariam conformando o seu projeto intelectual, cada vez mais alimentado pela idéia de que caberia aos homens de ciência fazer a defesa dos brasileiros e, ao mesmo tempo, delinear os rumos da política nacional, uma vez que a organização do país dependia do conhecimento objetivo da realidade brasileira.

Capítulo 4

Diálogos e Controvérsias Acerca da Miscigenação

O tema da miscigenação racial talvez tenha sido, no Brasil, um dos assuntos que mais mobilizou os homens de ciências no início do século XX, motivando a produção de uma série de ensaios de caráter científico e literário. No contexto internacional, o tema também vinha suscitando inúmeras polêmicas, sobretudo em países como os Estados Unidos, França, Alemanha e Inglaterra, onde a miscigenação entre “raças heterogêneas” foi frequentemente apontada como a principal responsável pela degeneração e desarmonia antropológica entre os povos não-europeus. No caso brasileiro, o debate em torno da “mistura de raças” ganhou diferentes significados, como é possível perceber na obra de autores como Silvio Romero, Araripe Junior, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Paulo Prado e Gilberto Freyre, para citar apenas alguns. Parte destes escritores condenava a miscigenação e a ela atribuíam a responsabilidade pelo suposto “caráter indolente” e pela “falta de iniciativa” e civilidade dos mestiços. Para outros, a miscigenação era interpretada como o caminho para o tão almejado processo de branqueamento do país, uma vez que acreditavam na força da seleção natural e na predominância do elemento europeu sobre o negro ou o nativo brasileiro. Outros escritores, como Manoel Bomfim e Gilberto Freyre, percebiam a miscigenação racial como um

elemento distintivo e valorativo da identidade nacional (Skidmore, 1976; Schwarcz, 1993; Maio & Santos, 1996).

Como herdeiro e, ao mesmo tempo, integrante dessa geração, Roquette-Pinto assumiu as discussões em torno da chamada “mistura de raças” como um dos objetos científicos de maior interesse para a vida política e social do país. Seus estudos sobre o homem sertanejo, os “tipos antropológicos”, a eugenia, a imigração e o povoamento do Brasil estavam justamente ligados aos esforços do autor em compreender os efeitos da miscigenação na formação brasileira. O objetivo deste capítulo consiste justamente em analisar a maneira como Roquette-Pinto construiu suas interpretações sobre a miscigenação racial, e de que modo esse tema foi acionado para debater as teses que condenavam o elemento mestiço. Nosso argumento consiste em demonstrar que o antropólogo brasileiro formulou suas interpretações a partir do diálogo com a tradição intelectual brasileira e os estudos de autores estrangeiros, sobretudo de antropólogos, médicos e naturalistas alemães e norte-americanos. Meu interesse é destacar que as apropriações e interpretações elaboradas por Roquette-Pinto foram fortemente marcadas por suas posições políticas, especialmente pelo “nacionalismo militante” que o autor assumiu em relação à defesa da identidade racial brasileira. Aliás, essa postura nacionalista, assim como o significado político que atribuía à ciência e a atividade intelectual, seriam determinantes no modo como o autor lidou com o “problema dos cruzamentos raciais”.

Este capítulo analisará também o interesse do antropólogo brasileiro pelo debate internacional que a antropologia física e a genética produziam acerca da miscigenação. Nosso argumento é que Roquette-Pinto encontrou em autores como Eugen Fischer, Charles Davenport, Franz Boas e Rudiger Bilden, para citar apenas os principais nomes, referências importantes para destacar a inexistência de hierarquias biológicas entre as raças humanas. Curiosamente, alguns dos autores por ele acionados acabaram assumindo posições bastante controversas, como pode ser identificado nas pesquisas do antropólogo Eugen Fischer e do eugenista Charles Davenport, que encamparam projetos radicais de segregação e purificação racial. Em relação a este aspecto, compreendemos que Roquette-Pinto fez uma leitura politicamente seletiva destes autores, recortando de suas teses os argumentos que se adequavam ao projeto de valorização dos mestiços do Brasil, não problematizando as conclusões que ele próprio recusava. Contudo, conforme pretendemos

explicitar, o antropólogo brasileiro não deixou de produzir críticas contra um grupo de cientistas e intelectuais estrangeiros que condenavam os cruzamentos raciais como elementos responsáveis pela degeneração das raças.

De outro lado, nosso interesse é analisar ainda as concepções paradoxais deste autor frente à tese do branqueamento, que ainda nos anos 1920 e 1930 continuava povoando o imaginário dos intelectuais e das elites dirigentes do país. Embora se opusesse a tese da arianização, conforme apareciam em suas críticas à autores estrangeiros, ou mesmo aos brasileiros, o antropólogo do Museu Nacional acreditava que a miscigenação entre brancos e negros, ou brancos e mestiços, tenderia a um acentuado retorno às características dos primeiros. Sua constatação estava ancorada, segundo ele, tanto na observação empírica quanto na comprovação por meio das leis da genética mendeliana, segundo a qual era possível explicar como uma “negra retinta” poderia “trazer em seus braços uma criança loira, clara”, sua neta¹⁸³.

Nossa hipótese é que a visão otimista de Roquette-Pinto sobre o futuro do país não escapou do pressuposto segundo o qual a população branca tenderia a crescer continuamente, seja pelo fim da escravidão e pela entrada de novos imigrantes, seja pela predominância das características antropológicas européias sobre a média da população nacional. Esse aspecto de sua obra ajuda compreender, portanto, o quão ligado este autor esteve em relação à tradição intelectual brasileira que se formara partir do final do século XIX, que em sua grande maioria via no branqueamento racial a solução para os problemas da miscigenação. Apesar da afirmação de que os males do Brasil eram devidos à falta de educação e higiene da população, e não a “transformação de mestiços em gente branca” (Roquette-Pinto, 1916, 328), suas conclusões acerca do branqueamento acabavam por destacar a influência que o pensamento social brasileiro exercera sobre a sua antropologia. Além do mais, ao empregar um repertório comum entre os intelectuais da Primeira República, pode-se dizer que Roquette-Pinto acabava assumindo, de modo bastante paradoxal, a crença de que o Brasil tenderia a incorporar as formas da civilização européia, tanto na cultura quanto no sangue.

¹⁸³ Roquette-Pinto, E. *Nossa Gente*. op.cit., p.8.

4.1. A genética mendeliana e a miscigenação como ‘combinação’

Ao longo dos anos 1920, paralelamente às pesquisas que vinha desenvolvendo no Museu Nacional sobre os tipos antropológicos, Roquette-Pinto dedicaria atenção especial ao conhecimento do processo de miscigenação no Brasil. Seu interesse pelo estudo das populações mestiças, como sempre fizera questão de ressaltar, teria iniciado por volta de 1910, quando auxiliara João Baptista de Lacerda em seus trabalhos acerca dos mestiços do Brasil. Nesta época, não apenas coletara informações estatísticas da população brasileira, como também se debruçara sobre as obras de autores nacionais que, desde o último quartel do século XIX, procuravam enfrentar os dilemas que a miscigenação racial representava para a formação da identidade nacional, para a modernização e o futuro da nação. Para essa geração de intelectuais, que em sua grande maioria contribuiu para a abolição da escravatura e a implantação da República, pensar a construção do Brasil era lidar com a presença marcante de africanos e indígenas “misturados” aos colonizadores portugueses e aos novos grupos de imigrantes europeus que continuamente aportavam nas costas brasileiras.

Como leitor e herdeiro dessa geração, Roquette-Pinto foi fortemente mobilizado pelas polêmicas que a miscigenação representava para pensar a construção do país, sobretudo no período pós-Primeira Guerra, quando as discussões sobre a identidade nacional ganharam contornos políticos ainda mais prementes. Por meio dos estudos antropológicos, Roquette-Pinto dedicou parte de sua trajetória para refutar as teorias que condenavam os cruzamentos entre raças consideradas heterogêneas, como brancos e negros, brancos e indígenas ou negros e indígenas. Opondo-se às visões de viajantes e naturalistas estrangeiros, ou mesmo de autores brasileiros, entendia que os mestiços do Brasil não poderiam ser considerados “tipos inferiores” ou em estado de degeneração. Embora houvesse diferenças físicas e psicológicas que os caracterizassem antropológicamente, como vimos nos capítulo anterior, estas não implicavam em “instabilidade constitucional” (Roquette-Pinto, 1918a; 1929).

Na verdade, o antropólogo brasileiro entendia que a formação de sociedades mestiças não era uma característica exclusiva do Brasil. Referindo-se aos estudos do antropólogo alemão Felix von Luschan, que com entrara em contato durante o Primeiro

Congresso Universal de Raças, lembrava que o cruzamento entre raças diferentes era uma regra no mundo todo, inclusive entre os europeus (Roquette-Pinto, 1927 [1913], 119). Em seu ponto de vista, a condenação contra os povos mestiços, tão proclamada por um grupo de cientistas e autoridades européias e norte-americanas, era sustentada por princípios políticos e econômicos, uma vez que justificava o ímpeto imperialista dos supostos “arianos”, definidos por Lapouge como homens superiores e dominadores (Roquette-Pinto, 1918a, 34-35). Não à toa, concluía Roquette-Pinto no final dos anos 1920, “durante muito tempo raciocinou-se a priori sobre o resultado dos cruzamentos, em vez de procurar, sem idéias preconcebidas, os documentos necessários ao estabelecimento de uma opinião certa” (Roquette-Pinto, 1929, 136).

Essa afirmação sucedia aos estudos que o próprio Roquette-Pinto havia realizado em anos anteriores junto à população brasileira, quando constatara que os “cruzamentos raciais” não implicavam negativamente na qualidade eugênica dos mestiços. Estes estudos, realizados a partir do período imediatamente posterior a Primeira Guerra Mundial, encontraram na antropologia física, na biologia evolutiva e na genética humana as ferramentas científicas que possibilitaram ao antropólogo brasileiro compreender o processo de miscigenação em outros termos, fugindo da armadilha determinista e do racismo científico ainda em voga naquela época. Para o antropólogo do Museu Nacional, as novas descobertas da ciência deveriam ser empregadas não apenas para refutar teses antigas e “preconcebidas”, como também para reafirmar o valor dos mestiços (Roquette-Pinto, 1929, 136).

Como destacamos em capítulos anteriores, esse “nacionalismo militante” derivava ainda das posições e dos compromissos políticos que parte dos intelectuais brasileiros assumiram a partir do final dos anos 1910. Para a geração de Roquette-Pinto, a ciência, vista então como símbolo de modernidade, poderia ser a ferramenta que necessitavam para conhecer o país em seus próprios termos, sobretudo no que dizia respeito a sua formação racial e ao seu potencial econômico e político. Vale lembrar que com o fim da Primeira Guerra, como lembra Thomas Skidmore, os homens de letras tornaram-se mais sensíveis à idéia de que “a nação brasileira tinha uma identidade e um destino que deviam e podiam ser controlados por brasileiros”. Estudar a realidade do país significava, antes de qualquer coisa, rejeitar as idéias e as teses fatalistas tão propaladas em anos anteriores, como aquelas que informavam o determinismo biológico (Skidmore, 1976, 164).

Ainda assim, se é possível dizer que a tradição intelectual brasileira havia exercido forte ascendência sobre a militância intelectual de Roquette-Pinto, não é menos verdade afirmar que os instrumentos científicos empregados para demonstrar a viabilidade dos mestiços, e do próprio país, seria encontrada em seu diálogo com a antropologia estrangeira, em especial a norte-americana e a alemã. Embora procurasse estudar a realidade antropológica do Brasil em seus próprios termos, seu contato com a literatura científica internacional foi decisivo em sua maneira de conceber os significados e os efeitos dos cruzamentos raciais. Ao contrário da tradição neolamarckiana predominante no Brasil, Roquette-Pinto entendia que a miscigenação racial não poderia ser vista como “fusão” ou “caldeamento”, como se fosse possível “misturar” ou “fundir” características antropológicas diferentes (Roquette-Pinto, 1929, 146). Em sua compreensão, como destacara em conferência pronunciada ainda no início dos anos 1920, nada mais absurdo havia do que falar em “cadinho de raças”, conforme expressão cunhada pela tradição neolamarckiana para caracterizar a “fusão” dos diferentes grupos raciais numa única “raça”, ou “sub-raça”, como preferiam alguns. A idéia segundo a qual, no Brasil, os tipos antropológicos haviam se originado do caldeamento das três raças principais, concepção consagrada por von Martius, não passaria de uma “mentira”. Só se poderia falar em “colônia de cadinhos quando se formasse uma cadeia não de três raças, mas sempre duas a duas”, concluía o antropólogo do Roquette-Pinto.¹⁸⁴

Esse pressuposto partia do princípio segundo o qual a mestiçagem deveria ser vista como uma “combinação de fatores hereditários”, uma vez que “seguiam leis biológicas já conhecidas” e documentadas pela ciência (Roquette-Pinto, 1929, 146). De acordo com Roquette-Pinto, o resultado dos cruzamentos raciais poderia ser comparado à certas “reações químicas”, nas quais “as substâncias que entram no fenômeno não aparecem, no resultante, com seus caracteres globais, nem conservam as suas propriedades”. Além disso, lembrava que, de acordo com os químicos, outras propriedades poderiam surgir nessas reações, quando “nada fazia prever houvessem de se manifestar no produto da combinação” (idem).

Essa premissa nada mais era do que uma síntese do que ocorria nos cruzamentos raciais de acordo com as explicações da genética mendeliana. Para alguns dos adeptos das

¹⁸⁴ Roquette-Pinto, Edgard. *Nossa gente*, idem, p.3.

leis de Mendel, entre eles Roquette-Pinto, não haveria preponderância dos caracteres de uma raça sobre a outra, na medida em que a herança genética dependeria das leis da recessividade e da dominância, que poderiam ficar latente nos indivíduos e se manifestar somente em gerações posteriores. Conforme o próprio Roquette-Pinto destacava no final dos anos 1920, “os caracteres de duas raças que se cruzam (...) ficam lado a lado nos descendentes, a espera de que a seleção suscite o predomínio de um deles” (Roquette-Pinto, 1929, 106). Além disso, referindo-se às afirmações do antropólogo alemão Walter Scheidt, lembrava que:

(...) todas as observações rigorosas até hoje realizadas – infelizmente ainda pouco numerosas – mostram que não existe dominância de uma raça sobre a outra, sendo os caracteres raciais particulares herdados de per si; a raça como complexo de caracteres determinados, no cruzamento, como tal, pode desaparecer, representando o mestiço uma nova composição de vários caracteres raciais recebidos dos progenitores (Roquette-Pinto, 1929, 106).

A idéia da miscigenação como uma “combinação” ou “recombinação” de traços hereditários poderia conduzir, portanto, à compreensão de que os cruzamentos raciais, mesmo entre raças heterogêneas, não implicavam na geração de “tipos híbridos” e “degenerados”. A análise mendeliana poderia, de acordo com a apropriação feita pela antropologia de Roquette-Pinto, colocar por terra a idéia tão fortemente defendida na passagem do século XIX para o XX, segundo a qual os mestiços resultavam de forças antagônicas que não se combinariam, ou que conviviam de forma desarmônica, produzindo “tipos híbridos” quase sempre “instáveis” e “inferiores”. Além do mais, a acusação contra a infertilidade dos mestiços, tão fortemente defendida pelos adeptos das idéias segregacionistas, também não se sustentaria quando analisados sob a ótica das leis de Mendel. A idéia de um “tipo híbrido” e, em consequência, “infértil”, não estaria de acordo com os documentos científicos que as próprias pesquisas realizadas por Roquette-Pinto no Museu Nacional vinham apresentando (Roquette-Pinto, 1929, 94-95).

Na compreensão do antropólogo brasileiro, apesar dos estudos que a antropologia moderna vinha desenvolvendo em várias partes do mundo, a ciência ainda estaria muito atrasada “em matéria de cruzamentos na espécie humana”. A consequência disso se

expressaria na existência de “frases e preconceitos” que governariam o estudo da miscigenação (Roquette-Pinto, 1927, 178-179). Quase dez anos depois, em artigo publicado no *Jornal do Comércio*, lembrava que durante muito tempo o “preconceito” havia dominado as teorias relativas aos resultados dos cruzamentos raciais. Somente em período mais recente, com o “advento da antropologia como ciência natural autônoma, liberta das roupagens metafísicas e retóricas”, é que o problema teria ganhado outra direção. Onde, até então, “apenas o sentimento mais ou menos apaixonado imperava, onde as opiniões eram dogmas, começaram a aparecer verificações e medidas, curvas e estatísticas”.¹⁸⁵

Aqui, Roquette-Pinto se referia não apenas aos estudos científicos e aos modernos métodos e técnicas que a antropologia física vinha desenvolvendo, mas também à contribuição da genética mendeliana. Para ele, conforme escrevia em 1927, as questões referentes aos cruzamentos teriam recebido um impulso inegável da teoria de Mendel, que haviam sido formuladas em 1865. Com a “redescoberta das idéias do frade austríaco”, por volta de 1900, houve uma completa transformação no conceito da espécie em biologia, alterando “tudo quanto se admitia como dogma em matéria de transmissão hereditária”. A herança dos caracteres, continuava destacando Roquette-Pinto, teria interessado a todo mundo, de tal modo que “antes da guerra, na Europa e nos Estados Unidos, as pessoas de bom tom procuravam obter cruzamentos de flores e de aves, para observar os resultados, concorrendo, destarte, ao esclarecimento das questões da ‘Genética’” (Roquette-Pinto, 1927, 60-61).

No ponto de vista de Roquette-Pinto, “a verificação de que os cruzamentos, na espécie humana, seguem as Leis de Mendel”, teria sido “o primeiro passo firme para o estudo da questão que até agora estava entregue aos retóricos”, que em sua maioria “malsinavam os cruzamentos de raças distantes”. O que se tem documentando cientificamente até hoje, porém, lembrava o antropólogo em ensaio publicado em 1927, contradizia estes retóricos, na medida em que eram favoráveis aos cruzamentos, mesmo quando realizados entre raças heterogêneas (Roquette-Pinto, 1927, 200-201).

¹⁸⁵ Roquette-Pinto, E. “Os fundamentos biológicos da sociologia”. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 25 de março de 1936.

Muito antes de produzir tipos degenerados, Roquette-Pinto entendia que os cruzamentos raciais deveriam ser vistos como uma síntese combinatória, por meio da qual a natureza, conjugada às boas condições sociais e do meio em geral, se encarregaria de conformar os caracteres herdados. De acordo com os estudos que realizara junto à população brasileira, o antropólogo não deixaria de lembrar que, de fato, haveria em algumas regiões do Brasil mestiços “somaticamente deficientes”. Contudo, não seria o cruzamento de raças a causa de sua degeneração, mas sim as péssimas condições de vida, a miséria, a falta de higiene e nutrição, a “promiscuidade”, as doenças e o analfabetismo. Em geral, lembrava ele durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, “tem-se o hábito de considerar degenerados, mestiços que são apenas doentes ou disgênicos” (Roquette-Pinto, 1929, 136).

Em seus dizeres, essa era uma circunstância que não deveria ser esquecida na “apreciação antropológica dos mestiços”, uma vez que “a sua condição social, muitas vezes precária, apresenta aos observadores homens doentes que são tidos por degenerados” (Roquette-Pinto, 1927, 201). Por esse motivo, entendia que o estudo científico dos cruzamentos raciais deveria levar em consideração a “ação conjugada da herança mendeliana e da seleção social” (Roquette-Pinto, 1929, 139), visto que o resultado dos cruzamentos na espécie humana seriam “condicionados não somente por *fatores biológicos* mas também por *fatores sociais*” [grifo no original] (idem, 136).

De acordo com o antropólogo brasileiro, isso explicaria, por exemplo, o fato do cruzamento entre brancos e negros produzir, em geral, famílias pouco numerosas. O motivo desta realidade, que suas próprias pesquisas haviam evidenciado em algumas regiões do Brasil, não deveria ser atribuído à infertilidade dos mestiços, como era comumente divulgado, mas sim à “causas sociais”. Entre estas estaria, por exemplo, a estrutura e a organização familiar, “condição essencial para a proteção das crianças”, que entre os mestiços seria “muito precária”, devido especialmente à falta de educação, às doenças e às condições de higiene (idem, 138). Em sua compreensão, não se poderia esquecer que muitos dos mestiços do Brasil descendiam de escravos, cuja vida estava “exposta às piores condições de moralidade”. Esse fenômeno social acabaria desajustando a saúde física, a moralidade e o vigor intelectual de muitos dos filhos e netos de negros que foram submetidos ao regime de escravidão. Por esse motivo, lembrava em suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*:

(...) a mortalidade de mestiços (sobretudo de mulatos) é muito mais alta na primeira infância. Mais tarde faz-se uma verdadeira seleção dos mais robustos. Mas, continuando a sua vida de homens que não receberam a mínima instrução, compreende-se que as doenças (sífilis, malária, verminose), muito mais do que os vícios (embriaguez) os eliminem ainda jovens. Não é por fraqueza constitucional que esses mestiços estão desaparecendo; é sobretudo pela influência de condições sociais (Roquette-Pinto, 1929, 138).

Seguindo a tradição médico-sanitarista e de um grupo de pensadores sociais e educadores formados na passagem do século XIX para o XX, Roquette-Pinto chamava a atenção para a importância das condições sociais e do meio no desenvolvimento dos mestiços brasileiros. De acordo com as concepções neolamarckistas prevalentes no Brasil, as raças podiam adaptar-se, herdar e adquirir caracteres através de sua relação com o meio. Essa crença, como lembra Nancy Stepan (2005), definia um ideário otimista diante do quadro racial brasileiro, uma vez que apostava na ideia de que as melhorias nas condições do meio acarretariam, conseqüentemente, o aperfeiçoamento da composição genética de sua população. Contudo, a visão otimista de Roquette-Pinto sobre a importância do saneamento, da higiene e da educação na apreciação dos “tipos raciais” não estava alicerçada aos argumentos neolamarckistas. Como mendeliano de primeira hora, o antropólogo se opunha à tese da herança dos caracteres adquiridos. Para ele, as características genéticas eram imutáveis e só seriam transmitidas por meio dos cruzamentos raciais, sendo a natureza muito mais importante do que o meio no desenvolvimento das características hereditárias. Neste sentido, a centralidade que as condições sociais e ambientais assumiam em sua antropologia não se referia ao aperfeiçoamento da hereditariedade, como acontecia com os adeptos do neolamarckismo.

A despeito disso, Roquette-Pinto entendia que as condições de vida seriam fundamentais para definir o aperfeiçoamento de qualquer grupo racial, mesmo que esse não fosse geneticamente transmitido. Para ele, brancos, negros, amarelos e mulatos poderiam desenvolver suas capacidades antropológicas de maneira semelhante, desde que as condições do meio fossem adequadas. Embora reconhecesse, como vimos no capítulo anterior, que a constituição psicológica das raças fossem, em alguns aspectos, distintas

umas das outras, o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais dependiam acima de tudo do grau de instrução e da “evolução social”. Do ponto de vista intelectual, conforme destacara em suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*:

(...) os mestiços não se mostram, em coisa alguma, inferiores aos brancos. É verdade que eles não são tão profundos, embora sejam, às vezes, mais brilhantes. Mas ainda aí é possível citar exemplos denunciando que é sobretudo uma questão de cultura, orientada segundo qualidades que os povos latinos prezam de modo particular. Os mestiços que recebem instrução técnica (mecânicos, operários especializados, etc.), são tão bons quanto os europeus. Os que não conhecem senão os mestiços degradados das grandes cidades, onde o meio cosmopolita corrompe facilmente aqueles que a educação não fortifica, e os que conhecem só os mestiços opilados ou impaludados do interior, não podem fazer idéia da perseverança, da firmeza, da dedicação de que dá prova o do *hinterland*, cuja sobriedade é proverbial (Roquette-Pinto, 1929, 138-139).

Assim, pode-se dizer que, se sua tese sobre os cruzamentos raciais era de cunho biológico, seu argumento acerca das condições do meio e da ‘seleção social’ era eminentemente sociológico. Em seu *Rondônia: Anthropologia-ethnographia*, ou mesmo em outros textos publicados ao longo dos anos 1910, já aparecia o conceito de *defasagem social* para explicar o “atraso” de determinados grupos indígenas e sertanejos que habitavam o interior do Brasil. A explicação para a existência de grupos ‘adiantados’ ou ‘atrasados’, e não de ‘superiores’ e ‘inferiores’, não deveria ser buscada na constituição somática ou nos cruzamentos raciais, mas sim nas condições de vida a que estavam submetidos os diferentes grupos étnicos (Roquette-Pinto, 1917). A compreensão desenvolvida pelo antropólogo sobre o significado da miscigenação racial, analisada sob a angular da biologia mendeliana, deve ser vista, portanto, como decisiva para a percepção de que a origem dos problemas brasileiros era de ordem sociológica e política, e não racial.

Devido à forte adesão ao neolamarckismo no Brasil, a genética mendeliana adotada por Roquette-Pinto encontrava poucos adeptos entre cientistas e intelectuais

brasileiros.¹⁸⁶ Embora tivesse assumido a agenda reformista proposta por sanitaristas e educadores, as idéias que sustentavam suas convicções científicas dependiam, em grande medida, do diálogo que mantinha com a antropologia e a genética mendeliana que vinha se desenvolvendo na Alemanha e nos Estados Unidos. Curiosamente, alguns dos autores utilizados pelo antropólogo brasileiro enquanto referências científicas destacadas, como Charles Davenport e Eugen Fischer, não apenas recusavam os cruzamentos raciais como fator eugênico, como também comungavam do racismo científico em voga no início do século XX. Muitos destes autores, inclusive, ainda se alimentavam de teses antigas, segundo as quais os mestiços eram “tipos instáveis e inferiores”, tanto do ponto de vista físico quanto intelectual e moral.

Contudo, o diálogo entre Roquette-Pinto e parte destes antropólogos, médicos e geneticistas estrangeiros não ocorreu sem confrontos, ambivalências ou contradições. Conforme procuraremos demonstrar a seguir, a leitura e as diferentes formas de apropriação feitas pelo antropólogo brasileiro precisam ser compreendidas como uma atitude deliberadamente política. O uso que fazia das idéias, dos argumentos e da autoridade científica que estes autores estrangeiros ostentavam implicava necessariamente em um diálogo seletivo. Era preciso extrair aquilo que corroborasse com seu projeto intelectual e político, mesmo que fosse necessário ignorar e escamotear o conjunto ou o resultado dessas obras.

4.2. Os mestiços de Rehoboth e o diálogo com Eugen Fischer

Entre o final do século XIX e início do XX, europeus e norte-americanos sentiram uma nova urgência em pensar o “problema dos cruzamentos raciais”. A guerra civil nos Estados Unidos, a libertação dos escravos e a entrada crescente de imigrantes em várias partes do continente americano estimularam a publicação de um sem número de panfletos,

¹⁸⁶ Entre os adeptos da genética mendeliana no Brasil, especialmente antes da década de 1930, destacavam-se, além do próprio Roquette-Pinto, os zoólogos Octávio Domingues e Toledo de Piza Junior, ambos professores e pesquisadores da Escola Agrícola Luiz de Queiroz, o geneticista André Dreyfus, professor da Faculdade de Medicina de São Paulo e, posteriormente, da Universidade de São Paulo, o naturalista e antropólogo Álvaro Fróes da Fonseca, pesquisador do Museu Nacional do Rio de Janeiro, e o médico e eugenista Renato Kehl, o principal divulgador da eugenia no Brasil (Sobre a recepção da genética mendeliana no Brasil, ver Habib, 2010).

livros e revistas discutindo a “questão racial” e os efeitos da “mistura de raça” na formação das nações. Além disso, a crescente corrida imperialista e a ocupação do continente africano e asiático pelos europeus, aumentaram dramaticamente a preocupação acerca do contato entre “raças heterogêneas”. Para a maioria dos europeus e norte-americanos, a aproximação entre brancos e negros, ou mesmo entre brancos e amarelos, deveria ser vista como uma ameaça à pureza de sangue e aos valores civilizatórios dos povos arianos (Provine, 1973, 790). Como resultado desse temor, médicos, antropólogos, eugenistas e geneticistas foram financiados pelo governo, empresas colonizadoras, instituições científicas e associações públicas e privadas para desenvolver estudos sobre as características dos povos não-brancos e os efeitos dos cruzamentos raciais entre europeus e nativos de outros continentes (Proctor, 1988; Steinmetz, 2007).

Além do uso da anatomia, da fisiologia e da psicologia racial, os estudos antropológicos realizados neste período também passaram a utilizar a genética como ferramenta para compreender a constituição, os comportamentos, os traços e o funcionamento da hereditariedade nas raças humanas. Com a “redescoberta” das leis de Mendel no início do século XX, alguns antropólogos entendiam que era possível realizar experimentos genéticos também com humanos, permitindo que se investigasse, por exemplo, os efeitos dos cruzamentos raciais e a constituição somatológica das populações mestiças. Como já vinha ocorrendo nas pesquisas de zoologia, no reino animal e vegetal, os antropólogos acreditavam que seria possível elucidar fenômenos raciais humanos inextricáveis, como a dominância de traços, a esterilidade, a reversão para os caracteres ancestrais e a combinação de fatores genéticos nos cruzamento entre raças vistas como heterogêneas (Provine, idem, 791).

Antropólogos e geneticistas da Alemanha e dos Estados Unidos foram, a partir da segunda década do século XX, pioneiros na aplicação da genética mendeliana em pesquisas sobre as diferenças raciais. A primeira tentativa importante neste sentido ocorreu em 1908, quando o antropólogo alemão Eugen Fischer viajou para o sul da África para investigar os efeitos biológicos dos cruzamentos raciais entre colonizadores alemães e os nativos africanos de uma pequena comunidade de Rehoboth (Proctor, idem, 145). Financiado pela Academia Prussiana de Ciência e pela Sociedade Antropológica Alemã, Fischer permaneceu na região durante quatro meses, coletando variadas informações

antropológicas e etnográficas sobre os mestiços de europeus e negros hottentotes (Steinmetz, 2007, 232).

Seu livro, *Die Rehobother bastards und das bastardisierungsproblem beim menschen* (*Os bastardos de Rehoboth e o problema da miscigenação no homem*), publicado cinco anos depois, se tornaria uma das principais demonstrações da validade das leis de Mendel para a análise dos cruzamentos raciais entre humanos. Conforme explicam os historiadores Jackson & Weidman (2006, 123), os estudos de Eugen Fischer abraçaram um novo pensamento sobre hereditariedade e expandiram a antropologia física para incluir o estudo da emergente genética mendeliana. Os resultados de suas pesquisas destacavam que todos os traços humanos – fossem eles normais ou patológicos, físicos ou mentais – seriam formados por fatores hereditários presentes nas células germinais, conforme estabelecia as leis de Gregor Mendel. O interesse de Fischer era comprovar que o ambiente (clima, nutrição ou educação) desempenharia um papel insignificante no desenvolvimento dos caracteres humanos, uma vez que a transmissão dos fatores hereditários independia do meio. O resultado disso era a afirmação da centralidade que os cruzamentos raciais assumiam na constituição biológica das populações, uma vez que a natureza, mais do que a cultura e o meio, definia tanto os aspectos físicos quanto os comportamentos (Steinmetz, idem, 232-233).

Formado em medicina pela Universidade de Jena, o interesse de Fischer pelo estudo da hereditariedade havia se firmado durante o doutorado que realizara em 1898 na Universidade de Freiburg, onde fora estudante de August Weismann, professor de zoologia e uma das principais autoridades nos estudos da hereditariedade humana. Quando da publicação de suas pesquisas sobre os mestiços de Rehoboth, em 1913, Eugen Fischer já tinha sido indicado para atuar como professor de antropologia e zoologia da própria Universidade de Freiburg, o que contribuiria para aumentar sua autoridade científica e seu prestígio, tanto no campo da medicina e da genética quanto da antropologia física. Em poucos anos, seu livro tornara-se uma das principais referências internacionais, sendo reconhecido como um dos inauguradores da antropologia física moderna (Massin, 1988, 123; Steinmetz, 2007, 232).

A exemplo do que ocorria na comunidade antropológica internacional, a obra de Fischer não passara despercebida de Roquette-Pinto. Desde sua participação no Congresso

Universal de Raças, realizado na capital inglesa em 1911, o antropólogo brasileiro vinha acompanhando com bastante interesse o debate que mobilizava a antropologia física no exterior. Ao que tudo indica, Roquette-Pinto entrara em contato com a obra de Fischer logo após a sua publicação, em 1913, embora referências explícitas a *Die Rehobother bastards* só iriam aparecer nos trabalhos que publicaria a partir dos anos 1920. Como já destacamos no capítulo anterior, as investigações de Fischer junto aos mestiços do sudeste da África foram referências decisivas nos trabalhos que o antropólogo brasileiro produziria sobre os “tipos antropológicos” do Brasil. Além do uso dos conceitos, da linguagem e dos pressupostos científicos desenvolvidos por Fischer, Roquette também fizera uso das técnicas e dos métodos antropológicos, como o emprego da genética mendeliana, de registros de família, de fotografias e de um sem número de medidas antropométricas.

Após a leitura de *Die Rehobother bastards*, o antropólogo brasileiro prepararia um texto resumindo e comentando as principais questões e conclusões a que chegara Eugen Fischer.¹⁸⁷ Neste resenha, lembrava que o resultado do estudo de Fischer se revelava de “excepcional importância não só pelo apurado da investigação como também pela natureza especial do meio em que foi feito e pelas condições particulares do material humano utilizado”.¹⁸⁸ O que mais atraía a atenção de Roquette-Pinto fora o fato do antropólogo alemão ter desenvolvido seus estudos entre mestiços, que ele chamara de “bastardos”, originados dos cruzamentos entre europeus e nativos africanos de origem variada, tal qual ocorria em boa parte dos cruzamentos raciais realizados no Brasil. Além do rigor científico e do uso das modernas técnicas antropológicas, o antropólogo brasileiro entendia que a pesquisa de Fischer servia como um modelo, uma referência sem igual, para os especialistas interessados no “problema dos cruzamentos raciais”.¹⁸⁹ Ao analisar os estudos dos “Bastardos de Rehobother”, Roquette destacava que não se poderia deixar de dizer “o quão frutífera é a investigação sobre a antropologia de uma população mestiça inteiramente típica”. Muito se teria a aprender com o estudo de Fischer:

¹⁸⁷ Roquette-Pinto, Edgard. *Die rehobother bastards - notas de texto*. Texto datilografado, s/d, 10p. (AAFMN – Série 2 – Antropologia Física - AF.T.2.1.031). É importante destacar que há na Biblioteca Histórica do Museu Nacional um exemplar da primeira edição do livro de Eugen Fischer, publicado em 1913. É provável que o livro tenha sido adquirido pelo Museu Nacional à pedido do próprio Roquette-Pinto ou da Sessão de Antropologia e Etnografia, onde atuava desde 1905.

¹⁸⁸ Idem, p.1.

¹⁸⁹ idem, p.5.

Se a investigação de antigos e puros troncos, restos, por assim dizer, da pré-história do homem, nos fornecem quadros da forma, da anatomia que a humanidade ou parte dela, possuía ou possui ainda, ensina-nos a investigação dos bastardos um pouco dos fenômenos da biologia vivida da humanidade ou que vive ainda. Ambas as coisas nos são imprescindíveis. A primeira, porém, se tem por muita vez tentado; a outra, a investigação dos bastardos, tem tido cuidados de madrasta. Que tal se modifique, que tenha a questão da mestiçagem dentro da humanidade a consideração que merece, e que o trabalho se faça, mas trabalho especializado, exato e consciente do problema.¹⁹⁰

Na compreensão de Roquette-Pinto, o trabalho de Fischer mereceu a atenção da comunidade antropológica especialmente por ter sido o primeiro estudo a explicar o “complexo funcionamento da hereditariedade” a partir das leis mendelianas, que teriam sido empregadas até então somente por zoólogos e botânicos. Fischer teria “comprovado numericamente” que a “hipótese mendelística” era provável para algumas manifestações hereditárias e esclarecedora de “forma cabal” para outras tantas. A herança mendeliana poderia ser observada, conforme demonstrara Fischer, pela transmissão de caracteres como a cor e a forma do cabelo, a cor dos olhos e da pele, a forma do nariz e da fenda palpebral, o índice nasal e a largura da frente.¹⁹¹ Embora ainda faltassem estudos mais profundos sobre o funcionamento e a transmissão da hereditariedade humana, sobretudo das “heredouidades”, as investigações de Fischer recusavam a existência de modificações pela ação do meio. Por isso tudo, concluía Roquette-Pinto: “para nós, atualmente, tudo ainda é fenótipo”.¹⁹²

Em artigo publicado na imprensa carioca em 1926, o antropólogo brasileiro lembrava que apesar de “não faltar estudiosos dos melhores que apresentam a espécie humana como excelente exemplo de exceção às leis de Mendel”, a grande maioria era “francamente contrária a tal opinião”. E neste terreno, os dados apresentados por Eugen

¹⁹⁰ idem, p.10.

¹⁹¹ idem.

¹⁹² Idem, p.12.

Fischer, que Roquette considerava “o mais notável antropólogo da Alemanha”, eram inquestionáveis. Sua autoridade era fato provado: “nós, no Museu Nacional, realizando análise antropológica da população do Brasil (...) podemos verificar a justeza da observação de Fischer”.¹⁹³

Em relação ao processo de miscigenação que formara a população mestiça de Rehoboth, Roquette-Pinto anotara que Fischer teria chegado à conclusão de que aqueles mestiços eram originários de grupos variados, uma vez que tanto os brancos da Europa quanto os nativos africanos não poderiam ser considerados como “raças puras”. Entre os hottentotes, especialmente, haveria origens das mais diversas, desde os cruzamentos com os povos do noroeste africano até do sul da Ásia, como era possível perceber pela presença do “sangue malaio”.¹⁹⁴ De outro lado, considerando que negros e europeus se diferiam biologicamente “por inúmeras heredo-unidades”, como se chamavam os traços fenotípicos, o resultado desses cruzamentos não poderiam deixar de ser complexos. Além disso, Roquette-Pinto lembrava ainda, se referindo aos pressupostos de outro antropólogo alemão, Erwin Baur, que “as raças humanas eram imensamente complicadas” do ponto de vista de suas formações genéticas, já que existiria uma variedade considerável mesmo entre raças próximas. Essa diversidade de caracteres tenderia a aumentar ainda mais nos cruzamentos de “raças heterogêneas”, podendo chegar mesmo a “mais de um milhão de combinações diversas”. Neste sentido, para se obter a uma análise possível sobre os resultados dos cruzamentos, seria necessário partir da investigação de um “pequeno número de caracteres de hereditariedade mais simples”, para só depois aprofundar gradativamente a análise antropológica. Teria sido justamente isso, de acordo com Roquette-Pinto, que “pretendeu fazer Fischer em relação aos mestiços de Rehoboth”.¹⁹⁵

Nas conclusões do antropólogo alemão, conforme Roquette-Pinto mencionara em sua resenha, “o exame dos mestiços de Rehoboth nos mostra um agrupamento populacional bem caracterizado, dotado porém de forte variabilidade”. Os característicos antropológicos de ambas as raças originárias, europeus e nativos africanos, se combinariam de modo variado, não formando uma nova raça, como muitos acreditavam, mas sim uma população mestiça onde alguns poderiam retornar aos característicos europeus, e outros aos

¹⁹³ Roquette-Pinto, Edgard. “Raça de Gigantes”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 01/09/1926 (APERP-ABL).

¹⁹⁴ Roquette-Pinto, Edgard. *Die Rehobther Bastards – nota de leitura*. Op.cit., p.4-5.

¹⁹⁵ Idem, p.6.

característicos africanos. Fischer teria demonstrado também que os efeitos dos cruzamentos raciais não era uma simples mistura de fatores hereditários, muito menos a sobreposição ou a dominância de uma raça sobre a outra. O que haveria de fato era uma “combinação” de fatores hereditários, nos quais ocorria a dominância de alguns fatores sobre outros, independentemente da origem racial.¹⁹⁶

Para Roquette-Pinto, como vimos anteriormente, esse pressuposto da miscigenação como “combinação” era essencial para rebater afirmações antigas sobre os mestiços, visto por muitos como um “tipo híbrido instável” ou “degenerado”, que teria se originado da “mistura” de forças biológicas antagônicas. As investigações de Fischer sobre os mestiços de Rehoboth, lembrava Roquette-Pinto, não apenas demonstrava a inexistência de tipos híbridos, como também negava a infertilidade dos mestiços. Além disso, Fischer teria comprovado que todas as raças seriam “cruzáveis com plena fecundidade”, sendo o caso do “bastardos” da pequena comunidade de Rehoboth o melhor exemplo de fertilidade. Na leitura do antropólogo brasileiro, a análise dos cruzamentos raciais realizada por Eugen Fischer permitia concluir que aquela “população mestiça é sadia, forte e prolífica”.¹⁹⁷

Em relação “as questões controvertidas e complexas como o valor intelectual e moral dos bastardos”, Roquette-Pinto apenas teria mencionado que os dados levantados pelo antropólogo alemão não apresentariam “material bastante livre de dúvidas”, o que parece ter impedido maiores comentários do antropólogo brasileiro.¹⁹⁸ Além disso, Roquette-Pinto não considerou as assertivas negativas de Fischer contra os mestiços e os cruzamentos raciais em geral. De acordo com a historiografia, embora Fischer considerasse os mestiços de Rehoboth superiores aos nativos hottentotes, não deixou de vê-los como “indolentes”, fisicamente “desarmônicos” e esteticamente “feios”, condenando-os a uma posição de inferioridade em relação às “raças arianas”. Do ponto de vista eugênico, inclusive, Eugen Fischer não recomendava os cruzamentos raciais, sobretudo de raças distantes, como brancos europeus e negros (Steinmetz, 2007, 235).

É importante destacar que o projeto de Eugen Fischer no sul da África fora motivado não apenas pela redescoberta da genética mendeliana a partir de 1900, mas

¹⁹⁶ idem, p.9-10.

¹⁹⁷ Idem, p.10.

¹⁹⁸ idem.

também pela explosão de interesses que a “mistura de raças” vinha despertando nos administradores coloniais. Havia por parte do governo alemão o interesse em conhecer de perto a formação, o desenvolvimento e as características das populações coloniais onde havia ocupação européia desde meados do século XIX. O objetivo dos administradores era poder estabilizar essas novas populações, tanto do ponto de vista cultural quanto biológico, o que facilitaria a sua submissão aos interesses dos colonizadores e das nações européias (Steinmetz, 2007, 217-218).

De maneira geral, a análise dos cruzamentos raciais realizada por Fischer apontava um dilema para o governo colonial, uma vez que os mestiços de Rehoboth não constituíam grupos geneticamente estabilizados. Na compreensão do antropólogo alemão, de acordo com sua análise mendeliana, os cruzamentos poderiam gerar uma miríade de combinações genéticas, constituindo traços desarmônicos nessas populações, tanto genotípicos quanto fenotípicos (Steinmetz, 2007, 234). Como uma forma de destacar a heterogeneidade e a desarmonia daquela população, o antropólogo alemão anexara em seu livro dezenas de fotografias com os perfis dos diferentes “tipos mestiços” da comunidade de Rehoboth (Fischer, 1913).

Em sua resenha sobre *Die Rehobother Bastards*, Roquette-Pinto não deixou de mencionar que os cruzamentos entre europeus e hottentotes, conforme teria demonstrado Fischer, produziria uma variedade de “tipos mestiços”, e não uma “nova raça” ou um grupo racialmente homogêneo. Apesar disso, o antropólogo brasileiro não se preocupava em problematizar esse aspecto, sobretudo o pressuposto de que os cruzamentos produziram traços desarmônicos e mestiços geneticamente instáveis. As próprias pesquisas que realizara no Museu Nacional sobre os mestiços do Brasil traziam conclusões bastante diferentes das apontadas por Fischer. Como vimos no capítulo anterior, ao longo dos anos 1920 Roquette-Pinto esforçara-se por demonstrar que, apesar da ampla miscigenação entre grupos heterogêneos, como europeus, negros e indígenas, os mestiços do Brasil tendiam cada vez mais a estabilização dos traços hereditários. Pode-se dizer, aliás, que próprio termo “brasiliano”, que ele empregara para designar a população tipicamente nacional, obedecia a sua expectativa de que a miscigenação produziria um “tipo nacional” mais homogêneo, tanto do ponto de vista da preservação dos valores nacionais quanto biológico-racial (Roquette-Pinto, 1927; 1929).

Esse pressuposto, inclusive, fora um dos motivos que levara Oliveira Vianna a refutar a classificação dos “tipos antropológicos” do Brasil construída por Roquette-Pinto. Assim como Fischer, o historiador e sociólogo fluminense também acreditava que os cruzamentos raciais entre “raças distantes” seriam responsáveis pela formação de uma variedade de tipos mestiços, e não de sua estabilização. Era exatamente essa convicção que fizera Oliveira Vianna se opor à imigração de japoneses, árabes e asiáticos, grupos raciais vistos como inassimiláveis ou constitucionalmente diferentes da população já existente no país (Vianna, 1934, 208-209). Contudo, o que aproximava Fischer e Oliveira Vianna não dizia respeito à adoção dos pressupostos mendelianos, mas sim a convicção de que entre os mestiços, originários de diferentes cruzamentos, haveria uma grande variação de caracteres físicos e psicológicos. Para Roquette-Pinto, ao contrário, a miscigenação no Brasil tenderia a homogeneização porque sempre haveria a tendência à estabilização dos caracteres próximos a média da população predominante no país, que em sua leitura se aproxima do tipo branco mediterrâneo.

Embora as investigações de Fischer fossem referências constantes nos trabalhos de Roquette-Pinto, jamais fez menção aos argumentos anti-semitas, ao arianismo e, mais tarde, ao forte envolvimento do antropólogo alemão com o tribunal eugênico nazista. Em muitos de seus trabalhos, especialmente aqueles publicados nos anos 1920 e 1930, Fischer não apenas considerou o cruzamento racial entre judeus e não-judeus como muito perigoso, como também assumiu a ideologia arianista, condenando a miscigenação entre nórdicos e outros povos. Em 1921, juntamente com os eugenistas alemães Erwin Baur e Fritz Lenz, Fischer participou da publicação de *Human heredity and Racial Hygiene (Menschliche Erblichkeitslehre und Rassenhygien)*, no qual condenavam os cruzamentos raciais e apresentavam um amplo programa de preservação eugênica da raça ariana. Anos depois, o livro se tornaria a principal referência científica para a elaboração das “leis raciais” criadas pelo governo nazista. Além do mais, como diretor do Instituto Kaiser Wilhelm de Antropologia, Genética Humana e Eugenia (*Kaiser-Wilhelm Institut für Anthropologie, Menschliche Erblehre und Eugenik*), a partir de 1927, colaborou para o desenvolvimento de pesquisas e leis voltadas para “combater a degeneração física e mental da população alemã”. Devido a esta trajetória, Fischer acabaria recebendo, em 1933, a indicação do governo nazista para assumir o cargo de reitor da Universidade de Berlin e para integrar o Tribunal Eugênico Alemão. Embora não estivesse diretamente envolvido na

“solução final” que levou a morte de milhares de judeus, Fischer foi uma figura importante na supervisão da política biológica de arianização do governo de Adolf Hitler (Proctor, 1988, 40-41; Steinmetz, 2007, 232-233).

Roquette-Pinto não apenas conhecia outras obras de Fischer como a sua própria trajetória científica, na medida em que acompanhava com bastante atenção a produção antropológica e o próprio movimento eugênico internacional, como veremos no próximo capítulo. Contudo, em momento algum encontramos comentários do antropólogo brasileiro a respeito da adesão de Fischer ao racismo científico e a eugenia de cunho mais radical. Em nossa compreensão, Roquette-Pinto fazia apropriações seletivas de autores como Fischer, extraindo conceitos e pressupostos científicos que pudessem legitimar ou autorizar a sua própria atuação científica, sem problematizar aspectos políticos mais emblemáticos. Refutar o conjunto das idéias de onde extraía suas referências científicas significava, pode-se imaginar, abrir mão da própria autoridade científica que autores como Eugen Fischer lhe proporcionavam para se apresentar perante seus pares. Como se sabe, ainda nos 1920 e 1930 os intelectuais brasileiros não podiam abrir mão do referencial científico que vinha do exterior, uma que dele dependia, em grande medida, a legitimidade de sua produção científica. Isso, contudo, não significava repetir ou reproduzir os argumentos vindos de fora. Ao contrário, o uso que Roquette-Pinto fazia das discussões internacionais sobre antropologia, genética e eugenia eram orientadas por suas posições políticas, sobretudo no que dizia respeito à defesa da formação antropológica brasileira.

4.3. Charles Davenport, os mestiços e as ‘desarmonias antropológicas’

Se o contato de Roquette-Pinto com a tradição alemã foi central na formulação de suas concepções e métodos científicos, seu diálogo com a antropologia norte-americana, sobretudo aquela que lidou com os estudos da miscigenação racial e da eugenia, também exerceu um papel destacado em sua produção antropológica. A obra de autores consagrados na literatura internacional, como Charles Davenport, Madison Grant, Lothrop Stoddard, Herbert Spencer Jennings, Raymond Pearl, Franz Boas e Rudiger Bilden, eram bastante familiares ao antropólogo brasileiro. Ao longo dos anos 1920 e 1930, Roquette-Pinto chegara mesmo a manter correspondência freqüente não apenas com alguns desses

autores mas também com instituições científicas daquele país, o que possibilitava acompanhar de perto as idéias e as polêmicas que a antropologia norte-americana estava envolvida. Nas primeiras décadas do século XX, como já destacamos, os Estados Unidos foram, ao lado da Alemanha, não apenas o centro da produção de estudos antropológicos como do desenvolvimento de pesquisa na área da genética humana e eugenia. Neste período, além da produção de um sem número de obras científicas, dezenas de revistas, sociedades e associações estimularam o debate sobre os “problemas dos cruzamentos raciais” em diferentes direções, desde a defesa de um racismo radical até posições mais liberais e anti-racistas (Kevles, 1985, 41-129; Barkan, 1992, 177-227).

Entre estes autores, Charles Davenport foi sem dúvida uma das referências mais importantes para Roquette-Pinto, especialmente para reafirmar o papel da genética mendeliana nos estudos antropológicos e eugênicos. Formado em biologia pela Universidade de Harvard e doutor em zoologia pela Universidade de Cambridge, Davenport foi um dos mais ativos e proeminentes da nova geração de biólogos norte-americanos formada na passagem do século XIX para o XX. Como professor de zoologia da Universidade de Harvard por quase dez anos, adquiriu interesse e prestígio por seus estudos em biometria e genética animal, sendo um dos primeiros a abraçar as teorias mendelianas. Em 1904, fora nomeado pela *Carnegie Institution of Washington* para dirigir a recém criada *Station for Experimental Evolution*, em Cold Spring Harbor, Nova York (Rosenberg, 1997, 89; Kevles, 1985, 45).

Nos laboratórios da Carnegie Institution, onde criara um grupo de jovens biólogos especializados em hibridização e seleção natural, Charles Davenport desenvolveria pesquisas sobre a genética em pássaros caseiros, como os canários, exercendo um papel importante nas primeiras análises mendelianas acerca do funcionamento da hereditariedade. Anos depois, estimulado pela crença de que as leis de Mendel poderiam ser empregadas para o estudo da genética humana, iniciou uma série de pesquisas sobre a hereditariedade de determinados traços humanos, como a cor dos olhos e da pele, o formato do cabelo, do nariz e da orelha (Kevles, 1985, 46). Após reunir uma grande quantidade de dados extraídos de registros familiares, formou a base para a publicação, em 1911, do livro *Heredity in relation to eugenics*. Nesta obra, procurou demonstrar que tanto as doenças mentais, a insanidade, a epilepsia, o alcoolismo, o “pauperismo” e a

criminalidade, quanto o temperamento psicológico, a inteligência e o talento para a ciência, a matemática, as letras e a música, eram herdadas geneticamente (Davenport, 1911, IV-V).

Ignorando os efeitos do ambiente na formação racial, Davenport já apontava neste momento a imigração e os cruzamentos raciais como responsáveis pela transmissão de doenças e pela existência de uma série de problemas sociais (idem, 220-224). Convencido de que o mendelismo poderia explicar de forma inteligível os efeitos dos cruzamentos raciais humanos, Davenport publicou em 1917 um longo artigo na Revista *Genetics* sobre a herança da estatura no homem. Seus estudos apontavam que determinados componentes da estatura poderiam ser herdados separadamente. Isso permitia argumentar que um indivíduo, nascido de cruzamento de raças diferentes, poderia herdar pernas longas de um parente e braços curtos de outros. Essa mesma “desarmonia” antropológica, acreditava ele, se encontraria também em outras partes do corpo (Davenport, 1917a, 346-348).

Em outro artigo, intitulado “The effects of race intermingling”, publicado ainda em 1917 pela *American Philosophical Society*, Charles Davenport questionava quais seriam os resultados dos cruzamentos raciais (especialmente numa cidade de imigração bastante heterogênea, como Nova York), uma vez que as raças se diferiam umas das outras por características genéticas variadas (Davenport, 1917b, 364). Embora entendesse que o número de estudos sobre genética humana e miscigenação ainda não possibilitasse conclusões definitivas, sua resposta consistia em afirmar que os cruzamentos de raças diferentes gerariam “híbridos” com novos caracteres, cuja combinação genética poderia levar a uma série de “desarmonias antropológicas”. Aliás, em suas palavras, a miscigenação racial comumente implicava em desarmonias: “desarmonia das qualidades físicas, mentais e temperamentais, e estas significavam também desarmonia com o ambiente”. Como conclusão, destacava que “a hybridized people are a badly put together and a dissatisfied, restless, ineffective people” (idem, 366-367). Embora não assumisse declaradamente uma política de segregação racial, como lembrou o historiador da ciência William Provine, Davenport reivindicava que um amplo programa de seleção eugênica deveria ser instituído pelo Estado, estimulando a reprodução entre indivíduos de “boas combinações” genéticas e impedindo o surgimento de tipos híbridos (Provine, 1973, 791).

Os trabalhos de Davenport encontraram um terreno fértil para o debate sobre os efeitos dos cruzamentos raciais, uma vez que setores da sociedade norte-americana cada

vez mais voltavam suas preocupações para a presença de negros, mestiços e imigrantes de diferentes nacionalidades. Indo ao encontro das idéias que o próprio Davenport e outros antropólogos e geneticistas haviam sustentado, as autoridades norte-americanas temiam que os efeitos dos cruzamentos raciais não apenas afetassem as “boas características” das “raças arianas”, como também aumentassem drasticamente os problemas sociais e a formação de indivíduos doentes, fisicamente degenerados e intelectualmente inferiores (Kevles, 1985, 70-84).

Estimulado por estas preocupações, e pela centralidade que as idéias raciais ocupavam no interior da comunidade científica norte-americana, ao longo dos anos 1920 Davenport continuaria investindo esforços para compreender, de um lado, quais eram os efeitos dos cruzamentos raciais e, de outro, como as “raças puras” e os “tipos híbridos” se diferenciavam, tanto do ponto de vista físico quanto mental. Em 1926, juntamente com seu assistente Morris Steggerda, um jovem antropólogo formado em zoologia pela University of Illinois, Davenport realizaria um amplo estudo antropológico e genético sobre o “problema dos cruzamentos raciais” na Jamaica.¹⁹⁹ A partir da compilação de centenas de medidas físicas e de testes psicológicos, realizado entre mais de 300 adultos e crianças em idade escolar, seu objetivo consistia em fazer um estudo comparativo sobre as características físicas, as habilidades mentais e a eficiência da população negra e branca, bem como dos mestiços originados desses dois grupos, que ele considerou como “raças puras”. A pesquisa tinha sido possível graças a um financiamento da Carnegie Institution, por meio de uma doação do milionário Wickliffe Preston Draper, um entusiasta do movimento eugênico norte-americano (Farber, 2011, 37). O estudo seria publicado em 1929 com o título *Race crossing in Jamaica*, um grosso volume descrevendo os índices dos testes psicológicos, os dados antropométricos e dezenas de fotografias da população jamaicana, sobretudo dos mestiços, que ele chamara de “browns” ou “híbridos”.

¹⁹⁹A ilha caribenha fora escolhida por Charles Davenport para realizar suas pesquisas devido a composição racial do país, formado por uma grande população de negros de origem africana, brancos de origem européia, sobretudo ingleses, e de uma ampla população mestiça. Vale lembrar que a exemplo do que vinha ocorrendo com a antropologia física e a etnografia européia, ao longo dos anos 1920 a antropologia norte-americana também voltara a sua atenção para o estudo da composição racial de outros países, em especial aqueles onde houvera miscigenação entre europeus e africanos. Além da própria pesquisa de Davenport e Steggerda entre os jamaicanos, outros estudos sobre cruzamentos raciais que se destacaram neste período são os de Dunn e Tozzer (1928) sobre a população do Hawaii; de Rudles Gates (1928) junto aos índios canadenses e os esquimós; o estudo de Harry Lionel Shapiro (1929) sobre os descendentes de Bounty nas Ilhas de Pitcairn, no Pacífico Sul; de Melville Herskovits (1928) sobre os cruzamentos de negros e brancos nos Estados Unidos; a pesquisa de Porteus e Babcock (1925) empreendida junto aos diferentes grupos raciais do Hawaii.

Os dados levantados por Davenport e Steggerda reforçaram ainda mais a preocupação com a “mistura de raças”. Segundo eles, conforme escreveram em 1928 na revista *Scientific Monthly*, a propósito do resultado de suas pesquisas na Jamaica, as características de brancos e negros diferiam de tal modo que os híbridos resultantes dessas duas raças apresentariam grande variabilidade em relação a cada uma das linhagens, o que explicaria a existência, entre os mestiços, de desarmonias físicas e instabilidade nos comportamentos e nas habilidades mentais (Davenport & Steggerda, 1929a, 237). Do mesmo modo que havia estabelecido nos artigos que publicara em 1917, Charles Davenport repetiria o argumento de que os cruzamentos poderiam gerar “aberrações físicas”, dando como exemplos os mestiços que apresentavam desarmonias entre o comprimento das pernas e dos braços em relação ao corpo, o tamanho dos pés e das mãos, a distância entre os olhos e o formato do nariz. A causa desses traços desarmônicos, explicavam eles, seria devido à combinação de fatores genéticos antagônicos, conforme a sua análise mendeliana permitia observar (idem, 237-239).

Contudo, Davenport admitia que a maior desarmonia existente entre os híbridos era mesmo dos traços mentais. No relatório em que divulgaram os primeiros resultados de suas pesquisas com a população jamaicana, Davenport e seu assistente questionavam os antropólogos que negavam haver “evidências satisfatórias” sobre as diferenças entre as capacidades mentais e morais das “principais raças humanas”. Embora concordassem com esses antropólogos quanto à possibilidade de utilizar a educação e o treinamento como forma de “promover o desenvolvimento de povos primitivos”, negavam que todas as raças fossem portadoras dos mesmos “dotes nativos” (Davenport & Steggerda, 1929b, 67). Para eles, haveria diferenças mentais inatas a cada uma das raças. De acordo com os testes psicológicos empregados durante a pesquisa na Jamaica, um grande número de indivíduos híbridos se caracterizaria, quanto às habilidades mentais, como “mais fraco do que os mais fracos dos negros ou os mais fracos dos brancos”. Apesar de alguns mestiços se destacarem por sua “alta capacidade intelectual”, por suas habilidades com a música e para a resolução de “equações matemáticas simples”, ou mesmo por sua maior resistência a determinadas doenças, os autores enfatizavam que boa parte da população híbrida pertencia a um grupo de “pessoas intelectualmente incompetente” (Davenport & Steggerda, 1929a, 238). Os autores chegaram mesmo a lembrar, referindo-se a obra *Voyage to Brazil*, de Agassiz, que apesar dos híbridos serem vistos como mais

independentes do que os negros, muitos deles eram “instáveis e insdisciplinados”. Partindo dessa compreensão, Davenport e Steggerda concluíam: “Se somente a sociedade tivesse a força para eliminar a metade inferior de uma população híbrida, então a permanência da metade superior poderia ser uma clara vantagem para a população como um todo”. Contudo, como essa seleção ainda era impraticável, a miscigenação de maneira alguma seria benéfica para a sociedade (Davenport & Steggerda, 1929a, 238).

Roquette-Pinto não apenas conhecia os estudos de Charles Davenport como também com ele chegara a se corresponder, tendo trocado informações de pesquisa, documentos institucionais e materiais bibliográficos.²⁰⁰ No mesmo ano em que a publicação do livro sobre os mestiços da Jamaica veio a lume, Davenport recorrera a Roquette-Pinto para obter informações sobre o processo de miscigenação racial e as características antropológicas da população do Brasil. Na carta que enviara ao antropólogo brasileiro, informava que o “Comitê de Cruzamento Racial”, ligado a *Federation of Eugenics Organizations*, que o próprio Davenport presidia, “está buscando as áreas onde o cruzamento racial entre dessemelhantes, mais ou menos puros, está agora ocorrendo ou ocorreram durante as duas últimas gerações”. Por esse motivo, explicava Davenport:

O comitê apreciaria muito sua assistência neste estudo. Seremos gratos em ter uma declaração sua para: 1) apresentar em seus estados ou províncias onde o cruzamento de raças está se fazendo; 2) as raças envolvidas (europeus e negros, europeus e americanos, chineses e malaios, europeus do norte e do sul); 3) o número de gerações durante os quais a hibridação tenha ganhado uma escala significativa. Gostaríamos muito em ter sua referência para publicarmos seu relatório sobre cruzamentos de raças em seu país, ou de qualquer pessoa que possa fornecer fotografias de raças ou de raças híbridas.²⁰¹

Dez dias após ter recebido a missiva, Roquette-Pinto comunicara em artigo publicado na imprensa paulista que o “conhecido biólogo norte-americano” lhe enviara uma circular solicitando informações “a respeito dos cruzamentos na espécie humana”.

²⁰⁰ Ver AAFMN – Série 2: Antropologia Física – AF.T.1.002.

²⁰¹ Correspondência de Charles Davenport a Edgard Roquette-Pinto. New York. 19 de abril de 1929 (AAFMN – Série 2: Antropologia Física – AF.T.1.002).

Conforme ele próprio anunciava, a resposta seria remetida “o mais depressa possível, transmitindo-lhe o resultado de observações iniciadas há uns vinte anos”, referindo as pesquisas que vinha realizando no Museu Nacional desde os anos 1910.²⁰² Embora não tenhamos localizado a resposta que Roquette-Pinto enviou a Davenport, é possível imaginar que o antropólogo brasileiro encaminhara suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*, texto que havia publicado poucos meses antes nos *Archivos do Museu Nacional*, e que seria apresentado, ainda em 1929, no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Neste artigo, embora defendesse um argumento bastante distinto daquele defendido por Charles Davenport, sobretudo no que dizia aos efeitos da miscigenação, Roquette-Pinto indicara seu colega americano como uma referência importante em seus estudos antropológicos. É possível, inclusive, que tenha encaminhado uma série de fotografias sobre os “tipos antropológicos” do Brasil, que ele próprio havia reunido durante suas pesquisas.²⁰³

Para o antropólogo brasileiro, Davenport era, ao lado de Eugen Fischer, uma das principais autoridades científicas no campo da genética e da antropologia física, especialmente pela aplicação da genética mendeliana ao estudo da questão racial. Em artigo publicado em 1929 no *Diário Nacional* de São Paulo, a propósito do relatório de atividades científicas que Davenport o havia enviado, Roquette-Pinto ressaltava a grande quantidade e a relevância das pesquisas que o Departamento de Genética da *Carnegie Institution of Washington* vinha realizando sob a direção de Charles Davenport. Atualmente, conforme descrevia Roquette-Pinto, o “corpo de investigadores” em genética humana, vegetal e animal desta instituição era “numerosíssimo”, divididos em duas seções: a *Station for Experimental Evolution* e a *Eugenics Record Office* (ERO). Esta última sessão, inclusive, era destacada por Roquette-Pinto pelos estudos que realizava e pelo grande número de informações que recebia de diferentes partes do mundo, como as fichas genealógicas de famílias, “úteis aos seus fins eugênicos”.²⁰⁴

²⁰² Roquette-Pinto, Edgard. “Os fatores da raça”. *Diário Nacional*. São Paulo, 02/04/1929.

²⁰³ Roquette-Pinto havia reunido dezenas de fotografias com os perfis dos diferentes “tipos antropológicos” brasileiros, conforme é possível consultar no Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional (AAFMN – Fotografia – AF.F.0019; Reprodução Fotográfica – AF.R.0003). Algumas dessas fotografias foram publicadas em suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*, tanto na edição que saiu em 1928 pelos “Archivos do Museu Nacional” quanto no volume I das “Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”, publicado em 1929.

²⁰⁴ Roquette-Pinto, Edgard. “Os fatores da raça”. *Diário Nacional*. São Paulo, 02/04/1929.

Neste mesmo artigo, o antropólogo brasileiro saudava o colega norte-americano pela pesquisa “interessante” que realizara sobre “o cruzamento de raças humanas na Jamaica”. Além de destacar os novos métodos empregados por Charles Davenport e Morris Sterggerda para diferenciar as características raciais, como o uso do exame de sangue e os testes psicológicos, Roquette-Pinto comentara alguns dos resultados apresentados pelos autores, sobretudo no que dizia respeito ao aspecto comparativo entre brancos, negros e mestiços. Uma das “conclusões inesperadas” que chamara a sua atenção teria sido a demonstração de que os negros são mais “bem-dotados” do que os brancos no que diz respeito à “capacidade musical”, a “memória visual” e a habilidade para desenhar, que Davenport e Steggerda haviam chamado de “capacidades sensoriais”.²⁰⁵

Em relação às capacidades intelectuais dos mestiços jamaicanos, Roquette-Pinto destacara que Davenport os havia classificado numa posição intermediária entre brancos e negros. Lembrava que “embora alguns mulatos sejam iguais aos mais bem dotados brancos, quanto a certos característicos mentais, contudo, entre eles existe uma grande percentagem de indivíduos que parecem ainda menos aptos do que os próprios negros, para o fim de conseguir seu progresso natural”. O antropólogo brasileiro concordava com seu colega norte-americano, frisando que suas pesquisas realizadas no Brasil neste mesmo período permitiam “dizer mais ou menos a mesma coisa”. Entretanto, estaria “convencido” de que tudo isso correria “por conta de causas muito mais ‘sociais’ do que ‘biológicas’”.²⁰⁶

Embora essa ressalva final mudasse o sentido que Davenport havia dado aos seus estudos, Roquette-Pinto não fizera observações sobre as condenações radicais que o autor norte-americano havia proferido contra os cruzamentos raciais e contra os próprios mestiços. Vale destacar que a publicação de *Race crossing in Jamaica* iniciara uma série de polêmicas entre geneticistas e antropólogos norte-americanos. Mesmo tendo recebido boa acolhida por parte de cientistas influentes, como do geneticista Herbert Spencer

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ Idem.

Jennings,²⁰⁷ objeções e críticas contundentes aos resultados de suas pesquisas espalharam-se pelas revistas científicas norte-americanas e européias. As polêmicas estimularam trocas de farpas, tanto por meio de artigos científicos quanto por correspondências, entre os críticos e os defensores de Davenport. O próprio eugenista inglês Karl Pearson, uma das principais lideranças do movimento eugênico mundial, teria se oposto aos experimentos e as conclusões sustentadas em *Race Crossing in Jamaica*, sobretudo no que dizia respeito à falta de evidências acerca das supostas desarmonias físicas e mentais existente entre os tipos híbridos (Provine, 1973, 793-794).

Apesar de não haver menção a esse debate em seus trabalhos, é provável que Roquette-Pinto conhecesse as críticas contra seu colega norte-americano. Contudo, isso parece não ter sido suficiente para fazer com que o antropólogo brasileiro deixasse de se referir a Charles Davenport como uma das principais autoridades no campo da genética e da antropologia. A exemplo do que fizera em relação às questões polêmicas que envolviam os estudos e a trajetória de Eugen Fischer, Roquette-Pinto também silenciara sobre os pressupostos fortemente racistas que alimentavam os trabalhos do geneticista e antropólogo norte-americano. Ao que tudo indica, tanto Fischer quanto Davenport assumiram um papel importante nos estudos de Roquette-Pinto menos por suas idéias do que pela defesa de um modelo de antropologia que ele próprio compreendia como sendo moderno e mais científico. Isso ficava caracterizado, por um lado, pelas inúmeras referências que fazia aos métodos e as técnicas empregadas por estes autores e, por outro, pelo uso da genética mendeliana e sua conciliação aos estudos antropométricos. Sua apropriação, portanto, era seletiva. Importava extrair destes autores mais a autoridade científica que emanavam de seus trabalhos do que os pressupostos que defendiam. Apoiar-se sobre a autoridade destes autores significava legitimar, entre seus pares brasileiros, o próprio trabalho científico que desenvolviam, uma vez que tanto Fischer quanto Davenport eram figuras das mais proeminentes na antropologia internacional.

²⁰⁷ De acordo com o historiador William Provine, Herbert Spencer Jennings foi um dos primeiros a saldar os resultados da pesquisa de Charles Davenport. Embora se caracterizasse enquanto um político liberal, que inclusive tinha se oposto ao movimento eugênico pelo valor exagerado atribuído as concepções hereditaristas, Jennings levou as conclusões de Davenport a sério. Em seu livro *The biological basis of human nature*, publicado em 1930, endossara as conclusões de seu colega da *Carnegie Institution*, destacando que, a exemplo do que ocorria no reino animal, os cruzamentos raciais entre humanos poderiam produzir sim diferentes desarmonias físicas e mentais (Provine, 1973, 793).

Curiosamente, a despeito das referências positivas aos trabalhos do colega norte-americano, Roquette-Pinto mais de uma vez manifestara fortes críticas às idéias de um grupo de autores bastante alinhados a Charles Davenport, e cujas idéias em muito se assemelhavam. Em artigo publicado em 1931, no *Boletim de Ariel*,²⁰⁸ o antropólogo brasileiro não deixaria de se opor aos resultados dos estudos do eugenista e antropólogo norueguês John Alfred Mjösen, de quem havia sido publicado um longo artigo no “Boletim de Eugenia”, traduzido pelo eugenista brasileiro Renato Kehl, intitulado *Cruzamentos de Raças*. Tratava-se de um texto que resumia as idéias que Mjösen havia apresentado no Segundo Congresso Internacional de Eugenia, realizado em 1921 em Nova York, sob a presidência de Charles Davenport, e publicado posteriormente na “Eugenics Review” de Londres. Os pressupostos de Mjösen, inclusive, seriam citados por Davenport em seu *Race Crossing in Jamaica* como uma das principais referências nos estudos sobre cruzamentos raciais, sobretudo para reafirmar a idéia de que a miscigenação produzia desarmonias genéticas e glandulares nos mestiços, ocasionando um maior número de doenças e de problemas sociais, como a criminalidade e a insanidade (Davenport & Steggerda, 1929a).

Roquette-Pinto, entretanto, contestaria a afirmação de Mjösen segundo a qual “a frequência de moléstia nos indivíduos de meio-sangue”, como o diabetes, por exemplo, resultavam das “perturbações glandulares” existente entre os mestiços, ocasionado pelos cruzamentos raciais. Seria verdadeiro o argumento de que “os mulatos dão maior contingente de diabéticos?”, questionava Roquette-Pinto em suas considerações sobre o artigo de John Alfred Mjösen. De acordo com seu modo de pensar, não era “absolutamente” o que ele próprio havia verificado entre os médicos brasileiros. Bastaria ver “as estatísticas do obituário nacional” para contestar as palavras do eugenista norueguês. “Mesmo porque, no Brasil, se isso fosse verdade, concluía o antropólogo brasileiro, quase ninguém morreria... senão de diabetes. Consulte-se por curiosidade o Boletim demográfico sanitário...”. Em sua compreensão, Mjösen fazia parte da “escola” daqueles que colocavam o pensamento no lugar dos experimentos científicos. Faltaria nos estudos deste autor o próprio “*substratum* da ciência”, aquilo que dava sustentação aos argumentos

²⁰⁸ Roquette-Pinto, Edgard. “Prometheus or Biology and the advancement of man”. Rio de Janeiro: *Boletim de Ariel*, n.1, out.1931.

antropológicos, como a apresentação de “provas, documentos, observações, experimentos”.²⁰⁹

4.4. Diálogos com a antropologia norte-americana

Ao longo dos anos 1920 e início dos anos 1930, o contato de Roquette-Pinto com a antropologia norte-americana foi constante. Esse diálogo pode ser percebido tanto nos trabalhos que publicara nesse período quanto nos rascunhos, resumos e resenhas que deixara em seus cadernos de anotações. Além do interesse pela própria antropologia física e o debate sobre miscigenação, a literatura científica norte-americana chamara a sua atenção pelas controvérsias que envolviam a eugenia e a imigração, temáticas que mobilizavam tanto os brasileiros quanto os americanos. Em seus escritos, encontram-se não apenas referências como resumos e comentários das principais obras de escritores renomados e polêmicos como Madison Grant (1865-1937), Lothrop Stoddart (1883-1950) e Alfred Paul Schultz (1878-1950), autores bastante próximos ao círculo de Charles Davenport.²¹⁰ Assim como este último, todos eram membros da *American Anthropological Association* (AAA) e figuras fortemente marcadas pelo racismo científico. Na definição de Roquette-Pinto, os nomes de Grant, Stoddart e Schultz formavam “a tríade contrária a mistura de raças no mundo”.²¹¹

Estes autores se tornaram best-sellers não apenas pela apologia que faziam à superioridade racial nórdica e pela condenação aos cruzamentos raciais, mas também pela tentativa de narrar, na esteira de Arthur de Gobineau e do darwinismo social, a história da civilização ocidental a partir das explicações biológico-raciais. O antropólogo e eugenista Alfred Schultz havia publicado em 1908 a obra *Race or mongrel: a brief history of the rise and fall of the ancient races of earth*, por meio da qual desenvolveu a teoria segundo a qual o declínio e a queda dos grandes impérios ou nações foram devido à miscigenação com raças estrangeiras. De outro lado, a força militar e a superioridade política que outras

²⁰⁹ Idem, p. 4.

²¹⁰ Sobre a relação e a proximidade intelectual destes autores, consultar Spiro (2008).

²¹¹ Roquette-Pinto, Edgard. Caderno de anotações. 1925. (anotações soltas, s/p). APERP-ABL..

nações haviam conquistado, especialmente às do norte da Europa, eram explicadas pela preservação da pureza racial. Na compreensão deste autor, como o próprio Roquette-Pinto ironicamente anotara, “as raças puras” teriam construído a civilização ocidental.²¹²

Partindo dessas teorias, Alfred Schultz profetizava que a grande nação norte-americana também estaria condenada ao declínio, a menos que a imigração e os cruzamentos raciais não fossem rigorosamente controlados. Em seu ponto de vista, para compreender os males que a imigração e a livre miscigenação causavam à uma nação bastaria analisar seus efeitos no Brasil. Repetindo as palavras de Louis Agassiz e do general Christopher C. Andrews,²¹³ que realizaram viagem pelo Brasil ainda no século XIX, o autor afirmava que a “mongrelização” da população brasileira, sobretudo entre brancos, negros e indígenas, havia produzido um tipo racial “preguiçoso”, uma “classe perturbadora” que se caracterizava pela baixa “energia física e mental”. Além disso, os mestiços do Brasil seriam inferiores ao próprio “stock” das raças originárias, fossem elas de origem africana ou indígena (Schultz, 1908, 7-8). As anotações de Roquette-Pinto ressaltavam o fato de Schultz ter dirigido uma condenação ainda maior contra a população do Peru, onde a degeneração racial teria atingido um grau ainda maior. Nesse país, além da existência de um grande número de mestiços de origem africana e indígena, somava-se ainda um contingente de mestiços com sangue chinês, visto pelo antropólogo americano como altamente prejudicial ao desenvolvimento da civilização e do progresso.²¹⁴

O temor sobre a “mongrelização” do mundo ocidental também era uma preocupação forte do historiador, antropólogo e eugenista Lothrop Stoddard, tido como um dos principais adeptos do racismo científico nos Estados Unidos. Autor de mais de uma dezena de livros, o nome de Stoddard ganhou notoriedade especialmente pela publicação da obra *The rising tide of color against white world-supremacy*, publicada em 1920 (Guterl, 2002, 52-55). O livro trazia uma extensa e elogiosa introdução de seu amigo e camarada Madison Grant, que ressaltava a importância dos argumentos de Stoddard, especialmente no contexto imediatamente posterior a Primeira Guerra Mundial, quando as nações européias discutiam a sua reorganização racial, social e política (Grant, 1920, xi-

²¹² Idem.

²¹³ Alfred Schultz se referia as obras *A journey in Brazil*, publicado por Agassiz em 1868, e *Brazil, its conditions and prospects*, publicado em 1887.

²¹⁴ Roquette-Pinto, Edgard. *Caderno de anotações*. Idem.

xxxii). Assim como Schultz, Stoddard declarava que a eliminação e a absorção das “raças brancas” pelas “raças de cor”, fruto do crescimento da miscigenação, poderia resultar na destruição da civilização ocidental. O retrato racial pintado por Stoddard dividia o mundo entre “brancos” e os “povos de cor” (amarelos, pretos, ameríndios e mestiços), destacando que o “crescimento explosivo” destes últimos, aliado aos desastres da Primeira Guerra e o “colapso” do colonialismo, vinham reduzindo a “supremacia branca no mundo” (Stoddard, 1920, 299-310).

A preocupação de Stoddard, conforme o próprio Roquette-Pinto resumia em seus cadernos de anotações, era devido à compreensão de que “as raças de cor ultrapassariam as brancas em mais de 2 por 1”. Elas estariam crescendo tão depressa que enquanto as “raças brancas” demorariam 80 anos para se duplicar, as amarelas levariam 60 e as “raças negras” apenas 40 anos, o que aumentaria também a projeção para o crescimento do próprio número de indivíduos mestiços.²¹⁵ Para o antropólogo brasileiro, ao contrário do que pensava Stoddard, isso não deveria ser visto com preocupação, pois a miscigenação racial vinha se tornando uma realidade em todas as partes do mundo, inclusive no continente europeu. A idéia de que ainda haveria “raças puras”, somado à compreensão de que a miscigenação era uma grande ameaça à civilização, não passaria de uma grande falácia, como repetia frequentemente o antropólogo brasileiro. No texto que escrevera no início dos anos 1920 sobre a antropologia das populações da Europa, Roquette-Pinto observava que “na hora atual o inter-casamento geral dos tipos antropológicos” fazia com que o conceito de “raça pura” perdesse completamente o significado que alguns autores ainda continuavam empregando. Em sua opinião, esse conceito tinha sido “invocado nas discussões em que se jogou o destino dos povos”, como havia ocorrido durante a “grande guerra”, quando o imperialismo alimentou a idéia de que o mundo se dividia entre as “raças superiores”, aptas a dominar, e as “inferiores”, que deveriam se submeter aos interesses das grandes nações.²¹⁶

Embora Roquette-Pinto concordasse que o conceito de raça só fizesse sentido em termos “mais elementares, mais objetivos, mais simples, puramente biológicos, anatômicos, fisiológicos e psicológicos”, entendia que a história do desenvolvimento dos

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Roquette-Pinto, Edgard. *Antropologia das novas nações antropológicas*. 192?, p.28, 55p. (Texto manuscrito. APERP-ABL).

povos e das nações não deveria ser contada apenas deste ponto de vista. Referindo-se ao pensamento do historiador e filólogo francês Joseph Ernest Renan (1823-1892), lembrava que a história das nações e dos povos não poderia prescindir do conhecimento de sua etnologia, de sua etnografia e da história de suas tradições.²¹⁷ Aqui, o antropólogo brasileiro parecia reprovar a maneira como vinha sendo escrita a história das populações na Europa, tal qual propunham autores como Stoddard, Alfred Schultz e Madison Grant. Para estes, a história da civilização ocidental deveria ser narrada em termos raciais, como uma história da evolução biológica humana, ou mesmo uma história das “lutas de raças”. As conquistas, o progresso e os retrocessos da civilização ocidental, acreditavam esses escritores americanos, poderiam ser explicados pela formação dos principais grupos raciais, por suas histórias de ocupação, isolamento e distribuição geográfica, pelas guerras, invasões, imigrações e migrações, sobretudo dos povos europeus (Schultz, 1908; Grant, 1916; Stoddard, 1920).

No texto sobre a antropologia das nações européias, Roquette-Pinto fizera uso das principais obras destes autores, sobretudo do livro *The passing of the great race*, publicado por Madison Grant em 1916. Embora seus pressupostos se distanciassem daqueles defendidos por Grant, muitas das informações que acompanhavam essa obra foram largamente empregadas pelo antropólogo brasileiro. Em suas palavras, se as “opiniões sectárias do autor” fossem desprezadas, era preciso “reconhecer que os seus mapas antropológicos da Europa e o esboço que os acompanha representam com clareza o que se admite como fatos mais prováveis nos anais da ciência atual”.²¹⁸

Caracterizado como um dos autores mais influentes e ferozes do racismo científico, Madison Grant desenvolveu em *The passing of the great race* uma poderosa apologia à superioridade racial nórdica. Seguindo as formulações das teorias raciais do século XIX, como as de William Ripley, Grant dividiu a espécie humana em três raças distintas: *caucasianos* (europeus); *negróides* (africanos); e *mongóis* (asiáticos). Em sua taxonomia antropológica, os *caucasianos* foram divididos em *nórdicos* (que ocupavam a região norte da Europa), *alpinos* (Europa Central e parte da Ásia) e *mediterrâneos* (região sul e leste da Europa e norte da África), sendo o primeiro grupo classificado como “*homo*

²¹⁷ Idem, p. 23-27.

²¹⁸ idem

europaeus, o homem branco *par excellence*” (Grant, 1916, 150). Sua teoria consistia em afirmar que “alpinos” e “mediterrâneos” formavam “raças inferiores” devido suas origens variadas, consequência da constante miscigenação com africanos e asiáticos. De outro lado, a “raça nórdica” se constituiria como o tipo “puramente europeu”, uma vez que teria conseguido “desenvolver suas características físicas e sua civilização mantendo-se confinada no interior do continente” (idem, 150-151).

Como um dos líderes do movimento eugênico nos Estados Unidos, ao lado de figuras como Charles Davenport, Harry Laughlin e Henry Osborn, todos associados à *Eugenics Record Office* (ERO) e a *Galton Society*, Madison Grant utilizou seu livro *The passing of the great race* para chamar a atenção contra o perigo que a imigração e a mistura de raças representavam para o futuro dos Estados Unidos. A conclusão de seu livro indicava que o Estado norte-americano deveria reformar amplamente a sua política de imigração, promovendo a entrada da “raça nórdica” e impondo barreiras aos grupos indesejáveis, inclusive aqueles vindos da Europa central, do leste e do sul.²¹⁹

Lançado durante os anos de guerra, *The passing of the great race* teve uma recepção bastante polêmica nos Estados Unidos, tornando-se um best-seller da ciência mundial. O livro se tornaria tão popular que novas edições seriam publicadas em 1918, 1920 e 1921, com várias reimpressões, inclusive com traduções na Alemanha, França e Noruega. Em meados dos anos 1930 o livro já havia vendido, somente entre os norte-americanos, mais de 1,6 milhão de exemplares. Suas primeiras edições foram saudadas com entusiasmo pela imprensa americana e por um grupo de antropólogos e eugenistas ligados à *Eugenics Record Office* e a *American Anthropological Association* (AAA) (Spiro, 2009, 143-166). De acordo com Charles Davenport, amigo e parceiro intelectual de Madison Grant, *The passing of the great race* era uma obra sem igual na ciência mundial, um livro fundamental para “destruir os ídolos” do ambientalismo e do igualitarismo racial (Spiro, 2009, 343). A edição alemã de 1925 seria saudada por ninguém menos que o antropólogo francês George Vacher de Lapouge, que escrevera a Grant saudando-o pela boa receptividade que o livro alcançara também na Alemanha (idem, 356). O próprio Adolf Hitler enviaria uma carta a Grant agradecendo-o por ter escrito *The passing of the*

²¹⁹ O lobby que o livro de Madison Grant fizera em favor da criação de leis restritivas à imigração seria recompensado, em 1924, com a aprovação do “Ato de Restrição” (Immigration Restriction Act) pelo congresso norte-americano, que estabelecia, pela primeira vez nos Estados Unidos, um sistema de cotas para a imigração, fortemente baseado no racismo científico (Spiro, 2008, 220-234).

great race, confessando-o que “o livro é minha Bíblia”. A edição alemão teria, inclusive, inspirado fortemente algumas passagens de *Mein Kampf*, que Hitler escreveu entre 1925 e 1926. Não à toa, quando o partido nazista publicou, em 1936, sua recomendação oficial sobre quais livros deveriam ser lidos, somente duas obras de autores não alemães constavam na lista: *Inequality of human races*, de Arthur de Gobineau, e *The passing of the great race*, de Madison Grant (Spiro, idem, 357).

O livro de Grant sofreu também críticas contundentes, especialmente nos Estados Unidos, vindas de um grupo de antropólogos e ativistas anti-racistas, a maioria deles ligados ao antropólogo de origem alemã Franz Boas.²²⁰ De acordo com o historiador Jonathan Spiro, os ataques mais contundentes viriam mesmo do próprio Boas, que não apenas rejeitara a divisão da humanidade em subespécies biológica e hierarquicamente distintas, como também desafiara o argumento de Grant sobre a existência da superioridade da raça ariana. Boas também negaria que houvesse qualquer relação entre as características físicas de uma população e seus traços mentais ou morais (Spiro, idem, 298). Grant, por sua vez, responderia argumentando que a identidade judaica e os pressupostos ambientalistas de seu oponente (cuja antropologia procurava provar a capacidade do meio em alterar as características físicas e mentais dos imigrantes) eram os principais motivos dos ataques contra ele (idem, 299).

Para Jonathan Spiro, o confronto entre Boas e Grant significou também uma disputa pela própria autoridade antropológica nos Estados Unidos, sobretudo no que dizia respeito à definição do grupo que deveria controlar a *American Anthropological Association*. Boas e seus ex-alunos não apenas tencionavam assumir a direção desta instituição, que até o final dos anos 1910 era dominada pelo grupo de Grant e Davenport, como também mudar a sua própria diretriz intelectual e política. Para Boas e seus aliados, a *American Anthropological Association* estaria a serviço do movimento eugênico e do racismo científico, e não do desenvolvimento da antropologia americana (Spiro, idem, 298-

²²⁰ Entre estes antropólogos encontravam-se jovens que haviam sido estudantes e discípulos de Boas durante as primeiras duas décadas do século XX, como A. L. Kroeber, Robert Lowie, Edward Sapir, Alexander Goldenweiser, Paul Radin, Leslie Spier, Ruth Benedict, Melville Herskovits, Margaret Mead e Ashley Mantagu. Além do fato de serem judeus ou imigrantes, ou ambas as coisas, esse grupo sofreu forte influência da tradição antropológica liberal e humanista a qual Boas pertencia. Durante os anos 1920, conforme destacou o historiador Jonathan Peter Spiro, os membros dessa geração, criaram armas intelectuais e reuniram um impressionante número de dados antropológicos e etnográficos para combater o anti-semitismo, o racismo científico e os pressupostos de Madison Grant e de outros adeptos das teorias arianistas (Spiro, 2009, 302).

310). Como resposta, o grupo aliado a Grant, Davenport, Laughlin e Osborn, conhecidos como os “quatro grandes do racismo científico nos Estados Unidos”, criariam, em 1918, a *Galton Society*, tendo como objetivo promover os estudos eugênicos e antropológicos (idem, 298). Foi nesta instituição, inclusive, que Charles Davenport teria formulado, sob a inspiração de Grant, o estudo que resultou no seu influente livro *Race crossing in Jamaica* (idem, 307).

Assim como Boas e seus discípulos, Roquette-Pinto também entendia que o livro *The passing of the great race* “é todo ele tendencioso” e estaria a serviço das “teses arianistas”. Embora entendesse que o trabalho de Madison Grant trazia informações “interessantes” sobre a formação e o desenvolvimento dos povos europeus, concluía que a idéia da “supremacia nórdica”, ou da existência da “raça ariana”, a quem ele teria conferido o título de “Master Race”, não passava de uma “pura invenção” dos defensores da antroposociologia. De acordo com o antropólogo brasileiro, Grant foi um dos que mais fervorosamente se sentia seduzido pela “questão ariana”, que “durante tanto anos inflamou o entusiasmo de antropólogos, eugenistas e filólogos, provocando a vultuosa biblioteca onde se pode encontrar exaustivos tratados escritos para defender ou negar a invasão da Europa em tempos remotos por parte de uma raça eleita e culta, vinda da Ásia ou formada no sul da Rússia”.²²¹ Apesar das controvérsias sobre a existência da “raça ariana” já terem caído em desuso, conforme destacava Roquette-Pinto, ainda permanecia “um rastro importante da doutrina da supremacia do pretendido tipo ariano, o dólico-louro, a raça superior que havia nascido para dominar”. Esse “rastro” seria alimentado por autores que, como Madison Grant, Alfred Schultz e Lothrop Stoddard, seguiam “a síntese da escola antroposociológica de Gobineau, Chambelain, Lapouge e Desmolins”,²²² que na segunda metade do século XIX havia fundado as bases do moderno racismo científico.

Por caminhos diferentes, tanto Franz Boas quanto Roquette-Pinto investiram sua produção antropológica para rebater o racismo científico e todo tipo de argumento contrário aos cruzamentos raciais. O antropólogo brasileiro conhecia os estudos de Boas pelo menos desde 1911, quando participou do Primeiro Congresso Universal de Raças,

²²¹ Roquette-Pinto, Edgar. *Antropologia das novas nações antropológicas*. 192?, p.41.

²²² idem, p.42.

realizado em Londres.²²³ Embora Boas não tivesse presente no evento, mandara um *paper* sobre os resultados de suas pesquisas entre os imigrantes nos Estados Unidos, que fora lido entre os participantes. Roquette-Pinto e Boas iriam se conhecer pessoalmente mais tarde, durante o 21º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em 1924 em Gotemburgo, na Suécia, e em Haya, na Holanda. Nesse mesmo congresso, conheceu também um dos principais discípulos de Boas, o jovem antropólogo Melville Herskovits, cujo nome ficaria conhecido por seus estudos sobre o negro e a cultura africana nos Estados Unidos.²²⁴ Antes de retornar ao Brasil, Roquette-Pinto teria realizado uma viagem aos Estados Unidos à convite do próprio Boas, quando conheceu a Universidade de Columbia e outras instituições de ensino e pesquisa daquele país. A partir de então, de acordo com alguns relatos de memórias deixadas por Roquette-Pinto, teriam se tornado amigos e parceiros intelectuais. Boas teria, inclusive, enviado “muitas cartas” ao antropólogo brasileiro apresentando-lhe “jovens discípulos que vinham estudar no Brasil”.²²⁵

De fato, conforme é possível perceber na correspondência pessoal de Roquette-Pinto, Boas lhe escreveu ao longo dos anos 1930 apresentando-lhe alguns de seus alunos, como William Lipkind e Buell Quain, que viriam ao Brasil com objetivo de realizar estudos etnológicos. Boas solicitava a gentileza do colega brasileiro em receber os estudantes da Columbia University no Museu Nacional e que os ajudasse em seus empreendimentos intelectuais.²²⁶ Em 1934, outro estudante de antropologia da Columbia, Jules Blumensohn, também solicitaria a orientação de Roquette-Pinto, sob a indicação de Boas, para realizar pesquisas sobre os índios Botocudos do sul do Brasil. Uma nota preliminar de seus estudos realizados entre indígenas brasileiros seria publicada, inclusive, no *Boletim do Museu Nacional* em 1936 (Keuller, 2007, 189-190).

²²³ Não é possível afirmar com precisão o período e o modo como Roquette-Pinto iniciara seu contato com Franz Boas. A primeira correspondência entre eles data de 1913, quando o antropólogo americano enviara ao colega brasileiro um agradecimento pela remessa do livro que Roquette-Pinto publicara no ano anterior sobre “A excursão ao litoral e a Região dos Lagos do Rio Grande do Sul”, viagem que fizera em 1906 (Correspondência de Boas a Roquette-Pinto. New York, 18/08/1913 – APERP-ABL).

²²⁴ Roquette-Pinto, E. Relatório do Congresso Internacional dos Americanistas apresentado ao Diretor do Museu Nacional. 14 de janeiro de 1925 (Arquivo Semear - MN caixa 17 doc. 25).

²²⁵ Roquette-Pinto, Edgard. “Notas e Opiniões”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27/06/1954 (APERP-ABL).

²²⁶ Correspondência de Franz Boas a Edgard Roquette-Pinto. New York, 19/11/1937 e 10/02/1938 (APERP-ABL).

Apesar dessa proximidade intelectual e de ambos refutarem as teses sobre a inferioridade racial, esses autores, conforme argumenta Nísia Trindade Lima, “apresentavam sensíveis diferenças no que se refere ao modo de conceber a antropologia e o ofício do antropólogo” (Lima, 2010, 268). Enquanto a antropologia boasiana caminhou da antropologia física em direção à antropologia cultural, opondo-se às concepções evolucionistas que procuravam explicar o desenvolvimento das sociedades humanas, Roquette-Pinto sempre fora um adepto da antropologia biológica e da perspectiva evolucionista, tanto a de cunho positivista quanto àquela que se ligava aos estudos da eugenia e da genética humana. Deste modo, mesmo considerando que a antropologia roquetteana sempre esteve aberta as explicações culturais e políticas (Lima, 2010, 269), pelo menos o que dizia respeito ao próprio conceito de raça e os significados atribuídos à herança biológica o distanciavam do antropólogo norte-americano.

Como é possível perceber em suas anotações de leituras, nos textos que publicou, ou mesmo em sua correspondência pessoal, Roquette-Pinto vinha ao longo dos anos 1920 travando conhecimento de alguns dos principais trabalhos de Boas, especialmente com a obra *Changes in bodily form of descentes of immigrants*, que lhe dera notoriedade antropológica internacional. Publicado em 1911, o livro de Boas trazia um extenso estudo em que questionava a fixidez dos traços corporais, consideradas as características mais estáveis e permanentes das “raças humanas”. O objetivo de Boas consistia em demonstrar que o ambiente, e não apenas os cruzamentos raciais, eram responsáveis por produzir uma série de variações nas características físicas, inclusive no formato do crânio, cuja fixidez era um dos principais paradigmas da antropologia física da época (Stocking, 1968, 178). Em 1921, em conferência que realizara na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Roquette-Pinto destacaria que os estudos de Boas haviam demonstrado que ao entrar em contato com um novo ambiente as formas corporais sofriam alterações:

Na América do Norte o professor Boas verificou que a altura dos filhos de imigrantes austríacos aumentava e a dos imigrantes italianos diminuía, e no entanto os seus filhos nascem com o crânio alongado. O judeu da Europa tem o crânio alongado e na América ele tem o crânio redondo. Falando difícil podemos dizer: os judeus da Europa são braquicéfalos e doliocéfalos os da

América, sucedendo o contrário aos italianos. O meio físico faz com que o crânio dos italianos que é longo na Sicília torna-se redondo na América.²²⁷

Em seu caderno de anotações, possivelmente do início da década de 1920, Roquette-Pinto escrevera, em frases soltas: “muitos pensam que só pelo cruzamento se assimilam os imigrantes”, destacando, logo em seguida, que “Boas mostrou que a raça não é coisa fixa e que o meio a modifica”. O antropólogo brasileiro citaria ainda, em inglês, uma das mais fortes sentenças de Boas publicada em seu livro de 1911: “none of the characteristics of the human types that come to America remain stable”. Neste mesmo caderno de anotações, não deixaria de lembrar que Franz Boas negava a idéia de que os cruzamentos raciais causariam degeneração do tipo, seja pela miscigenação entre brancos e negros ou entre brancos e indígenas.²²⁸

A despeito do conhecimento que tinha do trabalho e das idéias do antropólogo alemão radicado nos Estados Unidos, ou mesmo de suas afinidades ideológicas, sobretudo no que dizia respeito à defesa da miscigenação, Roquette-Pinto não sofrera a influência da antropologia boasiana. Dentre os estrangeiros, o diálogo com autores como Charles Davenport, Eugen Fischer e Felix von Luschan foram muito mais importante para o antropólogo brasileiro do que com Franz Boas. Embora reconhecesse em Boas um “mestre” da antropologia, como chegou afirmar em correspondência ao historiador alemão Rüdiger Bilden,²²⁹ Roquette-Pinto não utilizara sua obra como uma referência científica. Em suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil* chegara mesmo a afirmar, referindo-se às “duas correntes” que procuravam explicar a constituição hereditária na espécie humana, que suas próprias pesquisas o levavam a preferir as observações mendelianas de Davenport, e não àquelas que afirmavam a influência do ambiente, como defendia Boas (Roquette-Pinto, 1929, 139).

Como um mendeliano, o antropólogo brasileiro tinha dúvidas quanto à influência que o ambiente – a chamada *perístase* - exercia sobre a conformação hereditária dos indivíduos. Assim como Davenport e Fischer, Roquette acreditava que somente por meio

²²⁷ Roquette-Pinto, Edgard. *Nossa Gente*. Op.cit, 1921 (Texto datilografado – APERP-ABL).

²²⁸ Roquette-Pinto, Edgard. “Cadernos de Anotações”. Op. cit..

²²⁹ Correspondência de Edgard Roquette-Pinto a Rudiger Bilden. Rio de Janeiro, 15/10/1929 (APERP-ABL).

da miscigenação racial é que se poderia mudar as formas da hereditariedade na espécie humana. Comentando os experimentos genéticos que Charles Davenport vinha realizando no Departamento de Genética da *Carnegie Institution*, Roquette-Pinto frisava:

todas as pessoas cultas sabem que, atualmente, a decantada ‘influência do meio’ foi reduzida a limites muito mais restritos. Os biólogos, na sua maioria, não acreditam que o meio seja capaz de agir sobre os caracteres hereditários, todos eles dependentes do plasma germinativo. O meio – é hoje corrente – modifica apenas o somatoplasma, a parte do ser vivo que não entra na herança.²³⁰

É possível dizer que, na leitura de Roquette-Pinto, Boas não apenas teria negado as explicações mendelianas para a análise da hereditariedade humana, como também se identificaria com a genética lamarckiana.²³¹ Vale destacar que, apesar de não ser um “lamarckiano comprometido”, como bem apontou o historiador George Stocking, “há muito no trabalho de Boas para atá-lo à tradição do ambientalismo neolamarckiano, que fora bastante divulgado no final do século XIX. Vários de seus antecessores intelectuais, incluindo Rudolf Virchow, claramente envolveram-se com a idéia de que certas características adquiridas eram herdáveis. Boas mesmo constantemente enfatizara a modificação funcional e ambiental dos tipos físicos” (Stocking, 1968, 184).

Do ponto de vista da saúde física, da longevidade e até mesmo da formação moral de uma mesma geração, Roquette-Pinto concordava com Boas que as condições do meio eram importantes na análise antropológica. Segundo ele, suas próprias pesquisas demonstravam não haver dúvidas que negros e mulatos não tinham, por exemplo, “as mesmas condições de longevidade”, uma vez que estes “não encontram a mesma facilidade de vida, o mesmo *amparo social*, que os brancos” (Roquette-Pinto, 1929, 139-140). Contudo, o antropólogo brasileiro acreditava, de acordo com os pressupostos mendelianos que o informavam, que esse fato não interferiria na conformação das futuras gerações, já

²³⁰ Roquette-Pinto, Edgard. “Os fatores da Raça”. *Diário Nacional*. São Paulo, 12/04/1929.

²³¹ Correspondência de Edgard Roquette-Pinto a Rudiger Bilden. Rio de Janeiro, 15/10/1929 (APERP-ABL).

que as ações do meio físico ou social não alterariam a estrutura do germe, a célula responsável pela definição das características hereditárias.

A sua firme adesão à genética mendeliana parece ter sido, inclusive, um dos motivos que impedira um diálogo maior entre Roquette-Pinto e Franz Boas. Se até meados dos anos 1910 era possível encontrar afirmações lamarckianas na obra do antropólogo brasileiro, ou mesmo incertezas quanto à validade das leis de Mendel para explicar o funcionamento da hereditariedade no homem (Roquette-Pinto, 1916), ao longo da década de 1920 ele já havia assumido as teses de Mendel como um paradigma científico estabelecido. A validade da genética mendeliana seria, aliás, tema de discussão na correspondência que o antropólogo brasileiro mantinha com seu colega Rüdiger Bilden, historiador alemão erradicado nos Estados Unidos, e amigo pessoal de Franz Boas. Ao comentar as *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*, texto que Roquette-Pinto enviara a Bilden em 1929, o historiador alemão escrevera:

Você disse em seu artigo: ‘A herança mendeliana é real’. No último inverno eu falei com Boas sobre isso. Ele vem cada vez mais concluindo que as Leis de Mendel não se aplicam aos humanos, ou menos do que é assumido. Ele checou cuidadosamente os dados sobre os Rehoboth de Fischer e, baseando-se nestes e em outros cálculos, publicará um artigo divulgando suas conclusões.²³²

Nessa mesma correspondência, Bilden também perguntava se Roquette-Pinto já havia recebido o livro *Anthropology and Modern Life*, que ele havia encaminhado pelo correio semanas antes, e se o colega brasileiro já conhecia *Art of primitive people*, ambos publicados por Boas durante os anos 1920. Em resposta, Roquette-Pinto agradecera o envio do “interessante livro do Professor Boas”, afirmando, à respeito de sua adesão às teses de Gregor Mendel: “minhas observações, por mais de 20 anos, não me permitem negar as Leis de Mendel em relação à humanidade. Estou convencido que ela é inteiramente real”.²³³

²³² Correspondência de Rudiger Bilden a Roquette-Pinto. New York, 13/09/1929 (APERP-ABL).

²³³ Correspondência de Edgard Roquette-Pinto a Rudiger Bilden. Rio de Janeiro, 15/10/1929 (APERP-ABL).

Ao contrário do que parte da historiografia tem assinalado (Ribas, 1990; Stepan, 2005; Barbosa, 1998; Keuller, 2007), as concepções antropológicas de Roquette-Pinto, ou mesmo o seu anti-racismo, não são tributáveis à obra Franz Boas. A defesa da miscigenação como um fator eugênico se construiu no diálogo com a tradição científica brasileira, sobretudo com autores como Euclides da Cunha, Alberto Torres, Cândido Rondon, Manoel Bomfim e com a própria antropologia física que se desenvolveu no Museu Nacional a partir do final do século XIX. De outro lado, como já destacamos, seu contato com a antropologia mendeliana, especialmente aquela que vinha se construindo na Alemanha e nos Estados Unidos, dera legitimidade e autoridade científica para que Roquette-Pinto pudesse demonstrar que os cruzamentos raciais não traziam prejuízos para a formação antropológica brasileira. Neste aspecto, vale lembrar uma vez mais, Roquette-Pinto tivera um diálogo seletivo com autores mendelianos como Fischer e Davenport, na medida em que eles próprios empregavam as leis de Mendel em sentido contrário a que se propusera o antropólogo brasileiro. Essa apropriação científica seletiva, fortemente temperada por um nacionalismo comprometido com o “povo brasileiro”, possibilitou que os ideais anti-racistas de Roquette-Pinto se identificassem com a obra de Boas, apesar de seguirem paradigmas científicos diferentes.

4.5. ‘Brazil: laboratory of civilization’ – Diálogo com Rudiger Bilden

Integrante do círculo intelectual e amigo pessoal de Franz Boas, o historiador alemão Rüdiger Bilden, erradicado nos Estados Unidos desde 1914, foi interlocutor e admirador da antropologia de Roquette-Pinto. Nascido em 1893, no sudoeste da Alemanha, Bilden chegou aos Estados Unidos meses antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial, que ele vira se aproximar ainda em solo europeu (Pallares-Burke, 2005, 385). Em Nova York, onde viveria boa parte de sua vida, formara-se historiador pela Universidade de Columbia, na qual também concluiria o doutorado em história latino-americana, tendo desenvolvido um especial interesse pela história do Brasil. Seu projeto de doutorado, conforme destaca Pallares-Burke (idem, 379-380), tinha por objetivo estudar “a escravidão como fator na história brasileira”, procurando relacionar o método de produção econômica do Brasil escravocrata à sua história política e às relações sociais e raciais.

Na Universidade de Columbia, Bilden conheceu, ainda em 1921, o jovem estudante brasileiro Gilberto Freyre, que para lá se dirigira para realizar seu bacharelado em ciências sociais. O interesse pela história do Brasil os aproximaria de tal modo que Bilden e Freyre cultivariam uma relação pessoal e intelectual bastante próxima, estimulando o historiador alemão a investir ainda mais atenção ao seu ambicioso estudo da realidade brasileira. No final de 1925, Bilden seria financiado por uma bolsa de estudos que lhe permitiria viajar pelo Brasil por quase um ano, período suficiente para fazer o levantamento de dados e para amadurecer seu projeto de pesquisa sobre a influência da escravidão na formação da sociedade brasileira (Pallares-Burke, *idem*, 380). O material levantado impressionara o seu amigo Gilberto Freyre, que em artigo publicado no *Diário de Pernambuco* não tivera receio de afirmar que a história do Brasil, e mesmo a dos Estados Unidos, não seriam mais as mesmas após as inovadoras análises do historiador alemão (*idem*, 384). O contato de Bilden com as fontes históricas, a bibliografia e a realidade empírica brasileira o encheram de entusiasmo. Em correspondência a Franz Boas, comunicava-lhe que o Brasil era um rico manancial a ser explorado, impondo-se indiscutivelmente como “o país mais interessante” do ponto de vista dos estudos sobre raça (*idem*, 388-389).

Durante sua estadia no Brasil, além de estreitar ainda mais sua relação com Gilberto Freyre, Bilden conheceria Roquette-Pinto pessoalmente. O encontro ocorrera em 1926 no próprio Museu Nacional do Rio de Janeiro, quando o antropólogo brasileiro encontrava-se já na direção da instituição.²³⁴ Segundo Pallares-Burke, o contato entre eles fora “aparentemente intermediado” pelo próprio Franz Boas (*idem*, 389), que Roquette-Pinto conheceu pessoalmente dois anos antes. Depois deste contato, passaram a se corresponder com alguma frequência até pelo menos meados dos anos 1940, trocando material bibliográfico, informações de pesquisa e impressões intelectuais sobre os “problemas brasileiros”, especialmente àqueles que remetiam à questão racial. Em uma dessas correspondências, Bilden entusiasmadamente afirmava:

Estou encantado em receber sua carta da última semana, 10 agosto, e sinceramente agradecido pelos bondosos sentimentos expressados. Esteja certo

²³⁴ O encontro entre eles é relatado pelo próprio Bilden (Correspondência de Rüdiger Bilden a Edgard Roquette-Pinto. New York, 13/09/1929 – APERP-ABL).

que continuarei muito gratamente a nossa correspondência e trocarei objetos de nosso mutuo interesse. Desde nossa longa conversa em seu escritório, um pouco antes da minha partida do Brasil, convenci-me que nossos pontos de vista e considerações são muito parecidos e que meu trabalho, *a interpretação da história do Brasil à luz da escravidão e da mistura de raças, encontraria maior simpatia sua do que de qualquer outro*. Por isso, estou muito grato, pois o objeto do nosso interesse é mutuo, vasto e muito complexo, e requer a colaboração de antropólogo e historiador. Eu apenas lamento o fato de termos nos encontrado tão tarde durante a minha viagem ao Brasil. Mas, se possível, espero retornar ao Brasil no próximo ano com uma bolsa de pesquisa e, neste caso, aguardarei ansiosamente para manter um contato pessoal contigo, que começou durante a primeira viagem [sem grifo no original].²³⁵

Conforme é possível perceber em suas correspondências, as afinidades intelectuais entre ambos ocorreram de imediato, uma vez que compartilhavam de pressupostos que em muito se aproximavam, sobretudo em relação à idéia de que os problemas do Brasil não deveriam ser atribuídos à sua formação racial, mas sim às questões sociais e econômicas. O historiador alemão chegou mesmo a afirmar em correspondência ao antropólogo Melville Herskovits, amigo e parceiro intelectual de Bilden, que Freyre e Roquette-Pinto eram os autores com quais suas idéias sobre o Brasil mais se afinavam (Pallares-Burke, idem, 404).

No início de 1929, Bilden escreveria a Roquette-Pinto dando notícias do recente artigo que acabara de publicar pela *The Nation*, uma das mais conceituadas revistas norte-americanas. Com um título bastante sugestivo, “Brazil Laboratory of Civilization”, seu texto poderia ser visto como uma síntese dos estudos que vinha realizando desde que iniciara seu doutorado em 1922. Embora viesse trabalhando exaustivamente nessa pesquisa, Bilden ainda não havia conseguido publicar o livro que anunciava a seus amigos desde 1926, resultado de suas pesquisas sobre o Brasil. O artigo que publicara na revista *The Nation* seria, na verdade, um dos poucos trabalhos que publicaria ao longo de sua carreira, uma vez que seu livro jamais viria a lume (Pallares-Burke, idem, 380).

²³⁵ Correspondência de Rüdiger Bilden a Edgard Roquette-Pinto. New York, 13/09/1929 (APERP – ABL).

Na correspondência que encaminhou ao amigo Roquette-Pinto, o historiador alemão confessava que, inicialmente, havia recusado escrever o artigo, “porque não poderia tratar de um problema tão vasto e complicado, no breve espaço de tempo permitido, para um público completamente ignorante nos fatos mais elementares em questão”. Contudo, havia consentido, pois acreditava que pudesse ser esta uma “boa oportunidade para ilustrar os Americanos e dispersar os preconceitos correntes”. Além disso, aceitou a incumbência por temer que “alguém com menor conhecimento” sobre o Brasil pudesse “ser chamado para escrevê-lo”.²³⁶ Rüdiger Bilden possivelmente temia que os preconceitos raciais existentes nos Estados Unidos contra a América Latina, e o Brasil em especial, pudessem distorcer o significado da questão racial brasileira.

Publicado sob encomenda, por ocasião da visita do presidente Herbert Hoover ao Rio de Janeiro, em dezembro de 1928, o artigo de Bilden procurava dar um panorama geral sobre a história da colonização portuguesa e das relações raciais no Brasil, sobretudo no século XIX. De acordo com o historiador alemão, a despeito dos estudos científicos realizados há mais de um século por viajantes estrangeiros e pelos estudos desenvolvidos, mais recentemente, pelos próprios brasileiros, o Brasil ainda era um país desconhecido, tanto como “fenômeno natural” quanto “cultural”. Referindo-se à “boa vontade” do governo norte-americano em implantar uma política da boa vizinhança na América Latina, cujas relações tinham sido abaladas desde a intervenção armada que o governo anterior estabelecera contra o Haiti e a Nicarágua, Bilden afirmava que tal política “seria estéril se não fosse acompanhada de um conhecimento elementar dos países” envolvidos. A ignorância sobre o fato de o Brasil ter sido colonizado por Portugal e falar a língua portuguesa, por exemplo, interferiria no “conhecimento da cultura brasileira e mais particularmente do problema da raça, uma vez que ambos eram fundamentalmente determinados pelo curso e pelo caráter da colonização portuguesa” (Bilden, 1929, 71-72).

Não á toa, o historiador alemão iniciaria o artigo chamando a atenção para o grande número de viajantes e intelectuais que exaustivamente repetiam antigos “estigmas” sobre o Brasil e o povo brasileiro, descrito “desdenhosamente” como uma “mongrel race” administrada por um “governo mulato”. O sentido expresso nestas afirmações seria sempre o mesmo: “a heterogênea origem racial dos brasileiros significa inferioridade”. Fato ainda

²³⁶ Idem.

“pior”, lamentava Bilden, era a constatação de que a “condenação estrangeira” ecoava por todo o país, seja pela influência da literatura e da imigração europeia, seja pelo “prestígio e a penetração” das idéias americanas. Em sua leitura, muitos brasileiros, inclusive escritores “ilustres e influentes” como Euclides da Cunha e Oliveira Vianna, “são inclinados a aceitar a teoria da alegada inferioridade das raças de cor e os efeitos da mistura racial, julgando o seu próprio país com sério preconceito” (Bilden, 1929, 71).

Diante de interpretações como estas, dizia Bilden, parecia “fútil sugerir que a explicação deveria ser mais histórica do que biológica; que a causa desses males não é orgânica, mas ambiental”. E como que repetindo as palavras de autores como Alberto Torres, Manoel Bomfim e do próprio Roquette-Pinto, o historiador alemão chamava a atenção para o fato de que os problemas do país não deveriam ser atribuídos à “raça”, mas sim “à combinação de forças flexíveis e inter-relacionadas, como a dominação e a exploração de longos séculos por um Portugal prematuramente exausto e decadente, isolamento colonial, quatro séculos de escravidão e as condições sociais dela decorrentes, falta de uma imigração suficiente e saudável, interação cultural, etc.” (Bilden, *idem*). Em seu ponto de vista, interpretações como estas eram bastante complexas e só poderiam ser assimiladas a partir de “um grande esforço mental”, uma vez que exigiria um conhecimento amplo e cuidadoso da história política, cultural e econômica do Brasil, com especial atenção aos efeitos da escravidão, ao significado da miscigenação e do desenvolvimento das relações raciais (*idem*, 71-74).

A especificidade da colonização portuguesa, quando comparada à espanhola e à anglo-saxã, é tratada por Bilden como um dos elementos centrais na compreensão sobre a vida brasileira. A exploração da colônia como um imenso empreendimento agrícola baseado na monocultura, somado a outros fatores históricos, como a escassez de mão obra e as experiências portuguesas em terras africanas, asiáticas e das índias ocidentais, foram determinantes para o modelo de colonização, caracterizado pelo latifúndio, pela escravidão e pela ampla miscigenação entre brancos, negros e a população indígena. Sem esse sistema colonial, acreditava Bilden, Portugal não poderia ter mantido e desenvolvido seu domínio sobre um território tão imenso quanto o Brasil (*idem*, 72).

O historiador alemão destacava que, diferentemente do que ocorrera nas colônias espanholas e inglesas, a miscigenação foi largamente aceita no Brasil, “encorajada” tanto

por “razões de estado” quanto por “necessidade e hábito”. Devido à reduzida presença de mulheres brancas, os primeiros colonizadores teriam prontamente se unido sexualmente com índias e escravas negras. Bilden explica que a indulgência em relação à miscigenação em terras coloniais da América fora favorecida pela experiência adquirida pelos portugueses durante a invasão e domínio de Portugal pelos Mouros e, mais tarde, pelas aventuras coloniais nas costas africanas. Em consequência dessa livre mistura de raças, o Brasil foi formado como “uma sociedade escrava em que o elemento branco puro foi numericamente inferior e em que as linhas raciais foram desenhadas mais frouxamente do que em outros países de origem européia” (idem, 72).

Embora não negasse a existência de “animosidade” entre os três grupos étnicos fundamentais, entendia que “o caráter da colonização portuguesa impediu a formação de rígidas identidades de raça e classes”, diferindo-se significativamente das colônias inglesas, alemãs e holandesas e, em menor proporção, das francesas e espanholas. Bilden não deixaria de afirmar que o sistema escravocrata português, “menos rígido, e ao mesmo tempo mais humano e moralmente mais frouxo do que o correspondente sistema americano”, foi menos severo em relação às restrições para a ascensão social e econômica dos “membros das raças escravas”. Devido à esta situação, “o antagonismo operou mais entre senhores e escravos do que entre brancos, mestiços índios e negros”. Mais tarde, com a “modernização da vida brasileira”, especialmente após a abolição da escravidão e o estabelecimento da República, haveria uma “grande aceleração na igualdade social e, por isso, a fusão dos diversos elementos étnicos”. Em sua compreensão, ao contrário da “catastrófica solução do problema escravocrata nos Estados Unidos”, que conduziu a um forte “antagonismo racial”, a “solução racional e construtiva do mesmo problema produziu no Brasil maior harmonia e solidariedade” (idem, 72).

Para o historiador alemão, seria desnecessário dizer que essas variantes eram original e fundamentalmente condicionadas, de um lado, pelos diferentes antecedentes históricos anglo-saxão e português e, por outro, pelos “contrastantes métodos da colonização empregados nos dois países” (idem, 72-73). A comparação entre o desenvolvimento da sociedade brasileira e da norte-americana, aliás, é uma das discussões que mais ocupou a atenção de Rüdiger Bilden. Embora escrevesse para o público norte-americano, não deixou de enfatizar que as alternativas apresentadas pelo Brasil para lidar com os problemas raciais eram muito mais harmônicos e eficazes do que aqueles que

vinham se desenvolvendo nos Estados Unidos. Enquanto os americanos apostavam nas barreiras raciais, os brasileiros estariam investindo num modelo de relações raciais mais humano e igualitário, onde a miscigenação teria contribuído “para formar um novo composto humano”. Neste sentido, compreendia que “o problema racial brasileiro estará quase resolvido quando o problema norte-americano chegar a uma crise” (idem, 73).

Repetindo a crença bastante difundida no Brasil, o historiador amigo de Roquette-Pinto acreditava que a população brasileira tendia a branquear progressivamente, devido especialmente à entrada de novos imigrantes europeus, ao fim do tráfico de africanos e à maior mortalidade de negros e indígenas, além do próprio efeito da miscigenação, que tendia “decididamente em favor da raça branca”. Embora compreendesse que a população do país “nunca será totalmente branca, nem uniforme”, esta formaria “uma nova raça”, com características bastante sugestivas. No futuro, concluía ele com visível entusiasmo, o brasileiro se caracterizará por uma “distinta energia e por finos dotes, entre eles a beleza sensual e a apreciação para a efervescência da vida, qualidades que distinguem os brasileiros de hoje” (idem 73). Deste modo, acreditava que o Brasil seria um país “vital” para o mundo moderno, pois estaria resolvendo “o problema fundamental da civilização”, que é a “harmoniosa combinação de diversos e supostamente incompatíveis elementos étnicos”. Ao final do artigo, convocava os “leitores para decidir se o Brasil deveria ser chamado, à maneira de alguns críticos, de uma terra de ‘mongrels’, ou se deveria ser visto como um laboratório mundial da civilização tropical” (idem, 74).

Na correspondência que enviara a Roquette-Pinto, Bilden informava que seu artigo não apenas teve uma “aprovação entusiástica” por parte de Franz Boas, como também de “muitos outros antropólogos”, ou mesmo de “outros círculos judiciosos”, tendo sido incluído em bibliotecas de muitas universidades norte-americanas. Contudo, lamentava com grande insatisfação o fato do editor da revista *The Nation* ter cortado partes de seu artigo ou mesmo mudado alguns parágrafos, inclusive as duas passagens onde citava o nome de Roquette-Pinto como a “principal autoridade” da antropologia brasileira. De acordo com Rüdiger Bilden:

Quando o artigo apareceu, fiquei assombrado por ver que sem o meu conhecimento algumas frases tinham sido mudadas e sentenças e parágrafos

inteiros tinham sido eliminados. O que agravou-me mais, foi que dois exemplos, onde citei você como sendo a principal autoridade, tinham sido cortadas junto. Por mais que houvesse imperfeições, você generosamente atribuirá a este procedimento indesculpável em parte ao editor e para o fato de que o limitado espaço e a natureza do periódico não permitiu uma exposição maior.²³⁷

Junto a esta correspondência, o historiador alemão encaminharia também “uma cópia do artigo tal qual foi publicado e um manuscrito original”,²³⁸ para que o antropólogo brasileiro pudesse, nas palavras do próprio Bilden, “julgar por si mesmo e também reunir qualquer crítica contra no Brasil, causada pelos defeitos mencionados”. Bilden não deixaria de destacar que escritores brasileiros como Monteiro Lobato e Delgado de Carvalho haviam endossado seu artigo “sem reservas”, e que aguardaria ansiosamente pela “opinião” do amigo Roquette-Pinto.²³⁹

Algumas semanas depois de receber os textos que Bilden lhe enviara de Nova York, o antropólogo brasileiro publicaria um artigo no *Diário Nacional* de São Paulo, periódico no qual escrevia com alguma frequência, comentando o trabalho do historiador alemão.²⁴⁰ Referindo-se a Bilden como um “cientista consciencioso e bom amigo do Brasil”, Roquette-Pinto chamava a atenção para as “páginas brilhantes” que o autor havia traçado sobre o tema “Brazil, laboratory of civilization”. De outro lado, lamentava o fato dos editores da revista *The Nation* terem “mutilado” a obra de seu amigo Bilden, “cortado no que possuía de mais valioso, como apreciação insuspeita dos nossos mestiços”. Inconformado com a atitude reprovável dos editores norte-americanos, Roquette-Pinto não deixaria de transcrever em seu artigo um dos trechos recortados:

²³⁷ Correspondência de Rüdiger Bilden a Edgard Roquette-Pinto. New York, 12/03/1929 (APERP-ABL).

²³⁸ Na versão original encaminhada a Roquette-Pinto, consta como título “Brazil, laboratory of race and civilization” (na versão publicada na revista norte-americana a palavra “race” foi excluída). O texto original estava datilografado, contendo 12 páginas.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Roquette-Pinto, Edgard. “Fritz Muller e os negros”. *Diário Nacional*. São Paulo, 31/05/1929 (APERP-ABL).

Há, decerto, muita coisa, na vida do Brasil, que não é satisfatória. Mas atribuir tais condições à composição racial do país ou à mistura de raças, é completamente errado. Um estudo crítico do desenvolvimento histórico do Brasil demonstra que tais males são consequência de um emaranhado de fatores, consequência da sociedade escravista. A causa dos males não é a raça; foi a escravidão.²⁴¹

A seqüência deste trecho não foi transcrita por Roquette-Pinto. Nela, Bilden afirmava que o antropólogo brasileiro havia chegado “a mesma conclusão” que a sua, demonstrando por meio do “método antropológico” que a “causa básica do mal não era a raça, mas a escravidão”. De acordo com o historiador alemão, Roquette-Pinto estaria “convencido de que provavelmente o mais saudável membro da população luso-brasileira é o habitante do semi-árido, o nordestino que cavalga pelas terras áridas do sertão, que foi o menos afetado pela escravidão e representa a fusão étnica mais completa”.²⁴²

De acordo com o antropólogo brasileiro, era claro o motivo que levaram os editores a excluir trechos como estes, uma vez que as palavras de Bilden soariam bastante “inconvenientes” aos ouvidos dos leitores norte-americanos. Além disso, o artigo de seu amigo historiador, na expressão de Roquette-Pinto, era um desses trabalhos que não apenas fazia justiça ao mestiço como também à própria “história dos defeitos e das qualidades da raça negra”,²⁴³ população fortemente discriminada nos Estados Unidos, país onde, como escrevera Roquette-Pinto poucos anos antes, “se linchava um negro com a mesma facilidade com que se mata um mosquito...” (Roquette-Pinto, 1918a, 32).

Caracterizado como um intelectual engajado na luta contra o racismo científico, o antropólogo brasileiro não deixaria de confirmar as afinidades intelectuais existentes entre ele e Bilden. Referindo-se ao argumento central do historiador alemão, segundo o qual o problema do Brasil não era devido à miscigenação racial, mas especialmente à escravidão, Roquette-Pinto destacava que suas idéias “exprimem um antigo ponto de vista de que não me afastei até hoje”. Ao contrário, continuava ele: “penso, às vezes, no que poderia ser o

²⁴¹ Bilden, apud Roquette-Pinto. Idem.

²⁴² Bilden, Rüdiger. “Brazil, laboratory of race and civilization” (texto datilografado). 1929, p.7, 12p. (APERP-ABL).

²⁴³ Roquette-Pinto, Edgard. “Fritz Muller e os negros”. *Op. cit...*

Brasil dos nossos dias, se os nossos avós tivessem cuidado um pouco de educar e instruir os escravos; se o ‘neto de Marco Aurélio’ [referindo-se ao imperador D. Pedro II] tivesse, embora conservando o cativeiro, já que isso lhe parecia necessário, promovido a adoção de algumas providências capazes de melhorar as condições de eficiência da raça negra”.²⁴⁴

Ainda nesse artigo, Roquette-Pinto também citaria - como forma de legitimar as idéias defendidas em *Brazil, laboratory of civilization* - as palavras de um conterrâneo de Rüdiger Bilden, o renomado naturalista Fritz Muller. “Convivendo com os negros e os mulatos desde 1852”, quando mudara-se para o Brasil, explicava Roquette-Pinto, Müller confessava que conhecera em terras brasileiras negros de “puro sangue africano”, como o poeta Cruz e Souza, que representavam “mais um reforço da minha velha opinião contrária ao ponto de vista dominante, que vê, no negro, um ramo por toda parte inferior e incapaz de desenvolvimento racional por suas próprias forças”. Entre os negros com os quais travara contato, haveria “uma quantidade de fisionomias nobres e expressivas como dificilmente se encontraria entre caucasianos vivendo em situação social igualmente deprimida”, afirmara ele em correspondência ao irmão e também naturalista Hermann Müller.²⁴⁵

Descrevendo o naturalista alemão como um homem de “uma honestidade científica inigualável”, o antropólogo brasileiro frisava que Fritz Muller havia chamado a atenção, ainda em meados do século XIX, para o fato de que as “falhas morais” de negros e mulatos se explicariam antes de tudo “pela sua situação social”. Embora não faltasse, mesmo entre os brasileiros, dizia Roquette-Pinto repetindo o argumento com que Bilden iniciara seu artigo, quem “nos atordoe gritando que os males da nação provém da raça e da mestiçagem”, as palavras de Fritz Muller soavam como um alento para aqueles que não conheciam “povo mais sugestível do que nós brasileiros”.²⁴⁶

Apesar da importância e do prestígio que as idéias de Bilden alcançaram no final dos anos 1920 – a ponto de influenciar profundamente os argumentos defendidos por Gilberto Freyre em *Casa-grande & Senzala* (1933) -, o historiador alemão jamais conseguiria concluir o tão anunciado livro sobre a escravidão e a questão racial no Brasil,

²⁴⁴ Roquette-Pinto, Edgard. “Fritz Muller e os negros”. Op. cit..

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ Idem.

nem mesmo novos artigos como o que publicara na revista *The Nation* (Pallares-Burke, 2007). Contudo, em momento algum teria abandonado os estudos sobre o Brasil e o contato com intelectuais brasileiros, sobretudo Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Affonso Taunay, Monteiro Lobato, Delgado de Carvalho e o próprio Roquette-Pinto. No início dos anos 1940, já em pleno período de guerra, Rüdiger Bilden escrevera a Roquette-Pinto comunicando sobre o seu novo projeto de pesquisa que começara a desenvolver:

Devido à nossa antiga amizade e sua autoridade como um excepcional antropólogo brasileiro, tomo a liberdade de lhe informar sobre um importante projeto referente aos estudos brasileiros que venho desenvolvendo. Ele envolve a fundação de um instituto de pesquisa científica, numa importante universidade norte-americana, para o estudo comparativo de raça, sociedade e cultura no Brasil e em outras áreas americanas com história e problemas raciais, econômicos e culturais semelhantes, i. e. a região caribenha e o sul dos Estados Unidos.²⁴⁷

De acordo com o projeto que enviara a Roquette-Pinto, sua intenção era criar um grande programa de estudos raciais, articulando o interesse de pesquisa de intelectuais de diferentes países da América Latina e dos Estados Unidos, do qual o próprio Roquette fora convidado a colaborar. Seu programa de estudos sobre o Brasil em muito se parecia com os termos já apresentados em seu artigo de 1929, na medida em que as análises continuariam dando especial atenção às especificidades da colonização portuguesa, as influências da escravidão e os significados da miscigenação na formação da sociedade brasileira.²⁴⁸ No entanto, o avanço da segunda-guerra mundial, e o fato de haver nos Estados Unidos suspeita “contra tudo o que é alemão”, como o próprio Bilden mais de uma vez se queixara, acabara sepultando o projeto que tão entusiasmadamente apresentara a Roquette-Pinto (Pallares-Burke, *idem*, 396-397).

É interessante observar que tanto o artigo que publicara em 1929 quanto o projeto que elaborara no início dos anos 1940 trazia a marca do pensamento intelectual brasileiro.

²⁴⁷ Correspondência de Rüdiger Bilden a Edgard Roquette-Pinto. New York, 23/02/1941 (APERP-ABL).

²⁴⁸ Bilden, Rüdiger. *Memorandum for the Brazilian Embassy concerning the creation of a Research Institute for the Comparative Study of Brazilian Culture*. 1941, 6p. (APERP-ABL).

Não à toa, temas caros aos brasileiros, como a tese do branqueamento e a positivação da miscigenação, a valorização da imigração, a contribuição da cultura africana e indígena na vida brasileira e o próprio peso da escravidão e da herança portuguesa, são temas centrais no pensamento do historiador alemão. Vale destacar que além da proximidade com escritores brasileiros e de sua estadia no Brasil por quase um ano, Bilden também realizara seguidas incursões à enorme biblioteca que o historiador Oliveira Lima mantinha em Washington, onde fora embaixador por longos anos (Pallares-Burke, idem, 383). Bilden chegara mesmo a iniciar a compilação de uma “bibliografia crítica do Brasil”, contendo livros, artigos e documentos que tratassem dos assuntos de sua pesquisa (idem, 384). O interesse pela produção intelectual brasileira poderia ser percebida, por exemplo, na própria correspondência com Roquette-Pinto. Além da troca habitual de livros e revistas científicas, Bilden e Roquette também trocavam impressões sobre a produção brasileira, como ocorrera em relação às obras *O Brasil na América*, de Manoel Bomfim, e *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, que ambos avaliaram com opiniões muito semelhantes. Enquanto o livro de Bomfim fora laureado de elogios, especialmente por sua análise apurada acerca do significado da miscigenação,²⁴⁹ Paulo Prado fora recebido com certa suspeita, uma vez que, para ambos, a leitura parecia pessimista demais e exageradamente preconceituosa.²⁵⁰

Embora Roquette-Pinto buscasse, como era comum entre os intelectuais e cientistas brasileiros de início do século XX, legitimidade e autoridade intelectual em escritores estrangeiros, a produção brasileira foi decisiva em seu modo de conceber a miscigenação, assim como parece ter sido também para Rüdiger Bilden. Como vimos, o historiador alemão se opusera à determinadas leituras sobre o Brasil - algumas vindas inclusive dos próprios brasileiros -, como aquelas que apontavam a “mistura racial” como o principal dilema nacional. Mas como Roquette-Pinto teria lidado com as interpretações

²⁴⁹ Ao ler o artigo que Roquette-Pinto publicara a propósito do lançamento de *O Brasil na América*, em 1929, Rüdiger Bilden escreveria ao amigo brasileiro dizendo concordar “totalmente com o seu endosso ao livro”. Segundo ele, o livro de Bomfim “é um trabalho penetrante e perfeito, uma das melhores publicações sobre história brasileira das últimas décadas. O autor manifesta um entendimento e um conhecimento único da colonização portuguesa e do desenvolvimento da nação brasileira. Francamente, na leitura do livro eu me sentia voltando para muitos aspectos de minha interpretação da história brasileira, que encontrei aqui expresso. No entanto, estou contente com o fato de que o meu trabalho, de certa forma, foi antecedente. Há espaço para mais do que uma contribuição de qualidade, e meu trabalho seria escrito de um ângulo diferente. (...) Digo sem hesitar que o livro é uma contribuição excelente e muito bem vinda para mim (...). Por favor transmita este tributo ao autor quando encontrá-lo. Escreverei pra ele quando terminar a leitura do livro” (Correspondência de Rüdiger Bilden a Roquette-Pinto. New York, 13/09/1929 – APERP-ABL).

²⁵⁰ Correspondência de Rüdiger Bilden a Roquette-Pinto. New York, 13/09/1929; Correspondência de Roquette-Pinto a Rüdiger Bilden. Rio de Janeiro, 15/10/1929 (APERP-ABL).

raciais sobre o Brasil produzidas pelos próprios brasileiros, sobretudo aquelas que remetiam a miscigenação e ao branqueamento da população, debate tão recorrente entre os homens de ciências do Brasil?

4.6. Diálogos brasileiros

Como vimos no capítulo II, Euclides da Cunha e Alberto Torres, além da própria tradição antropológica que se desenvolvera no Museu Nacional, foram as principais referências intelectuais do jovem que iniciava sua carreira como antropólogo físico. Com o autor de *Os Sertões*, Roquette-Pinto teria aprendido desde cedo a valorizar o homem sertanejo como o “cerne da nacionalidade” e a retratar o interior do Brasil de forma mais realística e empática. A obra de Alberto Torres, por sua vez, possibilitara que Roquette-Pinto firmasse a convicção de que os problemas do país não deveriam ser procurados em sua composição racial, mas sim na falta de organização nacional, nos problemas de ordem política e social. O “grande sociólogo”, como escreveria Roquette-Pinto em sua maturidade, “sabia que a raça não pode servir de base à nação”. Por esse motivo, ninguém teria, entre os brasileiros, pensado “com mais clareza e mais profundamente, sobre os nossos grandes problemas, do que Alberto Torres. E ninguém soube, como ele, explicar a nação a si mesma” (Roquette-Pinto, 1940, 63).

A despeito da importância que Euclides da Cunha tivera em sua formação, Roquette-Pinto não deixara de contestar as “páginas pessimistas” que apareciam em *Os Sertões* “sobre o valor negativo dos mestiços”. Sua condenação à “mistura de raças mui diversas”, como vinha ocorrendo no litoral brasileiro, teria sido um efeito da influência dos “conceitos errados de Agassiz”, um dos fundadores da “doutrina antropológica da desigualdade” (Roquette-Pinto, 1918a, 31-32). Teria faltado a Euclides da Cunha, entendia Roquette-Pinto, a compreensão de que os mestiços do litoral não eram “inferiores” ou “incapazes”, mas sim “gente que só era atrasada”, “homens que só eram ignorantes”. A causa de seus males não era “a injeção de sangue estranho”, mas a “influência deletéria do cosmopolita, ganancioso e desmoralizador, que turva o meio social, nos centros diretores da nação, para dominar mais depressa e enriquecer mais sossegado” (idem, 35-36).

A convicção sobre os valores positivos da miscigenação permitira, inclusive, que Roquette-Pinto não poupasse de crítica nem mesmo seus amigos intelectuais mais próximos. Um deles, fora o jovem historiador paulista Alfredo Ellis Jr. e seu livro *Raça de Gigantes*, publicado em 1926. Nesta obra, seu autor procurou narrar a história da ocupação do planalto paulista e o modo como se organizaram e desenvolveram os primeiros grupos étnicos daquele estado. Seguindo os argumentos da historiografia enaltecida do bandeirismo paulista, representada por escritores como Affonso Taunay e Paulo Prado, o objetivo de Ellis Jr. fora destacar a especificidade da formação antropológica paulista e o valor eugênico do “caldeamento” entre os portugueses colonizadores e a população indígena (Ellis Jr., 1976 [1926], 44-56).

Assim que a obra saía do prelo, Alfredo Ellis enviara a Roquette-Pinto um exemplar de seu *Raça de Gigantes*, solicitando que seu “bom amigo fizesse um tipo de crítica ao livro, para o jornal *O Paíz* ou qualquer outro jornal do Rio”.²⁵¹ Atendendo ao seu pedido, o antropólogo do Museu Nacional publicaria, poucas semanas depois, um artigo comentando o livro do historiador paulista.²⁵² Para ele, *Raça de Gigantes* “é um livro notável pela soma de trabalho que exigiu”, especialmente por sua “erudição” e pelo esforço documental que revelava. O cuidado com a pesquisa empírica, aliás, fazia do estudo de Ellis Jr., nos dizeres de Roquette-Pinto, “um dos poucos livros nacionais desta natureza, em que o assunto é tratado com carinho de verdadeiro pesquisador”. Roquette-Pinto também não deixaria de ressaltar o uso que Ellis Jr. fizera da moderna genética mendeliana, por meio da qual demonstrara o valor positivo da miscigenação entre o elemento ibérico e os indígenas do planalto paulista.

A despeito dessas elogiosas impressões, Roquette-Pinto chamava a atenção para as idéias “pouco simpáticas”, para o seu “próprio modo de pensar”, presentes em sua obra. A crítica voltava-se especialmente para o uso que Alfredo Ellis Jr. fizera das idéias de “um defunto de pouca valia”, referindo-se as “generalizações antro-po-sociológicas” do escritor francês Vacher de Lapouge. De acordo com a leitura de Roquette-Pinto:

²⁵¹ Correspondência de Alfredo Ellis Jr. a Edgard Roquette-Pinto. São Paulo, s/d (provavelmente de 1926) (APERP-ABL).

²⁵² Roquette-Pinto, Edgard. “Raça de Gigantes”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 01/09/1926 (recorte avulso, APERP-ABL).

Alfredo Ellis, parece, não se emancipou de uma vez do sedutor bacharel de Montpellier, Lapouge, é realmente um escritor admirável, insinuante, agradável, de grande cultura e talento. Sabe jogar com os dados objetivos como convêm às suas teses e por isso é natural a influência que exerce sobre os que começam. Eu também como todos, há vinte e cinco anos, achei fundáveis as sínteses de Lapouge. Além disso, a sociologia está exigindo cada vez mais bases seguras que só podem ser biológicas para permitir o caminho dos seus fiéis. De sorte que o edifício da chamada antrope-sociologia é realmente empolgante, à primeira vista. Dir-se-ia que os estudiosos da sociologia, debatendo-se contra o revoltoso mar de opiniões apriorísticas, agarram-se à escola de Lapouge como alguém que afinal encontrou uma taboia de salvação. Mas quando se estuda objetivamente qualquer daqueles problemas sociais, tão singularmente explicados por tal escola, vê-se depressa como tudo aquilo é apenas **bacharelise antropológica** em Lapouge, e **pan-germanismo** em Amon [grifo no original].²⁵³

Embora Roquette-Pinto considerasse a biologia como a base essencial da sociologia, e o estudo da raça como o objeto da antropologia, entendia que a “antrope-sociologia” pregada por autores como Gobineau, Lapouge, Lê Bon e Amon em nada contribuía para os estudos antropológicos, uma vez que assumiam a idéia de raça como uma fatalidade inelutável. Para essa escola, todo o desenvolvimento humano era dependente de sua história racial, da seleção que as forças da natureza impunham ao seu destino. Para Roquette-Pinto, Ellis Jr. teria construído a história dos “truncos paulistas” baseada nestes pressupostos, pois fora buscar suas origens eugênicas na seleção que a natureza teria realizado ainda entre os ibéricos, como uma forma de justificar o valor racial da população que se formara no planalto paulista.²⁵⁴

Além disso, o que possivelmente mais incomodara Roquette-Pinto durante a leitura de *Raça de Gigantes* fora mesmo o fato do historiador paulista condenar, a partir das referências feitas a Lapouge e Lê Bon, os cruzamentos entre brancos e negros. Apesar de considerar a mistura racial entre ibéricos e mamelucos como formadora de uma “sub-

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ Idem.

raça” eugênica, extremamente fecunda e homogênea, Ellis Jr. entendia que o caldeamento entre brancos e negros fora prejudicial para a formação antropológica de boa parte do país. De acordo com as palavras do próprio historiador paulista: “Este cruzamento entre branco e negro parece ser do tipo *homogênico disgenético*, isto é, fecundos os primeiros cruzamentos entre o branco e o negro, produzindo o mulato que por sua vez, cruzado com o branco, é fecundo até uma determinada geração, quando se esteriliza, coisa que está acontecendo com a gradual eliminação seletiva do mulato, que vai desaparecendo da nossa população” (Ellis Jr., 1976 [1926], 46).

As observações críticas de Roquette-Pinto também foram dirigidas contra outro historiador paulista, Affonso de Taunay, que fizera inclusive o prefácio ao livro de Alfredo Ellis Jr.. Além de uma estreita relação intelectual, Roquette-Pinto e Taunay compartilharam uma longa amizade pessoal, conforme se pode observar na correspondência que mantiveram por mais de 30 anos. Não à toa, a recepção de Taunay na Academia Brasileira de Letras, em 1930, fora feita pelo próprio Roquette-Pinto. Em seu discurso, o antropólogo detera-se especialmente nos comentários sobre o estudo da *História das Bandeiras* desenvolvidos pelo historiador paulista em “seis alentados volumes”. A obra de Taunay, dizia o antropólogo, poderia ser lida como “a história da conquista do Brasil pelos brasileiros”, conforme frase cunhada pelo próprio historiador para descrever a expansão das bandeiras em direção ao centro do Brasil (Roquette-Pinto, 1930, 291).

Comentando sobre a centralidade dos “ameríndios” na formação das bandeiras paulistas, Roquette-Pinto não deixaria de contestar a demasiada importância que Taunay atribuía às características arianizantes dos homens aventureiros da península ibérica. “Não sei Sr. Affonso de Taunay, dizia Roquette-Pinto, se fostes sempre bem inspirado consagrando no primeiro volume da vossa história, um capítulo ao que chamastes *arianização progressiva* dos paulistas porquanto a antropologia ensina que o *sangue ariano* é uma utopia” (idem, 293). De acordo com o antropólogo do Museu Nacional, a própria “combatividade e a mobilidade”, que Taunay teria descrito como as características mais salientes dos bandeirantes, eram essencialmente ameríndias. A ocupação da Amazônia, continuava ele, também não teria sido obra dos “dólico-louros” vindos da Europa, mas sim dos “Hércules-quasi-modos”. E diante dos imortais da Academia

Brasileira de Letras, o antropólogo procurava reafirmar a sua crença nacionalista contestando os “livros falsos” e as teorias que condenavam os mestiços do Brasil:

Mais de uma vez tenho me perguntado a mim mesmo, perplexo ao ver escritores brasileiros de talento e cultura repetir balofas necedades a respeito dos irremediáveis desastres sociais que seriam os povos mestiços, tenho perguntado a mim mesmo: como é possível crer mais nos livros falsos do que na própria natureza? Sejam quais forem as tristezas que o espetáculo da vida nacional, em qualquer tempo, haja de suscitar em nossa alma, o Brasil é uma realidade; desmente as teorias... (...). Não há retórica que destrua a verdade; nem livro que desmint a vida (idem, 293).

No que tange às discussões sobre a valorização da miscigenação e dos mestiços do Brasil, duas obras parecem ter chamado especial atenção de Roquette-Pinto: *O Brasil na América* (1929), do médico sergipano Manoel Bomfim, e *Casa-Grande e Senzala* (1933), do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. Ambas as obras seriam resenhadas pelo antropólogo no momento mesmo de sua publicação, com palavras elogiosas e de profunda admiração. Em seu ponto de vista, tanto o livro de Bomfim quanto o de Freyre deveriam ser classificados como obras essenciais para conhecer o Brasil e a sociedade brasileira, seja pela profundidade de suas interpretações, seja pela atualidade dos temas tratados.²⁵⁵

O Brasil na América deveria ser lido, conforme o próprio Manoel Bomfim explicava no prefácio à primeira edição, como o “desenvolvimento de conceitos” enunciados em seu primeiro livro: *América Latina: males de origem*. Publicado ainda em 1905, o livro fora, nas palavras de Roquette-Pinto, uma resposta contra os “sociólogos ingênuos que julgam todos os povos do continente, ‘povos inferiores, condenados à agitação facciosa de um barbarismo estéril e desinteressante para o resto do mundo’”.²⁵⁶ Opondo-se às concepções científicas destes “sociólogos ingênuos”, como Gobineau, Agassiz, Taine, Buckle e Spencer, Manoel Bomfim esforçara-se por demonstrar que os

²⁵⁵ Roquette-Pinto, Edgar. “O Brasil na América”. *A Ordem*. Rio de Janeiro, 05 de setembro de 1929; Roquette-Pinto, E. “Casa-grande & Senzala”. *Boletim de Ariel*. Rio de Janeiro, 1934.

²⁵⁶ Roquette-Pinto, Edgard. “O Brasil na América”. Idem.

“males de origem” da América Latina, e do Brasil em especial, não deveriam ser atribuídos ao “povo do continente”. Os males da região eram, antes de tudo, resultado do “parasitismo” da colonização ibérica e da própria exploração das elites locais, que juntas teriam construído uma sociedade excludente e amplamente desigual (Bomfim, 1905).

Publicado, portanto, 25 anos após sua primeira obra, em *O Brasil na América* Bomfim trazia o mesmo tom nacionalista que caracterizara o *América Latina: males de origem*. Na expressão de seu próprio autor, o livro de 1929 foi escrito “em páginas saídas do coração, o como me sentia brasileiro, e o que se me afigurava indispensável para a realização bem humana desta pátria” (Bomfim, 1997 [1929], 27). Embora procurasse narrar a história da colonização no Brasil, destacando a singularidade da formação brasileira no continente, o que parece mais ter chamado a atenção de Roquette-Pinto em *O Brasil na América*, como ele próprio destacara em sua resenha, fora mesmo o ataque desferido contra “o preconceito pueril e o comoditismo dos que atribuem todos os nossos males à raça, ao cruzamento, à mestiçagem...”²⁵⁷

De acordo com Manoel Bomfim, se fosse possível atribuir “qualquer inconveniente” no “desenvolvido cruzamento” entre as “três raças humanas extremas”, deveria-se admitir que “a nação brasileira está radicalmente prejudicada no seu elemento de valor – o homem”. Os que assim julgam o Brasil, dizia ele, o fazem por meio das “pretensas teorias de superioridade das *raças puras*, como um mendelismo mal assimilado”, que se esforçava em afirmar “não poder formarem-se raças estáveis, provindas de cruzamentos (disjunção mendeliana)”. Tudo isso não passaria de “teorização”, uma vez que a população brasileira provava justamente o contrário. O cruzamento, “em vez de ser um mal, é uma vantagem” (idem, 167), pois só poderia haver progresso humano a partir da “variação”, “diferenciação” e “combinação dos elementos hereditários” (idem, 172). Deste modo, concluía Bomfim em uma das passagens mais fortes de seu livro:

Tudo que, em pretensa ciência, se tem dito contra a massa brasileira – por ser produto de cruzamentos – é desautorizado pela verdadeira ciência. Não há nenhum motivo biológico para duvidar do futuro do Brasil, como incapacidade

²⁵⁷ Idem.

das suas raças. Os descendentes dos misturados que defenderam e dilataram o Brasil são bem capazes de continuar a obra daqueles. Brasileiros, temos de aceitar o Brasil qual ele é, na realidade de sua formação; e temos o dever de elevá-lo assim mesmo, começando por conhecer bem a todos os seus elementos formadores, a fim de obter deles o ótimo de apuro. A nação brasileira é um produto de mistura, num grau tal, por tantos séculos, tão obrigado a novas e repetidas misturas, que da nossa visão de progresso e grandeza social deve ser afastado todo o anelo e toda a preocupação de pureza, negativa e dissolvente. Se há absoluta inferioridade nas raças; se o cruzamento acentua tais inferioridades; então, resignemo-nos a ceder a terra a outros, onde possa haver pureza de sangue, porque no Brasil que aí existe, no Brasil tradicional, efetivo e real, desde os seus primeiros anos até hoje, o povo, a realidade mesma da nação, é mistura, já agora indestrinçável, mistura que poderá realizar um novo tipo etnográfico, um produto estável, mas que, jamais, será um tipo branco de relativa pureza, um tipo ariano, no dizer pretensioso dos que se aprazem em arremedar a ciência (Bomfim, idem, 183).

Na resenha que escrevera ao livro de Bomfim, Roquette-Pinto transcrevera boa parte do trecho acima, destacando que não haveria “pior derrotismo do que o embuçado nos disfarces da antropologia literária, que encontra na tolice do ‘sangue ariano’ – a salvação do país”. Por tudo isso, *O Brasil na América* era descrito por ele não apenas como “o melhor dos livros de Bomfim”, mas também “um dos mais notáveis trabalhos do pensamento, publicados neste país nos últimos tempos”. Na opinião do antropólogo, o livro teria surgido em momento adequado, já que o “país inteiro começa a pensar na raça e procura verificar se são verdadeiras as doutrinas dos derrotistas que caluniam os seus patrícios”.²⁵⁸

Cabe destacar que o final dos anos 1920 é marcado pela publicação de uma série de obras importantes sobre o “problema racial brasileiro”, estimulado especialmente pelas

²⁵⁸ Idem.

discussões sobre eugenia, imigração e a formação da nacionalidade.²⁵⁹ Como resultado desse debate, pode-se destacar o fato de poucas semanas antes da publicação de *O Brasil na América* ter sido realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, que reunira no Rio de Janeiro mais de uma centena de intelectuais, cientistas e autoridades políticas, todos ávidos por intervir nas discussões sobre o futuro racial do país, tema que há muito havia se estabelecido como uma grande “preocupação nacional” (Stepan, 2005; Souza, 2006). Não à toa, Roquette-Pinto destacaria, como que se referindo aos eugenistas mais extremados, que o livro de Bomfim seria muito bem vindo para “abrir os olhos dos estudiosos contra os imprudentes e levianos que, sem medir o dano que fazem, porque a ciência, que os serve, para tanto não basta, tentam criar no Brasil uma ‘questão de raças’, explorando preconceitos que mal vegetam na população, aumentando ainda mais o que o grande espírito de Alberto Torres considerou o maior mal deste país: falta de organização nacional”.²⁶⁰

Assim que os comentários de Roquette-Pinto sobre *O Brasil na América* saíram na imprensa carioca, Bomfim se apressara em escrever para o antropólogo agradecendo pela crítica. Tratando-o como seu “amigo de sempre”, o autor sergipano procurava justificar os “elogios” de Roquette-Pinto às “páginas árduas” de seu livro ao sentimento nacionalista e às afinidades que compartilhavam, “motivo que, para o bem da amizade, terão sempre o dom de captar a sua generosa afeição”.²⁶¹ De fato, além do “amor ao Brasil e uma constante preocupação de justiça” para com os brasileiros, como se referia Bomfim em sua correspondência, os autores poderiam ser caracterizados como aqueles que melhor formularam, pelo menos até o final dos anos 1920, a defesa da miscigenação como um elemento positivo da formação antropológica brasileira. Outro aspecto que ressaltava suas afinidades intelectuais e suas posições fortemente nacionalistas era a crença no poder de reabilitação dos brasileiros por meio da educação. Não à toa, tanto Roquette-Pinto quanto Bomfim dedicariam boa parte de suas trajetórias ao desenvolvimento de projetos educativos, sobretudo de educação popular.

²⁵⁹ Entre estas obras se pode citar *Raça de Gigantes*, de Alfredo Ellis Jr. (1926); *O choque de raças ou o presidente negro*, de Monteiro Lobato (1926); *Macunaíma*, de Mário de Andrade (1928); *Seixos Rolados*, de Roquette-Pinto (1927); *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado (1928); *Lições de Eugenia*, de Renato Kehl (1929); e mesmo o artigo *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*, de Roquette-Pinto (1928).

²⁶⁰ Roquette-Pinto, Edgard. “O Brasil na América”. Idem.

²⁶¹ Correspondência de Manoel Bomfim a Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1929 (APERP-ABL).

Já nos anos 1930, outro autor brasileiro com quem Roquette-Pinto compartilhou afinidades sobre o significado da miscigenação racial e o valor dos mestiços do Brasil foi Gilberto Freyre. Se *O Brasil na América* foi reconhecido pelo antropólogo como uma das maiores obras do pensamento brasileiro, *Casa-grande e Senzala*, do sociólogo pernambucano, seria descrito como um livro que já “nasceu obra clássica”. Conforme resenha que publicara no *Boletim de Ariel*, dando notícias do recente lançamento do livro de Freyre, Roquette-Pinto destacava que ninguém poderia dar “mais um passo em matéria sociológica referente a este país, sem consultar o volume, a menos que deseje andar errado, como quem se exercite em buscar no escuro, os objetos que um raio de luz facilmente denuncia”.

Publicado em 1933, *Casa-grande e senzala* não apenas consagraria Gilberto Freyre como um dos principais intérpretes do Brasil, como seria também um dos livros que mais profundamente marcaria a cultura brasileira. Como se sabe, sua obra fora marcada por uma leitura inovadora sobre a formação histórica e antropológica do Brasil, na qual ressaltava a positividade da miscigenação racial e do hibridismo cultural do país como um elemento distintivo da condição de ser brasileiro. Mesclando uma linguagem sociológica, histórica e literária, Gilberto Freyre procurou demonstrar a importância do cotidiano, da cultura e do ambiente na formação do povo brasileiro. Aliás, o autor de *Casa-grande e Senzala* foi um dos primeiros brasileiros a interpretar a história do Brasil em termos culturais, valorizando a contribuição diversa e heterogênea produzida na relação entre os três grupos étnicos formadores: portugueses, africanos e indígenas. De outro lado, mantendo o conceito neolamarckiano de raça, como bem ressaltou Ricardo Benzaquem de Araújo, Freyre também voltou a sua atenção para a importância do ambiente na caracterização biológica da raça, demonstrando como a miscigenação e a adaptação ao meio tropical foram decisivos na formação do positivo hibridismo brasileiro (Araújo, 1994, 38-41; 154-156).

Na leitura de Roquette-Pinto, o livro de Gilberto Freyre trazia uma contribuição inestimável para compreender a formação brasileira justamente por conciliar a análise social e biológica, uma vez que a sociologia, sem a biologia, nada mais seria do que “discurseira”. “Preparado na escola de Franz Boas”, explicava Roquette-Pinto, o sociólogo pernambucano não teria deixado de “considerar os problemas complexos de nossa etnogenia”. O autor sabia que “sem bases biológicas, lúcidas e firmes é vão intento cuidar

alguém de resolver questões sociais”. Em sua opinião, Gilberto Freyre não teria se apressado: “Só penetrou no andar de cima depois de bem senhor das dificuldades do rez do chão. Eis aí a origem do brilho desse volume sem par. Tudo quanto a biologia da raça tem revelado nos últimos tempos foi aplicado com segurança e critério à interpretação brasileira”.²⁶²

O antropólogo do Museu Nacional não deixaria de mencionar que o fato de Freyre considerar a “diferença entre raça e cultura” seria determinante em seu modo de conceber o “problema racial” brasileiro. A discriminação que fazia entre “os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio”, explicava Roquette-Pinto, possibilitaram que o sociólogo pernambucano refutasse “as doutrinas de última hora”, como as “teses arianistas”, pois bem sabia “como são de fato velhas, disfarçadas em cosméticos ridículos”.²⁶³

Por tudo isso, Roquette-Pinto acreditava que o “soberbo” livro de Gilberto Freyre aparecia num momento propício, se referindo ao intenso debate que os parlamentares da constituinte de 1933 travavam em torno da regulamentação da imigração. Em suas palavras, era razoável que as autoridades voltassem suas atenções para a vinda e a distribuição de imigrantes no Brasil, uma vez que se tratava do “interesse da sua grandeza futura”. Além disso, não contestaria a afirmação de “que a nação território, mesmo entulhada de riqueza” é menos importante “que a nação-povo, no quadro dos valores mundiais”. Contudo, os termos desse debate careciam, em sua opinião, de maior esclarecimento, uma vez que “os problemas da gente” não poderiam ser tomados como “temas de oratórios de retórica do século 18”, como estariam fazendo boa parte dos deputados brasileiros encarregados da nova constituição. Como um antropólogo há muito envolvido no debate acerca da formação racial brasileira, Roquette-Pinto alertava: “que os estudiosos antes de abordar quaisquer detalhes assuntos, tomem qualquer conhecimento objetivo, direto, simples, positivo, do que se tem apurado na matéria. Nenhum guia melhor, mais claro ou mais minucioso do que Gilberto Freyre”. E do mesmo modo que argumentara em relação à obra de Manoel Bomfim, Roquette-Pinto não deixaria de

²⁶² Roquette-Pinto, Edgard. Casa-Grande e Senzala. Op.cit, 1934.

²⁶³ Idem.

destacar que “Casa-grande e Senzala vem tomar, na prateleira, lugar condigno ao lado dos livros de Alberto Torres”.²⁶⁴

Se Roquette-Pinto indicara a leitura de Gilberto Freyre como o “melhor guia” para compreender a verdadeira natureza dos problemas brasileiros, o próprio sociólogo pernambucano já havia destacado a importância que Roquette-Pinto teria exercido em sua maneira de conceber o significado da miscigenação no Brasil, tema que tanto o inquietava em sua juventude. No prefácio que preparou para a primeira edição de *Casa-Grande e Senzala*, Freyre confessava que sua impressão negativa dos marinheiros brasileiros, “mulatos e cafusos”, que ele viu andando pela neve mole do Brooklyn, quando de sua permanência em Nova York, no início dos anos 1920, era devido à falta de conhecimento acerca do resultado da miscigenação e da própria realidade social brasileira. E concluía: “faltou-me quem me dissesse então, como em 1929 Roquette-Pinto aos arianistas do Congresso de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafusos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafusos e mulatos doentes” (Freyre, 1946 [1933], 17-18). Além dessa referência, ao longo de *Casa-grande & Senzala*, ou mesmo em obras publicadas posteriormente, como em *Sobrados & Mucambos* (1936), os estudos de Roquette-Pinto são sempre citados como referências importantes para o conhecimento da antropologia racial do Brasil.

A referência à autoridade de Roquette-Pinto decorria especialmente dos trabalhos que o antropólogo havia publicado nos anos 1920 sobre a formação dos tipos antropológicos brasileiros. De acordo com Pallares-Burke (2005, 334-335), Gilberto Freyre teria entrado em contato com a obra de Roquette-Pinto no final dos anos 1920, quando começava a definir os rumos de seus novos estudos sociológicos. Nessa época, os estudos do antropólogo do Museu Nacional teriam contribuído significativamente para que Freyre percebesse o caráter não-científico do racismo que ele próprio chegara a admirar no início de sua carreira, passando a ver a miscigenação a partir de uma nova perspectiva. Para o autor de *Casa-grande e Senzala*, conforme escrevera anos mais tarde, Roquette-Pinto era “mestre ilustre” dos estudos antropológicos²⁶⁵, tendo sido ele “o primeiro, entre nós, a distinguir com nitidez de espírito crítico e segurança de saber científico, o ‘mestiço’ doente

²⁶⁴ Idem.

²⁶⁵ Freyre, Gilberto. *Africa. Correio da Manhã*. Op.cit.

do ‘mestiço’, repelindo a idéia da patologia da miscigenação a que se afeiçoara Nina Rodrigues nos seus *Estudos sobre o Problema do Africano no Brasil*.²⁶⁶

4.7. O paradoxo de uma tese

Embora Roquette-Pinto tenha insistentemente se oposto ao racismo científico e defendido o homem mestiço como um tipo racial bem constituído e eugenicamente saudável, seus estudos não deixaram de incorporar o pressuposto segundo o qual o destino racial brasileiro tenderia ao branqueamento. Ao longo de sua trajetória como antropólogo físico, é comum encontrar explicações científicas e dados empíricos destacando as evidências de que a miscigenação, principalmente entre brancos e negros, conduziria com maior frequência ao retorno das características da “raça branca”. Neste aspecto, Roquette-Pinto estava em diálogo com boa parte dos cientistas, intelectuais e autoridades brasileiras do final do século XIX e início do XX, que construíram e legitimaram a teoria do branqueamento racial como uma alternativa positiva para pensar a futura formação antropológica do país.

Conforme já destacamos, ao longo do século XIX o Brasil fora descrito, especialmente nas crônicas de viajantes, naturalistas e cientistas estrangeiros, como uma nação marcada pela mestiçagem, cujo aspecto caracterizava sua população como fisicamente “desarmônica”, moralmente “instável” e intelectualmente “inferior” (Schwarcz, 1993, 12-13). Na leitura desses viajantes, a “mistura de raças” produziria um “tipo híbrido” biologicamente degenerado, na medida em que uniria características antropológicas distantes e antagônicas. De acordo com o naturalista suíço radicado nos Estados Unidos, Louis Agassiz, que esteve no Brasil na segunda metade do século XIX, qualquer um que duvidasse dos “males dessa mistura de raças” que viesse ao Brasil. Veria que o “amalgama de raças”, mais geral no país do que em qualquer outro lugar do mundo, estava “apagando, rapidamente, as melhores qualidades do branco, do negro e do índio, deixando um tipo, híbrido, deficiente em energia física e mental” (Agassiz, 1868 apud Schwarcz, idem, 13).

²⁶⁶ FREYRE, Gilberto. “Precursores Esquecidos”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 21/07/1942 (APERP-ABL).

Em diálogo com estas leituras, os intelectuais brasileiros do final do século XIX tiveram que lidar com as teorias produzidas pela ciência europeia, das quais não podiam escapar, já que delas emanava sua legitimidade científica. Contudo, ao mesmo tempo em que dialogavam com essas visões estrangeiras sobre o que era o Brasil, precisavam também construir alternativas que os possibilitasse projetar o futuro do país como uma nação viável. Conforme argumenta Lilia Schwarcz, a situação dos intelectuais brasileiros deste período era incomoda, uma vez que “oscilavam entre a adoção dos modelos deterministas e a reflexão sobre suas implicações; entre a exaltação de uma ‘modernidade nacional’ e a verificação de que o país, como tal, era inviável” (Schwarcz, *idem*, 240). Autores como Silvio Romero, Aluísio de Azevedo, José Veríssimo, Perdigão Malheiros, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, João Baptista de Lacerda, são apenas alguns dos nomes que ocuparam a tribuna da imprensa e os espaços institucionais, além de suas obras científicas e literárias, para projetarem os dilemas e as polêmicas que a miscigenação representava para a formação do país.

Enquanto alguns autores, como o médico bahiano Nina Rodrigues e o próprio Euclides da Cunha, assumiram que a miscigenação geraria uma progênie inferior e degenerada, outros intelectuais brasileiros procuraram refutar o argumento de que a “mistura de raças” condenaria o futuro do Brasil. Como resposta ao fatalismo da ciência europeia, conforme já destacamos no primeiro capítulo, os brasileiros formularam a teoria do branqueamento como uma solução para enfrentar o dilema que representava a larga miscigenação praticada no país. Aceita pela maior parte da elite brasileira, a tese do branqueamento ganhara consistência a partir dos escritos de vários autores, entre os quais se destacavam Silvio Romero, João Baptista de Lacerda, Oliveira Lima, Afrânio Peixoto e Oliveira Vianna. O pressuposto básico defendido por estes autores baseava-se na idéia de que a suposta superioridade do “sangue” europeu predominaria nos cruzamentos com “sangue” de origem africana ou indígena, possibilitando o aparecimento de uma população saudável que tendia a tornar-se cada vez mais branca (Skidmore, 1976, 81).

Muitos intelectuais, como João Baptista de Lacerda e o próprio Roquette-Pinto, utilizavam-se de dados oficiais sobre o desenvolvimento demográfico da população brasileira para validar a tese do branqueamento. A pesquisa produzida por estes antropólogos destacava - conforme os dados apresentados durante o Primeiro Congresso Universal de Raças - que enquanto o contingente de negros e mestiços sofria uma

progressiva redução estatística, a população branca se desenvolvia continuamente em sentido exatamente contrário. De acordo com estes números, a população branca representaria em 1910 mais da metade do contingente total, enquanto em 1872 este coeficiente não passaria de 31%. Vale destacar que o trabalho desenvolvido por Lacerda fora, inclusive, uma das primeiras tentativas de validar a teoria do branqueamento num fórum internacional de ciência. Não à toa, um ano depois do congresso, o antropólogo ressaltaria orgulhosamente, como prova do valor científico de sua tese, o fato de seu trabalho ter sido bem recebido pelos participantes do evento (Lacerda, 1912, 85-101).

Além da influência que sofrera de Lacerda, ao lado de quem trabalhou por quase 10 anos no Museu Nacional, Roquette-Pinto também fora um leitor atento de Silvio Romero, a quem considerava um dos “grandes mestres” da etnologia do Brasil. Em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 1928, Roquette-Pinto afirmava: “Na escala dos nossos valores intelectuais considero Silvio Romero um dos mais altos, pela visão larguíssima dos nossos destinos, pelos quadros amplos e seguro da nossa evolução nacional, que ele soube definir à luz de uma cultura formidável” (Roquette-Pinto, 1928, 950). Como já destacamos, Silvio Romero foi um dos primeiros escritores a defender a tese do branqueamento, conforme aparecia expresso nos escritos que publicara ainda antes da abolição da escravidão e da implantação da República. Em *A literatura brasileira e a crítica moderna*, de 1880, o bacharel e escritor sergipano explicava, referindo-se a teoria do branqueamento:

A minha tese, pois, é que a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir, ao branco; mas que este, para essa mesma vitória, atentas as agruras do clima, tem necessidade de aproveitar-se do que de útil as duas outras raças lhe podem fornecer, *maximé* a preta, com quem tem mais cruzado. Pela seleção natural, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuirão largamente para tal resultado: - de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a emigração européia (Romero, 1880, 53).

Em diálogo com estes autores, Roquette-Pinto também se aproximara da teoria do branqueamento como uma maneira otimista de projetar a futura formação antropológica do país. Conforme artigo publicado na *Revista do Brasil*, ainda meados dos anos 1910, destacava que devido ao cruzamento racial entre negros, brancos e indígenas, o Brasil poderia ser visto como “um imenso laboratório de antropologia”, por meio do qual era possível explicar como a miscigenação favorecia o branqueamento da população. Segundo ele, “os casos de herança mendeliana que pessoalmente tenho observado nas famílias populares”, mostravam que, “mesmo sem intervenção de outro elemento branco, o cruzamento de mestiços fornece prole branca, que a antropologia é incapaz de separar de tipos europeus” (Roquette-Pinto, 1916, 328).

Em boa parte de seus trabalhos, é possível perceber, inclusive, o esforço do antropólogo em explicar a teoria do branqueamento a partir dos instrumentos da “moderna antropologia”. Apoiando-se nas análises dos aspectos antropométricos, ou mesmo da genética mendeliana, argumentava em suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil* que o “cruzamento racial” entre o branco, o negro e o mestiço, na maioria dos casos, apresentava uma “acentuada tendência para a raça branca”, especialmente em relação à estatura, à natureza do cabelo, à cor da pele, o índice nasal e cefálico, o perímetro torácico, entre outros caracteres físicos (Roquette-Pinto, 1929, 129). Em geral, acreditava ele, “tipos brancos”, cuja avó é negra, podem ser perfeitamente caracterizados entre os “*brancos mediterrâneos* da Europa”, sem que se perceba a diferença. A aplicação das leis de Mendel sobre o funcionamento da hereditariedade nos cruzamentos humanos provaria ser um “*erro crer que os filhos de mulatos sejam sempre mulatos*” (idem, 139) [grifo do autor]. Em muitos casos, nos cruzamentos entre brancos e negros, ou brancos e mulatos, “só um perito poderá descobrir sangue negro”, tal seria o retorno perfeito desses mestiços ao tipo branco. Além disso, como a “união” entre o “branco e a mulata” seriam mais freqüentes no Brasil, acreditava ele, haveria uma tendência ainda mais acentuada para o nascimento de indivíduos leucodermos, conforme classificava os brasileiros brancos (idem).

Do mesmo modo que havia feito Lacerda em seus estudos sobre os mestiços do Brasil, apresentado aos participantes do Primeiro Congresso Universal de Raças, Roquette-Pinto formulava uma imagem semelhante para explicar o fenômeno do branqueamento da população no Brasil. Durante uma conferência realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em agosto de 1921, destacava que a sua observação e a análise sobre o “jogo

natural do cruzamento” no Brasil ajudavam a compreender como era possível “uma avó negra retinta” trazer nos braços uma “neta branca”, como ele próprio teria muitas vezes presenciado ao longo de suas pesquisas. Nas palavras do antropólogo, fatos assim eram facilmente justificados:

Casam-se dois africanos, restos das levas importadas, e desse casamento nasce um negro. De outro lado, de dois outros africanos igualmente, surge no Brasil uma rapariga. Pois bem, casam-se esses dois negros crioulos nascidos no Brasil e nasce então uma [outra] rapariga. Por outro lado (estirpe branca) de um casamento de mulatos nascidos no Brasil, nasce um rapaz mulato claro. Da ligação dessa negra com esse mulato nasce uma mulata clara que vai assim continuar a estirpe para chegar à pequenina loira. Esta mulher derivada do casal, ela negra e ele mulato, liga-se a um branco (quando se diz no Brasil que uma preta se ligou a um branco não é preciso dizer que este branco é português). Dessa ligação nasce a brasileira (...) completamente branca, loira, de cabelos ligeiramente ondulados, olhos claros, carregada por sua avó brasileira também, mas filha de africanos. Esta mulher é mãe da mãe da pequena loira, que positivamente documenta um dos fatos mais importantes de minha vida de estudioso que tive ocasião de observar.²⁶⁷

A imagem descrita por Roquette-Pinto, construída tanto por suas análises científicas quanto pela observação empírica, parecia remeter ao famoso quadro “Redenção do Can”, do pintor espanhol Modesto Brocos y Gomes (1852-1936). Formado pela Academia Imperial de Belas Artes em 1875, e radicado definitivamente no Brasil desde 1890, Brocos Y Gomes pintara a tela em 1895, por meio da qual representara uma síntese do que os teóricos do branqueamento projetavam para o futuro do país. No quadro, Brocos y Gomes retratara três gerações de uma família brasileira: a avó negra, sua filha mulata, que trazia ao colo uma criança branca, e o pai de seu neto, um imigrante branco,

²⁶⁷ Roquette-Pinto, Edgard. *Nossa gente* (conferência realizada na Biblioteca Nacional). Rio de Janeiro, 1921, p.8-9 (texto datilografado 10p. – APERP-ABL).

possivelmente um português.²⁶⁸ A pintura seria utilizada também, como página de abertura para a publicação do trabalho que Lacerda havia apresentado durante o Congresso Universal de Raças, reforçando o seu argumento de que o Brasil completaria o processo de branqueamento em um século. Não à toa, como legenda para o quadro que reproduzira em seu trabalho, Lacerda anotara: “O negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças” (Seyferth, 1985, 87; Schwarcz, 2011, 228-229).

A narrativa que Roquette-Pinto construíra em 1921 sobre o processo de branqueamento remetia também aos próprios argumentos e previsões de João Baptista de Lacerda. Comentando sobre as estatísticas que apontavam o crescimento progressivo dos brancos no Brasil e a diminuição contínua de negros, mestiços e índios, o antropólogo lembrava: “Um cientista brasileiro muito interessado em provar que o Brasil estava se limpando, porque ia fazer parte de um congresso de estrangeiros em Londres, ficou tão entusiasmado por esses números... que já fazia o cálculo para o ano 2000, isto é, que nessa época não haveria mais negros. Mas de um modo um tanto objetivo e interessante pode representar [...] o movimento dessa população”.²⁶⁹

Apesar de se referir às previsões de Lacerda com certa ironia, pois imaginava otimista demais, acabava por concordar que os cálculos que fizera sobre o movimento da população eram objetivos e verdadeiros. Concordava que a população negra e mestiça tendia a desaparecer cada dia mais, uma vez que além da “absorção” pelo “elemento predominante”(o branco europeu), a falta de educação e as péssimas condições sociais a que foram submetidos desde a escravidão dificultavam a sua organização familiar, diminuían as taxas de natalidade e aumentavam as de mortalidade. Além do mais,

²⁶⁸ De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, conforme explicara em artigo publicado recentemente, a pintura de Modesto Brocos y Gomes “trazia uma alusão ao episódio bíblico, quando Noé, ao dividir o território entre seus filhos, dividira também a humanidade em sua sorte. Nesse caso, porém, o processo evolutivo, cientificamente confirmado, 'redimiria' a máxima bíblica, que parecia renitente diante das certezas de época. A seleção darwinista levaria, inicialmente, a uma população mestiça, que passaria a branca no porvir, e este seria o destino certo do Brasil. Ademais, como naquele contexto intelectual a raça branca não era considerada exclusivamente um conceito biológico, antes implicava pensar em um paralelo civilizacional, está claro que a depuração significava, como metáfora e como realidade, que o Brasil era, mesmo, um 'país que daria certo'. A tela permite também outra leitura, quem sabe menos científica. Num contexto marcado pelo catolicismo popular, a representação ganha um tom 'milagreiro'. A velha negra olha para os céus e, com um gesto milenarmente repetido e expresso pelas mãos, parece agradecer pela graça divina recebida. Mãe e pai olham orgulhosos para o filho, o qual, colocado bem no centro da cena, parece com Cristo na manjedoura. Dessa maneira, o que a ciência não resolvia, a crendice dava conta” (Schwarcz, 2011, 228-229).

²⁶⁹ Roquette-Pinto, Edgard. *Nossa gente*, idem, p.10.

entendia que “nem caboclo, nem mulato, nem cafuso, nem cabaréu... aumentaram no Brasil. Aumentaram os brancos”.²⁷⁰

Neste sentido, embora argumentasse que o problema brasileiro não deveria consistir em tornar brancos os mestiços que povoavam o Brasil, Roquette-Pinto seguia os teóricos do branqueamento, encontrando nas estatísticas e na observação da “realidade”, conforme acreditava, os elementos que apontavam para uma nação em progressivo branqueamento. De certo modo, a adoção desta tese colocava a sua antropologia em contradição frente à alguns de seus mais caros pressupostos. Entre eles, pode-se destacar a sua recusa em aceitar a preponderância de uma raça sobre a outra - como era comum nas interpretações do darwinismo social. Além disso, contradizia também o próprio argumento de que os brasileiros não precisariam ser substituídos, mas educados (Roquette-Pinto, 1929). Paradoxalmente, contudo, a crença na tese do branqueamento, quando analisada a sua lógica interna, fora adotado por Roquette-Pinto porque acabava justificando alguns de seus mais fortes argumentos, como a afirmação de que a miscigenação não deveria ser vista enquanto fator negativo na formação brasileira, e nem o mestiço como um “tipo racial” inferior. Vale lembrar, como já destacamos, que a aceitação da teoria do branqueamento entre os brasileiros estava firmada sobre uma conclusão otimista, segundo a qual a miscigenação não produzia tipos degenerados, mas uma população mestiça saudável capaz de se tornar cada vez mais branca e civilizada.

Conforme veremos no próximo capítulo, as próprias idéias de Roquette-Pinto sobre eugenia, imigração e formação da população no Brasil não deixaria de carregar o paradoxo que a tese do branqueamento sustentava. Se o seu projeto eugênico assumia a defesa do mestiço como um tipo física e intelectualmente bem constituído, não é menos verdade que o antropólogo continuaria reafirmando que a “evolução morfológica” dos tipos antropológicos cada vez mais se aproximavam do europeu do sul.

²⁷⁰ Idem, p. 8.

Capítulo 5

Das ‘Leis da Eugenia’ aos Problemas da População

Nas primeiras décadas do século XX, o discurso eugênico foi incorporado ao pensamento científico e social como um instrumento fundamental para intervir no processo de evolução humana, impedindo a degeneração racial e, ao mesmo tempo, apressando o seu melhoramento físico e mental. Sustentada pelas teorias da hereditariedade, a eugenia rapidamente foi acionada nas discussões sobre miscigenação racial, políticas de imigração, educação sexual, controle matrimonial e reprodução humana. Em vários países do mundo, intelectuais, cientistas e autoridades públicas envolvidas com o tema da raça e das populações se apropriariam das idéias eugênicas de modo bastante diverso, adaptando seus projetos de aperfeiçoamento biológico humano de acordo com a realidade racial e as ideologias vigentes nos diferentes contextos nacionais (Adams, 1990). Enquanto nos Estados Unidos e em alguns países do norte da Europa o movimento eugênico assumiu projetos mais radicais, alimentados pelos ideais de purificação racial, na América Latina ele se manifestou de modo mais “suave”, adequando-se ao discurso higienista e a crença nos pressupostos neolamarckianos, segundo os quais as reformas sociais e do meio garantiriam o melhoramento das futuras gerações (Stepan, 2005).

No caso brasileiro, a eugenia ganhou adeptos tanto entre os reformadores sociais envolvidos com o discurso médico-sanitarista quanto àqueles preocupados diretamente com a composição racial de sua população. Embora medidas mais radicais, ligadas à eugenia “negativa”, também tenham feito parte do ideário defendido por alguns dos integrantes desse movimento, de maneira geral os eugenistas voltaram suas atenções para os problemas da higiene pública, o combate às doenças, a educação sexual e os cuidados materno e infantil. No que tange as preocupações raciais, o movimento eugênico oscilou entre a aceitação da realidade antropológica brasileira, caracterizada por uma população amplamente mestiça, e sua substituição por imigrantes europeus. Não à toa, o debate sobre miscigenação, imigração e povoamento do Brasil foram os assuntos que mais polêmicas geraram no interior do movimento eugênico, sobretudo a partir da passagem dos anos 1920 para os anos 1930.

Como um intelectual especializado nos estudos raciais, Roquette-Pinto também se ocupou das idéias eugênicas, destacando-se como um protagonista do movimento eugênico brasileiro. Entre os anos 1920 e 1930, publicou um conjunto de textos no qual procurava divulgar “as leis da eugenia”, seus métodos, suas técnicas e seus ideais (Roquette-Pinto, 1927; 1929; 1933). A exemplo do que ocorrera com outros intelectuais e cientistas deste período, a preocupação de Roquette-Pinto com o aperfeiçoamento racial e a formação da nação brasileira também conduziu suas atenções às discussões sobre as políticas de imigração e os “problemas da população”. Estes foram, aliás, temas centrais na agenda política e intelectual em várias partes do mundo, especialmente após a Primeira Guerra Mundial, quando os países europeus contabilizavam o desastre humano causado durante os anos de guerra. No Brasil, o debate acerca da eugenia e da formação de sua população ganhou ainda mais força principalmente a partir do final dos anos 1920, em torno das preocupações do governo e das elites brasileiras com a imigração, o povoamento do território e a própria identidade nacional.

Neste período, Roquette-Pinto não apenas publicaria trabalhos sobre esses assuntos como também integraria uma comissão internacional de estudos de população, a *International Union for the Scientific Study of Population Problems*, da qual participavam, entre outros, figuras como Raymond Pearl, Corrado Gini, Eugen Fischer e Franz Boas. O antropólogo brasileiro chegou mesmo a presidir, ao lado do médico e sanitarista Geraldo de Paula Souza, uma comissão nacional para o estudo dos “problemas da população” no

país. Também fez parte da comissão de intelectuais e autoridades responsáveis pela elaboração do anteprojeto que regulamentaria as leis de imigração do governo Vargas, conforme discussões promovidas durante a constituinte de 1934. Além de Roquette-Pinto, a comissão de imigração seria composta por intelectuais de reconhecida autoridade nos estudos da questão racial, como o sociólogo e historiador Oliveira Vianna e o médico e eugenista Renato Kehl.

O objetivo deste capítulo, portanto, é analisar como Roquette-Pinto lidou com as idéias eugênicas e de que modo as empregou para pensar os problemas do aperfeiçoamento humano e, acima de tudo, da formação da população no Brasil. Num primeiro momento, procurarei compreender o sentido da apropriação que o antropólogo fez das idéias eugênicas, uma vez que sua trajetória foi marcada pela insistente campanha contra as “ideologias raciais” de onde emergia a própria eugenia. Como se sabe, essa ciência foi sustentada, em diferentes lugares do mundo, por teorias deterministas e fortes preconceitos raciais. Para boa parte dos eugenistas, sobretudo nos Estados Unidos, Inglaterra e na Alemanha, a miscigenação racial, a imigração e a pobreza eram vistos como os principais responsáveis pela degeneração das sociedades humanas (Kevles, 1985; Black, 2005). Pressupostos como estes eram defendidos, inclusive, por eugenistas cujas obras Roquette-Pinto fazia constantes referências, como os britânicos Francis Galton e Karl Pearson, os americanos Charles Davenport e Harry Laughlin e o alemão Eugen Fischer.

Num segundo momento, o objetivo é analisar a atuação de Roquette-Pinto como integrante da *International Union for the Scientific Study of Population Problems*, bem como o seu papel junto à comissão nacional que ele próprio ajudara criar em 1929. Neste aspecto, interessa saber também qual foi o diálogo que o antropólogo brasileiro travou com os integrantes dessas organizações, especialmente com o americano Raymond Pearl, principal autoridade no estudo de populações. Por último, este capítulo analisará o papel que Roquette-Pinto exerceu nas discussões sobre imigração e povoamento do país, especialmente no que diz respeito ao projeto de seleção e regulamentação formulado no início dos anos 1930.

5.1. “As leis da eugenia”

Os primeiros escritos de Roquette-Pinto relacionados à eugenia vieram acompanhados dos estudos que passara a desenvolver ao longo dos anos 1920 sobre os tipos antropológicos do Brasil. Seu interesse em desvendar os efeitos da miscigenação e de caracterizar o papel da hereditariedade na formação dos diferentes grupos raciais conduziram-no, inicialmente, ao estudo da genética mendeliana e, posteriormente, ao estudo da própria eugenia. Conforme aparecia nos trabalhos produzidos por antropólogos, biólogos e médicos envolvidos com a questão racial, a genética e a eugenia faziam parte de um mesmo ramo da biologia. Embora tenha se originado, na segunda metade do século XIX, das investigações biométricas e estatísticas, conforme os estudos desenvolvidos por Francis Galton, as idéias eugênicas se institucionalizaram no início do século XX justamente por sua ligação com a genética e as teorias da hereditariedade então em voga, especialmente após a redescoberta das leis de Mendel em 1900 (Kevles, 1986, 41-44).

A promessa de que a eugenia, orientada pelas recentes descobertas da genética, explicaria a complexidade dos fatores hereditários, fornecendo as técnicas científicas necessárias para o melhoramento biológico humano, seduzira cientistas, intelectuais e estadistas do mundo todo, entre eles o próprio Roquette-Pinto. Apesar de suas posições anti-racistas e das objeções ao radicalismo de alguns eugenistas, o antropólogo brasileiro também se apropriou da eugenia em suas investigações antropológicas e na elaboração de seus projetos políticos. Para ele, o conhecimento eugênico não apenas seria uma ferramenta útil para a caracterização hereditária das raças como também uma técnica fundamental para realizar o sonho do aperfeiçoamento progressivo da humanidade. Como veremos a seguir, mesmo fazendo ressalvas à determinadas práticas eugênicas, Roquette-Pinto não deixou de se entusiasmar pelas promessas dessa nova ciência, uma vez que também compartilhava dos ideais relacionados ao progresso racial humano advindo das formulações científicas. Conforme destacou o sociólogo Zigmund Bauman, a eugenia não foi uma obra alheia à ordem racional que se formou no início do século XX; ao contrário, foi um “produto legítimo do espírito moderno, daquela ânsia de auxiliar e apressar o progresso da humanidade rumo à perfeição que foi por toda parte a mais eminente marca da era moderna” (Bauman, 1999, 33).

Embora Roquette-Pinto se ocupasse com a questão racial desde sua passagem pela faculdade de medicina, seu primeiro trabalho sobre eugenia seria publicado somente em meados dos anos 1920, quase dez anos depois da criação da Sociedade Eugênica de São Paulo, a primeira organização do gênero na América Latina. Neste período, além de ocupar o cargo de diretor do Museu Nacional e ser reconhecido como uma autoridade no campo da antropologia, Roquette-Pinto acabara de ser eleito para a Academia Brasileira de Letras, o que lhe garantia prestígio e legitimidade intelectual suficiente para intervir num tema polêmico como a eugenia. Seu texto, intitulado “As leis da Eugenia”, foi publicado em 1927 como um dos artigos que compunha o livro *Seixos rolados - estudos brasileiros*. Como o próprio título sugeria, sua preocupação era apresentar os conceitos e pressupostos que guiavam essa nova ciência: “como nasceu a Eugenia, o que ela foi, o que é, o que deverá ser no futuro” (Roquette-Pinto, 1927, 167). Conforme explicava logo na introdução de seu ensaio, a eugenia apresentava diferentes significados e funções. Cada eugenista propunha coisas bastante diferentes, de modo que “qualquer pessoa” que abrisse dois livros de eugenia correria “o risco de encontrar coisas diversas nos volumes consultados” (idem). A razão disso estaria relacionada às confusões que os homens faziam quando se colocavam como objetos da própria ciência, especialmente no que dizia respeito ao seu aperfeiçoamento físico e intelectual. Em suas palavras:

O que torna mais difícil a solução dos problemas humanos é a interferência que neles se verifica, a todo momento, dos próprios objetos de estudo... Quem trata com abelhas ou mosquitos faz o que quer com o material de pesquisa. Realiza mensurações à vontade, cruzamentos como os entende; nutre animais de acordo com o seu desejo, submete-os discricionariamente às influencias que escolhe. Mas, os homens!... Já nem se fala no que oferecem de dificuldades às operações da ciência. (...) O pior é que, tomado por objeto de indagações da ciência, começam logo a colaborar com ela... Que seria da entomologia se as abelhas fizessem o mesmo?... Além disso, as abelhas têm, é verdade, suas paixões. Mas são impulsos que a linguagem rudimentar não permitiu se tornassem avassaladores. E os homens? Colaboram e apaixonam-se com desgarres insopitáveis. São positivamente, de todos os seres estudados pela História Natural, os mais difíceis de Criação. Colaboram, apaixonam-se e baralham todas as coisas (idem, 165-166).

Para Roquette-Pinto, portanto, as paixões humanas seriam a origem das “confusões” que os estudiosos faziam acerca dos significados e do papel da eugenia. Em sua compreensão, as investigações científicas sobre a formação biológica humana não poderiam ser realizadas sob as mesmas bases que se praticava a zoologia, na medida em que não se admitia os mesmos experimentos. Em certa medida, a eugenia representava em seu ponto de vista um grande paradoxo, pois não poderia lidar com a mesma objetividade científica da zoologia, nem entregar-se às paixões humanas ou aos interesses particulares.

Situações como estas poderiam ser verificadas, na opinião do antropólogo, nas discussões que os intelectuais e as autoridades brasileiras vinham se envolvendo em relação à constituição racial de sua população. Segundo ele, não faltariam “pessoas cultas e bem intencionadas”, que faziam uso da ciência e, ao mesmo tempo, das vontades individuais, “para complicar o nosso grande problema antropológico, lançando a maior confusão no ânimo dos que desejam ver claro as três questões aí contidas: os interesses do progresso pátrio, a imigração e a eugenia” (idem, 166).

O primeiro texto de Roquette-Pinto sobre essa “nova ciência”, conforme ele próprio fizera questão de explicar, fora escrito justamente com a intenção de contribuir com os “patrícios” que viviam “atribulados com o mal da dúvida, para quem os meus anos de estudo talvez tenham podido conseguir dar-me um pouco de autoridade”. Utilizando-se de sua legitimidade enquanto um homem de ciência que dedicara seus anos de estudos às questões raciais, o antropólogo-eugenista procurava responder “à consulta daquelas almas aflitas” quanto o futuro racial do país, dando “uma humilde satisfação aos doutos cujas opiniões não satisfazem ao meu reduzido entendimento” (idem, 166-167). Conforme destacaria a propósito do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, esse conhecimento vinha sendo, também entre os brasileiros, motivo de “discussões acaloradas” e de “mal-entendidos” de todas as ordens. Muitos a confundiam com a “velhíssima higiene”, outros

tantos com a filosofia, a religião, a educação e a pedagogia. O próprio conceito do que é a eugenia não estaria muito claro nem mesmo para os “melhores” eugenistas do país.²⁷¹

Essa falta de consenso sobre o próprio significado da eugenia justificava, na compreensão de Roquette-Pinto, o fato dos eugenistas, tanto no Brasil quanto no exterior, se dividirem em dois grupos principais: “O primeiro preocupa-se principalmente com o indivíduo, que deve ser bem gerado. Tem vistas curtas, pensa na hora que passa; quer gente, antes fisicamente boa. O segundo quer que a Eugenia trate, principalmente, dos grupos, cuida do futuro da raça e antes se preocupa de conseguir gente moralmente boa”. Outro grupo, lembrava Roquette-Pinto se referindo aos adeptos da “Rassenhygiene” alemã, pode também ser identificado entre aqueles que a concebem como “sinônimo de guerra aos judeus: ‘Antisemitismus’”. Contudo, a identificação destes grupos não deveria significar que houvesse homogeneidade de pensamento, já que “cada eugenista quer uma coisa” (Roquette-Pinto, 1927, 167-168).

A verdade, explicava o antropólogo em artigo publicado na imprensa paulista, é que a eugenia havia se transformado em “assunto da moda”, como era possível perceber na quantidade “notável” de tratados publicados. O interesse pelo assunto era tamanho “que todo naturalista, botânico ou zoólogo, julga-se, atualmente, obrigado a escrever também o seu tratadozinho de Eugenia”. O movimento em muito se parecia, continuava Roquette-Pinto repetindo as palavras do eugenista britânico Karl Pearson, “com o que surgiu no começo do século passado, quando todas as pessoas cultas entraram a falar de biologia como agora se fala de eugenia”.²⁷² Esse sucesso que o movimento eugênico conquistara seria, inclusive, outro motivo que dificultaria a definição do seu conceito e de suas funções na resolução do “problema da raça”, na medida em que era praticada não apenas por homens de diferentes formações das ciências naturais, mas também por autoridades públicas dos mais variados setores da sociedade.

Devido aos vários sentidos e aos diferentes usos que se fazia da eugenia, Roquette-Pinto sugeria que se recorresse às lições de seu fundador, formuladas ainda no

²⁷¹ Roquette-Pinto. *O congresso de eugenia*. Texto avulso datilografado, 1929, p.1, 6p. (AAFMN – Série 4 – Eventos; subsérie 1 – Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia AF.T 4.1.002). Como presidente do congresso, Roquette-Pinto possivelmente escreveu esse texto para ser lido em algum momento do congresso, embora nada conste nos anais do evento. Vale lembrar que o texto seria publicado no livro *Ensaio da antropologia brasileira*, de 1933.

²⁷² Roquette-Pinto. “Percalços da Eugenia”. *Diário Nacional*. São Paulo, 05/03/1929 (APERP-ABL).

final do século XIX: “quem quiser saber, ao certo, o que vem a ser a eugenia, precisa ler Galton no original” (Roquette-Pinto, 1927, 67). Em seu artigo sobre “as leis da eugenia”, o antropólogo brasileiro ocupou-se de forma demorada com a biografia, a obra e as idéias de Francis Galton. Segundo ele, o antropólogo e eugenista britânico, primo de Charles Darwin, era um “homem de gênio” que se tornou celebre por suas “contribuições notabilíssimas à ciência”. Além da criação da eugenia, Galton também teria sido responsável por importantes estudos científicos, como a identificação dos indivíduos por meio das impressões digitais e o desenvolvimento de métodos estatísticos aplicados à investigação dos fenômenos da herança na espécie humana (Roquette-Pinto, 1927, 168).

De acordo com o Roquette-Pinto, Francis Galton havia criado o conceito de Eugenia em 1883, em seu livro *Inquiries into human faculty*, atualizando-o em 1904, quando suas idéias começavam a conquistar adeptos em vários países da Europa. Conforme explicava o antropólogo brasileiro, Galton definia a eugenia como a “ciência que trata de todas as influências que melhoram as qualidades inatas de uma raça e também das que são capazes de desenvolver ao máximo aquelas qualidades”. O seu fim consistiria em “representar cada classe pelos seus melhores espécimes e, isso feito, deixá-los trabalhar livremente pela civilização comum”. Agindo assim, a eugenia contribuiria para “elevar todos os tipos que formam o grupo, de modo que as gerações sucessivas recebam, sempre, herança cada vez melhor” (idem, 168-169). Ainda de acordo com a resenha de Roquette-Pinto, Francis Galton entendia que a eugenia deveria alcançar os seus fins por meio da vulgarização e estudo das “leis da herança”, apontando a “importância nacional da eugenia, mostrando seu lado prático, tornando-a assunto familiar, fazendo-a entrar na consciência geral, como se fora uma religião”. Seria fundamental também a realização e investigação de inquéritos familiares, identificando a contribuição de cada um dos grupos para a formação das futuras gerações, além do estudo das “influências que afetam o matrimônio” e a reprodução de indivíduos saudáveis (idem, 170-171).

Conforme a historiografia tem apontado, o modelo de eugenia criado por Francis Galton não foi sustentado por programas radicais de reprodução humana, como ficaria caracterizada a “eugenia negativa” que viria a se desenvolver mais tarde, especialmente

nos nos Estados Unidos e na Alemanha (Kevles, 1985; Stepan, 2005).²⁷³ As concepções eugênicas elaboradas por Galton, e amplamente divulgadas por Karl Pearson, seu principal discípulo, estavam associadas muito mais ao que se convencionou chamar de “eugenia positiva”, cujas medidas incentivavam o matrimônio e a reprodução dos indivíduos bem-dotados. Embora Galton acreditasse na desigualdade das raças e na superioridade do homem branco, como era comum entre os homens de ciência do século XIX, suas idéias estavam menos associadas às concepções raciais do que às de classe social. Informado pelo resultado de suas pesquisas biométricas e pelos registros de famílias que reunira durante anos, o eugenista britânico procurava demonstrar que os homens saudáveis e de grande inteligência eram oriundos de linhagens socialmente nobres, enquanto indivíduos menos dotados, doentes ou “disgênicos” pertenciam às famílias de estrato social mais baixo. Baseado nesta inferência, Galton defendia que a eugenia deveria ser empregada especialmente para orientar a seleção e a reprodução das classes sociais mais altas, ou mesmo da classe média, onde também haveria uma grande quantidade de homens bem-dotados (Gillhan, 2001, 155-170; Lynn, 2001, 3-17).

A simpatia de Roquette-Pinto pelo programa galtoniano derivava, em certa medida, desse caráter menos radical que o fundador da eugenia teria estabelecido na segunda metade do século XIX. Seguindo essa leitura, Roquette-Pinto defendia a aplicação de práticas eugênicas “positivas”, como o incentivo ao matrimônio e à reprodução entre casais biologicamente bem constituídos.²⁷⁴ Todavia, isso não quer dizer que medidas restritivas não estivessem presentes no programa eugênico proposto por ambos. A despeito de suas posições contrárias às práticas mais autoritárias, como a esterilização dos “inaptos”, o antropólogo brasileiro parecia concordar com a necessidade de “retardar a

²⁷³ Bastante divulgada nos Estados Unidos e em países do norte da Europa, a “eugenia negativa” foi uma invenção típica do racismo científico que se desenvolveu a partir de 1910. Entre as medidas mais radicais destacavam-se, entre outras, o impedimento de matrimônios inter-raciais, uma rigorosa restrição à imigração, a aplicação da eutanásia e da esterilização de doentes mentais ou portadores de “males hereditários”, criminosos, delinqüentes e outros indivíduos considerados disgênicos (Stepan, 2005, 37-39).

²⁷⁴ Afirmações como estas poderiam ser encontradas, por exemplo, em artigo publicado na imprensa paulista, no qual sugeria, “como proposta em prol da raça”, que se realizasse, anualmente, em cada um dos municípios brasileiros, um grande concurso para escolher, entre os trabalhadores rurais e os operários das indústrias, um casal de jovens que apresentassem “os tipos de herança realmente eugênicas, e qualidade pessoais relevantes”. Em suas palavras, os fazendeiros e industriais deveriam tomar para si essa “linda iniciativa”, pois tal empreendimento traria lucros certos aos patrões, “contribuindo para melhorar os artífices”. Como prêmio aos “dois jovens eugênicos”, Roquette-Pinto sugeria que os patrões dessem “um aumentozinho de ordenado... de modo que, ‘Ela’ pudesse casar com ‘Ele’” e gerar uma prole saudável. “É o que deseja a eugenia”, destacava ele (Roquette-Pinto, Edgard. “Concurso de Miss... *Diário Nacional*. São Paulo, 18/04/1929).

procriação dos fracos”. Em seus comentários a propósito da eugenia galtoniana, Roquette-Pinto destacava:

Duas medidas principais são propostas, logo de início, para melhorar as raças: o casamento tardio dos indesejáveis, e o combate ao celibato voluntário ou obrigatório dos outros. Para a eugenia é um crime praticado contra a raça, privar-se a gente melhor, por gosto ou obrigação, do dever de transmitir às gerações vindouras o capital hereditário que lhe foi confiado pela espécie. O casamento tardio, quando inevitável, faz diminuir de um modo assombroso a prole global dos inferiores; deve ser imposto aos que não possuem herança capaz de melhorar a raça (Roquette-Pinto, 1927, 198).

Roquette-Pinto chegara mesmo a reconhecer que as medidas de caráter restritivo, indicadas para retardar ou impedir a reprodução dos indivíduos “disgênicos”, eram mais fáceis de serem executadas do que “as propostas para amparar os mais dignos, facilitando-lhes a reprodução” (idem, 204). De outro lado, porém, seriam menos eficientes, na medida em que a prática eugênica dependeria, principalmente, da “consciência individual”. Em seu ponto de vista, mesmo que certas leis fossem promulgadas pelo Estado para regular a transmissão da herança biológica, ainda assim o “arbítrio individual seria senhor das circunstâncias”. As medidas fundamentais da eugenia dependeriam sempre dos sentimentos e da vontade dos que se reproduzem. Em sua opinião, o que de fato se desejava do ponto de vista eugênico era justamente o desenvolvimento dessa consciência individual, possibilitando que a eugenia se transformasse numa prática comum a todos os casais que entrassem em matrimônio, independente de sua origem racial. E completava, como que reafirmando o seu ideal eugênico: “Quando, senhor da vida, o homem tiver de entregar o sagrado depósito aos que hão de vir, não sentirá, pelo milagre da Eugenia, as angustias da dúvida que hoje o assaltam. Cumprirá tranqüilo a missão divina de criar um ser. O nascimento de um filho, então, será uma festa da raça” (idem, 205).

Outro aspecto que aproximava Roquette-Pinto do pensamento de Francis Galton foi o modo como o cientista britânico tratara da hereditariedade e da biometria, que constituíam, nos dizeres do antropólogo brasileiro, “as bases da Eugenia galtoniana”. A primeira estudaria as leis e os processos da genética, responsáveis pela transmissão dos

caracteres que ocorreria de pais para filhos; a segunda se encarregaria de evidenciar a variação dos fenômenos e a frequência com que se manifestam esses caracteres constitucionais (idem, 171-172), possibilitando identificar “os indivíduos que ela julga indesejáveis ou aqueles que lhe parecem depositários do melhor gérmen” (idem, 180). Embora Francis Galton não conhecesse os trabalhos de Mendel, explicava Roquette-Pinto, seus pressupostos também partiam do princípio de que as características hereditárias só poderiam ser transmitidas de uma geração a outra, e não pela interferência do meio (idem, 179). Nas palavras do antropólogo brasileiro, o fundador da eugenia, “se ainda hoje vivesse, ficaria radiante de contentamento” ao saber que os homens do presente seguem os princípios semelhantes ao que empregara em sua “doutrina do melhoramento hereditário da humanidade” (idem, 172).

De acordo com Roquette-Pinto, “os cientistas dos nossos dias são unânimes” em reafirmar os preceitos que guiaram a genética de Galton: “Ninguém transmite aos descendentes os caracteres e as aptidões adquiridas. Os filhos recebem o que já veio dos avós e apenas transitou pelos pais”. E como que legitimando esse preceito, o antropólogo brasileiro afirmava que se fosse para escolher uma sentença capaz de dar ao “povo” esse significado, “diria que a ciência dos nossos dias afirma, solenemente, como verdade incontestável”, o verso bastante popular entre os brasileiros: “Quem quer se fazer não pode. Quem é bom já nasce feito!” (idem, 172).

Essa mesma frase seria repetida, inclusive, por eugenistas brasileiros mais radicais, como Renato Kehl, que a empregava para justificar o uso de medidas mais duras, como uma rigorosa seleção imigratória, o impedimento da miscigenação entre raças heterogêneas e a indicação da esterilização para doentes mentais, criminosos e outros indivíduos considerados “perigosos” para a formação das futuras gerações (Kehl, 1929; 1933). Na verdade, o significado enunciado pelo verso poderia ter diferentes apropriações, seja para defender um programa de “eugenia negativa”, seja para justificar medidas que estimulasse a reprodução dos indivíduos mais aptos, como propunha os adeptos da “eugenia positiva”. No caso de Roquette-Pinto, apesar do determinismo que a sentença expressava, o significado atribuído não continha uma interpretação tão radical. Seu emprego estava muito mais relacionado ao esforço que o antropólogo vinha fazendo para refutar o paradigma neolamarckiano, fortemente disseminado entre os simpatizantes da eugenia no Brasil.

Em seus escritos sobre eugenia, o antropólogo brasileiro não deixaria de reafirmar a importância da genética mendeliana na prática eugênica. Se Galton fora decisivo na formulação dos ideais de melhoramento humano, as teorias de Mendel sobre o funcionamento da hereditariedade teria dado o substrato científico necessário para que a eugenia se firmasse como um “assunto da moda”, conforme destacara Roquette-Pinto em artigo publicado no final dos anos 1920.²⁷⁵ Por meio da genética mendeliana seria possível, inclusive, diferenciar as funções da higiene e da eugenia, que sempre fora motivo de “confusão” entre biólogos, médicos e sociólogos, especialmente no Brasil. Em sua maneira de conceber essa questão, conforme escrevera em seu texto sobre *As leis da eugenia*:

Muitos, e mesmo alguns médicos mal informados, confundem Eugenia com Higiene. Quem ler as linhas que aí ficam, bem poderá avaliar como se afastam da Eugenia os que em seu nome aconselham a prática de medidas puramente clínicas ou médicas: exame médico pré-nupcial, combate às endemias, etc. Tudo isso deve ser feito, evidentemente, a bem do país e da raça, mas, não é Eugenia. Porque não há exame médico capaz de prever o aparecimento da surdez ou da cegueira, na descendência de indivíduos sãos, mas, portadores dos determinantes hereditários aos quais se acham ligadas àquelas doenças. Razoável em nome da Eugenia seria exigir o pedigree dos noivos para descobrir as falhas da sua linhagem biológica... (Roquette-Pinto, 1927, 204).

Em seu ponto de vista, a eugenia deveria ser vista como “a biologia da herança”, a ciência responsável por “proteger as células reprodutoras” e aperfeiçoar as futuras gerações, enquanto a higiene atuaria para melhorar as condições do meio, agindo somente sobre a saúde física dos indivíduos, e não sobre os caracteres hereditários (idem, 204-205). Como já observamos, as palavras de Roquette-Pinto eram direcionadas especialmente aos adeptos da eugenia no Brasil, que em sua grande maioria não faziam distinção entre eugenia e higiene. Vale lembrar que o movimento eugênico brasileiro emergiu no final dos anos 1910 em estreita consonância com as idéias e práticas defendidas pelo movimento sanitário. As campanhas pelo saneamento do Brasil deflagrada na Capital Federal por médicos e cientistas ligados ao Instituto de Manguinhos, à Academia de Medicina e,

²⁷⁵ Roquette-Pinto. “Percalços da Eugenia”. *Diário Nacional*. São Paulo, 05/03/1929.

especialmente, à Liga Pró-Saneamento, criada em 1918 por iniciativa de Belisário Penna, abriram espaço para que as concepções eugênicas fossem bem acolhidas entre os brasileiros.²⁷⁶ Para os médicos-sanitaristas, as propostas regeneradoras da eugenia poderiam contribuir nas reformas sanitárias que o país necessitava para debelar as doenças e restabelecer a saúde física e o vigor intelectual da população.

A associação entre eugenia e higiene, ou saneamento, foi tão intensa no país que os primeiros trabalhos produzidos pelos eugenistas se confundiam com o próprio ideário propagado pelos reformadores da saúde pública. Além dos escritos publicados pela Sociedade Eugênica de São Paulo, vários outros livros sobre eugenia e higiene foram lançados nos anos 1910 e 1920 a partir de uma mesma linguagem, como pertencendo a uma mesma ciência.²⁷⁷ Esse ideário comum, quando não a sua inconfundível associação, foi possibilitada pela influência que o neolamarckismo exerceu sobre os homens de ciências e os reformadores sociais brasileiros, sobretudo no que dizia respeito ao postulado da herança dos caracteres adquiridos.²⁷⁸ De acordo com a historiadora Nancy Stepan (2005), a proximidade do Brasil com a tradição cultural e intelectual francesa havia possibilitado que os eugenistas se identificassem inicialmente com o movimento eugênico

²⁷⁶ Vale destacar que a Liga Pró-Saneamento do Brasil foi fundada em 11 de fevereiro de 1918, um mês depois, portanto, de ter sido criada a Sociedade Eugênica de São Paulo. Do mesmo modo, muitos dos sanitaristas e eugenistas, como Renato Kehl e Belisário Penna, eram importantes membros e lideranças nas duas organizações. Tais fatos ajudam a explicar a proximidade e a filiação que estes movimentos intelectuais e políticos exerceram no Brasil a partir do final da década de 1910 (Souza, 2006, 46).

²⁷⁷ Entre estas obras pode-se destacar o livro de Belisário Penna, *O Exército e o Saneamento*, publicado em 1920, cujas páginas apresentavam as idéias eugênicas como pertencentes ao mesmo campo científico do qual a higiene e o saneamento faziam parte. De modo semelhante, a obra *O Problema Vital*, escrito por Monteiro Lobato em 1918, foi publicado em colaboração entre a Sociedade Eugênica de São Paulo e a Liga Pró-Saneamento do Brasil, trazendo como prefácio um artigo do eugenista Renato Kehl. O livro de Lobato, organizado a partir de vários artigos publicados no jornal *O Estado de São Paulo*, ficou conhecido por apresentar um ajuste de contas do autor com seu antigo personagem, o injustiçado “Jeca Tatu”, que, agora, salvo pela ciência e pelo rigoroso trabalho do laboratório, era apresentado como um “Jeca Bravo”, conforme destacava o próprio Renato Kehl no prefácio desta obra (ver Lima & Hochman, 1998).

²⁷⁸ O lamarckismo propunha, em linhas gerais, uma evolução impulsionada por uma lenta e intencional adaptação ao meio ambiente, ao contrário do ferrenho mundo da luta evolucionista darwiniana. Para um neolamarckiano, conforme ressaltava Nancy Stepan, “a seleção natural poderia provocar uma eliminação das variantes inadequadas, mas a herança das características adquiridas seria responsável pela origem das mais aptas. Politicamente, as noções lamarckianas justificavam a crença de que o esforço humano tinha sentido que os melhoramentos adquiridos ao longo da vida de um indivíduo poderiam ser transmitidos geneticamente, que o progresso seria possível” (Stepan, 2005, 83). Assim, o que era de início uma teoria geral sobre evolução, transformou-se, ele mesmo, num “neolamarckismo”, passando a significar uma teoria particular sobre o funcionamento da hereditariedade dos caracteres adquiridos, adaptando-se às discussões contemporâneas relacionadas à herança genética (idem, 79).

francês, amplamente influenciado pelas concepções científicas de origem neolamarckista.²⁷⁹

De maneira geral, o pensamento neolamarckista permitia que os eugenistas, médicos e sanitaristas investissem sobre a vida social de maneira efetiva, propondo políticas públicas de caráter intervencionista e estabelecendo uma “ordem social e moral” em nome da “ciência da hereditariedade”. Além das reformas higiênicas e sanitárias, os eugenistas e reformadores sociais propunham, ainda, várias discussões sobre a legislação matrimonial, exame médico pré-nupcial, educação sexual, aborto e controle da natalidade, tendo como objetivo tanto o aperfeiçoamento social quanto biológico das futuras gerações. Neste contexto, a eugenia se constituía também como um importante mecanismo civilizador, capaz de reeducar os hábitos sociais e os comportamentos morais, investindo, por exemplo, sobre as regras de higiene individual e familiar, a educação sexual, a regulamentação sobre o uso do álcool e do tabaco, além do controle da prostituição e da criminalidade.

Para Nancy Stepan, o neolamarckismo aparecia frequentemente “matizado de expectativas otimistas de que reformas do ambiente social resultassem em melhoramento permanente”, tendo em vista que seus pressupostos permitiam pensar na transmissão genética de caracteres adquiridos ao longo da vida (Stepan, 2005, 82-83). A maioria destes eugenistas, portanto, não faziam distinção entre hereditariedade e meio, o que os autorizava ligar diretamente as melhorias no ambiente sanitário à saúde racial (idem, 92). Ideológica e cientificamente, portanto, o discurso da eugenia reforçava antigas reivindicações de médicos, sanitaristas, higienistas e educadores.

²⁷⁹ O movimento eugênico francês foi predominantemente marcado pela influência neolamarckista e pela preocupação com as questões relacionadas à puericultura, à higiene e à saúde pública como um todo, sobretudo entre 1910 a 1930. Durante o Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, realizado em Londres em 1912, vários eugenistas franceses, como Adolphe Pinard e Lucien March, defenderam as concepções sobre hereditariedade dos caracteres adquiridos e a influência do meio como forma de melhoramento da “raça humana”. Mesmo nos anos 1930, quando a “eugenia negativa” passou a ocupar importância maior, os pressupostos neolamarckistas continuaram atuando no pensamento eugênico francês, muitas vezes como discurso de oposição às medidas mais extremas (Schneider, 1990, 69-109).

5.2. A eugenia no Brasil: confrontos e controvérsias

A conjugação da eugenia com a higiene e as questões do meio havia se estabelecido de tal modo no Brasil que acabaria predominando nos trabalhos apresentados durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929. Boa parte das conferências e dos textos discutidos durante o evento tratava da higiene, da educação sanitária, do saneamento rural, do combate ao alcoolismo, da sífilis e outras doenças venéreas, da profilaxia das toxicomanias, da educação física e moral, do feminismo e dos cuidados materno e infantil e da assistência social em geral. Uma das seções do congresso tratou, inclusive, da educação como um elemento fundamental da eugenia, na qual se destacou a defesa da transmissibilidade dos caracteres adquiridos ao longo da vida. O jurista e escritor Levi Carneiro, que presidiu a Seção de Educação e Legislação, fez fortes críticas em sua conferência àqueles que contestavam o papel da educação no melhoramento eugênico, que afirmavam “ser uma pura perda de dinheiro” os recursos gastos com a instrução dos indivíduos considerados degenerados (Carneiro, 1929, 108).

Para os adeptos das teorias de Mendel e Weismann, lamentava Levi Carneiro, “tudo ficou sendo a hereditariedade dos elementos congênitos”, enquanto a “obra da educação” e da assistência social nada mais seriam que “uma construção na areia, que se tem de começar sempre”. Para ele, a hereditariedade congênita não deveria ser vista como o fator principal nas discussões eugênicas, uma vez que ela contribuiria “apenas com uma potencialidade psíquica, a que a educação e o meio dão de forma definitiva. Pela educação se transformam prontamente os sentimentos humanos” (idem, 107). Levi Carneiro chegou mesmo a destacar, a propósito do trabalho apresentado pelo médico Achilles Lisboa sobre a educação moral e eugenia, que de fato haveria uma “hereditariedade social a par da hereditariedade germinal”. Em sua compreensão:

Si se admite, ao menos a transmissibilidade de certos caracteres adquiridos, mediante certas condições, conforme Semon e Richet, cresce, ainda, a relevância social da educação. Porque, então, precisando a Educação persistir prolongadamente por muitas gerações, nem pode o Estado retardar o cumprimento do dever de organizá-la, eficiente, larga, completa e

perfeitamente, nem pode restringi-la em qualquer tempo, sob pena de comprometer toda a obra realizada anteriormente. (...) Assim se abre, pois, larga parte para a ação corretiva, reparadora, saneadora, que a educação cabe realizar. E a Educação há de ser, de tal sorte, por força mesmo dos ensinamentos da Eugenia – generalizada, prolongada, continua, dominada pelas preocupações sociais. Tudo acresce-lhe a importância (idem, 110-111).

A despeito da negação da herança dos caracteres adquiridos ter vindo das principais lideranças da eugenia no Brasil, como Roquette-Pinto e Renato Kehl, Levi Carneiro destacava que “a preocupação dos problemas sociais empolgou, em verdade, a grande maioria dos congressistas, e foi talvez o traço característico do congresso” (idem, 112). Além disso, não deixaria de mencionar que congresso fora uma iniciativa de Miguel Couto, médico e presidente da Academia Brasileira de Medicina, que há muitos anos vinha defendendo a idéia de que “no Brasil só há um problema, e é o da educação nacional” (idem, 115). Deste modo, no encerramento de sua conferência, Carneiro reafirmaria a relação intrínseca que havia entre eugenia e educação: “O ensinamento da eugenia é, afinal, o mesmo da educação; a defesa da raça depende, como a do indivíduo – da educação. Só a educação completa a obra estrita da Eugenia. Dá à semente o campo, ambiente em que se desenvolva, floresça e frutifique. A eugenia é uma colaboradora da educação, não uma adversária. Aproveitamos-nos dela” (idem, 116).

Em sentido contrário ao qual se posicionava a grande maioria dos participantes do congresso, no que dizia respeito ao papel e ao conceito da eugenia, estavam especialmente Roquette-Pinto e Renato Kehl. Além das duas principais lideranças do movimento eugênico brasileiro, ambos também se destacavam pela autoridade que ocupavam no campo dos estudos raciais e dos “problemas da população” no Brasil. Não à toa, o primeiro ocuparia o cargo de presidente do congresso, enquanto o segundo receberia a indicação para atuar como primeiro secretário. Embora assumissem posições diametralmente opostas nas discussões sobre a formação racial brasileira, compreendiam que o conceito de eugenia deveria se restringir a “biologia da herança”, conforme determinava as leis da genética mendeliana. Para eles, educação, higiene ou qualquer outra política de assistência social e melhoria das condições do meio poderiam, sim, contribuir para o desenvolvimento dos indivíduos e da nação como um todo, mas nenhuma relação teria com a eugenia.

Nas anotações que fizera ainda durante o congresso, Roquette-Pinto ressaltava a importância dos trabalhos apresentados, sem deixar de notar, entretanto, a existência de alguns “mal-entendidos”, de modo que “o conceito próprio daquela disciplina não está ainda muito claro no espírito de alguns, mesmo entre os melhores”. Em suas palavras:

Há pessoas, no Congresso, para quem ‘Eugenia’ é apenas um nome, em moda, de que se enfeita a velhíssima higiene. (...) Um dos contedores, por exemplo, fixa-se no ponto de vista ‘eugênico’; o outro se firma no lado ‘higiênico’ de cada questão... É quanto basta para dar água pela barba do ilustre presidente das reuniões, o Dr. Levi Carneiro, homem talhado, por múltiplas condições, para dirigir os trabalhos de uma reunião daquela natureza [referindo-se a Seção de Educação e Legislação], onde se debatem problemas do maior alcance social, mas todos baseados na biologia, porque o Congresso não é de filosofia, de religião, de educação, de pedagogia – é de ‘Eugenia’. Eu mesmo, no posto sobremodo honroso em que me colocou a confiança pessoal de Miguel Couto, procurei mostrar que é preciso não esquecer, nunca nos trabalhos do Congresso, que a ‘higiene’ procura melhorar o ‘meio’ e o ‘indivíduo’; a eugenia procura melhorar a ‘estirpe’, a ‘raça’, a ‘descendência’. São preocupações bem diferentes. Outrora acreditava-se que, melhorando o ‘indivíduo’, estava, por isso mesmo, melhorada a ‘espécie’. Naquela época o problema era entregar o homem doente à medicina e o são à higiene, para o proteger. Esta prevenia a doença; aquela procurava curar os doentes. Afinal, verificou-se que a higiene, sozinha, não consegue impedir que surjam certos tipos de enfermos. Porque há ‘doenças da raça’, há doenças ou deficiências do gérmen. (...) De onde ser a ‘herança biológica’ o verdadeiro domínio da Eugenia”.²⁸⁰

Como já destacamos, a despeito da participação de Roquette-Pinto nas campanhas em defesa das melhorias nas condições de educação, higiene e saúde da população brasileira, o antropólogo-eugenista não acreditava que tais medidas pudessem interferir na formação genética das futuras gerações. Como um adepto da genética mendeliana, defendia o pressuposto da imutabilidade dos caracteres hereditários, uma vez que as

²⁸⁰ Roquette-Pinto. *O congresso de Eugenia*. Op.cit., p.1-2.

condições do meio não poderiam interferir na constituição das gerações futuras. Na própria conferência que apresentara durante o congresso de 1929, Roquette-Pinto firmara sua posição ao lado dos principais defensores da eugenia mendeliana, como Charles Davenport e Eugen Fischer. Contudo, ao contrário destes, utilizava-se da própria eugenia mendeliana para demonstrar que, no caso da população mestiça brasileira, nada em sua constituição genética denunciava sinal de degeneração. Os problemas que impediam o progresso do país e o melhoramento do aspecto físico e mental de parte de sua população não estariam relacionados à miscigenação, nem à herança biológica, mas sim à desorganização da política nacional, à falta de instrução e saúde. Neste aspecto, aliás, Roquette-Pinto não deixaria de reafirmar a preocupação dos participantes do congresso no que tangia à higiene e à educação, embora essas não fossem questões relacionadas à ciência fundada por Francis Galton (Roquette-Pinto, 1929).

Esforço ainda maior para divulgar e definir o conceito de eugenia entre os brasileiros pode ser encontrado nos trabalhos de Renato Kehl, um dos eugenistas mais emblemáticos do Brasil e da América Latina. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o paulista Renato Kehl foi a figura central do movimento eugênico brasileiro, tendo fundado a Sociedade Eugênica de São Paulo (1918), o *Boletim de Eugenia* (1929) e a Comissão Central Brasileira de Eugenia (1931), cujas bases institucionais deram importante sustentação à propaganda eugênica no país. Apesar de ter integrado o movimento sanitarista e assumido, ainda no início de sua carreira, concepções neolamarckistas, destacara-se a partir do final dos anos 1920 pela defesa de um programa eugênico radical, baseado especialmente na “eugenia negativa” alemã e norte-americana. Como a principal liderança do movimento eugênico, Renato Kehl entendia que era sua função divulgar entre os brasileiros um conceito de eugenia mais adequado às “novas” leis da genética mendeliana. A exemplo de Roquette-Pinto, Kehl explicava que estaria havendo, no Brasil, “uma grande confusão em torno da eugenia”, na medida em que os brasileiros a empregavam como “uma ciência sem fronteiras”, que envolvia “tudo quanto se refere ao melhoramento humano”.²⁸¹

Em sua conferência de abertura do congresso de eugenia, Renato Kehl não deixaria de contestar àqueles que defendiam as reformas do meio como práticas eugênicas

²⁸¹ Kehl, Renato. “Eugenia e Eugenismo”. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, ano 1, n.8, agosto de 1929, p.1.

capazes de melhorar as futuras gerações. Em suas palavras, apesar do “avanço” alcançado pela civilização nos últimos séculos, a humanidade continuaria sendo “vítima” da barbárie, da criminalidade, da “animalidade e das lutas ferozes” (Kehl, 1929, 45-47). Tal constatação servia para demonstrar “que a educação e as injunções religiosas não bastaram para moderar as paixões, para tornar a humanidade melhor, mais equilibrada, mais filantrópica. Isto porque o homem continuou escravo de sua natureza particularíssima, indelével a simples influências morais e mentais, preso a uma força que o subjuga biologicamente, que lhe imprime o temperamento, o caráter, de modo inexorável, - a hereditariedade”. Embora concordasse que a educação era “a alavanca mestra do progresso social”, entendia que enquanto o “problema da regeneração humana” não fosse encarado sob o ponto de vista biológico, tal qual propunha a eugenia, os homens teriam que enfrentar sempre “os contrastes sociais e individuais, as crises e ameaças à paz na família, na sociedade e entre as nações” (idem, 47-48).

O modo como a maioria dos brasileiros empregava as idéias eugênicas chamou a atenção inclusive de eugenistas estrangeiros. Ao ler o volume das *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, que o próprio Renato Kehl enviara, o britânico K. E. Trounson anotara nas páginas da *Eugenics Review*, periódico publicado pela *Eugenics Society de Londres*, que os eugenistas brasileiros interpretavam a palavra “eugenia” de forma menos restrita, não fazendo distinção entre as influências do meio e aquelas que seriam estritamente genética. Conflitos familiares, educação sexual e exames e atestados pré-nupciais “parecem ser os assuntos que mais interessam aos eugenistas brasileiros, enquanto a genética e a seleção natural e social são bastante negligenciadas; a abordagem é mais sociológica que biológica”, concluía ele.²⁸²

Na leitura de Trounson, como destacara a historiadora Nancy Stepan (2004, 345), a eugenia praticada por boa parte dos brasileiros era menos científica, ou simplesmente não era eugenia, uma vez que seu arcabouço teórico continuava sendo informado por concepções oriundas do neolamarckismo. Contudo, Trounson deixaria de perceber a lógica que permeava os pressupostos eugênicos no Brasil. Ao invés dos modelos deterministas que privilegiavam as reformas biológicas de caráter seletivo e segregacionista, como ocorria nos países de origem anglo-saxônica, os brasileiros preferiram um modelo de

²⁸² Trounson, K.E. “The literature reviewed by K. E. Trounson”. *Eugenics Review*. London, vol.XXIII, n.3, 1931, p. 236.

eugenia que entrasse em consonância com a tradição científica, as práticas médicas e a realidade social do país. De maneira geral, como já salientamos, a eugenia neolamarckista era mais compatível com as preocupações e as ideologias brasileiras do que o modelo weismann-mendeliano, na medida em que permitia empregá-la como uma ferramenta auxiliar no processo de reforma social, especialmente no campo da saúde pública e da educação.

Se o pensamento neolamarckista brasileiro era devido, como destaca Nancy Stepan (2005), ao contato com a tradição científica francesa, enquadrando-se a um modelo de “eugenia latina”, a adesão de Roquette-Pinto e Renato Kehl à eugenia mendeliana pode ser justificada pelo diálogo que mantinham com outras tradições científicas. Como autoridades reconhecidas na área da antropologia física e da eugenia, ambos voltaram suas atenções para a tradição científica alemã, inglesa e norte-americana, procurando ampliar o diálogo internacional acerca das discussões raciais. Uma vez que a genética mendeliana predominava nestes países desde o início do século XX, Roquette-Pinto e Kehl encontraram nesse diálogo um outro modelo de interpretação científica. Além disso, no que tange ao estudo da eugenia e da antropologia física, estes países ocupavam uma posição de destaque no cenário internacional, o que sustentava a idéia, entre seus adeptos, de que as investigações sobre hereditariedade e eugenia não poderiam prescindir das explicações mendelianas. Vale ressaltar que especialmente na Alemanha e nos Estados Unidos à adesão à genética mendeliana foi acompanhada de um total desprestígio do neolamarckismo, já que se tratava de um outro paradigma científica (Stocking, 1968; Proctor, 1988). Deste modo, ao contrário da interpretação dada pelo eugenista britânico K. E. Trounson, ou mesmo da leitura de Roquette-Pinto e Kehl, a eugenia neolamarckista praticada pelos brasileiros não era menos científica que a mendeliana. Era, antes, um outro padrão, ou paradigma, de explicação científica.

Apesar das diferenças que os separavam, não se pode dizer que a adesão ao neolamarckismo ou ao mendelismo significasse, necessariamente, a proposição de projetos distintos de reforma social e de construção nacional. Embora a eugenia mendeliana tenha servido de instrumentos de apoio a medidas eugênicas mais radicais, especialmente nos Estados Unidos e alguns países do norte da Europa, essa não foi uma regra no mundo todo. Mesmo nestes países, houve eugenistas mendelianos que refutaram o racismo científico e as proposições eugênicas mais duras, como a aplicação da esterilização, da eutanásia e do

impedimento ao matrimônio inter-racial. Nos Estados Unidos, por exemplo, é bastante conhecida as críticas do geneticista William Ernest Castle, autor de *Genetics and Eugenics* (1916), contra o modelo de eugenia defendido por Charles Davenport e outros integrantes da *Eugenics Record Office*, de Nova York (Dunn, 1965, 56-60; Kevles, 1986, 319). Na verdade, o modo como a eugenia mendeliana foi apropriada precisa ser visto de acordo com as discussões raciais e científicas de cada país, bem como com as ideologias e os projetos políticos e intelectuais defendidos por seus adeptos. No caso do Brasil, ela serviu tanto para a defesa de projetos radicais, como se pode observar nas obras de Renato Kehl, quanto para reafirmar a miscigenação enquanto um elemento positivo, conforme as interpretações elaboradas por Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca.

O debate sobre esses diferentes projetos também ocupou a atenção dos integrantes do movimento eugênico brasileiro, como é possível perceber nas discussões promovidas na imprensa ou mesmo durante o congresso de eugenia. A radicalidade das idéias propagadas por Renato Kehl em seu livro *Lições de Eugenia*, por exemplo, foi alvo de polêmicas envolvendo alguns dos participantes do congresso. Lançada durante o evento, a obra defendia uma rígida política de seleção racial, baseado em medidas que há alguns anos vinham sendo implantadas em países como a Alemanha, Dinamarca, Suécia e Estados Unidos.²⁸³ A exemplo desses países, Kehl defendia que o governo brasileiro assumisse a responsabilidade de impedir a reprodução dos indivíduos indesejáveis, criando políticas eugênicas como a esterilização de “criminosos e anormais”, a segregação de “doentes mentais” e doenças tidas como hereditárias, o controle rígido da imigração e até mesmo o impedimento dos matrimônios inter-raciais (Kehl, 1929, 155-156).

²⁸³ O livro *Lições de Eugenia* deve ser visto como uma obra emblemática na trajetória de Renato Kehl. Escrito propositadamente para ser lançado durante o congresso de eugenia, o livro foi resultado de um processo de radicalização de seu projeto eugênico, que a partir do final dos anos 1920 se aproximaria cada vez mais da higiene racial alemã, conforme era definida a eugenia naquele país. *Lições de Eugenia* foi escrita, aliás, justamente após uma viagem de Renato Kehl de quase seis meses pelo norte da Europa, especialmente a Alemanha, trazendo impresso referências fortes à eugenia “negativa” (Souza, 2006, 137-152).

Sustentadas por teorias fortemente racistas,²⁸⁴ as páginas de *Lições de Eugenia* também exibiam uma interpretação bastante dura e pessimista sobre a realidade antropológica brasileira. No ponto de vista de Renato Kehl, o Brasil representava “um grande laboratório de elementos diversos”, no qual se processava “uma química morosa e complexa” envolvendo grupos de diferentes origens. Essa “heterogênea mescla racial” seria responsável pela “promiscuidade de temperamentos”, a “índole indefinida, a mentalidade imprecisa e inconstante e os vícios políticos e sociais de nossa gente”. As características antropológicas de boa parte da população mestiça brasileira seriam tão incompatíveis que resultariam num “produto não consolidado, fraco, meio caminho dos dois elementos que o constituíram” (Kehl, 1929, 188-191).

Embora as idéias defendidas por Renato Kehl encontrassem aliados de peso, como Monteiro Lobato, Azevedo Amaral e Gustavo Barroso, ou mesmo de eugenistas e antropólogos estrangeiros,²⁸⁵ elas se chocavam frontalmente com os projetos defendidos pelos antropólogos Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca (Souza, 2006, 150-155). A crítica mais contundente as proposições divulgadas em *Lições de Eugenia* viriam, aliás, da pena deste último. Em sua conferência durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, Fróes da Fonseca opunha-se à condenação que Renato Kehl fazia aos cruzamentos raciais e

²⁸⁴ Sua condenação à miscigenação encontrava subsídios tanto em antropólogos e naturalistas como Agassiz, Paul Broca e Lapouge, quanto em eugenistas como Charles Davenport, Eugen Fischer, John A. Mjöen e Hermann Lundborg. Esses são alguns dos nomes que apareciam mais freqüentemente citados ao longo de *Lições de Eugenia*, ou mesmo em artigos publicados no “Boletim de Eugenia” e na imprensa diária. Suas noções sobre “mistura racial” e genética também eram informadas por biólogos renomados nos estudos mendelianos, como Werner Simens, De Vries e Julius Bauer (Souza, 2006, 184-185).

²⁸⁵ O livro de Renato Kehl também seria saudado com entusiasmo por eugenistas da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos. Em agosto de 1929, o antropólogo alemão Eugen Fischer, por exemplo, agradecia através de correspondência escrita a Renato Kehl pela remessa “do belo livro” que acabava de ser publicado. Segundo Fischer, *Lições de Eugenia* prestava um grande serviço em prol da campanha pela eugenia, “especialmente num país como o Brasil”, se referindo provavelmente as questões eugênicas relacionadas à miscigenação racial (Correspondência de Eugen Fischer a Renato Kehl. Berlin, 16 ago 1929 - Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC). Dos Estados Unidos, o eugenista E. S. Gosney parabenizou-o pela publicação de um “trabalho tão compreensível e bem equilibrado para aqueles que lêem em língua portuguesa”. Em suas palavras, as idéias defendidas por Kehl, sobretudo aquelas relativas à esterilização, “parecem muito legítimas e convincentes, sendo que muito influirão, dado o peso de sua autoridade na matéria” (Correspondência de E. S. Gosney a Renato Kehl. Califórnia, 15 nov. 1929 - Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC). Para o eugenista argentino Victor Delfino, o livro “*Lições de Eugenia*” reafirmava a posição de Renato Kehl como um dos principais eugenistas da América. Em seu ponto de vista, a recente obra publicada pelo colega brasileiro sintetizava de “forma notável” “as numerosas questões que envolvem o problema eugênicos, que é o problema da raça”. Para Victor Delfino, “o livro do Dr. Kehl está metodicamente tratado e com informações científicas das mais sérias”, escrito por um “grande espírito”, um homem “apaixonado pela ciência” (DELFINO, Victor. “A propósito de um livro sobre eugenia”. *Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, ano II, nº 21, set 1929, p. 4).

aos mestiços do Brasil, ressaltando que já era fato definitivamente assentado “que a mestiçagem não nos cria nenhuma condição de inferioridade e não nos oferece nenhum problema insolúvel”. Em meios estritamente científicos, acreditava ele, ninguém mais levava à sério o argumento sobre a pretensa inferioridade de negros, indígenas e mestiços, conforme anunciava “os pregoeiros do sangue ariano” (Fróes da Fonseca, 1929, 78). Infelizmente, lamentava Fróes da Fonseca:

(...) enquanto vai a ciência abrindo penosamente o seu caminho, segue-lhe os passos a constante corte de aproveitadores do momento, dos que, à sombra do seu prestígio, fazem de hipóteses dadas como fatos, de *afirmações transfiguradas em documentos, de fragmentos doutrinários torcidos e ajeitados* a qualquer tese e tudo bem vestido de eloquência, a obra que se populariza porque não combate senão *favônea preconceitos reinantes*. Não admira pois que livros para-científicos como o de Madison Grant tenham larga repercussão nos meios pouco aptos para a leitura crítica e sobremaneira interessada em aceitar-lhe as idéias. E mais que tudo, é lamentável que tais coisas façam prosélitos e encontrem repetidores que querem a viva força criar o preconceito racial, com toda a gravidade dos seus problemas, onde ele é, mercê de Deus, praticamente nulo. *Tal é o caso infelizmente do livro que acaba de ser distribuído por ocasião deste congresso, pelo Dr. Renato Kehl, sob o título Lições de Eugenia* [sem grifo no original] (idem).

Para este antropólogo, as idéias de Renato Kehl se resumiam em ideologias doutrinárias, em teses e afirmações preconceituosamente “torcidas e ajeitadas” conforme seus interesses. Aos olhos de Fróes da Fonseca, portanto, o autor de *Lições de Eugenia* não fazia ciência, espalhava preconceitos de toda ordem, sustentado por autores como Madison Grant, um dos principais defensores da suposta “supremacia ariana”. Era preciso ressaltar, dizia ele, que a ciência antropológica não compartilhava e não tinha nenhuma responsabilidade pelos “erros por ele perpetrados” e pelas “afirmações transfiguradas” que essa obra irresponsavelmente apresentava. Sua lamentação era ainda maior quando constatava que a “falsa ciência” construída por Renato Kehl vinha encontrando

“prosélitos” e “repetidores”, muitos deles dispostos a anunciarem esses preconceitos entre os intelectuais e o público brasileiro em geral.

Citando os resultados das pesquisas antropológicas de Roquette-Pinto, Fróes da Fonseca explicava que a população mestiça do Brasil, “sempre que em condições de saúde”, é fisicamente forte e moralmente bem constituída. Ao contrário do que alguns brasileiros pregavam, não se poderia encarar os problemas do país como sendo de natureza irremovível. Em seu ponto de vista, o que cumpriria evitar é a “confusão inconsciente ou intencionalmente feita” dos mestiços criados em condições saudáveis e os que são criados à margem da sociedade, sem a proteção da higiene e da educação moral, entregues ao álcool, a sífilis, a opilação e a malária. De acordo com sua formação mendeliana, Fróes da Fonseca entendia que apesar das boas condições do meio não interferirem na composição hereditária das futuras gerações, eram essenciais para saúde física e mental de qualquer população, independente de sua origem racial. Era isso, em suas palavras, que os sanitaristas brasileiros vinham pregando, desde Miguel Pereira, como fundamental para apagar a imagem do “vasto hospital” em que se transformara espacialmente o interior do país, assolado por doenças e pelo abandono (Idem, 77-78).

A exemplo de Roquette-Pinto, Fróes da Fonseca reafirmava a idéia de que os problemas do Brasil não estariam relacionados à sua identidade racial, mas sim às questões de ordem social e política. A população mestiça brasileira, como a antropologia provava, não poderia se considerada inferior do ponto de vista de sua constituição física ou biológica. Segundo ele, os trabalhos do antropólogo Franz Boas já haviam demonstrado cientificamente a “inabilidade da argumentação espetaculosa e vazia em que se baseiam ainda hoje os dogmatistas de uma pretensa superioridade racial ingênita. Os fatores preponderantes no adiantamento ou atraso culturais não são precisamente os de raça” (idem, 77). E contrapondo-se outra vez àqueles que condenavam os cruzamentos raciais processados no Brasil, Fróes Fonseca explicava que a mestiçagem em si não era a causa da degradação racial, conforme ficava provado pelo fato, também defendido por Roquette-Pinto, de serem mestiças todas as populações atuais da terra. Provava também “o fato de se terem gerado os grandes impulsos de civilização em populações mestiças, como eram os gregos no século de Péricles”. Além disso, nas populações mediterrâneas “o cruzamento de patrimônios hereditários diversos” deve ser “a causa imediata das grandes eclosões intelectuais”, uma vez que nessa região jamais teria havido pureza de raça (idem, 76).

Como conclusão, Fróes da Fonseca chegara mesmo a questionar a ambição das políticas eugênicas defendidas pela grande maioria dos eugenistas, cuja intenção era levar a cabo o sonho da homogeneização e purificação da humanidade. Haveria alguma vantagem, perguntava ele aos participantes do congresso de eugenia, em fazer uma “intervenção direta, selecionadora, para levar, gradativamente, uma população mestiça a um estado de purificação homogeneizante, à formação de um tipo humano padrão, que regularmente se repita através das gerações? Haverá nisto um bem para a humanidade?” Como resposta, lembrava que a própria zoologia já havia demonstrado que as espécies que se uniformizam acabam não progredindo, estacionando ao longo de sua evolução. Teria sido por meio da mestiçagem, e não pela preservação das “raças puras”, que a humanidade também teria encontrado as suas condições de progresso “em contraposição aos antropóides de organismos especializados. O problema da eugenia das populações brasileiras não consistiria, deste modo, em transformar os mestiços em gente branca, como queriam aqueles que, a exemplo de Renato Kehl, apoiavam a substituição dos brasileiros por imigrantes vindos da Europa. Conforme teriam reconhecido “todos os grandes espíritos que tem procurado por em equação o nosso futuro, o problema fundamental é o da educação em geral e o da higiene em especial”, encerrava Fróes da Fonseca (idem, 79).

Como se pode perceber, Fróes da Fonseca reafirmava boa parte dos argumentos já há alguns anos defendidos por Roquette-Pinto. Não à toa, logo na apresentação de sua conferência, fazia questão de assinalar que seu trabalho deveria ser encarado como uma síntese das idéias que Roquette-Pinto havia divulgado durante o curso de antropologia que ministrara poucos anos antes, numa série de dez conferências. Conforme o próprio Fróes da Fonseca lembrava, o curso fora o primeiro dessa especialidade por ele freqüentado, o que teria lhe possibilitado a inserção nos estudos de antropologia física no Museu Nacional. Segundo ele, a repetição de certos pontos já anunciados nos estudos de Roquette-Pinto mais se justificava quanto mais se considerava “a reiterada repetição entre nós de erros sempre e reiteradamente combatidos pelo nosso Mestre” (idem, 64).

A conferência de Roquette-Pinto durante o congresso de eugenia, como já destacamos, procurava evidenciar, a partir da apresentação de uma série de dados antropológicos, que os mestiços do Brasil se constituíam como tipos perfeitamente eugênicos. De forma veemente, Roquette-Pinto repetia aos congressistas que os sinais de decadência identificados numa parcela da população brasileira não poderiam ser tributáveis

aos problemas de raça, mas sim às questões sociológicas, políticas e de saúde (Roquette-Pinto, 1929, 136-138). As informações e os dados exibidos durante sua conferência serviram, inclusive, como argumento científico para rebater as propostas e as idéias mais extremadas defendidas por alguns dos integrantes do congresso. Nas discussões sobre imigração, por exemplo, os argumentos de Roquette-Pinto foram decisivos para se opor ao grupo liderado por Renato Kehl, Azevedo Amaral, Xavier de Oliveira e Geraldo de Andrade, que em coro defendiam uma política mais rigorosa para seleção dos imigrantes, baseada no critério da superioridade racial.²⁸⁶

Assim como Fróes da Fonseca, Roquette-Pinto entendia que a antropologia física tinha como papel desmentir aqueles que condenavam a miscigenação fazendo uso de uma “falsa biologia”, tal qual praticava Renato Kehl, por exemplo.²⁸⁷ Em suas palavras, “a antropologia do Brasil desmente e desmoraliza os pessimistas”, uma vez que os estudos desenvolvidos no Museu Nacional demonstravam que a formação racial da população brasileira seguia de acordo com o que desejava a ciência (Roquette-Pinto, 1929, 147). Na verdade, a antropologia praticada nessa instituição, especialmente por Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca, visava redimir o homem brasileiro, e a própria nação, a partir da construção de uma interpretação científica capaz de se contrapor aos discursos eugênicos e as ideologias raciais mais extremadas.

Embora o próprio Roquette-Pinto assumisse o discurso eugênico como um instrumento importante para a regeneração humana, entendia que os projetos mais radicais, como os defendidos por Renato Kehl, não eram compatíveis com o que propunha a “verdadeira” ciência. Conforme destacava ainda em 1929, embora a eugenia fosse “assunto da moda”, sendo cultivada por cientistas de renome, como Karl Pearson, Charles Davenport e Eugen Fischer, ainda estava longe de ser uma ciência madura, livre das visões pré-concebidas. Em sua opinião, conforme anotara a propósito do congresso de 1929, a eugenia ainda estaria na ponte que ligava ‘a biologia às questões sociais, à política, à

²⁸⁶ Para estes, a seleção imigratória deveria, acima de tudo, levar em consideração as características raciais do grupo ao qual pertencia, já que partiam do princípio que as raças se separavam entre superiores e inferiores. Roquette-Pinto, por sua vez, defendia uma seleção baseada nas características individuais de cada imigrante, como seu estado de saúde, seu vigor físico e seu interesse em se assimilar à população nacional (*Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro, vol. 1, 1929, 16-22).

²⁸⁷ Roquette-Pinto, Edgard. “Prometheus: or, biology and the advancement of man”. *Boletim de Ariel*. Rio de Janeiro, n.1, out. 1931.

religião, à filosofia e... aos preconceitos”.²⁸⁸ As discussões acaloradas, os preconceitos raciais e as confusões existentes quanto à definição de seu conceito e à aplicação de suas medidas dariam testemunho do enorme desconhecimento que havia em torno dessa ciência.²⁸⁹

Na compreensão de Roquette-Pinto, a eugenia sofria “uma contingência terrivelmente desanimadora”. Apesar de propor “grandes questões” e mostrar os caminhos para chegar às soluções, acabava esbarrando de “encontro a impossibilidades sem número”, na medida em que não havia consenso sobre como realizar o ideal do melhoramento racial humano.²⁹⁰ Cada eugenista sugeriria um tipo de prática eugênica, dizia ele, sendo que muitos partiam para medidas radicais, como se fosse possível lidar com a genética humana do mesmo modo que a zoologia fazia em relação às moscas do vinagre ou às laranjas das fazendas.²⁹¹ Na resenha que publicara sobre o livro *Prometheus: or, biology and the advancement of man*, do eugenista americano Herbert Spencer Jennings, Roquette-Pinto ressaltava que os “eugenistas apressados” - entre os quais incluía o seu colega Renato Kehl - desejavam a qualquer preço impedir a reprodução dos “fracos” e multiplicar a reprodução do “melhores”. O problema, ponderava Roquette-Pinto repetindo os argumentos de Jennings, é que além de não se saber ao certo quais eram os “melhores”, a eugenia não tinha o poder de controlar as combinações genéticas de um casal a ponto de gerar um filho perfeitamente eugênico. Uma vez que cada indivíduo se originaria de “um inextricável complexo bioquímico sempre variável”, a reprodução eugênica não apresentaria a estabilidade genética imaginada por muitos eugenistas.²⁹²

Em artigo publicado em meados dos anos 1930, Roquette-Pinto chegara mesmo a questionar se a humanidade lucraria muito com as alterações genéticas a que se propunha realizar certos adeptos da eugenia. Apesar de reafirmar que o “ideal eugênico” deveria consistir no aperfeiçoamento constante da humanidade, não concordava com os “métodos de seleção e cruzamentos” propostos por esses “eugenistas apressados”, que desejavam

²⁸⁸ Roquette-Pinto, Edgard. *O Congresso de Eugenia*. Op. Cit, p. 1.

²⁸⁹ Roquette-Pinto, Edgard. “Percalços da eugenia”. *Op.cit.*.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ Roquette-Pinto. “Os fundamentos biológicos da sociologia”. *Jornal do Comércio*. 25 de março de 1936.

²⁹² Roquette-Pinto. “Prometheus: or, biology and the advancement of man”. Rio de Janeiro. *Boletim de Ariel*. n.1, out. 1931.

melhorar a espécie humana do mesmo modo que se procedia em relação às espécies vegetais e animais. Mesmo as modificações genéticas obtidas pelos estudos de zoologia, entendia Roquette-Pinto, eram passíveis de questionamentos quanto aos seus benefícios, uma vez que não se sabia ao certo quais seriam os resultados futuros dessa interferência.²⁹³ Além do mais, no que diz respeito ao melhoramento humano, o antropólogo ressaltava que era preciso não esconder que se a biologia conseguia apresentar “certas soluções seguras para alguns problemas sociais, nem sempre, nos planos mais elevados as soluções podem ser puramente biológicas”.²⁹⁴

Para Roquette-Pinto, portanto, a aplicação de certas práticas eugênicas esbarrava em limites que não poderiam ser ignorados por biólogos, médicos, antropólogos, ou mesmo por sociólogos, filósofos e educadores. Em sua compreensão, os eugenistas que eram contrários aos cruzamentos raciais, indicando todo tipo de medidas que evitassem as uniões inter-raciais, ou se apoiavam em preconceitos ou eram informados por uma “falsa biologia”, não pela ciência. Durante o congresso de eugenia, a exemplo do que fizera Fróes da Fonseca, Roquette-Pinto contestara as interpretações equivocadas sobre o futuro racial do Brasil sustentadas por um grupo de eugenistas liderado por Renato Kehl, para os quais o aperfeiçoamento da população dependeria de medidas radicais, como a substituição dos brasileiros por novos imigrantes vindos da Europa.

Além das diferenças ideológicas, as divergências entre Roquette-Pinto e Kehl teriam iniciado a propósito da própria organização do congresso de eugenia. A indicação do primeiro para presidir o evento, feita por Miguel Couto, então presidente da Academia Brasileira de Medicina, descontentara profundamente Renato Kehl. Desde a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918, o médico paulista vinha procurando se firmar como a principal liderança do movimento eugênico no Brasil e na América Latina. Aliás, o lançamento tanto do *Boletim de Eugenia* quanto do livro *Lições de Eugenia* às vésperas do congresso deve ser visto como parte do esforço que vinha fazendo para se legitimar como a grande autoridade desse assunto entre os brasileiros. O próprio trabalho que apresentou durante o congresso, no qual narrava a história da eugenia no país e a centralidade de seu nome na organização do movimento eugênico, também foi uma estratégia empregada nessa

²⁹³ Roquette-Pinto. “Os fundamentos biológicos da sociologia”. Idem, p.179.

²⁹⁴ idem, p. 180.

direção. A não indicação de seu nome para presidir o principal congresso de eugenia realizado até então na América do Sul teria sido, em sua opinião, fruto de uma ardilosa articulação política. Seu descontentamento possivelmente aumentaria ainda mais após a publicação das *Actas e Trabalhos* do congresso, quando tornou-se possível perceber que a identificação da grande liderança do evento não era a do seu nome, mas sim o de Roquette-Pinto. Ao que parece, como presidente do evento e responsável pela publicação do volume das *Actas e Trabalhos*, Roquette-Pinto colocara propositadamente a figura de Renato Kehl em segundo plano, ressaltando, antes, o seu próprio nome como o protagonista e a principal liderança intelectual do congresso.

O incomodo de Renato Kehl com o papel que Roquette-Pinto reservou a ele, somado às críticas dirigidas aos seus estudos eugênicos, eram visíveis após o congresso, como era possível perceber em sua correspondência pessoal. Menos de duas semanas do encerramento do congresso, Kehl recebeu uma carta de seu irmão, o também médico Wladimir Kehl, com quem parece ter confidenciado sua mágoa sobre os acontecimentos que ocorreram durante o referido evento. Nesta correspondência, Wladimir procurava reconfortar seu irmão minimizando as críticas a ele dirigidas e reafirmando o seu protagonismo no movimento eugênico brasileiro:

Você faz muito bem não dando importância à atitude injusta e inamistosa dos tais ‘negróides’. Penso que nesse particular (Eugenia) você pode e deve estar perfeitamente tranqüilo: todo mundo (...) reconhece que você é o campeão desse jogo no Brasil. Disso eu tenho prova – e quem não tem? – por maior referências elogiosas de pessoas de classes sociais *mais diversas*, não falando dos meios mais cultos. O único prêmio, portanto, que você pode esperar dos seus trabalhos – o reconhecimento pela sociedade dos serviços prestados com a divulgação e pregação dos princípios da Eugenia – esse tem-no você garantido por todo este Brasil. E basta-te isso. Li há poucos dias, não sei se na ‘Ordem’ ou no ‘Diário Nacional’ um artigo do Rq. No qual esse doutor de tal modo se desmancha em elogios e gratidões ao C.,²⁹⁵ que me senti envergonhado! Alias,

²⁹⁵ A inicial “C” possivelmente remeta ao nome de Miguel Couto, também conhecido como Couto, figura bastante próxima de Roquette-Pinto e o responsável pela indicação do antropólogo para presidir o evento. Vale lembrar que o evento foi organizado sob os auspícios da Academia de Medicina, cuja presidência era ocupada por Miguel Couto.

não escapa a ninguém que lê os artigos desse autor sobre questão racial no Brasil, e coisas afins, que ele, como ‘negróide’, está sempre a batalhar ‘*pro domo sua*’. Explica-se, pois o caso; e como explicar é perdoar...²⁹⁶

O termo “negróide” empregado por Wladimir Kehl, assim como as iniciais “Rq”, claramente se referiam a Roquette-Pinto. Como o antropólogo do Museu Nacional possuía origem mestiça, o irmão de Renato Kehl entendia que sua defesa da miscigenação e dos mestiços do Brasil era uma forma de valorizar a sua própria identidade racial. A correspondência também ajuda a perceber a dimensão pessoal e política que os ataques dirigidos aos pressupostos raciais de Renato Kehl ganhavam neste período. Essa luta travada em nome da autoridade científica deixaria cicatrizes e acirraria ainda mais o confronto entre os adeptos do racismo científico e seus opositores, como ficaria mais claro a partir dos anos 1930.

A exemplo do que se encontrava nas páginas de *Lições de Eugenia*, os trabalhos publicados por Renato Kehl ao longo dos anos 1930 cada vez mais se apoiavam em argumentos contrários àqueles defendidos por Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca, especialmente no dizia respeito à valorização dos mestiços e da formação brasileira. Em 1932, em artigo publicado no *Jornal do Comércio*, no qual propunha um “programa avançado de eugenia nacional”, Kehl destacava:

Entendemos que a mestiçagem é dissolvente, desmoralizadora e degradante, prejudicando, portanto, o espírito superior visado pela procriação eugênica. É indiscutível o antagonismo e mesmo a repulsa sexual existente entre os indivíduos de raças diversas. Só motivos acidentais ou aberrações mórbidas fazem unir-se um homem branco com uma negra ou vice-versa. E o produto deste conúbio nasce estigmatizado não só pela sociedade, como, sobretudo, pela natureza; está hoje provado, não obstante o grito de alguns cientistas

²⁹⁶ Correspondência de Wladimir Kehl a Renato Kehl. Limeira, 20/07/1929 (Fundo Pessoal Renato Kehl – DAD-COC).

suspeitos, que o mestiço é um produto não consolidado, fraco, um elemento perturbador da evolução nacional.²⁹⁷

Os “cientistas suspeitos” a que se referia Renato Kehl provavelmente dizia respeito aos antropólogos do Museu Nacional. Rebatendo a crítica que havia recebido três anos antes, Kehl frisava que os escritores que sustentavam argumentos contrários aos seus não o faziam baseados na razão e nos “fundamentos científicos”. Em suas palavras, “só a falsa visão” poderia aceitar a igualdade entre as raças, uma vez que os “cientistas bem informados” eram unânimes em afirmar que os mestiços, “quando colocados em paralelo com os representantes das raças não cruzadas, sem mesclas”, não resistiam em termos de comparação antropológica.²⁹⁸

Sentenças como estas se repetiriam tanto em artigos publicados no *Boletim de Eugenia* e outros periódicos de circulação diária, quanto nas obras que publicaria posteriormente, como era possível perceber no livro *Sexo e civilização – aparas eugênicas*. Publicado em 1933, poucos meses após sua segunda viagem pela Alemanha, a obra reafirmava a adesão à política eugênica recentemente implantada em países como Dinamarca, Suécia, Alemanha e nos Estados Unidos. Apoiado em argumentos racistas e biologicamente determinista, Renato Kehl explicava que não haveria solução para os problemas nacionais sem o desenvolvimento de uma “política biológica” radical, inspirada nos ditames da eugenia. Em sua interpretação, como o grande mal do país era um “mal de raça”, o governo deveria impedir urgentemente a proliferação de indivíduos racialmente “indesejáveis”, mesmo que para isso tivesse que lançar mão de medidas extremas como a segregação racial, a esterilização eugênica e a eutanásia. Neste período, Renato Kehl chegou mesmo a fazer elogios ao recém criado tribunal eugênico nazista, que havia instituído as leis de esterilização em todo o Reich.²⁹⁹

²⁹⁷ KEHL, Renato. “Pelas gerações futuras: esboço de um programa avançado de eugenia nacional”. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 21 abr. 1932 (Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC).

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ Conforme anotou na segunda edição de *Lições de Eugenia*, publicada em 1935, a Alemanha era a nação onde se praticava a “eugenia com mais amplitude e coragem”, como se poderia perceber pela aprovação das leis de esterilização compulsória. “O sistema eugênico alemão de proteção racial – afirmava Kehl - impressionou os cientistas e governantes de vários países, especialmente do norte europeu que, aos poucos, estão adotando os mesmos dispositivos regulamentares, apenas com algumas variantes” (Kehl, 1935, p.25-26).

O debate sobre esterilização eugênica foi, inclusive, um dos assuntos que escancarou novamente as diferenças de posições entre Roquette-Pinto e Renato Kehl, dividindo opiniões no interior do movimento eugênico brasileiro. Em janeiro de 1934, a propósito das leis de esterilização criadas na Alemanha pelo governo de Adolf Hitler, o jornal *O Globo* lançou um inquérito sobre o assunto entre médicos, antropólogos e eugenistas brasileiros.³⁰⁰ Além de Roquette-Pinto e Renato Kehl, foram entrevistados também Pacheco e Silva, Leonídio Ribeiro, Leitão da Cunha e Oscar Fontenelle, figuras bastante conhecidas na comunidade médica e no meio intelectual. Os entrevistados não apenas haviam participado do congresso de eugenia de 1929, como também eram entusiastas antigos das discussões sobre raça e eugenia no Brasil.

O inquérito feito pelo jornal *O Globo* revelava uma opinião fortemente favorável às leis de esterilização alemã, com exceção feita a Roquette-Pinto e também a Leitão da Cunha, que apesar de indicar a esterilização em determinados casos, colocava sob suspeitas os benefícios dessa medida.³⁰¹ Os primeiros intelectuais a serem entrevistados, nos dias 02 e 03 de janeiro de 1934, foram, respectivamente, Roquette-Pinto e Renato Kehl, o que pode ser visto como o reconhecimento de suas autoridades no assunto, mas também como uma estratégia do jornal para chamar ainda mais a atenção ao inquérito, visto que as divergências de opiniões entre ambos eram publicamente conhecidas. De acordo com Roquette-Pinto, o problema da esterilização deveria ser visto como um assunto “extremamente complexo”, uma vez que a ciência ainda não conseguia identificar com clareza os indivíduos portadores da “boa” e da “má herança”. Em alguns casos, dizia ele, esterilizar um degenerado poderia significar “privar a humanidade futura de alguns homens de gênio”, na medida em que um suposto degenerado poderia carregar a herança da genialidade. Além do mais, a “esterilização em série”, tal qual idealizava o governo

³⁰⁰ As leis de esterilização lançada por Adolf Hitler também seria motivo de notícias e discussões em periódicos científicos como os *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, que ainda no início de 1934 publicaria na íntegra o texto da lei alemã. De acordo com o editorial da revista, era da “maior oportunidade” fazer traduzir a “nova e grande lei alemã de esterilização dos degenerados”, lembrando que o mundo todo voltava suas atenções para o conhecimento da eugenia (“A lei alemã de esterilização dos doentes transmissores de taras”. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*. Rio de Janeiro. n.1, 1934, p.54-55).

³⁰¹ Leitão da Cunha. “Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis” (Inquérito entre os cientistas brasileiros). *O Globo*. Rio de Janeiro, 05/01/1934.

alemão, não apenas poderia se transformar numa medida abusiva, como também não teria o efeito esperado para “a estandardização da espécie”.³⁰²

Renato Kehl, por sua vez, não tinha dúvidas quanto à importância da esterilização eugênica no aperfeiçoamento das futuras gerações, demonstrando-se um entusiasta convicto da política eugênica alemã. Segundo ele, sua opinião sobre o assunto já era conhecida com clareza no último livro que publicara após viagem ao norte do continente europeu, referindo-se a *Sexo e civilização: aparas eugênicas*. Seu parecer, portanto, não estaria firmado em idéias apressadas ou “inspirações sentimentais de última hora”, mas sim “no estudo e na observação de muitos anos”. Condenar a esterilização como absurda, explicava ele se referindo possivelmente a própria entrevista dada por Roquette-Pinto um dia antes, era positivamente uma levandade, “sobretudo quando se sabe que ela foi adotada num país como a Alemanha, onde não se resolvem as coisas desta ordem, como se fazem discursos de improviso”. Diferentemente de Roquette-Pinto, Kehl não via maiores dificuldades para apontar os casos sujeitos ou não à esterilização, uma vez que os eugenistas poderiam fazê-los apoiados em critérios rigorosamente científicos, identificando os “defeitos” ou “anomalias” de ordem hereditária. Em seu ponto de vista, como a aplicação da esterilização era uma medida judiciosa e simples, não haveria dúvida que, no futuro, ela também viria a ser uma realidade no Brasil.³⁰³

As opiniões de Pacheco e Silva, Oscar Fontenelle e Leonídio Ribeiro seguiam, de maneira geral, os argumentos entusiásticos de Renato Kehl. O psiquiatra e deputado federal Pacheco e Silva explicava que impedir a perpetuação dos tipos inferiores, doentes e degenerados, aplicando a eles a esterilização eugênica, era “incontestavelmente um grande passo na solução dos problemas sociais” existentes no país.³⁰⁴ O médico Leonídio Ribeiro aplaudia a legislação alemã que mandava esterilizar os indivíduos doentes e degenerados, lembrando que “Hitler só foi levado a esse ato depois de haver verificado que as estatísticas mostravam haver na Alemanha um milhão de loucos e alienados, 750 mil débeis mentais, 100 mil epiléticos e 25 mil surdos-mudos, isto é, cerca de dois milhões de

³⁰² Roquette-Pinto, Edgard. “Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis” (Inquérito entre os cientistas brasileiros). *O Globo*. Rio de Janeiro, 02/01/1934.

³⁰³ Kehl, Renato. “Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis” (Inquérito entre os cientistas brasileiros). *O Globo*. Rio de Janeiro, 03/01/1934.

³⁰⁴ Pacheco e Silva. “Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis” (Inquérito entre os cientistas brasileiros). *O Globo*. Rio de Janeiro, 13/01/1934.

homens e mulheres indesejáveis e que não produzem nem podem ser úteis ao seu país”. Seguindo o ponto de vista de Pacheco e Silva, Leonídio Ribeiro entendia que seria fácil avaliar “o extraordinário alcance social” que a lei da esterilização teria também no Brasil, um país marcado por um grande percentual de indivíduos doentes e anormais.³⁰⁵ De maneira semelhante, o médico e ex-deputado federal Oscar Fontenelle, que durante o congresso de eugenia já havia defendido a esterilização como fator eugênico, também não poupava elogios à política de esterilização compulsória lançada pelo governo Hitler, a quem aplaudia com “verdadeiro entusiasmo”. Descrevendo-se como um “caloroso partidário” da política de esterilização dos “anormais capazes de gerar proles estigmatizadas física e psiquicamente”, Fontenelle não deixava de conclamar as autoridades públicas e o Estado brasileiro a seguir a política eugênica alemã, onde os preceitos da eugenia eram seriamente considerados.³⁰⁶

A polêmica lançada pelo inquérito do jornal *O Globo* também mobilizou colonistas do *Correio da Manhã*, como o médico Floriano de Lemos e o jornalista e político Costa Rego. Assim que as primeiras entrevistas do inquérito foram publicadas, ambos apressaram-se em publicar artigo fortemente crítico contra o projeto de esterilização do governo alemão e a recepção que vinha tendo entre os brasileiros. De acordo com Floriano de Lemos, consistia num grande erro tentar transplantar para o Brasil as medidas eugênicas implantadas por Adolf Hitler, uma vez que a própria “Alemanha Nazista demonstrava desconhecer algumas verdades biológicas fundamentais, com referência às raças e à aplicação à sociedade humana”. E se referindo a resposta que Roquette-Pinto dera ao inquérito, concordava que tanto do ponto de vista científico quanto jurídico as leis de esterilização eram reprováveis, violentas e imprudentes.³⁰⁷ O artigo de Costa Rego trazia argumentos bastante semelhantes para refutar o uso desta medida. Mencionando o “brado” de Roquette-Pinto contra a medida alemã, o colonista do *Correio da Manhã* concluía que os defensores do projeto eugênico nazista se apoiavam menos na ciência do que nos postulados de organização política. No que dizia respeito à legalidade jurídica dessa medida extrema, Costa Rego explicava que era “licito invocar contra a esterilização os

³⁰⁵ Ribeiro, Leonídio. “Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis” (Inquérito entre os cientistas brasileiros). *O Globo*. Rio de Janeiro, 12/01/1934.

³⁰⁶ Fontenelle, Oscar. “Devem ser esterilizados os enfermos incuráveis” (Inquérito entre os cientistas brasileiros). *O Globo*. Rio de Janeiro, 12/01/1934.

³⁰⁷ Lemos, Floriano de. “A esterilização dos degenerados”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 04/01/1934.

mesmos fundamentos que militam contra a pena de morte”, de onde concluía que “esterilizar é, de qualquer sorte, matar...”.³⁰⁸

A exemplo do ocorreu durante o congresso de eugenia, o movimento eugênico ficaria dividido entre os que apoiavam medidas eugênicas mais duras e aqueles que se opunham a projetos radicais. A defesa desses projetos antagônicos partia, de maneira geral, de interpretações bastante diferentes quanto à origem dos problemas brasileiros. Para o grupo liderado por Renato Kehl, o grande mal do Brasil era uma “questão de raça”, devendo a eugenia impedir, a todo custo, a reprodução dos “indesejáveis” e das raças consideradas heterogêneas. O ideal eugênico defendido por este grupo era a homogeneização gradual da população brasileira, mesmo que para isso fosse necessário lançar mão de medidas consideradas “impopulares” como a esterilização compulsória, a segregação racial e uma rigorosa seleção imigratória. De outro lado, o grupo mais alinhado a Roquette-Pinto entendia que os dilemas nacionais não deveriam ser localizados na constituição racial ou biológica de sua população, conforme defenderam durante o congresso de eugenia. O grande mal do país tinha por origem, conforme Roquette-Pinto reiteradamente repetia, problemas de ordem social e política, o que justificava a oposição às medidas extremas que visavam substituir a população brasileira ou torná-la racialmente mais homogênea.

De acordo com Roquette-Pinto, os problemas da população no Brasil deveriam ser vistos, de fato, como as principais preocupações das autoridades públicas. Isso, contudo, não poderia ser atribuído à constituição biológica de sua gente, mas sim devido ao abandono e à miséria a que as autoridades públicas e as elites nacionais relegaram uma grande parcela da população. Esse descaso com a organização social e econômica do país teria possibilitado a formação de uma população que carecia de atendimentos básicos, como educação, saúde pública, nutrição e moradia. Deste modo, ao invés de discutir a adoção de medidas eugênicas radicais, Roquette-Pinto defendia que as autoridades políticas, os cientistas e intelectuais brasileiros deveriam voltar suas atenções para os problemas que verdadeiramente afligiam a população do país. Não à toa, na passagem dos anos 1920 para os anos 1930 Roquette-Pinto se envolveria com mais afinco aos estudos de populações, passando inclusive a integrar instituições nacionais e internacionais voltadas

³⁰⁸ Costa Rego, Pedro da. “Matar...” *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 05/01/1934.

às discussões sobre os chamados “problemas das populações”. Conforme veremos a seguir, esses estudos envolveriam uma ampla agenda de debates, desde questões tradicionais sobre imigração, eugenia e a formação antropológica das nações até temas mais sociológicos ligados à demografia e às estatísticas de populações.

5.3. Os estudos dos problemas de populações

As discussões eugênicas e as preocupações com a formação nacional, como foi comum a um grupo de antropólogos físicos e médicos do período entre-guerras, também serviram para reafirmar os interesses de Roquette-Pinto pelo chamado “problema das populações”. Suas críticas ao determinismo racial, somado às suas interpretações mais sociológicas sobre os dilemas do país, possibilitaram que o antropólogo valorizasse os estudos de populações como subsídios fundamentais para a compreensão da realidade brasileira e para a proposição de projetos de reforma nacional. Desde o início dos anos 1920, como já foi destacado no capítulo 3, Roquette-Pinto entendia que sem o conhecimento das características antropológicas e demográficas de seu “povo”, o Brasil nem mesmo poderia ser considerado uma nação.³⁰⁹ De outro lado, o debate sobre o crescimento populacional do país, seus índices de mortalidade, natalidade e fecundidade, suas condições alimentares e de saúde, o movimento migratório e imigratório, entre outros, ajudariam a descentrar as análises sobre problemas do país para questões mais sociológicas e econômicas, e não somente para os aspectos raciais ou biológicos. Além disso, os estudos de populações não deixariam de ser, também para Roquette-Pinto, uma maneira menos extrema de levar adiante o ideal eugênico de aperfeiçoamento humano, na medida em que permitia formular projetos de controle populacional e de povoamento do país. Foi a partir desse contexto que o antropólogo passara a escrever e se inserir em organizações científicas envolvidas nesse campo de investigação.

Embora as preocupações com o tema das populações tenham emergido ao longo do século XIX, foi especialmente após a Primeira Guerra Mundial que esses estudos ganharam notoriedade entre autoridades públicas e cientistas de diferentes lugares do

³⁰⁹ Roquette-Pinto, Edgard. *Nossa gente*. Op. cit., 1921.

mundo. Neste período, se procurou explicar as causas da guerra tanto em termos neodarwinistas, como a luta pela sobrevivência dos mais aptos, quanto um problema neomalthusiano de superpopulação. Ao longo dos anos 1920, essa segunda interpretação predominaria com mais força, principalmente entre cientistas sociais e biólogos treinados em estatística e demografia (Mitman, 1992, 89). Para estes, o movimento das populações ao redor do mundo - resultado da imigração, migrações internas, urbanização e da própria variação demográfica - ajudavam a entender tanto os fenômenos naturais relacionados à vida humana quanto os de organização social e econômica de cada uma das nações. A guerra, a escassez de alimentos, a pobreza e a degeneração humana seriam, desta maneira, um efeito direto da falta de controle e cuidados com o desenvolvimento das populações. Muitos cientistas entendiam, inclusive, que se os problemas da população não levassem a extinção da humanidade, ao menos poderiam diminuir o poder político das principais nações do mundo (Lorimer, 1971, 87).

Essa maneira de conceber o problema marcaria, aliás, as discussões promovidas durante a Primeira Conferência Internacional de Populações, sediada em Genebra, em 1927. Organizada sob os auspícios da Liga das Nações, a conferência contou com a participação de autoridades políticas e de cientistas que vinham se destacando por seus estudos sobre populações, como a ativista Margaret Sanger e os cientistas Raymond Pearl e Corrado Gini. Apesar das divergências internas, sobretudo no que dizia respeito às políticas de controle ou estímulo à natalidade, a conferência gerou um forte consenso quanto à necessidade de promover investigações relacionadas à esse campo de estudos (Lorimer, 1971, 86-87). Foi com esse intuito que as lideranças do evento organizaram um comitê executivo para discutir a criação de uma organização permanente responsável pelo desenvolvimento de pesquisas acerca dos fatores biológicos, econômicos e sociais que influenciariam a composição, o aumento e as futuras relações das populações em diferentes lugares do mundo. Um ano depois, a idéia viria a se concretizar com a fundação de uma instituição associada à Seção de Higiene da Liga das Nações, a *International Union for the Scientific Study of Population Problems*, tendo como seu primeiro presidente o biólogo e eugenista americano Raymond Pearl.³¹⁰

³¹⁰ Correspondência de Raymond Pearl a J. H. Paula Souza. Baltimore, s/d (Arquivo Pessoal Edgard Roquette-Pinto – ABL).

Financiada especialmente com recursos do *Milbank Memorial Fund*,³¹¹ a *Internacional Union* tinha como propósito central “promover o estudo científico dos problemas relacionados aos vários aspectos da população”, encorajando especialmente o desenvolvimento de pesquisas em cooperação com diferentes países. O resultado dessas investigações, conforme constava no próprio estatuto da instituição, deveriam formar um banco internacional de dados, disponibilizados para pesquisadores e autoridades públicas do mundo todo. A instituição mantinha também uma revista científica na qual publicava periodicamente, em língua inglesa e francesa, estudos de interesse de seus associados, bem como das atividades realizadas pela instituição.³¹² Entre seus membros associados constava-se o nome de autoridades científicas de diferentes nacionalidades, dos quais se destacavam nomes como Raymond Pearl, Corrado Gini, Eugen Fischer, Franz Boas, Bronislau Malinowski, Paul River e Pitt-Rivers. A *Internacional Union* se dividia em três comissões principais, cada uma responsável por campos de estudos distintos: Comissão I - estudo de populações e seus recursos alimentares; Comissão II - estudo de reprodução humana, fecundidade e esterilidade; Comissão III – estudo de demografia das raças primitivas.³¹³

Assim que a *Internacional Union* foi fundada, Roquette-Pinto apressara-se em compor o grupo de associados, tornando-se um dos membros mais entusiastas em solo brasileiro. O convite lhe fora feito pelo médico J. H. de Paula Souza, diretor do Instituto de Higiene de São Paulo, que estimulado por Raymond Pearl tomara para si a iniciativa de reunir nomes interessados em formar um comitê local da *International Union*.³¹⁴ Como se tratava de uma organização internacional, cuja sede ficava na Europa, seus promotores haviam sugerido a criação de comitês nacionais, possibilitando que os associados se reunissem em seus países de origem e formulassem suas próprias agendas de discussões.

³¹¹ A *International Union* recebia doações de instituições privadas do mundo todo, especialmente dos Estados Unidos, de onde vinham as doações mais generosas. Além do *Milbank Memorial Fund*, a *Rockefeller Foundation* e a *National Research Council* dos Estados Unidos também ajudavam com recursos financeiros permanentes. O dinheiro era investido na realização de pesquisas, viagens de seus associados, publicações científicas, organização de congressos e na própria administração da instituição. Vale lembrar que além da publicação do *Bulletin of the International Union for the Scientific Investigation of Population Problems*, a instituição também financiava a publicação de obras relacionadas aos estudos de populações, sobretudo de seus associados (*Actas da Sessão da Comissão Executiva da União Internacional para o Estudo Científico de Questões de População*. Paris, 24 de maio de 1929. p.2, 14p. APERP-ABL).

³¹² *Actas da Sessão da Comissão Executiva da União Internacional ... Op. Cit.*

³¹³ Correspondência de Corrado Gini a Roquette-Pinto. Roma, 14/09/1928 (APERP-ABL).

³¹⁴ Correspondência de J. H. de Paula Souza a Roquette-Pinto. São Paulo, 21/11/1929 (APERP-ABL).

Juntamente com Paula Souza e Afonso Taunay, Roquette-Pinto viria a compor a presidência da *Comissão Nacional de Estudo dos Problemas de População*, formado por uma seção do Rio de Janeiro e outra de São Paulo. Entre seus membros estavam, entre outros, figuras como Carlos Chagas, Fernando da Silveira, Miguel Couto, Afrânio Peixoto, Pacheco e Silva, Lourenço Filho e Flaminio Fávero.³¹⁵

Embora a documentação aponte que a Comissão Nacional devesse coligir documentos e estudos sobre o tema das populações, além de realizar reuniões periódicas com seus associados,³¹⁶ não há informações sobre assuntos discutidos, projetos e atividades desenvolvidas. O que se sabe, é que na passagem dos anos 1920 para os anos 1930 esse grupo de intelectuais esteve fortemente envolvido nos debates sobre populações, devido especialmente à interface que o tema apresentava em relação à eugenia, à imigração e o povoamento do território nacional. Boa parte desses intelectuais, inclusive, ocupava postos importantes em instituições públicas ligadas à assistência social, à saúde pública, à educação, à imigração e o povoamento do país. Vale lembrar que neste período, especialmente durante o governo Vargas, cresceu entre as autoridades brasileiras a preocupação com o tema das populações. Isso vinha ocorrendo tanto pelas discussões suscitadas em torno da política de imigração, da migração interna e da ocupação dos chamados “territórios vazios” existentes no interior do país, quanto pela preocupação que a urbanização e a industrialização demandavam, sobretudo no que dizia respeito à saúde pública e à formação de uma massa de trabalhadores saudáveis.

No caso de Roquette-Pinto, a participação como membro da *International Union* e da Comissão Brasileira contribuiu para alargar o seu interesse nesse campo de estudos. Em fevereiro de 1929, em artigo publicado no *Diário Nacional* de São Paulo, o antropólogo saudava a criação dessa “grande Comissão Internacional”, destacando que os “problemas da população” haviam se transformado em assunto da moda. Em sua opinião, não haveria problema mais importante para as nações modernas, uma vez que tudo dependeria do número e da qualidade de sua gente. O artigo, que trazia como título “O crescimento da humanidade”, colocava em pauta as principais questões com os quais se envolviam os estudiosos do problema populacional no mundo, sobretudo no que se relacionava à

³¹⁵ “Comissão Nacional Brasileira” (lista de sócios). Texto avulso, datilografado, 2p. (APERP-ABL).

³¹⁶ Atas da Seção Paulista da Comissão Nacional Brasileira de Estudo dos Problemas de Populações. São Paulo, 06/03/1930 (APERP-ABL).

superpopulação. Embora compreendesse que a produção de alimentos ainda tivesse espaço para um enorme crescimento, não deixaria de concordar que o mundo caminhava para o desequilíbrio que as altas taxas de natalidade poderia causar em várias regiões do mundo, conforme vinham apontando certos sociólogo e antropólogos.³¹⁷

Seguindo a pauta que dominara a Primeira Conferência Internacional de Populações de 1927, e mesmo as discussões que a *International Union* vinha desenvolvendo, Roquette-Pinto destacava neste artigo a atualidade das teses malthusianas, lembrando que todos os especialistas seriam “acordes em dar a Malthus o posto primacial no estudo das questões relativas à população”. A despeito da desgraça em que teria caído a obra de Thomas Malthus em décadas anteriores, suas idéias vinham conquistando enorme reputação científica. Ressaltando as palavras do biólogo e médico William Welch, da Johns Hopkins University, argumentava que, tanto do ponto de vista sociológico quanto dos estudos de biologia, o tempo havia feito justiça às doutrinas do filósofo inglês, de tal forma que hoje, continuava Roquette-Pinto, a grande maioria dos especialistas no assunto concordam com o argumento malthusiano: “a diminuição da mortalidade é um critério muito melhor para caracterizar um bom governo e uma real felicidade pública do que o aumento dos nascimentos”.³¹⁸

Para Roquette-Pinto, aliás, o argumento de Malthus inspirava boa parte dos eugenistas no mundo afora, para os quais a qualidade da população era muito mais importante que a sua quantidade. Essa sentença seria empregada repetidamente pelo antropólogo brasileiro como uma forma de legitimar os ideais eugênicos e o controle sobre o desenvolvimento da população nacional. Na compreensão de alguns eugenistas, entre eles o próprio Roquette-Pinto, investir em políticas de controle da mortalidade e da natalidade significava pensar diretamente na saúde e no aperfeiçoamento contínuo das populações. Esse era, aliás, um dos motivos que estimulava a *International Union* a assumir o discurso eugênico em defesa das políticas de saúde pública, da educação sexual, do controle da reprodução humana e da seleção imigratória. De acordo com a historiografia, as discussões sobre controle populacional defendidos pela *International Union* se confundiam, em muitos aspectos, com os termos estabelecidos pelos ideais

³¹⁷ Roquette-Pinto, Edgard. “O crescimento da humanidade”. *Diário Nacional*. São Paulo, 26/02/1929.

³¹⁸ Idem.

eugênicos (Allen, 1991; Ramsden, 2002). Não à toa, alguns de seus integrantes tinham laços fortes com o movimento eugênico, como era o caso de Raymond Pearl, Eugen Fischer, Herman Lundborg e o próprio Roquette-Pinto.

O caso mais emblemático neste sentido podia ser observado nos trabalhos do presidente da instituição, o americano Raymond Pearl. Doutor em biologia, Pearl dedicara seus primeiros anos de carreira ao estudo da eugenia, da estatística e da biometria, tendo atuado durante a Primeira Guerra Mundial como chefe da *Statistical Division da United States Food Administration*, durante o governo de Woodrow Wilson. Depois da guerra, ingressou como professor de Biometria e Estatística Vital da Escola de Saúde Pública da John Hopkins University, onde se dedicaria às pesquisas sobre demografia de populações, sempre em estreito diálogo com a eugenia. Nesse período, publicou obras importantes como *The nation's food: a statistical study of a physiological and social problem* (1920), *Biology of death* (1922) e *The biology of population growth* (1925), tornando-se uma das principais autoridades científicas nesse campo de estudos (Mitman, 1992, 89-90; Kingsland, 1995, 29-30).

Na história da eugenia, o nome de Raymond Pearl figura entre aqueles que a partir do final da Primeira Guerra passaram a contestar o racismo científico e às medidas eugênicas mais extremadas. Em seu livro *The biology of superiority*, publicado em 1927, criticou os eugenistas mais radicais, como Harry Laughlin e Madison Grant, por seu apelo emocional aos preconceitos de classe e raça e pelo emprego da ciência para legitimá-los entre o público. Apesar dessas críticas, Pearl não desaprovava os ideais eugênicos, apenas as medidas mais extremadas e as alegações racistas que começavam a se firmar especialmente nos Estados Unidos (Barkan, 1992, 209-212). Na verdade, o presidente da *International Union* procurou aliar o conhecimento sobre o controle populacional ao da eugenia, o que lhe possibilitava sustentar as teorias biológicas sobre a evolução e as dinâmicas das populações. Embora nos anos 1930 um grupo de cientistas sociais se esforçasse para retirar os estudos de populações do terreno da biologia, iniciando uma grande controvérsia entre biólogos e sociólogos, as análises de Raymond Pearl permaneceram tendo forte audiência no campo da demografia (Ramsden, 2002, 868-870).

Roquette-Pinto também foi um leitor atento de Raymond Pearl, a quem considerava a principal referência nos estudos de populações. Em artigos publicados na

passagem dos anos 1920 para os anos 1930, o antropólogo brasileiro se ocupou dos trabalhos do presidente da Internacional Union, nos quais procurou destacar a atualidade de suas investigações científicas. Em artigo publicado na imprensa paulista, resenhou aos leitores brasileiros alguns dos ensaios do biólogo americano, como *Biology and War* e *Vitality of people of America*. De acordo com Roquette-Pinto, a obra de Raymond Pearl chamava a atenção para o cuidado que as nações modernas deveriam ter com o controle da natalidade, da fecundidade e da longevidade de suas populações, contribuindo decisivamente para a “evolução” e o melhoramento das futuras gerações. Roquette-Pinto concordava com Pearl que, ao contrário do que muitos defendiam, as causas das guerras, das epidemias e das altas taxas de mortalidade teriam menos relação com a superpopulação mundial do que com “a má qualidade do material humano”.³¹⁹

Neste mesmo artigo, Roquette-Pinto também resenharía a obra *The Natural increase of mankind*, do médico e escritor James Shirley Sweeney, um dos discípulos de Raymond Pearl. Segundo antropólogo brasileiro, Sweeney propôs estudar o crescimento natural de várias populações, traçando, ao mesmo tempo, um quadro comparativo. Seu interesse era analisar, a partir do índice de vitalidade (*vital index*) criado por Raymond Pearl, que levava em consideração o número de nascimento sobre o número de mortos, as condições biológicas e sociais das populações de diferentes regiões do mundo. Embora o autor americano tivesse analisado os dados de 56 países, entre eles a Argentina, Uruguai e Chile, o Brasil não constava em seu estudo. A ausência do Brasil neste ranking, explicava Roquette-Pinto, era justificada pelo fato de simplesmente não haver dados completos sobre os índices demográficos e as características da população brasileira. Os dados que teriam sido apresentados em 1927 pela Diretoria Geral de Estatística, por exemplo, não levavam em consideração os índices demográficos de boa parte dos municípios brasileiros, especialmente os do norte do país. Deste modo, concluía Roquette-Pinto, “enquanto não pudermos saber quantos somos, quantos nascem e quantos morrem – é escusado querer encontrar o Brasil na lista das nações, publicadas nos tratados científicos...”³²⁰

Em relação às causas das variações populacionais, embora Raymond Pearl defendesse que elas eram devidas especialmente aos fenômenos naturais, Roquette-Pinto

³¹⁹ Roquette-Pinto, Edgar. “O crescimento da humanidade”. *Diário Nacional*. São Paulo, 26/02/1929.

³²⁰ Idem.

concordava com James Shirley Seewney que os fatores sociais e econômicos lançavam um peso considerável para mudar as características demográficas de uma população. No que dizia respeito ao declínio dos nascimentos, por exemplo, que segundo Roquette-Pinto era uma realidade quase geral no mundo todo, as explicações deveriam ser encontradas tanto por fatores naturais cíclicos, quanto pelo aumento das práticas restritivas e as influências econômicas. Um exemplo da influência desses dois últimos fatores, explicava Roquette-Pinto, poderia ser verificado nas chamadas “classes superiores”, nas elites econômicas, onde as taxas de natalidade decaíam com mais força.³²¹

O antropólogo brasileiro entendia que a oscilação nos índices de natalidade e mortalidade também deveria ser considerada a partir das características fisiológicas das raças, conforme seus próprios estudos há mais de quinze anos já haviam observado. Neste aspecto, citava também as investigações de Raymond Pearl realizadas junto aos negros norte-americanos, destacando que a patologia das raças poderiam atingir brancos e negros de maneira diferenciada. Nos Estados Unidos, os estudos de Pearl apontariam que esses dois grupos raciais reagiam diferentemente às doenças chamadas orgânicas, explicava Roquette-Pinto em artigo publicado em 1933. De outro lado, enquanto os negros pareciam mais sujeitos às “doenças infecciosas”, a população branca seria mais suscetível ao desenvolvimento do câncer. Por esse motivo, afirmava Roquette-Pinto: “uma das conclusões a que chegaram os estudiosos de tais estatísticas é que as características e a distribuição atual da mortalidade, em nossa espécie, resultam em grande parte da evolução sofrida pelo próprio corpo humano. Parece, escreveu Pearl, que os diferentes aparelhos do organismo não conseguem resistir igualmente bem às solicitações do ambiente que encontram” (Roquette-Pinto, 1933, 26).

Apesar dos aspectos fisiológicos e hereditários serem decisivos para essa análise, Roquette-Pinto não deixaria de chamar a atenção também para a importância que as condições do meio e os “modos de vida” lançavam na definição das patologias das populações (idem, 25). No trabalho que apresentara durante o congresso de eugenia, o antropólogo já havia chamado a atenção para o fato de que, no Brasil, a longevidade, a natalidade e a mortalidade entre negros, mulatos e brancos eram discrepantes. Embora em sua opinião não houvesse “questão de raça” entre os brasileiros, não era menos verdade

³²¹ Idem.

que negros e mulatos viviam em condições mais precárias, não tendo o mesmo “amparo social” que a população branca (Roquette-Pinto, 1929, 139-140). Neste sentido, entendia que uma questão importante para os que se envolviam com os problemas das populações, lembrando as lições proferidas por Raymond Pearl durante a *National Inter-racial Conference*, realizada em Washington, em 1928, era considerar o que cabia ao terreno da biologia e da herança e o que era de domínio do meio (Roquette-Pinto, 1933, 25).

Na compreensão de Roquette-Pinto, entretanto, nenhum problema parecia mais premente, quando se falava em questão de populações e raça no Brasil, do que as discussões sobre imigração, migração interna e povoamento do território nacional. Conforme veremos a seguir, especialmente a partir do final dos anos 1920, o debate sobre imigração encontraria forte audiência entre os intelectuais, políticos e administradores públicos ligados ao governo federal. Como uma autoridade reconhecida no campo da antropologia e dos estudos de populações, Roquette-Pinto desempenharia um papel importante nas discussões sobre políticas de imigração, chegando mesmo a integrar a comissão criada pelo governo de Getúlio Vargas para revisar o projeto de imigração enviado à constituinte de 1934.

5.4. A imigração e o povoamento do Brasil

Embora desde o século XIX a entrada de imigrantes tenha mobilizado as autoridades públicas e setores importantes da sociedade brasileira, foi no período entre-guerras que o assunto se transformou em questão da maior importância para os destinos do país. Nesta época, a imigração foi objeto de debates tanto para as autoridades preocupadas com o fornecimento de mão-de-obra e com o processo produtivo do país, quanto para aqueles que pensavam o “problema de raça” e da ocupação do território nacional. Nos dois casos, como a historiografia tem demonstrado, a imigração desempenharia um papel determinante para o processo civilizatório brasileiro, o progresso econômico e a própria formação da nacionalidade, o que justificava o discurso em defesa da entrada de imigrantes europeus, vistos como os mais adequados para realizar esses objetivos. Do ponto de vista racial, o debate foi alimentando, em grande medida, pelo interesse que a eugenia e as

teorias raciais vinham suscitando entre um grupo de intelectuais e autoridades brasileiras. Para estes, era fundamental pensar a imigração como um projeto de aperfeiçoamento da população, o que implicava na criação de políticas de controle e seleção imigratória, no conhecimento das características raciais dos imigrantes, bem como do processo de miscigenação, caldeamento e assimilação antropológica (Geraldo, 2007, 11-29; Seyferth, 2008, 147-153).

O envolvimento de Roquette-Pinto neste debate também se justificava por seu interesse nas questões eugênicas e pelas polêmicas que os estudos sobre mestiçagem e imigração lançavam aos especialistas em antropologia. Além disso, desde o início dos anos 1920 o antropólogo passara a cultivar uma atenção especial às discussões acerca da imigração japonesa, assunto que vinha produzindo enorme celeuma entre os brasileiros. Nesta época, como é possível observar nos rascunhos, notas e indicações de leituras deixadas em seu arquivo pessoal, os estudos sobre imigração, sobretudo nos Estados Unidos, vinham ocupando um espaço importante em suas preocupações científicas. Em sua opinião, conforme escreveu em seu caderno de anotações, as idéias que pautavam as discussões sobre imigração deveriam ser assunto de maior interesse para as nações que, como o Brasil, recebiam anualmente milhares de estrangeiros.³²²

Em seus escritos sobre imigração, bem como nos projetos políticos-legislativos em que tomou parte, é possível perceber uma certa ambigüidade em seus posicionamentos, sobretudo no que dizia respeito à implantação de medidas restritivas à entrada de novos imigrantes. Sem necessariamente ser contrário às políticas de imigração, Roquette-Pinto defendia uma seleção baseada na análise das qualidades individuais dos imigrantes, e não pelas características raciais do grupo ao qual pertencia. Em artigo escrito ainda em 1925, a propósito de um inquérito organizado pela Sociedade Brasileira de Agricultura acerca da importância da imigração estrangeira para o desenvolvimento do país, o antropólogo argumentava que “recrutar estrangeiros de qualquer país, sem o cuidado na escolha, trazendo inválidos, doentes, vagabundos e criminosos, como em muitos casos se tem feito, é um crime de lesa pátria”. Embora fosse contrário à imposição de restrições à imigração “sob o ponto de vista das raças”, entendia que o Brasil deveria se prevenir “contra a entrada de indesejáveis no país”. Por esse motivo, segundo ele, merecia aplausos à

³²² Roquette-Pinto, Edgard. “Cadernos de Anotações” (anotações avulsas, sem página e data. APERP-ABL).

iniciativa da Sociedade Brasileira de Agricultura, que tendo em conta “a magnitude do assunto em debate, procurava “orientar os representantes da nação e o governo do país a fim de darem ao problema em foco uma solução acertada”.³²³

Como a historiografia tem apontado, os anos 1920 ficariam marcados pelo intenso debate sobre a constituição de uma série de instrumentos legais que visavam restringir a entrada de imigrantes indesejáveis. De acordo com Jair de Souza Ramos (2008, 191-193), data de 1921 o decreto federal que estabelecia restrições policiais e de natureza médica à entrada de estrangeiros, chamada à época de “Lei dos Indesejáveis”. Seguindo esse decreto, o governo criaria o Serviço Sanitário Marítimo, responsável por realizar a inspeção médica dos imigrantes que desembarcavam especialmente nos portos do Rio de Janeiro e Santos, a fim de proceder à seleção dos indivíduos “desejáveis” e dos “indesejáveis”.³²⁴ O próprio Roquette-Pinto não deixaria de chamar a atenção para a importância da aprovação desses projetos de leis que as autoridades competentes vinham debatendo, uma vez que àquela época esses decretos ainda tramitavam no congresso nacional.³²⁵

Para Roquette-Pinto, a regulamentação da imigração implicava tanto na formação antropológica da população quanto no povoamento e progresso do país. Ainda de acordo com o artigo em que comentava as iniciativas da Sociedade Brasileira de Agricultura, o antropólogo chamava a atenção para o fato de que o “aumento de braços” para o fornecimento de mão-de-obra não vinha acompanhando o “rápido desenvolvimento” agrícola e industrial do país, não correspondendo à “ânsia de trabalhar e progredir do povo brasileiro”. Apesar de considerar as altas taxas de natalidade existente entre os brasileiros, o que possibilitava o crescimento contínuo da população, o país não vinha sabendo aproveitar as “boas oportunidades para povoar o nosso imenso território”. O que as autoridades teriam realizado até então em matéria de povoamento, acreditava ele, seria

³²³ Roquette-Pinto, Edgard. “Rádio”. Rio de Janeiro, 24/03/1925 (texto datilografado, possivelmente preparado para ser lido na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, dirigida pelo próprio Roquette-Pinto. (APERP-ABL).

³²⁴ Conforme destaca Ramos (2008, 192), as autoridades sanitárias deveriam fazer uma minuciosa inspeção em cada um dos imigrantes, a fim de excluir os que eram considerados “indesejáveis”, sob o ponto de vista médico. Os indivíduos em bom estado de saúde eram enviados às hospedarias de imigrantes, enquanto os indesejáveis eram entregues às autoridades competentes para que fossem repatriados ao país de origem.

³²⁵ Roquette-Pinto, Edgard. “Rádio”. *idem*.

“imperfeito, sem método e falho de continuidade”, prejudicando especialmente a ocupação do interior e o progresso econômico da agricultura brasileira.³²⁶

Quatro anos depois, no trabalho que apresentara durante o Congresso de Eugenia, Roquette-Pinto repetiria o argumento de que a política de imigração e povoamento do Brasil sempre teria se baseado “em maus expedientes”. Além da eliminação das populações indígenas e os maus tratos dirigidos contra os negros importados do continente africano como escravos, as autoridades responsáveis pela administração do território teriam mandado buscar, “a peso de ouro, gente branca, sem escolha, nem fiscalização, entregando-lhe, desde logo, um capital apreciável, terra, casa, ferramenta, assistência...”. Não bastasse isso, lamentava o antropólogo, os “melhores elementos nacionais”, como os caboclos do interior do país, teriam sido abandonados “à triste sorte de sua indigência” (Roquette-Pinto, 1929, 123).

Baseado especialmente nessa última constatação, Roquette-Pinto parecia disposto a rever o argumento que ele próprio defendera anos antes, segundo o qual, ao progresso do país, era imprescindível a entrada de novos imigrantes. Embora reafirmasse que o debate sobre imigração era sem dúvida “um assunto de excepcional importância” para o país, questionava àqueles que, a exemplo dos grandes fazendeiros e industriais, defendiam a entrada de estrangeiros como a melhor maneira para suprir a “falta de braços” na agricultura e na indústria. Aos participantes do Congresso de Eugenia, Roquette-Pinto procurava demonstrar que, na realidade, a escassez de mão de obra no país não deveria ser atribuída à falta de imigrantes, mas sim ao “mau aproveitamento dos braços existentes”, resultado do descaso para com o trabalhador nacional. Sem as condições adequadas de trabalho, sem educação e saúde, o rendimento dos brasileiros ficaria muito aquém de suas potencialidades. No ponto de vista do antropólogo, a valentia e a tenacidade dos trabalhadores nacionais já teriam sido provadas em muitos episódios da vida nacional, como na ocupação da Amazônia e na conquista da Rondônia (idem, 121-122).

Em artigo publicado na imprensa paulista, ainda em 1929, Roquette-Pinto lembrava que enquanto os estados do sul do país reclamavam da “falta de braços para as necessidades prementes da lavoura”, os estados do norte, “não podendo reter uma grande massa de homens válidos e prendados, oferecem esses patrícios aos que precisam de

³²⁶ Idem.

trabalhadores”. Contudo, a “defasagem social” que acompanhariam esses emigrantes, especialmente a falta de instrução e de conhecimento do processo de produção agrícola, impediam que os trabalhadores do norte fossem bem recebidos por seus compatriotas do sul, especialmente por fazendeiros e industriais. Para Roquette-Pinto, era compreensível que o homem do norte não fosse recebido de “braços abertos” nas regiões produtivas do país, uma vez que o abandono em que foram relegados pelas autoridades públicas, vivendo sempre “ao Deus dará”, os haviam impedido de se educar no “trabalho regular e metódico”, tal qual exigiam os produtores do sul. Esse paradoxo só poderia ser explicado, argumentava o antropólogo, pelas lições profundas deixadas pelo sociólogo Alberto Torres, para quem o “grande problema do Brasil é falta de organização nacional”. Neste sentido, entendia que uma das alternativas para resolver o problema do povoamento e da carência de mão de obra no país seria investir na educação agrícola dos emigrantes do norte, fornecendo-lhes as condições necessárias para o maior rendimento de suas “tão bem dotadas” capacidades. Com a metade do investimento que o governo empregava para atrair imigrantes europeus, explicava Roquette-Pinto, seria possível criar colônias agrícolas “bem organizadas e bem localizadas”, onde se poderiam “preparar” os brasileiros do norte de acordo com os métodos “sistemáticos” necessários à prática produtiva. De acordo com algumas “vozes autorizadas” no assunto, continuava ele, seria necessário somente dois anos de aprendizagem para que o sertanejo se adaptasse as novas condições de trabalho.³²⁷

Conforme a historiografia tem demonstrado, desde o final do século XIX já havia pensadores sociais e imigrantistas, como Joaquim da Silva Rocha, que vinham chamando a atenção para necessidade de incentivar a emigração dos trabalhadores nacionais de regiões improdutivas para as regiões mais produtivas do país, formando núcleos de colônias nacionais. Contudo, conforme argumenta Giralda Seyferth (2008, 151), o projeto colonizador do governo brasileiro “privilegiou os imigrantes europeus num processo de povoamento e localização que não abriu muito espaço para a incorporação de nacionais, sob o argumento da menor capacidade produtiva de uma população majoritariamente mestiça”. Vale lembrar que essa mesma lógica havia marcado também a política de substituição de escravos pelo trabalhador livre vindo da Europa, inclusive com forte incentivo e investimento por parte do recém criado regime republicano. Como já

³²⁷ Roquette-Pinto, Edgard. “Problemas da gente”. *Diário Nacional*. São Paulo, 31/03/1929.

destacamos, a grande maioria dos intelectuais, políticos e imigrantistas preferiam os trabalhadores europeus por acreditar em sua maior capacidade de trabalho, progresso e civilização, mas também por possibilitar o tão almejado processo de branqueamento e “depuração” racial da população brasileira.

Aliás, a defesa da imigração sob o ponto de vista racial se transformaria a partir do final dos anos 1920 num elemento central nas discussões sobre a entrada de estrangeiros no país. Um momento chave deste debate ocorreu durante o próprio congresso brasileiro de eugenia, sendo inclusive um dos assuntos de maior polêmica entre os participantes do evento. Entre os trabalhos diretamente relacionados ao estudo eugênico da imigração, a conferência apresentada pelo jornalista e escritor Azevedo Amaral, sob o título *O problema eugênico da imigração*, foi sem dúvida aquela que causaria maior celeuma.³²⁸ Para esse intelectual, a imigração deveria ser vista antes de tudo como um problema eugênico da maior importância para a formação da nacionalidade, o que justificava a implantação de uma rigorosa política de seleção racial, especialmente do ponto de vista das capacidades mentais (Azevedo Amaral, 1929, 333). Em sua opinião, o Brasil deveria impedir a entrada de imigrantes “indesejáveis” a todo custo, especialmente negros e asiáticos, já que o cruzamento com esses grupos acarretaria na formação de uma prole inferiorizada. Além disso, entendia que mesmo a imigração de europeus do leste e do sul, que em seu ponto de vista eram grupos raciais inferiores quando comparados aos europeus do norte, também não seriam indicados para povoarem o território brasileiro. Do ponto de vista eugênico, entendia que os imigrantes mais desejáveis eram aqueles da Europa Setentrional, como os alemães e os escandinavos, cujas características hereditárias eram as mais “satisfatórias” (idem, 335-338).

Posto em discussão, o trabalho de Azevedo Amaral dividiu os participantes do congresso entre aqueles que refutavam suas principais conclusões, como Roquette-Pinto, Fróes da Fonseca, Fernando da Silveira, Levi Carneiro e Fernando Magalhães, e aqueles que o apoiavam de maneira entusiasmada, entre eles Miguel Couto, Renato Kehl, Xavier de Oliveira, Oscar Fontenelle e Ernani Lopes. Conforme é possível perceber nas atas do congresso, o principal ponto de divergência dizia respeito à defesa que Azevedo Amaral e

³²⁸ Entre os trabalhos sobre imigração apresentados durante o congresso, pode-se destacar: “Política eugênica”, de Salles Filho; “Imigração”, de Oscar Coelho de Souza; “O problema imigratório no Brasil”, de Raul Reynaldo Rigo; “Imigração japonesa”, de Alfredo Ellis; “Da imigração européia para o nordeste brasileiro”, de Xavier de Oliveira (ver relação dos trabalhos em Souza et al., 2009, 770-771).

seus aliados faziam da seleção imigratória sob o critério dos atributos raciais do grupo do qual provinham. Os que contrariavam essa tese, por sua vez, não negavam a importância da seleção dos imigrantes, mas entendiam que ela deveria ser realizada por meio do exame das condições físicas e mentais de cada um dos imigrantes, independente de sua origem racial ou de sua nacionalidade.³²⁹ De acordo com o médico e professor Fernando da Silveira, o governo não deveria “proteger corrente imigratória alguma”, pois além de não haver “raças superiores” e “inferiores”, como pensava Azevedo Amaral, o que de fato “nos deve interessar no presente momento é única e exclusivamente a questão de indivíduos, (...) da verificação escrupulosa da higidez dos que para aqui vem, podendo concorrer para o progresso material ou cultural do Brasil”.³³⁰

Embora Roquette-Pinto concordasse que a imigração implicava numa seleção dos mais desejáveis, entendia que o “indivíduo deve passar na frente da raça quando se trata de aplicar os princípios da Eugenia à questão de Imigração”. Neste sentido, aprovar a “tese do Dr. Azevedo Amaral é negar todas as conquistas laboriosamente feitas pelos brasileiros no desbravamento e na ocupação de sua terra. O Brasil não é uma vã e sentimental expressão verbal. É uma realidade. É um fato”.³³¹ Concordando com o argumento de Roquette-Pinto, o médico Fernando de Magalhães, que também era integrante da Academia Brasileira de Letras, afirmava que a eugenia não excluía a humanidade, de modo que “as restrições impostas às correntes imigrantes importam numa injustiça e num suicídio. Demais, os pigmentos não excluem qualidades. Há uma injustiça, porque todo o nosso passado se funda no mestiço e há um suicídio, porque todos nós somos mestiços e assim nos excluímos”.³³² Neste mesmo sentido, o fisiologista Miguel Ozório de Almeida lembrava que as conclusões de um congresso científico deveriam aspirar por ser “verdadeiramente científico”, o que, em sua opinião, não era o caso das discussões sobre as teorias da “hierarquia das raças”. Ora, completava ele em tom provocativo: “que diria um romano das raças gaulesas e germânicas, senão que eram inferiores?”.³³³

³²⁹ “Acta da Segunda Reunião”. In: *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro, 1929, p.16-22.

³³⁰ “Acta da Segunda Reunião”. Idem., p.21.

³³¹ “Acta da Segunda Reunião”.idem., p.16-17.

³³² “Acta da Segunda Reunião”. Idem., p.20.

³³³ “Acta da Segunda Reunião”. Idem., p.20.

De outro lado, o médico e escritor Oscar Fontenelle, um dos mais entusiastas defensores das teses de Azevedo Amaral, chamava a atenção para a “seríssima questão” que os participantes do congresso estavam pondo em votação, destacando “que não nos devemos deixar arrastar por sentimentalismos”. Em sua opinião, o Brasil já havia “sofrido bastante por essa questão de raça”, de tal modo que se deveria impedir a entrada de imigrantes racialmente heterogêneos, uma vez que o cruzamento entre raças diversas seria um “mal” praticado contra a formação da nacionalidade e o próprio progresso do país. Contrariado com esse argumento, Roquette-Pinto não deixaria de lembrar, interrompendo o discurso de Fontenelle, “que todo o progresso do Brasil foi feito por essa gente proveniente de cruzamentos, ora taxados de inferiores”. Retomando a palavra, Fontenelle parecia ironizar a defesa dos mestiços feita por Roquette-Pinto, lembrando que era com essa “raça” que a produção individual do brasileiro ficava atrás de países vizinhos, como a Argentina. E completava: “basta para ter-se uma impressão da verdade do que acaba de afirmar, que se tome um trem e se contemple a raça brasileira”. Roquette-Pinto, por sua vez, afirmava que o aspecto do brasileiro não tinha a ver com “raça”, mas com doenças; “é uma questão de higiene”. Fontenelle rebatia seu colega ressaltando a orientação que os Estados Unidos, onde os assuntos de raça e imigração eram levados a sério, vinha dispensando ao “perigo da imigração” de grupos indesejáveis, sobretudo negros e asiáticos. Por fim, lembrava aos congressistas presentes na Sessão de Imigração e Legislação para o fato de que “se vai votar pela entrada de tipos inferiores no país”.³³⁴

Posto em votação após longa discussão, a proposta de Azevedo Amaral para se restringir a imigração a partir do critério da origem racial, foi recusada por 25 votos a 17.³³⁵ Apesar do próprio Roquette-Pinto ter votado contra, não deixaria de destacar a importância das conclusões apresentadas pelo autor de *O problema eugênico da imigração*, conforme manifestou em texto escrito ainda durante o Congresso de Eugenia. Em suas palavras, “Azevedo Amaral soube ver, com o espírito de rara penetração e amplo descortino, o que, de fato, há, para a eugenia, no problema do imigrante atraído pelo Brasil”. Além disso, destacava que as conclusões apresentadas pelo conferencista, tal qual foram aprovadas durante o congresso, ofereciam aos legisladores brasileiros “um corpo de

³³⁴ “Acta da Segunda Reunião”. Idem.

³³⁵ Conforme consta nas actas do congresso, todas as propostas apresentadas pelos participantes deveriam ser colocadas em votação na própria Sessão onde o trabalho foi discutido (“Actas do Congresso de Eugenia”. In: *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. op.cit., pp.11-42).

doutrina seguro, fiel, perfeitamente demonstrável e, por isso, fundamentalmente científico”.³³⁶ Roquette-Pinto destacaria também as principais conclusões retiradas do trabalho de Azevedo Amaral, lembrando que:

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia dirigirá ao presidente da República, às casas do Congresso Nacional e aos governadores dos Estados, um apelo em que serão postos em foco os gravíssimos perigos da imigração promíscua, sob o ponto de vista dos interesses da raça e da segurança política e social da República. (...) O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aconselha, de um modo geral, uma política de reserva sistemática em matéria imigratória, lembrando aos poderes públicos da União e dos Estados que, nas condições criadas pelo desenvolvimento mecânico de todas as formas de atividade produtora, a questão numérica do povoamento passou a um plano secundário, dando-nos muito mais ampla liberdade de ação para exercermos desassombradamente severa vigilância na seleção de imigrantes. Se o Brasil não tiver mais tarde uma boa lei de imigração – redigida à luz de ótimos preceitos antropológicos e eugênicos – não será culpa do Congresso de Eugenia.³³⁷

Embora Roquette-Pinto tenha preparado esse texto como presidente do congresso, representando posições institucionais mais do que as suas próprias, é possível dizer que não necessariamente há contradição entre essas idéias e o seu modo de pensar o tema da imigração. Não à toa, esse mesmo texto apareceria novamente em seus *Ensaio de Antropologia Brasileira*, publicado em 1933, período em que as discussões sobre imigração se intensificariam ainda mais entre os brasileiros. Mesmo se opondo a seleção imigratória pelo critério da raça, Roquette-Pinto defendia, pelo menos desde meados dos anos 1920, a implantação de políticas restritivas à imigração, impedindo a entrada de elementos “indesejáveis” no país. Apoiado em suas convicções nacionalistas e nos resultados demonstrados pela ciência que praticava, o antropólogo defendera durante o congresso de eugenia, como vimos anteriormente, que o povoamento e o progresso do

³³⁶ Roquette-Pinto, Edgard. *O congresso de Eugenia* (texto datilografado). Op. cit., p.3 (texto reproduzido também em Roquette-Pinto, 1933).

³³⁷ idem, p.4-6.

Brasil dependeria antes de tudo da valorização dos trabalhadores nacionais, e não a sua substituição, o que justificava a defesa de uma política de restrição à imigração (Roquette-Pinto, 1929, 120-124).

Durante os anos 1930 os argumentos favoráveis à seleção imigratória seriam pautados em grande medida pelas questões já levantadas durante o congresso de eugenia, servindo como diretriz para os projetos então sugeridos. Desde a revolução de 1930, conforme demonstra a historiadora Endrica Geraldo (2007, 60-67), uma das prioridades do governo de Getúlio Vargas se relacionava à regulamentação da questão imigratória, vista como fundamental para o povoamento e a formação eugênica do país, a segurança nacional e a proteção dos trabalhadores já assimilados à atividade produtiva, tanto das áreas rurais quanto urbanas. De acordo com o chefe do Governo Provisório, não seria aconselhável deixar as fronteiras abertas à livre entrada de imigrantes no Brasil, devendo as autoridades públicas selecioná-los de acordo com seus hábitos e tendências, suas características etnográficas e a sua conveniência para o progresso do país. A preocupação com a imigração se tornara de tal modo importante neste período que o assunto renderia calorosas discussões durante a aprovação da constituinte de 1933/34. Já no discurso de abertura da assembléia constituinte, Vargas chamaria a atenção para a necessidade de regulamentar a entrada de estrangeiros, ressaltando que a orientação dada à política imigratória pelos governos anteriores não poderia mais continuar (Idem, 66-67).

Uma das questões mais polêmicas que emergira neste período, tanto na imprensa quanto na assembléia constituinte, dizia respeito ao debate acerca da imigração japonesa. Na verdade, essa questão vinha suscitando discussões desde 1908, quando a diplomacia japonesa entrou em acordo com o governo brasileiro para receber imigrantes nipônicos. Ao longo dos anos 1920, com o aumento e a regularidade dessa imigração o assunto se transformaria, inclusive, numa polêmica nacional.³³⁸ Como se sabe, a presença de imigrantes japoneses no Brasil encontraria forte resistência por parte de algumas autoridades, imigrantistas e intelectuais bastante conhecidos, como Xavier de Oliveira,

³³⁸ Vale lembrar que a partir de meados dos anos 1920 o governo japonês passaria a financiar passagens internacionais e até mesmo a compra de terras brasileiras para seus imigrantes se estabelecerem no Brasil. De acordo com Jair de Souza Ramos, essa medida visava, por um lado, atenuar os problemas de pressão populacional vivido por aquele país e, por outro, estabelecer laços comerciais com países interessados em se transformar em fornecedores de matérias-primas. Outra explicação dizia respeito ao fato dos Estados Unidos terem fechado suas portas aos imigrantes nipônicos e asiáticos em geral, sendo o Brasil visto como uma alternativa para receber essa imigração (Ramos, 2008, 195-196).

Arthur Neiva, Miguel Couto e Oliveira Vianna. Para estes, os japoneses eram inassimiláveis à cultura, à política e ao caldeamento brasileiro, formando aquilo que se convencionou chamar de “quistos raciais”. Na opinião de Oliveira Vianna, por exemplo, “o problema da assimilação do imigrante japonês era infinitamente mais difícil de resolver do que o dos imigrantes das raças aqui afluentes”, uma vez que o japonês seria como o enxofre, um elemento insolúvel, incapaz de se assimilar (Vianna, 1934, 208-209). Por esse motivo, entendiam que a imigração nipônica não apenas representava uma ameaça à formação racial como também a vida política do país, uma vez que a ambição imperialista do governo japonês poderia colocar em perigo a soberania política e territorial brasileira (Geraldo, 2007, 71-88).

Desde que a imigração japonesa ganhara as páginas dos jornais, Roquette-Pinto não deixaria de intervir nesse assunto sem utilizar da autoridade que havia adquirido no campo da antropologia e da eugenia. Embora fosse favorável a política de restrição à imigração, sua participação neste debate se destacaria pela defesa intransigente da imigração japonesa.³³⁹ Em artigo publicado em 1927, o antropólogo explicava que já há alguns anos vinha acompanhando “com máxima atenção tudo quanto dizia respeito à

³³⁹ Ainda em 1924, de acordo com a correspondência enviada a Roquette-Pinto por um dos embaixadores japoneses, cujo nome não é possível identificar, o antropólogo brasileiro já teria dado uma entrevista no *Correio da Manhã* defendendo a imigração nipônica para o Brasil. Nesta correspondência, o referido embaixador escrevia: “Cumprimentando muito atenciosamente, apresso-me a exprimir a V. EX. as melhores impressões e os mais vivos sentimento de gratidão, que me causou a leitura da interessantíssima entrevista que V. Ex. concedeu ao Correio da Manhã sobre o assunto da Imigração japonesa e publicada ontem naquele jornal. Peço vênha para constatar que li com vivo interesse e com maior satisfação e que apreciei muito a sua relevante opinião de que estou inteiramente de acordo. Bem fundado nos seus largos e profundo estudos científicos V. Ex. fala naquela entrevista com autoridade de um verdadeiro cientista; e a sua opinião tem muito valor e peso para esmagar aquelas falsas asserções recentemente tramadas contra a imigração japonesa por algumas pessoas insensatas ou desconhecedoras do assunto. Embora não cabe duvida alguma de que V. Ex. emitiu essa opinião para estabelecer verdade com o seu nobre espírito justiceiro, não posso deixar por isso de apresentar-lhe os meus efusivos aplausos e os meus mais sinceros agradecimentos por essa entrevista, favorável a imigração japonesa e por tanto útil para nos. Por este nobre ato seu, V. Ex. contribuiu muito para a amizade entre os nossos dois países, amizade que trará benefícios recíprocos” (Correspondência do Embaixador ? a Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 03/05/1924. APERP-ABL).

imigração japonesa”.³⁴⁰ Em suas considerações acerca dos argumentos daqueles que contrariavam a vinda desses imigrantes para o Brasil, não teria encontrado “uma só razão de ordem científica” que o levasse a aceitar as medidas sugeridas, ou já aprovadas, que impediam tal imigração. Tanto do ponto de vista social quanto biológico, os japoneses não representariam ameaça alguma ao futuro do país. Em sua opinião, embora alguns falassem em “leis de eugenia” para contrariar os cruzamentos entre os imigrantes orientais e os brasileiros, jamais em sua vida de antropólogo teria encontrado qualquer elemento de verdade nessa afirmação (Roquette-Pinto, 1927, 219-220).

Em relação ao debate sobre a dificuldade de assimilação desses imigrantes, que segundo Roquette-Pinto era o assunto predileto dos “inimigos da imigração japonesa”, também não haveria “dados numéricos seguros capazes de comprovar tal absurdo”. O que era possível observar era o fato de ser o japonês “o mais plástico dos elementos sociais que a terra hoje possui” (idem, 220). No que dizia respeito ao “problema da assimilação biológica”, o antropólogo não deixaria de lembrar que, do ponto de vista das características físicas, os japoneses em muito se pareciam com os brasileiros do norte, sendo esse um motivo suficiente para negar a alegada falta de assimilação racial. De forma irônica e jocosa, Roquette-Pinto afirmava que só não percebia essa semelhança quem não tinha espelho em casa ou fazia a barba no escuro. Como exemplo, citava o caso do próprio General Rondon, que em suas palavras seria “muito mais parecido com o simpático e ilustre sr. Tatsuke, embaixador do Japão, do que com meu eminente amigo e chefe ministro Miguel Calmon” (idem, 222-223).

Em artigo publicado em 1933, no mesmo ano em que os deputados da constituinte começaram a discutir o projeto para regular a imigração, Roquette-Pinto apresentava uma série de dados antropométricos sobre os japoneses, levantados pelos antropólogos daquele

³⁴⁰ De fato, como é possível perceber nos cadernos de anotações e rascunhos encontrados em seu Arquivo Pessoal, Roquette-Pinto vinha lendo uma série de livros sobre a imigração japonesa e as características antropológicas dessa população, especialmente os trabalhos publicados por autores norte-americanos e japoneses estabelecidos no ocidente. De acordo com essas indicações de leitura, seu interesse se concentrava acima de tudo no debate que vinha se estabelecendo nos Estados Unidos, pelo menos desde os anos 1910, entre os antropólogos anti-nipônicos e aqueles que procuravam justificar a vinda desses imigrantes para o continente americano. Entre algumas das obras assinaladas em seu caderno de anotações, inclusive com a indicação do preço de cada um dos volumes, podem ser destacados: Jabez T. Lunderland. *Rising Japan*. New York, 1918; James Francis Abbott. *Japanese expansion and american policies*. New York, 1916; Iichio Tokutomi. *Japanese American relations*, New York, 1922; Sidney Osborne. *The japanese peril*. New York, 1921; Payson Treat. *Japan and the United States – 1853-1921*. Boston and New York, 1921. Yone Naguchi. *Japan and América*. Tóquio, 1921; Sidney Gulick. *The new anti-japanese agitation*. New York, 1922 (Cadernos de Anotações. s/d e indicação de páginas. APERP - ABL).

país, por meio dos quais ressaltava novamente a semelhança física destes com a população do norte brasileiro. Do mesmo modo que havia ocorrido no Brasil, os tipos antropológicos do Japão teriam se originado de uma “complexa mestiçagem” envolvendo brancos, amarelos e mestiços malaios (Roquette-Pinto, 1933, 111). Em sua opinião, quem comparasse “o que se sabe hoje dos tipos antropológicos do Brasil com os dados raciais japoneses chegará facilmente a esta conclusão: considerar *eugenicamente* indesejável o cruzamento dos japoneses com os brasileiros é, mais ou menos, condenar o casamento de nortistas e meridionais do próprio Brasil” [grifo no original] (idem, 113).

Durante a votação para a constituição de 1934, o debate sobre a imigração japonesa foi de longe o assunto que mais mobilizou os deputados responsáveis pela comissão de imigração da Assembléia Constituinte (Geraldo, idem, 73). Para um grupo de deputados bastante influentes, como Miguel Couto, Xavier de Oliveira, Arthur Neiva e Pacheco e Silva, todos eles médicos e intelectuais ligados de alguma forma ao movimento eugênico, a imigração de negros, árabes e asiáticos deveria ser fortemente rejeitada pela constituição brasileira. No que dizia respeito aos japoneses, como já destacamos, estes deputados não apenas refutavam a entrada desses imigrantes por considerá-los uma ameaça à formação eugênica brasileira, como também o faziam por questões políticas, pois temiam que depois da recente invasão do Japão à Manchúria, o ímpeto imperialista daquele país dirigisse seus interesses territoriais também para o Brasil (idem, 82-83). De acordo com o deputado cearense Xavier de Oliveira, “de orientais, pouco assimiláveis”, bastavam ao Brasil os cinco milhões de nordestinos e planaltinos do interior do país, “sem falar nos autóctones da Amazônia, aos quais, quatro séculos de civilização passaram indiferentes à sua inferioridade patentada numa decadência incontestável, que marcha para uma extinção talvez não muito remota” (Oliveira, 1937 [1934], 23).

Na verdade, boa parte desses deputados era contrária à entrada de imigrantes não-brancos, uma vez que acreditavam que o cruzamento de raças diversas seria prejudicial à formação antropológica brasileira, sobretudo no que dizia respeito ao processo de branqueamento em curso. Em discurso pronunciado na Assembléia Constituinte em janeiro de 1934, Xavier de Oliveira explicava que permitir a entrada e fixação de estrangeiros de raças heterogêneas no Brasil implicava num “gravíssimo problema eugênico para o nosso futuro”, especialmente devido à procriação de uma “prole miserável” (idem, 21). Embora suas palavras encontrassem forte ressonância, deputados mais moderados como Arruda Falcão,

Moraes de Andrade e Luiz Cedro não deixariam de contestar a afirmação de Xavier de Oliveira, lembrando que autoridades reconhecidas no assunto já haviam negado os supostos males oriundo dos cruzamentos, citando para isso o trabalho apresentado por Roquette-Pinto durante o congresso de eugenia de 1929.³⁴¹ Em sua resposta, Xavier de Oliveira refutaria os argumentos defendidos por Roquette-Pinto, explicando que o antropólogo “defendera conclusões apressadas” quanto ao problema dos cruzamentos raciais. E contrapondo autoridade contra autoridade, lembrava que tanto Miguel Couto quanto Oliveira Vianna e Renato Kehl defendiam “pontos de vistas inteiramente contrários ao do ilustre antropologista brasileiro” (idem, 37). Além disso, para rebater os argumentos de Roquette-Pinto citaria também as posições de autoridades estrangeiras no campo da antropologia:

Tenho aqui, por exemplo, alguém, altamente conceituado no mundo científico, que fala contra as idéias e conclusões do mestre brasileiro nesta questão de cruzamento de raças. É o ilustre professor John Alfred Mjoen,³⁴² do Winderen Laboratório, de Oslo, que, após estudos acurados, demorados, durante anos seguidos, estudos que praticou com o cruzamento de lapônios mongolóides e brancos nórdicos, do norte da Noruega e da Suécia, na Região Ártica, como grande homem de ciência, grande biotipologista, uma das maiores autoridades do mundo na matéria, num relatório apresentado à reunião da Federação Internacional de Eugenistas, realizada em 1931, proferiu estas palavras, que vou aqui repetir aos ouvidos longínquos de Roquette-Pinto: ‘Quanto mais dissemelhantes as linhagens paternas, unidas, entre si, pela fecundação, tanto menos perfeitas será a harmonia e as unidades nas tendências formadoras e mentais do novo indivíduo’” (idem, p. 38).

³⁴¹ Para rebater o discurso de Xavier de Oliveira, o deputado Arruda Falcão não deixaria de argumentar que ainda não se tinha “chegado a conclusões práticas sobre a formação de raças ou degenerescência de povos. Só uma coisa vai ganhando terreno: é o conhecimento de que a primeira condição para a formação do tipo humano (...) é, antes de tudo, uma condição alimentar. O sr. Gilberto Freyre, em seu recente livro, uma obra notável de genética e antropologia, aprofundou bastante este delicado assunto” (Oliveira, 1937 [1934], 39).

³⁴² É importante destacar que o nome de John Alfred Mjoen já havia sido lembrado pelo próprio Roquette-Pinto como um dos antropólogos responsáveis por propagar a suposta existência de hierarquia de raças, sendo ele o principal defensor da idéia segundo a qual a miscigenação produziria o aparecimento de uma série de desarmonias antropológicas, gerando indivíduos degenerados tanto do ponto de vista físico quanto mental (Roquette-Pinto, 1931).

O discurso de Xavier de Oliveira era ainda recheado de referências a outros cientistas estrangeiros, como os antropólogos alemães Eugen Fischer, Alfred Ploetz e Fritz Lenz, além do próprio nome de Arthur de Gobineau e de George de Lapouge. Tudo isso para demonstrar que, em face dos cruzamentos raciais e da questão eugênica, era possível opor a autoridade de Roquette-Pinto “a de estrangeiros do maior valor”. O deputado cearense citaria inclusive as palavras do psiquiatra norueguês Vogt, que teria afirmado ser “um crime a aproximação de um branco loiro de olhos azuis do norte com uma negra africana”. Por fim, encerraria seu discurso ressaltando que “as conclusões de Roquette-Pinto não podem servir de base para o julgamento definitivo desta Assembléia, em questão de tão alta importância” (idem, 46).

Após a apresentação de várias propostas e de um acirrado debate, a constituinte de 1933/34 acabaria aprovando a emenda 1.619, que restringia a imigração por cotas de nacionalidade. Ficava estabelecido o limite de 2% para cada nacionalidade, tomando-se como referência o total de imigrantes fixados no país nos últimos 50 anos. Na prática, a imigração de origem européia seria a principal favorecida, pois era o fluxo mais contínuo e de maior volume nas últimas cinco décadas, enquanto o limite para os imigrantes fixados mais recentemente, como japoneses, negros e árabes, ficaria reduzido a números menos significativos. A aprovação dessa emenda seria comemorada pelos deputados favoráveis a restrição de “imigrantes indesejáveis”, seja por sua origem racial, seja pelas condições de saúde física e mental de caráter individual, uma vez que a constituição também previa a obrigatoriedade da inspeção médica nos portos brasileiros. De outro lado, os defensores da imigração japonesa, incluindo os fazendeiros paulistas e o próprio governo do Japão, que desde meados dos anos 1920 vinha investindo no envio de imigrantes para o Brasil, não pouparam críticas a aprovação dessa emenda (Geraldo, idem, 90-95)

A despeito da discórdia causada em relação à imigração japonesa e o significado do processo de miscigenação no Brasil, o próprio Roquette-Pinto aplaudiria a emenda constitucional. Em conferência na Sociedade Felipe de Oliveira, possivelmente realizada ainda em 1934, o antropólogo explicava que apesar do “grito” dos fazendeiros paulistas argumentando ser “um absurdo cercar a imigração”, uma vez que o país precisava de “braços” para a lavoura, a aprovação da emenda que restringia a imigração teria sido uma decisão acertada. De um lado, a medida garantiria a “integração étnica” do país e, por outro, valorizaria o trabalhador nacional, sobretudo aqueles que vinham do nordeste para o

sul do país. E repetindo o que havia dito durante o congresso de eugenia, destacava o “aspecto paradoxal” envolvendo a questão da população e do povoamento do Brasil: “Enquanto os fazendeiros de São Paulo pedem imigrantes para os trabalhos agrícolas, descem das regiões do nordeste, caminhando centenas de léguas a pé, sertanejos fortes e abstêmios que em vão procuram trabalho nas regiões cultivadas do sul. E voltam desanimados, na mais extrema miséria”.³⁴³

5.5. O projeto de ‘seleção eugênica’ dos imigrantes

O governo Vargas, por sua vez, embora tivesse estimulado uma política de restrição à livre entrada de estrangeiro, mostrava-se insatisfeito com a aprovação dessa nova legislação. De maneira geral, como anunciava o próprio Presidente de República em 1935, os legisladores haviam aprovado um plano de seleção, distribuição, localização e assimilação dos imigrantes, mas teriam feito a partir de uma política de cotas, o que implicava numa série de dificuldades para a sua aplicação. Em sua avaliação, a limitação da imigração em 2% para cada nacionalidade, de acordo com o número de imigrantes fixados nos últimos 50 anos, seria rigorosa demais, acarretando um grave problema para a economia agrícola e o povoamento do país. Por esse motivo, Vargas anunciaria a criação de uma comissão de especialistas para elaborar um anteprojeto de regulamentação dos dispositivos constitucionais referente à entrada de estrangeiros no país (Geraldo, *idem*, 100-103).

Nomeados pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio Agamenon de Magalhães, a comissão criada ainda em 1935 reuniria o nome de intelectuais reconhecidos por sua autoridade no campo da antropologia e da eugenia, além de políticos, administradores e imigrantistas que já há alguns vinham dedicando suas atividades aos problemas da imigração e do povoamento do Brasil. Presidida pelo sociólogo e historiador Oliveira Vianna, que também ocupava a função de Cônsul Jurídico do Ministério do Trabalho, a comissão teria como membros o antropólogo Roquette-Pinto; o eugenista

³⁴³ Roquette-Pinto, Edgard. *Anthropologia e Imigração*. Texto datilografado, s/d [1934?], p.2-3 (APERP-ABL).

Renato Kehl;³⁴⁴ o diplomata e especialista nos países do Oriente, Nicolás Debanné; o ex-Diretor do Departamento de Povoamento, Dulphe Pinheiro Machado; o diretor dos Serviços de Passaportes do Ministério do Exterior, Vaz e Mello; o Deputado Moraes de Andrade; e o representante da Sociedade Amigos de Alberto Torres, o escritor Raul de Paula. De acordo com as palavras de Oliveira Vianna, os membros da comissão teriam sido escolhidos em razão dos cargos que ocupavam naquele momento, enquanto “outros em razão da sua competência especializada em assunto de imigração, etnologia e eugenia”.³⁴⁵

Após a criação de uma Comissão Geral, ficaria estabelecido à formação de seis subcomissões,³⁴⁶ que deveriam trabalhar em separado, mas sempre em coordenação com a Comissão Geral. O nome de Roquette-Pinto constava em duas dessas subcomissões: a de “Seleção e condições eugênicas dos imigrantes”; e outra que ficaria incumbida de discutir as “Bases para o Instituto de Imigração”. Das seis subcomissões, conforme constava na justificativa do anteprojeto encaminhado por Oliveira Vianna ao Ministério do Trabalho, apenas a de “Seleção e condições eugênicas dos imigrantes”, da qual participaram Roquette-Pinto, Renato Kehl e Nicolas Debanné, teria elaborado o projeto que lhe fora incumbido. Na explicação de Oliveira Vianna, a emergência em que governo solicitara a entrega do anteprojeto pela Comissão Geral, somado a outros compromissos assumidos por seus integrantes, explicaria as dificuldades e o atraso para o encerramento dos trabalhos de cada uma das subcomissões.³⁴⁷

³⁴⁴ O encontro de Oliveira Vianna, Roquette-Pinto e Renato Kehl nesse empreendimento chama a atenção pelo fato de reunir o nome de três autoridades reconhecidas no campo da eugenia e da antropologia. Além disso, como já destacamos, os autores teriam se envolvidos em anos anteriores em polêmicas que os colocavam em posições diferentes no interior desses campos de estudos. Enquanto Roquette-Pinto se destacara por sua defesa intransigente da miscigenação e dos mestiços, opondo-se as teorias marcadamente racistas, Oliveira Vianna e Renato Kehl ficariam caracterizados, cada um a seu modo, pelas concepções negativas contra os mestiços e pela defesa da seleção racial como fator eugênico.

³⁴⁵ Ofício de Oliveira Vianna ao Ministro do Trabalho, contendo as justificativas sobre o anteprojeto formulado pela Comissão de Imigração, p.1, 20p.. Rio de Janeiro, 28/10/1935 (APERP-ABL).

³⁴⁶ Estas seis subcomissões ficariam assim constituídas: “Direito dos Imigrantes – Moraes de Andrade, Vaz de Melo e Oliveira Vianna; “Quotas e entrada de estrangeiros – Dulphe Pinheiro Machado, Vaz de Mello e Raul de Paula; “Seleção e condições eugênicas dos imigrantes” – Roquette-Pinto, Renato Kehl e Nicolás Debanné; “Colonização” – Dulphe Pinheiro Machado, Raul de Paula e Moraes de Andrade; “Assimilação” – Vaz de Mello, Nicolás Debanné e Oliveira Vianna; “Organização do Departamento Nacional de Imigração” – Dulphe Pinheiro Machado, Renato Kehl e Moraes de Andrade; “Bases para o Instituto de Imigração” – Roquette-Pinto, Renato Kehl e Oliveira Vianna (Ofício de Oliveira Vianna ao Ministro do Trabalho, contendo as justificativas sobre o anteprojeto formulado pela Comissão de Imigração, p.1-2, idem).

³⁴⁷ Idem, p. 1-2.

Todavia, conforme ressaltava Oliveira Vianna, a Comissão Geral teria se reunido “varias vezes para debater os pontos de vistas gerais e as questões urgentes, como o da fixação das “quotas provisórias” para a entrada de imigrantes. Nestas reuniões, continuava o presidente da Comissão Geral, “foram assentadas várias diretrizes e firmados critérios gerais”, que depois seriam consubstanciados em vários dispositivos.³⁴⁸ A partir do que fora assentado nestas reuniões, Oliveira Vianna mesmo, com a contribuição do Diretor do Serviço de Povoamento, teria elaborado o anteprojeto para ser encaminhado ao Governo Vargas. Na compreensão de Oliveira Vianna, o documento final não era “o grande projeto que havíamos, nós os membros da Comissão Geral, planejado; é apenas uma lei parcial, regulando a entrada de imigrantes e a sua seleção e assimilação (...). Contudo, a obra parece excelente”.³⁴⁹ De maneira geral, o projeto mantinha os principais pontos já aprovados pela constituinte de 1933/34, reafirmando a preocupação com a constituição eugênica do país e a formação de quistos raciais, bem como a proteção dos trabalhadores nacionais, estrangeiros já estabelecidos e o setor produtivo.³⁵⁰

No que dizia respeito à seleção eugênica dos imigrantes, o anteprojeto da Comissão Geral havia se baseado em grande medida no projeto preparado pela subcomissão integrada por Roquette-Pinto, Renato Kehl e Nicolas Debanné. De acordo com o projeto enviado por essa subcomissão, “as medidas julgadas necessárias” à entrada de imigrantes “indesejáveis” seria de duas natureza: a de ordem coletiva e as de ordem individual. Em relação a primeira, a subcomissão sugeria:

- 1) *Proibição a toda imigração heterogênea ou promiscua*, porque ela facilita a entrada dos piores elementos, dos quais os países de precedência têm todo o interesse em se libertar.

³⁴⁸ Idem, p.2.

³⁴⁹ Idem, p.3.

³⁵⁰ Em relação à política de cotas, que fora alvo de críticas por parte do próprio governo Vargas, a Comissão Geral sugeriu que fosse mantida a lei que regulamentava o limite de 2% para cada nacionalidade, mas argumentou que era necessário considerar a entrada de estrangeiros no Brasil nos últimos 50 anos, independente de sua fixação no país. Além disso, considerou que quando se tratar de nacionalidades que se constituíram em consequência do tratado de Versalhes, de 1919, se referindo especialmente ao caso dos países do leste europeu, o cálculo das cotas deveria ser feito tomando-se por base o número de imigrantes entrado por períodos decenais, e não nos últimos 50 anos (Idem, p. 5-7).

2) *Só admitir correntes imigratórias provenientes de países de etnias congêneres às nossas, e cuja população apresenta um coeficiente intelectual reconhecidamente mais elevado que o da média das nossas populações rurais, tendo sempre em conta os seus atributos coletivos. No seio de uma população que fornece imigrantes, convêm analisar quais os de particularidades raciais e sociais de fácil adaptação e assimilação. A imigração racional deve visar sempre à conservação da fisionomia étnica da nação e a elevação do seu valor médio físico-psico, isto é eugênico.*

3) *Determinar as categorias dos imigrantes desejáveis, tendo em vista que, numa mesma população, existem elementos de várias ordens, muitas das quais não convêm ao país [sem grifo no original].*³⁵¹

Sobre a restrição aos imigrantes indesejáveis, conforme seus atributos individuais, o projeto definia que não se poderia levar em consideração somente a “saúde física e a robustez muscular” para analisar o valor eugênico de cada estrangeiro que desejasse se fixar no território brasileiro. Seria necessário também “aferir as suas qualidades mentais e morais”, por meio de um exame eugênico que deveria ser submetido tanto no porto de embarque quanto no de desembarque. Este exame deveria considerar “indesejáveis” todos os imigrantes que não portassem atestado de boa conduta; os “portadores de doenças contagiosas ou de taras transmissíveis por herança” (entre elas a lepra, a tuberculose e as doenças venéreas); os “inválidos, indigentes, atrasados mentais, loucos, maníacos, epiléticos e psicopatas em geral”, bem como os “ciganos, nômades, vagabundos e mendigos”. Também deveriam ser considerados “indesejáveis” os estrangeiros que se dedicavam às “profissões parasitárias” ou que exerciam “atividades imorais ou anti-sociais”.³⁵²

De outro lado, a subcomissão avaliou como “imigrantes desejáveis os indivíduos de cor branca, sadios, honestos, de qualquer nacionalidade”, com preferência para os trabalhadores agrícolas, professores, técnicos especializados, empregados domésticos e

³⁵¹ “Seleção qualitativa dos imigrantes”. Projeto preparado pela subcomissão “Seleção e condições eugênicas dos imigrantes”. Rio de Janeiro, 1935, 5p., p.1 (Texto datilografado. APERP – ABL).

³⁵² Idem, p.1-3.

estudantes.³⁵³ Deste modo, ficava explícito o interesse de seus integrantes em definir como desejáveis os estrangeiros vindos da Europa, sobretudo as “correntes imigratórias provenientes de países de etnias congêneres às nossas”.³⁵⁴

Embora a documentação não traga detalhes sobre as reuniões da subcomissão, é possível imaginar que, devido às divergências intelectuais e ideológicas que separavam Roquette-Pinto e Renato Kehl, as definições sobre os termos do projeto de “seleção qualitativa dos imigrantes” teria esbarrado em controvérsias e impasses de todas as ordens. Não à toa, Roquette-Pinto parece não ter participado diretamente da redação final do projeto encaminhado a Oliveira Vianna, tendo feito somente considerações e revisões de pontos que divergiam do seu modo de conceber o problema.³⁵⁵ O texto final seria preparado por Nicolas Debanné e Renato Kehl, tendo este último exercido a função de redator da subcomissão. De fato, o projeto trazia impressos os princípios eugênicos que desde o final dos anos 1920 vinham sendo defendidos por Kehl.³⁵⁶

Nas considerações feitas por Roquette-Pinto sobre o texto final, anexadas ao próprio texto encaminhado ao presidente da Comissão Geral, é possível perceber algumas discordâncias que separavam os pontos de vistas de Roquette-Pinto e Renato Kehl, ou mesmo Roquette-Pinto e Nicolas Debanné, já que este último parece não ter feito restrições ao projeto. Embora aceitasse, de um modo geral, o projeto de autoria de Kehl, o antropólogo entendia que não se poderia aceitar alguns conceitos nele empregados. Como a subcomissão tinha por tarefa “aconselhar os poderes públicos sobre a adoção de certas medidas”, compreendia que a legislação definida no projeto não deveria “conter palavras ou expressões de significação duvidosa, imprecisa ou discutível”. Uma delas dizia respeito ao artigo que estabelecia que o país só deveria “admitir correntes imigratórias provenientes de etnias congêneres”. No ponto de vista de Roquette-Pinto, isso significava limitar a imigração a portugueses, espanhóis e italianos, que em sua opinião eram os grupos raciais

³⁵³ Idem, p.5.

³⁵⁴ idem, p.1.

³⁵⁵ As considerações de Roquette-Pinto sobre o projeto estavam em anexo ao próprio texto que fora encaminhado ao presidente da Comissão Geral (idem, p. 6-7).

³⁵⁶ É importante destacar que os principais livros publicados por Renato Kehl, especialmente em *Lições de Eugenia* (1929) e *Sexo e Civilização: aparas eugênicas* (1933), bem como em artigos publicados no “Boletim de Eugenia” e na imprensa de circulação diária, é possível perceber uma defesa entusiasmada da seleção imigratória pelo critério da superioridade racial, tal qual aparecia no projeto da subcomissão.

que mais se assemelhavam antropologicamente aos brasileiros. Neste sentido, imigrantes oriundos do norte da Europa, “que muitos consideram dos mais desejáveis, estariam entre os recusados”. Em suas palavras, “só por absurdo podem ser declarados de ‘etnias congêneres às nossas’ os suecos, ingleses, alemães, etc.”. Além disso, questionava também o uso inadequado do termo “etnia”, que nos termos do antropólogo eram empregados por Renato Kehl para definir o conceito de “raça”. Em seu ponto de vista, a expressão “etnia”, conforme teria estabelecido o Congresso de Antropologia de Amsterdã, em 1927, definia os indivíduos que possuíam “os mesmos caracteres *somáticos (anatômicos e psicológicos), linguagens e culturas*” [grifo no original]. E de forma irônica, indagava, considerando o uso da expressão “etnias congêneres”, se seriam os alemães parecidos com os brasileiros do ponto de vista físico, lingüístico e cultural? Além do mais, qual seria, no Brasil, a “etnia paradigma”, uma vez que o país contaria com uma grande diversidade de grupos étnicos?³⁵⁷

Outro aspecto que fora motivo de discordâncias, e que também dizia respeito à diferença entre o uso do conceito de raça e etnia, se relacionava à maneira como os “ciganos” foram considerados no projeto. Vale lembrar que Renato Kehl incluiu essa população entre aqueles grupos raciais caracterizados como imigrantes indesejáveis. De acordo com Roquette-Pinto:

Não posso concordar também com a citação dos Ciganos, tal qual está no art. 2, letra R do projeto. Antes de mais, convém lembrar que os próprios ciganos, para fugir a perseguições tradicionais, herança medieval do mundo cristão, costumam declarar a nacionalidade oficial. São espanhóis, italianos, húngaros, etc... Nunca declaram a sua etnia... Mas o nome cigano, que tão pejorativo se tornou no Brasil, sinônimo de gatunagem e sordície, corresponde, de fato, a um povo que não merece um insulto sistemático. Mesmo desprezando tudo quanto dele recebeu o Brasil, na sua formação, em sangue, lendas, tradições, costumes, até mesmo no idioma, os ciganos, só por serem nômades, não devem receber tão formal condenação. Ciganos artistas ou artífices, sadios, robustos, de vida

³⁵⁷ Idem, p.1.

limpa, em boas condições de higiene e de bons antecedentes eugênicos, que são sempre individuais – não farão mal algum ao país.³⁵⁸

Para Roquette-Pinto, portanto, os ciganos não poderiam ser classificados nem como um grupo étnico, nem como um grupo racial, uma vez que pertenciam a diferentes nacionalidades. Além disso, concluía que, independente da região do mundo de onde viriam, da nacionalidade a que pertenciam, os “ciganos” não poderiam ser proibidos de se fixar no território brasileiro a partir das caracterizações pejorativas que a eles foram imputadas no Brasil. Assim como vinha defendendo desde o final dos anos 1920, importava muito mais as características individuais dos imigrantes, como sua saúde física e mental, seus antecedentes morais e sua atividade profissional, do que a sua origem racial.

Talvez a questão mais emblemática que aparecia nas considerações de Roquette-Pinto tenha sido mesmo aquela que remetia ao debate sobre a proibição para a entrada de imigrantes considerados “inassimiláveis”. De acordo com o artigo 10 do projeto preparado por Renato Kehl: “São imigrantes indesejáveis os indivíduos que, pela sua constituição étnica, física, psíquica ou moral, sejam julgados incompatíveis para a formação eugênica da nacionalidade, *ou inassimiláveis* e, portanto, impróprios para a formação racial, social e política do país” [sem grifo no original].³⁵⁹ Embora o projeto não se referisse quais seriam esses grupos raciais “inassimiláveis”, claramente estaria se referindo aos imigrantes classificados como não-brancos, em especial os japoneses e asiáticos em geral.³⁶⁰

Roquette-Pinto não apenas votaria³⁶¹ contra esse artigo como também ironizaria o seu conteúdo, afirmando não saber do que se tratava a expressão “elementos raciais

³⁵⁸ Idem, p. 2.

³⁵⁹ Idem, p.5-6.

³⁶⁰ Como já destacamos, o temor em relação ao caráter inassimilável de certos grupos de imigrantes estava relacionado a dois fatores em especial. Em primeiro lugar, a preocupação com a segurança do território nacional, uma vez que se temia a ambição imperial de países como o Japão, ou mesmo da Alemanha Nazista. De outro lado, também estava em questão a incompatibilidade racial entre imigrantes não-brancos e os brasileiros, o que poderia acarretar um prejuízo para a formação eugênica nacional. Esse último, inclusive, era a principal preocupação de Renato Kehl. Para o eugenista, conforme já apontamos, o cruzamento entre raças heterogêneas produziriam tipos mestiços inferiores e degenerados (Kehl, 1929; 1933).

³⁶¹ Como a comissão não pode se reunir para aprovar em consenso o projeto final, tendo em vista a urgência estabelecida pelo governo, cada um dos integrantes deveria comentar os pontos discordantes, sugerindo alterações ou simplesmente recusando o seu conteúdo, desde que acompanhado de sua justificativa (Correspondência de Oliveira Vianna a Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 15/03/1935 – APERP-ABL).

inassimiláveis”. Segundo ele, “toda a história da formação étnica do Brasil prova, luminosamente que, entre as raças mais afastadas, *pelo tipo físico, pela linguagem, pelos costumes*, a assimilação pode ser a mais completa” [grifo no original]. E se referindo a formação dos “quistos raciais”, uma das grandes preocupações do governo Vargas e da maioria dos imigrantistas envolvida com a constituinte de 1933/34, o antropólogo lembrava que “se muitos alemães e japoneses continuam no Brasil, a viver vida alemã ou japonesa – isso não depende, em nada, da ‘constituição étnica’”. O resultado disso seria “conseqüência da desorganização política do país”, lembrando uma vez mais as palavras do escritor e político Alberto Torres.³⁶²

De outro lado, Roquette-Pinto curiosamente não fizera objeção ao artigo 9 do projeto preparado por Kehl, o qual definia como “imigrantes desejáveis os indivíduos de cor branca”, o que excluía negros, asiáticos e árabes. Embora defendesse que a assimilação dos imigrantes não dependia do fator racial, o antropólogo também tinha predileção pelos estrangeiros vindos da Europa. Como era lugar comum neste período, acreditava que os imigrantes europeus se adequavam melhor ao processo de formação do tipo brasileiro, uma vez que a população branca do país vinha crescendo mais rapidamente que outros grupos antropológicos, conforme apontavam os seus próprios estudos realizados no Museu Nacional (Roquette-Pinto, 1929). Mesmo em relação aos imigrantes japoneses, não deixaria de lembrar, como escrevera em 1933, que esse tipo racial também apresentava uma farta quantidade de sangue europeu, fruto da história de imigrações da Europa para os territórios do norte da Ásia. Deste modo, o japonês não apenas se pareceriam com os brasileiros do norte por conta de seu “sangue malaio”, de origem indígena, como também pela presença do sangue europeu, tal qual teria ocorrido em boa parte dos cruzamentos raciais no Brasil (Roquette-Pinto, 1933).

Como vimos no capítulo 3 e 4, Roquette-Pinto também compartilhava da crença segundo a qual o branqueamento racial seria, no futuro, o destino do país. Não à toa, já em 1937 o antropólogo reafirmaria esse pressuposto ao responder um inquérito formulado pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema. O objetivo do inquérito, que Capanema também enviaria a outros intelectuais, consistia em responder como seria, do ponto de vista racial, o “representante do futuro homem brasileiro”. As respostas seriam utilizadas como

³⁶² Idem, p.7.

base para o trabalho do escultor Celso Antonio, contratado pelo governo Vargas para construir uma estatua de granito representando a “figura ideal” do homem brasileiro (Dávila, 2005, 45-52). O monumento, que fora projetado para ter 11 metros de altura, seria levantado em frente ao Edifício do Ministério da Educação, que vinha sendo construído no Rio de Janeiro.³⁶³ Em sua resposta ao Ministro Capanema, Roquette-Pinto explicava que o tipo antropológico que melhor representaria o homem brasileiro seria “de preferência o moreno que parece bem próximo do mediterrâneo, o branco mais facilmente aclimatado do país (...). Meus estudos provaram que é para ele que tendem os outros tipos, mesmo mulatos e caboclos”.³⁶⁴

³⁶³ Correspondência do Ministro Gustavo Capanema a Roquette-Pinto. Rio de Janeiro, 30/08/1937 (APERP-ABL).

³⁶⁴ Correspondência de Roquette-Pinto ao Ministro Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, 14/08/1937 (apud Lissovsky & Sá, 1996, 226).

Considerações Finais

Ao final dessa tese é possível dizer que o grande problema que mobilizou os estudos antropológicos de Roquette-Pinto, entre 1905 a 1935, foi mesmo o tema da identidade nacional. Seu projeto intelectual de conhecer o Brasil de forma mais realista, de construir um painel retratando as características raciais de sua população, como vimos, teve como objetivo principal compreender quem eram afinal os brasileiros do ponto de vista de sua formação antropológica. Munido dessas informações, Roquette-Pinto assumiu como missão política e intelectual o trabalho de refutar a tese da suposta inferioridade biológica dos mestiços nacionais. Opondo-se as visões negativas disseminadas desde o século XIX por viajantes e naturalistas estrangeiros, ou mesmo por uma boa parte de intelectuais e autoridades brasileiras, Roquette-Pinto dedicou mais de 30 anos de sua trajetória para demonstrar que os problemas do país não poderiam ser atribuídos à sua identidade racial, mas sim às questões de ordem política e social.

Seu empenho em conhecer as características antropológicas do Brasil foi, portanto, a maneira que encontrou para exercer a sua forte militância nacionalista. Convicto de que o progresso do país dependeria acima de tudo da ciência, da técnica e da boa vontade das elites responsáveis por dirigir o país, Roquette-Pinto empregou a antropologia física para reafirmar os aspectos positivos da formação mestiça da nação. Pode-se dizer, aliás, que a valorização da identidade racial do país significava também a defesa de sua própria identidade enquanto brasileiro mestiço, uma vez que ele mesmo, conforme teria ressaltado o escritor Humberto Campos, tinha nas veias uma boa quantidade de “sangue negro”, herança de uma de suas bisavós (apud Lins, 1956, 95). O

próprio Gilberto Freyre, em seu *Ordem e Progresso*, publicado em 1959, colocava o seu amigo antropólogo entre alguns dos importantes pensadores brasileiros a possuir em suas veias “algum salpico de sangue africano” (Freyre, 1974 [1959], 346). A identidade mestiça de Roquette-Pinto, como anotei no capítulo 5, também foi mencionada na correspondência entre Renato Kehl e seu irmão Wladimir, para os quais a defesa dos mestiços feita pelo antropólogo só se justificava por ser ele próprio um “negróide”.³⁶⁵

Além do mais, pode-se dizer que a defesa da identidade nacional e a contestação da suposta inferioridade racial brasileira, sobretudo no período entre-guerras, conforme apontou Sérgio Carrara, deve ser vista ainda como um esforço dos intelectuais para o reposicionamento de seu país e deles próprios no chamado “concerto das nações” (Carrara, 2004, 430). Para Roquette-Pinto e parte de sua geração, projetar a identidade brasileira em termos positivos significava, neste sentido, refutar a posição subalterna e de marginalidade que eles próprios ocupavam no mundo da ciência e da política.

Não é demais concluir, portanto, que o projeto intelectual e os estudos antropológicos de Roquette-Pinto foram delineados antes mesmo de sua própria escrita. Ou seja, o ponto de partida de seus trabalhos científicos já continha o ponto de chegada. Isso implica em considerar que a atuação política e a forte militância nacionalista que exerceu como intelectual, cientista e homem público foram decisivas em seu modo de conceber o Brasil e a identidade brasileira. Implica também em recusar a separação entre pensamento e ação, uma vez que as idéias defendidas pelo antropólogo, como espero ter demonstrado, foi antes de tudo uma forma de expressão política, de participar e intervir no debate sobre a organização e o futuro do país.

O sentido político dessa militância nacionalista se expressaria especialmente nos anos 1930, quando a defesa da miscigenação e do mestiço brasileiro ganharia força com a publicação de obras que se transformariam rapidamente em paradigma explicativo sobre a realidade racial no Brasil, como *Casa-grande & Senzala* (1933) e *Sobrados & Mucambos* (1936), do ensaísta Gilberto Freyre. Não à toa, Roquette-Pinto seria um dos primeiros a saudar com entusiasmo as interpretações do sociólogo pernambucano presentes

³⁶⁵ Correspondência de Wladimir Kehl a Renato Kehl. Limeira, 20/07/1929 (Fundo Pessoal Renato Kehl – DAD-COC).

especialmente no livro de 1933, que segundo ele já havia nascido “obra clássica”.³⁶⁶ Nesse período, aliás, a valorização do mestiço como um elemento sintetizador da formação brasileira se transformaria até mesmo em ideologia oficial do governo Vargas. Apesar das contradições existentes no modo como o governo brasileiro concebia a questão racial, como a adesão ao sonho do branqueamento, o discurso nacionalista de Vargas projetou no mestiço o símbolo da identidade do país.

De outro lado, a década de 1930 também significou a expansão das idéias eugênicas e do racismo científico em várias partes do mundo, especialmente após a difusão da ideologia arianista propagada pela Alemanha nazista (Proctor, 1988). O temor com a entrada e a adesão a essas idéias em solo brasileiro chegou mesmo a mobilizar um grupo de intelectuais contra o “desvirtuamento” de certas teorias antropológicas. Liderados por Roquette-Pinto, Gilberto Freyre e Arthur Ramos, esse grupo lançaria em 1935 o “Manifesto dos intelectuais brasileiros contra o preconceito racial” (Ramos, 1943, 171-174). Neste documento, seus signatários chamavam a atenção para o uso político se vinha fazendo de idéias “pseudo-científicas” com o objetivo de propagar rivalidades e sentimentos racistas. Em defesa da ciência que praticavam, esses intelectuais destacavam que a antropologia nada teria a ver com esse movimento ideológico, lembrando que os “racismos políticos” deveriam ser encarados antes de tudo como “verdadeiras perversões de idéias científicas” (idem, 172). A adesão dessas idéias no Brasil, um país de “formação étnica acentuadamente heterogênea”, era vista pelos signatários do manifesto como um “perigo” que poderia assumir “proporções particularmente graves”. Por esse motivo, conclamavam “as forças intelectuais do Brasil para um movimento de resistência à ação corrosiva dessas correntes”, garantindo o desenvolvimento de um “nacionalismo moderado”, capaz de proteger a nacionalidade e continuar o progressivo engrandecimento do país (idem, 174).

O interesse em desvendar a realidade do Brasil, somado a essa militância em defesa da miscigenação racial e do homem nacional, foram os elementos que caracterizaram a atuação de Roquette-Pinto durante os 30 anos que atuou como antropólogo do Museu Nacional. Mesmo após o seu afastamento dessa instituição em 1935, em função de sua aposentadoria, o antropólogo continuaria acompanhando o

³⁶⁶ Roquette-Pinto, E. “Casa-grande e Senzala”. *Boletim de Ariel*. Op. Cit, 1934.

desenvolvimento da antropologia física e das discussões sobre a questão racial. Contudo, a partir de então, sua atenção se voltaria especialmente para a nova função que ocuparia como diretor do recém criado Instituto Nacional de Cinema Educativo (Ince), cargo que exerceria por dez anos, entre 1936 a 1946. Do mesmo modo que procedeu ao fundar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, ou mesmo a Revista Nacional de Educação, em 1932, a preocupação de Roquette-Pinto frente ao Ince também consistia em pensar os problemas nacionais, em divulgar o conhecimento científico e, acima de tudo, continuar o trabalho de educação popular.

O argumento principal defendido nessa tese consistiu em afirmar que os estudos antropológicos desenvolvidos por Roquette-Pinto devem ser vistos como ferramenta política, por meio da qual procurou atuar na arena pública em defesa da formação racial brasileira, destacando que, do ponto de vista biológico, os brasileiros apresentavam as melhores características que a ciência poderia desejar. Apoiado sobre esse “nacionalismo militante”, o antropólogo acreditava que as interpretações negativas sobre o Brasil não tinham fundamentação científica, uma vez que não condiziam com a realidade. Para ele, a suposta tese da inferioridade psicofisiológica dos brasileiros se baseava acima de tudo em preconceitos e em “falsa biologia”, em especial àquela que defendia a existência de hierarquias raciais. Crente de que os problemas do país não poderiam ser atribuídos à sua constituição biológica, sobretudo no que dizia respeito à miscigenação racial, Roquette-Pinto entendia que o conhecimento científico e objetivo das características antropológicas formadoras do Brasil demonstraria o verdadeiro valor de sua gente. Por esse motivo, assumiu como sua missão intelectual e política o projeto de elaboração de um amplo retrato racial do país.

Se o desejo de conhecer o “Brasil real” em oposição ao “Brasil legal” foi um elemento comum à geração que se formou no início da República, o mesmo não pode ser dito em relação a maneira como a realidade deveria ser descrita ou narrada. De maneira geral, a geração a qual pertencia Roquette-Pinto se caracterizou pela produção do conhecimento a partir da escrita de ensaios interpretativos, ou mesmo por meio da literatura, sem a preocupação com o desenvolvimento de métodos e técnicas científicas de observação e análise da realidade. Conforme essa tese procurou demonstrar, os estudos antropológicos de Roquette-Pinto seguiu um caminho oposto a este. A exemplo de um grupo de cientistas ligado especialmente a Academia Brasileira de Ciências, ao Museu

Nacional e ao Instituto de Manguinhos, Roquette-Pinto encontrou o sentido de sua atuação profissional e da produção do conhecimento na especialização científica, no desenvolvimento de métodos e técnicas específicas de observação, na coleta de dados empíricos e no uso de laboratórios (Sá, 2006). Esse modo de proceder pode ser notado tanto no trabalho de observação etnográfica e de coleta de dados que realizou durante a expedição científica empreendida a Serra do Norte, região norte do Brasil, quanto nos estudos em que caracterizou os “tipos antropológicos” do Brasil.

No caso de Roquette-Pinto, esse modo de realizar o trabalho científico era tributário, em grande medida, a tradição formada no interior do Museu Nacional, que desde o final do século XIX preocupava-se com o desenvolvimento da especialização científica e a adoção de métodos e técnicas experimentais. De outro lado, o próprio campo da antropologia física tinha uma longa história de especialização científica e valorização da aplicação de métodos e técnicas próprias de pesquisas, tanto no Brasil quanto no exterior.

Conforme procurei ressaltar no primeiro capítulo, Roquette-Pinto passou por um longo treinamento no campo da antropologia física até se tornar um cientista maduro. O incipiente aprendizado adquirido ainda durante as aulas de anatomia e fisiologia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ganhariam consistência ao longo de sua experiência como assistente da Sessão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, quando realizou seus primeiros estudos antropológicos. Além disso, o próprio contato que desde cedo travou com a antropologia francesa, alemã e norte-americana também devem ser vistos como elementos importantes nesse processo de formação do jovem antropólogo. Um dos argumentos defendidos nesse capítulo consistiu em afirmar que a viagem de Roquette-Pinto a Europa em 1911, quando participou de cursos de antropologia e etnografia com cientistas renomados como o alemão Felix von Luschan, além de sua própria participação no Congresso Universal de Raças, foram decisivos em sua trajetória. De um lado, acabariam reafirmando a sua identidade como antropólogo físico e etnógrafo e, de outro, o seu interesse pelo estudo da formação racial brasileira.

Também foi importante em sua formação científica e em seu modo de conceber a identidade do país a expedição antropológica empreendida ao interior do Brasil em 1912. Como procurei destacar no segundo capítulo, a viagem ao sertão lhe possibilitou o trabalho de observação e coleta de dados empíricos, a experiência radical do contato etnográfico

com o campo, com a população do interior e com a sua realidade social e antropológica. Essa experiência etnográfica junto aos povos indígenas e sertanejos da região norte do Mato Grosso, no “coração do Brasil”, conforme o próprio Roquette-Pinto indicara, lhe teria revelado um país desconhecido, porém fundamental para a sua compreensão. Como um leitor atento de Euclides da Cunha, o antropólogo encontrara no sertanejo o “cerne da nacionalidade” brasileira, o elemento responsável pela integração racial e territorial da extensa região oeste do país. Seguindo a sua leitura de Euclides da Cunha, procurei ressaltar também o diálogo de Roquette-Pinto com as interpretações sobre o sertão e os sertanejos presente no pensamento social brasileiro, especialmente aquela que remetia à idéia de um sertão desconhecido e abandonado pelas autoridades políticas.

Ainda no capítulo 2, meu interesse foi analisar o modo como Roquette-Pinto descreveu a vida dos índios Parecis e Nambikuáras, e como esse contato foi decisivo em sua militância em defesa da proteção dos indígenas e em sua atuação junto ao Serviço de Proteção aos Índios e a Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), criado em 1910 pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Maic). Também procurei destacar a leitura e o diálogo de Roquette-Pinto com a tradição etnográfica alemã, principalmente àquela formada na passagem do século XIX para o XX, ressaltando que anti-darwinismo e o humanismo liberal dessa geração foi importante para que o antropólogo brasileiro refutasse o discurso do não reconhecimento da humanidade do “selvagem” e da existência de hierarquias raciais.

No terceiro capítulo, dirigi minha atenção para os estudos que Roquette-Pinto desenvolveu no Museu Nacional sobre a classificação dos “tipos antropológicos” do Brasil. Meu objetivo foi demonstrar que o seu projeto de construir um grande retrato racial da população brasileira começava a ganhar cores fortes ainda no início dos anos 1920, sobretudo a partir dos novos rumos assumidos por seus estudos em antropologia física. Ao destacar que as características da população nacional ainda eram temas desconhecidos entre os brasileiros, o antropólogo entendia que somente por meio do “conhecimento objetivo” da realidade, pautado pelo rigor científico da moderna antropologia física, é que os problemas relativos à formação nacional e o melhoramento da população poderiam ser enfrentados. Um dos argumentos defendido neste capítulo consistiu em afirmar que o seu comprometimento nacionalista, somado a sua adesão ao cientificismo de tradição positivista, foi fundamental na construção desse retrato antropológico, que segundo ele

deveria servir como “um documento científico seguro” para refutar a tese da inferioridade biológica dos mestiços do país.

Outro aspecto analisado no capítulo 3 foi o diálogo de Roquette-Pinto com a antropologia física internacional, principalmente no que dizia respeito ao emprego de métodos e técnicas de pesquisas antropológicas. Neste sentido, destaquei a importância dos estudos desenvolvidos ao redor do mundo, como os de Eugen Fischer junto aos mestiços do Sudeste africano e os de S. Porteus e M. Babcock no Hawaí, para as pesquisas sobre a caracterização psicofisiológica dos brasileiros. Estudos como estes, como procurei destacar, serviram inclusive como elementos comparativos para destacar a perfectibilidade biológica da população do Brasil. Apesar da valorização da identidade dos tipos raciais brasileiros, demonstrei que Roquette-Pinto não escapou de algumas das armadilhas deterministas, como aquela que atribuía o caráter psicológico dos diferentes grupos raciais à sua própria constituição biológica.

As discussões sobre a miscigenação racial foram tratadas especialmente no quarto capítulo. Meu objetivo foi destacar o intenso diálogo de Roquette-Pinto com antropólogos, biólogos e historiadores estrangeiros acerca dos efeitos e dos significados dos cruzamentos raciais. Um dos argumentos defendidos neste capítulo consistiu em demonstrar que o antropólogo brasileiro fez uma leitura criativa e politicamente seletiva das diferentes abordagens antropológicas, sobretudo aquelas que remetiam a autores como Eugen Fischer e Charles Davenport, cujas pesquisas apontavam os mestiços como “tipos antropológicos” inferiores. De outro lado, alinhado a autores como Rudiger Bilden e Franz Boas, procurei enfatizar a oposição do antropólogo brasileiro em relação ao racismo científico presente na antropologia norte-americana, representado especialmente por escritores como Madison Grant e Luthrop Stoddard. Ainda neste capítulo analisei também o diálogo de Roquette-Pinto com autores brasileiros envolvidos com as discussões sobre a formação mestiça brasileira, especialmente com Manoel Bomfim e Gilberto Freyre, com quem compartilhou interpretações semelhantes sobre o resultado da miscigenação no Brasil.

No último capítulo voltei minha atenção para a maneira como Roquette-Pinto lidou com as idéias eugênicas, as discussões sobre imigração e o problema das populações. Procurei demonstrar que, apesar das críticas feitas contra os eugenistas mais radicais, Roquette-Pinto compartilhou com sua geração da crença segundo a qual a eugenia

representava um instrumento científico importante para aperfeiçoamento humano. Contudo, entendia que as idéias eugênicas deveriam ser aplicadas com cautela, uma vez não se poderia fazer experimentos genéticos com humanos do mesmo modo que se procedia no reino da zoologia. Conforme procurei demonstrar, a eugenia foi acionada pelo antropólogo inclusive no debate sobre imigração, especialmente para impedir a entrada de imigrantes considerados indesejáveis, como doentes mentais e portadores de doenças consideradas hereditárias. Em relação ao debate sobre a seleção imigratória, destaquei a defesa que o antropólogo fez da seleção imigratória a partir do critério individual, em oposição àqueles que desejavam restringir a entrada de estrangeiro sob o critério da origem racial. De outro lado, procurei demonstrar que a defesa do controle imigratória por Roquette-Pinto também se justificava por sua defesa da população nacional, que segundo ele não precisava ser substituída, mas educada e amparada pelas autoridades públicas.

A despeito disso, procurei destacar ao final do quinto capítulo a crença do antropólogo no processo de branqueamento do país. A própria defesa que fez da imigração japonesa trazia como um dos argumentos o fato desses imigrantes descenderem também de europeus e indígenas do sul da Ásia, se parecendo em muito com o processo de miscigenação que formou os brasileiros do norte. Além do mais, suas pesquisas sobre os efeitos da miscigenação apontavam que os cruzamentos entre brancos e negros e brancos e mestiços tendiam na maioria das vezes a prevalência das características antropológicas dos primeiros. Como vimos, o antropólogo apostava num contínuo processo de homogeneização da população nacional, que tendia a seguir em direção a um tipo antropológico semelhante ao homem branco do sul da Europa. Não à toa, quando respondeu ao inquérito elaborado em 1937 pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema, acerca de como deveria ser representado o homem brasileiro do futuro, Roquette-Pinto responderia afirmando que este deveria ter feição branca igual ao europeu mediterrâneo, para o qual caminhava a “evolução morfológica dos outros tipos raciais do Brasil”.³⁶⁷

³⁶⁷ Correspondência de Roquette-Pinto ao Ministro Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, 14/08/1937 (apud Lisovsky & Sá, 1996, 226).

Fontes de Pesquisa

Arquivos e Bibliotecas Pesquisados

- Arquivo Pessoal Edgard Roquette-Pinto – Academia Brasileira de Letras
- Arquivo Pessoal Renato Kehl – Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz
- Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional do Rio de Janeiro
- Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro
- Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
- Biblioteca Histórica do Museu Nacional do Rio de Janeiro
- Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- Biblioteca Rodolfo Garcia - Academia Brasileira de Letras
- Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz
- Casa de Heloisa Alberto Torres

Revistas, Periódicos e Anais de Congresso

- Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929).
- Archivos do Museu Nacional
- Boletim de Ariel
- Boletim de Eugenia
- Boletim do Museu Nacional

- Papers on inter-racial problems - First Universal Races Congress (1911)
- Revista da Academia Brasileira de Letras
- Revista do Brasil

Livros, Teses, Artigos e Conferências

Afonso Celso. *Porque me Ufano do meu País: Right or Wrong, my Country*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1901 (2º Edição).

Afrânio Peixoto, Julio. "A Esfinge". In: *Romances completos*. Rio de Janeiro, 1962 (1914, 1º Edição).

Amaral, Azevedo. "O problema eugênico da imigração". In: *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro, 1929, pp. 327-340.

Andrade, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 2º Edição, 1937 (1928, 1º Edição).

Azevedo, Fernando. *A Cultura Brasileira*. Brasília: Editora da UNB, 4º edição. 1963.

Bilden, Rüdiger. "Brazil, laboratory of civilization". *The Nation*, 128 (3315): 71-74, Nova York, 1929.

Boas, Franz. *Instability of human types*. In: Spiller, Gustav (org). Papers on inter-racial problems communicated to the First Universal Races Congress. Londres: P. S. King & Son; Boston: The World's Peace Foundation, 1911, p. 99-103.

Bomfim, Manoel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Editora H. Garnier, Livreiro-Editor, 2º Edição, 1938 [1905].

_____. *O Brasil na América: características da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, Segunda edição 1997 [1929].

Cardoso, Vicente Licínio. *A margem da História da República. Brasília*. Brasília: Universidade de Brasília; 1981 (1º Edição).

Carneiro, Levi. “Educação e Eugenia”. In: *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro, 1929, pp. 107-116.

Castro, Aloysio de. *Discurso do Sr. Aloysio de Castro*. Revista da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, ano xix, n.76, abril 1928, pp.965-982.

Cruls, Gastão. “Roquette-Pinto”. *Revista Brasileira de Medicina*. Rio de Janeiro, vol. XI, n.10, p. 10-15, 1954.

Cunha, Euclides. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo, 22ª Edição, 1952 (1902).

Davenport, Charles, and Steggerda, Morris. *Race crossing in Jamaica*. New York: Carnegie Institution, 1929a.

_____. *Race crossing in Jamaica*. Washington: Carnegie Institution of Washington, publication n. 395, 1929b, pp.2-78.

Davenport, Charles. “Inheritance of stature”. *Genetics*, v.2, n.4, jul. 1917a, pp.313-389.

_____. “The effects of race intermingling”. *Proceeding of the American Philosophical Society*, v.56, n.4, 1917b, pp.364-368.

_____. *Heredity in relation to eugenics*. New York: Henry Holt and Company, 1911.

Dubois, W.E.B. “The First Universal Races Congress”. In: Zuckerman, Phil (editor). *The social theory of W.E.B. Dubois*. California: Pine Forge Press, 2004, pp. 26-29.

Dunn, Leslie C. and Tozzer, Alfred M.. *An anthropometric study oof hawaiians of pure and mixed Blood*. Harvard University, 1928.

Ellis Jr., Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas (Raça de Gigantes)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976 [1926, 1º Edição].

Fischer, Eugen. *Die Rehobother Bastards und das Bastardierungsproblem beim Menschen*. Jena: Gustav Fischer, 1913.

Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1º Edição, 1936.

_____. “Prefácio da edição brasileira”. In: Oliveira Lima, Manuel de. *Formação histórica da nacionalidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Companhia Editora de Leitura, p. IX-XV, 1944.

_____. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 5ª Edição, 1946 [1933, 1º Edição].

_____. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1974 [1959, 1º Edição].

_____. “Euclides da Cunha revelador da realidade brasileira”. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1966.

Fróes da Fonseca, Alvaro. “As novas fichas antropológicas do Museu Nacional”. Rio de Janeiro. *Boletim do Museu Nacional*, vol. III, n.3, set., 1927, p. 13-30.

_____. “Os grandes problemas da anthropologia. In: *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro, s/editora, 1929, pp. 63-83.

Grant, Madison. *The passing of the great race; or, The racial basis of European history*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1916.

_____. "Introduction". In: Stoddard, Lothrop. *The Rising Tide of Color Against White World-Supremacy*. New York: Charles Scribner's Sons, pp.xi-xxxii, 1920.

Herskovits, Melville. *The american negro: a study in racial crossing*. New York: Knopf, 1928.

Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Editora José Olympio. 1984 [1936, 1º edição].

Ihering, Hermann Von. *The Anthropology of the State of S. Paulo, Brazil*. SP: Typographia do Diário Oficial. 1908.

_____. "A questão dos índios do Brasil". *Revista do Museu Paulista*, 1911, VIII, p.112-140.

Kehl, Renato. *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1º Edição, 1929.

_____. *Sexo e Civilização - Aparas Eugênicas*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1ª Edição, 1933.

_____. *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 2º Edição, 1935.

Lacerda, João Baptista de. "Contribuições para o estudo das raças indígenas do Brazil – Nota sobre a conformação dos dentes". *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. v. 1, 77-83, 1876.

_____. “Craneos de Maracá. Contribuições para o estudo anthropológico das raças indígenas do Brasil”. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. V. IV, 35-64, 1881.

_____. “O homem dos Sambaquis – Contribuição para a anthropologia brasileira”. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. vi, 175-203, 1885.

_____. *Fastos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1905.

_____. “The metis, or helf-breeds, of Brazil”. In: Spiller, Gustav (org). *Papers on inter-racial problems communicated to the First Universal Races Congress*. Londres: P. S. King & Son; Boston: The World’s Peace Foundation, 1911, p. 377-383.

_____. “Réplica à crítica da memória – Sur les métis au Brésil”. In: _____. *Informações prestadas ao Ministro da Agricultura Pedro de Toledo*. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912, 85-101.

Lacerda, João Batista & Rodrigues Peixoto, J. “Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil”. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. v. 1, 47-75, 1876.

Lobato, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

_____. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956b.

_____. *Mr. Slang e o Brasil e o Problema Vital*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956a.

Loureiro, Carlos. “Professor Domingo Sérgio de carvalho”. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, n.6, v.I, 1925.

Lloyd, Reginald. *Impressões do Brasil no século XX*. Londres/Rio de Janeiro: Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd., 1913.

Luschan, Felix von. "Anthropological view of race". In: Spiller, Gustav (org). *Papers on inter-racial problems communicated to the First Universal Races Congress*. Londres: P. S. King & Son; Boston: The World's Peace Foundation, 1911, p. 13-24.

"Manifesto dos intelectuais brasileiros contra o preconceito racial". In: Ramos, Artur. *Guerra e relações de raça*. UNE, 1943, p. 171-174.

Myers, Charles. "On the permanence of racial mental differences". In: Spiller, Gustav (org). *Papers on inter-racial problems communicated to the First Universal Races Congress*. Londres: P. S. King & Son; Boston: The World's Peace Foundation, 1911, p. 73-78.

Neiva, Arthur e Penna, Belisário. *Viagem Científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de Norte a sul de Goiás*. Brasília: Academia Brasileira de Letras. 1984 [1916, 1ª edição].

Netto, Ladislau. "Investigações sobre a Archeologia Brasileira". *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. vi, 257-512, 1885.

_____. "Prefácio". *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. vol. VI, 1885, p. i-iv.

Nina Rodrigues, Raimundo. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional. 1938 [1895].

Oliveira Lima, Manuel de. *The evolution of Brazil compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*. California: Stanford University, 1914.

_____. *Formação histórica da nacionalidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Cia Editora de Leitura, 1944.

Oliveira, Xavier de. *O problema imigratório na Constituição Brasileira: Razões americanas de uma campanha de Brasilidade*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Francisco Editor, 1934.

Penna, Domingos Soares Ferreira. “Apontamentos sobre os Cerâmios do Para”. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. V. II, 47-64, 1877.

Pizarro, João Joaquim. “Nota descritiva de um pequeno animal extremamente curioso e denominado batrachythis”. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. v. 1, 31-35, 1876.

Porteus, Stanley & Babcock, Marjorie. *Temperament and Race*. Boston: The Gorham Press, 1º edição, 1926.

Prado, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Duprat-mayença, 1928.

Romero, Silvio. *A literatura brasileira e a crítica moderna; ensaio de generalização*. Rio de Janeiro: Imp. Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1880.

_____. *História da Literatura Brasileira – vol. 1*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 7ª Edição, 1980 [1888].

_____. *Ethnographia Brasileira: estudos críticos sobre Couto de Magalhães, Barboza Rodrigues, Theophilo Braga e Ladislau Netto*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Alves & Cia. 1888.

_____. *Realidade e ilusões no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

Roquette-Pinto, Edgard; Babtista, Benjamin. “Contribution a l’anatomie comparée des races humaines: dissection d’une indienne du Bresil”. *Archivos do Museu Nacional*, v.XXVI, p.10-25, Rio de Janeiro, 1926.

Roquette-Pinto, Edgard; Childe, A. “Notas anthropométricas sobre os índios Urupás. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, vol. XXV, 1925.

Roquette-Pinto, Edgard. *Ethnographia Americana: o exercício da medicina entre os indígenas da América*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro. Editora E. Bevilacqua & Cia, 1906.

_____. *Etnografia indígena do Brasil: o estado atual dos nossos conhecimentos* (trabalho apresentado no Quarto Congresso Médico Latino-Americano). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

_____. *Relatório da Excursão ao litoral e região das lagoas do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Editora L. Macedo, 1912.

_____. “Notas sobre os índios nhambiquaras do Brasil-central” (resultados etnográficos da expedição Rondon enviado ao 18 Congresso de Americanistas, Londres, 1912). *Revista Brasileira*. v.2, n.1, Rio de Janeiro, 1912, p. 25-45.

_____ ‘Discurso de Roquette-Pinto no IHGB’. Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, tomo 76, v. 128, p. 587-600, 1913.

_____. “Archeologia e ethnographia”. In: *Impressões do Brasil no século XX*. Londres/Rio de Janeiro: Lloyd’s Greater Britain Publishing Company Ltd., 1913.

_____. ‘O Brasil e a anthropogeographia’. São Paulo: *Revista do Brasil*, v.3, n.1, p.322-335, 1916.

_____. ‘Euclides da Cunha Naturalista’. São Paulo: *Revista do Brasil*, v.8, n.29, p.20-38, 1918a.

_____. ‘Centenário do Museu Nacional’. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v.XII, p.29-30, 1918b.

_____. *O conceito actual da vida* (Conferência Inaugural do Curso de Fisiologia na Universidade Nacional do Paraguai) Rio de Janeiro: Editora Sussekind de Mendonça & Cia, 1922.

_____. *Nota sobre a acção fisiológica da fava tonka*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

_____. *Nota sobre o material anthropológico no sambaqui de Guaratiba*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

_____. *Seixos Rolados – Estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Mendonça, Machado e Cia, 1927.

_____. “As Leis da Eugenia”. In: *Seixos Rolados – Estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Mendonça, Machado e Cia, 1927, pp.163-208.

_____. “Japones”. In: *Seixos Rolados – Estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Mendonça, Machado e Cia, 1927, pp.219-230.

_____. Aborigenes e Ethnografos. In: *Seixos Rolados – Estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Mendonça, Machado e Cia, 1927, pp.103-162.

_____. “Discurso do Sr. E. Roquette-Pinto”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, ano XIX, n.76, pp. 934-964, 1928.

_____. “Capistrano de Abreu”. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, vol. IV, n. 1, março de 1928, p. 1-11.

_____. “Nota sobre os typos anthropológicos do Brasil”. *Archivos do Museu Nacional*, vol. XXX, p.302-331, Rio de Janeiro, 1928.

_____. “Notas sobre os typos anthropológicos do Brasil”. In: *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro: sem editora, pp. 119-147, 1929.

_____. “Discurso do Sr. E. Roquette-Pinto”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: Edição do Anuário do Brasil, Julho de 1930, n.103, ano XXI, pp. 285-303.

_____. *Ensaio de antropologia brasileira*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1933.

_____. *Samambaia*. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1934.

_____. “Casa-Grande e Senzala”. *Boletim de Ariel*. Rio de Janeiro, vol.5, fev. 1934.

_____. “Prefácio a Estudos Afro-Brasileiros”. In: Freyre, Gilberto. *Estudos Afro-Brasileiros* (Trabalhos apresentados ao Primeiro Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934). 1º Volume, Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935, pp. i-iv.

_____. *Ensaio brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

_____. *Note sur la situation des indiens du Brésil*. Présenté au Congrès Universal des races, reuni à l’Université de Londres em 1911. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção ao Índio, 1955.

_____. “Prefácio da Segunda Edição”. In: _____. *Rondonia: anthropologia – ethnographia*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Academia Brasileira de Letras, 7ª edição, 2005 [1938], p. 43-45.

_____. *Rondonia: anthropologia – ethnographia*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 7ª edição, 2005 [1917].

_____. “Prefácio da quarta edição”. In: _____. *Rondonia: anthropologia – ethnographia*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Academia Brasileira de Letras, 7ª edição, p.41-42, 2005 [1938].

Schultz, Alfred. *Race or Mongrol: a brief history of the rise and fall of the ancient races of earth*. Boston: L.C. Page & Company, 1908.

Shapiro, Harry Lionel. “Descendants of the mutineers of the Bounty”. *Mem. Bernice P. Bishop Mus.* 11(1):3-106, 1929.

Spiller, Gustav (org). *Papers on inter-racial problems communicated to the First Universal Races Congress*. Londres: P. S. King & Son; Boston: The World’s Peace Foundation, 1911a.

_____. *The problem of race equality* In: Spiller, Gustav (org). *Papers on inter-racial problems communicated to the First Universal Races Congress*. Londres: P. S. King & Son; Boston: The World’s Peace Foundation, 1911b, p. 29-39.

Stoddard, Lothrop. *The Rising Tide of Color Against White World-Supremacy*. New York: Charles Scribner's Sons, 1920.

Torres, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 3ª edição, 1978 [1914, 1ª Edição].

_____. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 4ª edição, 1982 [1914, 1ª Edição].

Vianna, Oliveira. “O tipo brasileiro e seus elementos formadores”. In: *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pp. 277-288, 1922.

_____. *Raça e Assimilação*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959 [1932, Edição].

_____. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 3ª Edição, 1938 [1920, 1ª Edição].

_____. “Os tipos antropológicos brasileiros e o problema de sua classificação”. In: Vianna, Oliveira. *Raça e Assimilação*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, pp. 181-195, 1959 [1934, 2ª Edição].

_____. “O idealismo da constituição. In: Cardoso, Vicente Licínio. *A margem da História da República*. Brasília; Universidade de Brasília; 1981 [1924, 1ª Edição].

Referências Bibliográficas

Adams, Mark B. (org.). *The Wellborn Science*. Eugenics in Germany, France, Brazil e Russia. New York: Oxford University Press, 1990.

Aguiar, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Anpocs/Topbooks, 2000.

Allen, Garland E. “Old Wine in New Bottles: From Eugenics to Population Control in the Work of Raymond Pearl”. In: Keith R. Benson, Jane Maienschein, Ronald Rainger (editors). *The Expansion of American biology*. New York, 1991, pp. 231-261

Alonso, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Andermann, Jens. “Espetáculos da diferença: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882”. *Topoi – Revista de História*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, jul.dez. 2004, p. 128-170

Antunes, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. SP: Editora UNESP: 1999.

Araújo, Ricardo Benzaquem e. *Guerra e Paz: ‘Casa-grande & Senzala’ e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

Barbosa, Ana Maria de Souza. *O pássaro dos Rios nos afluentes do saber: Roquette-Pinto e a construção da universalidade*. SP: tese (doutorado em ciências sociais), Puc-SP, 1996.

Barkan, Elazar. *The retreat of scientific racism: changing concepts of race in Britain and the United States between the world wars*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

Barros, Roque Spencer Maciel de. “A mentalidade cientificista”. In _____. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Editora Convívio, p. 107-195, 1986.

Bauman, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1999.

Benchimol, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: Febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / UFRJ, 1998.

Black, Edwin. *War Against the Weak: Eugenics and America's Campaign to Create a Master Race*. New York: Four Walls Eight Windows, 2005.

Bresciani, Maria Stella. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2007.

Cardoso, Leontina Licínio. *Licínio Cardoso - seu pensamento, sua obra, sua vida*. Rio de Janeiro. Gráfica Editora Souza, 1952.

Carone, Edgard. *A república velha – Instituições e Classes Sociais (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 4ª Edição, 1983.

Carrara, Sérgio. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, na passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

_____. “Estratégias Anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre-guerras”. In: Hochman, Gilberto e Armus, Diego (orgs). *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio: Editora Fiocruz, 2004, pp. 427-453.

Correa, Mariza. *As ilusões da Liberdade: A escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2º edição, 2001.

Carvalho, José Murilo de. “Brasil: nações imaginadas”. In: _____. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: editora UFMG, 1998a, p. 233-268.

_____. “Brasil 1870-1914: a força da tradição”. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 107-129, 1998b.

_____. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. Rio de Janeiro, *Topoi: Revista de História*, n.1, pp. 123-152. 2002.

Castro Faria, Luiz de. *Antropologia: escritos exumados 2: dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói: Editora da UFF, 1998.

Castro Santos, Luiz Antonio de. “O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade”. Rio de Janeiro: *Dados – Revista de Estudos Sociais*, vol. 28, nº 2, 1985.

_____. *Nação de sobreviventes: poder, ideologia e reforma sanitária no Brasil (1889-1930)*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Harvard, 1987.

Castro, Ruy. “O homem-multidão”. *Revista Especial dos 60 anos da Rádio MEC*. Rio de Janeiro: Fundação Roquette-Pinto, 1996, p. 2-19.

Chalhoub, Sidney. *Cidade febril: cortiços epidemias na corte imperial*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1996.

Clifford, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

Costa, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1999.

_____. *História da Psiquiatria no Brasil*. Um corte ideológico. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

Cunha, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e Gesto: Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Editora Arquivo Nacional, 2002.

Curto, Diogo Ramada. 'D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego'. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de et al. (Org). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) - bicentenário: "sem livros não há instrução"*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda; Biblioteca Nacional. p.15-49. 1999.

Dávila, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945*. São Paulo: Unesp, 2006.

Diacon, Todd A. *Rondon: o marechal da Floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Duarte, Regina Horta. "Rumo ao Brasil: Roquette-Pinto viajante". In: Lima, Nísia Trindade & Sá, Dominichi Miranda de (org). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: UFMG/Fiocruz, p. 271-294, 2008.

_____. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Dubois, W.E.B. “The First Universal Races Congress”. In: Zuckerman, Phil (editor). *The social theory of W.E.B. Dubois*. California: Pine Forge Press, 2004, pp. 26-29.

Dunn, L. C.. *William Ernest Castle – 1867-1962*. Washington: National Academy of Sciences, 1965.

Evans, Andrews. *Anthropology at war: World War I and the science of race in Germany*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.

Farber, Paul Lawrence. *Mixing races: from scientific racism to modern evolutionary ideas*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2011.

Fausto, Boris (org). *O Brasil republicano – vol. 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

Fausto, Boris (org). *O Brasil republicano – vol. 9: Sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

Ferreira, Luis Octávio. “O ethos positivista e a institucionalização das ciências no Brasil”. In: Lima, Nísia Trindade & Sa, Dominichi Miranda de (org). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: UFMG/Fiocruz, 87-98.

Fletcher, Ian Christopher. “Introduction: New Historical Perspectives on the First Universal Races Congress of 1911”. *Radical History Review*, Durhan, 2005 (92): 99-102.

Gates, R. Ruggles. *Blood groups of canadian indians and eskimos*. University of London, 1928.

Geraldo, Endrica. *O 'perigo alienígena': política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. Tese de Doutorado (História Social). Campinas: Unicamp, 2007.

Gillhan, Nicholas Wright. *A life of Sir Francis Galton: from African exploration to the birth of Eugenics*. New York: Oxford University Press, 2001.

Gould, Steven Jay. "The Geometer of race". *Discover Magazine*. v.15, n.11, Nov. 1994, pp. 65-69.

_____. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

Gouveia Filho, Pedro. *E. Roquette-Pinto: o antropólogo e educador*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

Guimarães, Manoel Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.5-27.

Guterl, Matthew Press. *The Color of Race in America, 1900-1940*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.

Habib, Paula Arantes Botelho Briglia. *Agricultura e biologia na Escola Superior de Agricultura 'Luiz de Queiroz' (ESALQ): os estudos de genética nas trajetórias de Carlos Teixeira Mendes, Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr. (1917- 1937)*. Tese de Doutorado (História das Ciências). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, 2010.

Hecht, Jennifer Michael. *The End of the Soul: Scientific Modernity, Atheism, and Anthropology in France*. New York: Columbia University Press, 2003.

Herschmann, Micael M.. “*Os poetas do Progresso*”: O discurso médico e a construção do Brasil Moderno – 1870-1930. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado em Comunicação (UFRJ), Rio de Janeiro, 1993.

Hochman, Gilberto. *A Era do Saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec/Anpocs, 1998.

Jackson, John; Weidman, Nadine. *Race, racism, and science: impact and interaction*. Califórnia: Rutgers University Press, 2006.

Keuller, Adriana. *Estudo físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, idéias e instrumentos (1876-1939)*. Tese de doutorado em história (USP). São Paulo, 2008.

Kevles, Daniel. *In the name of eugenics: genetics and the uses of human heredity*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1985.

Kingsland, Sharon E. *Modeling nature: episodes in the history of population ecology*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

Kodama, Kaori. *Os Índios no Império do Brasil - a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

Kropf, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

Lacaz, Carlos da Silva. *Vultos da Medicina Brasileira*. São Paulo: Editora Helicon, 1963.

Leal, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paula: Editora Alfa-Omega, 3º edição, 1976.

Levi-Strauss, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Lima Sobrinho, Barbosa. *Presença de Alberto Torres: sua vida, sua obra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Lima, Nísia Trindade; Hochman, Gilberto. “Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República”. In: Maio, Marcos Chor e Santos, Ricardo Ventura. *Raça Ciência e Sociedade*. RJ: Editora Fiocruz, 1996, pp. 23-40.

Lima, N. T.; Santos, R. V.; Coimbra, C.. “Rondônia de Edgard Roquette-Pinto: Antropologia e projeto nacional”. In: Lima, N. T. & Sá, D. M. (org). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: UFMG/Fiocruz, 2008, p. 99-122.

Lima, Nísia Trindade & Sá, Dominichi Miranda de. ‘Roquette-Pinto e sua geração na República das letras e da ciência’. In: Lima, N. T. & Sá, D. M. (org). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: UFMG/Fiocruz, p. 57-86, 2008.

Lima, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.

_____. “Antropologia, raça e questão nacional: notas sobre as contribuições de Edgard Roquette-Pinto e um possível diálogo com Franz Boas”. In: Heizer, Alda & Videira, Antonio Augusto Passos (orgs). *Ciência, Civilização e República nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010, p. 255-276.

_____. “Public health and social ideas in modern Brazil”. *American Journal of Public Health*. Washington DC, v.97, n.7, p.1168-1177. jul. 2007.

Lindee, Susan & Santos, Ricardo Ventura (orgs). *The biological anthropology of living human populations: World histories, national styles and international networks*, fascículo

temático de *Current Anthropology*, revista publicada pela University of Chicago Press e Wenner Gren Foundation, 2012 (no prelo).

Lins, Álvaro. *Discurso de Posse da Academia Brasileira* (Estudo sobre Roquette-Pinto). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

Lisboa, Karen. “Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: quadros da natureza e esboços de uma civilização”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15, n.29, p. 73-91, 1995.

Lopes, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. SP: Hucitec, 1997.

Lorimer, Frank. *The role of the International Union for the Scientific Study of population*. New York: The Milbank Memorial Fund Quartely. v.49, n.4, oct. 1971.

Lowy, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2006.

Luca, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora da Unesp. 1999.

Lynn, Richard. “Sir Francis Galton Lays the Foundations of Eugenics”. In: _____. *Eugenics: a reassessment*. London: Praeger, 2001, pp. 3-17.

Lyssovky, Mauricio; Moraes de Sá, P. S. (orgs). *As colunas da educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: Iphan, 1996.

Maio, Marcos Chor & Santos, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

Marson, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1979.

Massin, Benoit. "From Virchow to Fischer: physical anthropology and 'modern race theories' in Wilhelmine Germany". In Stocking, George (Editor). *Volksgeist as method and ethic: essays on boasian ethnography and the german anthropology tradition* (History of anthropology – vol. 8). Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, p. 79-154, 1996.

Mitt, Gregg. "Population Problems". In:_____. *The state of nature: ecology, community, and American social thought, 1900-1950*. Chicago: University Of Chicago Press, 1992, pp.89-109.

Monteiro, John Manuel. "As 'raças' indígenas no pensamento brasileiro do império". Maio, Marcos Chor e Santos, Ricardo Ventura. *Raça Ciência e Sociedade*. RJ: Editora Fiocruz. pp. 15-22, 1998.

Needel, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

Oliveira, Lucia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq. 1990.

Pallares-Burke, Maria Lucia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Pamplona, Marco Antônio. *Revoltas, repúblicas e cidadania*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

Pécaut, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

Penny, H. Glenn & Bunzl, Matti (editors). *Wordly provincialism: german anthropology in the age of empire*. Michigan: University of Michigan Press, 2006.

Penny, H. Glenn & Bunzl, Matti. "Introduction: rethinking german anthropology, colonialism, and race". Penny, H. Glenn & Bunzl, Matti (editors). *Wordly provincialism: german anthropology in the age of impire*. Michigan: University of Michigan Press, 2006, p.1-30.

Proctor, Robert. "From anthropologie to rassenkunde in the german anthropological tradition". In: STOCKING, George (editor). *Bones, bodies, behavior: essays on biological anthropology* (History of anthropology: vol. 5). Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1998, p. 138-179.

_____. *Racial Hygiene: medicine under the nazis*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988.

Provine, William B.. "Genetics and the biology of race crossing". *Science*, vol.182, n.4114, 1973. pp.790-796.

Ramos, Jair de Souza. "Como classificar os indesejáveis?: Tensões e convergências entre raça, etnia e nacionalidade na política de imigração das décadas de 1920 e 1930". In: Lima, N. T. & Sá, D. M. (org). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: UFMG/Fiocruz, p. 179-211, 2008.

Ramsden, Edmund. *Carving up Population Science: eugenics, demography and the controversy over the 'biological law' of population growth*. London: Social Studies of Science, 2002, n.32, v.5-6, p.857-899.

Regal, Brian. *Human evolution: a guide to the debates*. California: ABC-CLIO, 2004

Ribas, João Baptista Cintra. *O Brasil é dos brasileiros: medicina, antropologia e educação na figura de Roquette-Pinto*. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social), Unicamp, 1990.

Richards, Graham. "Race in US psychology to 1945: the rise and nature of 'race psychology'". In: Richards, Graham. *Race, racism, and psychology: towards a reflexive history*. London; New York: Routledge, pp. 67-122, 1997.

Rosenberg, Charles E.. *No other Goods: on science and american social thought*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1997.

Sa, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2006.

_____. "Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935)". *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.16, suplemento 1, jul.2009, p.183-203.

Sá, Dominichi Miranda de; Sá, Magali Romero; Lima, Nísia Trindade. "Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915)". *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.15, n.3, jul-set., 2008, p. 779-810.

Santos, Ricardo Ventura; Mello e Silva, Maria Celia Soares de. *Inventário Analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional (série livros 14), 2006.

Santos, Ricardo Ventura. "Da Morfologia às moléculas, de raça a população: trajetórias conceituais em antropologia física no século XX". In: Maio, Marcos Chor & Santos, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, pp. 125-138.

_____. "A obra de Euclides da Cunha e os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: *Os Sertões* e a medicina-antropologia do Museu Nacional". *Revista História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, 5 (suplemento), 1998, pp.237-253.

_____. “Mestiçagem, degeneração e a viabilidade de uma Nação: debates em Antropologia Física no Brasil (1870-1930)”. In: Penna, Sérgio D. J. (org.). *Homo Brasilis: Aspectos genéticos, lingüísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro*. São Paulo: Editora Funpec. 2002, pp. 113-129.

_____. “Os debates sobre mestiçagem no início do século XX: Os Sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional”. In: Lima, Nísia Trindade & Sá, Dominichi Miranda de (org.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: UFMG/Fiocruz, p. 271-294, 2008.

Schneider, William H. “The eugenics movement in France 1890-1940”. In: ADAMS, Mark, B. (org.). *The Wellborn Science. Eugenics in Germany, France, Brazil e Russia*. New York: Oxford University Press, 1990, pp. 69-109.

Schwarcz, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.

_____. “Previsões são sempre traiçoeiras”: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. Rio de Janeiro: *Revista História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, vol.18, n.1, jan.-março 2011, pp. 225-242.

Sevcenko, Nicolau. 1999. *A Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Seyferth, Giralda. “A Antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda”. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, (XXX), 1985, 81-92.

_____. ‘Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil’. In: Lima, N. T. & Sá, D. M. (org.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: UFMG/Fiocruz, 2008, p.147-178.

Silva, Circe Mary da. *Politécnicos ou Matemáticos?* Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 13, n. 4, Rio de Janeiro, Oct./Dec. 2006, p. 891-908.

Skidmore, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

Souza Lima, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

_____. *Aos fetichistas, ordem e progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação*. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social), Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1985.

Souza, Vanderlei Sebastião de; Santos, Ricardo Ventura, et al. “Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.3, jul.-set. 2009, p.763-777.

Souza, Vanderlei Sebastião de. *A política biológica como projeto: A ‘eugenia negativa’ e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação de Mestrado (História das Ciências), Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2006.

_____. “As ‘leis da eugenia’ na antropologia de Edgard Roquette-Pinto”. In: Lima, Nisia Trindade. & Sá, Dominichi Mirande de (orgs). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: UFMG/Fiocruz, p.213-246, 2008.

_____. “Arthur Neiva e a ‘questão nacional’ nos anos 1910 e 1920”. Rio de Janeiro. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 16, p. 249-264, jul. 2009.

_____. “O naturalismo de Euclides da Cunha: ciência, evolucionismo e raça em *Os Sertões*”. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, v.7, n.2, p.1-22, mai-ago. 2010.

Spiro, Jonathan Peter. *Defending the master race: conservation, eugenics, and the legacy of Madison Grant*. New England: University Press of New England, 2009.

Stannard, David. "Honoring racism: The professional life and reputation of Stanley D. Porteus". In: Aoudé, Ibrahim G. (Editor). *The ethnic studies story: politics and social movements in Hawai'i*. Honolulu: University of Hawai'i Press, vol. 39, pp. 85-125, 1999.

Steinmetz, George. *The devil's handwriting: precoloniality and the German colonial state in Quindao, Samoa, and Southwest Africa*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

Stepan, Nancy. *The idea of race in science: Great Britain, 1800–1960*. London: Macmillan, 1982.

_____. "A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940". In: Hochman, Gilberto. & Armus, Diego (orgs). *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio: Editora Fiocruz, 2004, pp. 331-391.

_____. *"A hora da eugenia": raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

Stocking, George W. Jr. *Race, Culture and Evolution: Essays in the history of anthropology*. The University Of Chicago Press. Chicago, 1968.

_____. "The ethnographer's magic: fieldwork in British anthropology from Tylor to Malinowski". In; Stocking, George. *Observers observed: essays on ethnographic fieldwork* (History of anthropology – vol. 1). Wisconsin: The University of Wisconsin Press 1983, p. 70-120.

_____. "The ethnographic sensibility of the 1920s and the dualism of the anthropological tradition". In; Stocking, George. *The ethnographer's magic and other essays in the history of anthropology*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1996, p. 276-341.

Teo, Thomas. "The historical problematization of 'mixed race' in psychological and human-scientific discourses". In: Winston, A. (Eds). *Defining difference: Race and racism in the history of psychology*. American Psychological Association, pp.79-108, 2004.

Venancio Filho, Alberto. "Prefácio à sétima edição". In: Roquette-Pinto, Edgard. *Rondonia: antropologia – ethnographia*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 7ª Edição, pp. 09-24, 2005.

_____. "Roquette-Pinto, expressão de humanismo". In: Lima, Nísia Trindade & Sá, Dominichi Miranda de (org). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: UFMG/Fiocruz, 57-86, 2008.

Ventura, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

Wegner, Robert. "Ensaio Bibliográfico: Sertões Desvendados". *Dados* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 601-625, 2000.

_____. "Prefácio". In: Lima, Nisia Trindade & Sá, Dominichi Miranda (org). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: UFMG/Fiocruz, p. 07-12, 2008.

Weiss, Sheila Faith. "The Race Hygiene Movement In Germany 1904-1945". In: Adams, Mark (org.). *The Wellborn Science: Eugenics in Germany, France, Brazil e Russia*. New York: Oxford University Press, 1990, p.8-68.

Zimmerman, Andrew. *Anthropology and antihumanism in imperial germany*. Chicago: The University Chicago Press, 2001.

Zuckerman, Phil (editor). Introduction. In: *The social theory of W.E.B. DuBois*. California: Pine Forge Press, 2004, 1-18.